

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**



**RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

**Processo RVCC para o Público Invisual**

**Andreia Susana Ferreira de Almeida**

**CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE EM  
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**Área de Especialização em Formação de Adultos**

**2011**



**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**



**RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

**Processo RVCC para o Público Invisual**

**Andreia Susana Ferreira de Almeida**

**Orientador: Professora Maria Natália Alves**

**CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE EM  
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**Área de Especialização em Formação de Adultos**

**2011**

## DEDICATÓRIA

*A ti minha Grande Mãe te dedico este trabalho,  
é um pequeno gesto diante do Mundo que tu tanto mereces.  
O meu maior Amor é e sempre serás TU!!!*

## AGRADECIMENTOS

“O degrau de uma escada não serve simplesmente para que alguém permaneça em cima dele,  
destina-se a sustentar o pé de um homem pelo tempo suficiente  
para que ele coloque o outro um pouco mais alto”.

Thomas Huxley

### À MINHA ORIENTADORA DE ESTÁGIO:

Agradeço à Professora Doutora Natália Alves, pela orientação e incentivo, especialmente nos momentos  
mais frágeis e delicados do meu percurso de estágio.

***Obrigada por me fazer acreditar que é sempre possível dar volta à situação!!***

### À EQUIPA DO CNO DO CNED:

Em especial, à minha orientadora institucional Júlia Bentes, por toda a simpatia e carinho com que me  
brindou e pelo seu empenho e franca contribuição para a realização deste trabalho;

A todos os elementos da equipa pedagógica que contribuíram para o presente trabalho, Cátia, Ana,  
Catarina, Maria João e Joana, por toda a colaboração e disponibilidade.

À Carla, Marta e Tânia, pelo bom humor e simpatia.

### À EQUIPA DO CNED:

Em especial ao Sr. Cabo Marreiros, Cabo Isaac, Cabo Albino e Cabo Prada, por todo o auxílio,  
amabilidade e simpatia demonstrados, mas sobretudo, pelo carinho, alegria e boa disposição com que  
me receberam e me integraram.

***Sem vocês, a minha viagem teria com certeza sido diferente!!***

### À EQUIPA DO CNO DA CASA PIA DE LISBOA:

Em especial ao Dr. Morgado pela excelente recepção, auxílio incansável e múltiplas conversas  
interessantes. Se nesta pequena estadia não me senti uma “outsider” devo-o a si;

À minha colega Isabel Valdeira, Directora do Centro e Coordenadora, sem os quais não teria sido possível  
conhecer o CNO e a sua “magia”.

À Alcina e Maria João por contribuírem para a minha integração.

***Obrigada por me mostrarem que a inclusão é “o” mundo e o seu sucesso depende de todos nós!!***

AOS ADULTOS CEGOS CERTIFICADOS:

Ao Joaquim Machado, Firmino Baptista, Mónica Silva e Ana Maria Serôdio, pela simpatia e amabilidade genuínas com que me receberam e imenso contributo para a realização deste pequeno projecto que é tanto meu como vosso também.

Ao Carlos por todo o seu carinho e genuinidade. Ao Paulo e ao Rui pelas conversas agradáveis.

**Obrigada por me brindarem com a vossa coragem e gentileza!!**

À MINHA GRANDE FAMÍLIA:

À minha Mãe (Isabel), por tudo o que é, foi e será, por tudo o que me ensinou e pelo que dela deixou e deixa diariamente em mim;

À minha irmã (Mónica) por todo o carinho, amizade e paciência incondicional que me dá e pela contribuição gigante na realização deste trabalho, o qual sem ela não teria sido possível.

Ao meu Pai (António) por toda a paciência e ajuda dispensada.

Ao meu André, por me mostrar que o apoio pode vir num “simples” abraço.

***Simplesmente obrigada por tudo o que são e me dão e por estarem SEMPRE comigo!!***

AOS MEUS AMIGOS:

Em especial à Bel (Isabel) por toda a sua amizade, carinho e compreensão, perante as minhas muitas horas de alegria e frustração.

Aos meus amigos Mia (Maria) e Celo (Marcelo), pela vossa paciência perante as minhas loucuras e por me acompanharem nesta mini-jornada. Foi sempre um prazer.

***Obrigada por me mostrarem o quão preciosa é a vossa amizade e rara a vossa essência!!***

## RESUMO

A presente investigação de cariz naturalista resultou do interesse em conhecer a realidade e especificidade do Processo RVCC quando realizado com cidadãos portadores de deficiência visual.

Nesse sentido, pretendeu-se indagar em que medida esta via formativa promove os seus princípios e pressupostos teóricos, no plano prático/real. Como tal, a exploração desta temática específica exigiu um olhar crítico e reflexivo, designadamente sobre a adaptação, efeitos e repercussões da oferta formativa face ao público invisual.

Baseado na realidade específica do CNO do CNED e em actores directamente ligados a esta instituição, o presente estudo de caso permitiu concluir que o Processo RVCC se encontra operacional e metodologicamente adaptado ao público invisual, apresentando-se como uma via de formação exequível que assegura condições de igualdade de acesso e participação, primando assim pelo respeito e garantia dos direitos dos cidadãos portadores de deficiência visual e pela execução de práticas de inclusão e equidade social.

Do mesmo modo, permitiu concluir que os efeitos do processo RVCC ao nível pessoal e social são extremamente benéficos, os quais se reflectem positivamente nas vidas dos certificados, impulsionando-os a apostar em lógicas de aprendizagem ao longo da vida e contribuindo para a (re)definição e desenvolvimento dos seus projectos educativos/formativos.

Não obstante, concluiu-se que os efeitos e repercussões do Processo RVCC no plano profissional são menos evidentes e/ou positivos.

Se, por um lado, o aumento de qualificação permite o acesso a actividades profissionais anteriormente interditas (por falta de qualificação) e contribui para uma preparação mais eficaz para situações futuras, por outro, ela não se traduz e/ou concretiza nas mais-valias de (re)definição e desenvolvimento de projectos profissionais, nem em condições efectivas de empregabilidade activa.

Sumariando, a investigação levada a cabo permitiu concluir que os pressupostos teóricos/ideológicos do Processo RVCC se reflectem significativamente no plano prático; contudo, permitiu igualmente concluir que no caso da recepção e intervenção com público invisual, é necessária a introdução de melhorias em termos de acessibilidade (nomeadamente acessibilidade instrumental e arquitectónica), bem como, de medidas estratégicas que fomentem efectivamente as condições de empregabilidade activa.

Palavras-chave: Processo RVCC; Público invisual; Equidade social;

## **ABSTRACT**

The present investigation of naturalistic nature derived from the interest in learning the reality and uniqueness of the RVCC Process, when ministered solely with citizens with visual disabilities.

In that way, we sought to investigate to what extent this formative offer endorse its theoretical/ideological principles and presupposes in real life. With that purpose, the exploration of this specific theme required a critical and reflexive eye about namely the adaptation, effects and repercussions of the formative offer to the blind public.

Based on the specific reality of New Opportunities Center of Naval Center of Distance Learning and in actors directly linked to this institution, the present study case allowed to concluded that the RVCC Process is operational and methodological adapted to the blind public, presenting a feasible way that assures equal conditions/opportunities of access and participation, the respect and warrantee for the rights of the citizens with visual disabilities and the execution of practices of social inclusion and equitability.

The investigation allowed to concluded too that the effects of RVCC Process at personal and social level are extremely good, and that they reflect positively in the life's of the certificated, driving them to bet in logics of lifelong learning, as well they contribute for the (re)definition and development of education/training projects.

Nevertheless, we concluded that the effects and repercussions of RVCC Process at professional level aren't yet satisfactory or so positive.

It's true that the increase of qualification promotes the access to interdict professional activities (for lack of qualification) and contribute to a most effective preparation to future situations, but it doesn't result in (re)definition and development of professional projects, nor in real conditions of active employability.

In the end, the investigation taken forward allowed to concluded that the theoretical/ideological presupposes of the RVCC Process reflect significantly in real life; nevertheless, it also allowed to concluded that in the case of reception and intervention with blind public, it's necessary the introduction of accessibility improvements (namely, instrumental and arquitectonical accessibility), as well as strategic measures witch promote real conditions of active employability.

Keywords: Recognition and certification of non formal learning; Blind public; Social equitability.



## ÍNDICE

Introdução .....	1
------------------	---

### PARTE I – CONSTRUÇÃO DE UM QUADRO CONCEPTUAL

#### Capítulo I

##### Educação e Formação de Adultos: sua evolução

1.1 – Educação e Formação: sua terminologia .....	5
1.2 – Educação e Formação de Adultos: suas evoluções .....	7
1.2.1 – Movimento da Educação Permanente .....	11
1.2.2 – Livro Branco da Educação: 1995 .....	15
1.2.3 – Relatório Delors: 1996 .....	18
1.2.4 – Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida: 2000 .....	19
1.2.5 – Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias .....	20
1.2.6 – Do conceito de Competência ao Reconhecimento de Adquiridos .....	22
1.2.7 – Aprendizagem Experiencial .....	24
1.2.8 – Breve conclusão sobre a Educação e Formação de Adultos .....	25

#### Capítulo II

##### Educação e Formação de Adultos: Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

2.1 – Origem do Processo RVCC .....	27
2.1.1 – Criação da Rede de Centros RVCC/NO .....	28
2.1.2 – Referencial de Competências-chave para a Educação e Formação de Adultos (NB/NS) .....	30
2.2 – O adulto no Processo RVCC .....	33
2.2.1 – O Conceito de Adulto .....	33
2.2.2 – Teoria da Aprendizagem dos Adultos .....	34
2.3 – Fases, metodologia e actores no Processo RVCC .....	36
2.3.1 – Eixo do Reconhecimento de Competências .....	36
2.3.2 – Eixo da Validação de Competências .....	37
2.3.3 – Eixo da Certificação de Competências .....	38

#### Capítulo III

##### Educação e Formação de Adultos: a diversidade funcional

3.1 – A Incapacidade Visual .....	40
3.1.1 – Como se processa o Sistema Perceptivo Visual .....	40
3.1.2 – Como se processam as aprendizagens nos indivíduos com Incapacidade Visual .....	41
3.1.3 – Terminologia da Incapacidade Visual e sua Etiologia .....	43
3.2 – Direitos das Pessoas com Incapacidade Visual .....	46
3.2.1 – Evolução dos Modelos Conceptuais de Gestão da Diversidade Funcional .....	46

3.2.2 – Políticas Nacionais para Inclusão das Pessoas com Incapacidade Visual .....	48
3.2.2.1 – Reforma do Ensino Especial .....	48
3.2.2.2 – Inclusão das Deficiências ou Incapacidade no Sistema Nacional de Qualificações .....	49
3.2.2.3 – Guia Metodológico para o Acesso das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade ao Processo RVCC .....	49

## PARTE II – PROJECTO DE ESTÁGIO: O PROJECTO E A METODOLOGIA

### Capítulo IV

#### Caracterização Institucional do Local de Estágio

4.1 - Identificação do Local de Estágio .....	58
4.1.1 - Processo de selecção do local de Estágio .....	58
4.1.2 - Caracterização do Centro Novas Oportunidades do CNED .....	60

### Capítulo V

#### Apresentação do Projecto de Estágio

5.1 – Apresentação do Projecto de Estágio .....	62
5.1.1 – Introdução ao Projecto de Estágio .....	62
5.1.2 – Considerações sobre o Percorso de Estágio .....	63
5.1.3 – O Estágio .....	64
5.2 – Metodologia Utilizada .....	66
5.2.1 – Pesquisa Arquivística/Análise Documental .....	67
5.2.2 – Técnica da Entrevista .....	68
5.2.3 – Análise de Conteúdo .....	71
5.2.4 – Técnica da Observação .....	72
5.3 – Caracterização do Público Alvo .....	74
5.3.1 – Caracterização da Equipa Técnico-Pedagógica .....	74
5.3.1.1 – Súmula da caracterização da equipa-técnico-pedagógica do CNO do CNED .....	78
5.3.1.2 – Caracterização da amostra de elementos da equipa técnico-pedagógica em análise .....	79
5.3.2 – Caracterização dos adultos cegos certificados entre 2007/08 .....	79
5.3.2.1 – Súmula da caracterização dos adultos cegos certificados entre 2007/08 .....	81
5.3.2.2 – Caracterização da amostra de adultos cegos certificados em análise .....	81

## PARTE III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

### Capítulo VI

#### Apresentação e Discussão dos Resultados

6.1 – Análise e Interpretação dos Dados .....	83
6.1.1 – Súmula dos Dados: Análise Qualitativa .....	84
6.1.1.1 – Operacionalização do Processo RVCC .....	84

6.1.1.2 – Adaptação e exequibilidade do Processo RVCC face ao público invisual .....	90
6.1.1.3 – Impacto do Processo RVCC no percurso de vida dos adultos certificados .....	113
6.1.1.4 – Repercussões do Processo RVCC nos projectos futuros dos adultos certificados .....	115
6.1.1.5 – Sugestões de melhoria face à intervenção da equipa pedagógica com público invisual .....	118

## PARTE IV – CONCLUSÕES E SUGESTÕES DE MELHORIA

### Capítulo VII

#### Conclusões do Estudo

7.1 – Conclusões da investigação .....	123
7.1.1 – Contextualização e móbil da investigação .....	123
7.1.2 – Objectivos da investigação: conclusões .....	126
7.1.3 – Argumentações finais .....	132

### Capítulo VIII

#### Sugestões de Melhoria da Investigação

8.1 – Sugestões de melhoria face à intervenção da Equipa Pedagógica com Público Invisual .....	134
------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Reflexão Crítica .....	140
------------------------	-----

Referências Bibliográficas .....	145
----------------------------------	-----

## ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

### Índice de Figuras

Figura 1 - Áreas do Referencial de Competências-chave para a Educação e Formação de Adultos – NB .....	34
Figura 2 - Áreas do Referencial de Competências-chave para a Educação e Formação de Adultos –NS .....	36

### Índice de Quadros

Quadro 1 - A Equipa Técnico-Pedagógica deve... ..	63
Quadro 2 - Adequações/Alterações ao Processo RVCC face ao Público Invisual .....	64
Quadro 3 - Duração de Referência do Processo RVCC para Público Invisual .....	65
Quadro 4 - Dados de Caracterização da Equipa Técnico-pedagógica do CNO do CNED .....	85
Quadro 5 - Distribuição da Equipa por realização de trabalho com candidatos cegos, por nível e área de ensino ....	89
Quadro 6 - Dados de Caracterização da amostra de elementos da Equipa Técnico-pedagógica em análise .....	90
Quadro 7 - Dados de Caracterização dos adultos cegos certificados no CNO do CNED 2007/2008 .....	91
Quadro 8 - Dados de Caracterização da amostra de adultos cegos certificados no CNO do CNED 2007/2008 .....	93

### Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição dos Elementos da Equipa Técnico-pedagógica por Género .....	86
Gráfico 2 - Distribuição dos Elementos da Equipa Técnico-pedagógica por Género e Actividade Profissional .....	86
Gráfico 3 - Distribuição dos Elementos da Equipa Técnico-pedagógica por Actividade Profissional .....	86
Gráfico 4 - Distribuição dos Elementos da Equipa Técnico-pedagógica por Actividade Profissional e Nível de Escolaridade .....	86
Gráfico 5 – Distribuição da Equipa Técnico-pedagógica por realização de actividade com candidatos cegos .....	87
Gráfico 6 - Distribuição da Equipa Técnico-pedagógica por realização de actividade com candidatos cegos, por actividade profissional e nível de escolaridade .....	87
Gráfico 7 – Distribuição da Equipa Técnico-pedagógica por não realização de actividade com candidatos cegos por actividade profissional e nível de escolaridade .....	87
Gráfico 8 - Distribuição de Candidatos Cegos Certificados em 2007/8 por género .....	91
Gráfico 9 - Distribuição de Candidatos Cegos Certificados em 2007 por género .....	91
Gráfico 10 - Distribuição de Candidatos Cegos Certificados em 2008 por género .....	91
Gráfico 11 - Distribuição de Candidatos Cegos Certificados, por ano de certificação .....	92
Gráfico 12 - Distribuição de Candidatos Cegos Certificados, por ano e nível de certificação .....	92

## **ÍNDICE DE ANEXOS**

Anexo 1 – Guião de Entrevista para as Técnicas de Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento (ADE)

Anexo 2 – Guião de Entrevista para as Profissionais de RVCC

Anexo 3 – Guião de Entrevista para a Formadora

Anexo 4 – Guião de Entrevista para os (candidatos) Cegos Certificados

Anexo 4 – Transcrição da Entrevista da Técnica de ADE 1

Anexo 5 – Transcrição da Entrevista da Técnica de ADE 2

Anexo 6 – Transcrição da Entrevista das Profissionais de RVCC P4 e P5

Anexo 7 – Transcrição da Entrevista da Formadora

Anexo 8 – Transcrição da Entrevista ao (candidato) Cego Certificado 1

Anexo 9 – Transcrição da Entrevista ao (candidato) Cego Certificado 2

Anexo 10 – Transcrição da Entrevista ao (candidato) Cego Certificado 3

Anexo 11 – Transcrição da Entrevista ao (candidato) Cego Certificado 4

Anexo 12 – Análise de conteúdo das Entrevistas às Técnicas de ADE

Anexo 12 – Análise de conteúdo das Entrevistas à Formadora e Profissionais de RVC

Anexo 13 – Análise de conteúdo das Entrevistas aos (candidatos) Cegos Certificados

Anexo 14 – Análise e interpretação dos dados das Entrevistas

Anexo 15 – Acções de formação específica para Público invisual – Opinião das Profissionais

Anexo 16 – Direitos dos Cidadãos Portadores de Deficiência – Legislação

## LISTA DE ABREVIATURAS

ADE - Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento  
AEIPS - Associação para o Estudo e Integração Psicossocial  
ANEFA - Agência Nacional para a Educação e Formação de Adultos  
ANQ - Agência Nacional para a Qualificação  
APL - Aprendizagem ao Longo da Vida  
B2/ B3 - Nível Básico (correspondente ao 6º ano de escolaridade / correspondente ao 9º ano de escolaridade)  
CE - Centro Especializado  
CE (Área) - Cidadania e Empregabilidade  
CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde  
CLC - Cultura, Língua e Comunicação  
CNED - Centro Naval de Ensino a Distância  
CNO - Centro Novas Oportunidades  
CNQ - Catálogo Nacional de Qualificações  
CP - Cidadania e Profissionalidade  
CRI - Centro de Recursos para a Inclusão  
CRVCC - Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências  
DI - Deficiências ou Incapacidade  
DGFV - Direcção Geral de Formação Vocacional  
DREL - Direcção Regional de Educação de Lisboa  
DV - Deficiência Visual  
EFA - Educação e Formação de Adultos  
ETP/Equipas T.P. - Equipa(s) Técnico-pedagógica(s)  
GMAPRVCC - Guia Metodológico de Acesso para Pessoas com Deficiências ou Incapacidade ao Processo RVCC  
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional  
LC - Linguagem e Comunicação  
MV - Matemática para a Vida  
NB - Nível Básico  
NEE - Necessidades Educativas Especiais  
NS - Nível Secundário  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico  
OMS - Organização Mundial de Saúde  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PRA - Portfolio Reflexivo de Aprendizagens  
Prof. RVCC - Profissionais de Reconhecimento e Validação de Competências  
RVC - Reconhecimento, Validação e Certificação  
SAPA - Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio  
SIGO - Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Formativa  
SNQ - Sistema Nacional de Qualificações  
SRVCC - Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências  
STC - Sociedade, Tecnologia e Ciência  
Técnico de ADE - Técnico de Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento  
TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação  
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta-se como produto final da opção de realização de estágio curricular no âmbito da frequência e respectiva conclusão do 2º ano do Curso de Mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Formação de Adultos, no ano lectivo de 2009/2010.

Tendo decorrido entre Outubro de 2009 e Julho de 2010, com uma duração de aproximadamente 9 meses, o estágio curricular foi realizado no Centro Novas Oportunidades (CNO) do Centro Naval de Ensino A Distância (CNED) da Marinha Portuguesa.

Configurando a iniciativa Processo RVCC lançada em 2000, uma proposta de promoção da inclusão, o principal eixo norteador do projecto centrou-se na necessidade de compreender em que medida a (nova) oferta formativa Processo RVCC encontra consonância no plano prático, com os objectivos e finalidades propostas no plano teórico, ou por outras palavras, em que medida as lógicas de pensamento teórico encontram harmonia nas lógicas de acção.

Mais precisamente, os objectivos do Processo RVCC relacionados com a implementação e fomento “das políticas de aprendizagem ao longo da vida, da empregabilidade activa e da equidade social” (Simões e Freire et al, 2008:9), através da garantia, promoção e fomento dos direitos de todos os cidadãos e da sua realização pessoal, constituíram os principais pontos de interesse e os alicerces de base do estudo levado a cabo, resultando no apuramento de conclusões sobre a legitimidade da oferta formativa em causa e da sua relevância para a melhoria e progresso socioeconómico

Centrando-se particularmente na temática dos cidadãos portadores de deficiência visual, o presente relatório assumiu-se como uma investigação de cariz naturalista, assente no recurso à estratégia do Estudo de caso, tendo-se focado em questões relacionadas directa e indirectamente com a dinâmica, efeitos e repercussões do Processo RVCC, quando administrado no contexto específico do CNO do CNED, exclusivamente com público invisual.

Como tal, foram analisadas as reais condições de adaptação e exequibilidade do dispositivo face a públicos específicos tal como o publico invisual, o impacto da conclusão do Processo no percurso de vida dos candidatos cegos certificados e, as respectivas implicações/interferências ao nível dos seus projectos futuros.

Focando-se na temática, finalidades e objectivos anteriormente mencionados, o presente relatório foi estruturado em quatro partes, sendo elas nomeadamente:

A primeira parte, intitulada *“Construção de um Quadro Conceptual”*, reúne as informações consideradas pertinentes para conhecer e contextualizar a temática em análise e respectivas “questões” de estudo, sendo composta por um primeiro capítulo, designado *“Educação e Formação de Adultos - Sua Evolução”*, onde se procede a uma breve caracterização do campo e práticas da Educação e Formação de Adultos, um segundo capítulo denominado *“Educação e Formação de Adultos - Panorama Nacional Actual”*, sendo essencialmente feita referência à contextualização e caracterização da oferta formativa Processo RVCC e um terceiro capítulo denominado *“Educação e Formação de Adultos - A Diversidade Funcional”*, onde se expõe uma breve caracterização da deficiência visual e

ainda, das medidas mais relevantes associadas aos direitos das pessoas portadoras de deficiência quando realizam o Processo RVCC.

Intitulada *“Projecto de Estágio: O Projecto e a Metodologia”*, a segunda parte do relatório é composta pelo quarto capítulo denominado *“Caracterização Institucional do Local de Estágio”*, sendo sinteticamente apresentados os dados de caracterização do CNO do CNED, sua missão e objectivos e um quinto capítulo denominado *“Apresentação do Projecto de Estágio”*, constando neste último as informações que introduzem e legitimam a problemática em estudo, a metodologia a que foi feito recurso para a recolha de dados e ainda, a caracterização dos públicos-alvo em análise.

Numa terceira parte, intitulada *“Apresentação e Discussão dos Resultados da Investigação”* encontra-se no sexto capítulo *“Apresentação e Discussão dos Resultados”*, a súmula qualitativa dos dados apurados face à problemática e questões em análise.

Por fim, a quarta e última parte intitulada *“Conclusões e Sugestões da Investigação”*, é composta pelo sétimo capítulo *“Conclusões do Estudo”* sendo apresentadas as principais conclusões apuradas face à análise das condições de adaptação e exequibilidade da oferta formativa Processo RVCC, seu impacto e repercussões nos percursos e projectos futuros dos adultos cegos certificados, bem como, o oitavo capítulo denominado *“Sugestões do Estudo”*, correspondendo à identificação de algumas ideias principais que ilustram a necessidade de introdução de melhorias no CNO do CNED.

Importa concluir referindo que muito mais do que corresponder aos objectivos mínimos e necessários exigidos para a conclusão do curso de mestrado e respectiva obtenção do grau de mestre, o presente relatório pretendeu expressar uma verdadeira preocupação com determinadas questões sociais, designadamente as questões relacionadas com os públicos mais desprotegidos, correspondendo regra geral aos indivíduos com baixos níveis de qualificação escolar e/ou profissional e ainda, aos cidadãos portadores de deficiência.

Não obstante a existência de diversas medidas e acções no campo das políticas sociais, quer ao nível nacional, quer europeu e internacional, um longo caminho tem ainda de ser percorrido quanto à desmistificação das reais potencialidades e capacidades dos cidadãos portadores de deficiência, à mudança de mentalidades das entidades educativas/formativas, empregadoras e sociedade civil, à sensibilização para uma verdadeira cultura de aprendizagem, quer como factor de crescimento pessoal, quer como factor de consolidação colectiva e melhoria das condições gerais da qualidade de vida.

Referindo-nos exclusivamente ao caso português, cabe ao Estado e aos sistemas que asseguram a promoção dos seus múltiplos serviços dar o exemplo, através da introdução de medidas que possibilitem construir um caminho com menos obstáculos possíveis, permitindo que todos os cidadãos, independentemente da sua condição funcional, tenham liberdade de escolher, participar e ser reconhecidos nos diversos domínios da sociedade.

É precisamente nesse sentido, que a Educação e a Formação, como sistemas autónomos e coerentes, têm a missão de “propiciar (...) processos permanentes de ressocialização”, intimamente relacionados com o “desenvolvimento da capacidade das pessoas em proveito da sociedade” (Bogard,



1991, cit in Canário, 1999:22), sendo que “o direito de ser homem encontra o seu complemento no dever de ser homem. Isto pressupõe a aceitação da responsabilidade (...) [e o seu] preço é a educação. Uma educação que nunca se interrompa, que mobilize todas as forças e todos os recursos do ser humano (Lengrand, 1981, cit in Cavaco, 2008:53).

# ***1ª Parte***

***CONSTRUÇÃO DE UM QUADRO CONCEPTUAL***

---

## CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS: SUA EVOLUÇÃO

### 1.1 Educação e Formação: Sua Terminologia

A Educação e Formação de Adultos representam conceitos e campos que abrangem uma complexidade de significados, representações, contextos, acções, programas, entre outros, que como tal exigem uma indispensável *desmistificação* e identificação das suas virtudes e formas como se “impuseram” na sociedade, expressando e recriando assim o seu percurso evolutivo.

Segundo Canário (1999:32-34), a sua distinção, é ainda hoje, uma tarefa conturbada, verificando-se em muitas situações, a utilização indiscriminada da terminologia, que como consequência, abarca e reflecte significados, sentidos e orientações distintas.

Tal situação verifica-se, não só porque a significação dos termos está dependente do ponto de vista individual do utilizador dos conceitos, mas igualmente, do ponto de vista colectivo e global da sociedade, sendo condicionado pelos distintos modelos de políticas sociais em vigor e/ou em que se inspiram. Assim sendo, determinados autores colocam a tónica em versões mais generalistas/económicas/laborais, enquanto outros, em versões mais holísticas e humanistas.

Porém, torna-se indispensável antes mesmo de uma enunciação sumária e objectiva sobre o que é e representa a Educação e a Formação de Adultos, explorar sinteticamente as designações conceptuais referentes aos processos que lhes estão subjacentes: a Educação e a Formação.

Assim, proveniente do Latim, Educare, “Educação” diz respeito ao desenvolvimento das capacidades físicas, intelectuais e morais do ser humano, à sua instrução e ao seu doutrinação. Numa mesma perspectiva, o Dicionário Universal<sup>1</sup> de Língua Portuguesa (2007), define a Educação, como a acção ou o efeito de educar, respeitante ao aperfeiçoamento das faculdades humanas, ao ensino, à polidez e ainda, à cortesia.

Actualmente e como resultado da evolução das sociedades modernas, a educação é percebida como “um bem de natureza colectiva” (UNESCO, 1996:50), assumindo-se como processo multifacetado, não delimitado no tempo, que estrutura as aprendizagens de base apelando à aquisição, mobilização e reforço de competências de ordem transversal, sem ligação a uma tarefa específica (Roegiers, 1997, cit in Bentes, 2005:16). Com vista ao estabelecimento de um equilíbrio entre os domínios cognitivo, afectivo e psicomotor, encontra-se orientada quer para o desenvolvimento da personalidade, quer ainda para a autonomia e a integração do indivíduo (Roegiers, 1997, cit in Bentes, 2005:16).

Assim, essencialmente, a Educação assume-se como um processo, provindo do exterior, influenciado portanto “pelo ambiente, pelos homens e pelas coisas”, mas simultaneamente, como um produto, ao visar o “desenvolvimento intelectual, moral, físico e a inserção social “ do ser humano (Bentes, 2005:37).

---

<sup>1</sup> Dicionário Universal – Novo dicionário da Língua Portuguesa – Conforme acordo ortográfico – Texto Editores Lda. – 2007 – Lisboa – 1ª edição – 1ª tiragem – pág. 765.

Não obstante, a Educação que se assume no plano prático através da acção de educar/ensinar, não pode ser resumida à simples transferência de conhecimentos de um indivíduo para outrem, mas sim, com vista à sua própria produção e construção, enquanto ser humano.

Por sua vez, proveniente do Latim *Formatione*, “Formação” compreende o acto, efeito ou modo de formar, apresentando-se como o conjunto dos conhecimentos e técnicas adquiridas por uma pessoa em determinada área de actividade, implicando o seu desenvolvimento e construção ao nível pessoal e colectivo (Dicionário Universal<sup>2</sup> de Língua Portuguesa, 2007). Do Latim *Formare*, “Formar” representa a atribuição de forma, a moldagem, a produção, o fabrico, criação, concepção, planeamento e estabelecimento de algo, reportando-nos para os processos de educação e instrução, ao promover o desenvolvimento e a transformação do ser humano.

De forma objectiva, o conceito de Formação está associado a duas vertentes: primeiramente, este processo diz respeito à realização e desenvolvimento de processos sistemáticos, que podem (ou não) ser delimitados no tempo e que se efectivam pela via da reorganização e atribuição de sentido/valor às aprendizagens anteriores; por outro lado, pode referir-se ao desenvolvimento de processos sistemáticos, particularmente orientados para o desenvolvimento de competências socioprofissionais, que visam o aperfeiçoamento e a reconversão (Roegiers, 1997, cit in Bentes, 2005:16).

Em todo o caso e independentemente da perspectiva, a Formação diz sempre respeito à evidência concreta de transformações no indivíduo, quer estas ocorram ao nível pessoal (para consigo próprio), quer ao nível relacional (para com o outro e para com o mundo).

É nesse sentido, que a Formação contempla o que Pineau designa por Teoria Tripolar da Formação, ao considerar que os processos formativos contém e estruturam-se necessariamente, em torno de três polos distintos, com acções e representações complementares entre si, sendo eles:

1 - a Autoformação: numa perspectiva “*bio-epistemológica*: *bio* porque encara a formação como o processo vital que define a ‘forma’ de todo o ser vivo, *epistemológica* porque a acção auto formadora é sempre reflexiva” (Pineau, cit. In Canário, 1999:116-117);

2 - a Heteroformação: compreendendo o conjunto de modalidades de interacção social em que a pessoa é influenciada pelos outros, promovendo uma dimensão de **co-formação**, que implica a interacção e a troca de experiências com o/s outro/s (idem);

3 - e ainda, a Ecoformação: que decorre da influência do contexto ou ambiente em que se vive e apela aos processos de reflexão, problematização e assimilação da realidade, através de uma relação com o outro e o mundo, mais profunda do que a “simples” recepção de informação.

---

<sup>2</sup> Dicionário Universal – Novo dicionário da Língua Portuguesa – Conforme acordo ortográfico – Texto Editores Lda – 2007 – Lisboa – 1ª edição – 1ª tiragem – pág. 765)

## 1.2 Educação e Formação de Adultos: Suas Evoluções

Uma vez explicitadas as definições e representações subjacentes aos conceitos e processos de Educação e Formação, importa reflectir sobre o campo e as práticas da Educação e Formação de Adultos, entendendo e recriando a sua origem e evolução.

Como sustenta Canário (1999:11), “a educação de adultos tal como a conhecemos hoje, é um fenómeno recente mas não constitui uma novidade”. Corroborando o exposto, Bentes (2005:47), afirma que algumas “acções, medidas e reflexões” que apelam à ideologia da Educação e Formação de Adultos como hoje a conhecemos, foram efectivamente desenvolvidas a partir dos séculos XVII e XVIII.

Sustentada por Florentino Sanz (s.d., cit in Bentes, 2005:47-48), a autora identifica dois momentos cruciais: primeiramente e datando do século XVII, o educador e bispo checo Johann Amos Comenius defendeu na sua obra principal “Pampaedia”, que o acto de ensinar deveria ser realizado de forma diferente e específica em cada uma das etapas da vida e abranger um maior campo de conhecimento, ao contrário dos ensinamentos limitados da sua época que enfatizavam o estudo das línguas<sup>3</sup>; posteriormente, no séc. XVIII e segundo o mesmo autor (Sanz, s.d., cit in Bentes, 2005:47-48), na Assembleia Nacional Francesa foi declarado que “cada idade está destinada a aprender e as mesmas fronteiras que se impõem ao homem para viver são as que se impõem para que aprenda”.

Do mesmo modo, Le Goff (1996, cit in Canário, 1999:11) remete os primórdios da Educação de Adultos para os séculos XVII/XVIII, tendo “a perspectiva de educação como um processo permanente”, resultado da “continuidade dos ideais e da filosofia das Luzes”.

Pretendendo contribuir para o progresso da humanidade, os pensadores iluministas tinham como ideal, a extensão dos princípios do conhecimento crítico a todos os campos do mundo humano. Como tal, associavam o ideal de conhecimento crítico, à melhoria do estado e da sociedade. Já nos finais do século XVIII, entre 1789 e 1799, estando em causa o (antigo) regime, bem como, os privilégios associados exclusivamente ao clero e à nobreza, eis que se assistiu à alteração do quadro político e social da França e à proclamação dos princípios universais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (defendidos por Jean Jaques Rousseau), como consequência de uma das maiores revoluções da humanidade, a Revolução Francesa.

Como ressalva Canário (1999:11), um dos claros sinais da educação de adultos foi dado em 1972 por Condorcet, que em pleno auge da Revolução Francesa, afirmou que “a instrução deve[ria] estar presente em todas as idades e não há nenhuma em que não seja útil aprender”.

Ambos os momentos nos remetem necessariamente para a crescente tomada de consciência de que a educação e os processos educativos e formativos que lhe estão subjacentes, deixavam aos poucos de estar exclusivamente associados aos indivíduos mais novos da população, sendo extensíveis a todo o ser humano, independente da idade e fase da vida, bem como, que as formas e métodos de

---

<sup>3</sup> “Pampaedia” – Manuscrito de Johann Amos Comenius, somente descoberto no ano de 1935, tendo o seu autor vivido entre 1592 a 1670.

ensino deveriam ser distintas e adequadas em função da idade e público a que se destinavam (conceito e prática que actualmente designamos por andragogia).

Segundo Terrot, (s.d., cit in Canário, 1999:11), a tradição da educação de adultos veio a desenvolver-se após a revolução Francesa, durante o século XIX e a primeira metade do século XX, tendo-se centrado em torno de quatro factores essenciais: “o nascimento e emergência do conceito, iniciativas do Estado no sentido de tomar a seu cargo a alfabetização dos iletrados, iniciativas associadas à formação profissional e [ainda] à educação política, visando o exercício do sufrágio universal”.

Assumindo-se progressivamente como movimento social, com base na vontade de mudar a sociedade, a consolidação da educação de adultos, teve como uma das suas bases fundamentais, a realização e desenvolvimento de iniciativas de origem não estatal, nomeadamente de iniciativa popular diversa, de carácter político, sindical e associativo (Canário, 1999:11). Assim, a partir do Séc. XIX, surgiu associada a dois grandes processos sociais, condensando-se através do movimento operário, mediante o desenvolvimento de uma série de movimentos sociais de massas, como efeito da influência da educação popular e ainda, mediante um processo de formação e consolidação dos Sistemas Escolares nacionais, segundo uma lógica de extensão ao mundo dos adultos das modalidades de ensino, consideradas de segunda oportunidade (Silva, 1990, cit in Canário, 1999:11-12).

Já no século XX, após o final da 2ª Guerra Mundial, as “necessidades de reconstrução [Europeia] no quadro de uma paz duradoura”, suscitaram uma reorientação da educação, com vista ao desenvolvimento e à promoção das vertentes cívica e democrática, reclamando para a educação de adultos, o papel de “encorajar a tolerância entre as nações, promover a democracia nos países, criar uma cultura comum englobando a elite e as massas, trazer esperança aos jovens [e] dar às populações um sentimento de pertença a uma comunidade (Bhola, 1989:14, cit in Canário, 1999:12).

Como consequência das necessidades de reconstrução europeia e de construção de sociedades mais justas e equitativas, a educação viria progressivamente a impor-se como um direito para todos, surgindo iniciativas que reclamavam a escolarização das massas. Perante tal conjectura, assistiu-se a uma intensa explosão da oferta formativa, crescimento exponencial que simultaneamente se estendeu ao mundo dos adultos (alfabetização) e a determinadas categorias socioprofissionais (formação profissional).

Concomitantemente, tal como sublinha Avanzini (1996, cit in Canário, 1999:12), a Educação de Adultos passou a ser “proposta ou mesmo imposta a todos”, visando essencialmente a ampliação da polivalência dos indivíduos, tendo em vista os seus tempos livres ou uma mais sólida cultura geral, sem porém alterar o seu estatuto.

Avançando até à década de 60, Finger e Assún (2003:29) afirmam que esta foi considerada, quer no que se refere à Educação e Formação de Adultos, quer no que se refere à Educação Popular, como a “Década do Desenvolvimento”, ao ter contribuído para a realização e promoção de uma “agenda de acção social de libertação e empowerment através da educação, quer científica, quer cultural”.

A esse propósito, a 2ª Conferência Internacional de Educação e Formação de Adultos, realizada em 1960 em Montreal, sob a égide da UNESCO, veio reforçar a promoção da educação como prioridade das sociedades, considerando que esta passava a ser o objecto central do desenvolvimento económico e do tecido empresarial, quer a nível nacional, quer internacional.

De facto, tal como sublinham os autores anteriores (Finger e Assún, 2003), “foi sobretudo no quadro da UNESCO e do movimento federativo e democrático posterior à Segunda Guerra Mundial, que a Educação de Adultos, frequentemente sob a modalidade de Ensino Recorrente, se alargou e se estruturou como meio de informação, mobilização e compreensão das grandes questões da humanidade [tornando-se] (...) factor determinante para o desenvolvimento histórico”.

Nesse sentido, a forte associação da Educação e Formação de Adultos aos processos de desenvolvimento económico, constituiu mesmo, segundo Canário (1999:12), um “verdadeiro ponto de viragem”, sendo possível identificar e distinguir algumas tendências, que resultaram na construção de um campo com características próprias, sistematizadas e delimitadas temporal, geográfica e institucionalmente. Tal como afirma o autor, “a expansão acelerada da educação de adultos (...) não representou apenas um processo de simples crescimento linear, como aquele que ocorreu no caso dos sistemas escolares” (Canário, 1999:13). A difusão das práticas educativas dirigidas a adultos foi acompanhada por “um processo de diferenciação interna e de complexificação do próprio campo da educação de adultos, cuja marca mais relevante pass[ou] a ser, progressivamente, a da sua heterogeneidade” (Canário, 1999:13).

Nesse sentido, sinteticamente as evoluções produzidas podem ser descritas em função de três planos: “Diversidade de organismos envolvidos”, “Papel do educador/formador” e ainda, “Práticas educativas”.

Relativamente à dimensão da “Diversidade de organismos envolvidos”, importa ressaltar que, se por um lado o desenvolvimento da educação de adultos contribuiu para a dominância da forma escolar, por outro, contribuiu simultaneamente e “de forma decisiva para o fim (pelo menos teórico) do ‘monopólio educativo’ da educação escolar” (Canário, 1999:16), permitindo não só que outros organismos e instituições se apropriassem dos processos educativos, mas simultaneamente, que fosse reconhecido o carácter educativo/formativo inerente aos múltiplos contextos e situações de vida experienciados pelos sujeitos.

Por sua vez, no que se refere ao “Papel da figura dos educadores/formadores”, a diversidade das novas figuras que se assumiram no espaço e no campo da educação/formação de adultos, associadas ao questionamento da profissionalização e suas tarefas inerentes, permitiram “o fim do monopólio do professor como educador profissional” (Canário, 1999:18). Desse modo, tornou-se forçoso corroborar Lesne (1978, cit in Canário, 1999:17) e reconhecer que “qualquer pessoa que viva em sociedade é de algum modo um agente informal de formação”.

Por fim, a partir da década de 60, assistiu-se a uma “diferenciação” das “Práticas Educativas” da Educação de Adultos, resultando na efectiva distinção de quatro subconjuntos delimitadores e balizadores das práticas sociais, traduzindo-se designadamente no surgimento da Alfabetização, da

Formação Profissional, do Desenvolvimento Local e ainda, da Animação Sociocultural<sup>4</sup> (Canário, 1999:13-14).

No contexto português, a extensão da educação ao mundo dos adultos, veio afirmar-se sobretudo através da criação do Ensino Recorrente, que se apresentava como uma segunda oportunidade, “susceptível de permitir àqueles que nunca puderam frequentar a escola e àqueles cujo percurso escolar foi marcado pelo insucesso e/ou pelo abandono precoce, a possibilidade de iniciar, reiniciar ou aprofundar estudos, em particular ao nível da educação básica” (Canário, 1999:49).

Concomitantemente, ao nível das práticas, a Educação de Adultos passou a sofrer influências do modelo escolar, recorrendo a formas e métodos de ensino dos adultos, semelhantes às ministradas no ensino das crianças. A esse propósito, Honoré (1977, cit in Canário, 1999:34) sustenta que o processo de escolarização da educação de adultos desvirtuou o seu próprio campo e práticas, ao ter deixado passar “a imagem de alguns adultos agindo sobre outros adultos que substituem as crianças”.

A Educação e a Formação de Adultos viram-se assim “subjugadas” a uma visão redutora, dado que os objectivos subjacentes à inclusão dos indivíduos adultos na Escola, menosprezavam e/ou remetiam para segundo plano, a visão humanista da educação, apologista em primeira instância do desenvolvimento pessoal do ser humano na sua globalidade, da sua emancipação e do seu espírito critico/reflexivo.

Por outro lado, o acelerado e exponencial crescimento da oferta formativa, associado a outros factores, conduziu drasticamente a uma crise do modelo escolar, sendo reconhecidas graves lacunas na instituição Escola e na promoção da sua acção. Por outras palavras, sendo reconhecida até então como veículo de mobilidade social, bem como, meio único dotado de legitimidade quanto à transmissão e aquisição de conhecimentos, o facto é, que a educação pela via do modelo escolar, evidenciava um fosso claro entre os saberes escolares e os saberes da e para a vida.

---

<sup>4</sup> **Alfabetização:** relacionada com o conjunto de actividades educativas orientadas por um lado, para a promoção da alfabetização e consequente combate e eliminação do analfabetismo e, por outro lado – e posteriormente –, pelas iniciativas de ensino recorrente, destinadas ao público adulto, pouco ou nada escolarizado, representando “a possibilidade de iniciar, reiniciar ou aprofundar estudos, em particular, ao nível da educação básica” (Canário, 1999, pág. 49).

**Formação Profissional:** relacionada com duas dimensões, a formação profissional tal como foi “inicialmente pensada”, representava e contemplava os processos educativos e formativos de ordem diversa, que contribuísem para a promoção do ser humano e permitissem a “construção e transformação” da sua personalidade em toda a sua globalidade. Intimamente ligada ao conceito humanista e de concepção do sujeito como objecto central dos processos educativos /formativos, a formação profissional acabou por evoluir de forma regressiva para “o conjunto de processos associados à formação profissional continua, orientados para a qualificação e requalificação acelerada da mão-de-obra, entendidas como requisitos prévios e indispensáveis a uma política desenvolvimentista”. Passando a estar fundamentalmente relacionada com o contexto de trabalho e os mercados de trabalho, esta perspectiva passava a colocar em evidência os interesses económicos, a produtividade e a competitividade, “aniquilando” a dimensão individual e a transformação e acção directa sobre o sujeito e o seu processo formativo. Assume-se como o pólo dominante dos dias de hoje.

**Desenvolvimento Local:** opondo-se à ideologia desenvolvimentista característica dos anos 50 e 60, corresponde aos processos de intervenção orientados para o desenvolvimento local, visando e promovendo a intervenção no local e destacando como fundamental a intervenção directa de todos os interessados.

**Animação sociocultural:** assumindo-se como o pólo mais recente, a animação sociocultural diz respeito a uma “uma estratégia de intervenção social e educativa ao serviço de projectos de desenvolvimento”. A grande contribuição da animação sociocultural – e que se traduziu numa influência perante os sistemas escolares – foi o facto de se ter colocado “em evidência a dimensão quantitativa e qualitativa dos fenómenos educativos não formalizados e/ou deliberados. Esta contribuição para a “visibilidade” desta parte imersa do iceberg educativo é essencial para o questionamento da hegemonia e onnipresença da forma escolar, abrindo o caminho a uma autêntica revolução copernicana no modo de pensar a educação”.



Tal como defende Kallen (1996, cit in Costa, 2006:97), a Escola constituía um “instrumento de doutrinação e de opressão da espontaneidade, nas mãos de Estados obcecados pela necessidade de ensinar às crianças o respeito pela lei, o comportamento disciplinado e outras virtudes que os seus “bons” cidadãos deveriam possuir”.

Assumindo-se como modelo universal fechado, tradicional e inicialmente elitista, assente em relações assimétricas de poder entre professor-aluno, reconhecendo o primeiro como agente máximo e detentor do saber, a Escola apelava à apreensão e repetição dos saberes e conhecimentos, favorecendo a racionalidade técnica das aquisições pelas vias da transmissão, imposição e inculcação, negando qualquer hipótese à criatividade, bem como, aos interesses e autonomia dos aprendentes. Assim, para além de não promover uma complementaridade dos processos educativos, nem uma identificação com o objecto central da educação (o aprendente) e sua vida quotidiana, a escola confundia-se e sobrepunha-se à educação, à medida que contribuía para perpetuar as desigualdades, quer relacionais, quer sociais, quer democráticas.

Nesse contexto e com base numa série de críticas, surgiram inclusivamente diversas teorias quanto ao estado da educação e à forma como esta deveria ser percepcionada. Das diversas perspectivas, destacam-se as apresentadas por Ivan Illich e pelo exímio pedagogo Paulo Freire: enquanto o primeiro defendia a necessidade e urgência de se abolir o modelo escolar por absoluto, o segundo apelava a uma superação do modelo assente no que designava por “concepção bancária da educação”, sugerindo a reorientação da instituição escola e da sua acção, assim como, a reconfiguração da forma como eram encarados os fenómenos educativos e os diversos actores que nele participam (Canário, 1999:88).

Tal como sustenta Costa (2006:113), inegavelmente “a escola tem uma função específica na construção do conhecimento e na socialização”, porém, tornou-se “cada vez mais claro, que não é o único instrumento ao serviço da educação das pessoas”, existindo outros dispositivos de aprendizagens e de adaptação pessoal e social.

### **1.2.1 Movimento da Educação Permanente**

No final da década de 60 assiste-se a uma crise mundial da educação, como resultado do modelo quantitativo escolar, instalando-se o debate em torno dos processos educativos. Todavia, só a partir da década de 70 se evidenciam mudanças radicais no que se refere à Educação, emergindo um novo paradigma sobre a forma como esta deveria ser encarada, conduzindo ao questionamento do seu papel, relevância e expansão no seio das sociedades.

Este panorama alastrou-se igualmente ao campo e práticas da Educação de Adultos, surgindo neste contexto um movimento humanista que rompia e criticava o modelo escolar, propondo uma nova perspectiva para a educação: o movimento da educação permanente.

Em primeira instância, o movimento da educação permanente criticava veemente o modelo escolar tradicional, reequacionando os processos educativos e propondo a superação das raízes, concepções e práticas do sistema educativo. Nesse sentido, reclamava para a educação uma perspectiva continuada e holística, ao considerar que esta não se resumia ao modelo escolar e a uma preparação para a vida, mas antes, a um processo contínuo compreendido entre o nascimento e a morte, passível de ocorrer em qualquer contexto. Desse modo, o conceito de educação permanente apelava ao que designamos actualmente por *lifelong*, atribuindo à educação e aos processos de aprendizagem que lhe estão implícitos, uma dimensão espaço-temporal única, correspondente ao tempo de vida do ser humano; mas apelava igualmente ao *lifewide*, sendo que qualquer situação era susceptível de possuir um carácter educativo/formativo, passando a ser reconhecido que todos os contextos, desde os formais, aos informais e não-formais, poderiam constituir/originar momentos educativos.

Por outro lado, a educação permanente reconhecia a educação como direito, através da máxima de que todos os indivíduos eram capazes de aprender e desenvolver as suas capacidades e potencialidades, sendo por isso os sujeitos e o seu pleno desenvolvimento, o elemento central dos e nos processos educativos. A esse propósito, o movimento de educação permanente destacava-se pelas suas características de dinamismo e flexibilidade, ao defender que a educação para todos, deveria ocorrer sem distinção entre realidade e experiência e o aprendente deveria ser reconhecido como alvo e objecto dos processos educativos, sendo considerados os seus interesses e assegurada a continuidade, diversidade e globalidade do seu desenvolvimento.

Segundo Silvestre (2003, cit in Bentes, 2005:49) a continuidade pressupunha que os processos educativos fossem para além da escola; a diversidade impunha o reconhecimento do carácter educativo/formativo inerente a inúmeros contextos e situações; por fim, a globalidade reclamava uma educação que englobasse os valores e representações individuais e sociais, exigindo que independentemente da idade, sexo, estrato social (entre outros factores) a educação fosse reconhecida como direito universal (para todos).

Nesse sentido, uma educação permanente assente nos pressupostos referidos, permitiria ao ser humano uma tomada de consciência quanto aos seus direitos e responsabilidades, quer nos seus processos individuais de desenvolvimento, quer nos das sociedades, instigando progressivamente a participação social, cultural e cívica. Assim, não existiam períodos nem conteúdos exclusivos de aprendizagem, assumindo-se a educação como um dever e direito, que remeteria para a capacidade e desejo permanente de aprender e se formar, os limites impostos ao desenvolvimento do ser humano e da sociedade.

Dada a sua relevância, importa referir que em 1972, uma investigação sobre o estado da educação à escala internacional solicitada pela UNESCO, resultou na apresentação do Relatório "Learning to Be: The World of Education Today and Tomorrow", mais comumente designado por Relatório de Faure e/ou Manifesto da Educação Permanente. Este documento veio reforçar a importância da educação e da educação ao longo da vida, tendo introduzido algumas máximas de especial relevância.

Reafirmando a educação como processo contínuo (lifelong) e multifacetado (lifewide), o Relatório propunha a integração e articulação das diferentes formas e momentos do acto educativo, associando os pressupostos de unidade, globalidade e continuidade do desenvolvimento pessoal humano, a quatro pilares da educação, designadamente, o saber-saber, o saber-fazer, o saber-viver e o saber-ser.

Faure (1972:143)<sup>5</sup> propunha que a Educação fosse encarada como “uma relação envolvente entre todas as formas, as expressões e os momentos do acto educativo”, tendo sido identificados no seu relatório dois objectivos primordiais para atingir a meta proposta, nomeadamente a promoção da democratização do ensino, bem como, a flexibilização dos processos de aprendizagem: primeiramente apelava-se à criação e garantia de condições de igualdade de oportunidades e participação, como consequência do direito de todo o ser humano aprender ao longo da vida; em segundo lugar, apelava-se a uma maior flexibilização dos processos educativos, de modo a tornar possível um maior envolvimento por parte do “aprendente” na concepção e gestão dos mesmos (Costa, 2006:71).

Assim, a garantia de universalidade da educação como um direito, aliada ao “desejo inato do homem de aprender”, tornaria possível “trabalhar rumo a uma sociedade nova e mais humana” (Kallen, 1996, cit in Costa, 2006:70).

A par da extraordinária expansão e ascensão da Educação de Adultos, resultado do imperativo contributo de diversas organizações internacionais, a Educação Permanente, veio progressivamente a afirmar-se enquanto projecto político-institucional, passando a estar definitivamente associada aos direitos e deveres de cidadania, surgindo em documentos formais de diferentes organismos internacionais (como a ONU, a OCDE e o CE) a indicação de que deveriam ser adoptadas medidas com vista a criar e garantir as condições necessárias para uma distribuição igualitária e eficiente das oportunidades educativas (Costa, 2006:69).

Nesse sentido, não sendo possível dissociar a sua acção e intervenção da história e evolução da Educação de Adultos, resulta pertinente destacar o esforço único e particular da UNESCO (Agência das Nações Unidas), que no plano internacional se afirmou como um dos organismos que mais investiu e desenvolveu esforços significativos no que se refere à implementação e estabelecimento das práticas de Educação de Adultos.

Tendo por base a missão prioritária de “contribuir para a paz e segurança, promovendo a colaboração entre os povos através da educação, da ciência e da cultura” (Finger e Assún, 2003:28), para a UNESCO, a tarefa da Educação traduzia-se essencialmente no auxílio às sociedades perante a mudança.

Das suas múltiplas contribuições, destaca-se a responsabilidade deste organismo na organização das cinco Conferências Internacionais sobre Educação de Adultos, designadamente em Elsinor (1949), Montreal (1960), Tóquio (1972), Paris (1985) e ainda, Hamburgo (1997), as quais tiveram influência directa no significado e evolução da Educação de Adultos, bem como, da Educação Permanente.

---

<sup>5</sup> Relatório “Learning to Be: The World of Education Today and Tomorrow” (1972), solicitado pela UNESCO.

Como resultado da saída recente da II Guerra Mundial, a I Conferência enfatizou a vertente cívica da educação, cimentando a ideia de que a educação de adultos era “fundamental para garantir a paz, a vida democrática, a valorização do indivíduo numa sociedade de massa e a correcta utilização do ócio” (Cavaco, 2008:51). A emancipação social, a justiça, a democracia e a garantia dos direitos dos cidadãos eram valores de ordem defendidos no contexto de então, pelo que “o Homem deve[ria] ter um bom nível de educação para enfrentar e resolver os desafios da modernidade” (Cavaco, 2008:51).

As aceleradas mudanças em termos científicos, tecnológicos, laborais, entre outros passaram a colocar novas exigências de adaptação aos indivíduos e às sociedades no geral, levando a Educação de Adultos a ser encarada como agente aperfeiçoador da capacidade técnica e profissional das pessoas (Grácio, 1995, cit in Cavaco, 2008:52).

Como sublinha Le Goff (1996, cit in Cavaco, 2008:52), o discurso da UNESCO na II Conferência, inspirava-se “nos ideais da filosofia das Luzes: a emancipação é inseparável da instrução”, atribuindo claramente à educação o carácter de instrumento de promoção social e de igualdade de oportunidades (Cavaco, 2008:52). Nessa perspectiva, os indivíduos deveriam assumir-se como agentes fundamentais do progresso, a todos os níveis da sociedade, pretendendo-se “formar em simultâneo o produtor, o homem e o cidadão” (Le Goff, 1996, cit in Cavaco, 2008:52).

Por sua vez, a III Conferência veio ressaltar a necessidade da humanização do desenvolvimento, tornando-se missão estratégica da Educação de Adultos, capacitar os indivíduos para intervirem activamente nos processos de desenvolvimento industrial. Nesse contexto, tornava-se urgente “despertar no adulto a consciência crítica do mundo histórico e cultural”, com vista a “transformar esse mundo através da sua acção criadora” (UNESCO, 1972:41).

A Ciência e a Tecnologia afirmavam-se como os motores de aceleração das mudanças, apresentando-se simultaneamente como via de superação das mesmas, sendo para tal necessário que as sociedades compreendessem e dominassem o progresso científico e tecnológico. Perante este cenário, a UNESCO defendia que as pessoas em particular e, as sociedades em geral, necessitavam de mais educação, cívica e política, que capacitasse os adultos na sua mudança e na mudança global, com vista ao desenvolvimento e ao desenvolvimento sustentável. A via ao alcance para tal, partia necessariamente pela humanização do desenvolvimento, isto é, a concepção de que a educação e a aprendizagem humanizavam a informação, da mesma forma que deveriam humanizar a ciência e a tecnologia.

A promoção da educação permanente para todos, contribuiria assim para a construção dos sujeitos como seres reflexivos, que conseguissem controlar a ciência e a técnica em proveito do desenvolvimento e de mudanças sociais desejáveis, ao invés de se tornarem seres passivos e vitimados pelas mudanças.

Tal como defendeu a UNESCO (1972, cit in Cavaco, 2008:49), a educação permanente veio desse modo afirmar-se como “o conjunto de meios e métodos que permitem dar a todos a possibilidade de compreender o mundo em evolução e de estar em condições de poder participar na sua transformação e no progresso universal”.

Já nas IV e V Conferências, assistiu-se a uma significativa mudança ideológica do discurso associado à importância da educação permanente, considerando-se ser missão da educação de adultos, promover e estimular as capacidades e potencialidades dos indivíduos, com vista ao desenvolvimento económico, social, científico e tecnológico.

Como sustenta Cavaco (2008:54), embora se propusesse “uma perspectiva ampla da educação de adultos”, registava-se “um maior enfoque na educação orientada para o trabalho, tanto a nível dos adultos como dos jovens”. Ainda segundo a autora, por não se considerarem “as inúmeras fragilidades do modelo de desenvolvimento industrial” (Cavaco, 2008:52), a educação de adultos entrou numa “profunda crise intelectual e conceptual” (Finger e Asún, 2003, cit in Cavaco).

É nesse sentido, que Canário (1999:88) sustenta que “o alcance dos objectivos proclamados pelo movimento de educação permanente, foi, contudo, limitado, no campo das práticas educativas (...) contraria[ndo] a ideia estratégica de fazer do conceito de educação permanente um princípio reorganizador de toda a actividade educativa”.

Segundo o autor, três efeitos de carácter “perverso” podem ser identificados como agentes contributivos para este cenário, sendo eles a redução da educação permanente ao período da educação post escolar, a extensão do modelo escolar como prática para os processos de formação permanente contribuindo para a “perpetuidade” da escola e por fim, a desvalorização dos saberes adquiridos fora das modalidades escolares de educação, relegando para segundo plano os saberes adquiridos pela experiência e contrariando o conceito de aprender a ser, “que estrutura[va] os ideais da educação permanente” (Canário, 1999:88-89).

Não obstante, tal como sublinham Finger e Asún (2003, cit in Cavaco, 2008:49), ao fornecer “um discurso coerente (...) com que puderam identificar-se tanto formadores, como aprendentes, quer do Norte, quer do Sul”, a Educação Permanente veio afirmar-se como momento federador da educação de adultos, tendo-lhe conferido “uma identidade política - e, mais importante do que isso, uma identidade internacional e institucional -, ao mesmo tempo que a tornava parte de um movimento humanizante global. Não há memória de tal momento na história da educação de adultos”.

### **1.2.2 Livro Branco da Educação - 1995**

Já na década de 90, como resultado das intensas e aceleradas mudanças tecnológicas e sociais, bem como, da mundialização (globalização) dos mercados, o conceito de Educação Permanente ou Educação ao Longo da Vida, renasceu com uma “roupagem diferente” (Costa, 2006:72). A conjectura nacional e internacional influenciada pelos factores anteriormente mencionados, reclamava aos indivíduos, às empresas e às sociedades, uma reacção rápida e eficiente perante as alterações que se processavam e suas respectivas exigências.

A fim de evitar a “obsolescência dos conhecimentos, dos saberes e das competências” (Costa, 2006:72), tornava-se necessária uma aposta constante em “acções” de actualização, remetendo para

cada indivíduo a responsabilidade perante os seus percursos formativos, que deveriam ser geridos não só em função dos seus interesses e gostos particulares, mas igualmente, em função do que o mercado tinha para oferecer (Boshier, 1998, cit in Costa, 2006:72).

No que se refere às empresas, tornava-se urgente uma reconfiguração e flexibilização, assente em “novos modos de pensar e organizar os processos de trabalho, faze[ndo] apelo a novos tipos de saberes, nomeadamente: trabalhar em equipa, pensar à escala da organização no seu todo [e] agir estrategicamente a partir de raciocínios de antecipação” (Canário, 1999:44).

Por fim, aos Estados incumbia a promoção e garantia de condições equitativas de acesso à educação e à formação, por parte de todos. Como resultado, a educação ao longo da vida passou a ser portadora de exigência política e a fazer parte dos discursos e estratégias (políticas) nacionais e internacionais.

Consequentemente, em 1995 assistiu-se ao lançamento por parte da Comissão Europeia, do Livro Branco da Educação “Ensinar e Aprender – Rumo à Sociedade Cognitiva”, documento de referência da acção e política estratégica comunitária (Europa).

O Livro Branco veio reforçar o facto de que as rápidas e crescentes mudanças em todos os sectores e níveis da sociedade, permitiram (entre outras coisas) aumentar as possibilidades, oportunidades e formas de acesso à informação e ao saber. Nesse sentido, “usufruir” da educação, assumia-se não só como direito e dever, mas igualmente, como forma de reagir à mudança, beneficiando e participando na mesma.

Ao mesmo tempo que identificava no contexto europeu, os principais “desafios emergentes no domínio da educação/formação”, o Livro sugeria também “algumas propostas, respeitantes a iniciativas a desenvolver no contexto comunitário” (Pires, 2005:77).

Assim, em função da intensidade e da forma marcante como se manifestaram nas sociedades, foram identificados três choques e/ou tendências que contribuíram para as mudanças mundiais, sendo eles nomeadamente: advento da sociedade da informação, mundialização da economia com consequente aumento da competitividade a nível mundial e ainda, (r)evolução científica e tecnológica (Pires, 2005:77).

Com vista a agir e reagir perante as mudanças identificadas, minimizando os seus eventuais efeitos negativos e ampliando as suas vantagens e potencialidades, a Comissão Europeia apresentou, em matéria de educação e formação, fundamentalmente duas propostas: a revalorização da cultura geral, através de medidas de reforço e promoção da mesma e o desenvolvimento da aptidão para o emprego e a actividade, através do fomento da autonomia pessoal e da capacidade profissional (Pires, 2005:77).

No que se refere à revalorização da cultura geral, o Livro entendia que esta correspondia à “capacidade de captar o significado das coisas, compreender e formular juízos” e defendia que a aquisição de “uma base cultural sólida e vasta”, permitiria não só uma “convergência cada vez maior entre a esfera produtiva e a esfera educativa” (conciliação entre o ensino geral e a formação especializada), mas também, a promoção e reforço do desenvolvimento pessoal e profissional (Pires,

2005:78). De acordo com esta proposta, a valorização “da cultura científica, histórica e geográfica”, era ainda encarada como contributo “para o exercício da democracia e da cidadania e para a formação da compreensão e do espírito crítico” dos indivíduos (Pires, 2005:78).

Sumariando, em matéria de estratégia e de relevância, a revalorização da cultura geral tal como fora preconizada no Livro, era encarada como o “primeiro factor de adaptação [dos indivíduos e das sociedades] à evolução da economia e do emprego, (...) [permitindo] um posicionamento mais crítico e responsável numa sociedade cada vez mais exigente e complexa” (Pires, 2005:78).

Relativamente à proposta de desenvolvimento da aptidão para o emprego e a actividade, o Livro era peremptório na atribuição de uma relação quase totalmente linear de causa/efeito, entre educação/formação e garantia de condições de empregabilidade, encarando ambas como “últimos recursos face ao problema do emprego” (CE, 1995, cit in Costa, 2006:73).

Primeiramente, o Livro destacava que as capacidades necessárias e indispensáveis ao desenvolvimento da aptidão para o emprego, correspondiam nomeadamente a “conhecimentos sólidos de base, competências técnicas e aptidões sociais” (Pires, 2005:78). Em segundo lugar, reconhecia que diversos espaços e contextos de formação (formal, não formal e informal), contribuíam para a apreensão e aprendizagem dessas capacidades necessárias. Por fim, defendia que a aposta em percursos educativos/formativos se assumia como a mais viável, eficaz e consistente, face à aquisição e desenvolvimento das capacidades necessárias ao emprego, resultando assim num incremento das possibilidades de sucesso em termos de empregabilidade e consequentemente, na melhoria das condições de qualidade de vida dos indivíduos e das sociedades, a todos os níveis (pessoal, profissional, cultural, cívico, social).

Colocando a tónica nas questões da adaptação e da empregabilidade, pautando o seu discurso pela introdução de critérios de “qualidade”, “eficiência” e “competitividade”, a estratégia delineada no Livro Branco passava pelo reconhecimento dos sistemas e percursos educativos e formativos (através da consideração dos diplomas e dos saberes adquiridos), em prol da almejada coesão social e do combate à exclusão no espaço europeu.

Segundo a análise de Pires (2005:78), o Livro Branco pretendia evidenciar a necessidade de “diversificar as ofertas educativas e as saídas profissionais, e promover as oportunidades para adquirir experiência profissional e mobilidade, consideradas decisivas para que o indivíduo [pudesse] (...) construir um percurso formativo e profissional com qualidade”.

Em oposição, Canário (1999:89) sustenta que a publicação do Livro pretendia afirmar-se como “expressão de um interesse renovado e, aparentemente, consensual pela educação, entendida como um processo continuado que atravessa toda a existência humana”. (...) [Porém] para lá de algumas belas frases de circunstância que constam, necessariamente, de qualquer discurso ou relatório”, foram diversas as críticas em torno da importância estratégica atribuída à educação e formação ao longo da vida.

Ainda segundo o autor (1999:90), o Livro Branco desvirtuava a educação e formação no seu conceito lato e na sua visão humanista, bem como, contribuía para um empobrecimento dos fenómenos

educativos, através da contemplação de técnicas e práticas educativas marcadas por critérios empresariais. Por outro lado, a “abertura sem fronteiras” da sociedade do conhecimento e da informação aliada à imensa oferta e diversidade de contextos e situações de carácter educativo/formativo, contribuíram para uma sobreposição da lógica de aprender a ter, à lógica do aprender a ser, conduzindo consequentemente a uma maior responsabilização individual pelos falhanços pessoais (o que actualmente designamos por teoria da responsabilização individual).

Fundamentalmente, o Livro Branco adoptava uma visão redutora e funcionalista, ao subjugar a educação a uma lógica de carácter económico, orientada e associada a critérios de mercado, lucro, procura, eficácia, qualidade, competitividade, como via (quase que exclusivamente) única para a adaptação às mudanças e transformações frequentes da sociedade do conhecimento e da informação, para o reforço das condições de empregabilidade e para um desenvolvimento (mais) sustentável das sociedades (Canário, cit in Costa, 2006:84).

Sumariando, as principais críticas ao modelo e à política introduzida pelo Livro Branco, dão conta de “uma progressiva perversão da lógica inicial em resultado da erosão dos ideais da educação permanente”, permitindo a análise crítica do conceito de APL “perceber que o aparente consenso entre os fundamentos e orientações da educação permanente e da aprendizagem ao longo da vida dissimulam diferentes perspectivas sobre o Homem e a educação. Entre a educação permanente e a aprendizagem ao longo da vida há evidentes rupturas, sobretudo a nível ideológico”.

Neste sentido, as diversas críticas à APL encontram expressão nas considerações de Canário (1999:90), que sustenta que na estratégia apresentada em 1995 pela Comissão Europeia, “as finalidades da promoção social, cultural e cívica, que marcaram o movimento da educação permanente, tende[ra]m a ser paulatinamente substituídas pelas finalidades (aliás contraditórias) de aumentar a produtividade e criar emprego. É nesta perspectiva que Le Goff sustenta que o interesse actual pela educação ao longo da vida, longe de significar um renovado interesse pelos ideais dos anos 70, assenta precisamente na continuada erosão desses ideais”.

A esse propósito Carré e Caspar (1999, cit in Cavaco, 2008:51), afirmaram que “em menos de trinta anos passou-se de uma visão social e humanista de educação permanente para uma visão económica e realista da produção de competências”.

### **1.2.3 Relatório Delors - 1996**

Já em 1996, ano da educação permanente para os países membros da União Europeia, foi apresentado o relatório Delors “L’education, un trésor est caché dedans” (UNESCO).

Este documento veio reforçar a força e imprescindibilidade da educação como um processo “co extensivo à vida e alargado às diferentes dimensões da sociedade”, implicando que “cada indivíduo saiba conduzir o seu destino, construindo-se continuamente enquanto pessoa, desenvolvendo



saberes, aptidões e simultaneamente a sua capacidade de discernir e agir face a um mundo onde a rapidez das mudanças se conjuga com fenómenos de globalização” (Costa, 2006:86).

Para Delors (1996, cit in Costa, 2006:86), a combinação flexível das quatro aprendizagens fundamentais e/ou pilares do conhecimento (saber-saber, saber-fazer, saber viver juntos e saber ser) que caracterizam a educação como processo e fenómeno pluridimensional, deveria ser encarada por todos como “um meio que permite chegar a um equilíbrio mais perfeito entre trabalho e aprendizagem e ao exercício duma cidadania activa”.

Ainda no decorrer de 1996, o Conselho Nacional de Educação, definiu o conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida, assumindo que o mesmo englobava “o desenvolvimento individual e social do ser humano sob todas as formas e em todos os contextos (...) trata[ndo]-se de uma abordagem sistémica, centrada nos níveis de conhecimento e competências a adquirir por cada um, independentemente da sua idade” (CNE, 1996:15, cit in Costa, 2006:74).

Corroborando a ideologia subjacente à definição do Conselho, Azevedo (2004, cit in Costa, 2006:94) define de forma mais ampla e complexa o conceito de aprendizagem ao longo da vida, afirmando que esta “surge como parte integrante da própria vida, valorizada em todas as suas dimensões, pessoal, comunitária, espiritual e material. Já não se pretende aproximar a educação da vida, mas antes, aprender na e com a própria vida, transformando cada uma das experiências num capital de conhecimento e de cultura colocado solidariamente ao serviço da (...) sociedade”.

#### **1.2.4 Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida - 2000**

Assim, progressivamente o conceito de educação ao longo da vida veio dar lugar ao conceito de aprendizagem ao longo da vida.

Em 2000, assistiu-se ao lançamento pela Comissão Europeia, do Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida, documento que veio reforçar os objectivos e políticas estratégicas comunitárias já prosseguidas, introduzindo contudo algumas novidades.

Com vista ao alcance de um crescimento económico dinâmico e simultaneamente, à promoção da coesão social, primeiramente, o documento veio fortalecer a necessidade da Europa adoptar uma “acção concertada”, assente no estabelecimento da aprendizagem ao longo da vida como uma das prioridades políticas europeias (Pires, 2005:81). Nesse âmbito, a aprendizagem ao longo da vida “tornou-se no princípio orientador de uma nova geração de programas comunitários nas áreas da educação, formação e juventude” (Costa, 2006:87).

Como consequência da “Europa se encontrar num período de transição para uma sociedade e uma economia assentes no conhecimento”, as necessidades de fomento da empregabilidade, bem como, do reforço e promoção da cidadania activa, foram reafirmadas como “pedras angulares” da política comunitária (Costa, 2006:87).

Tais objectivos estratégicos dependiam assim “da existência de competências e conhecimentos adequados e actualizados indispensáveis à participação na vida económica e social”, reconhecendo-se os cidadãos europeus como “actores principais das sociedades do conhecimento” (Pires, 2005:81).

Nesse sentido, a aprendizagem ao longo da vida “impunha-se” como processo ininterrupto, ganhando o conceito de “lifewide” uma força redobrada. O reconhecimento da importância das aprendizagens informais e não formais nos processos educativos/formativos - até então contemplado, mas relegado para segundo plano -, foi uma das “novidades” do Memorando, sendo destacada a necessidade de considerar a complementaridade dos três domínios da aprendizagem, bem como, de desenvolver parcerias entre entidades diversas, a fim de criar uma “osmose gradual entre estruturas de oferta” (Pires, 2005:82).

A esse propósito, Costa (2006:90) afirma que o estabelecimento de parcerias implicava que “os diferentes níveis e departamentos dos sistemas de educação e formação, incluindo os domínios não formais” trabalhassem em estreita concertação, construindo “pontes e percursos entre as diferentes partes dos sistemas existentes”.

Em suma, o documento punha em causa “o estatuto dos saberes”, assim como, “a relação das pessoas com o saber”, colocando a tónica central da estratégia em curso (APL), quer nos indivíduos, quer nas entidades directamente ligadas à educação e formação (Pires, 2005:82-83). Aos primeiros impunha-se a “necessidade de transformação e de actualização de um perfil de competências básicas”; aos últimos, salientava-se “o papel e a responsabilidade que os sistemas de educação e de formação (incluindo os não formais) [detinham], em todos os níveis – inicial, superior, adulta/continua – no processo de aquisição e actualização das competências dos indivíduos”.

### **1.2.5 Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias - 2001**

Em 2001, na sequência da realização de um processo de consulta do Memorando de Aprendizagem ao Longo da Vida à escala europeia, a Comissão das Comunidades Europeias lançou o documento “Tornar o Espaço Europeu de Aprendizagem ao Longo da Vida uma realidade”.

Este instrumento veio reforçar a necessidade indiscutível de se adoptar uma nova abordagem da educação e formação, através da criação de um quadro global que articulasse as áreas anteriores, às políticas de emprego, integração social, juventude e investigação (Pires, 2005:88-89).

Nesse âmbito, foram lançadas algumas estratégias, como medidas para aquisição dos objectivos preconizados e como forma de dar continuidade e sustentabilidade às acções, intervenções e lógicas já levadas a cabo no espaço europeu.

Das estratégias propostas, destacavam-se as necessidades de adaptação e flexibilização dos sistemas educativos/formativos, com particular ênfase para os sistemas tradicionais, alargamento do âmbito do conceito de aprendizagem ao longo da vida e ainda, adopção de acções concertadas de cooperação e coordenação por parte dos estados-membros.

No que se refere à primeira estratégia, como refere o documento, a mensagem era inequívoca: “os sistemas tradicionais [de educação e formação] dev[eriam] ser adaptados, a fim de se tornarem mais abertos e mais flexíveis, obstando a que as desigualdades existentes se perpetu[ass]em, facultando aos aprendentes o acesso a percursos individuais de aprendizagem à medida das suas necessidades e interesses, em qualquer estágio da sua existência” (idem:89).

Relativamente à segunda estratégia, o conceito de aprendizagem ao longo da vida deveria contrapor-se a uma perspectiva economicista, estritamente relacionada com o emprego e o mercado de trabalho (tal como fora amplamente abordada no Memorando), passando a ser entendida como “toda a actividade (...) em qualquer momento da vida, com objectivo de melhorar os conhecimentos, as aptidões e competências, no quadro de uma perspectiva pessoal, cívica, social e/ou relacionada com o emprego” (CE, 2000, cit in Costa, 2006:92). Assim, a aprendizagem ao longo da vida passaria a contemplar de forma consensual quatro objectivos: a realização pessoal, a cidadania activa, a inclusão social e a empregabilidade/adaptabilidade (Costa, 2006:92).

Por fim, no que respeita à terceira estratégia, a fim de assegurar “a circulação livre entre diferentes espaços de aprendizagem, empregos, regiões e países” e contribuir para “a melhoria da prosperidade, integração, tolerância e democracia” (Pires, 2005:89), cabia ao estados-membros “trabalhar em parceria (a nível nacional, regional e local), promover uma cultura de aprendizagem (...) procurar a excelência a fim de garantir a coerência, apreender as necessidades de aprendizagem [e ainda] facilitar o acesso e mobilizar recursos adequados para garantir a exaustividade da abordagem” (CE, 2001, cit in Costa, 2006:93). Como sublinha Pires (2005:90), “o reforço da cooperação e o intercâmbio de boas praticas no domínio da aprendizagem ao longo da vida”, eram encarados como “vectores” determinantes para a continuidade do trabalho e intervenção que a Europa se propunha a realizar.

Porém, alguns autores dos quais destacamos Lima (2002, cit in Costa, 2006:76) contestaram a “renovada” visão sobre a aprendizagem ao longo da vida, sua relevância e potencialidades, por continuar progressivamente a ser encarada como a “salvação” das sociedades.

Opondo-se fortemente a esta concepção de aprendizagem ao longo da vida, Lima (2002, cit in Costa, 2006:76) caracterizou-a, declarando-a como “máxima político-educativa decorrente da declaração de ‘falência’ do estado-providência, predominantemente orientada para a resolução de problemas de competitividade económica e para o reforço das vantagens competitivas de indivíduos, empresas e nações. Como se a re-escolarização da sociedade, em toda a sua latitude e longitude, fosse uma solução, a partir de um fenómeno de “pedagogização” quase totalitária da esfera individual e colectiva, assente na crença pedagoga de que os nossos maiores problemas se devem à crise da educação e da escola e que só pela via de um novo paradigma de aprendizagem, que em primeiro lugar responsabiliza o individuo e o atomiza, e cujo maior sucesso dependerá da sua efectiva utilização vantajosa, i.e, contra outrem, poderemos finalmente responder aos “desafios” da globalização e da «sociedade da informação e do conhecimento»”.

### 1.2.6 Do conceito de Competência ao Reconhecimento de Adquiridos

Não obstante as diversas críticas proferidas ao longo da evolução do campo e práticas da Educação e Formação de Adultos, um dos aspectos mais importantes e que obteve perpetuidade no tempo e no espaço, prendeu-se com o progressivo reconhecimento de que as aprendizagens se assumem como fenómenos inseparáveis da existência humana, afirmando-se concomitantemente como necessidades intrínsecas à condição humana.

Nesse sentido, o conceito de competência e a ideologia que lhe está associada, acentuaram-se ao longo do decénio de 80, tendo-se assistido ao seu auge na década de 90 (Boterf, 2005:9).

Indiscutivelmente, o conceito de competência passou a estar intrínseca e profundamente ligado à educação e à formação, sendo cada vez mais parte integrante dos discursos, documentos e políticas a nível comunitário. Por outras palavras, a competência, “como uma faculdade genérica, como uma potencialidade, com um significado distinto de desempenho (*performance*)”, tal como fora defendida por Chomsky (s.d., cit in Bentes, 2005:66), fazia indubitavelmente parte do espectro que conduziria o ser humano e as sociedades a um melhor entendimento do eu, do outro, do mundo e contemplava em si, a capacidade de reacção e resposta às mutações, bem como, um meio para prevenir a exclusão social, instigando à participação colectiva.

Esta percepção sobre os fenómenos educativos/formativos, permitiu algumas inovações: primeiramente, a visão institucionalizada da educação foi ultrapassada, passando a qualificação (decorrente da formação inicial dos indivíduos) progressivamente a ser entendida “apenas como um ponto de partida, para um compromisso numa dinâmica de aprendizagem”, com vista à criação incessante de novas competências (Boterf, 2005:9); em simultâneo, assistiu-se ao reconhecimento da importância dos contextos não formais e informais na produção de aprendizagens e conhecimentos, bem como, à criação de condições para que os saberes e experiências pudessem ser autenticados e valorizados formal e socialmente, sendo encarados como fonte legítima de saber.

No que se refere à primeira inovação em termos do papel e consistência da educação, importa referir que a instituição escolar através da sua ampla rede de ensino formal, não foi “excluída” nesse processo, dado que como reforça Azevedo (2004, cit in Costa, 2006:99), “aprender ao longo da vida não dispensa, nem substitui, aprendizagem escolar. Mas desafia-a, obrigando-a a reinventar-se e a sintonizar-se com a interpelação do mundo que a rodeia. Deste modo, as instituições escolares constituem-se elas próprias como organismos aprendentes (...) [e os professores e educadores] pelo seu saber técnico e científico, pela sua experiência e pelos papéis que desempenham num espaço educativo de referência (...) constituem parceiros preciosos em todas as dinâmicas de aprendizagem a valorizar, formais, não-formais e informais”

Relativamente à segunda inovação, tal como afirma Lima (2002, cit in Costa, 2006:74), tornou-se urgente reconhecer que “a aprendizagem concentra um significado mais comportamental e individual, podendo relevar não apenas de acções de educação formal ou não formal, mas também de situações experienciais sem carácter estruturado e intencional, como de facto resulta inevitavelmente

da experiência, lato sensu considerada, é também uma decorrência da vida, o resultado de diversos processos de socialização primária e secundária sem objectivos educativos expressos, de ensaios e tentativa – erro e de acção e reflexão, sem os quais não seria sequer possível aprender e sobreviver autonomamente em contextos sociais minimamente complexos”.

Reiterando o autor, Pires (2005:218) defende que a experiência é “uma confrontação com o desconhecido ou o inesperado, provocando um confronto entre a identidade e a realidade, dando origem a um novo estado. É através (...) [dela] que o sujeito estabelece a sua relação com o mundo, com os outros [e] com as coisas; (...) [a experiência] está no centro de toda a reestruturação das formas de pensamento e de acção, implicando uma ruptura das representações anteriores (...) promove[ndo] o desenvolvimento do sujeito”.

Mas tal como afirma Dominicié (1989, cit. in Pires, 2005:192), a “experiência não constitui em si uma aprendizagem, mas a aprendizagem não pode efectivar-se sem a experiência”. Desse modo, “a experiência não é um acto bruto [e] para que seja formadora tem de ser construída e reflectida” (idem). É nesse sentido que Pires (2005:218) sustenta que para que haja uma aprendizagem efectiva, “é necessário um trabalho cognitivo de reelaboração, de desconstrução/reconstrução das representações, dos conhecimentos dos esquemas de acção, trabalho que é feito à luz do sentido que o sujeito atribui às experiências”.

O facto é, tal como sustenta Boterf (2005:15), que “a informação não é rara; é até muito abundante. Pode tornar-se rapidamente incómoda. (...) O que cria valor é a transformação em conhecimentos, isto é, a sua interpretação”. Nesse sentido, impõe-se ao ser humano apreender a informação, filtrá-la através de processos complexos de análise, interpretação e reflexão e acomodá-la nos seus sistemas perceptivos e de memória, para saber utilizá-la a seu favor. Como ultimo passo deste processo cíclico e ininterrupto, o ser humano produzirá mais saberes e adquirirá e reforçará mais e melhor as suas competências de ordens diversas.

Assim, a aquisição e mobilização de competências efectivam-se pelas abordagens diacrónica e sincrónica, ao resultarem da combinação complexa de conhecimentos e experiências, que decorrem das aprendizagens anteriores e condicionam as subsequentes, mas igualmente, da estreita relação (significado) entre uma aprendizagem e outra (Serramona, 1992, cit in Costa, 2006:100).

Mas para que isto aconteça, é igualmente necessário equacionar quais as condições necessárias para que as competências possam evoluir e para que outras possam ser construídas. Por outras palavras, estes fenómenos não ocorrem sem que haja uma participação directa e indirecta do ser humano em experiências diversas, que simultaneamente são influenciadas e influenciam o individuo, não permitindo que delas saia “ileso” sem lhes atribuir um significado específico e sem resultar em processos de transformação interior.

Como sustenta Boterf (2005:30), a competência evolui assim em função de dois pólos: o pólo da prescrição estrita, decorrente de situações caracterizadas pela repetição, pelo rotineiro, pelo simples, pela execução das instruções e, o pólo da prescrição aberta, resultante das situações caracterizadas pelo confronto com as eventualidades, inovação, complexidade e tomada de iniciativas.

Nesse sentido, as capacidades e competências dos indivíduo, decorrentes do saber-saber, do saber-fazer, do saber-ser e do saber-viver, encontram-se naturalmente dependentes e condicionadas pela sua integração e participação numa multiplicidade de situações e contextos, que contemplem a formalidade, não-formalidade e a informalidade dos fenómenos educativos.

Em suma, a formação de competências, resultante das aprendizagens efectuadas por meio das experiências, depende do equilíbrio entre a plasticidade dos diferentes saberes e a multiplicidade de contextos que permitem que estes ocorram e se manifestem.

### **1.2.7 Aprendizagem Experiencial**

É neste contexto que surge a aprendizagem experiencial, que reconhece a experiência como fonte legítima de saber e as aprendizagens dela resultante, como fonte de desenvolvimento de competências de diversas ordens.

Importa referir que o reconhecimento de adquiridos experienciais, destacou-se primeiramente nos EUA (América do Norte), após o final da Segunda Guerra Mundial e posteriormente na década de 60, no Québec (Canadá), associado à actividade de grupos feministas, tendo evoluído através de formas complementares e de práticas convergentes, em função dos países onde se veio a afirmar (Canário, 1999:113).

Como sustenta Pires (2005:109), estas práticas inscreviam-se “numa problemática mais alargada de educação/formação ao longo da vida, ou seja, das aprendizagens que os adultos realiza[va]m ao longo das suas trajectórias pessoais, sociais e profissionais, ultrapassando as tradicionais fronteiras espaço-temporais delimitadas institucionalmente pelos sistemas de educação/formação. Num contexto de atenuação de fronteiras entre educação, formação, trabalho e lazer, o reconhecimento de aprendizagens dos adultos constituiu-se como um desafio incontornável aos sistemas de educação/formação”.

Resulta pertinente destacar os (dois) principais aspectos que o caracterizam: em primeiro lugar, o reconhecimento de adquiridos, assenta numa constante atribuição de sentido às aprendizagens. Segundo Barth (1996, cit in Canário, 1999:110) aprender significa e pressupõe “atribuir sentido a uma realidade complexa” e realiza-se a partir “da história cognitiva, afectiva e social de cada sujeito”; em segundo lugar, a aprendizagem experiencial assenta na “mobilização do sujeito para autoproduzir a sua vida” (Pineau, 1983, cit in Canário, 1999:110), fazendo apelo a que ele “se utilize a si próprio como um recurso” (Charlot, 1997, cit in Canário, 1999:110).

Corroborando o exposto, Chéné e Theil (1991, cit in Pires, 2005:200-201) caracterizam a aprendizagem experiencial como sendo um processo contínuo em que é atribuída especial ênfase ao papel activo da pessoa na relação com o saber e na construção do seu saber. A esse propósito, Finger (1989:39, cit in Bentes, 2005:30) sublinha que “a experiência constitui (...) a ligação entre a pessoa e a cultura, fundament[ando] a identidade da pessoa”.

De acordo com o exposto, Canário (1999:112) caracteriza a aprendizagem experiencial como um processo contínuo que está associado à capacidade do sujeito para reelaborar experiências, “integrando-as como saberes susceptíveis de serem transferidos para outras situações, integrando-as na unidade global que representa o processo de autoconstrução da pessoa”. Ainda segundo o autor, a aprendizagem experiencial prima pela articulação de uma lógica de continuidade, dado que sem uma referência à experiência anterior, a aprendizagem não sucede, mas simultaneamente, por uma lógica de ruptura, uma vez que “a experiência só é formadora, se passar pelo crivo da reflexão crítica” (Canário, 1999:111).

Por sua vez, Pires (2005:112) destaca que o “valor dos saberes experienciais detidos pelos adultos depende em primeira instância de um processo de explicitação e formalização, pois pela sua natureza os saberes experienciais são tácitos e implícitos.

Identificá-los, nomeá-los, dar-lhes visibilidade e legitimidade, tanto na dimensão pessoal, como na profissional e social, são parte das ambições das novas práticas emergentes.

Em suma e tal como sustenta Cavaco (2002, cit in Bentes, 2005:30), a aprendizagem experiencial caracteriza-se por “apresenta[r] a ideia mais global e próxima do modo como os adultos se formam na sua vida quotidiana”.

Gradualmente, a aprendizagem experiencial, através da lógica do reconhecimento de adquiridos, veio dar lugar à criação e implementação de sistemas de autenticação de competências, permitindo que actualmente as competências adquiridas pelos indivíduos ao longo da sua vida, decorrentes de uma diversidade de experiências e de uma multiplicidade de contextos, sejam validadas e certificadas, sendo formal e socialmente reconhecidas através da sua conversão em qualificação escolar e/ou profissional.

#### **1.2.8 Breve conclusão sobre a Educação e Formação de Adultos**

Sumariando, a Educação e a Formação de Adultos assumem-se como realidades que se expressam através de uma diversidade de “práticas sociais de natureza educativa (...) com características próprias, susceptíveis de uma delimitação temporal, geográfica e institucional”, mas igualmente, de “práticas sistematizadas de reflexão e de produção de novos conhecimentos” (Canário, 1999:18). Como tal, a complexidade e abrangência característica das suas histórias evolutivas, reclamam consequentemente “uma descrição compreensiva e não arbitrária” (idem).

Indiscutivelmente, os seus objectivos, missões, práticas e relevância, apresentam-se orientados para a emancipação e o desenvolvimento pleno do ser humano, com vista a proporcionar transformações indispensáveis aos indivíduos que assentam essencialmente em dois vectores, designadamente, no reforço das suas capacidades intelectuais, físicas e morais, bem como, numa apreensão e assimilação da realidade complexa que resulta da relação entre o eu, o outro e o mundo,

apelando à mobilização e participação activa dos sujeitos nas suas sociedades e suas respectivas mudanças e progressos.

Nesse sentido, para descrever a sua essência ideológica, parece pertinente citar a “perspectiva de educação socializante de adultos” (Canário, 1999:22), apresentada por Gerard Bogard em 1991, no Relatório elaborado para o Conselho da Europa, no qual o autor sustenta que a Educação e Formação de Adultos se assumem como meios privilegiados para que tanto “as sociedades como os cidadãos possam estimular, dirigir e controlar as mutações estruturais dos modos de regulação económicos, políticos e sociais (...) diz[endo] respeito, em primeiro lugar, à autonomização dos adultos, à sua qualificação e à sua capacidade para conduzir a mudança” (Bogard, 1991, cit in Canário, 1999:22).

Ainda segundo a perspectiva deste autor, a filosofia subjacente à Educação e Formação de Adultos “repousa sobre o desenvolvimento da capacidade das pessoas em proveito do desenvolvimento da comunidade”, sendo que “a natureza desta educação (...) est[á] portanto, estreitamente ligada ao tipo de sociedades que se deseja promover e, por conseguinte ao grau de democracia, de igualdade de oportunidades e de possibilidades para os indivíduos de concretizar as suas liberdades e direitos” (Bogard, 1991, cit in Canário, 1999:23).

De acordo com o exposto, para se definir o conceito de Educação de Adultos naquilo que de mais amplo e que de mais específico lhe está subjacente, é pertinente citar a definição adoptada pela UNESCO, na conferência realizada em Nairobi em 1976, dado afirmar-se como uma das expressões mais adequadas, correspondendo igualmente à definição adoptada pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo, em 1988 (Canário, 1999:36). Assim, a Educação de Adultos assume-se como sendo “o conjunto de processos organizados de educação, qualquer que seja o conteúdo, o nível e o método, quer sejam formais ou não formais, quer prolonguem ou substituam a educação inicial dispensada nos estabelecimentos escolares e universitários e sob forma de aprendizagem profissional, graças aos quais pessoas consideradas como adultas pela sociedade de que fazem parte desenvolvem as suas aptidões, enriquecem os seus conhecimentos, melhoram as suas qualificações técnicas ou profissionais ou lhes dão uma nova orientação, e fazem evoluir as suas atitudes ou o seu comportamento na dupla perspectiva de um desenvolvimento integral do homem e de uma participação no desenvolvimento socioeconómico e cultural equilibrado e independente”(UNESCO, 1976, cit in Gomes, 2006:35).



## **CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS: PROCESSO DE RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

### **2.1 Origem do Processo RVCC**

As práticas de reconhecimento das aprendizagens adquiridas pela via da experiência emergiram primeiramente nos Estados Unidos da América, como resposta à problemática evidenciada pelos soldados retornados da 2ª Guerra Mundial. Com o regresso dos combatentes, impunha-se a necessidade da sua inclusão nos diversos domínios da vida em sociedade, em especial, a inserção no mercado de trabalho, sendo urgente reconhecer os conhecimentos e aprendizagens obtidos em contextos diversos.

Já na década de 60, o reconhecimento de adquiridos é amplamente difundido no Canadá (Quebec), como resultado de intensas reivindicações e movimentos associativos feministas.

Posteriormente, nas décadas de 60 e 70 as práticas de reconhecimento disseminam-se, alargando-se a países como a França, Reino Unido, Irlanda e Austrália, tendo no caso do contexto português, derivado especialmente da influência dos modelos europeus, como o Modelo Francês de Balanço de Competências e o Modelo Britânico de Validação de Qualificações (National Vocational Qualification + Qualification Curriculum Authority).

É já no final da década de 90, mais precisamente em 1999, que se assiste em Portugal à criação de um Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Português (SRVCC), formalmente legislado mediante o D.L. nº. 387/99, de 28 de Setembro, pertencendo o mérito da sua concepção, implementação e acompanhamento à Associação Nacional para a Educação e Formação de Adultos (ANEFA - D.L. nº. 393/99, de 20 de Julho).

Visando o cruzamento de diversos domínios, nomeadamente da educação, formação, mundo de trabalho, organizações e sociedade em geral, a urgência da introdução de um SRVCC Português resultou de duas necessidades: primeiramente, reforçar os sistemas de educação/formação, com vista à articulação com o mundo de trabalho e a sociedade, sendo necessária e desejável uma maior flexibilidade, transparência e transferibilidade por parte destes sistemas (Pires, 2005:370); em segundo lugar, promover e difundir a promoção da educação e formação ao longo da vida, através do fomento de perspectivas de aprendizagem ao longo da vida.

Apresentando-se como sistema complementar e socialmente aceite pelos sistemas formais de educação/formação, com base no desenvolvimento de mecanismos de inserção mais inclusivos (Pires, 2005:371), o SRVCC propunha o reconhecimento e validação dos saberes e competências dos indivíduos, adquiridos à margem dos sistemas tradicionais de educação/formação, sendo valorizadas as aquisições efectuadas em situações e tempos de vida diferenciados, abrangendo assim uma multiplicidade de contextos, desde os formais, aos não formais e aos informais. Nesse sentido, tal como sublinha Pires (2005:371), o SRVCC propunha a valorização do “capital de saberes implícitos, não

formalizados mas de elevado valor pessoal, profissional, social e económico”, passando a reconhecer a experiência como fonte legítima de saber.

A implementação e estabilização do SRVCC como hoje o conhecemos, resultou de uma série de medidas e acções estratégicas levadas a cabo, das quais se destacam duas evoluções que (muito) contribuíram para esse feito, nomeadamente, a introdução da (nova) oferta formativa Processo RVCC e consequente criação da Rede de Centros RVCC/NO, bem como, a concepção de um Referencial de Competências-chave para a Educação e Formação de Adultos (nível Básico e posteriormente, nível Secundário), como instrumento regulador e orientador das ofertas formativas dirigidas ao público adulto.

### **2.1.1 Criação da Rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências/ Novas Oportunidades (CRVCC/CNO)**

A criação da Rede de Centros de RVCC a título experimental, ocorreu em Novembro de 2000, mediante a abertura de seis Centros, os quais assumiram como principal objectivo “a aplicação do modelo de intervenção [de RVCC], com vista à permanente adequação e reformulação dos instrumentos que fundamentam a concepção e arquitectura do Sistema [RVCC]” (Portaria nº. 1082-A/2001, de 5 de Setembro, artigo 3º).

Ainda que em número reduzido, numa fase inicial, os primeiros Centros foram distribuídos pelas regiões do Norte do país (Associação Industrial do Minho, Associação Nacional de Oficinas e Projectos e Associação Comercial de Braga), pela região de Lisboa e Vale do Tejo (Escola Nacional de Bombeiros e Centro de Formação Profissional do Seixal - IEFP) e ainda, pela região Sul (Agência para Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste) (Portaria nº. 1082-A/2001, de 5 de Setembro, artigo 3º).

De acordo com as políticas educativas públicas implementadas a nível nacional e simultaneamente por influência e determinação das estratégias políticas definidas a nível comunitário (nomeadamente pela Estratégia de Lisboa - 2000), estipulou-se que mediante o grau de sucesso e aceitação desta (nova) via educativa/formativa, até 2006 deveriam ser criados cerca de 84 Centros, com uma proporção de crescimento de 78%, na totalidade de 14 Centros por ano, à excepção de 2001, em que se previa a implementação de 22 Centros (ANEFA, 2002, cit in Pires, 2005:517). A definição das metas de crescimento, visavam não só a correspondência face às políticas comunitárias, mas simultaneamente, uma tentativa de diminuição das assimetrias regionais, como forma de favorecer a igualdade de oportunidades.

Nesse sentido, após sensivelmente um ano de implementação dos primeiros Centros RVCC, definiu-se por decreto na Portaria nº. 1082-A/2001, de 5 de Setembro, o processo de acreditação das entidades promotoras dos Centros RVCC, mediante os critérios do Sistema Nacional de Acreditação de Entidades (da ANEFA).

Com vista a “optimizar as estruturas existentes a nível nacional (associações locais e

empresariais, empresas, centros de formação profissional, estabelecimentos de ensino, centros de formação, etc)”, este Sistema de Acreditação visava atestar e reconhecer formalmente a capacidade das entidades para a implementação e a gestão da prática de RVCC dos adultos (Pires, 2005:516-517).

No que se refere à implementação dos Centros RVCC, mais concretamente ao nível da sua missão, estes visavam e visam presentemente, a concretização de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências, com base no acolhimento e orientação de públicos adultos, com idade igual ou superior a 18 anos, que possuem baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional e pretendam por esta via iniciar, retomar e /ou aumentar as suas certificações e qualificações.

Como objectivos estabelecidos, a rede de Centros propôs-se desde a sua génese, à melhoria dos níveis de certificação escolar e de qualificação profissional, bem como, à promoção da continuidade de processos subsequentes de formação continua, por parte dos adultos, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida (Portaria 1082-A/2001, artigo 2º).

Pretendia-se pela via do RVC das competências-chave, “integra[r] e combina[r] processos de educação, formação e avaliação (...) [visando a] articulação e unificação dos actuais sistemas de certificação, tanto o escolar como o profissional”, tornando-se por intermédio desta via, “cada vez mais simples e transparente o processo de obtenção de diplomas por parte dos adultos portugueses” (Melo e Silva, 1999, cit in Pires, 2005:516).

No plano funcional, os Centros RVCC evidenciaram desde a sua origem, funções distintas mas estritamente articuladas entre si, desenvolvendo a sua acção e intervenção com base nas funções de informação, aconselhamento, acompanhamento, formação complementar (de curta duração), animação local e ainda, provedoria (Pires, 2005:518).

Em 2002, assistiu-se à extinção da ANEFA e à consequente criação da Direcção Geral de Formação Vocacional (DGFV), que percorrendo objectivos idênticos à sua antecessora, intensificou os seus esforços e actuações sobretudo na expansão da Rede de Centros, bem como, na reorganização das ofertas formativas destinadas a jovens e a adultos.

Em 2005, com o duplo objectivo de (cor)responder às recomendações e decisões políticas comunitárias firmadas em 2000 pela Estratégia de Lisboa e simultaneamente, de (re)posicionar Portugal perante um futuro melhor, assistiu-se ao lançamento do Plano Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 (no âmbito da apresentação dos Planos de Reforma de cada país da União Europeia).

Subdividido em domínios de Acção, no que se refere ao Domínio da Qualificação, Emprego e Coesão Social, foi definida como primeira prioridade, o reforço da educação e da qualificação dos portugueses.

A esse propósito, destaca-se a medida nº. 7, correspondente à Iniciativa Novas Oportunidades, que visava “tornar o 12º ano o referencial mínimo de formação para todos os jovens, colocando metade destes em vias profissionalizantes do ensino secundário e promovendo a qualificação de 1 milhão de

activos, como forma de recuperação dos seus níveis de escolaridade e qualificação profissional” (PNE, 2005:24).

Esta medida veio reforçar a aposta na diversificação das estratégias de Educação e Formação, preconizando (entre outras acções) a criação de (400) novos Centros de RVCC e ainda, o alargamento do Referencial de Competências-chave da Educação e Formação de Adultos ao 12º ano (Nível Secundário).

Já em 2007, procedeu-se à extinção da DGFV e foi criada a então e actual Agência Nacional para a Qualificação (ANQ). À semelhança da ANEFA, a ANQ está sob a dupla tutela do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, sendo sua missão “coordenar a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências” (Decreto-Lei nº 213/2006, de 27 de Outubro, artigo 17º).

Simultaneamente em 2007, os Centros de RVCC passaram a denominar-se Centros Novas Oportunidades (CNO). Para além do desenvolvimento de processos de RVCC, centrados no reconhecimento de adquiridos experienciais, actualmente os CNO assumem um outro eixo de intervenção, nomeadamente, o Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento (ADE) dos adultos inscritos nos Centros, sendo estas funções asseguradas pelos Técnicos de Diagnóstico e Encaminhamento (figura profissional criada em 2008, pela ANQ).

A este eixo de intervenção e seus respectivos Técnicos, cabem as responsabilidades de esclarecer a abrangência e características da diversidade de ofertas educativas/formativas destinadas a jovens e a adultos, efectuar a análise dos candidatos com vista à identificação da oferta mais adequada ao seu perfil e consequentemente, proceder ao respectivo encaminhamento dos mesmos para as instituições onde essa oferta se irá processar.

Meramente a título ilustrativo, importa igualmente fazer referência às vias de financiamento, disponíveis e destinados à intervenção realizada nos CNO. Assim, actualmente evidencia-se uma política de total financiamento, como via de promoção e apoio à concepção destas unidades, provindo o financiamento de duas entidades distintas: da Comissão Europeia, mais concretamente através do Fundo Social Europeu, provêm 75% do financiamento; do Estado Português, provêm os restantes 25% de financiamento, os quais, em função da natureza do CNO criado ou a criar, dependem de comparticipação pública nacional assegurada pela própria entidade (CNO de natureza Pública), ou do orçamento da Segurança Social (CNO de natureza Privada) (Pires, 2005:519).

### **2.1.2 Referencial de Competências-chave para a Educação e Formação de Adultos**

No que se refere à concepção do “Referencial de Competências-chave para a Educação e Formação de Adultos”, inicialmente para o nível Básico, este passo evolutivo assumiu extrema relevância, dada a necessidade de criar um instrumento orientador da acção e intervenção a desenvolver nas ofertas formativas dirigidas ao público adulto. Consequentemente, o Referencial foi

adoptado como instrumento regulador da oferta formativa Processo RVCC, sendo fundamental para a orientação de todos os intervenientes que participam directamente nas diferentes fases que se desenvolvem e articulam ao longo do Processo, designadamente, o reconhecimento, validação e certificação de competências.

Privilegiando as recomendações comunitárias em matéria de valorização e validação das aprendizagens não formais e informais, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, este instrumento foi operacionalizado em 2000/1, tendo consignado como princípios orientadores, a adequação e relevância, a abertura e flexibilidade e ainda, a articulação e complexidade.

O Referencial assumia assim uma tripla função: actuar como quadro orientador e estruturador, com base numa matriz flexível e aberta, para o reconhecimento das competências; consolidar um dispositivo de base para o desenho curricular de percursos de educação e formação de adultos, assentes em competências chave; e por fim, actuar como guia para a formação de mediadores, designadamente, profissionais de RVCC e formadores (Gomes, 2006:22).

Servindo as funções de orientação, quer dos profissionais dos Centros, quer dos adultos “formandos”, o Referencial de Competências-chave para a Educação e Formação de Adultos - NB encontra-se organizado em função de três níveis, níveis esses correspondentes ao 1º, 2º e 3º ciclo do ensino Básico.

Cada ciclo de ensino abrange quatro áreas de competências-chave, sendo elas nomeadamente, “Cidadania e Empregabilidade” (CE), “Linguagem e Comunicação” (LC), “Matemática para a Vida” (MV) e “Tecnologias da Informação e Comunicação” (TIC).

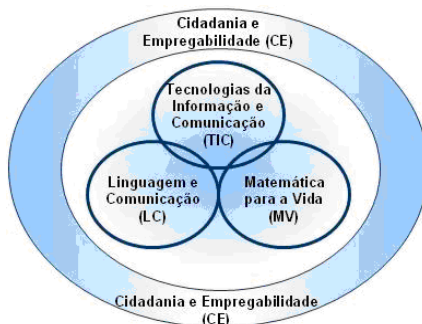
Por sua vez, cada área de competências-chave segmenta-se em torno de quatro unidades de competência, nas quais se encontram contemplados os critérios de avaliação que especificam e clarificam como reconhecer e certificar as competências em evidência, em função de diferentes contextos: privado, profissional, institucional e macroestrutural.

A análise e interpretação desses critérios, resultam obrigatoriamente de um trabalho realizado conjuntamente pelos profissionais dos Centros e respectivos candidatos adultos.

Assim, para a totalidade dos ciclos do ensino Básico (1º, 2º e 3º), assumem-se as seguintes unidades de competências a analisar e interpretar: oralidade, leitura, escrita e linguagem não-verbal (no âmbito do desenvolvimento da área de Linguagem e Comunicação); compreensão e transmissão de informação, resolução de problemas, aplicação da matemática ao dia-a-dia e raciocínio lógico e matemático (no âmbito do desenvolvimento da área de Matemática para a Vida); utilização de equipamento tecnológico, utilização de computadores, processamento de texto e utilização da Internet (no âmbito do desenvolvimento da área das Tecnologias da Informação e Comunicação); desenvolvimento de trabalhos de grupo, adaptabilidade e flexibilidade, aprendizagem ao longo da vida e relacionamento interpessoal, totalmente articuladas e relacionadas com as competências anteriores (no âmbito do desenvolvimento e promoção da área da Cidadania e Empregabilidade).

Importa ressaltar, que a área “Cidadania e Empregabilidade” se afirma como competência-chave mãe, que sustenta e orienta a promoção e o reforço das competências relacionadas com a

“Linguagem e Comunicação” (numa perspectiva pessoal, social e relacional), com a “Matemática para a Vida” (numa perspectiva técnica e laboral) e com as “Tecnologias da Informação e Comunicação” (numa perspectiva tecnológica e atenta à inovação, progresso e mudanças da sociedade).



**Figura 1** – Áreas do Referencial de Competências-chave para a Educação e Formação de Adultos – NB

Derivando do sucesso evidenciado pela implementação de um Referencial para o nível Básico e consequentemente, da relevância da sua continuidade, em 2003 deu-se início a um processo de reflexão sobre a construção de um Referencial a adoptar para o nível de ensino Secundário. Nesse sentido, após diversas diligências, assiste-se em 2006 à concepção e operacionalização do “Referencial de Competências-chave para a Educação e Formação de Adultos” de nível Secundário.

Estabelecendo uma linguagem comum e um enquadramento teórico partilhado e aberto, permitindo a sua discussão e avaliação, o Referencial de competências de nível Secundário assume uma noção absoluta de centralidade no percurso singular de cada adulto, constituindo as situações de vida do adulto, o ponto de partida e chegada de todo o processo.

Naturalmente apresentando um grau de complexidade e exigência mais avançado face ao nível de ensino anterior, a organização do Referencial de nível Secundário, estabelece a sua estrutura através de três áreas de competências-Chave, sendo elas: “Cidadania e Profissionalidade” (CP), “Sociedade, Tecnologia e Ciência” (STC) e “Cultura, Língua e Comunicação” (CLC).

À semelhança do Referencial implementado para o nível Básico, o Referencial de nível Secundário prima pela introdução da área de competência-Chave da “Cidadania e Profissionalidade” como uma competência-mãe, que suporta e sustenta de forma consolidada, a promoção e reforço de todas as outras competências definidas. Por outras palavras, a consciência de uma verdadeira cidadania e profissionalidade, é construída e influenciada pelos processos de desenvolvimento relacionados com a sociedade, a tecnologia e a ciência, bem como, com a cultura, a língua e a comunicação, reforçando-se que é precisamente na combinação entre estas três áreas, que se inscreve o adulto em situações de vida.

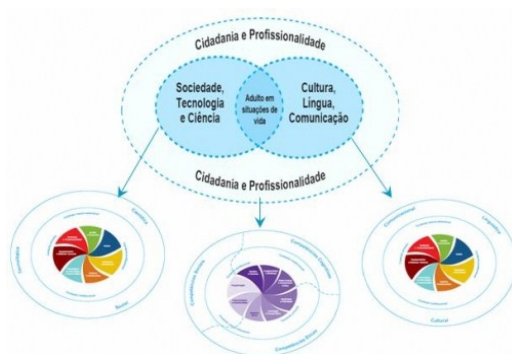
Nesse sentido, é pertinente identificar a segmentação das três áreas de competências-chave, através da enunciação dos núcleos geradores das unidades de competência, que reúnem um conjunto de critérios (de evidência) que devem ser alvo de demonstração por parte dos candidatos adultos, ao longo de todo o processo educativo/formativo que realizam.

Assim, no que respeita à área “Cidadania e Profissionalidade”, a mesma encontra-se subdividida em oito núcleos geradores de competências, estando os mesmos relacionados com o que representam para os contextos privado, profissional, institucional e ainda macro estrutural.

De acordo com o Referencial, verifica-se a contemplação dos direitos e deveres, da complexidade e mudança, da reflexividade e pensamento crítico, da identidade e alteridade, da convicção e firmeza ética, da abertura moral, da argumentação e assertividade e ainda, da programação.

Relativamente às áreas “Sociedade, Tecnologia e Ciência”, bem como, “Cultura, Língua e Comunicação”, verifica-se que a segmentação do Referencial é feita de igual modo para ambas, estando previstas porém finalidades de análise e interpretação distintas.

Assim, as áreas em causa subdividem-se em sete núcleos geradores de competências, relacionados com o que representam para os distintos contextos privado, profissional, institucional e ainda macro estrutural, sendo eles nomeadamente: equipamentos e sistemas técnicos, ambiente e sustentabilidade, saúde, gestão e economia, tecnologias de informação e comunicação, urbanismo e mobilidade e ainda, saberes fundamentais.



**Figura 2** - Áreas do Referencial de Competências-chave para a Educação e Formação de Adultos – NS

## 2.2 O adulto no Processo RVCC

### 2.2.1 O conceito de “Adulto”

Segundo Silva (2003, cit. in Bentes, 2005:42), o conceito de adulto pode ser entendido à luz da perspectiva das sociedades modernas, mais concretamente, por identificação e distinção dos critérios demográfico e jurídico. Assim, numa perspectiva demográfica, o adulto “é aquele que se encontra entre os 25 e os 65 anos [de idade] (correspondendo, basicamente, à idade activa)”; numa perspectiva jurídica, pode ser caracterizado “em termos de estado e de direitos como correspondendo ao que atingiu a maioridade (variando esta entre os 16 anos, para os que contraem matrimónio, e os 21 ou os 18 anos, para exercer o direito ao voto)”, ainda que as idades identificadas possam não corresponder a maturidade noutras áreas da vida do ser humano.

Por sua vez, numa perspectiva centrada antes nas dimensões psicológicas e sociológicas, Marchand (2002, cit. in Bentes, 2005:42) defende que o conceito de adulto está associado ao “estatuto dentro da estrutura da idade de uma sociedade, estatuto que se alcança e evolui ao longo de uma série de anos variáveis segundo as culturas, os grupos sociais e as épocas históricas, [caracterizando-se] (...) geralmente pela assunção de três grandes tipos de papéis (o de marido/mulher, o de pai/mãe e o de trabalhador) e um sem fim de papéis secundários menos sujeitos às normas e expectativas sociais do que estes três”.

Numa mesma lógica, Boutinet (2004, cit. in Bentes, 2005:41) corrobora o exposto, ao afirmar que o conceito de adulto está naturalmente associado a um estatuto e a um processo. Para este autor, ao nível do estatuto, o adulto é aquele que se encontra numa fase biológica, psicológica, social e maturacional determinada, sendo capaz de responder, em função da autonomia que lhe é dada; ao nível dos processos, o adulto assume-se como aquele que integra a vida, que actualmente dura cada vez mais tempo, sendo alvo de “um conjunto de transformações [e] metamorfoses no decurso dos anos [de] jovem adulto até ser adulto completo” (Boutinet, 2004, cit in Bentes, 2005:41).

Sumariando, a relevância da referência sobre o que se defende e contempla quando falamos no conceito de adulto, prende-se com a consideração de critérios diversos que estão associados à complexidade da construção desta “figura”.

Nesse sentido, quando falamos no conceito de adulto, deverão ser tidos em linha de conta os critérios demográficos, considerando a longevidade da fase adulta, os critérios jurídicos, contemplando os direitos e deveres dos adultos e ainda, os critérios psicológicos e sociais, quer individuais, quer colectivos, reportando à diversidade e complexidade dos papéis desempenhados e dos sentimentos e experiências diversas, que permitem ao ser humano vivenciar e aprender.

Toda a riqueza inerente ao conceito de adulto, remete para a consideração de uma série de transformações que vão ocorrendo, com base nas teias ricas e complexas que se estabelecem pela relação entre diversos actores, contextos, papéis, emoções, representações, saberes, conhecimentos e experiências, proporcionadas ao ser humano ao longo da sua fase adulta.

É essa diversidade natural, no que de mais rico traz ao ser humano e à construção da sua identidade e projecto de vida, que é alvo de reconhecimento, validação e certificação, traduzindo uma consideração pelas competências que o próprio individuo possui, mobiliza e coloca em evidência, quando visa a prossecução dos seus fins.

## **2.2.2 Teoria da aprendizagem dos adultos**

Neste subcapítulo, aborda-se sinteticamente a teoria de um autor contemporâneo, relativamente à aprendizagem dos adultos. A sua pertinência, relaciona-se com a identificação dos mecanismos que estão no cerne das aprendizagens dos adultos, mas sobretudo com a relação que é possível estabelecer entre o que o autor defende e o que efectivamente o Processo RVCC promove e



reforça.

Assim, reportando à teoria de Marques (2001, cit. in Bentes, 2005:44), as aprendizagens dos adultos, devem ser entendidas à luz de três tipos de perspectivas, que relacionam os processos de aprendizagem que ocorrem na fase adulta com os diferentes contextos em que estas podem ocorrer, culminando na respectiva acção que exercem sobre os indivíduos.

A primeira perspectiva diz respeito à “Aprendizagem por Recepção”. Mediante o autor, segundo esta perspectiva, as aprendizagens derivam dos conhecimentos, saberes, capacidades e competências resultantes de situações educativas/formativas ou de aprendizagem, que privilegiam a “aquisição organizada de conhecimentos”, nomeadamente “conhecimentos de fundamentos científicos das ciências básicas e restantes ramos do conhecimento. A sua preocupação é o conhecimento dos conceitos, das teorias e das técnicas inerentes aos ramos do conhecimento” (Marques, 2001, cit. in Bentes, 2005:44). Estas, estão associadas à dimensão de aprendizagem saber-saber, prendendo-se com a interiorização e apreensão das informações, que ocorrem sobretudo pela via da simples transmissão.

Numa segunda perspectiva, a “Aprendizagem por Execução de Actividades/Tarefas”, o autor defende que as aprendizagens dos adultos derivam essencialmente de situações educativas/formativas ou de aprendizagens que promovem o desenvolvimento das competências intelectuais, pressupondo “actividades de leitura, audição, oralidade, escrita, cálculo, resolução de problemas, análise, aplicação e avaliação” (Marques, 2001, cit. in Bentes, 2005:44). Ainda que relacionadas com a dimensão de aprendizagem saber-saber e saber-fazer, este tipo de aprendizagens requerem um complemento da via da experimentação, justificando-se a utilização de metodologias que “acentuem a prática/treino, a repetição, o contacto com modelos e a supervisão”, estando associadas frequentemente às aprendizagens realizadas em contextos não formais e que podem (ou não) evidenciar um carácter sistemático e estruturado (Marques, 2001, cit. in Bentes, 2005:44),

Como ultima perspectiva, o autor defende a existência da Aprendizagem por “Autodescoberta e Construção do Conhecimento”, sustentando que esta representa a compreensão e o desenvolvimento de ideias e valores, através da articulação entre os saberes já constituídos e os saberes a constituir, que compõem a sua herança cultural. Desse modo, o “saber a constituir pressupõe a existência de oportunidades para [os adultos] formularem e testarem novas hipóteses, experimentarem [e] criticarem o saber já constituído” (Marques, 2001, cit. in Bentes, 2005:45).

Parece pertinente reforçar que no que se refere ao Processo RVCC, a totalidade das perspectivas de aprendizagem dos adultos defendidas por Marques, ocorrem ao longo da realização deste processo, realizando-se simultaneamente em todas as suas fases.

O Processo RVCC possibilita e reforça a aquisição e mobilização de saberes, privilegiando o ramo do conhecimento, que actua como suporte do que se sabe e se conhece, estando associado e promovendo o pilar da aprendizagem saber-saber.

Por sua vez, o Processo privilegia e promove o desenvolvimento das capacidades intelectuais, através de uma metodologia pertinente que reforça as actividades relacionadas com a análise, a problematização, a leitura, a escrita, a avaliação, a resolução de problemas, entre outras, estando

associado aos pilares da aprendizagem saber-saber e saber-fazer.

Por fim, o Processo fomenta e eleva a capacidade de autodescoberta e de emancipação dos sujeitos, que está intimamente relacionada quer com a herança cultural individual (aquela de que o próprio indivíduo foi alvo desde o seu nascimento), quer com a herança cultural colectiva (aquela que influencia e condiciona o indivíduo e que em relação oposta, é influenciada e condicionada pela sua acção), induzindo e estimulando as aprendizagens associadas aos pilares saber-ser e saber-estar.

## **2.3 Fases, metodologia e actores no Processo RVCC**

Importa enunciar e clarificar sinteticamente, em que consiste cada uma das fases que compõem o Processo RVCC, identificando simultaneamente as metodologias e os actores que lhes estão afectos.

### **2.3.1 Eixo do “Reconhecimento de competências”**

No que se refere à primeira fase do Processo RVCC, correspondente ao reconhecimento de competências, pretende-se designadamente que através do desenvolvimento de uma série de actividades, os candidatos identifiquem quer as competências que possuem e mobilizam, quer o “como”, “onde” e “por que via” as adquiriram.

Assim, por ordem de sucessão, as etapas desta fase correspondem à “Exploração da história de vida”, “Descodificação do Referencial de Competências-chave”, “Balanço e demonstração de competências” e ainda, a “Organização do portfolio reflexivo de aprendizagens” (“produto” concebido pelo candidato e que posteriormente é alvo de avaliação, ao nível das competências nele evidenciadas).

Para tal, a metodologia adoptada nesta fase centra-se na autobiografia e no balanço e demonstração de competências.

No que se refere à autobiografia, o objectivo de recurso a esta técnica não se prende com a necessidade de uma “investigação” intensa até ao mais ínfimo pormenor da história de vida dos candidatos, mas sim, com um retrato do seu percurso experiencial, apresentado sobre uma perspectiva evolutiva e transformadora (e portanto, formativa) do que foi aprendido e da forma como foi interiorizado e posteriormente, mobilizado em acção.

Relativamente ao balanço e demonstração de competências, a pertinência de recurso a esta técnica, está associada ao facto de se afirmar como processo dinâmico que permite identificar as competências dos indivíduos e quais os pontos positivos e negativos que evidencia no domínio e mobilização dessas competências; o seu objectivo final, consiste na construção de uma síntese de balanço, onde devem ser identificados os aspectos que convêm melhorar, as potencialidades a desenvolver e possíveis passos a percorrer para atingir um melhor grau de domínio da competência

(Costa, 2005:31).

Ao nível dos actores, participam ao longo de todas as sessões desta etapa, os candidatos adultos e seus respectivos profissionais de RVCC.

Em suma, o eixo de reconhecimento de competências traduz-se num “processo de identificação pessoal das competências previamente adquiridas, através do desenvolvimento de um conjunto de actividades, assentes numa lógica de balanço de competências e histórias de vida (...) tendo por referência, o Referencial de Competências-chave (Leitão et al, 2002, cit in Gomes et al, 2006: 83).

Concomitantemente, este “trabalho pessoal de identificação de saberes é de ordem metacognitiva, pois consiste na elaboração de um novo saber a partir dos saberes já detidos. O trabalho de reelaboração dos saberes é muitas vezes uma (re)descoberta dos (...) próprios conhecimentos, pois é frequente o individuo não ter consciência do valor das suas aprendizagens, que o trabalho de explicitação faz emergir” (Gomes et al, 2006:17).

Nesse sentido, o eixo do reconhecimento de competências caracteriza-se ainda por “proporcionar ao adulto ocasiões de reflexão e avaliação da sua experiência de vida, levando-o à identificação das suas competências e promovendo a construção de projectos pessoais e profissionais significativos” (ANEFA, 2001<sup>a</sup>:13, cit in Costa, 2006:22).

### **2.3.2 Eixo da “Validação de competências”**

Por sua vez, a fase da validação de competências corresponde a dois momentos específicos.

Um primeiro momento, diz respeito à preparação do candidato para a validação, cabendo à equipa técnico-pedagógica efectuar um trabalho de análise e cruzamento de dados, entre as competências identificadas e retratadas pelos candidatos e as competências contempladas no Referencial de Competências-chave. A equipa pedagógica é ainda responsável pela realização de sessões de preparação de júri de validação, conjuntamente com os candidatos, a fim de ser acordado e ensaiado o tema central a apresentar pelo formando no momento posterior e serem transmitidas as últimas sugestões e orientações para a organização do seu portefólio reflexivo de aprendizagens (PRA).

Sinteticamente, o primeiro momento da fase de validação de competências consubstancia-se justamente na realização de um “conjunto de actividades que visam acompanhar o adulto na avaliação das suas competências e apoiá-lo na apresentação do seu pedido de validação, nos termos do Referencial de Competências-Chave” (Leitão et al, 2002, cit in Gomes et al, 2006:83).

Um segundo momento, diz respeito à concretização da sessão de júri de certificação. Anteriormente a esta sessão, o PRA dos candidatos é alvo de análise prévia por parte de um elemento exterior aos Centros e que actua como “entidade” imparcial na validação das competências.

Na sessão de júri de certificação, cabe ao candidato a apresentação e dinamização de um tema por si seleccionado, necessariamente relacionado com o seu percurso de vida e/ou os seus interesses pessoais, sendo avaliadas as suas competências ao nível da oralidade, da exposição/argumentação, da

apresentação e capacidade de dinamização, gestão de situações, entre outras.

A avaliação da sessão é realizada por um júri de validação, composto pela respectiva equipa técnico-pedagógica do candidato e por um avaliador externo do CNO (elemento imparcial anteriormente mencionado), sendo sua responsabilidade, interpretar “a correlação entre as evidências documentadas pelo adulto e o Referencial de Competências-Chave e, sempre que necessário, promove[r] actividades de demonstração de competências que permitam aferir competências menos claras, descritas/documentadas nesse pedido (Leitão et al, 2002, cit in Gomes et al, 2006:83).

A informação resultante da avaliação da exposição oral do tema do candidato, da organização e conteúdo do seu PRA, bem como, dos comentários tecidos pela equipa técnico-pedagógica sobre o desempenho do formando ao longo de todo o PRVCC, resultam na atribuição de parecer de validação das competências evidenciadas por parte do avaliador externo, podendo ocorrer uma de duas situações: a validação parcial [atribuição de certificado de validação], ou, a validação total [atribuição de diploma de certificação].

Em termos de metodologia, à semelhança da fase anteriormente abordada (reconhecimento de competências), são igualmente técnicas de recurso a autobiografia e o balanço de competências.

Ao nível dos actores, no primeiro momento participam os candidatos e respectiva equipa técnico-pedagógica (profissionais de RVCC e formadores); no segundo momento, participam os candidatos, a respectiva equipa técnico-pedagógica e ainda, um avaliador externo ao CNO.

Sumariando, a fase de validação de competências, corresponde designadamente ao “acto formal realizado por uma entidade devidamente acreditada [avaliador externo] que visa a atribuição de uma certificação com equivalências escolar e/ou profissional” (ANEFA, 2002, cit. in Gomes et al, 2006: 14).

### **2.3.3 Eixo da “Certificação de competências”**

Por fim, a fase da certificação de competências corresponde efectivamente ao “acto oficial e formal de confirmação das competências adquiridas pelo adulto em contextos formais, não formais e informais e que, por decisão do júri de validação, dá lugar à emissão de um certificado, para todos os efeitos legais, de valor igual ao certificado escolar correspondente emitido no quadro do sistema formal de educação” (Leitão et al, 2002, cit in Gomes et al, 2006: 82).

Este acto, corrobora e autentifica todo o processo de identificação, análise, selecção e demonstração de competências trabalhadas e evidenciadas por parte dos candidatos, ao longo da realização do Processo RVCC.

Representa portanto a legitimação de todos os saberes e conhecimentos evidenciados pelos indivíduos e que social, política e legalmente são aceites, reconhecidos e equiparados às aprendizagens, áreas e domínios contemplados pelos Sistemas de Educação e Formação tradicionais.

Como afirma Pires (2005:376), “a certificação situa-se na charneira entre o sistema de

formação e o mercado de trabalho. Se procura facilitar a evolução num determinado sistema de formação – transferibilidade -, tende a valorizar o enfoque nas aquisições escolares; se procura o reconhecimento no mercado de trabalho – portabilidade -, tende a valorizar as competências necessárias para o exercício profissional”.

Esta fase culmina portanto, na emissão e entrega ao candidato, de um Certificado equivalente ao nível de escolaridade que completou, por via da oferta formativa Processo RVCC.

## **CAPITULO III – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS: A DIVERSIDADE FUNCIONAL**

### **3.1 A Incapacidade Visual**

#### **3.1.1 Como se processa o Sistema perceptivo visual**

Como sustenta Amorim (2006:10), “desde o seu primeiro contacto com a vida, acompanhando todo o seu desenvolvimento, relacionamento familiar, vida académica, integração social, até à sua emancipação profissional”, o ser humano utiliza a visão como um dos principais sentidos.

Não obstante, antes de nos debruçarmos sobre processos e questões mais complexas, importa perceber, do ponto de vista biológico, como é possível ao ser humano captar informação através do seu sistema visual.

Tendo por base as afirmações de Pereira (1993, cit in Amorim, 2006:27-28), a explicação parece simples, ainda que na realidade envolva órgãos e processos extremamente complexos, que interagem de modo quase instantâneo entre si.

Assim, segundo o autor, “o sistema visual é constituído por numerosas e complexas estruturas, que vão do globo ocular e respectivos órgãos até aos dispositivos de ligação do cérebro (vias ópticas e córtex occipital). Tais estruturas tornam possível a conversão de determinada banda de energia electromagnética noutra tipo de energia bio eléctrica, transmissível a estruturas vivas, que o córtex cerebral vai trabalhar e integrar em conjunto com a informação proveniente de outros órgãos dos sentidos, dotando o cérebro com um modelo do mundo exterior” (Pereira, 1993, cit in Amorim, 2006:27-28).<sup>5</sup>

É com base na explicação biológica sobre a forma como se processa no ser humano, o seu sistema perceptivo visual, que se torna possível afirmar, que “dos clássicos cinco sentidos, o da vista é o que desempenha um papel mais amplo e absorvente no desenvolvimento equilibrado do indivíduo” (Guerreiro, 2000:61).

Corroborando o exposto, Oliveira (1997, cit in Amorim, 2006:29), defende que com base nas informações provenientes do sistema perceptivo visual, o cérebro desenvolve três funções específicas e vitais, designadamente, a percepção, o controlo dos movimentos corporais e a manutenção do estado de vigília.

No que se refere à aquisição e apreensão por parte dos indivíduos, das informações provenientes do meio, Pereira (1993, cit in Amorim, 2006:29) destaca as virtudes qualitativas e quantitativas do sistema visual, ao afirmar que “é através dos olhos que se obtém a fonte mais importante e qualificada de informações, sendo possível caracteriza-la, por ser mais rápida, mais precisa na localização e avaliação das distâncias no espaço e, mais eficaz no controlo dos movimentos nesse mesmo espaço”.

Igualmente segundo Pereira (1993, cit in Guerreiro, 2000:62), a visão apresenta ainda como característica “o facto de se sobrepôr aos outros tipos de informação sensorial” no que respeita à

apreensão e conhecimento do meio, “optando o individuo pela visão, quando esta entra em conflito com as outras informações sensoriais. Apesar disso, os outros tipos de informação não podem ser desprezados, necessitando o individuo sempre deles para uma movimentação eficiente no espaço”.

Mas tal como sustenta Fonseca (1982, cit in Amorim, 2006:33), a percepção visual não se resume somente à captação de informação via estímulo visual, mas assume-se como “acto neurobiológico”, que pressupõe no ser humano, o desenvolvimento de processos superiores de catalogação e respectiva organização da informação.

Corroborando o exposto, Guerreiro (2000:65) destaca que o acto de “Ver” corresponde a uma “operação que ultrapassa em muito as faculdades perceptivas do sentido da vista (o olho)”, permitindo ao ser humano “conhecer, analisar, criticar, pôr á distância, exercer todas as mais nobres faculdades do intelecto, tal como o entendimento”. Para o autor, a principal importância do sentido da visão face ao desenvolvimento e progresso do ser humano, é legitimada pelo facto de que a “ nossa racionalidade [enquanto indivíduos] assenta na capacidade que possuímos para intelectualizar os dados captados pelo cérebro através dos sentidos”, em especial o da visão, dado que “os sentidos não concorrem todos para este fim na mesma medida, fundamentalmente porque uns captam mais quantidade e variedade de informação do que outros” (Guerreiro, 2005:61).

### **3.1.2 Como se processam as aprendizagens nos indivíduos com Incapacidade Visual**

Ainda que não seja possível dissociar a importância de todos os sentidos nos processos de aprendizagem realizados pelo ser humano, segundo Finello et al (1994, cit in Amorim, 2006:36), “a visão é a base de grande parte das aprendizagens”, permitindo ao ser humano conhecer e apreender a realidade que o rodeia, ganhar consciência do espaço e de si próprio e consequentemente mover-se e actuar no mesmo.

O processo de apreensão da informação pelo sistema perceptivo visual (e por conseguinte, de aprendizagem), não só se caracteriza por ser uma “fonte de relação do individuo com o meio” (Fonseca, 1982, cit in Amorim, 2006:33), como igualmente permite ao ser humano conceber e transformar o seu “próprio modelo de conhecimento” (Guerreiro, 2000:65).

Nesse sentido, é possível afirmar que a percepção visual (e a complexidade de órgãos e processos que lhe estão associados, permitindo o seu bom funcionamento), é detentora de uma importância incontestável, assumindo-se “efectivamente [como] uma das primeiras funções psicológicas” (Fonseca, 1982, cit in Amorim, 2006:33), bem como, “o mais intelectualizado de todos os sentidos” (Guerreiro, 1995, cit in Guerreiro, 2000:65).

Mas como se processa a aprendizagem, no caso dos indivíduos que estão privados deste sentido? Como se desenvolvem os processos de apreensão e conhecimento de si, do outro e do meio?

Tal como sustenta Castro (1976, cit in Guerreiro, 2000:59), “a cegueira não é em si mesma causa de infortúnio” e “não desfalca a personalidade do individuo”.

É certo que a visão se apresenta como um sentido e sistema perceptivo de extrema “importância na captação de estímulos e projecções espaciais, facilitando o relacionamento do homem na sociedade” (Gleitman, 1999, cit in Amorim, 2006:33), mas todo e qualquer indivíduo com deficiência visual, ainda que privado do sistema primordial de captação de informação - a visão -, possui igual capacidade (face aos indivíduos normovisuais) para realizar aprendizagens diversas e assimilar dados distintos e complexos.

Tal como sublinha Seabra (1998, cit in Amorim, 2000:35), somente nos casos em que os sujeitos privados do sistema perceptivo visual não são estimulados “a conhecer, a explorar e a interpretar tudo o que o[s] rodeia é que corre[m] sérios riscos de nunca experimentar e conhecer por si próprio[s] o meio à sua volta”.

Corroborando o exposto, Gleitman (1999, cit in Amorim, 2006:33) sustenta que a falta de estímulo dos indivíduos privados do sistema perceptivo visual, é fundamentalmente a única variável “responsável por atrasos e alterações nas fases iniciais da aquisição da linguagem [e] na decorrência de outros factores envolvidos nesse processo, como o desenvolvimento motor e cognitivo”.

A visão como “sistema perceptivo espacial por excelência, (...) em contraposição a outros sistemas sensoriais, permite perceber (...) um amplo sector do meio (...) [sem exigir] o contacto físico com o objecto” (Guerreiro, 2000:134), sendo igualmente “um sentido que rapidamente unifica sensações (textura, forma, tamanho, peso, etc.) e põe em relação um sentido com o outro” (Monteiro, 1999, cit in Amorim, 2006:26).

Como tal, por ser possível às pessoas normovisuais visualizar a execução e repetição de gestos, tarefas e movimentos, entre outros, uma grande quantidade das suas aprendizagens ocorre por imitação, em oposição aos indivíduos privados do sentido da visão, que não recebem informação sobre como tais gestos e tarefas se executam (Guerreiro, 2000:134).

Mas tal como explica Barraga (1992, cit in Amorim, 2006:27), os indivíduos privados deste sentido, ou quando o mesmo se encontra muito debilitado, podem “necessitar de uma quantidade maior de respostas proprioceptivas para compensar a reduzida capacidade do controlo visual”, recorrendo como tal aos seus outros sistemas perceptivos (dos quais se destacam nomeadamente o tacto e a audição) e ao “sistema vestibular (orientação e equilíbrio do corpo no espaço)”. Assim, segundo o autor, os seus processos de aprendizagem, ocorrem através da mobilização e desenvolvimento do “sistema táctilo-cinestésico [que] envolve tacto, movimento e a posição do corpo no espaço”, sendo que “esses sentidos assumem enorme importância para o desenvolvimento pleno das pessoas com deficiência visual e constituem a via primária de aprendizagem destes indivíduos” (Barraga, 1992, cit in Amorim, 2006:30).

Este processo de aprendizagem é designado por Barch-y-Rita (1972, cit in Amorim, 2006:27) por “substituição sensorial” e como explica Godinho (2002, cit. in Amorim, 2006:27) “o feedback das modalidades sensoriais diminui a discrepância existente entre o resultado desejado e o resultado real, até que o indivíduo atinja um resultado satisfatório”.



Mas tal como afirma Gregory (1968, cit in Amorim, 2006:10), a capacidade de “Ver” depende de múltiplos factores, tais como “o envolvimento físico e humano, a idade em que se instalou a incapacidade visual, a capacidade de adaptação à situação, a inteligência, o tipo de personalidade, a consciência de maior ou menor autonomia, a educação recebida e os apoios técnicos”.

Importa igualmente destacar que ainda que a acção e intervenção dos sistemas sensoriais em conjunto com o meio, permitam à pessoa com cegueira ou sistema visual debilitado, apreender e dominar a realidade, naturalmente esse processo de recolha de “dados”, ocorre “de forma mais lenta e fragmentária, o que coloca maiores dificuldades na antecipação da informação. Para além disso, a falta do sistema sensorial visual impõe à pessoa cega a utilização, com maior frequência do que a pessoa normovisual, de recursos de memória, representação espacial, tomada de decisões e outras habilidades de carácter cognitivo” (Guerreiro, 2000:133).

Em suma e tal como defende o autor, também é possível “ver com a memória e com a imaginação, consubstanciadas na informação e no labor interactivo do conjunto dos restantes sentidos, para além da vista”, sendo que para as pessoas com deficiência visual, assume fundamental “preponderância a inteligência, a cultura, a vontade, o interesse e a sensibilidade para a descoberta e desenvolvimento” de todas as suas “potencialidades humanas”. (Guerreiro, 2000:67-68).

### **3.1.3 Terminologia da Incapacidade Visual e sua Etiologia**

De acordo com Moura e Castro (1995, cit in Amorim, 2006:11), a “plasticidade da pessoa humana” é apontada como razão que legitima a dificuldade de uma definição concreta, rigorosa, consensual e universal, que possibilite uma uniformização face ao conceito de Deficiência Visual e seus parâmetros.

Para além disso, ainda no que se refere à identificação do grau de deficiência visual, verifica-se que a sua não uniformização, decorre igualmente do facto de certas tipologias serem descritas e caracterizadas em função do registo da acuidade visual referente a ambos os olhos, enquanto noutras, a acuidade visual é registada em função somente de um dos olhos, o melhor ou o pior (Amorim, 2006:12).

Nesse sentido importa definir quer os conceitos de Acuidade Visual, quer de Deficiência Visual.

Assim, segundo Pereira (1980, cit in Amorim, 2006:10) acuidade visual corresponde ao “poder de discriminação do globo ocular, que se exprime pela distância angular dos dois pontos mais próximos que [o ser humano] pode distinguir, ou ainda, a capacidade que o olho humano possui de distinguir pequenos intervalos entre zonas do campo visual”.

Corroborando o autor, Monteiro (1999, cit in Amorim, 2006:11) define acuidade visual como “a habilidade que o olho humano possui para distinguir pequenas distâncias espaciais ou intervalos dentro do campo visual”, sendo que a mesma “não se restringe à discriminação de intervalos de espaço, [mas igualmente à] discriminação de estímulos de baixa qualidade (contrastes) ”.

Concomitantemente, tendo por base a capacidade de poder de discriminação do globo ocular (Acuidade Visual), foi adoptado o conceito de Deficiência Visual.

Amorim (2006:10) apresenta uma definição clara e objectiva do conceito, ao afirmar que a deficiência visual se manifesta pela evidência de uma “situação irreversível de diminuição da resposta visual [por parte do ser humano], em virtude de causas hereditárias, congénitas ou adquiridas mesmo após tratamento clínico ou cirúrgico e uso de óculos convencionais”.

Compartilhando dessa lógica e defendendo que a deficiência visual está presente nos indivíduos que apresentam um (grande) deficit visual, Pereira (1980, cit in Amorim, 2006:10) considera deficiente visual, todo o individuo que possa (em alguns casos) “ser ensinado a ler caracteres impressos utilizando auxiliares ópticos”, enquanto para Rosadas (1989, cit in Amorim, 2006:11), é todo e qualquer individuo que “necessita de métodos de leitura Braille e de Técnicas de Orientação e Mobilidade”.

Mas de acordo com Organização Mundial de Saúde - OMS (1989, cit in Amorim, 2006:11), nem todos os indivíduos que apresentam deficit visual, podem ser considerados cegos, dado que por exemplo “uma perturbação da refração pode ser totalmente corrigida por óculos ou lentes de contacto não [sendo] habitualmente considerada como uma deficiência visual”. Consequentemente, é possível afirmar que o cego é uma pessoa com deficiência visual, mas nem todas as pessoas com deficiência visual, são cegas. (Pereira, 1993, cit in Amorim, 2006:11).

Com vista ao estabelecimento de uma directriz que “anulasse” a ambiguidade da terminologia utilizada face à definição de deficiência visual, a OMS (1989) passou a caracterizar os graus de Deficiência Visual, associando-os não só à capacidade do olho em si, mas igualmente às suas funções (Amorim, 2006:12).

Desse modo, através da adopção de uma nomenclatura específica, foram identificados três grupos de categorias de visão, nomeadamente a Visão Normal (normal ou quase normal), a Ambliopia (moderada ou grave) e a Cegueira (moderada<sup>6</sup>, grave ou total), correspondendo as duas últimas, à classificação atribuída aos indivíduos com deficiência visual (Amorim, 2006:12).

Não obstante, importa referir que a classificação adoptada pela OMS não é ainda entendida como universal, dado que as normas referentes ao grau de visão e respectivo campo visual, evidenciam variações em função de cada país.

Posteriormente, a partir de 2003, com base na classificação adoptada pela World Health Organization - WHO), em função do grau de acuidade visual, são passíveis de identificar, cinco categorias de deficiência visual, nomeadamente: DV Moderada, DV Severa, Cegueira de nível 1, Cegueira de nível 2 e Cegueira de nível 3 (Amorim, 2006:15).

Em função da etiologia da deficiência visual, isto é, do momento em que se instala a deficiência visual no ser humano, é ainda possível distinguir entre deficiência visual congénita ou deficiência visual adquirida.

No que se refere à deficiência visual de tipo congénito, assiste-se a uma não uniformização do seu conceito, factor decorrente da indefinição de certos autores relativamente à identificação do

---

<sup>6</sup> Igualmente designada por Ambliopia Profunda.

momento exacto em que esta se manifesta, sendo considerado por uns, o momento do nascimento, enquanto outros apelam a um prazo mais alargado.

Nesse sentido, para Hoffmann (1998, cit in Amorim, 2006:16), a deficiência visual congénita está associada a todos os indevidos que desde o seu nascimento, nunca possuíram qualquer resíduo visual.

Por sua vez, quer Pereira (1980, cit in Amorim, 2006:16), quer Arnaiz e Martinez (1998, cit in Amorim, 2006:16), atribuem o conceito de deficiência visual congénita, a todos os indivíduos que nasceram cegos e/ou cegaram em períodos posteriores ao momento do nascimento, nomeadamente, até ao seu primeiro ano de vida.

Num outro ponto de vista, adoptando uma definição que tem como ponto de partida uma perspectiva educacional, Anache (1994, cit in Amorim, 2006:16) defende que são “educacionalmente” cegos congénitos, os indivíduos em que a deficiência visual se instalou até aos seus primeiros cinco anos de vida.

Em suma, no que se refere ao conceito de deficiência visual congénita, é consensual para os autores que a incapacidade está associada ao facto dos indivíduos estarem privados do sentido perceptivo visual (ou estarem privados deste desde muito cedo), o que não lhes permite construir um modelo conceptual e um padrão simbólico da realidade, com base no sentido da visão.

Em oposição, no que se refere à deficiência visual adquirida, a mesma está associada aos indivíduos que de forma gradual e/ou súbita perderam a visão, derivando a aquisição de incapacidade de causas diversas. Nesse sentido, é consensual para os autores da especialidade admitir que os indivíduos que adquiriram a incapacidade num momento espaço-temporal específico, puderam ainda realizar experiências objectivas sustentadas pela visão, permitindo-lhes apreender de forma (mais) objectiva a realidade e conceber padrões simbólicos da mesma. Assim, dado que a aquisição da incapacidade pode ocorrer em qualquer idade, verifica-se que o conceito de deficiência visual adquirida, rege-se fundamentalmente por critérios etiológicos e não tanto por critérios temporais.

Por sua vez, Silva (1991, cit in Amorim, 2006:19), adoptou uma classificação da deficiência visual em função de duas variáveis, sendo elas, a variável fase (momento em que se instala a deficiência visual) e a variável causa (correspondendo às muitas e possíveis causas, que estão subjacentes à aquisição da deficiência). Nesse sentido, o autor defende a existência de 4 fases de aquisição da incapacidade visual, sendo elas nomeadamente: a fase pré-natal (antes mesmo do nascimento), a fase perinatal (aquando o nascimento), a fase pós-natal (após o nascimento) e ainda, a fase adulta (Silva, 1991, cit in Amorim, 2006:19).

Por fim, a título ilustrativo, importa somente referir que de acordo com a WHO (2004, cit in Amorim, 2006:18), as causas mais comuns de aquisição de deficiência visual estão associadas a Cataratas (1ª causa) e a Glaucoma (3ª causa), registando-se em frequências menores, a falta de vitamina A, a opacidade da córnea, a retinopatia diabética, a Oncocercose, a cegueira infantil e ainda, o tracoma. Ainda segundo a WHO (2004, cit in Amorim, 2006:18), a 2ª maior causa é atribuída a “outras” situações clínicas, que não as contempladas nas situações e causas anteriormente referidas.

## **3.2 DIREITOS DAS PESSOAS COM INCAPACIDADE VISUAL**

### **3.2.1 Evolução dos Modelos Conceptuais de Gestão da Diversidade Funcional**

De acordo com os momentos e conjecturas sociais associados à modernidade, através da evolução dos modelos conceptuais de gestão da diversidade funcional, são passíveis de identificar três modelos distintos, designadamente, o Modelo Médico, o Modelo Social e o Modelo Psicossocial.

Caracterizando-se como um “momento sócio histórico de abordagem do problema da deficiência centrada nos aspectos individuais da pessoa” (Sousa et al, 2009:13), o modelo Médico esteve em voga até ao final da década de 50 do século XX. Segundo este modelo, a deficiência era encarada como um problema exclusivo dos indivíduos, sendo a mesma passível de “melhoria” através de intervenções centradas nas actividades de reabilitação. Perante tal perspectiva, as políticas de intervenção a realizar pelos agentes sociais, estavam associadas à identificação de necessidades por parte de serviços especializados e respectiva prestação de cuidados às pessoas com deficiência, tornando inviável a integração destes indivíduos nas estruturas sociais e organismos regulares (Sousa et al, 2009:14). Em suma, o modelo médico assumia uma lógica de mero assistencialismo, o que contribuía para a segregação e mecanismos de institucionalização das pessoas com deficiência.

Após a década de 60, resultando (em especial) da acção e intervenção da OMS e de políticas europeias, a deficiência deixou progressivamente de ser encarada como condição inerente ao indivíduo, passando a estar centrada na premissa pessoa-ambiente (Sousa et al, 2009:14).

Nesse sentido, quer as estruturas físicas, quer as relações sociais foram equacionadas, remetendo para a adopção de um modelo social, que passava a contemplar o indivíduo como parte integrante de uma sociedade, reconhecendo as suas diferenças (funcionais). Por conseguinte, a participação de todos os indivíduos, independentemente da sua condição, em todas as esferas da sociedade, passava a ser encarada como um direito de todos, adoptando-se uma lógica assente na igualdade de oportunidades.

Assistiu-se assim ao movimento de “mainstreaming”, sendo promovido o acesso das pessoas com deficiência e incapacidade aos contextos e serviços regulares, que realizam e desenvolvem respostas especializadas, verificando-se a adopção de políticas promotoras da gestão da diversidade funcional (idem).

Numa comparação dos modelos médico e social, verifica-se que enquanto o modelo médico privilegiava o tratamento e reabilitação dos indivíduos com deficiência, considerando as suas necessidades como especiais e passíveis de “resolução” mediante uma rede de cuidados especializada, através de uma política de assistencialismo e alívio da situação, o modelo social colocava a tónica na habilitação das pessoas com deficiência, considerando as suas necessidades como diferentes, devendo estas ser satisfeitas pela rede de serviços regulares disponíveis à comunidade, promovendo assim a eliminação de barreiras, a participação e a igualdade de oportunidades das pessoas, pela adopção de políticas sociais activas, de carácter transversal (Sousa, 2005, cit in Sousa et al, 2009:15).

Já no final do século XX, assistiu-se a uma mudança de paradigma da gestão da diversidade funcional, ou por outras palavras, a um aperfeiçoamento do modelo promovido pelo modelo social, surgindo assim o modelo psicossocial.

A emergência deste modelo está associada à acção e política interventiva da Organização das Nações Unidas (ONU), que através do estabelecimento dos Padrões para a Igualização das Pessoas com Incapacidades (1993), identificou uma série de recomendações, das quais se destacam a promoção de serviços diversos assentes numa “ampla gama” de medidas e actividades orientadas para objectivos específicos e ainda, a necessidade de concretizar uma rede de serviços e estruturas, distribuída de forma equitativa nas comunidades locais (Sousa et al, 2009:16).

Assim, igualmente centrado no reconhecimento da pessoa humana independentemente da sua diversidade funcional e na promoção dos seus direitos em sociedade, tais como a igualdade de oportunidades e participação, o modelo psicossocial colocou a sua tónica numa perspectiva mais holística do funcionamento humano (em comparação com o modelo anterior), assumindo-se como modelo aberto e interaccional.

As principais características deste modelo e que se assumem como fulcrais para o desenvolvimento de uma política social de gestão da diversidade, responsável, coerente e integradora, estão associadas ao reconhecimento de que a saúde e por conseguinte, a qualidade de vida, decorrem e são influenciadas por uma multiplicidade de factores, dos quais se destacam os factores orgânicos, psicológicos e sociais, tendo impacto não só na própria pessoa, mas em toda a comunidade.

Para além disso e derivando do exposto, no contexto social, a acção e intervenção, requer a participação de todos os serviços da sociedade (e não somente de uma rede de cuidados especializada como preconizava o modelo médico), que de forma estruturada e continuada, contribuam para a prevenção, a reabilitação e a habilitação das pessoas, caracterizando-se por isso como um sistema aberto, articulado e interdependente da comunidade (Sousa et al, 2009:16).

Em suma, o modelo psicossocial reconhece o individuo, contextualizando a sua diversidade humana, através da consideração de três dimensões que lhe estão subjacentes, o caracterizam e influenciam, sendo elas nomeadamente a dimensão médica (orgânica e etiológica), a psicológica (contemplando o individuo) e por fim, a social (considerando o eu, o outro e o meio ambiente).

Foi neste contexto - com base nos pressupostos do modelo psicossocial -, que em 2001, a OMS concebeu a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF, propondo-a como “estrutura de trabalho para a descrição da funcionalidade humana” e igualmente, como instrumento universal que “proporcion[a] uma linguagem unificada e padronizada” (Sousa et al, 2009:17).

Como resultado, a CIF propõem uma análise estrutural da funcionalidade humana, tendo por base as funções fisiológicas dos sistemas orgânicos, as estruturas do corpo e ainda, a actividade e participação destas nos diferentes contextos de vida, reconhecendo “o ambiente físico, social e atitudinal no qual as pessoas vivem e conduzem a sua vida” e promovendo uma “visão integrada e interaccional” da diversidade humana (Sousa et al, 2009:17).

### **3.2.2 Políticas Nacionais para Inclusão das Pessoas com Incapacidade Visual: acesso à Educação/Formação por parte das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade**

No plano das políticas sociais e nacionais de gestão da diversidade humana, verifica-se actualmente a existência de medidas e acções que contemplam a multiplicidade dos domínios e áreas da vida em sociedade, nomeadamente no que respeita às áreas do trabalho, acessibilidades, acesso à habitação, desporto, actividades e lazer, serviços, seguros, atribuição de produtos de apoio (ajudas técnicas) e benefícios fiscais (**Anexo Legislação**), bem como, a criação de mecanismos de financiamento disponíveis para as pessoas com deficiências e incapacidade.

Mais propriamente no que se refere à criação de condições de igualdade de direitos, oportunidades e acesso por parte das pessoas com deficiências ou incapacidade (DI) às áreas da Educação e da Formação, é possível afirmar que as medidas implementadas (em especial na primeira década do século XXI) dão conta de uma política estratégica de reconhecimento e inclusão da diversidade funcional.

Nesse sentido, importa realizar uma breve alusão a três medidas estratégicas: a Reforma do Ensino Especial, a inclusão das deficiências ou incapacidade no Sistema Nacional de Qualificações e ainda, a concepção do Guia Metodológico de Acesso para as Pessoas com Deficiências ou Incapacidade ao Processo RVCC (em estreita articulação com o “objecto” de estudo do presente relatório).

#### **3.2.2.1 Reforma do Ensino Especial**

No âmbito da Reforma do Ensino Especial, foi possível assistir à criação e estabelecimento de um conjunto de medidas que visam o respeito, a protecção e o reconhecimento das pessoas com DI, sendo por essa via reconhecidos e reafirmados os seus direitos básicos à Educação e Formação, bem como, a igualdade de oportunidades nas áreas referidas.

Nesse sentido, estando consignado na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro) o direito à integração de alunos com necessidades educativas especiais (NEE), devido a deficiências físicas ou mentais, o Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade 2006/2009 (resultante da R.M. nº120/2006 e revogado segundo a R.C.M nº 88/2008) definiu um conjunto de medidas aplicáveis ao sector da educação especial, das quais se destacavam a prioridade nas matriculas, apoio pedagógico especializado, adequações curriculares individuais, adequações nos processo de avaliação e tecnologias de apoio ao ensino (INR, 2009:42-43).

Posteriormente em 2008, assistiu-se à criação do Regime de Apoio aos Alunos com Necessidades Educativas Especiais (D.L. nº3/2008), sendo por essa via definidos os apoios especializados a prestar na Educação Pré-escolar e nos ensinos Básico e Secundário, dos sectores Público, Particular e Cooperativo, surgindo em 2009 o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio – SAPA (D.L. nº 93/2009),

referente às necessidades de acesso e frequência por parte das pessoas com DI ao Sistema Educativo, no âmbito da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário (INR, 2009:42-44).

Ainda no âmbito da Reforma do Sistema da Educação Especial, assistiu-se à “reorientação das instituições de ensino especial privadas em centros de recursos”, à criação nas Escolas de Unidades de Ensino Especializado, de Ensino Estruturado e Centros de Recursos TIC, à criação de Redes de Referência e ainda, ao alargamento do número de beneficiários contemplados pelo novo regime de apoio aos alunos com NEE de carácter permanente (INR, 2009:43).

### **3.2.3.2 Inclusão das Deficiências ou Incapacidade no Sistema Nacional de Qualificações**

Na sequência de uma optimização e reestruturação da Formação Profissional (R.C.M nº173/2007), que passou a estar duplamente inserida no sistema Educativo e no mercado de trabalho, a Formação passou a estar contemplada num “único sistema com instrumentos e objectivos comuns”, designadamente, o Sistema Nacional de Qualificações - SNQ (INR, 2009:45).

Valorizando a Educação e Formação e por conseguinte, a dupla certificação, o SNQ promove e potencia um carácter inclusivo no que se refere ao direito de acesso e frequência das pessoas com DI à qualificação, sendo um dos seus factores ilustrativos, o facto dos Centros Novas Oportunidades (responsáveis pela administração da oferta formativa Processo RVCC) serem actualmente regidos por este sistema.

Com vista a uma constante e progressiva garantia dos direitos das pessoas com DI, em particular nas áreas da educação, formação e emprego, foram incluídos no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), percursos de qualificação ajustados à diversidade funcional dos indivíduos e ainda, identificadas e definidas as condições “óptimas” de acessibilidade e frequência das pessoas com DI, aos cursos e acções de formação inicial ou contínua, destinados à população em geral (INR, 2009:45).

### **3.2.3.3 Guia Metodológico para o Acesso das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade ao Processo RVCC**

No âmbito de uma abordagem político-social que consagrasse os direitos das pessoas com DI, as recomendações e orientações constantes “na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e no Decreto-Lei n.º 34/2007” (Sousa et al, 2009:9), reclamaram e exigiram a abertura e flexibilidade de todos os sistemas, com vista à inclusão de todas as pessoas na sociedade e à garantia de igualdade de oportunidades e participação para todos, independentemente da sua condição.

Nesse sentido e em especial no plano das políticas direccionadas para as áreas da Educação e da Formação, a inevitabilidade e fomento do princípio da educabilidade universal (capacidade universal de aprendizagem) impôs aos diversos sectores da sociedade, o “desafio de desenhar sistemas capazes

de assegurar a promoção dessa capacidade, de forma efectiva, permitindo a todos desenvolver e otimizar os seus potenciais” (Sousa et al, 2009:9).

Com vista à prossecução de melhores níveis de qualificação da população portuguesa e a uma constante aposta e investimento em percursos educativos/formativos, promotores da aprendizagem ao longo da vida, no que se refere ao caso concreto da oferta formativa Processo RVCC e respectivas condições de acesso e frequência por parte das pessoas com DI, foram adoptadas as seguintes medidas: concepção e divulgação do Guia Metodológico para o Acesso das Pessoas com Deficiências e Incapacidade ao Processo RVCC – NB (2009); criação de 5 CNO, responsáveis pela “testagem e validação” do Guia anteriormente mencionado; e ainda, alterações ao nível dos instrumentos de suporte aos CNO, nomeadamente do Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Formativa (SIGO), que passou a incorporar o levantamento de oferta formativa para pessoas com DI (INR, 2009:46).

Sem desmérito para as medidas anteriormente mencionadas, nas linhas abaixo destacam-se as principais características e mais-valias decorrentes da criação e introdução de um Guia Metodológico de Acesso Para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade ao Processo RVCC – NB (2009).

Este documento orientador foi concebido e operacionalizado em 2009, colocando a tónica no plano geral, na promoção de estratégias e práticas coerentes de gestão da diversidade funcional e centrando-a, no plano específico, na garantia de condições de autonomia e participação na oferta formativa Processo RVCC, por parte de todas as pessoas com DI.

Estando organizado em função de 12 princípios orientadores, dos quais se destacam os princípios de individualização e flexibilização no que se refere ao reconhecimento e valorização das pessoas com DI, a sua pertinência e respectivos objectivos gerais dizem respeito quer à concepção de um dispositivo de educação e formação aplicável a todas as pessoas, quer ainda, à criação de um instrumento de trabalho, apoio e orientação das práticas desenvolvidas nos/pelos CNO e suas equipas técnico-pedagógicas (ETP).

Como tal, o Guia identifica “os ajustamentos a introduzir nas dinâmicas dos processos de RVCC de acordo com o Referencial de Competências-Chave de Educação e Formação de Adultos - Nível Básico (RCC-NB)”, introduz (exemplos de) adaptações necessárias com base nas alterações das funções e estratégias a mobilizar por forma a ultrapassar eventuais obstáculos, sem que seja contudo comprometido o grau de complexidade e exigência da oferta formativa em causa (Sousa et al, 2009:10).

Não obstante, o Guia assume-se como um instrumento em aberto, dado que a intervenção e interacção com as pessoas com DI devem ser sempre centradas na singularidade e especificidade de cada pessoa e na concretização do seu potencial máximo, sendo que as soluções/alterações necessárias pressupõem uma negociação conjunta entre todos os actores envolvidos (pessoas com DI e respectiva ETP).

Dada a abrangência do Guia, serão apenas mencionadas as orientações, prescrições e sugestões mais pertinentes, correspondentes aos principais aspectos introduzidos por este “instrumento”, sendo eles:



- **Envolvimento no Processo RVCC, de Pessoas Significativas**

No que se refere à realização do Processo RVCC por parte de pessoas com DI, o Guia prevê, sempre que necessário, a introdução de pessoas significativas.

O conceito de pessoas significativas diz respeito à “inclusão de um agente externo às ETP, que potencie/facilite as actividades e a participação, de forma directa ou indirecta”, podendo ser solicitadas quer pelas próprias pessoas com DI, quer ainda, pelas Equipas T.P. dos CNO (Sousa et al, 2009:27).

Estes agentes externos, podem corresponder a pessoas próximas das pessoas com DI (familiares, amigos, pessoas conhecidas, outros), ou ainda, a Técnicos especializados de diversas entidades (havendo neste caso, a necessidade de estabelecer parcerias) (idem:28).

A sua participação no Processo RVCC, pode ocorrer de forma directa ou indirecta, sendo a sua introdução sempre alvo de negociação entre todos os actores visados, estando consequentemente sujeita à aceitação por todos (Sousa et al, 2009:30).

- **Envolvimento de Técnicos Especializados**

Sempre que necessário e com vista a facilitar a aproximação do Processo RVCC à pessoa com DI, o Guia prevê o envolvimento de técnicos especializados no Processo. A intervenção dos técnicos especializados, tem por objectivo o apoio aos CNO, às suas respectivas Equipas T.P. e às pessoas com DI.

Nesse sentido, os Centros devem privilegiar o estabelecimento de parcerias, através de uma estreita articulação, quer com Centros Especializados, quer ainda, com Centros de Recursos para a Inclusão (Sousa et al, 2009:22-23).

No caso dos CNO, a intervenção dos técnicos pode ser solicitada, com vista a serem avaliadas as condições de acessibilidade dos Centros, recomendados eventuais equipamentos adaptados e averiguada a necessidade de ajudas técnicas/produtos de apoio e sua prescrição (Sousa et al, 2009:22).

No caso das Equipas T.P. e das pessoas com DI, a intervenção de técnicos especializados tem por objectivo a prestação de serviços de apoio, referentes fundamentalmente ao desenvolvimento de actividades e participação das pessoas com DI.

A introdução de técnicos especializados, em articulação (directa ou indirecta) com as Equipas T.P. e pessoas com DI, “deve ser pautada por uma postura cooperante, uma vez que a aliança entre competências especializadas ao nível das deficiências e incapacidades e competências técnicas ao nível da construção de projectos de qualificação e reconhecimento dos adquiridos, promoverá e facilitará a inclusão das pessoas com deficiências e incapacidades no contexto dos sistemas de educação/formação e o desenvolvimento dos seus percursos de qualificação” (Sousa et al, 2009:29).

- **Mobilização de Ajudas Técnicas /Produtos de Apoio**

No que se refere aos instrumentos, materiais e recursos necessários à realização do Processo RVCC, o Guia prevê a introdução (sempre que necessário) de ajudas técnicas/produtos de apoio, defendendo que estas se assumem como facilitadores da participação das pessoas, através da eliminação de barreiras, sendo úteis à identificação e desocultação de competências por parte das pessoas com DI (Sousa et al, 2009:21).

Segundo a Norma Internacional ISO 9999 (Assistive Products for persons with disability: Classification and Terminology), ajudas técnicas são “qualquer produto (incluindo dispositivos, equipamento, tecnologias e software) especialmente produzido ou geralmente disponível, para prevenir, compensar, monitorizar, aliviar ou neutralizar qualquer incapacidade, limitação da actividade ou restrição da participação” (ISO 9999, cit in Sousa et al, 2009:21).

Com o intuito de permitir às pessoas com DI, o desempenho das actividades com a máxima autonomia e eficácia, o Guia identifica as vias às quais os CNO podem e devem recorrer, por forma a adquirir ajudas técnicas/produtos de apoio e a criar e/ou adaptar materiais necessários à realização do Processo RVCC.

Assim, no que respeita à aquisição de ajudas técnicas/produtos de apoio, o Guia identifica os Centros Especializados como recurso primordial, estando credenciados para os efeitos de prescrição e atribuição das mesmas.

Nos casos particulares de necessidade de aquisição de ajudas técnicas, destinadas a viabilizar o acesso à formação e a manutenção e progressão no emprego, os Centros Especializados assumem igualmente a dimensão de financiamento, podendo as ajudas ser objecto de comparticipação, estando os centros igualmente credenciados para esse efeito (Sousa et al, 2009:22).

A totalidade das dinâmicas promovidas pelos Centros Especializados – atribuição, prescrição e financiamento de ajudas técnicas – integram igualmente o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA, 2009, cit in Sousa et al, 2009:22).

Por sua vez, relativamente à criação e/ou adaptação de materiais, o Guia identifica como recurso primordial, os Centros de Recursos para a Inclusão (CRI), cabendo aos CNO's o estabelecimento de uma articulação integrada e complementar, com as entidades especializadas na área das DI (Sousa et al, 2009:23)

- **Constituição de Grupos**

No que respeita à constituição de turmas no Processo RVCC, o Guia prevê que as pessoas com alterações das funções devem ser integradas nos grupos habitualmente constituídos, dando continuidade às práticas habituais dos Centros Novas Oportunidades. Ressalva no entanto, que deve ser estudada a pertinência de redução do número de participantes, de modo a prestar (caso seja

necessário) um apoio mais adequado à pessoa com DI, quando manifestem uma maior exigência ao nível do acompanhamento das actividades propostas (Sousa et al, 2009:46).

Não obstante, o Guia prevê ainda a constituição de grupos homogéneos, podendo tal opção ser justificada por razões técnicas ou de economia de recursos, como por exemplo, necessidade de contratualização de técnicos especializados (Sousa et al, 2009:46).

Nas situações em que se verifique a constituição de grupos exclusivos, compostos em particular por pessoas com alterações das funções da visão, o Guia prevê que o limite máximo de participantes seja de 6 pessoas em caso de cegueira total e de 10 pessoas em caso de baixa visão (Sousa et al, 2009:53).

- **Atitudes da Equipa Técnico-pedagógica**

No que respeita particularmente a acção e intervenção das Equipas técnico-pedagógicas dos CNO com pessoas com DI, o Guia atribui especial ênfase ao comportamento dos profissionais, considerando que a comunicação (linguagem, estilos de comunicação, outros) e as atitudes (posturas, comportamentos, outros) têm um peso bastante significativo, podendo actuar quer como elementos facilitadores e potenciadores, quer como obstáculos e elementos inibidores.

A esse propósito, algumas orientações e recomendações do Guia, têm por base o Manual de Etiqueta do Instituto de Emprego e Formação Profissional - Interação com a Pessoa com Deficiência (2004) -, devendo este ser encarado como (mais) um “instrumento” com especial relevância para o esclarecimento e apoio dos profissionais dos CNO.

O Guia defende ainda que “o primeiro desafio que se coloca à equipa técnico-pedagógica é ser capaz de perceber a pessoa com deficiências e incapacidades como a protagonista de todo o processo de trabalho, sendo por isso a primeira responsável e interessada, a quem cabe o direito de escolha sobre o seu projecto de vida” (Sousa et al, 2009:25)

Como tal, o apoio e colaboração por parte das Equipas Profissionais às pessoas com DI, é fundamental e preponderante para os níveis de participação e co-responsabilização deste público, por forma a atingir o seu potencial máximo na realização do Processo RVCC.

Em suma, deve ser enfatizada a pessoa e não a deficiência, sendo para tal indispensável, que as capacidades e competências comunicacionais, relacionais e sociais das Equipas T.P. sejam amplamente mobilizadas nesse sentido (Sousa et al, 2009:27).

No caso particular da administração de Processos RVCC com pessoas com alterações nas funções da visão, o Guia alerta ainda para que preferencialmente a Equipa T.P. tenha formação de base em Braille, conhecimento dos equipamentos e materiais mais utilizados e noção real das aptidões e limitações das pessoas com alterações das funções da visão (Sousa et al, 2009:52).

No quadro abaixo, constam as orientações/recomendações mais pertinentes relativas às atitudes/competências a desenvolver e mobilizar pelas Equipas T.P., nas situações em que intervêm particularmente com pessoas com incapacidade e/ou deficiência visual.

<b>A EQUIPA TECNICO-PEDAGOGICA DEVE...</b>	
<b>ATITUDES</b> Competências Relacionais	<b>INTERVENÇÃO</b> Competências Sociais
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estar sensibilizada e motivada para a intervenção com pessoas com IV.</li> <li>• Reforçar a auto-estima das pessoas com IV e valorizar os seus aspectos positivos.</li> <li>• Encorajar o desenvolvimento pessoal da pessoa com DI e a promoção da sua autonomia.</li> <li>• Evidenciar atitudes pró-activas, que mobilizem assertivamente os recursos que a pessoa com DI necessita de forma a assegurar a sua participação”.</li> <li>• Desenvolver atitudes flexíveis e personalizadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstrar capacidade de adaptação às situações, às pessoas e aos contextos.</li> <li>• Identificar e recolher todos os documentos formais que atestem as competências adquiridas anteriormente pelas pessoas com IV, com vista a reconhecer as competências que não serão necessárias de demonstrar no P. RVCC.</li> <li>• Desenvolver estratégias diferenciadas para a valorização e reconhecimento das competências das pessoas com DI.</li> <li>• Identificar as boas práticas e partilhar experiências com outros CNO.</li> </ul>
<b>COMUNICAÇÃO</b> - Competências Comunicacionais	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender a importância da linguagem e das atitudes, estando desperta para a comunicação para linguística.</li> </ul> <p>Adoptar estratégias de escuta activa e compreensiva.</p>	

**Quadro 1** – A Equipa Técnico-Pedagógica deve...; *Guia Metodológico de Acesso para Pessoas com Deficiências ou Incapacidade ao Processo RVCC* (Sousa et al, 2009 (adaptado)).

- **Identificação das Adequações/Alterações no Processo RVCC**

No que se refere à introdução de adequações/alterações no Processo RVCC, quando administrado com pessoas com DI, o Guia identifica os procedimentos para concepção e entrega de documentação, os critérios de evidência (da totalidade das áreas de competências-chave) que podem estar/ser comprometidos pelas alterações de funções, as alterações a serem introduzidas e os respectivos facilitadores da acção.

Nesse sentido, para o caso concreto das pessoas com alterações nas funções da visão, o Guia identifica as seguintes adequações/alterações:

Concepção e Entrega de Documentação	Facilitadores a Mobilizar/ Sugestões
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Facultar informação em Braille ou noutro material acessível e sempre que tal não seja possível, acordar com a pessoa com IV, o meio alternativo para o autopreenchimento de documentos;</li> <li>• Suprimir grelhas, logótipos e imagens que dificultem a leitura;</li> <li>• Gráficos, tabelas ou esquemas deverão ser produzidos e apresentados em Braille ou caracteres ampliados em relevo;</li> <li>• No caso das fichas elaboradas em Braille, o texto de resposta deve igualmente ser produzido em Braille.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os instrumentos e materiais utilizados nas actividades devem estar adequados às especificidades das pessoas com IV, através de formatos acessíveis (Braille, caracteres ampliados, áudio, digital) e software específico como a linha de Braille, leitor autónomo, leitor de ecrã, síntese de voz, etc.</li> <li>• Deve proceder-se à criação de um repositório de materiais adaptados (textos em Braille, actividades desconstruídas com o apoio de profissionais especializados, textos em relevo, etc.).</li> </ul>
CrITÉRIOS DE EVIDÊNCIA (por Áreas)	Facilitadores A Mobilizar / Sugestões
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Linguagem e Comunicação: (1 B, C e D); (2 B, C e D); (3 B, C e D).</li> <li>• Matemática para a Vida: (1 A, C e D) ; (2 A, C e D); (3 A, C e D).</li> <li>• Tecnologias da Informação e da Comunicação: (1 A, B, C e D); (2 A, B, C e D); (3 A, B, C e D).</li> <li>• Cidadania e Empregabilidade: sem alterações nos critérios de evidência. “Não se colocam desafios específicos [uma vez que cada cidadão] deverá ter adquirido competências que lhe permitam desenvolver valores e atitudes consideradas fundamentais para a vida [em] comunidade”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtos de apoio para ver: sistemas vídeo para ampliação de imagem. <b>EX:</b> Smartview</li> <li>• Produtos de Apoio para desenho e escrita: Guia de assinatura; papel plástico para assinatura especial</li> <li>• Produtos de apoio para tratamento de informação áudio, imagem e vídeo. <b>EX:</b> Sistema digital Daisy.</li> <li>• Produtos de apoio para a leitura: software de ampliação de caracteres. <b>EX:</b> Zoom Text.</li> <li>• Computadores e periféricos e Dispositivos de entrada e saída para computadores: digitalizador (scanner), aplicação informática de leitura de ecrã. <b>EX:</b> Jaws</li> <li>• Materiais e Ferramentas de marcação e medição: dispositivo para marcar e identificar, como sinais ou símbolos, fitas métricas com marcas em relevo, medidores digitais sonoros.</li> </ul>

**Quadro 2** – Adequações/alterações ao Processo RVCC face ao Público Invisível; *Guia Metodológico de Acesso para Pessoas com Deficiências ou Incapacidade ao Processo RVCC* (Sousa et al, 2009 (adaptado)).

- **Equacionamento das Durações do Processo RVCC**

Relativamente à duração dos Processos de RVCC por parte das pessoas com DV, a variável tempo foi igualmente equacionada.

Com base nas durações de referência do Processo RVCC contempladas na Carta de Qualidade dos CNO, o Guia definiu as durações do Processo em função das alterações das funções, estipulando para o caso particular das pessoas com incapacidade e/ou deficiência visual, os “valores” abaixo referenciados (Sousa et al, 2009:47).

A este propósito, o Guia ressalva ainda que a atitude da ETP deve ser de “tolerância e empatia”, sendo “respeitados os tempos [de desempenho] da pessoa” (Sousa et al, 2009:54).

Durações De Referência	Carta Qualidade CNO	Alterações das Funções da Visão
<b>Duração do Processo RVCC</b>	200-600h	> 600h
<b>Sessões de Reconhecimento</b>	25-40h	70-100h
<b>Formação Complementar</b>	25-50h	>50h

**Quadro 3** – Duração de Referência do Processo RVCC para Público Invisual; Canelas, 2007, cit in Sousa et al, 2009:47.

# ***2ª Parte***

***O PROJECTO DE ESTÁGIO E A METODOLOGIA***

---

## **CAPITULO IV - CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO LOCAL DE ESTÁGIO**

### **4.1 Identificação do Local de Estágio**

Decorrendo entre Outubro de 2009 e Julho de 2010, o estágio curricular foi realizado no departamento de intervenção do Centro Novas Oportunidades (CNO), do Centro Naval de Ensino a Distância (CNED), sito na Rua do Arsenal, Lisboa, nas instalações da Administração Central da Marinha Portuguesa.

Conhecer e compreender a intervenção realizada pelo respectivo Centro Novas Oportunidades, pressupõe a referência, ainda que breve, da sua história e evolução, designadamente ao nível das suas origens, objectivos e finalidades, recriando desse modo as intenções da sua missão.

Como tal, a este capítulo estão reservadas os dados e informações mais pertinentes referentes ao processo de selecção do local de estágio - o Centro Novas Oportunidades do CNED - e simultaneamente, os dados de caracterização da respectiva instituição.

#### **4.1.1 Processo de Selecção do Local de Estágio**

Talvez um pouco em oposição ao processo pelo qual a maioria das pessoas passa - quando tal como eu, pretende realizar a modalidade de estágio curricular -, o meu percurso até chegar ao Centro Naval de Ensino a Distância (CNED) e ser aceite como estagiária do Centro Novas Oportunidades (CNO) foi algo diferente.

A escolha da Instituição CNED, derivou antes de mais da necessidade de realizar um trabalho de grupo para uma unidade curricular integrada no plano de estudos de Mestrado (1º Ano, 2º Semestre). A verdade é que havia a necessidade de escolher uma instituição e tendo representantes oficiais do CNED vindo discursar nas “Jornadas da Empregabilidade” realizadas na Faculdade, o facto é que deixaram um “gostinho” e uma vontade de conhecer a forma como “navegam ao sabor e em prol” da Educação /Formação.

Feitos os contactos do grupo com a Instituição, foi assim que tive a oportunidade de conhecer o actual director do CNO e do CNED, o Sr. Comandante Almeida Moura. Recebidas com simpatia e amabilidade, foi logo no primeiro contacto com o Sr. Comandante, que o mesmo questionou se não haveria interesse da nossa parte em realizar estágio na Instituição. A resposta naturalmente foi um “sim, eu gostava”. E a verdade é que gostava mesmo, pois sem ainda antes ter procurado outras Instituições para estagiar, o CNED havia já despertado em mim uma curiosidade e um interesse sobre como seria desenvolvido um trabalho de Educação e Formação, numa instituição directamente ligada às Forças Armadas, que para o meu “olhar de leiga” estava somente relacionada com a protecção dos cidadãos portugueses e do país e com a imagem de respeito, disciplina e imponência que transmitem. O “á vontade” das oficiais que discursaram nas “Jornadas de Empregabilidade”, o interesse e inovação do



projecto que apresentaram (CNED), o pouco que já conhecia do CNED e as posteriores explicações do Sr. Comandante face ao trabalho que desenvolviam, foram suficientes para querer agarrar esta oportunidade.

Todavia, como nada ficou acordado no primeiro encontro com o Sr. Comandante, cheguei a realizar pesquisas sobre locais para possível realização de estágio, recolhendo maioritariamente informações sobre Empresas de Formação, Câmaras Municipais e ainda uma Empresa de Recolha e Tratamento de Lixo, sendo preferencialmente estes os locais onde gostava de um dia desenvolver a minha actividade profissional.

O facto é que acabei por não estabelecer contacto com nenhuma entidade, pois a dada altura do processo de pesquisa, tive oportunidade de falar novamente com o Sr. Comandante e questionar se poderia dar como certa a realização de um estágio no CNED. O parecer favorável nesse sentido foi imediato, tendo o Sr. Comandante solicitado que assim que possível fosse agendada uma reunião onde mais concretamente abordasse o que pretendia fazer. Por motivos de força maior, a conversa presencial e “formal” realizou-se mais tarde do que o previsto, sendo que nesse intervalo de tempo, reflecti e questionei-me sobre o que de facto pretendia fazer e em que área. Compreendo agora o quão produtivo foi esse tempo de espera, uma vez que me permitiu pesar os prós e contras e decidir com toda a certeza a área em que queria “trabalhar”.

Como havia referido anteriormente, fiquei fascinada pelo trabalho desenvolvido no CNED. Ocorreu-me que seria bastante motivador realizar um estágio num local que não só aposta na educação/formação, como promove essa aposta de forma centrada no seu público, visando nomeadamente colmatar os problemas e dificuldades que enfrentam.

Sendo claro que as exigências das funções militares, são muitas vezes o maior impeditivo para o prosseguimento de percursos educativos/formativos, o CNED assumiu como missão, contribuir para o aumento das qualificações dos militares (inicialmente da Marinha Portuguesa e actualmente, dos três ramos das Forças Armadas) e consequentemente das suas condições de vida, quer a nível pessoal, quer profissional. A sua intervenção nesse sentido é ilustrada pela criação de cursos do Ensino Básico e Secundário para os militares, adoptando como modelo de ensino-aprendizagem o Ensino A Distância, criando figuras/entidades próprias que regulam a actividade dos alunos e dos profissionais e ainda, manuais escolares exclusivamente concebidos pelo Centro, que efectivamente colmatassem a não existência física de um professor.

Contudo, o período de reflexão fez-me perceber que uma outra área desenvolvida no CNED apresentava as suas mais-valias e interesses. Foi então que tomei consciência de que conhecer e trabalhar no CNO poderia representar uma mais-valia a nível pessoal, social e profissional.

O meu desconhecimento sobre o que representavam os processos de RVCC, sabendo apenas que se baseavam nas experiências e histórias de vida pessoais, captou a minha atenção. Questionei-me sobre a importância do conhecimento desta área em constante expansão e sendo uma das vias actualmente “mais badaladas”, dei por mim a pensar como se poderiam transformar experiências e vivências, em saberes e competências, que consequentemente seriam reconhecidas, validadas e

certificadas, dando origem a uma qualificação formal.

Após reunião com o Sr. Comandante foi formalmente aceite o pedido de estágio no Centro Novas Oportunidades, pelo que, fui posteriormente apresentada à Dr.ª Carolina Pereira - actual coordenadora do CNO -, tendo ficado a seu cargo a orientação do meu estágio curricular. Dadas as amplas e diversas responsabilidades que lhe estão atribuídas, passei numa fase posterior a ser acompanhada pela Dr.ª Júlia Bentes, Profissional de RVCC de Nível Básico do CNO.

Fazendo uma breve reflexão sobre este percurso, posso felizmente afirmar que não senti qualquer dificuldade no processo de selecção do local de estágio, pelo contrário, penso ter tido a sorte de todo o processo ter corrido de forma natural, sem qualquer obstáculo, sendo que nem mesmo o facto de me encontrar a desenvolver uma actividade profissional que obrigatoriamente iria implicar uma conjugação com o trabalho a realizar no CNO (assunto debatido com o Sr. Comandante), foi um problema.

Nesse sentido, parece-me que o facto de todo este processo ter ocorrido sem registo de nenhum percalço se deve ao Sr. Comandante Almeida Moura e por tal, lhe presto o meu sincero agradecimento.

#### **4.1.2 Caracterização do Centro Novas Oportunidades do CNED**

No ano de 2000, segundo dados da Marinha Portuguesa, o Centro Naval de Ensino A Distância da Marinha Portuguesa (CNED), registava já um milhar de pré-inscrições nos seus cursos, tendo como público-alvo militares da Marinha.

A “urgência” em proporcionar sistemas alternativos de reconhecimento e certificação de competências, em especial, para o contingente militar no activo com qualificações inferiores à escolaridade mínima obrigatória e em geral, para a população portuguesa, justificou a decisão levada a cabo pelo CNED em 2001: a apresentação de candidatura a Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências - CRVCC (actual CNO) de Nível Básico.

A candidatura a CRVCC foi acreditada em 2002, através da (já extinta) Associação Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), sendo publicada através do Despacho conjunto n.º 804/2002.

Complementando as valências do CNED, em funcionamento desde Janeiro de 2003, o CRVCC fazia assim parte da Rede Nacional de Centros RVCC.

A iniciativa dirigia-se a militares, militarizados e civis dos três ramos das Forças Armadas (Marinha, Exército e Força Aérea), civis que exercessem funções em organizações pertencentes ao Ministério da Defesa Nacional e simultaneamente, a indivíduos adultos que se encontrassem geograficamente próximos das unidades militares.

Proporcionando aos “candidatos/adultos” com mais de dezoito anos, a oportunidade de verem certificadas as competências e saberes adquiridos ao longo da sua vida e nos diversos contextos da

mesma (pessoal, social, relacional, profissional, cultural), o CRVCC de Nível Básico definiu inicialmente três objectivos prioritários específicos, sendo eles designadamente:

- I) ajustar o grau de formação e competências técnicas dos adultos, militares, militarizados e civis, através do reconhecimento e aumento das suas qualificações escolares e profissionais;
- II) possibilitar aos militares voluntários, o reconhecimento das suas habilitações académicas, como forma de facilitar e contribuir para a sua reinserção na sociedade civil;
- III) integrar as valências dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, em actividades de valorização individual em desenvolvimento no CNED, entre outras actividades.

Já no ano de 2007, aquando da reconversão de todos os CRVCC a Centros Novas Oportunidades (CNO), o CNO do CNED alargou a sua oferta formativa, participando activamente na implementação de um processo totalmente inovador em Portugal: um CNO de Nível Secundário, destinado a todos os jovens e adultos, que com mais de dezoito anos e três anos de experiência profissional (de carácter diverso e amplo), pretendessem ver reconhecidas e certificadas as suas competências, possibilitando-lhes a obtenção de diploma/certificação escolar de nível secundário e igualmente, mais e melhores condições para progredir na carreira.

A par desta evolução, em 2007 assiste-se à criação de uma nova figura profissional nos CNO, nomeadamente o/a Técnico/a de Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento, sendo introduzida consequentemente mais uma valência/intervenção da responsabilidade dos Centros, correspondente ao acompanhamento e orientação de todos os adultos no processo de selecção de um percurso educativo/formativo adequado ao seu perfil e respectivas necessidades.

Considerando a Formação de Adultos e a Aprendizagem ao Longo da Vida fulcrais, bem como, a administração de programas educativos/formativos com qualidade, exclusivamente centrados no público-alvo visado, os processos de RVCC e de Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento, seguem actualmente as orientações dos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade Social, através da Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), adoptando para tal, os Referenciais de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos, de nível Básico e nível Secundário.

Face à amplitude das atribuições do CNO do CNED, como elo fundamental entre a prossecução dos seus objectivos, metas traçadas e adequação às necessidades e especificidades do contexto em que opera, tornou-se necessário ajustar a sua organização, sendo que após alterações em 2007 ao normativo por que se regia o seu funcionamento, foi adoptada a actual estrutura orgânica: equipa técnico-pedagógica composta por um Director e um Subdirector, uma Coordenadora Pedagógica, duas Técnicas de Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento, quatro Profissionais de RVCC, nove

Formadores com habilitação para a docência no ensino e duas Técnicas Administrativas.

Relativamente aos recursos materiais, o CNO dispõe de uma sala de espera, uma sala de atendimento, sete salas de apoio individual (Tutoria), três salas de formação de informática (uma das quais com capacidade informática, composta por 11 estações de trabalho com ligação à Internet), três salas de formação de grande grupo, duas salas de formação de pequeno grupo e ainda, uma Biblioteca.

Ao nível dos instrumentos, o CNO dispõe de uma reprografia, três impressoras em rede, duas fotocopiadoras, três projectores, quatro quadros brancos, dois leitores de DVD e seis calculadoras.

No que se refere às parcerias estabelecidas, num nível “interno/horizontal” registam-se as parcerias com a Força Aérea e o Exército; ao nível “externo/transversal”, registam-se parcerias com o Instituto da Educação da Universidade de Lisboa, a Associação para o Estudo e Integração Psicossocial (AEIPS) e ainda, com a Portugal Telecom (PT-Inovação).

Ainda no âmbito das parcerias estabelecidas, destaca-se a relação do CNO do CNED com o Instituto da Educação (U.L.), através da política de oferta de Estágios, como forma de possibilitar uma “abertura ao exterior”, tomar contacto com uma experiência inovadora e única e igualmente, preservar a ligação com a vida académica, nomeadamente com o que de mais recente e inovador se realiza nesse domínio.

À semelhança do CNED, Instituição-Mãe do CNO, também este último firma os seus compromissos educativos/formativos, através de uma perspectiva exclusivamente centrada no adulto e para o adulto, derivando o seu sucesso, sustentabilidade e atractivamente, das práticas especializadas e personalizadas levadas a cabo.

Assumindo-se como entidade que aposta fortemente nos processos de ensino-aprendizagem, após sete anos de existência (2003-2010), as mais-valias do CNO passam efectivamente pelo processo de promoção de independência e autonomia dos adultos, pelo empenho e motivação na descoberta com estes das suas formas de aprender, pela sua consciencialização sobre a importância do processo de aprendizagem ao longo da vida e pela mobilização e maximização das suas competências de ordens diversas, contribuindo assim para que se sintam seguros e capazes de ultrapassar as suas próprias barreiras e limitações.

## **5.1 Apresentação do Projecto de Estágio**

### **5.1.1 Introdução ao Projecto de Estágio**

No presente capítulo, é apresentado o projecto de Estágio que me propus executar no Centro Novas Oportunidades do CNED, o qual sinteticamente consistiu na realização de um estudo sobre a oferta formativa Processo RVCC, quando ministrada com públicos específicos, mais precisamente, com o público invisível.

### 5.1.2 Considerações sobre o Percorso de Estágio

Aquando da minha chegada ao CNO, recordo-me de ter pensado que não identificava à partida nenhuma questão e/ou situação, que se apresentasse como suficientemente clara e evidente para mim, em que pudesse trabalhar e intervir.

Naturalmente, as grandes questões apenas podem ser diagnosticadas após algum tempo de vivência e convivência no ambiente profissional, resultando frequentemente de conversas e iniciativas informais com elementos das equipas profissionais, para posteriormente, evoluírem para um nível de investigação mais concreto.

Assim, senti necessidade de encontrar algo em que pudesse exercer a minha “actividade” como forma de garantir um contributo para a minha vida académica - obtenção de grau de mestre -, mas igualmente, de garantir um contributo para a instituição que me acolheu – o CNO do CNED.

Aliado a estes factores, deveria sem dúvida ser algo que me inquietasse, que me pudesse proporcionar um nível de motivação e de envolvimento emocional e pessoal próximo do óptimo.

Foi então que quando realizava uma actividade no CNO, solicitada pela Dr.ª Júlia Bentes - ver e rever alguns documentos que orientam as práticas no CNO e alterar os seus logótipos para os actualmente utilizados -, me deparei com o Guia Metodológico para o Acesso das Pessoas com Deficiências e Incapacidades ao Processo RVCC – Nível Básico (2009).

Este Guia suscitou a minha curiosidade e após a sua leitura, tive conhecimento de que se encontravam candidatos invisuais a frequentar o CNO do CNED, bem como, da recente extinção de um acordo de cooperação de carácter informal, realizado com a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, que funcionava com base no encaminhamento preferencial dos seus sócios para processos RVCC, administrados no CNO de CNED.

A discutir com as orientadoras de estágio (quer a nível académico, quer a nível institucional) a pertinência de explorar o Processo RVCC, quando realizado com Público Invisual no contexto particular do CNO do CNED, surgiram essencialmente duas questões/problemas que despertaram o meu interesse: “Estará o Processo RVCC operacional e metodologicamente, exequível e adaptado face ao Público Invisual? Quais as condições e recursos necessários à Exequibilidade e Adaptação do Processo RVCC a este Público?”

Tais questões apresentavam-se como pontos de partida, quer para conhecer a oferta formativa Processo RVCC, em termos operacionais e metodológicos, quer ainda para conhecer o Processo RVCC em termos de exequibilidade e adaptação a públicos especiais, nomeadamente o Público Invisual.

### 5.1.3 – O Estágio

***“ (...) a prática é pedra de toque das competências, mas para isso é necessário questioná-las. Analisar as práticas é dissecá-las, desmontá-las, reflectir criticamente sobre o que se faz, pôr-se em causa, confrontar ideias, discernir fundamentos, verificar resultados conseguidos e agir em conformidade. Tudo o que fazemos parte de um conhecimento que pode ser teórico, mas que temos que adaptar às situações concretas e múltiplas que se nos deparam. Por vezes, temos convicções íntimas que só se alteram e consolidam (...) quando oferecidas à crítica de outras pessoas.”***

**Perrenoud, 1993**

Foi com base nesta afirmação, tão verdadeira, quanto pertinente, que delineei os objectivos e finalidades da presente investigação, os quais corresponderam ao conhecimento das condições de adaptação do Processo RVCC quando ministrado com público invisual, no contexto específico do CNO do CNED e, à análise do impacto desta oferta formativa no percurso de vida e projectos futuros dos adultos cegos certificados.

Não obstante a relativa estandardização do dispositivo e práticas subjacentes ao Processo RVCC, a actuação dos profissionais que desenvolvem actividade em CNO (quer dos Profissionais RVC, quer dos Formadores, quer ainda dos Técnicos de Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento), deve procurar (cor)responder a uma série de exigências implícitas à função que desempenham (comunicação, interpretação, conhecimento e reconhecimento do outro, orientação, reconhecimento de adquiridos, entre outros), mas deve igualmente ser realizada com um “certo” grau de conhecimento ao nível pedagógico e social, sobre os públicos concretos que recebem.

Promover a melhoria das capacidades e competências em acção, por parte dos profissionais das entidades que desenvolvem e oferecem processos formativos, assume-se, tal como defende Meignant (2003:51), como um “processo global de gestão e de desenvolvimento dos recursos humanos”, que indiscutivelmente não pode dispensar um olhar atento, crítico e reflexivo sobre questões diversas.

Desde o que se encontra consignado na Lei, quer a nível nacional, quer a nível Europeu, ao que se faz nacionalmente e localmente em cada Centro, ao apoio e acompanhamento por parte de instituições, associações e familiares de adultos invisuais, o que resulta desse esforço para a melhoria e aperfeiçoamento das condições de educação e formação para o público invisual em particular? E para a melhoria das condições de inserção na vida activa para públicos específicos, tal como o público invisual?

Naturalmente surgem outras questões que suscitem também interesse. Quais serão os valores percentuais anuais, de candidatos invisuais inscritos em CNO e quantos candidatos efectivamente terminam o processo? E da percentagem destes últimos, quantos obtêm certificação parcial e quantos obtêm certificação total?

Apenas nestas três (grandes) questões, residem uma série de considerações e conjecturas que podemos colocar em cima da mesa: “Estarão os CNO preparados para esta realidade? Estarão os

profissionais preparados e “apetrechados” pedagógica e socialmente para trabalhar com este público naturalmente mais “exigente”? Quais as representações da equipa técnico-pedagógica, em termos de exequibilidade e adaptação do Processo RVCC face a públicos com incapacidade visual? Quais as opiniões e sugestões do público invisual sobre a exequibilidade e adaptação da via formativa Processo RVCC, face às suas capacidades e potencialidades? Estarão os candidatos cegos satisfeitos com as condições em que o Processo é realizado (operacionalização, instrumentalização e recursos humanos colocados ao seu dispor)? Estará o Processo RVCC adaptado ao público invisual, apresentando-se efectivamente como uma via de educação/formação exequível? Poderá o Processo RVCC ser mais eficaz a esse nível?”

A nossa análise pretende construir um olhar crítico sobre as questões e condições de exequibilidade e adaptação do dispositivo do Processo RVCC face a este público em especial, que se reflectem na sua operacionalização (conteúdos e actividades), instrumentalização (metodologia e instrumentos) e ainda, nas relações que nele são criadas e desenvolvidas (candidatos vs. equipa técnico-pedagógica e candidatos vs. pares), de modo a promover uma reflexão sobre o plano prático para além do que consta nas Leis, Referenciais e Guia Metodológico para o Acesso das Pessoas com Deficiências e Incapacidades ao Processo RVCC-NB (2009).

A problematização e reflexão das práticas e dinâmicas desenvolvidas na realização de Processos RVCC com Público Invisual (quando administrado no contexto específico do CNO do CNED), designadamente ao nível da exploração das reais condições de adequação e exequibilidade do seu dispositivo, teve como finalidade contribuir para o conhecimento do “estado de desempenho” dos profissionais, para a identificação e interiorização das atitudes desejáveis e adequadas e consequentemente, para o aperfeiçoamento da prática profissional. De igual modo, teve como finalidade comprovar se no plano prático se verifica o respeito, cumprimento e promoção dos direitos dos cidadãos portadores de deficiência – neste caso, visual – e dos deveres de cidadania (respectivamente instituídos pela Constituição da República Portuguesa, 1976).

Simultaneamente, pretendeu-se identificar o impacto da realização do Processo RVCC nos percursos de vida dos adultos cegos que obtiveram certificação através desta via, nos diferentes níveis pessoal, social e profissional, bem como, nos seus projectos futuros, quer ao nível escolar/formativo, quer ao nível profissional.

Nesse sentido, a análise do impacto de realização do Processo RVCC no percurso de vida dos candidatos cegos certificados e o seu reflexo ao nível dos projectos futuros que ambicionam, teve como finalidades máxima, apurar a legitimidade do Processo enquanto via formativa promotora de uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, bem como, de mais e melhores condições de vida resultantes de um aumento do nível de qualificação ([re]definição e desenvolvimento de projectos futuros e garantia de condições de empregabilidade activa).

## 5.2 Metodologia Utilizada

A concepção de todo e qualquer estudo e/ou investigação, independentemente dos seus objectivos e finalidades, não dispensa a adopção quer de uma determinada estratégia de investigação, quer ainda, de um design metodológico específico.

Com base no exposto e atendendo aos objectivos e finalidades que se pretenderam atingir, optámos por uma investigação de cariz naturalista, tendo por base a estratégia de investigação Estudo de Caso.

A adopção desta estratégia de investigação e consequentemente a sua pertinência, resultaram da vontade de realizar um estudo centrado na natureza própria do “objecto/problemática” em análise, com vista a conhecer e apurar o que lhe é particular, específico e único e como tal, o que particularmente o caracteriza.

Não sendo a finalidade do Estudo de Caso “representar o mundo, mas sim representar o caso” (Stake, 1994, cit in Afonso, 2005:73), esta estratégia de investigação caracteriza-se fundamentalmente e como define Bassey (1999, cit in Afonso, 2005:70-71), por ser uma pesquisa empírica:

- i. conduzida “numa situação circunscrita de espaço e de tempo, ou seja, é singular”, correspondendo neste caso particular, ao contexto específico do CNO do CNED;
- ii. centrada “em facetas interessantes de uma actividade, programa, instituição ou sistema, em contextos naturais e respeitando as pessoas”, sendo neste caso estudo, as dinâmicas e repercussões do Processo RVCC, quando orientado para um público invisual;
- iii. que possibilita “a exploração de aspectos relevantes, a formulação e verificação de explicações plausíveis (...), a construção de argumentos ou narrativas válidas, ou a sua relação com temas de literatura científica de referência”, estando neste estudo associadas ao questionamento das condições de adaptação e exequibilidade do processo RVCC face ao público invisual, bem como, o impacto e respectiva relação com os seus projectos e ambições futuras.

Nesse sentido, com base nos propósitos que orientaram a concepção deste estudo, metodologicamente impôs-se a necessidade de aplicar um conjunto de técnicas de recolha e tratamento de dados, as quais se encontram seguidamente identificadas (sendo referida a sua pertinência para a investigação, bem como, os actores que nelas participaram).



### 5.2.1 Pesquisa Arquivística / Análise Documental

A Técnica da Pesquisa Arquivística, mais comumente designada por Técnica de Análise Documental, consiste tal como defende Afonso (2005:88), “na utilização de informação existente em documentos anteriormente elaborados, com o objectivo de obter dados relevantes para responder [a] questões da investigação”. Como tal, apresenta-se como uma forma de “consultar informação que foi anteriormente organizada com finalidades específicas”, tendo como grande vantagem o facto de poder ser “utilizada como metodologia não interferente (...) evitando problemas causados pela presença do investigador” (idem).

A utilização desta técnica permite o desenvolvimento de uma investigação através da análise de três tipos de documentos, sendo eles: Documentos Oficiais, que provêm dos arquivos de departamentos da Administração Pública e publicações oficiais do Estado, bem como, de organizações directamente ligadas a esta última, como por exemplo, organizações escolares ou educativas; Documentos Públicos, de carácter publicitário ou propagandista, nas suas vertentes política, associativa ou sindical, como por exemplo noticiais, artigos, anúncios, concursos, livros, manuais, incluindo toda a informação distribuída e vendida; e ainda, Documentos Privados, resultantes dos arquivos próprios das entidades e organizações, dos quais se destacam os documentos pessoais, comumente mais utilizados nos estudos biográficos e na exploração das histórias de vida (Afonso, 2005:89-91).

A pertinência de recurso a esta técnica prendeu-se, essencialmente, com a necessidade de conhecer o local de Estágio, o CNO do CNED, a oferta formativa que nele é ministrada, o Processo RVCC e ainda, um público específico que a ele recorre, o público invisual.

Nesse sentido, no que respeita ao conhecimento do CNO do CNED, foram analisados essencialmente documentos privados, nomeadamente os dossiers de arquivo de caracterização dos diferentes departamentos do CNED, em particular, o referente ao Departamento do CNO, o Plano de Intervenção Estratégica do CNO e documentos próprios sobre o CNO do CNED.

Relativamente ao conhecimento do Processo RVCC, foram analisados documentos oficiais, públicos e privados, designadamente o D.L. nº. 387/99, Despacho 9629/2001, Portaria nº. 1082-A/2001, Despacho nº. 919-A/2001, Portaria nº. 286-A/2002, Portaria nº. 86/2007, Despacho nº. 9937/2007, Despacho nº. 29176/2007 e Portaria nº. 370/2008, Referenciais de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos (Níveis Básico e Secundário), Guia de Operacionalização do Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos (NB), Guia Metodológico para o Acesso das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade ao Processo RVCC, Carta de Qualidade dos CNO, documentos próprios do CNO do CNED sobre o Processo RVCC, documentos entregues aos candidatos sobre as fases correspondentes ao Processo RVCC, fichas de actividades do Processo RVCC e ainda, Portfolios de candidatos em certificação e/ou já certificados.

No que se refere à pesquisa de informação contextualizada sobre público invisual e/ou pessoas com deficiências ou incapacidade, recorreu-se à leitura e análise de documentos oficiais, públicos e privados, mais concretamente: Constituição da República Portuguesa, Lei nº. 38/2004, D.L. nº.

163/2006, D.L. nº. 211/2006 e D.L. nº. 213/2006 (em matéria dos seus múltiplos direitos), Resolução ResAP (2001), R.M. nº. 120/2006 (PAIPDI 2006-2009), R.C.M nº. 9/2007 (PNPA), Despacho nº. 29176/2007, D.L. nº. 396/2007, R.C.M nº. 88/2008 (PAIPDI) e D.L. nº. 93/2009 (SAPA) (em matéria de fomento e garantia de condições de igualdade de oportunidade, participação e acessibilidade, em especial, aos sistemas de Educação, Formação e Emprego), Guia Metodológico para o Acesso das Pessoas com Deficiências e Incapacidades ao Processo RVCC – NB (2009) e ainda, Portfolios de candidatos invisuais.

### **5.2.2 Técnica da Entrevista**

A Técnica da Entrevista é frequentemente utilizada, quando se pretendem efectuar estudos e/ou investigações de carácter naturalista e, consequentemente colocar em evidência uma vertente essencialmente qualitativa.

Esta técnica tem um fim muito preciso, caracterizando-se sobretudo por consistir numa via ao alcance do investigador, de apurar informações relevantes para o estudo que desenvolve, sendo tal como defende Foddy (1996:4) “normalmente aceite como uma forma rentável de obter informações sobre comportamentos e experiências passadas, motivações, valores e atitudes, enfim, sobre um conjunto de variáveis de foro subjectivo não directamente mensuráveis”.

Tendo por base o estabelecimento de uma “interacção verbal entre entrevistador e entrevistado, em situação de face a face” (Afonso, 2005:97), a Técnica da Entrevista revela-se adequada quer para as situações em que se pretende apurar factos, aceções, conclusões sobre uma situação, contexto, fenómeno, quer quando se pretende conhecer de forma mais pormenorizada e complexa um determinado sujeito, na tentativa de apreender a sua história/percurso, motivações, valores, crenças, atitudes e portanto a sua forma de estar, pensar e agir.

Através do estabelecimento de uma relação de empatia, confiança e segurança, pretende-se conduzir o entrevistado a um processo de questionamento sobre determinada realidade/fenómeno, solicitando-lhe que expresse o que pensa e o significado efectivo que lhe atribui.

Porém, o investigador deve ter presente que podem ocorrer modificações comportamentais e atitudinais nos sujeitos inquiridos. Tais mudanças podem ser decorrentes dos próprios entrevistados, pelo facto de terem consciência de que foram “seleccionados e distinguidos em relação a outros para se tornarem objecto de estudo”, fenómeno conhecido como “Efeito Hawthorne” (Bert, 1999, cit. in Afonso, 2005:101). Podem igualmente resultar do “eventual enviesamento do entrevistador”, gerando-se respostas entendidas pelos entrevistados como socialmente desejáveis (Afonso, 2005:101).

Não obstante, ainda que a Técnica da Entrevista não possa garantir a fiabilidade total das opiniões dos entrevistados, ela assume-se como um meio de observação indirecta satisfatoriamente viável, ao permitir que através de um questionamento ao inquirido, sem necessariamente o colocar em situação real, seja recriada de forma mais ou menos intensa, uma simulação da realidade.

Através da aplicação da Técnica da Entrevista, o investigador deparar-se-á com a existência de variáveis, que podem contribuir (ou não) para um maior grau de sucesso da entrevista, sendo elas as variáveis de situação, bem como, as de relação.

As primeiras variáveis podem em certa medida ser pré-estabelecidas, correspondendo por exemplo ao tempo de duração da entrevista, ao espaço onde esta se realiza, à posição dos actores no espaço, ao ambiente criado, aos instrumentos utilizados, entre outros, estando essencialmente relacionadas com a garantia do “à vontade” por parte do entrevistado, do seu relaxamento face à situação e da sua motivação.

Por sua vez, as segundas variáveis exigem especial atenção e esforço por parte do investigador, uma vez que decorrem especialmente da situação entrevista em si e não tanto de condições previamente definidas, remetendo para o vínculo que deve ser estabelecido entre os actores inquirido e inquiridor. Promover a segurança e confiança suficiente no entrevistado, para que possa falar abertamente sobre as suas representações face ao tema, realidade e/ou fenómeno sobre o qual está a ser inquirido, requer por parte do entrevistador, a criação de uma relação assente no acolhimento, respeito, aceitação, compreensão e não julgamento (Dora, 1970:130).

Cabe assim ao entrevistador demonstrar uma escuta activa ao longo da entrevista, realçar as opiniões do entrevistado, reconhecer o seu esforço de análise e não emitir julgamentos sobre o seu próprio sistema de valores (Dora, 1970:130).

Facilmente a comunicação e o que através dela pode ser expressado, se assume como um instrumento privilegiado de obtenção de informações sobre factos, pensamentos, opiniões, sentimentos e outros, porém, esta não nos diz tudo, uma vez que igualmente os comportamentos não-verbais carregam tal simbolismo e valor.

A riqueza da linguagem não-verbal, é visível através das expressões corporais, que incluem toda uma série de sinais extremamente interessantes e a que o investigador deve estar atento, resultando mais concretamente da mímica facial, do olhar, dos gestos do entrevistado, da própria atitude corporal, da expressão das suas emoções, etc. Assim, observar o modo como se comporta o entrevistado, bem como, a forma como reage ao próprio entrevistador e às questões que este levanta, permite apurar o seu grau de abertura/tensão, interesse/desmotivação, espontaneidade de resposta/distanciamento, entre outros comportamentos.

A maior riqueza de dados traduzir-se-á sempre, nas situações em que o investigador não despreze nem anule nenhuma destas dimensões, encontrando o discurso nos actos, a complementaridade do seu simbolismo e o significado da narrativa criada pelo entrevistado. Não obstante o facto de que, o conhecimento que advém de uma narrativa produzida através da perspectiva de um terceiro, carrega implicitamente o significado subjectivo que este atribui a uma parte da realidade que apreendeu, o investigador deve igualmente estar ciente que o grau de veracidade e fiabilidade das considerações emitidas, derivam em grande medida, da relação que estabelece com o entrevistado e das variáveis de situação que pré estabelece/assegura ao longo da realização da entrevista.

Ao nível das “características do dispositivo” criado – Entrevista – distinguem-se três possibilidades, a Entrevista Estruturada, a Não Estruturada e a Semiestruturada, (Afonso, 2005:97-100), sendo os seus dois grandes factores de distinção, a estruturação (prévia ou não e em maior ou menor grau), bem como a possibilidade que é dada ao entrevistado de se expressar de forma mais ou menos livre.

No estudo em causa, foi feito recurso à Entrevista Semiestruturada. Tal opção prendeu-se com o facto de que através da construção de um guião estruturado em torno “das questões de partida e eixos de análise” da investigação (Afonso, 2005:118), seria possível manter uma lógica sequencial dos tópicos que se pretendiam ver abordados e igualmente garantir uma “margem de manobra” ao entrevistado, possibilitando-lhe tecer considerações “extra” tópicos.

Nesse sentido, foi feito recurso à Técnica da Entrevista, com vista a identificar:

- i. considerações, quer dos elementos da equipa técnico-pedagógica, quer dos adultos cegos, face à operacionalização (conteúdos e actividades) e instrumentalização (metodologia e instrumentos) do Processo RVCC e ainda, sobre a importância das relações estabelecidas ao longo desse processo;
- ii. representações, quer dos elementos da equipa técnico-pedagógica, quer dos adultos cegos, relativamente à temática “Adaptação e exequibilidade do Processo RVCC com público invisual”, administrado no CNO do CNED;
- iii. sugestões de melhoria face à intervenção a desenvolver pela equipa técnico-pedagógica com público invisual;
- iv. representações dos adultos cegos sobre o impacto do Processo RVCC nos seus percursos de vida, designadamente sobre os seus efeitos aos níveis pessoal, social e profissional;
- v. considerações dos adultos cegos, sobre o impacto do Processo RVCC nos projectos e ambições futuras dos adultos cegos certificados, nomeadamente, aos níveis escolar e profissional.

No que se refere aos actores envolvidos, participaram cinco elementos da equipa técnico-pedagógica do CNO do CNED e quatro adultos cegos, que obtiveram as suas certificações no Centro, nos anos 2007 e 2008.

No que respeita à composição da amostra de profissionais da equipa técnico-pedagógica, importa referir que o principal e único critério que esteve na base do processo de selecção, se prendeu com a realização de entrevistas somente aos elementos que haviam já exercido actividade profissional no CNO do CNED, com público invisual, correspondendo a oito profissionais. Importa igualmente

mentonar, que devido a constrangimentos de agenda, apenas cinco dos oito elementos profissionais que haviam já desenvolvido actividade com público invisual, foram entrevistados.

Como tal, a amostra de profissionais inquiridos foi composta por duas técnicas de acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento, afectas aos níveis Básico e Secundário, uma formadora da área de matemática para a vida, afecta ao nível Básico e ainda, duas profissionais de reconhecimento, validação e certificação afectas ao nível Secundário.

Por sua vez, no que se refere à composição da amostra de adultos cegos, foram inquiridos quatro elementos, que obtiveram a sua certificação de nível Básico, pela via do Processo RVCC no CNO do CNED, nos anos de 2007 e 2008.

Tal opção metodológica esteve associada a dois factores: primeiramente, a constatação de que nos anos de 2009 e 2010, o CNO não registou certificações de candidatos cegos; em segundo lugar, o apuramento de impacto do Processo RVCC sobre o percurso de vida dos candidatos, exige o decorrer de um determinado espaço de tempo após a obtenção de qualificação de nível superior, de modo a que a percepção dos eventuais efeitos seja mais credível e eficaz.

Nesse sentido, da totalidade dos adultos cegos que obtiveram certificação nos anos de 2007 e 2008 - designadamente vinte candidatos -, procedeu-se à realização de entrevistas a quatro elementos, pretendendo-se que a amostra representasse de forma equitativa as variáveis “género”, “ano de certificação” e “semestre de certificação”.

À parte das contingências e critérios de selecção anteriormente referidos, importa referir que a escolha dos quatro inquiridos recaiu sobre a proximidade geográfica dos seus locais de residência face ao concelho de Lisboa.

### **5.2.3 Análise de Conteúdo**

A análise de conteúdo, assume-se como uma técnica de investigação e análise indispensável, quando se pretende desenvolver um processo “analítico e interpretativo” sobre um determinado discurso produzido.

A sua relevância pende-se com o facto de consistir num recurso disponível ao investigador, que lhe permite “explorar e mapear a partir dos seus objectivos de pesquisa” (Afonso, 2005:118), informações emitidas por outrem e simultaneamente, mobilizar e testar “estratégias produtoras de significados relevantes, transformando progressivamente os dados [do discurso emitido] em elementos constitutivos de um novo texto”.

É corroborando esta afirmação, que Quivy (2003:227) afirma que o recurso a esta técnica oferece ao investigador, a “possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade”, mediante a análise e interpretação dos aspectos formais do discurso, designadamente “os termos utilizados pelo locutor, a sua frequência e o seu modo de disposição, a construção do «discurso» e o seu desenvolvimento”.

Ainda segundo o mesmo autor, tal análise e interpretação de dados, permite ao investigador apurar “fontes a partir das quais tenta construir (...) um conhecimento relativo de um objecto” [e/ou realidade] que lhe é exterior, sem “tomar como referência os seus próprios valores e representações” (Quivy, 2003:226-227).

O “refinamento” e balanço de toda a informação produzida, bem como, a atribuição de uma sequência lógica às informações resultantes, permitem ao investigador, uma “construção interpretativa singular” sobre determinado fenómeno, constituindo assim o “produto final” da aplicação desta Técnica (Quivy, 2003:226-227).

No que se refere à realização deste estudo em causa, foi utilizada a Análise de Conteúdo Temática, uma vez que esta pressupõe a revelação das “representações sociais ou os juízos dos locutores a partir de um exame de certos elementos constitutivos do [seu] discurso” (Quivy, 2003:228), sendo as suas considerações agrupadas em categorias, que incidem especialmente na direcção e na intensidade dos juízos formulados.

A opção metodológica por esta técnica, decorreu igualmente da necessidade de analisar e interpretar as informações obtidas através da execução da Técnica da Entrevista, estando os seus objectivos e pertinência de utilização, em consonância com os apresentados na metodologia anteriormente abordada (dispensando serem novamente enunciados).

Ao nível dos actores envolvidos na aplicação desta Técnica, apenas a pessoa estagiário/investigador participou no processo.

#### **5.2.4 Técnica da Observação**

A técnica da observação consiste no estabelecimento de um contacto directo com determinada realidade e/ou fenómeno que se pretende estudar, não se resumindo por isso apenas à recriação/simulação da mesma, permitindo ao investigador participar nela (directa ou indirectamente), de modo a conhecer a complexidade que lhe está inerente e lhe é característica.

Ao nível da caracterização do dispositivo montado, é possível distinguir duas variantes da técnica da observação, sendo elas a observação estruturada (sistemática) e a observação não-estruturada (de campo).

No que se refere à observação estruturada, a estratégia de investigação está associada ao recurso a instrumentos de registo concebidos “previamente em função dos objectivos de pesquisa, nas quais se regista informação anteriormente pré-codificada” (Afonso, 2005:92). Em oposição, a observação não-estruturada, corresponde ao registo de informações, que não foram alvo de predeterminação e que como tal, resultam “do desenvolvimento e validação de hipóteses explicativas”, com base no acompanhamento e na direcção dos fenómenos observados (Afonso, 2005:92).

Na investigação em causa, foram efectuadas observações não estruturadas, legitimando esta opção metodológica, pelo facto de tal como defende Cozby (1989, cit in Afonso, 2005:92), ela ser

necessária para “descrever e compreender o modo como as pessoas vivem, trabalham e se relacionam num determinado contexto social, [implicando] que o investigador se insira na situação (...) e observe o próprio contexto, os padrões das relações entre as pessoas [e] o modo como reagem aos eventos que ocorrem”.

Sendo frequentemente utilizada por permitir a produção de interpretações resultantes da apreensão e compreensão de um contexto particular e da rede de relações estabelecida pelos diversos actores que o compõem, é exactamente nessa complexidade que reside um dos principais problemas decorrentes da aplicação desta técnica.

Nesse sentido, esta técnica exige que o investigador produza o mais objectivamente possível, registos portadores de rigor metodológico, que descrevam as suas observações e não inferências elementares derivadas do “objecto” observado (Pelto e Pelto, 1987, cit in Afonso, 2005:94).

### 5.3 Caracterização do Público Alvo

Para o ponto em questão, foram analisados primeiramente os dados referentes à totalidade dos elementos que compõem a equipa técnico-pedagógica do CNO do CNED, bem como, dos adultos cegos certificados na respectiva instituição entre os anos de 2007 e 2008, procedendo-se a uma breve caracterização e contextualização das populações visadas.

Seguidamente, apresenta-se a análise dos dados referentes às amostras consideradas para o estudo em causa, correspondendo elas aos (cinco) profissionais inquiridos da equipa técnico-pedagógica do CNO e ainda, aos (quatro) adultos cegos certificados entre 2007 e 2008.

#### 5.3.1 Caracterização da equipa técnico-pedagógica

No quadro abaixo indicado (Quadro 4), constam as variáveis consideradas para a caracterização da equipa técnico-pedagógica, sendo elas nomeadamente: “género” (sexo masculino / sexo feminino), “nível de escolaridade” afecto (NB / NS / NB+NS) e por fim, “realização de actividade profissional com candidatos cegos” (sim / não), em função da “actividade profissional” desenvolvida (Técnica de ADE / Profissional de RVC / Formador).

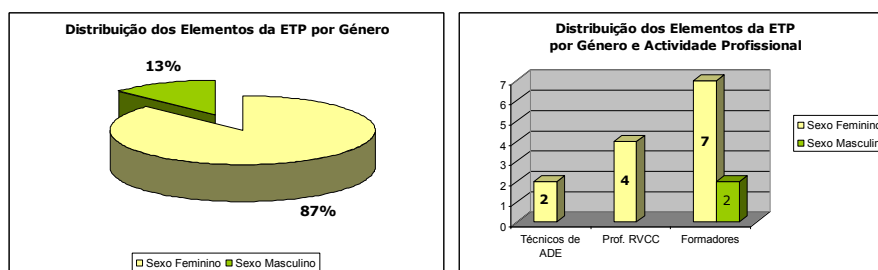
Actividade profissional	Género		Nível de escolaridade			Trabalho com candidatos cegos	
	Masc.	Fem.	NB	NS	NB+NS	Sim	Não
Técnico ADE	0	2	0	0	2	2	0
Profissional RVCC	0	4	1	3	0	2	2
Formador	2	7	3	6	0	4	5
TOTAL	2	13	4	9	2	8	7
	15 profissionais						

**Quadro 4** - Dados de Caracterização da Equipa Técnico-pedagógica do CNO do CNED

Através da análise do Quadro 4, verifica-se que a equipa técnico-pedagógica do CNO do CNED é composta por 15 profissionais.



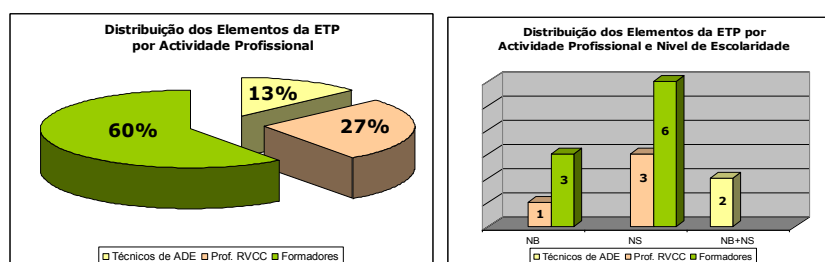
Atendendo à caracterização da equipa, com base nas variáveis “género” e “actividade profissional e género”, através do Gráfico 1 foi possível apurar:



**Gráfico 1** – Distribuição da equipa técnico-pedagógica por género; **Gráfico 2** – Distribuição da equipa técnico-pedagógica por género e actividade.

- a predominância de elementos do sexo feminino (13 elementos = 87%) e uma representação mínima de elementos do sexo masculino (2 elementos = 13%);
- concomitantemente, a predominância de elementos do sexo feminino no desempenho de todas as actividades profissionais (2 técnicas de ADE, 4 profissionais e 7 formadoras), estando o sexo masculino apenas representado na actividade profissional de formador (2 elementos).

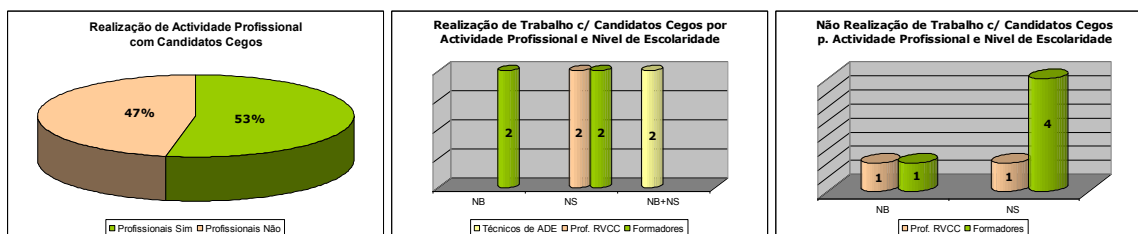
Relativamente à distribuição dos elementos da Equipa, por “actividade profissional” e igualmente por “actividade profissional e nível de escolaridade”, através dos gráficos 3 e 4, verifica-se que:



**Gráfico 3** – Distribuição da equipa técnico-pedagógica por actividade profissional; **Gráfico 4** – Distribuição da equipa técnico-pedagógica por actividade profissional e nível de escolaridade.

- a actividade profissional mais representativa é a de formador (9 elementos = 60%), seguida da de profissional de RVC (4 elementos = 27%) e por fim, a de técnico de ADE (2 elementos = 13%);
- o numero de elementos affectos ao nível Secundário é superior (9 elementos = 60%) face aos elementos affectos ao nível Básico (4 elementos 0 27%), estando as duas técnicas de ADE affectas a ambos os níveis de escolaridade (2 elementos = 13%).

No que respeita à caracterização da equipa com base nas variáveis “realização de actividade profissional com candidatos cegos”, bem como, na conjugação das variáveis “realização de actividade profissional com candidatos cegos”, “actividade profissional” e “nível de escolaridade”, verificou-se que:



**Gráfico 5** – Distribuição da equipa técnico-pedagógica por realização de actividade com candidatos cegos;

**Gráfico 6** – Distribuição da equipa técnico-pedagógica por realização de actividade com candidatos cegos, por actividade profissional e nível de escolaridade;

**Gráfico 7** – Distribuição da equipa técnico-pedagógica por não realização de actividade profissional com candidatos cegos.

- dos 15 elementos que compõem a equipa técnico-pedagógica, 8 profissionais (53%) já tiveram oportunidade de desenvolver actividade profissional com público invisual no CNO do CNED, em oposição a 7 elementos (47%), que ainda não exerceram funções com este público específico;
- os 8 elementos que tiveram oportunidade de trabalhar com candidatos cegos, encontram-se distribuídos por todas as actividades profissionais, ou seja, quer técnicos de ADE, quer profissionais, quer ainda formadores já realizaram funções com o público invisual (Quadro 8); os 7 elementos que ainda não realizaram funções com público invisual, encontram-se distribuídos pelas actividades de profissional de RVC e formador;
- dos 4 profissionais que compõem a equipa do nível Básico, somente 2 profissionais (formadoras) trabalharam já com público invisual, em oposição aos restantes 2 elementos (1 profissional de RVC e 1 formadora) que ainda não o fizeram;
- dos 9 profissionais que compõem a equipa de nível Secundário, 4 elementos (2 profissionais de RVC e 2 formadoras) já trabalharam com candidatos cegos, em oposição aos restantes 5 (1 profissional de RVC e 4 formadores);
- a totalidade dos elementos que realizam as funções de técnicos de ADE no CNO do CNED (2 Técnicas de ADE), afectas aos níveis Básico e Secundário, já realizaram funções com este público específico (Quadro 8).

Por fim, no que se refere à distribuição dos elementos da equipa técnico-pedagógica (excluindo as técnicas de ADE), em função da conjugação das variáveis “realização de actividade profissional com candidatos cegos”, “nível de escolaridade” e “área” que leccionam, foi possível concluir que:

Nível Básico					Nível Secundário				
Actividade profissional	1 RVC	1 MV	1 LC/CE	1 TIC	Actividade profissional	3 RVC	2 CP	2 STC	2 CLC
Prof. RVC	0	-	-	-	Prof. RVC	2	-	-	-
Formador	-	1	0	1	Formador	-	1	0	1
TOTAL	0	1	0	1	TOTAL	2	1	0	1
	2 profissionais			4 profissionais					

**Quadro 5** – Distribuição da equipa por realização de trabalho com candidatos cegos, por nível e área de ensino.

#### **Nível Básico:**

- ao nível da actividade de profissional de RVC, o único elemento que compõe a equipa não realizou ainda sessões com público invisual;
- ao nível da actividade de formador, de 3 profissionais, as formadoras de MV e TIC já realizaram sessões com candidatos cegos (67%), em oposição à formadora de LC/CE, que ainda não teve oportunidade de fazê-lo (33%).

#### **Nível Secundário:**

- ao nível da actividade de profissional de RVC, de 3 profissionais, 2 elementos (67%) já realizaram sessões com público invisual, em oposição a 1 elemento (33%) que ainda não teve oportunidade de fazê-lo;
- ao nível da actividade de formador, de 6 profissionais, apenas 2 formadoras de CP e CLC (33%) já realizaram sessões com candidatos cegos, não tendo os restantes formadores das áreas de CP, CLC e STC (67%), realizado sessões com este público.

#### **5.3.1.1 Súmula da caracterização da equipa técnico-pedagógica do CNO do CNED**

Com base nos dados expostos, concluiu-se que a equipa técnico-pedagógica do CNO do CNED é maioritariamente composta por elementos do sexo feminino (87%, face a 13% do sexo masculino), factor que consequentemente revela uma maior representação deste género, ao nível das actividades profissionais existentes.

No que se refere à distribuição de profissionais pelas actividades existentes, verificou-se uma predominância natural de formadores (perfazendo um total de 9 elementos, 3 afectos ao NB e 5 afectos ao NS), seguindo-se dos profissionais de RVCC (total de 4 elementos, 1 afecto ao NB e 3 afectos ao NS) e por fim, de técnicos de ADE (2 elementos, afectos a ambos os níveis de escolaridade).

Dos 15 elementos que compõem a equipa técnico-pedagógica, verificou-se que metade já teve oportunidade de desenvolver sessões no Centro, com público invisual (8 elementos = 57%, face a 7 elementos = 43% que ainda não tiveram essa oportunidade).

Centrando-nos exclusivamente nos profissionais que já exerceram funções com candidatos cegos, concluiu-se que a totalidade pertence ao sexo feminino, estando francamente mais representados nos níveis Básico e Secundário (2 elementos, representando a totalidade da equipa afecta ao NB+NS), seguindo-se o nível Básico (2 elementos, representando 50% da equipa afecta ao NB) e por fim, o nível Secundário (4 elementos, representando 44% da equipa afecta ao NS).

Refinando a análise anterior em função do nível de ensino e área leccionada, verifica-se que no caso do nível Básico, as áreas de MV e TIC encontram-se totalmente representadas por profissionais que já desenvolveram actividade com candidatos cegos, em oposição às áreas de LC/CE e RVCC; por sua vez, no que se refere à equipa de nível Secundário, verifica-se que a área de RVC se encontra representada por profissionais que já desenvolveram funções com público invisual (2 elementos de um total de 3 – proporção de 67% em 100%), as áreas de CLC e CP relativamente representadas (respectivamente 1 elemento de um total de 2 – proporção de 50% em 100%) e por fim, a área de STC não tem representação a esse nível; já no que se refere à área de ADE, afecta a ambos os níveis de escolaridade (NB+NS), importa referir que esta se encontra totalmente representada a esse nível, dado que as duas profissionais que exercem esta actividade profissional, já desenvolveram funções com público invisual.

### 5.3.1.2 Caracterização da amostra de elementos da equipa T.P. em análise

No quadro abaixo indicado (Quadro 6), figuram os dados referentes à amostra seleccionada de profissionais da Equipa Técnico-pedagógica do CNO do CNED.

Actividade profissional	Género		Nível de escolaridade		
	Masc.	Fem.	NB	NS	NB+NS
Técnico ADE	-	2	-	-	2
Profissional RVC	-	2	-	2	-
Formador	-	1	1	-	-

**Quadro 6** – Dados de caracterização da amostra de elementos da equipa técnico-pedagógica do CNO do CNED

Relativamente à amostra constituída, importa somente referir que a sua composição teve em conta a necessidade de inquirir somente elementos que até à data teriam já tido oportunidade de realizar sessões com candidatos invisuais.

Nesse sentido, a amostra constituída permitiu inquirir profissionais representativas de todas as actividades profissionais desenvolvidas num CNO, bem como, dos níveis de escolaridade que nele são ministrados; contudo, a totalidade da amostra pertence ao sexo feminino, não tendo sido possível inquirir nenhum profissional do sexo masculino (uma vez que nunca realizaram sessões com este público específico).

### 5.3.2 Caracterização dos adultos cegos certificados entre 2007/2008

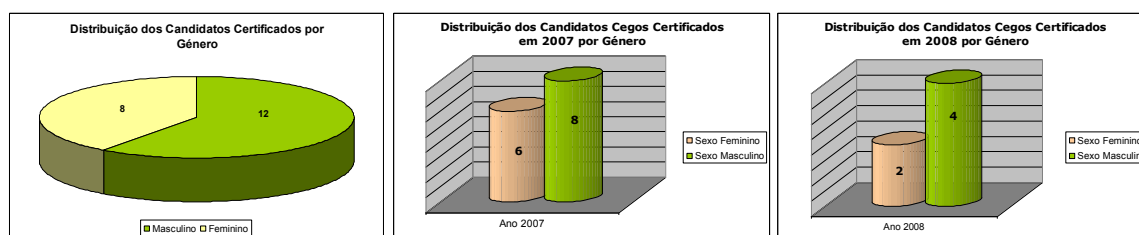
No quadro abaixo indicado (Quadro 7), constam os dados referentes aos candidatos cegos que obtiveram certificação no CNO do CNED, entre o período de 2007 a 2009, sendo por isso apresentada a sua caracterização em função das variáveis “género”, “ano de certificação” e “nível de escolaridade”.

Género	Ano de certificação			Nível escolaridade	
	2007	2008	2009	Básico	Secundário
Masculino	8	4	0	12	0
Feminino	6	2	0	8	0
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>20</b>	<b>0</b>
	<b>20 certificações</b>			<b>20 certificações</b>	

**Quadro 7** – Dados de caracterização dos adultos cegos certificados no CNO do CNED 2007/2008

Através da análise do Quadro 7, verifica-se que entre os anos de 2007-2009, foram certificados pelo CNO do CNED um total de 20 candidatos cegos, concluindo-se que a maioria pertence ao sexo masculino (12 elementos = 60%), em oposição ao sexo feminino (8 elementos = 40%).

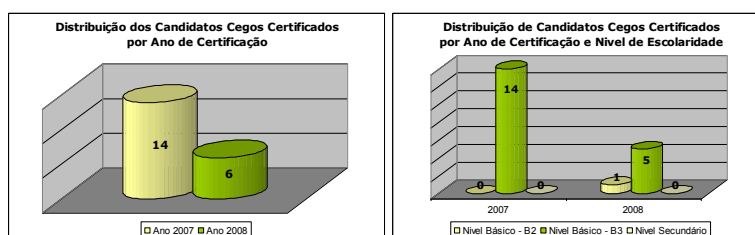
A mesma representatividade é perceptível através da distribuição dos candidatos cegos certificados em função das variáveis “Género” e “Ano de Certificação”, verificando-se que tanto em 2007 como em 2008, a maioria das certificações emitidas foram atribuídas a elementos do sexo masculino (em 2007, 57% do sexo masculino para 43% do sexo feminino, e em 2008, 67% do sexo masculino para 33% do sexo feminino).



**Gráfico 8** – Distribuição dos candidatos cegos certificados em 2007/8 por género; **Gráfico 9** – Distribuição dos candidatos cegos certificados em 2007, por género; **Gráfico 10** – Distribuição dos candidatos cegos certificados em 2008, por género.

Por sua vez, relativamente à caracterização da amostra em função do “ano de certificação”, a observação do Gráfico 11 permitiu concluir que a totalidade das certificações foi obtida em 2007 (70%), seguindo-se 2008 (30%), sendo que em 2009 as taxas de certificação de candidatos cegos no CNO do CNED foram nulas.

Igualmente através da observação do Gráfico 12, com base nas variáveis “ano de certificação” e “nível de certificação”, verifica-se que o total de certificações de candidatos cegos ocorridas no período entre 2007-2009, corresponderam à atribuição de equivalência ao nível de ensino Básico (não tendo ocorrido qualquer certificação de nível Secundário).



**Gráfico 11** – Distribuição dos candidatos cegos certificados, por ano de certificação; **Gráfico 12** – Distribuição dos candidatos cegos certificados, por ano e nível de certificação;

### 5.3.2.1 Súmula da caracterização dos adultos cegos certificados entre 2007/08:

Com base nos dados expostos, verifica-se que da totalidade de Candidatos Cegos que obtiveram certificação através da via Processo RVCC, no CNO do CNED, entre os anos de 2007 e 2008, a grande maioria pertence ao sexo masculino (em 2007, 12 elementos masculinos e 8 elementos femininos, e em 2008, 4 elementos masculinos, em oposição a 2 femininos).

No que respeita à emissão de certificações de candidatos cegos, em função da variável ano de certificação, verifica-se a existência de um pico no ano de 2007 (14 certificações), tendo ocorrido mais do dobro de emissão de certificações em comparação com o ano de 2008 (6 certificações).

Relativamente à caracterização dos candidatos cegos, em função do “ano de certificação” e “nível de certificação”, verifica-se que ao contrário de 2007 e 2008, em 2009 foram nulas as taxas de certificação, correspondendo a totalidade das emissões de certificações de candidatos cegos, à atribuição de equivalência ao nível Básico, não existindo registo de qualquer certificação de nível Secundário.

### 5.3.2.2 Caracterização da amostra de adultos cegos certificados em análise

No quadro abaixo indicado (Quadro 8), constam as variáveis referentes à caracterização da amostra seleccionada de candidatos cegos certificados no CNO do CNED, no período de 2007 e 2008.

Género	Ano de certificação			Nível escolaridade	
	2007	2008	2009	Básico	Secundário
Masculino	1	1	0	2	0
Feminino	1	1	0	2	0
TOTAL	2	2	0	4	0
	4 certificações			4 certificações	

Quadro 8 – Dados de caracterização da amostra de adultos cegos certificados no CNO do CNED 2007/2008

Relativamente à amostra constituída, importa somente referir que se pretendeu que existisse uma representatividade equitativa face às variáveis “género” (pertencendo 2 elementos ao sexo masculino e os restantes 2 ao sexo feminino) e “ano de certificação” (sendo que 2 elementos obtiveram a sua certificação em 2007 e os restantes 2 em 2008).

Simultaneamente, a tentativa de avaliação do impacto do Processo RVCC e suas repercussões ao nível dos projectos futuros dos candidatos cegos certificados, justificou a recolha de dados referentes a um período de tempo alargado e contínuo (tendo neste caso sido considerados dois anos lectivos).

# ***3ª Parte***

***APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO  
DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO***

---



## **CAPITULO VI – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO**

### **6.1 Análise e interpretação dos dados**

A concepção do presente estudo, teve por objectivo colocar em evidência, uma série de temáticas relacionadas quer directa, quer indirectamente, com o Processo RVCC, quando administrado em particular com público invisual.

No que se refere à realização de entrevistas, foram inquiridos 9 sujeitos, dos quais 5 corresponderam a elementos da equipa técnico-pedagógica do CNO do CNED, que já exerceram funções com público invisual, sendo os restantes 4, Candidatos Cegos já certificados pela via Processo RVCC, entre os anos de 2007/2008.

Como consequência, quer da vasta produção de dados por parte dos actores que participaram, quer ainda, da diversidade dos objectivos pré-definidos que foram alvo de “investigação”, considerou-se pertinente apresentar uma sumula da análise e interpretação de dados, sendo remetida a totalidade das informações apuradas para anexo (Anexo).

Assim, a estrutura da presente sumula, foi organizada em torno da análise e interpretação de dados, relativos às seguintes temáticas:

- i. Operacionalização do Processo RVCC;
- ii. Adequação e exequibilidade do Processo RVCC, face ao público invisual;
- iii. Impacto do processo RVCC no percurso de vida dos adultos cegos certificados;
- iv. Impacto do Processo RVCC sobre os projectos futuros dos adultos cegos certificados;
- v. Sugestões de melhoria face à intervenção da equipa técnico-pedagógica com público invisual

### 6.1.1 Súmula dos dados: análise qualitativa

#### 6.1.1.1 Operacionalização do Processo RVCC

*- As informações referentes a este subtópico de análise e interpretação de dados, foram obtidas através da realização de entrevistas a 5 profissionais da equipa técnico-pedagógica do CNO do CNED. Importa clarificar que algumas das informações apuradas decorreram de observações realizadas no terreno, não podendo como tal, ser sustentadas por nenhuma transcrição. -*

Actualmente, todo e qualquer individuo que pretenda realizar a oferta formativa Processo RVCC, tem necessariamente de passar pelo “crivo” dos técnicos de acolhimento, diagnóstico e encaminhamento (ADE), que com base numa metodologia padrão (mas não rígida) de oito passos, definida pela ANQ (Simões e Freire, 2008:18), analisam e avaliam o percurso de vida dos candidatos adultos, o significado que estes últimos atribuem à sua experiência, os seus projectos e ambições de vida futuras (entre outros), culminando esse processo na identificação da oferta formativa mais adequada ao perfil do adulto e, em caso de deferimento positivo para Processo RVCC, na concretização e formalização do encaminhamento para a oferta em causa.

Nesse sentido, no plano prático a intervenção das técnicas de ADE traduz-se em “*poder ajudar a organizar e gerir [T1]*” os candidatos adultos que acorrem ao Centro, através da exploração dos seus percursos de vida e consequente identificação da via mais adequada ao seu perfil, contribuindo por essa via, para “*uma maior eficiência em termos de distribuição de trabalho [T1]*” nos Centros.

Assim, ao longo das distintas etapas de ADE, são realizadas sessões de grande e pequeno grupo, entrevistas individuais, análise do perfil dos candidatos, pesquisa de ofertas educativas/formativas adequadas a estes últimos e negociações diversas, com vista a serem assegurados os interesses dos adultos.

A primeira finalidade das sessões de ADE, consiste na apresentação de “*todas as ofertas de qualificação para adultos e para jovens, [nomeadamente, o Processo] RVCC, cursos EFA, Ensino recorrente, CNED [ensino a distância], D.L. 357/2007 [e ainda, apenas] para jovens (...) [nomeadamente] cursos profissionais, cursos de Aprendizagem, Educação e Formação, (...) uma perspectiva de futuro, como os Maiores de 23 [e] os cursos de especialização tecnológica (...) exactamente para que a pessoa perceba as diferenças [T2]*” entre as diversas ofertas formativas.

A segunda finalidade consiste numa apresentação “*mais aprofundada [P2]*” do Processo RVCC, dado que “*é muito complexo, é muito diferente do modelo escolar e (...) os adultos normalmente não o percebem logo desde inicio. Conseguem perceber que é um processo onde têm que demonstrar competências que são adquiridas ao longo da vida, só que não conseguem perceber logo, principalmente a parte do Referencial, ou seja, quais são os temas que [têm] de falar [P2]*”.

Por fim, a intervenção das técnicas de ADE tem como terceira finalidade “*(...) perceber (...) onde é que o adulto se posiciona, mediante o seu contexto de vida, sendo para tal necessário identificar (...) as*

*competências adquiridas (...) que funções (...) tiveram, como é que se adaptaram a novos contextos, por exemplo, se fizeram formação (...) se faz actividades especiais, se trabalham em associações (...) [saber] o que é que o move, as suas expectativas, as suas motivações, projectos futuros também (...) e no final, propor quais as melhores ofertas para ele seguir [P2]”.*

Nesse sentido, cabe aos técnicos de ADE interiorizar e valorizar a subjectividade implícita e característica de cada indivíduo, concluindo-se que a sua missão e intervenção se centra na identificação de um projecto educativo/formativo adequado ao candidato e que simultaneamente, apele ao seu desenvolvimento vocacional.

Uma vez identificado o Processo RVCC como o mais adequado ao perfil do candidato, procede-se à integração do adulto num grupo (turma) do CNO, onde irá ser sujeito aos processos de reconhecimento, validação e certificação das suas competências.

Ao longo das etapas anteriormente referidas, o candidato será orientado por uma equipa técnico-pedagógica, composta por um profissional de RVCC e pelos formadores das diferentes áreas correspondentes ao nível de ensino a frequentar (quatro áreas no Processo RVCC Básico e três áreas no Processo RVCC Secundário, respectivamente).

Relativamente à etapa de reconhecimento de competências, esta tem início com a orientação do grupo por parte do profissional de RVCC, sendo a sua principal responsabilidade a *“mediação [P4]”* entre os candidatos e o que é exigido pelo Processo RVCC, o que se traduz no *“acompanhamento e monitorização de uma forma sistemática [P4]”* do trabalho a realizar e na constante transmissão de orientações aos candidatos, para que possam não só demonstrar as suas competências, mas ainda, sentirem-se motivados por mais um degrau que conseguiram *“alcançar nos seus projectos pessoais ou profissionais [P4]”*. A esse propósito, a profissional P4 referiu ainda que em última instância o Processo RVCC *“pode não promover emprego, mas promove a auto-estima”*.

Concomitantemente, a principal competência dos profissionais de RVC corresponde ao desenvolvimento de estratégias diversas, que suscitem e promovam nos candidatos, a mobilização, demonstração e reforço das suas múltiplas competências em diferentes domínios, uma vez que na *“maior parte das vezes [as] desconhecem [P5]”*.

Intervindo como *“referência desde o início até ao fim [P4]”* do Processo RVCC, cabe aos profissionais de RVC orientar os adultos na etapa do reconhecimento de competências, procedendo à realização sequencial das seguintes sessões: sessões de construção da narrativa de vida, sessões de exploração do referencial de competências-chave para a educação e formação de adultos e sessões de trabalho.

Ao longo das sessões anteriormente mencionadas, impera a promoção da abordagem autobiográfica, sendo que o objectivo da utilização desta metodologia não se prende com a necessidade de uma investigação intensa até ao mais ínfimo pormenor da história de vida dos candidatos, mas sim, com a construção de um retrato do seu percurso experiencial, apresentado sobre uma perspectiva

evolutiva e transformadora (e portanto, formativa) do que foi aprendido e da forma como foi interiorizado e posteriormente, mobilizado em acção<sup>7</sup>.

Assim, relativamente às Sessões de Construção da Narrativa de Vida, foi possível apurar que estas correspondem essencialmente ao lançamento de pistas significativas por parte do Profissional RVCC, com vista a promover no candidato todo um trabalho de reflexão, análise e exploração da sua história de vida, revisitando o seu trajecto e a multiplicidade de contextos e situações que experienciou, de modo a seleccionar as vivências que considerou mais marcantes, formativas e portanto, transformativas.

Por sua vez, foi possível apurar que as sessões de exploração do referencial correspondem fundamentalmente à apresentação ao candidato deste instrumento, que se assume como matriz orientadora da acção a desenvolver ao longo do Processo RVCC, procedendo-se mais concretamente, à clarificação da sua estrutura e lógica.

Objectivamente, as sessões de exploração “*não são nada mais, nada menos do que simplificar o Referencial, com exemplos [P5]*”, sendo dado conhecimento ao candidato das respectivas áreas, núcleos geradores, domínios de referência, temas, unidades de competência, competências e critérios de evidência contemplados neste instrumento e simultaneamente, feita referência a pistas que elucidam de que forma as competências dos indivíduos estão presentes e se “entrecruzam” com os tópicos e áreas delineadas.

Por fim, foi possível apurar que as sessões de trabalho correspondem a uma reelaboração e reorientação da narrativa de vida concebida até então pelos candidatos, sendo nela introduzidos os pontos do referencial de competências-chave que se pretendem ver abordados. Por outras palavras, estas sessões correspondem à integração das múltiplas competências dos indivíduos nas suas narrativas de vida, com base na descrição das suas experiências formativas e marcantes e simultaneamente, pelo que é solicitado, reconhecido e contemplado pelo Referencial de Competências-chave<sup>8</sup>.

Ainda no que respeita à etapa de Reconhecimento de Competências, é igualmente da responsabilidade dos profissionais RVCC, introduzir o conceito de portfolio reflexivo de aprendizagens (PRA), esclarecendo que este instrumento resulta do “processo de reflexão e aprendizagem (...) através do qual a pessoa revisitará os episódios relevantes da sua história de vida e as aprendizagens significativas efectuadas” (Sousa et al, 2009:44). Devem igualmente ser definidos os seus objectivos e negociados com os candidatos, os conteúdos e documentos que nele irão constar.

Como tal, cabe aos profissionais de RVC orientar os adultos para a construção do seu PRA, transmitindo-lhes que este deverá espelhar a autenticidade e especificidade particular de cada indivíduo, suas experiências e competências, correspondendo a um material que será alvo de avaliação por parte da equipa técnico-pedagógica e numa fase posterior (fase final do Processo RVCC), por um avaliador externo ao Centro.

---

<sup>7</sup> Informação obtida com base em observações de sessões de construção da narrativa, ministradas pela profissional de RVC Júlia Bentes.

<sup>8</sup> Informação obtida com base em observações de sessões de trabalho, ministradas pela profissional de RVC Júlia Bentes.

Em suma, a etapa de reconhecimento de competências caracteriza-se por ser extremamente complexa, na medida em que exige que os candidatos recordem, reflectam e analisem as suas experiências, sendo autocríticos face a sua vida. Concomitantemente, esta etapa reclama quer um processo introspectivo, quer prospectivo, uma vez que se impõe que o indivíduo reviva o seu passado e filtre as situações, contextos, relações, experiências, emoções, entre outros, que lhe permitiram verdadeiramente aprender algo, revertendo essa aprendizagem, para um domínio mais adequado e próprio às situações, representando as competências que adquiriu e mobiliza.

Tal como é descrita pela ANEFA, esta etapa encerra em si um “processo de identificação pessoal das competências previamente adquiridas, no qual se procura proporcionar ao adulto ocasiões de reflexão e avaliação da sua experiência de vida, levando-o ao reconhecimento das suas competências e promovendo a construção de projectos pessoais e profissionais significativos” (ANEFA, 2001<sup>9</sup>, cit in Costa, 2006:22).

Seguidamente, apresenta-se a etapa da validação de competências, onde os candidatos são acompanhados pelo profissional de RVCC e formadores das diferentes áreas. Todavia, inicialmente esta fase é marcada por um acompanhamento e orientação predominante por parte dos formadores<sup>9</sup>.

No que respeita à figura profissional do formador foi possível apurar que a sua responsabilidade máxima passa pela exploração do referencial de competências-Chave com os candidatos, tornando claro e perceptível este instrumento e matriz orientadora e reguladora do trabalho a produzir ao longo do Processo RVCC, sendo as suas principais competências, a capacidade de reconhecer que existem diversas “soluções” para a produção de um raciocínio lógico e consequentemente, a promoção da versatilidade de argumentos e a troca e partilha de ideias entre os candidatos.

Tal como referiu a formadora inquirida, o dispositivo subjacente ao Processo RVCC permite aos profissionais que compõem as equipas técnico-pedagógicas dos Centros *“uma margem de trabalho muito diferente [P3]”,* pois tal como clarificou, existem *“pontos do referencial em que o que é exigido é igual ao das escolas, mas (...) desde que eles cheguem ao resultado correcto, eu aceito, porque eles realmente conseguem calcular determinada coisa, agora na escola não pode ser assim. Eles têm que saber calcular, mas utilizar aquele método que está estipulado no programa. Aqui, é a tal coisa, pode ser feito assim, porque as pessoas (...) já passaram por muito e às vezes até vão por caminhos que a mim não me passava pela cabeça e acho até interessante isso. Pessoas mais velhas então, às vezes há aqui momentos muito giros, mesmo até com os colegas do grupo há discussões do género “então, mas como é que chegas por aí? E porquê?” e coisas assim, acaba por ser engraçado...[P3]”.*

Atendendo à metodologia seguida pelos formadores, foi possível concluir que a sua intervenção se norteia por uma lógica sequencial de acção, que privilegia a abordagem autobiográfica, sendo realizado com os candidatos numa primeira fase da etapa da validação de competências, as seguintes

---

<sup>9</sup> Informação obtida com base em observações de sessões de formação, ministradas pelas formadoras Marta Braga e Catarina Gouveia.

sessões: descodificação do referencial de competências-chave, balanço de competências, formação complementar e sessão de preparação de júri de certificação.

Sinteticamente, no caso do RVCC Básico, a sessão de descodificação do referencial de competências-chave corresponde à introdução de *“um conjunto de actividades que as pessoas têm que desenvolver [P4]”*. Por sua vez, no caso do RVCC Secundário, corresponde à introdução de pistas em que os candidatos devem trabalhar as áreas, temas e núcleos do referencial de competências-chave, com vista a descrever e demonstrar as suas competências.

O resultado desse trabalho, deve constar no PRA de cada candidato (*“as pessoas têm que desenvolver (...) [e] depois vão agregar e vão para o portfolio [P4]”*), de modo a que a informação produzida, seja posteriormente confrontada com o que é exigido pelo referencial de competências-chave e consequentemente, validada pelos formadores das diferentes áreas.

Por sua vez, a sessão de balanço de competências tem lugar quando se pretende apurar e avaliar as capacidades e competências do candidato, com base nos critérios de evidência descritos no referencial. Correspondendo a *“uma actividade que toca cada um dos pontos do Referencial, [de modo a identificar se os candidatos] sabem mais de metade das coisas [P3]”*, dado que tal como foi possível apurar, não é obrigatória a evidência de domínio da totalidade das competências contempladas neste instrumento.

Caso o desempenho dos candidatos nas sessões seja positivo, as competências evidenciadas são validadas pelos formadores das áreas, concluindo-se que o adulto se encontra preparado para se submeter à validação de competências da sessão de júri de certificação. Em oposição, nos casos em que o desempenho demonstrado pelo candidato não se manifesta favorável, procede-se à sua integração em sessões de Formação Complementar<sup>10</sup>.

As sessões de formação complementar são ministradas pelos formadores das respectivas áreas e possibilitam um acompanhamento aos candidatos mais personalizado, sendo trabalhados todos os pontos do Referencial em que o adulto evidencie mais dificuldades (*“vamos trabalhar aquele ponto até aquilo estar sabido (...) até os pontos estarem direitinhos [P3]”*). O adulto pode usufruir de um máximo de 50 horas de formação complementar, sendo esse limite horário superior para os candidatos com alterações das funções da visão (Sousa et al, 2009:47<sup>11</sup>).

Caso o nível de desempenho do candidato tenha evoluído consideravelmente após a formação complementar (findas as sessões necessárias e possíveis, de acordo com as durações de referência), os adultos são novamente encaminhados para as sessões de balanço de competências e tal como destacou a profissional P3, *“só no fim disso tudo, é que (...) estão prontos para ir [à sessão de Júri de certificação]”*.

A primeira fase da etapa de validação de competências conclui-se com a realização uma ou mais sessões de preparação de júri de validação, podendo ser orientadas quer pelo profissional de RVC responsável pelo adulto, quer pelos formadores. Estas sessões têm por objectivo recriar o momento da

---

<sup>10</sup> Informação obtida com base em conversas informais, com a formadora Catarina Gouveia.

<sup>11</sup> Conforme descrito na Carta de Qualidade dos Centros Novas Oportunidades (Canelas, 2007).

sessão de júri de certificação, sendo como tal debatidas e trabalhadas um série de questões, tais como, o tema a apresentar pelo candidato na sessão de júri de certificação, tópicos a que pode fazer alusão ao longo da apresentação (mais-valias, dificuldades, estratégias utilizadas, novas aprendizagens, etc.), suporte e instrumentos necessários e mais adequados para conceber o seu “projecto” final, ensaio do discurso que pretende produzir, entre outros.<sup>12</sup>

Objectivamente, as sessões de preparação de júri, “constituem momento[s] reflexivo[s] de reavaliação de todo o processo, durante o qual o candidato deverá ser impulsionado a realizar uma meta-análise do seu percurso no Centro e, em particular, do processo de elaboração do portefólio que se considera apto a apresentar e discutir” (Gomes, 2006:51).

Posteriormente, a segunda fase da etapa de validação de competências, corresponde à realização da sessão de júri de certificação, onde um painel composto pela equipa técnico-pedagógica que acompanhou o candidato e um avaliador externo ao CNO, tem oportunidade de assistir a uma apresentação final do adulto, sobre um tema à sua escolha. Regra geral, é reservado tempo na apresentação para a referência por parte do candidato às mais-valias que obteve com a realização do Processo RVCC, às dificuldades sentidas e estratégias mobilizadas para a sua superação, bem como, aos eventuais projectos futuros pessoais e profissionais que ambiciona.<sup>13</sup>

Findas as apresentações orais dos candidatos, cabe primeiramente aos elementos da equipa técnico-pedagógica pronunciar-se sobre o desempenho evidenciado pelo adulto ao longo do seu Processo RVCC. Seguidamente, intervém o avaliador externo, que regra geral inicia o seu discurso referindo que a Sessão corresponde fundamentalmente a uma recriação de tudo o que foi experienciado pelo candidato ao longo do seu Processo, servindo para ilustrar de forma sintética, todas as competências que o adulto possui, a singularidade que o caracteriza e as potencialidades que detém, pode e deve mobilizar, em prol de uma efectiva melhoria das suas condições e qualidade de vida. De seguida, o avaliador externo pronuncia-se sobre o desempenho do adulto na sessão, sobre a avaliação que realizou ao PRA do candidato e ainda, sobre as opiniões proferidas pela equipa técnico-pedagógica.

O final da sessão de júri de certificação é marcado pela confirmação por parte do avaliador externo, de atribuição de qualificação ao adulto por via do reconhecimento e validação de competências, podendo ser deferida a certificação de competências parcial ou total.

A fase de validação de competências torna-se extremamente relevante ao autenticar as competências dos indivíduos em dois planos distintos: num plano horizontal, mediante validação da respectiva equipa técnico-pedagógica e em simultâneo, num plano transversal, através da validação das competências dos adultos, de acordo com o referencial de competências-chave (matriz orientadora de todo o Processo RVCC, ministrada a nível nacional), bem como, da atribuição de parecer formal e legal através da figura do avaliador externo. Sumariando, a validação de competências consiste no “acto formal realizado por uma entidade devidamente acreditada [avaliador externo] que visa a atribuição de

---

<sup>12</sup> Informações obtidas com base em observações de sessões de preparação de júri, com a profissional de RVC Júlia Bentes e a formadora Marta Braga.

<sup>13</sup> Informações obtidas com base em observações de sessões de júri de certificação de nível Básico (Anexo).

uma certificação com equivalências escolar e/ou profissional” (ANEFA, 2002, cit. in Gomes, 2006:14).

Por fim, a conclusão do Processo RVCC ocorre pela via da certificação de competências, correspondendo esta etapa à confirmação oficial e formal dos resultados da validação. Foi possível apurar que este último eixo corresponde à atribuição aos adultos que frequentaram e concluíram o Processo RVCC, de um certificado de validação de competências ou diploma, com equivalência às competências validadas e/ou ao nível de ensino frequentado, em função da validação atribuída ser respectivamente de carácter parcial ou total<sup>14</sup>.

#### **6.1.1.2 Adaptação e exequibilidade do Processo RVCC face ao público invisual**

*- As informações referentes a este subtópico de análise e interpretação de dados, foram obtidas através da realização de entrevistas a 5 profissionais da equipa técnico-pedagógica do CNO do CNED e 4 adultos cegos certificados no respectivo Centro entre 2007/8. -*

##### **a) Requisitos de Sasaki (2003)**

De acordo com o Guia Metodológico de Acesso Para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade ao Processo RVCC (Sousa et al, 2009:20), para serem inclusivos, os contextos (e simultaneamente neste caso, a oferta formativa Processo RVCC) necessitam de promover o “reconhecimento, aceitação e promoção – a todos os níveis da sociedade – dos direitos de todos”, com vista a assegurar “elevados níveis de protecção da saúde, segurança, conforto e ambiente”.

Assim, e tal como defende Sasaki (2003, cit in Sousa et al, 2009:32), um modelo de sociedade inclusiva pressupõe que todos os sistemas da mesma adoptem e cumpram um conjunto de requisitos básicos de acessibilidade, sendo eles nomeadamente: acessibilidade programática, acessibilidade metodológica, acessibilidade instrumental, acessibilidade arquitectónica, acessibilidade comunicacional e por fim, acessibilidade atitudinal.

Tendo por base a proposta deste autor, foi analisado um conjunto de factores relacionados com a realização do Processo RVCC com público invisual, no contexto particular do CNO do CNED, os quais serão seguidamente apresentados, pela ordem dos mais positivos para os menos positivos.

Como evidência que permitiu comprovar a existência de condições de acessibilidade comunicacional, atitudinal e programática, registou-se o facto de que os candidatos portadores de deficiência e/ou incapacidade visual que acorrem ao CNO do CNED, obtém um tratamento idêntico aos candidatos normovisuais, passando por processos semelhantes de triagem, acompanhamento e trabalho, realizando o Processo RVCC (desde o início ao seu término) de forma análoga a todos os

---

<sup>14</sup> Informações obtidas com base em conversas informais, com a Profissional de RVC Júlia Bentes.



outros adultos, existindo somente adaptações pontuais. Tal situação é passível de comprovar, por via das seguintes declarações:

*“é tudo igual” T1”; “(...) é um trabalho adaptado aos invisuais como também acho que é adaptado aos outros. (...) estamos a falar de uma área em que as duas primeiras sessões são em grupo, mas depois elas são individuais e não estamos a falar de um processo RVCC ou de um processo formativo, que é, conseguir com que a outra pessoa perceba (...) com que a outra pessoa aprenda, (...) [portanto explico] tudo exactamente da mesma forma (...) [não] há nada que tem de se adaptar, a não ser mesmo a própria Técnica, não é, está com o candidato, tem de adaptar a ele. T2”; “eu tento sempre tratá-los no sentido da inclusão, não da exclusão. Nesse sentido, o que me parece e é a política que tem vindo a ser adoptada em termos de Pedagogia, cada vez mais é um processo inclusivo. (...) Para resumir (...) é-me perfeitamente igual, não sinto qualquer tipo de diferença, a não ser que um candidato que consiga ver e consiga escrever a narrativa dele, de repente leva-a e o invisual provavelmente mando-lhe um email, mas de resto... Eu quanto a mim acho que se (...) tivesse um grupo inteiro de invisuais (...) desde que eu tenha os materiais disponíveis, acho que é perfeitamente igual, os materiais disponíveis, ou seja, são computadores equipados sempre a funcionar, com o JAWS instalado, o JAWS ou um programa qualquer que eles também em casa tenham disponível. (...) Portanto, se eu tiver isso a funcionar, eu não consigo perspectivar neste momento, a diferença entre ter um grupo misto ou um grupo de invisuais. O nosso apoio é um apoio que é individual, é individual e as eventuais pistas e eventuais actividades que nós possamos inventar, a nossa criatividade é independente se ele [o candidato] é invisual, se não é. P4”; “ (...) É assim, não é muito diferente do que aquilo que se faz com os outros. É [as diferenças são mínimas], é. Eu acho que sim. Portanto, as coisas são muito semelhantes (...) faço exactamente a mesma coisa. (...) Não, não [não se pode dizer que é um processo completamente diferente].F3”.*

Igualmente como referências da presença de condições de acessibilidade metodológica, comunicacional e atitudinal, resultam as práticas levadas a cabo no Centro, mais precisamente as relacionadas com a distribuição do público invisual pelos diversos profissionais que compõem a equipa técnico-pedagógica, bem como, com a constituição de grupos (turmas). Assim, no que respeita à distribuição dos candidatos cegos pelos profissionais, esta ocorre de forma aleatória, prendendo-se o único critério de selecção com a ordem de chegada. Como explicitou a profissional P4, todos os candidatos *“vêm por ordem de chegada e quando se constituem grupos, portanto tira-se o número que já está há mais tempo. [Por exemplo] (...) nesse grupo em que eu tive três [candidatos invisuais], eu entrei mais ou menos ao mesmo tempo que a João, eu fiquei com três [candidatos invisuais] e a João não ficou com nenhum.”*

Por sua vez, no que se refere à constituição de grupos e consequente introdução dos candidatos cegos nas mesmas, verificou-se não existir qualquer tipo de discriminação, sendo que o CNO do CNED não adopta e/ou defende uma política de constituição de grupos exclusivos de candidatos cegos, sendo constituídos grupos mistos. A esse propósito, destaca-se o facto das profissionais concordarem com esta medida organizativa, considerando que por essa via são potenciados e promovidos uma série de valores, os quais se encontram igualmente incluídos no Referencial de

Competências-chave (documento orientador do Processo RVCC), o que não sucederia caso optassem pela constituição de grupos exclusivos, uma medida que por unanimidade, entendem que seria estigmatizante, como comprovam as seguintes afirmações: *“não há uma turma só para este tipo de público (...) até porque isso estigmatiza imenso. P4”*; *“nós nunca tivemos essa preocupação (...) nem sequer é uma vontade nossa integrá-los num grupo só de invisuais. (...) eu até acho que é interessante nós não termos grupos só de invisuais, não ter grupos só de outra problemática. (...) devemos promover exactamente a diferença (...) promover o respeito, promover a diversidade, que é isso tudo que o Referencial apela e que nós acabamos por [fazer] P5”*.

Não obstante, uma das profissionais inquiridas (formadora MV-NB) ressaltou que nas situações em que é possível reunir um total de 5 a 6 candidatos cegos<sup>15</sup> (no máximo), essa medida se assume como mais vantajosa, dado que a utilização do Programa JAWS (leitor de ecrã) dificulta por vezes a realização das sessões quando as turmas são mistas. A esse propósito, a formadora afirmou: *“É assim, eu acho que para eles é mais fácil quando não é só um ou dois, quando há mais invisuais à volta deles, [ou quando o grupo é todo composto por candidatos invisuais] (...) ou cegos e ambliopes, aí as coisas correm melhor, porque as dificuldades são sempre as mesmas, as pessoas ligam-se mais umas às outras, é diferente e corre melhor. Se for ambliope, é fácil estar num grupo, se for invisual mesmo, não é fácil por causa daquele programa terrível [JAWS] (...) aquilo a falar, é uma chatice muito grande (...) eles para tirarem apontamentos, aquilo [JAWS] fica ali sempre a falar e é um massacre. [Mas caso seja um grupo só de invisuais, é composto por] (...) cinco, seis pessoas, no máximo. F3”*.

Do mesmo modo, as práticas referentes ao tipo de sessões realizadas no CNO do CNED com público invisual, ilustram a presença de acessibilidade metodológica, comunicacional e atitudinal, sendo regra geral realizadas sessões mistas (colectivas e individuais), reservando-se o recurso a sessões individuais, quando essa é uma solicitação pessoal do candidato cego, podendo também em alguns casos, ser as profissionais a questionar a pretensão. A esse propósito, verificou-se ainda que os adultos certificados concordam com esta medida organizativa, tendo alegado que a realização de sessões mistas resulta em mais-valias, uma vez que as sessões colectivas possibilitam maior interacção, troca e partilha de ideias, enquanto as sessões individuais permitem um apoio e um acompanhamento mais personalizado aos candidatos. A esse propósito, os adultos certificados declararam:

*“[Ao longo do Processo RVCC, tive sessões] (...) de grupo e individuais também. (...) Pode haver de uma coisa e outra, o caso de TIC acho que está muito bem assim, o ser em grupo, porque é que a formadora há-de lá estar só de roda de um? Não, não, acho que está bem assim. C1”*; *“[Ao longo do Processo RVCC] (...) tive sessões individuais, não muitas, mas tive na área da Informática e também na de Matemática (...) nas outras áreas por acaso não achei difíceis e não necessitei de aulas [sessões] particulares. É assim, isto tem prós e contras, porque se forem só [sessões] individuais nós não podemos querer um formador só para nós, não é, não é possível haver um formador só para um formando não é, por outro lado, temos mais algumas ajudas sem dúvida nenhuma e é-nos explicado todas as dúvidas, é a*

---

<sup>15</sup> Sugestão igualmente prevista no Guia Metodológico de Acesso Para as Pessoas com Deficiências ou Incapacidade ao Processo RVCC (Sousa et al, 2009:53).

*parte positiva das aulas individuais, porque ajudam-nos no que nós não dominamos não é, e o computador tal como Matemática são coisas difíceis não é e para nós, enquanto que para as pessoas normovisuais olham para o computador e está lá tudo é só clicar, nós não, nós temos que ir com as teclas e nem tudo as teclas lêem, como digo, o ecrã, o software não reconhece todo o tipo de trabalho ou conteúdo que esteja no computador e aí necessitamos mesmo de aulas individuais. C3”; “Não, não, tínhamos colectivas, éramos quatro ou cinco pessoas e tudo ali assim na mesma mesa, na mesa redonda. Para mim, foi mais importante em grupo, podíamos discutir as dificuldades que tínhamos, os problemas que iam surgindo... [Havia] Mais interação, eu acho que sim, porque expúnhamos ali todos os problemas, eu para mim, gostei sempre mais de trabalhar em grupo. C4”; “[Ao longo do Processo RVCC, tive sempre sessões] Individuais. Deram-me a escolher e eu preferia fazer sessões sozinho, porque para já, por causa do computador a falar e os outros colegas ao lado, eu não gosto que me atrapalhem, nem de atrapalhar os outros (...) [e porque achava mais vantajoso] trabalhar com uma formadora sozinho. C2”).*

Como factores elucidativos das condições de acessibilidade instrumental, comunicacional, mas sobretudo atitudinal, registaram-se as preocupações expressas pelas profissionais relativamente ao público invisual, estando estas essencialmente associadas à entrega de documentação (sendo sempre identificado o seu teor e quantidades entregues), à preparação das salas onde são realizadas as sessões (de forma a verificar se os computadores e [anteriormente o Programa JAWS] se encontram em boas condições de funcionamento), à orientação e mobilidade dos candidatos nas instalações do Centro (sendo-lhes prestado auxílio sempre que necessário) e ainda, à comunicação utilizada (sendo mobilizadas mais estratégias de modo a promover uma comunicação clara e objectiva).

Nesse sentido, registaram-se as seguintes afirmações/preocupações:

*“(...) Se forem ambliopes, sabes que o suporte em papel tem que ser já com determinado tamanho de letra que lhes permita ler e normalmente isso é logo... discutido com eles, porque eles sabem logo qual é o tamanho de letra que conseguem ler, portanto eles também dizem-te logo isso. (...) é necessário preparares a sala onde vais ter a sessão (...) tu para a sessão sabes que tens de ter um computador, já com o programa adequado para eles. F3”; “temos que ter cuidado quando vêm cá os candidatos, dizer onde é que é a sala (...) [e] depois normalmente vou sempre levar ao elevador. (...) [o elevador] tem 4 botões (...) e então digo “tem 4 botões, este é o 1º, 2º, 3º e tem que tocar neste, neste 4º (...) [e] coloco-lhes o dedo [no botão correspondente ao piso] para eles carregarem [e que] depois quando for para sair, (...) porque nós temos aquela coisa em que entramos de um lado [do elevador] e depois saímos do outro, (...) [indico] agora você fica aqui de costas” (...) e depois eles já sabem (...) porque (...) decoram isso tudo. (...); “(...) tinha a preocupação (...) se a sala por exemplo t[inha] espaço para passar ou não. (...) tinha a preocupação realmente de falar mais devagar, para que pudessem pelo menos fazer o raciocínio que eu gostava que eles desenvolvessem (...) pedia-lhes era sempre para me lembrarem que eu estava a falar muito rápido e eles lembravam-me, porque essa é uma característica que eu tenho e eles diziam e eu voltava a reformular. P5”; “(...) o (...) cuidado especial que eu sou capaz de ter é mesmo isso, é perguntar, “então, isto que nós estamos a trabalhar, dê-me lá um exemplo”, que*

*é para a pessoa fazer aquilo que a Maria João tinha dito, para as pessoas elaborarem e para conseguirem compreender melhor o que nós estamos a falar, só isso mais nada. P4”.*

Igualmente as vias e formas utilizadas pelas profissionais para transmitir feedback, expressaram a evidência de condições de acessibilidade comunicacional e atitudinal. A esse propósito, no caso das profissionais de RVC, a transmissão ocorre principalmente por via e-mail, sendo considerada mais vantajosa para os candidatos cegos que possuem menos disponibilidade para se deslocarem ao Centro; todavia, sempre que necessário, a transmissão de feedback ocorre em situação de face-a-face, como se comprova na seguinte afirmação: “[Regra geral] (...) por email (...) ou então se eles vêm cá, sentamo-nos com eles e dizemos exactamente aquilo que [é necessário]”. Eu, com os candidatos que tive, essencialmente por e-mail, porque por exemplo, o Sérgio [candidato invisual] neste momento está a acabar o processo RVCC e ele vem cá só às sessões de exploração e diz-me claramente que prefere estar em casa a trabalhar, porque trabalha e tem filhos, por isso tem pouca disponibilidade e como tem um excelente domínio das TIC, trabalha todos os dias, vai enviando, “está tudo bem, não está, preciso de algum tipo de ajuda”, às vezes ele pede às formadoras acho que tem a ver com algumas imagens, ou com alguma formatação que eventualmente possa ser mais necessário algum tipo de ajuda delas. P4”.

Por sua vez, no caso da formadora inquirida, a transmissão de feedback é realizada sempre nas suas sessões (“é em sessão, (...) sim [sempre em sessão]. F3”.

Os tempos de duração dos Processos RVCC dos adultos cegos inquiridos destacaram-se simultaneamente como uma evidência de condições de acessibilidade, uma vez que nenhum adulto ultrapassou o espaço de um ano face à conclusão do seu Processo, como mostram as suas declarações: “(...) agora não (...) sei precisar ao certo, mas é provável [que tenha durado cerca de um ano], (...) porque entrei em 2006 e certifiquei-me em 2007]. (...). Eu fui mais lento, ia fazendo mais devagar aquilo, quando tinha algumas dúvidas ia perguntando. C1”; “Eu comecei [o Processo RVCC] em 2006 com a Carina Alberto, depois na altura ela passou para o Secundário e entretanto não me disseram nada e eu deixei-me estar e depois retomei em 2007 outra vez, depois só acabei em 2008, no final do ano mesmo de 2008. C2”; “Boa pergunta, já não me lembro, não sei se foram seis meses, foi pouco tempo, não sei, já não me lembro, talvez mais até, não sei, já não me recordo, mas não terá feito um ano com certeza, não fez um ano.C3”; “O meu processo parece que foi oito a nove meses.C4”.

Este factor permitiu ilustrar as condições de acessibilidade programática e metodológica do Processo RVCC, na medida em que as durações de realização da oferta formativa não se expandiram a espaços de tempo prolongados, encontrando-se igualmente abaixo dos valores médios de referência expectáveis e definidos pelo “Guia Metodológico de acesso para Pessoas com Deficiência e Incapacidade Visual ao Processo RVCC – NB” (Sousa et al, 2009:47), para os candidatos com alterações nas funções da Visão.

Mas para que as condições de acessibilidade de uma oferta formativa estejam asseguradas, julgamos ser possível afirmar que para além dos planos físico, instrumental e/ou arquitectónico, as componentes comunicacionais, emocionais e atitudinais, chegam a ter maior peso. Assim, os recursos humanos envolvidos na aplicação e administração de uma oferta formativa, sua acção, intervenção,

postura, estilos de comunicação, entre outros, são “peças-chave”, podendo actuar como factores ultra facilitadores ou obstacularizantes.

É desse ponto de vista, que o “Guia Metodológico de acesso para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade ao Processo RVCC – NB” (Sousa et al, 2009:35) destaca que “a promoção do acesso das pessoas com deficiências e incapacidades ao Processo RVCC nos CNO, agindo numa perspectiva inclusiva, mobilizará sobretudo a equipa técnico-pedagógica, a qual, através do seu saber técnico e repertório de atitudes e competências relacionais e sociais e da mobilização de facilitadores, adequará os processos de trabalho a cada pessoa em concreto, tendo em conta a sua funcionalidade e o seu modo particular de interacção”.

Partindo dessa base, procedeu-se à exploração de factores relacionados com o papel e importância da equipa ao longo do processo RVC, sendo abaixo identificados os indicadores que registámos face às condições de acessibilidade atitudinal e comunicacional.

A primeira evidência da presença de condições de acessibilidade atitudinal, foi confirmada através da opinião das profissionais sobre o público invisual, dado que a totalidade das inquiridas possui uma opinião positiva sobre os candidatos cegos, tendo inclusive destacado o facto de que regra geral estes são mais exigentes e participativos do que os candidatos normovisuais, características que associam essencialmente ao facto dos adultos terem já passado por experiências menos positivas ao longo do seu percurso de vida: *“uma das características que sinto aqui em termos dos candidatos que não são visuais, quando vêem, são bastante participativos e não se coíbem de dizer aquilo que não gostam, já passaram a fase da vergonha, já passaram a fase da passividade, sentem a justiça, vão directos ao assunto, querem saber. (...) são candidatos que estão muito dentro do meio (...) porque já passaram por várias experiências falhadas, (...) são pessoas que para lhes tapar o sol com a peneira, já lhes disseram muita coisa e há já muita coisa que não vende, (...) [portanto] já aprenderam muito bem “os ossos do ofício T1”.*

Como segunda evidência de condições de acessibilidade atitudinal, registou-se a capacidade de adaptação das profissionais a situações desconhecidas. Quando confrontadas com um exercício de memória referente à descrição da primeira experiência realizada no Centro com público invisual, todas as inquiridas referiram ter mobilizado as suas competências comunicacionais e relacionais, de modo a adequar a sua intervenção aos candidatos e compreender possíveis necessidades, com a finalidade destas serem ultrapassadas. A esse propósito, as profissionais descreveram da seguinte forma os seus primeiros contactos com candidatos invisuais:

*“Referiram-me que era invisual, ou era amblópe e a partir desse momento, eu fui tentando lidar o melhor que pude com a situação, não (...) posso dizer “ai foi um espectáculo”, não sei, fui-me tentando adaptar à situação não é, e como já vivi em termos de população, em situações muito distintas, com vários tipos de carências e de dificuldades, tentei colocar-me um pouco no lado da pessoa, se estivesse a falar com uma pessoa que não visse ou se eu não visse, como é que eu gostava que me estivessem a tratar a mim (...) uma pessoa nunca sabe se está a fazer efectivamente bem ou não, é uma situação em que a relação vai-se construindo [porque] há personalidades que são mais fáceis, há*

personalidades que são mais difíceis (...) [mas] isso foi o que eu tentei. T1”; “(...) quando eu fui para a sessão [de Grande Grupo] não tinha nenhum apontamento de que estaria lá um candidato Invisual, portanto, fui para a sala, deparei-me lá com o candidato invisual (...) reparei [que era invisual] porque ele tinha os olhos fechados (...) e também tinha uma bengala. Portanto, eu entrei e falei logo muito rápido com ele e disse-lhe “Pronto, Sr. Carlos vamos então fazer esta sessão. Esta sessão já vou dizer a toda a gente para o que é que serve e quais são as ofertas que vamos apresentar. Também se tiver alguma questão, no final, nós também falamos melhor nisso”, também para que ele se apercebesse que já sabíamos mais ou menos que ele estava ali presente e que os outros candidatos não eram invisuais e o método ia ser diferente. (...) apresentei todas as ofertas, os candidatos tiraram algumas dúvidas (...) e depois no final perguntei-lhe, depois dos outros candidatos terem saído e termos marcado a próxima sessão, perguntei-lhe se ele tinha ficado com dúvidas, se tinha entendido o que se tinha passado na sessão, se percebeu perfeitamente o que é que se passou, (...) ele percebeu tudo, acompanhou tudo, ficou com aquelas dúvidas que normalmente as pessoas ficam (...) e depois no final disse-lhe então que a próxima sessão seria novamente em grupo, portanto, este candidato foi acompanhado exactamente da mesma forma (...). não houve problema nenhum. T2”; “foi a primeira vez que eu trabalhei com invisuais e disse-lhes a eles que isto para funcionar teria de tentar perceber quais as necessidades para eu contorná-las e eles foram dizendo, claro que depois houve um ou outro que se aproveitou e que solicitava para além das necessidades que eram percebíveis, mas por norma não tive queixas. P4”; “eram 30 no grupo, e então eu esqueci-me (...) não me lembrei que tinha um candidato invisual e então disse “vai passar a folha, é para assinarem e devolvem” e ele [disse] “eu não posso assinar”, “então mas porque é que você não pode assinar?” e continuei a insistir porque nem sequer me apercebi, “ah, porque eu sou invisual”, “ah, então isso não é problema, mas qual é o problema”, lá fui e ele acabou por assinar na mesma. P5”.

Por sua vez, a formadora P3 referiu ainda que no primeiro contacto sentiu inicialmente algum receio, confessando que lhe foi atribuído um grupo exclusivamente de candidatos cegos e amblíopes, não sabendo ao certo como actuar com este público, sentimento porém que se anulou através do convívio e interacção ao longo da realização das sessões, como expressa a sua declaração: “foi medo, principalmente. O início foi muito estranho. Principalmente a primeira sessão (...) não sei se eram cinco, se eram seis pessoas à minha frente, eu sabia que alguns deles viam muito mal e os outros nem sequer viam nada. É uma sessão em que estou ali com invisuais e (...) entrei em pânico, do género, “estou com esta gente toda” (...) [e comecei] a pensar “o que é que eu vou fazer” (...) “e agora vai ser a desgraça” (...) e eu nunca tinha trabalhado com uma pessoa assim [cega ou amblíope], foi um susto e pronto. Já não me lembro exactamente o que é que fiz ou não, mas eles dominam muito bem as coisas, em termos de teclado e as coisas todas, eles dominam muito bem mesmo. E trabalharam “muita” bem. Não é por acaso que mesmo em Júri, e é engraçado até recordar isso, mesmo em Júri, foi com eles todos, praticamente o grupo inteiro conseguiu ir a Júri na mesma altura, o que é uma coisa difícil.”

A terceira evidência surgiu igualmente associada às opiniões positivas das profissionais face à realização de actividade com público invisual, tendo destacado que desenvolvem a sua intervenção com

base numa lógica de inclusão e não de exclusão, considerando que este público não é “muito diferente” do público normovisual e não requer a adopção de adaptações muito significativas: *“eu tento sempre tratá-los no sentido da inclusão, não da exclusão. (...) E eles não gostam de ser tratados como coitadinhos. T1”*; *“os invisuais (...) têm uma especificidade, mas as outras pessoas também têm (...) portanto é adaptarmo-nos a todos [sendo que] quando estás na prática é que depois percebes, porque eles próprios te sabem transmitir, eles próprios nos ensinam. (...) Por acaso, eu sinto que eles sempre nos receberam muito bem. (...) Acompanhar os invisuais, para mim foi uma experiência boa porque (...) teve de se mobilizar outro tipo de competências (...) temos que ter mais paciência.T2”*; *“Eu sou sincera, eu subestimava no início as competências, ou as capacidades, por mera ignorância, mas só mesmo por ignorância. (...) eu acho que todos eles são permissíveis a [explicar as suas necessidades] (...) [e ao nível da motivação dos candidatos] se for comparativo aos restantes, acho que é idêntico. Em relação aos candidatos que nós temos, a única dificuldade deles é conseguirem agarrar numa caneta e escreverem logo. (...) para (...) resumir (...) é-me perfeitamente igual, não sinto qualquer tipo de diferença, a não ser que um candidato que consiga ver e consiga escrever a narrativa dele, de repente leva-a e o invisual provavelmente mando-lhe um email, mas de resto... P4”*; *“(...) eu nunca parti do pressuposto que eles [os candidatos invisuais] eram diferentes, ou seja o tratamento foi exactamente o mesmo. Não têm nenhuma diferença, pelo menos comigo não tiveram nenhuma diferença (...) [é] tudo normal. (...) não encontrei assim grandes limitações, mas também foram poucos [os] candidatos [cegos que fizeram Processo RVCC comigo]. P5”*; *“Eu acho que as coisas até têm corrido bem. Eu acho que com os invisuais as coisas correm bem, mesmo quando é com os amblíopes que estão integrados [em grupos], acho que nunca houve algum problema, acho que as coisas funcionam, nunca houve grandes chatices. (...) [Mas] acho que há tendência a dar mais apoio ao candidato invisual], mas também depende muito do feitio deles, porque há aqueles também que por serem invisuais, não querem muito mais apoio, porque é aquela questão de que “eu não sou deficiente, eu sei fazer e não aleijado para os outros fazerem tudo por mim”, também há este género de pessoas. É muito relativo, depende mesmo muito da pessoa. F3”*.

Em concordância com o exposto, foi possível apurar que as dificuldades sentidas pelas profissionais no contacto com os candidatos cegos, se resumem essencialmente a uma maior exigência em termos de comunicação e a uma necessidade de prestar um maior acompanhamento, quando o domínio das TIC por parte dos adultos, é reduzido e/ou inexistente: *“temos que lhes dizer as coisas doutra forma, temos mesmo de dizer as coisas de outra forma. T2”*; *“[Tive uma] candidata é que foi um bocadinho mais complicado, mas eu acho que acima de tudo tem a ver com outras questões, com dificuldades no que diz respeito às novas tecnologias, que acaba por ser uma condição que acaba por ter implicações no Processo [RVCC], quer seja invisual ou não. P5”*.

Por sua vez, uma quarta evidência de condições de acessibilidade atitudinal registou-se através da opinião das profissionais relativamente à adaptação do público invisual às exigências da oferta formativa Processo RVCC. A esse propósito, as inquiridas ressaltaram que a (boa) adaptação não é influenciada pela sua condição funcional dos adultos, mas sim, pelo potencial de cada indivíduo. Para além da capacidade particular e inata de cada sujeito, a (boa) adaptação ao Processo RVCC, encontra-se

igualmente condicionada pelo domínio que os candidatos cegos possuem das novas tecnologias, requisito fundamental para o desempenho e progresso ao longo do Processo. Nesse sentido, registaram-se as seguintes afirmações: “[No ADE] é tudo igual. T1”; “Acho que sim [pode-se dizer que o Processo RVCC está adaptado ao público invisual]. Exacto [tem condições perfeitamente adaptadas para fazer o Processo sem ter grandes problemas]. Não, não [não é difícil um candidato cego fazer o Processo de RVCC]. (...) É do candidato, não é pela dificuldade, ou pela deficiência que vão demorar mais ou menos. É por outros motivos, é pelas competências que efectivamente tenham ou não, é se está desempregado ou se tem tempo ou se não tem tempo. F3”; “Há invisuais com potencial para o processo [RVCC] e há outros que não têm potencial para o processo (...) cada um faz da vida deles aquilo que qualquer um outro adulto faz, ou seja, tem uma vida activa na sociedade, participa, preocupa-se, vê, informa-se, lê (...) e conseguem fazer [o Processo RVCC], há outros que nem por isso e que se resignam à condição deles ou utilizam a condição deles como desculpa para não fazerem também muita coisa na vida. [Mas já] tive invisuais que não tinham nenhum domínio das TIC (...) isso é que é problemático para os invisuais como é problemático para outro [candidato] qualquer (...) aí, eu acho que é um pressuposto que é também para os que não são invisuais e que não conseguem fazer o processo RVCC. P4”; “Tive dois candidatos que ao nível das tecnologias estavam muito bem familiarizados, por isso perguntaram logo se podiam gravar as sessões (...) e acabaram por o fazer (...) estavam muito bem com as TIC, por isso eles gravavam, depois escreviam as orientações e começaram até por desenvolver a narrativa de uma forma interessante. P5”.

Do mesmo modo, a opinião das profissionais relativamente à desistência dos candidatos cegos dos seus Processos RVCC, registou-se como quinta evidência de condições de acessibilidade atitudinal, sendo que as inquiridas associam o abandono a diversos motivos, mais concretamente a motivos pessoais, de saúde, de mudança de residência (entre outros), considerando que a condição dos candidatos, não é condicionante para tal:“(...) não acho que se deva ao facto de serem invisuais, acho que se deve ao facto de as pessoas quando entram em contacto com o processo [RVCC Secundário] e se apercebem do volume de trabalho que tem, muitas das pessoas não têm vida, nem pachorra para o fazer, não é, acho que é um pouco por aí. P4”; “eu por exemplo estou a falar dos meus (...) há uma pessoa que voltou para a terra (...) houve uma pessoa que iniciou o processo de RVCC, entretanto neste momento desistiu, não sei se vai retomar ou não, entretanto voltou às origens, Trás-os-Montes, parou. Uma outra está a colocar a hipótese de ir para um EFA (...) [e] outra pessoa está com um problema de saúde grave. P5”.)

Por fim e como sexta evidência, registaram-se as opiniões extremamente positivas dos candidatos cegos inquiridos relativamente à equipa técnico-pedagógica (pela qual foram acompanhados) e, à importância do acompanhamento e apoio das profissionais ao longo de todo o Processo RVCC. Com base no discurso dos adultos certificados, constatou-se que o acompanhamento das profissionais é entendido como uma mais-valia, destacando-se fundamentalmente a relevância da sua intervenção, para o auxílio à compreensão da lógica subjacente ao Processo RVCC (uma vez que se assume como uma oferta distinta das vias formativas mais conhecidas), para o esclarecimento de



dúvidas, a descodificação/exploração do instrumento orientador do Processo RVCC (o Referencial de Competências-chave), a constante orientação dos candidatos e ainda, para a promoção de um grau de exigência considerável. O apoio prestado pela equipa técnico-pedagógica aos candidatos cegos, é simultaneamente encarado pelos adultos certificados, como factor indispensável para o bom desempenho, progresso e motivação ao longo do Processo RVCC.

Dos múltiplos elogios dirigidos à intervenção da equipa (pela qual foram acompanhados), os adultos certificados destacaram a acessibilidade, simpatia e excelência das profissionais, no apoio incondicional prestado, na exigência solicitada, no amplo domínio das tecnologias, na amizade demonstrada, na habilidade “especial” para trabalhar com público invisual e por fim, na capacidade de percepção das aptidões e competências deste público em particular, como comprovam as suas declarações: “(...) o pessoal é muito porreiro, muito boa gente (...) nisso [apoio aos candidatos] aí eram muito boas pessoas, perguntava-se isto ou aquilo e eles diziam “é assim, ou assim”, ajudavam-nos sempre um bocadinho, diziam-nos por exemplo “tem que vir cá outra vez, não pode, vem cá outro dia”, não tenho nada a apontar. A professora Lucinda era uma delas, a Carina era outra, pronto. C1”; “[A minha equipa técnico-pedagógica] Teve [importância ao longo do meu Processo RVCC, porque] (...) as formadoras exigiam de mim e eu “está bem”, (...) fazia. (...) a formadora que me exigiu mais, foi a Célia (...) era exigente, mas ao mesmo tempo que era exigente, ao mesmo tempo era amiga. A Célia era assim, eu fazia as coisas e depois de vez em quando, num trabalho, (...) trocava as coisas e depois queria meter no meio, e metia ou no fim, ou no princípio e a Célia nessas coisas dizia assim “Olhe Firmino, isto está muito bom, está assim e assim, temos é que trocar aqui as coisas” e eu “o quê?” e ela depois dizia-me e eu trocava. (...) senti o apoio dos formadores (...) tiveram muita paciência para mim, ajudaram-me muito (...) as que me deram mais apoio directamente foi a Catarina, que trabalhou mais tempo comigo (...) gostava muito de mim e de todos. E depois a Carina, na parte final do Processo foi todo feito com a Carina, Carina Dias.C2”; “[A Equipa Técnico-pedagógica tem importância] Eu acho que tem, como digo, é uma ajuda, é fundamental para qualquer pessoa, seja ela visual ou não ou com limitações porquê, porque (...) o Processo RVCC não é tão simples quanto parece, ou seja, às vezes nós pensamos “ah isto é só falar da minha vida pessoal”, mas não é (...). Eu atribuo mais [importância à equipa] nesse sentido [de auxílio na exploração do Referencial] e na necessidade de apoio, porque (...) as pessoas que frequentam [o Processo RVCC] (...) são pessoas já dos 20 anos para cima e são pessoas com alguma dificuldade, com poucas habilitações (...) que já estudaram há imensos anos, as pessoas não estão integradas, é um processo novo que se tem de iniciar e concluir [com o auxílio da Equipa Técnico-pedagógica]. (...) eu gostei muito de fazer o 9º ano, porque havia muito acompanhamento, os formadores eram acessíveis e acompanhavam, davam o seu melhor (...) tive excelentes profissionais, gostei muito de estar ali, foram muito simpáticos, acolhedores, ajudaram-nos imenso (...) fui muito bem recebida, gostei imenso (...) foi óptimo. [E] tínhamos uma formadora que era a Dr.ª Lucinda, é um amor (...) era uma formadora na área da Informática e tinha muito bom conhecimento do JAWS, ou seja, era uma formadora especial para as pessoas com incapacidade (...) e também gostei bastante da Catarina [Formadora de MV]. C3”; “Gostei, gostei [dos profissionais da Equipa Técnico-pedagógica que me atribuíram]. Eu acho que eles são

*peessoas que estão mesmo organizadas, ainda mais para nós, pessoas cegas. Nos tínhamos lá uma profissional que era a Joana (...) tínhamos duas Joanas. A primeira Joana ao princípio que era uma pessoa muito querida, mas ela depois teve de começar a fazer o 12º ano, ela teve que nos “abandonar” e depois ficámos com uma Joana que (...) como estive na ACAPO de Braga, já estava muito mais habituada a trabalhar com pessoas cegas, já sabia do que é que eram capazes e quando uma pessoa dizia “ah, mas eu não consigo fazer isto” ela sabia muito bem o que é que a pessoa conseguia fazer e até onde é que podia ir e isso é uma grande valia também para nos, porque às vezes as pessoas por sermos cegos pensam que nós não conseguimos. (...) também gostava da Catarina (...) ela explicava-nos as coisas muito bem, a maneira dela nos explicar as coisas, nós conseguíamos perceber muito bem (...) a maneira como ela explicava as coisas, só não entendia mesmo quem não conseguisse fazer aquilo. C4”.*

Não obstante os factos positivos anteriormente mencionados, no que se refere à evidência de indicadores de acessibilidade instrumental (relativamente ao Processo RVCC), bem como, de acessibilidade arquitectónica (relativamente ao contexto CNO do CNED), apesar das condições mínimas se encontrarem asseguradas, evidenciou-se contudo a necessidade de melhorias e consequentemente, de maior investimento nestes requisitos/critérios de qualidade.

Nesse sentido, identificamos primeiramente as lacunas ao nível da acessibilidade instrumental e posteriormente, da acessibilidade arquitectónica.

A auscultação dos materiais existentes no Centro para a realização do Processo RVCC com público invisual, permitiu verificar que este se encontra equipado com salas com computadores, podendo os candidatos cegos usufruir das mesmas, quer ao longo das sessões, quer nos horários extra sessões, de modo a trabalharem de forma autónoma, factor que mereceu o elogio por parte das profissionais inquiridas, sendo referido que nem todos os Centros têm actualmente tais condições e possibilidades: “[Quanto aos materiais, temos salas com computadores e] (...) eles podem trabalhar aqui posteriormente (...) podem ficar aí e podem reservar um computador e ficar aí o tempo inteiro a trabalhar. (...) Eu acho que noto é que este CNO tem salas de computadores com JAWS (...) porque há CNO que nem sequer têm. P4”; “(...) eu acho que é assim, tendo em comparação com outros Centros nós somos excepcionais em relação a esse público [referindo-se à existência de material informático disponível] P5”).

Contudo, actualmente o usufruto dos computadores por parte do público invisual encontra-se condicionado, dado que o CNO não renovou a sua licença relativamente ao Programa JAWS, entendido e caracterizado pelos adultos certificados (e que tiveram oportunidade de usufruir deste Programa aquando da realização dos seus Processo RVCC), como “motor de informação”, imprescindível à leitura dos conteúdos presentes nos computadores. A esse propósito, os adultos entrevistados ressaltaram a importância do computador, referindo-se a este último como sendo uma ferramenta básica e indispensável aos invisuais: “(...) um computador para pessoas cegas é mais importante que o Braille, é uma peça muito boa o computador. C1; “(...) acho que uma das coisas básicas para uma pessoa cega] é saber mexer com o computador. C2”; “O computador é muito importante] (...) para nós (...) é um computador normal que está à nossa frente, simplesmente necessita de um software de voz (...) porque

como nós não lemos o ecrã, [e] está tudo explícito no ecrã, então é necessário que haja um motor de informação para nós termos acesso a todo o conteúdo que está no computador. Então descobriu-se o software de voz, de nome JAWS (...) que nos dá toda a informação oral e nos permite trabalhar como qualquer outra pessoa normal. (...) [mas mesmo assim] é um pouco mais difícil [para nós cegos] trabalhar com o computador, porque há imensas coisas que nós não podemos ter acesso, a nível da Internet, nem em todos os programas que são precisos o software reconhece, a nível de jogos, o software não responde, há certas áreas que o software não nos faculta. C3”.

Ainda a esse respeito, a formadora P3 esclareceu a necessidade e urgência do Centro renovar a Licença JAWS, factor imperativo para que o trabalho a desenvolver com e/pelos candidatos invisuais seja produtivo: “Se for em amblíopes, uso as actividades dos outros, ampliadas, mais nada. Com os invisuais mesmo, normalmente não tens [materiais] feitos, [utilizamos só o computador] e o JAWS (...) é tudo em sessão. (...) ali na F1, eram os três primeiros computadores da fila da frente e era mesmo ali que tinham o JAWS e estavam as colunas, portanto era fácil de identificar e na F2 também havia [e] às vezes era mais fácil por ser uma salinha mais pequenina e eles ficavam ali, como aquilo falava [programa JAWS] e tal, para eles realizarem qualquer coisa. (...) [E tenho mesmo de colocar os candidatos cegos ao computador, porque] (...) de outra forma é muito difícil, acaba por ser trabalho, não vou dizer “trabalhar para o boneco”, porque alguma coisa há-de ficar, não é, [mas até por uma questão de eles tirarem apontamentos porque] (...) não tenho nenhuma capacidade de memória para depois vir para aqui a seguir à sessão fazer um resumo, para lhes enviar. (...) [Não temos materiais adaptados aos candidatos cegos, mas] Acho que não se desce o nível de exigência, nem nada. Acho que está bem. O problema maior é que, acontece com os invisuais e acontece com os outros, é o problema dos computadores daqui e em qualquer sítio, aqui passa a vida tudo estragado. E para eles [candidatos invisuais], é grave. Enquanto os outros chegam cá e o computador está estragado e tu até dizes “olhe, paciência, aconteceu este problema”... por exemplo “só não há rede, não se pode ir à internet” (...) vamos fazer em papel, ou outra coisa qualquer”, mas a pessoa não perdeu tempo, quando é com eles, não dá. Não dá. É muito chato.”

A segunda lacuna identificada diz respeito à não existência no Centro, de documentos e/ou fichas de actividades concebidos especificamente para o público invisual, à excepção da documentação formal referente à área de Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento, a qual sempre que necessário, é enviada para as contas pessoais de e-mail dos candidatos cegos. A esse propósito, a técnica de ADE 1 referiu: “os métodos em termos de instrumentos, têm vindo a mudar nos Centros Novas Oportunidades, porque ao teres uma situação com a população em geral, a ANQ já tem vindo a mudar várias coisas, (...) [mas] portanto não vamos ser líricos. Do ponto de vista prático, se eles [candidatos] já têm a situação em termos de se têm o computador adaptado, com o sistema com aquela linguagem, excelente [porque podemos entregar/enviar documentação em suporte digital], se não têm, é mais difícil, porque nós em termos de Braille, não temos possibilidades [quem elabore e quem traduza]. [Ao nível dos materiais, o principal material é a comunicação] (...) a maneira como é promovida a mensagem (...) [porque] quando (...) estamos a fazer o trabalho de formação, o que está escrito nos slides, é um bocado indiferente, tem

*tudo a ver com a informação e a forma como tu promoves e motivas a ideia e a maneira simples, pratica e objectiva como tu a colocas, tem que ser conciso, tem que ser simples, tem que ser prático, não pode ser dúbio (...) [e] a maneira como se ouve tudo aquilo que eles estão a dizer, (...) [porque] não há nenhum comentário parvo, todos os comentários são válidos e importantes em termos de apreciação, (...) [o que me permite] perceber o que é que eles precisam até ai, porque de outra forma, não conseguia ter essa percepção.T1”.*

Registou-se ainda a criação de um documento designado “guia de apoio ao candidato”, porém este último só pode ser “visualizado” num computador equipado com software JAWS: *“o guia de apoio ao candidato [Invisual em relação ao Processo RVCC, que é] um documento que nós elaborámos aqui, que a equipa do CNED elaborou, que é uma espécie de referencial [e] nós a única coisa que fizemos foi uma adaptação, retirámos as grelhas para melhor facilidade de leitura, para eles (...) seguindo esses parâmetros faze[re]m a leitura do guia (...) lerem aquilo com o programa [JAWS]. (...) o nosso guia sem as grelhas (...) é óptimo para eles (...) o guia já é bom (...) de resto, nós não temos mais nada”.*

Não obstante, importa referir positivamente uma medida já em curso, referente à introdução de materiais concebidos especificamente em função do público invisual, dado que se encontra actualmente a decorrer a gravação de um CD de apoio sobre o Processo RVCC (suporte áudio), tendo ambas as profissionais de RVC ressalvado que este instrumento será uma mais-valia ao dispor dos candidatos cegos: *“(...) está a decorrer (...) a gravação do CD [de apoio ao Candidato Invisual em relação ao Processo RVCC], portanto já temos os exemplos, porque o objectivo será tu agarrares em cada uma das competências e dares exemplos para desenvolver aquelas competências, mas convém que esses exemplos sejam exemplos quanto mais antagónicos possível melhor, para que eles não tenham portfolios todos iguais, para não enviesar os desenvolvimentos, por isso, com as alterações da equipa tem demorado um pouco mais tempo, mas acredito que seja rápido. Eles acabam por ter depois as sete sessões de exploração do referencial gravado em CD com a nossa voz, mas com um som especial, porque será ali [gravado e tratado] no departamento Multimédia. [Quanto aos recursos] (...) eu acho que nós temos recursos dentro da equipa, modéstia à parte e temos candidatos também que colaboram para a resolução de problemas (...). P4”; [Quanto ao CD] (...) é uma excelente iniciativa (...) porque nós muitas vezes nas sessões damos muitos exemplos e às vezes perdemos demasiado tempo com questões que eles levantam e ali eles têm orientações muito precisas de como é que precisam de trabalhar [e podem voltar atrás e ouvir novamente]. P5”.*

Como terceira lacuna destaca-se a inevitabilidade dos candidatos terem de conceber o seu portfolio reflexivo de aprendizagens em suporte papel/negro, não existindo a possibilidade deste instrumento de avaliação ser elaborado e entregue em suporte Braille, se assim pretenderem.

Actualmente nenhum dos elementos profissionais que compõem a equipa técnico-pedagógica se encontra habilitado com conhecimentos sobre a Técnica da Linha de Braille e instrumentos associados a esta forma de escrita e leitura, estando impossibilitados de analisar e avaliar qualquer documento entregue neste suporte. A esse respeito, as profissionais referiram: *“como é que nós temos capacidade para avaliar? P4”; “[a nível de suporte, não há] obrigatoriedade de nada, pode apresentar o*

*Portfólio como ele bem entender, o candidato tem total liberdade (...) pode entregar em Braille, mas depois não tem interesse nenhum (...) porque nós depois temos que fazer a avaliação, não vamos entregar ao avaliador externo e depois dizer “olhe, [o portfólio] está em Braille” (risos) (...) a avaliadora não vai conseguir ler. Agora se tu me disseres e há um candidato (...) até acho que foi o Sérgio (...) que gostava que outros invisuais lessem o seu portfólio, porque não ele depois converter aquilo para Braille, claro que sim, não é? E até se ele nos disser que por exemplo, até se calhar é uma sugestão, mesmo independentemente de se ser invisual, querer deixar cá uma versão em Braille, para nós numa sessão daquelas mostrar, claro que sim, não é descabido.”; “Um portfólio deles, não tem o aspecto que tem o de uma pessoa que vê, não tem o mesmo aspecto (...) mas no fundo, acaba por ser parecido. (...) [No caso dos Amblíopes, o PRA é construído em suporte digital, com o tamanho de letra que eles conseguem ler e ver e no caso dos Invisuais é igualmente construído em suporte digital, porque] (...) a gente não sabe ler [Braille], não conseguimos fazer a leitura, por isso é que se “obriga” a fazer em digital.F3”*

Por outro lado, o CNO do CNED não colabora com nenhuma das entidades especializadas e responsáveis pelo apoio aos Centros Novas Oportunidades, suas respectivas equipas técnico-pedagógicas e pessoas com deficiência ou incapacidade (neste caso, visual), nem para as situações de atribuição, prescrição e financiamento de ajudas técnicas (centros especializados – CE), nem para as situações de criação e/ou adaptação de materiais diversos (centros de recursos para a inclusão – CRI).

Porém, importa referir que uma das profissionais inquiridas mencionou estar consciente da necessidade constante de melhorias, tendo afirmado: *“Sem dúvida [acho que devia haver], mais material, sem dúvida alguma, acho que devíamos ter sempre salas disponíveis de informática, devíamos ter sempre os computadores sem estarem sempre em baixo de forma. (...) acho que há sempre melhorias que se podem fazer, não é, (...) em todas as áreas, claro que sim, se calhar devíamos ter outras coisas. (...) agora isso também só será concretizado, digo eu, pelo menos no que diz respeito a mim, se eu realmente tivesse um boom de invisuais, como é tão residual, tão residual, que acabamos por não estar aqui a reflectir muito sobre essa realidade, quer dizer, se calhar temos outras em que pensamos e que discutimos imenso (...) Certamente que se nos aparecerem cá 100 invisuais e 20 visuais, nós alguma coisa vamos ter que fazer, como não aparecem, não é? (...) mas eu acho que também só podemos melhorar se tivermos candidatos se eles nos explicarem realmente “quais são as nossas limitações. P5”*

Já no que se refere às lacunas identificadas ao nível da acessibilidade arquitectónica, segundo as profissionais inquiridas, o Centro encontra-se bem localizado e nunca receberam qualquer queixa por parte dos candidatos relativamente às suas instalações: *“nunca houve problema nenhum (...) nunca ouvi nenhuma queixa (...) do género “ah, isto para aqui é muito difícil de vir ter”, nunca ouvi assim nenhuma queixa. Também temos que nos lembrar que são os candidatos que se vêm cá inscrever, portanto se eles se vêm cá inscrever (...) [quando] podem ir para outro Centro, (...) por algum motivo é (...) é porque eles aqui acharam que era acessível, perto do trabalho, aquelas coisas todas.T2”;* *“Não, não [nunca recebi nenhuma queixa] P4”;* *“Na altura em que estávamos em obras (...) é que foi um bocadinho mais complicado, porque (...) obrigava a que ali no parque, tivesse que se andar pela estrada mesmo e isso*

complicou ou então tinha que se dar uma volta muito grande, principalmente quando as sessões eram à noite e a porta da frente a partir de uma certa hora estava fechada, isso complicava. Agora os meus candidatos sempre tiveram facilidade em subir, portanto, em vir ao 2º piso e muitas vezes quando era necessário, havia sempre alguém também que os ajudava a descer, sim, qualquer militar que lá estivesse, ou mesmo os colegas de grupo ajudavam.P5”; “Eles identificam bem as coisas (...) mas lá está, também já há uns tempos que eu não trabalho com eles e também, naquele grupo que era meu, normalmente acho que não. Se calhar não tenho ideia, mas na altura isto também era muito mais calmo, circulava muito menos gente para trás e para a frente e se calhar para eles, isso também era uma mais-valia, por exemplo, estava-me a lembrar do Firmino [candidato invisual]. O Firmino traz um cão guia (...) é diferente, porque um cão, parecendo que não, nestas coisas ajuda, são bem diferentes. E mesmo assim, há pouco tempo dei com ele [o Firmino] ali ao fundo, já me ia lá para o lado dos Praças. (...) mas isto estar no centro de Lisboa, se calhar é bom, mas também há a questão de que eles vivem nos arredores, não sei se era melhor estar ao pé da casa, mas se nesses sítios os aceitam ou não, também não sei. Não sei, não me lembro de me dizerem nada [se era difícil chegarem até ao CNO ou mesmo sobre as nossas instalações].F3”: todavia, tais considerações foram refutadas pelos adultos cegos inquiridos, que referiram a existência de barreiras consideráveis e alegaram que os acessos ao Centro e suas respectivas instalações deveriam ser mais acessíveis. O facto do CNO do CNED se situar numa das zonas mais urbanas da cidade de Lisboa, permite que os acessos em termos de transporte estejam facilitados (comboio, metro e carris), contudo, o Centro localiza-se num dos muitos edifícios afectos ao complexo das instalações da Marinha Portuguesa e mais concretamente num 2º piso, o que obriga os candidatos cegos a percorrer um trajecto que não se encontra devidamente sinalizado por pistas antiderrapantes, corrimões, placas de informação em suporte Braille e/ou avisos sonoros, registando-se tal situação como o primeiro indicador da necessidade de melhorias ao nível da acessibilidade arquitectónica. A esse propósito, ainda que uma das Profissionais de RVC tenha afirmado que facilmente os candidatos cegos desenvolvem estratégias de mobilidade de modo a superar possíveis obstáculos (“eles facilmente aprendem e criam estratégias para conseguirem andar.P4”), a existência de dificuldades de acesso para o público invisual torna-se evidente através das declarações de dois adultos inquiridos, tendo um deles destacado a falta de acessibilidade ao/no Centro, como o factor que menos apreciou face à realização do seu Processo RVCC: “[O que gostei menos no Processo RVCC foi] (...) o percurso para ir para lá, que era muito mau e eu ainda ia a ajudar outro rapaz que não via nada, não via mesmo nada, (...) não é fácil, atravessar ali a estação de comboio e ir para lá não é fácil, é muito confuso ir por ali fora (...) eu custava-me tanto o percurso, era mau e o autocarro não parava lá ao pé, o que me custou mais foi o percurso (...) mas eu fui lá ter, subi lá até ao 2º andar, lá fui ter (...).C1”; “Às vezes era um bocadinho complicado chegarmos ali á porta, (...) [porque] temos de passar por baixo daquele tunelzinho e depois para dar continuidade até ao CNO temos de passar aqueles arbustos e depois às vezes a porta era um bocadinho complicado entrar ali, mas a gente depois de perguntar, íamos sempre lá chegando, mas ali a entrada está um bocadinho, devia estar um pouco mais acessível. Mas pronto, enquanto não há melhor, olha...C4”.

Tal como destaca o “Guia Metodológico de Acesso Para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade ao Processo RVCC – NB” (Sousa et al, 2009:9), tendo em conta a “matriz ideológica e organizacional do dispositivo Novas Oportunidades”, é da responsabilidade da actual rede nacional de CNO, o desenvolvimento de estratégias e intervenções que primem e assegurem “apoios personalizados e eventualmente especializados a quem deles necessite, permitindo a gestão da diversidade funcional das pessoas em percursos de qualificação”.

De acordo com a mesma fonte, “embora os produtos e tecnologias não possam eliminar as deficiências e incapacidades, podem remover eventuais limitações da funcionalidade, bem como favorecer a acessibilidade dos ambientes” (Sousa et al, 2009:21), sendo que “para serem inclusivos, os contextos deverão ser alvo de análise, avaliando a interação da pessoa com funções alteradas com os mesmos, no sentido de potenciar as suas capacidades e o seu desempenho, mobilizando ajudas técnicas/produtos de apoio (...) bem como outros facilitadores” (Sousa et al, 2009:20).

De acordo com o exposto e como segundo indicador da necessidade de melhorias face às condições de acessibilidade arquitectónica, como havia sido referido anteriormente, o CNO do CNED não tem actualmente estabelecidas parcerias com nenhuma entidade especializada e responsável pelo apoio aos CNO (neste caso, centros especializados), não recorrendo como tal aos seus serviços de análise, atribuição, prescrição e financiamento de materiais e/ou ajudas técnicas, bem como, não desenvolve práticas de auscultação de entidades locais e/ou outros CNO, nem mesmo de Centros especializados na recepção e acolhimento de público invisual.

## **b) Alterações a Processar no Dispositivo Proc. RVCC com Público Invisual**

As condições de adaptação e exequibilidade da oferta Processo RVCC, podem igualmente ser aferidas a partir das alterações previstas e das alterações reais a processar no seu dispositivo, quando administrado com público invisual.

A esse propósito, uma das múltiplas finalidades da concepção do “Guia Metodológico de acesso para Pessoas com Deficiências ou Incapacidade ao Processo RVCC – NB” (2009), prendeu-se com a construção de um instrumento coerente, que permitisse elucidar um conjunto de alterações passíveis de serem introduzidas, em função da diversidade funcional dos candidatos que se propõem a realizar o Processo RVCC. Tal como destaca o “Guia Metodológico” (Sousa et al, 2009:44), “a fronteira entre competências não adquiridas e actividades que não permitem a sua evidenciação é muito ténue. Uma determinada Unidade de Competência pode não ser validada porque de facto a pessoa não adquiriu os saberes suficientes e necessários para a validar ou porque as actividades propostas não estão adequadas ou não tornam possível a evidenciação das respectivas competências”.

Nesse sentido, no que se refere à introdução de alterações ao nível da exploração/descodificação do “Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de

Adultos” face ao público invisual, verificou-se a coexistência de duas situações distintas, em função do nível de Escolaridade.

Assim, no que respeita a realização do Processo RVCC de nível Básico e de acordo com o que se encontra já formalmente prescrito pelo “Guia Metodológico”, está prevista a introdução de adaptações pontuais, não sendo trabalhados determinados pontos do referencial de competências. A título ilustrativo, no caso particular da área de Matemática para a Vida (nível Básico), actividades relacionadas com o “Teorema de Pitágoras”, “Ângulos”, “Mapas” e “Interpretação de Representações Gráficas”, são suprimidas; por outro lado, nas situações em que os candidatos cegos evidenciam domínio do Programa JAWS, mas somente ao nível do texto (e não dos caracteres simbólicos), dispensa-se a introdução de símbolos nos cálculos e solicita-se a discriminação da informação por escrito, como comprovam as afirmações da formadora F3: *“o Referencial [de nível Básico] também é adaptado (...) tem de ser mesmo adaptado. (...) [Com candidatos amblíopes] Já dá [para trabalhar os pontos todos do Referencial], a não ser que sejam assim uns casos muito complicados, mas pode ser difícil, porque por exemplo às vezes há gráficos que ocupam vá lá meia página A4 e se ele for muito amblíope, para tu fazeres uma ampliação e se for muito grande, aquilo vai-se complicar muito e então, acaba por não se fazer. Depois, por exemplo, para pessoas que sejam muito boas, há coisas que se pode fazer e que se adapta, para outras não se adapta. [Com os candidatos cegos] há coisas que não se trabalham com eles, porque não há hipótese de se fazer (...) [por exemplo] a base do Teorema de Pitágoras é um triângulo. O triângulo tem que ter um ângulo recto, eles começam logo com dificuldades a perceber o que é que é um triângulo, o que é que é um ângulo recto, depois... os dois lados do ângulo recto são catetos, o outro é hipotenusa, se isto já é uma confusão para quem vê, então imagina para uma pessoa que não vê nada. Portanto, às vezes esse ponto, em 95% dos casos, não se toca. (...) os mapas, em que também se faz um trabalho sobre escalas dos mapas, entre a distância real entre 2 pontos também não trabalho, quer dizer, pô-los a estudar uma escala, é uma coisa que eles nunca vão fazer na vida. Uma pessoa que é invisual e pões uma planta de uma casa, um mapa, quer dizer, não tem sentido, é um ponto que se salta também. (...) a questão de representações gráficas não se fazem, análises de notícias com representações gráficas também não... Há assim determinadas coisas que tens mesmo de saltar, que não tem sentido. (...) numa decodificação de Referencial, vamos seguindo ponto por ponto o Referencial e eu vou fazendo exemplos no quadro. Com eles, tem de ser, vai-se lendo também ponto por ponto o Referencial e eles têm de ter o computador à frente e os exemplos, eles escrevem-nos. F3”.*

Em oposição, no que se refere à realização do Processo RVCC de nível Secundário, verificou-se não estar contemplada a introdução de adaptações, sendo trabalhados todos os pontos do Referencial de Competências-chave e “exigido” aos candidatos que correspondam a 44 domínios de referência/competências. Situação idêntica à descrita anteriormente, ocorre relativamente às actividades a realizar ao longo do Processo RVCC de nível Secundário, o que não sucede no nível Básico. A esse propósito, as profissionais referiram: *“No Secundário, eles têm de corresponder aos DR’s do Referencial, às 44 competências (...) [por isso] não há adaptação.P4”*; *“Eles fazem todas as*



*competências, como se fossem visuais. E nem sequer faz sentido [haver pontos do Referencial que não sejam tratados /exigidos aos Candidatos Invisuais]. P5”.*

A propósito das alterações introduzidas nas actividades do Processo RVCC Básico, segundo a opinião da formadora inquirida (MV), o que verdadeiramente se assume como pertinente, é compreender se o raciocínio dos candidatos está correcto e adequado face às actividades que são necessárias realizar. Nesse sentido, a profissional exemplificou e esclareceu, afirmando que: *“[Quando dominam o JAWS em texto, mas não dominam em símbolos] (...) fazem em texto na mesma. É preferível, porque o que me interessa é que eles saibam fazer e entendam o que estão a fazer. Se eles em vez de meterem o símbolo da percentagem, para quem não vê, estar lá o símbolo ou estar escrito percentagem [é exactamente a mesma coisa] (...) portanto, também não é por aí.F3”.*

Por sua vez, ao nível das alterações processadas nas sessões de balanço de competências, foi possível apurar que a única adaptação colocada em prática, se prende com a realização de sessões orais, solicitando-se aos candidatos cegos que respondam oralmente aos exercícios, em oposição à resposta escrita, solicitada aos candidatos normovisuais (*“O balanço acaba por ser oral, em vez de ser escrito. F3”*).

Por fim, no que respeita à realização de sessões de júri de certificação, à semelhança dos candidatos normovisuais, também os candidatos cegos efectuem uma apresentação oral sobre um tema à sua escolha e relacionado com a sua história de vida e/ou interesses pessoais, sendo a única adaptação, o facto de não recorrerem ao suporte Power Point: *“É [a única adaptação é que o Candidato não faz a sua apresentação com recurso ao Power Point]. F3”; “Mas de qualquer forma, (...) a sessão de Júri será, mais uma vez, será exactamente igual a uma outra qualquer. P4”; “Mas eu acho que será uma sessão exactamente igual a outra. E não terá tratamento diferente, nem fará sozinho, nada disso. Pode não ter o Power Point (...) porque não vamos fazer isso. Pode ele ter gravado por exemplo a sessão, pode eventualmente gravar alguma parte e depois fazer uma coisa qualquer áudio (...) [mas] eu acho também que o melhor é nós darmos a capacidade de autonomia e de liberdade à pessoa, isto é, ele que decida como bem entender. Se a pessoa me disser que até quer fazer um Power Point, faz. Pode não ter muita validade para ele porque ele não está a ver não é, não está, mas ele é que decide. Depende do tipo de candidato e aquilo que ele realmente valoriza não é? P5”.*

Foi ainda possível apurar, que sempre que necessário, a Profissional de RVC responsável pelo candidato cego, pode auxiliá-lo ao longo da sessão, transmitindo orientações sobre os tópicos a explorar e/ou distribuindo material por si produzido, referente ao tema que se encontra a apresentar: *“(...) posso eu, se for Profissional [de RVCC] dele, lançar aqueles pontos que nós necessitamos para seguir o raciocínio em suporte Power point, como pode ter ele uma folha em Braille com as orientações. (...) Acho que isso [o tipo de adaptações necessárias a fazer] depende da pessoa. P4”; “Na sessão de Júri (...) [apresentei o tema do “Dopping na Alta Competição” e a minha apresentação] (...) foi só oral (...) fiz a primeira parte e a Carina ajudou-me no resto, nuns números que eu já não me lembrava [e] a apresentar lá uns folhetos, porque eu tinha uns folhetos (...). O Júri não estava à espera que eu fizesse aquele*

*trabalho do Dopping assim tão profundo, sobre tantas modalidades, nunca pensaram que fosse assim. C2”.*

Importa ainda referir que na opinião das profissionais, a uniformidade da sessão de júri de certificação, é entendida como uma oportunidade para os candidatos cegos demonstrarem que no que respeita à realização do Processo RVCC, são escassas as diferenças significativas entre pessoas com e sem alterações nas funções da visão: *“[O candidato invisual] Faz a sessão de Júri com os outros candidatos, o objectivo é criar sempre uma mensagem de partilha não é e (...) contribuir para que os outros possam perceber que não há assim tantas diferenças, não é? E assim também trabalha a área de Cidadania, não é? P5”.*

Em suma, tal como refere o “Guia Metodológico” (Sousa et al, 2009:36), “o impacto da adaptação tem apenas a ver com a forma de interacção entre o contexto e a pessoa, sem prejuízo da sua participação”, dependendo a introdução de alterações, naturalmente das necessidades e especificidades de cada indivíduo, sem porém colocar em causa e/ou suprimir qualquer complexidade e exigência implícita à oferta formativa Processo RVCC.

### **c) Avaliação do Dispositivo Proc. RVCC pelos Candidatos Cegos Certificados**

O terceiro eixo de aferição das condições de adaptação e exequibilidade do Processo RVCC, centrou-se nas opiniões pessoais dos adultos cegos certificados. A análise criteriosa dos seus pareceres, traduziu-se no apuramento de apreciações positivas, as quais são de seguida apresentadas.

Primeiramente, a avaliação do Processo RVCC em termos gerais foi positiva, tendo-se verificado que por unanimidade, os adultos cegos consideram a oferta formativa interessante, na medida em que promove uma formação mais pessoal e adequada ao seu público-alvo (adultos pouco escolarizados), bem como, evidencia um grau de exigência considerável, ainda que menos exigente relativamente à escolaridade ministrada no Ensino Regular. Nesse sentido, registaram-se as seguintes declarações: *“Eu acho interessante, estou como disse o avaliador que me passou o certificado (...) isto é uma ajuda para a pessoa ficar com mais qualificação, para ficar com um currículo mais forte (...) acho [que o Processo RVCC está] muito bem. (...) não é um 9º ano que se possa comparar a um curso tirado cá fora [ensino regular / recorrente], penso eu, não é como aquele tirado durante o dia, é um 9º ano mais simples, mas acho que está bem (...).C1”;* *“[O Processo RVCC] (...) é um bocado, é diferente [da Escola]. (...) [No início] Achava que aquilo era um bocado chato, mas depois comecei a gostar. C2”;* *“(...) o Processo RVCC é fácil, mas não é, é fácil e é complexo. (...) Eu acho que é uma boa oferta formativa porque, porque hoje é exigido a qualquer funcionário que tenha no mínimo a escolaridade obrigatória (...) [e] como todos sabemos há muitas crianças e jovens que não concluem a escolaridade obrigatória, também por outro lado há muitos adultos que nem sequer estudaram ou que só fizeram o 1º ciclo (...) de forma que muita gente, muitas pessoas hoje não têm quaisquer habilitações ou têm-nas muito baixas e o RVCC veio-lhes facilitar um pouco a nível profissional porque o estarem integrados no mundo profissional dá-lhes a*

*facilidade, a possibilidade de poderem entrar na escolaridade de novo, com o RVCC que é realmente uma formação mais pessoal e poderem fazer o pós-laboral, que foi muito bom terem feito o pós-laboral (...) que facilita e eu sei até de casos de pessoas técnicas que não tinham habilitações para os cargos que desempenham hoje (...) e andam a frequentar [o Processo RVCC] e eu acho muito bem. A própria experiência, eu acho que a experiência profissional é o que conta, mas na prática não querem só experiência, querem também o papel [de certificação]. C3”; “(...) acho que está tudo bem. Eu pensei que o Processo fosse muito mais difícil. C4”.*

Do mesmo modo, os adultos certificados avaliaram de forma satisfatória os conteúdos da oferta formativa, considerando-os adequados e com um grau de exigência aceitável, o qual se traduz na necessidade de correspondência à matriz do “Referencial de Competências-chave”; porém, um dos inquiridos alegou que a exigência deveria ser maior. De acordo com o exposto, os adultos cegos referiram: “(...) o RVCC não é o que as pessoas comentam, é fácil, sem dúvida que é fácil, mas o RVCC é muito baseado na vida pessoal ou seja toda a vida, desde que se nasce até aos projectos futuros. (...) Nós nas aulas temos mais ajudas sem dúvida nenhuma e é-nos explicada a matéria, aqui [no Processo RVCC] é a nível individual e pessoal, é fácil sem dúvida nenhuma, mas exige muito trabalho. C3”; “Uma pessoa está habituada ao método da Escola, com aquela matéria toda, com muita coisa para estudar e eu pensei que fosse difícil e há coisas que são mais complicadas. C4”; “(...) acho que tem de ser um bocado mais exigente, no Básico. No Básico deviam ser mais exigentes, um bocadinho, em algumas coisas. (...) Eu acho que eles já são rigorosos, mas se fossem um bocadinho mais, têm de ser um bocado rigorosos com os trabalhos que as pessoas apresentam, porque muitas vezes (...) as pessoas não vão pesquisar, não tiram as coisas da sua cabeça. C2”.

Não obstante, uma das inquiridas ressaltou que a tecnicidade da linguagem em que se encontra formulado o Referencial, torna a exploração/descodificação deste instrumento sem o auxílio das profissionais, numa tarefa difícil e relativamente inacessível, traduzindo-se o Processo RVCC numa oferta mais exigente a esse nível: “Há áreas que nós não dominamos, confesso também que (...) integrava áreas e disciplinas que nós nem sequer tínhamos dado nas escolas, aí é-nos mais difícil porque, se no 9º ano nos davam pistas, nos davam tópicos, na escola é muito mais fácil porque, porque dão-nos a matéria, explicam a matéria, no RVCC não é explicado, no RVCC é todo um formulário [Referencial] chamamos-lhe assim, que nós temos de preencher e completar. (...) eu na minha opinião pessoal e acho que é toda a gente a dizer o mesmo (...) o próprio formulário [Referencial do Básico] do RVCC não é específico, é complexo, não está bem explícito, ele não está bem explícito e nós olhamos para o papel e perguntamos “o que é isto, qual o significado, qual o sentido, porque faze-lo?” (...) porque não se percebe, olhamos para aquilo e perguntamos “o que é isto, o que é que eles pretendem” e quando vamos a ver na prática, o que nós temos de fazer não é o que está lá, não é, olhamos para aquilo e é um bicho de sete cabeças, quer dizer, a pessoa fica completamente perdida. (...) é muito técnico e (...) no geral este Processo foi feito para pessoas com limitações e já com alguma idade e sem bases e este Referencial não está adaptado, não está acessível, é muito complexo (...) [devia ser] mais acessível. C3”.

Por sua vez, as actividades realizadas ao longo do Processo RVCC foram também positivamente avaliadas, considerando os adultos certificados que a concepção de trabalhos individuais e pessoais, centrados na descrição das histórias de vida e competências adquiridas, requer capacidade mental e disponibilidade interior para abordar os temas necessários e um trabalho intenso de reflexão e escrita, o que consequentemente resulta num volume de trabalho e grau de exigência elevados. Como afirmaram as inquiridas: “[o Processo RVCC] (...) *exige muita escrita, exige muito a capacidade mental para nós podermos falar um pouco de nós e relembrar os prós e contras... Nem sempre é fácil, (...) isso não acontece na escolaridade normal não é? (...) é preciso ter muita disponibilidade interior porquê, porque depois também há assuntos que nós não queremos falar, mas eles dizem que se a pessoa não quer falar não fala, mas há coisas que temos de desenvolver, temos de argumentar, se temos de argumentar, temos de ir ao fundo das questões, claro que nem tudo, porque se nós não queremos pôr factos específicos pessoais, temos de encontrar outros e nem sempre é fácil e às vezes após um dia de trabalho, nós já não estamos com capacidade para pensar em coisas que aconteceram há dez ou vinte anos. C3*”; “*Eu cheguei a fazer trabalhos em casa até às duas, três da manhã e depois no outro dia tinha que me levantar cedo, porque eu tinha pouca experiência em mexer no computador. Mas eu ficava porque eu gostava e porque queria [os trabalhos bem feitos].C4*”.

Relativamente à metodologia aplicada no Processo RVCC, a avaliação foi igualmente satisfatória, tendo um dos inquiridos, destacado que apreciou especialmente o recurso ao método da autobiografia (“*Sim [gostei do método do Processo RVCC em que temos de falar da nossa vida]. [Havia] (...) coisas que falava, mas depois, não falava assim directamente.C1*”). Contudo, uma das inquiridas ressaltou a necessidade e relevância de serem ministradas mais sessões de Informática aos candidatos invisuais, medida metodológica que no seu entender permitiria não só melhorar a capacidade de domínio dos adultos sobre o computador, mas em simultâneo, contribuiria para um melhor desempenho ao longo do Processo RVCC: “*É assim, eu achei bom, mas eu acho que para nós [invisuais], a nível de Informática, devíamos ter umas aulinhas de Informática, porque para quem não sabe Informática, as pessoas ficavam um bocadinho às escuras vá. Por exemplo, os trabalhos, nós fazíamos tudo em casa, eu por acaso não tive problemas desses porque eu tinha computador em casa e não tive problemas de usar, mas eu tive conhecimento de que havia pessoas que não tinham computador e que não conseguiam fazer os trabalhos. Sim e até para mim [era necessário ter umas aulas de Informática], porque eu sabia ir ao Word, mas depois não sabia mais e depois vim aqui para a Sain porque precisava disso mesmo, do complemento de Informática. C4*”.

Já no que se refere à avaliação dos instrumentos necessários à realização do Processo RVCC (e naturalmente, disponíveis no Centro), não obstante, a sugestão dos candidatos face à necessidade de actualização dos sistemas operativos (“*[mas] os computadores podiam estar mais actualizados (...) isso é que deviam. C2*”), o CNO do CNED recebeu uma avaliação positiva, pelo facto de disponibilizar recursos de trabalho indispensáveis ao público invisual, mais precisamente, salas de computadores, equipadas com o software de leitura de ecrã Programa JAWS (“*[Quando iniciei o Processo RVCC, os computadores já tinham o JAWS] Já, já, era a única instituição aqui perto que teve o sistema JAWS, ou seja, o software*

*de voz, o que para nos é óptimo (...) todo o cidadão, ou seja, todo o ser humano tem direito às habilitações e às mesmas possibilidades de execução (...). C3”.*

Todavia a esse propósito e tal como havia sido anteriormente mencionado, o facto do CNO do CNED não ter procedido à renovação da licença do Programa JAWS, impossibilita que actualmente os candidatos cegos que acorram ao Centro, possam trabalhar com/nos computadores, colocando eventualmente em causa o seu desempenho ao longo do Processo RVCC. De acordo com o exposto, importa reforçar que tal situação traduz uma necessidade clara e real de melhorias ao nível das condições de acessibilidade instrumental (por parte do CNO do CNED), face ao público invisual.

Por sua vez, as apreciações dos adultos certificados relativamente aos tipos e tempos de avaliação praticados no Processo RVCC, foram também positivas, uma vez que consideram que as avaliações formativa e sumativa praticadas, se encontram adaptadas à lógica e especificidades do dispositivo e ao público-alvo da oferta: *“[A avaliação recai sobre] (...) todo um dossier que se constrói, ou seja, um Portfolio, esse Portfolio é feito durante as sessões todas que vamos estando com os trabalhos que vamos concluindo e portanto esse processo vai ser avaliado por um avaliador externo (...) e que vai dar uma olhadela no processo, vai analisar a nossa ficha técnica. (...) A sessão de Júri é um encontro, que se propõe após o término do Portfolio, em que se está numa sala, perante uma plateia que á partida será só dos formandos e dos formadores e onde está presente o avaliador externo que nos validou o dossier. Essa sessão é feita basicamente tendo uma reunião em que todos os formandos falam um pouco sobre um tema que desenvolveram, que está explícito na sua história de vida, isto é basicamente a história da nossa vida e ao longo da história da nossa vida nós escolhemos um tema do qual vamos falando um quarto de hora, meia hora e após cada intervenção individual, o avaliador assina e valida o Processo, portanto [para mim] é isto e está bem. C3”.* Porém, um dos adultos ressaltou que a exigência do Processo RVCC deveria ser superior, caso os candidatos pretendessem posteriormente seguir a via do Ensino Superior (prosseguimento de estudos): *“[Em relação à avaliação] (...) não interessa estar a exigir mais, acho que está bem agora se fosse um 9º ano para seguir para a Universidade, para aprofundar mais as coisas, aí teria que ser muito mais puxado, fazer perguntas e alguns testesinhos, mas acho que está bem. Achei bem, a avaliação final. C1”.*

A não referência por parte dos adultos certificados face a qualquer dificuldade e/ou constrangimento experienciado ao longo da realização dos seus Processos RVCC (à excepção das dificuldades em termos de mobilidade, pela necessidade de melhoria das condições arquitectónicas), foi igualmente entendida como evidência de condições de adaptação e exequibilidade da oferta formativa, quando ministrada com público invisual.

Em concordância com o exposto e surgindo como a última evidência, destacaram-se os motivos de reingresso no Processo, por parte de dois dos adultos cegos entrevistados, correspondendo eles ao facto da oferta em causa permitir a obtenção de qualificação de forma célere, um acompanhamento mais próximo e pessoal por parte das equipas profissionais e ainda, condições adequadas e adaptadas às necessidades e especificidades do público invisual (o que na opinião de um dos inquiridos, não sucede no ensino regular). A esse propósito, registaram-se as seguintes declarações: *“[Optei por fazer o*

12º ano também pela via do Processo RVCC] (...) porque gostei [de fazer o Processo RVCC Básico e porque] (...) estive com a (...) Cátia (...) fui falar com ela e ela apresentou-me várias soluções, só que eu, aquilo que ela me estava a apresentar, eram aqueles cursos de dois anos ou de três para ter equivalência ao 12º [via EFA]. Dos que ela me estava a apresentar, nenhum daqueles dava para mim e eu disse pronto “nenhum desses da para mim” e então ela disse-me outras coisas e eu disse “não, eu quero é fazer o 12º ano assim” [através do Processo RVCC]. Ela disse-me “ah, mas vai ser complicado” e eu disse “não faz mal, se não acabar num ano, acabo no outro”. Mas elas avisaram-me logo [que o Processo RVCC Secundário é mais exigente] e eu disse “não há problema. C2”; “(...) actualmente, não considero que o 9º ano seja valido para encontrar emprego, de forma que é mesmo necessário o 12º (...). [Optei por Processo RVCC porque] (...) é realmente uma formação mais pessoal (...) [e] é muito complicado nós encontrarmos nas Escolas, ou seja, há muitas escolas para pessoas normovisuais, mas os cegos, ou pessoas com deficiência, seja qual ela for, necessitam de acompanhamento, de apoio específico e esse apoio específico é escasso, ou seja, o Ministério da Educação fala, mas na pratica não há esses apoios, não há professores especializados e os poucos que há estão muito distribuídos, não têm capacidade de acompanhamento em todas as cidades ou aldeias. E foi muito complicado o processo de encontrar, porque nós [cegos] queremos entrar para a Escola, mas não há as pessoas de apoio para fazer o 12º ano no ensino recorrente, não temos pessoas de apoio, é problemático é complicado mesmo, na prática não há, as escolas não têm apoio, nós não conseguimos entrar numa escola com facilidade. (...) por isso é que eu também optei pelo Processo RVCC, fiz o 9º ano e agora estou a fazer o 12º e espero terminar em breve (...) é um processo rápido (...) porque uma vez iniciada a Informática, me facilita também (...) rouba-me menos tempo e (...) [porque] não dá para estudar [no ensino regular ou recorrente], é mais complicado, não é impossível (...) mas é mais complicado (...) é mais estafante. (...). Assim juntamos o útil ao agradável, não é? C3”.

Todavia, surge pertinente ressaltar que uma das adultas certificadas que actualmente se encontra a frequentar o RVCC de nível Secundário, lamentou ter tido necessidade de recorrer a um outro CNO (nomeadamente, o CNO da Casa Pia de Lisboa), dado que aguardou mais de um ano para ser inserida num grupo do CNO do CNED e tal não sucedeu: “(...) o facto de não ter continuado ali [no CNO do CNED] a fazer o RVCC é porque (...) perdi um ano e tal e não havia qualquer certeza se iam ter RVCC no 12º ano para pessoas com deficiência, porquê, porque é preciso um acompanhamento, porque o RVCC agora o 12º ano também pode ser dado em Braille e essas áreas não há quem faça, portanto, não dominam o Braille, não há técnicos específicos na área Braille. (...) Tenho pena de ter ido para Belém, porque aqui estava mais perto [do emprego], mas de facto, eles [CNO do CNED] não davam inicio e eu precisava com urgência, estive um ano e meio á espera, mas depois fui para a Casa Pia, porque estes foram pioneiros no Ensino Especial [e tiveram] primeiro técnicos nessa área, embora [o CNO do CNED] fosse mais perto e eu gostasse de estar ali. C3”.

### 6.1.1.3 Impacto do Processo RVCC no percurso de vida dos adultos cegos certificados

*- As informações referentes a este subtópico de análise e interpretação de dados, foram obtidas através da realização de entrevistas a 4 candidatos cegos, certificados pelo CNO do CNED. –*

Primeiramente, no que se refere ao impacto do Processo RVCC sobre o percurso de vida dos adultos certificados a nível pessoal, verificou-se que os efeitos sentidos foram extremamente benéficos, tendo-se traduzido fundamentalmente na aquisição de mais conhecimentos, numa maior consciência dos percursos pessoais e histórias de vida, num reconhecimento efectivo das capacidades e competências pessoais (muitas vezes desconhecidas e/ou ignoradas) e ainda, num aumento considerável de auto-estima.

A esse propósito registaram-se as seguintes afirmações: *“para mim foi bom, para ter mais conhecimentos (...) fiquei a saber mais coisas [C1]”; “aprendi várias coisas (...) fiquei a aprender mais um bocado [C2]”; “consegui o 9º ano, mais uma pedra para construir a minha casa, mais uma ajuda na vida [C1]”; “A nível pessoal foi uma realização, foi uma meta que eu criei [C3]”; “foi uma meta que eu fiz e que gostei e é mesmo assim, quando nós pretendemos uma coisa, vamos até ao fim não é [C3]”; “fiquei contente e foi uma mais valia, não é?(...) Foi mais uma etapa das minhas que consegui vencer. Foi mais uma das coisas em que eu me meti e consegui fazer, foi mais um objectivo [C4]”*

Sumariando, a repercussão do Processo RVCC a nível pessoal, resultou em processos de auto enriquecimento, autoconhecimento e autovalorização dos próprios indivíduos, seus feitos, sua história de vida, sua singularidade e suas potencialidades.

Por outro lado, relativamente ao impacto do Processo RVCC a nível social, verificou-se que os seus efeitos são essencialmente associados a um reconhecimento dos adultos certificados por parte da sua rede de relações, bem como - ainda que em representação inferior -, a um reforço e mobilização das suas competências relacionais e comunicacionais, decorrentes do convívio com adultos inscritos em circunstâncias idênticas (execução e realização de uma mesma oferta educativa/formativa). De acordo com o exposto, registaram-se as seguintes considerações: *“O marido, a filha, a filha ficou muito contente da mãe completar o 9º ano, ficou muito contente e depois a família também ficou, a família até achava muita graça eu ter uma vida mais ou menos estável e ter voltado a estudar. Foi mais uma etapa das minhas que consegui vencer. Foi mais uma das coisas em que eu me meti e consegui fazer, foi mais um objectivo. C4”; “e mesmo a nível de sociedade, houve quem me dissesse “olha, tiveste sorte e tal”, as pessoas lá da terra quando souberam e familiares, não é só sorte, porque eu tive que ir para lá, não é só sorte não é? C1”; “gostei, como eu não sou muito de comunicar, fui “obrigado. C2”; “A nível social é bom, porque após um dia de trabalho, perante o trabalho que nos é exposto, também temos a possibilidade de encontrar novas caras, novos colegas, fazer novas amizades e após um dia de trabalho, muitas vezes cansativo e às vezes estamos arrasados, sem cabeça até, mas é um convívio, tem a parte social que é gratificante. C3”.*

Nesse sentido, é possível afirmar que a nível social, o Processo tem efeitos benéficos, na medida em que produz um reconhecimento do indivíduo por parte da sociedade, o que, consequentemente, origina um aumento de auto-estima nos adultos certificados, contribuindo para uma (maior) valorização pessoal das suas capacidades e possibilidades. De igual modo, o facto do Processo RVCC promover a troca e partilha de experiências, centrando a sua especificidade na biografia e na exploração das potencialidades do ser humano, permite que as competências relacionais e sociais dos adultos sejam intensificadas através do convívio e da pertença a um grupo com interesses idênticos, contribuindo para um reforço das capacidades pessoais e interpessoais dos adultos.

Por sua vez, no que respeita ao impacto do Processo RVCC em termos profissionais, foram obtidos dados distintos: uma das inquiridas considerou que a realização do Processo RVCC não teve ou terá qualquer impacto ao nível profissional, dado que se encontra já em situação de reforma e desenvolve actualmente duas actividades a tempo parcial, apenas como forma de se distrair e aplicar os seus conhecimentos; em oposição, uma outra inquirida afirmou que o Processo RVCC teve efeitos bastante benéficos no plano profissional, tendo no seu caso concreto, conduzido a uma progressão na carreira; por fim, os restantes inquiridos referiram que ainda que os efeitos da realização do Processo RVCC não tenham sido sentidos de forma directa no plano profissional, futuramente serão.

Assim, segundo os discursos dos adultos certificados que consideraram os efeitos do Processo RVCC benéficos em termos profissionais [C1, C2 e C3], as mais-valias traduzem-se na noção de que a obtenção de certificação de nível superior se apresenta como garantia de melhor preparação para situações futuras, melhores condições de empregabilidade devido ao acesso a actividades profissionais anteriormente “interditas” (por falta de qualificação) e ainda, por melhorias em termos profissionais, nomeadamente no que respeita à progressão na carreira/requalificação profissional. De acordo com o exposto, registaram-se as seguintes considerações: *“Eu recordo-me se é que posso fazer esta comparação, quando fiz o serviço militar, eu só tinha o 6º ano e na altura quem quisesse ficar lá, como contratado, se tivesse o 9º ano ia para o Curso de Sargentos, se tivesse o 12º ano ia para o Curso de Oficiais, eu cheguei ali e não tinha 9º nem 12º (...) numa altura dessas, este documento [equivalência ao 9º ano pela via do Processo RVCC] dava-me muito jeito e eu se quisesse ir para a GNR, para o curso de Militar (...) ia tirar o Curso, assim não tinha (...) desmotivou-me logo muito o ter que ir para soldado e ter que estudar de noite, desmotivou-me muito. (...) “Quer dizer eu penso muitas vezes nisto, se eu tiver o 9º ano e me aparecer uma coisa qualquer que eu precise (...) é preciso ter o 9º ano se eu os quiser fazer, tem que se ter o 9º ano (...) é uma ajudinha, é sempre melhor não é, é mais forte. (...) nunca mais fui à procura de emprego nenhum (...) ainda não o utilizei [certificado de conclusão do 3º ciclo do Ensino Básico - 9º ano de escolaridade] para esses fins e ainda não consegui nada com ele, não quer dizer que não venha a fazer jeito não é, nem quer dizer que eu diga assim «ai isto nunca mais me vai fazer jeito», não, não, de modo algum, não dou aquele documento por qualquer dinheiro (...), não dou aquele documento por quaisquer trocos, custou-me, custou-me e eu se tivesse que tirar outro, tinha que suar muito, mas é mesmo [C1]”; “Sim [tenho mais possibilidades de encontrar trabalho com o 9ºano], mas mais ainda com o 12º [C2]”; “Teve, teve impacto (...) eu mudei agora, deixei de ser recibo verde e passei*



*a contratada e acredito que se não tivesse o 9º ano, isso não era possível, ou seja, tinha que ter a certificação do 9º ano, a qual entreguei com alguma rapidez para poder estar no serviço onde estou hoje (...). E eu consegui e foi ótimo [C3]”.*

Todavia, ainda no que se refere ao impacto do Processo RVCC em termos profissionais, julgamos ser possível afirmar que os seus efeitos positivos não são somente condicionados pela obtenção de qualificação de nível superior, sendo assim igualmente dependentes dos contextos de vida dos sujeitos e sobretudo, das respectivas expectativas, ambições e projectos que possuem.

#### **6.1.1.4 Repercussões do Processo RVCC nos projectos futuros dos adultos cegos certificados**

*- As informações referentes a este subtópico de análise e interpretação de dados, foram obtidas através da realização de entrevistas a 4 candidatos cegos, certificados pelo CNO do CNED. -*

De acordo com o Referencial de Competências-chave para a Educação e Formação de Adultos – NS (Gomes, 2006<sup>a</sup>:11), “o nível da educação de base condiciona fortemente a apetência e disponibilidade para investir em aprendizagens ulteriores e continuadas”. Simultaneamente, o nível de educação de base, condiciona e amplia a necessidade de (re)definição e (re)construção dos projectos pessoais e profissionais dos indivíduos.

Nesse sentido, com o intuito de validar a hipótese da existência de uma eventual relação entre aumento do nível de educação de base e desenvolvimento e redefinição de projectos e ambições futuras dos adultos certificados, procedeu-se à análise da repercussão dos seus efeitos nos planos educativo/formativo, bem como, profissional.

Assim, no que respeita à primeira variante, a evidência de relação entre impacto do Processo RVCC e os projectos futuros educativos/formativos dos adultos certificados, uma das inquiridas manifestou “somente” interesse em continuar a realizar acções/cursos de formação e a desenvolver actividades profissionais pontuais, como comprova a sua declaração: *“Estudar agora, acho que parei mesmo. Agora tenho o curso de formação para fazer, vou aproveitando (...) já estou muito ocupada. (...) [Pretendo continuar a trabalhar] (...) no restaurante á noite (...) e no Cabeleireiro, ás terças ou quartas feiras. (...) Portanto quando eu entrei disse ao marido que ia fazer o 9º ano e ele “ah, vais fazer o 9º ano para quê se já tens a carreira feita?” e eu disse “então, mas eu não morri”. E eu disse “ah, eu vou fazer”. Depois haviam pessoas que diziam que pensavam que nós íamos chegar a meio e que desistíamos e não. Era [a ideia era mesmo concluir o 9º ano] C4”.* Julgamos ser possível afirmar que a sua vontade está associada ao facto dos seus projectos em termos educativos/formativos já terem sido atingidos com a conclusão do 9º ano, bem como, por se encontrar numa faixa etária mais avançada face aos outros entrevistados e ter já experienciado uma larga carreira profissional, encontrando-se actualmente em situação de reforma.

Por outro lado, no que se refere aos restantes inquiridos, todos manifestaram o desejo de prosseguir estudos, através da intenção de obter qualificação de nível superior à que possuem (9º ano). Tais intenções, encontram-se expressas nas seguintes considerações produzidas: *“agora é ver quando consigo o 12º ano (...) tenho quase quarenta anos, mas não interessa, tiro na mesma (...) e vou, vou, vou arranjar, vou tirar um curso de inglês e o 12º e um Curso de Artesanato não sei se vou fazer, se não, porque aquilo é só para dizer assim «estas aqui» [não atribui certificação] e eu queria ver se um dia «pronto, está aqui o 12º», é sempre bom, é sempre bom [C1]”; “agora o objectivo é fazer o 12º (...) acabar o 12º, depois ir para a Faculdade (...) ainda não sei [o que quero seguir], isso aí ainda é um caso a ser pensado [C2]”; “mentalizei-me do querer ir até ao 12º ano, é a meta que eu tenho e após esta meta [ainda não sei se há] (...) possibilidades [de continuar, porque] (...) não há muitas para nós, é muito difícil encontrarmos cursos de formação [C3]”.*

A este propósito, importa ainda referir que dois dos inquiridos [C2 e C3] se encontram já a frequentar o nível de ensino Secundário, novamente através da via do Processo RVCC, pretendendo um deles prosseguir os seus estudos, de modo a ingressar no Ensino Superior [C2].

Não obstante a evidência de impacto da realização do Processo RVCC, nos projectos futuros educativos/formativos dos adultos certificados, com base nas opiniões positivas de dois entrevistados face ao apoio e recepção das entidades educativas/formativas frequentadas, (inclusive, com referência francamente positiva ao CNO do CNED), julgamos ser possível afirmar que a disponibilidade e abertura das entidades, bem como, as experiências que proporcionam aos adultos cegos, se revela igualmente como um factor facilitador e contributivo para a aposta do público invisual em percursos pautados por mais educação/formação. A título ilustrativo, referenciamos as seguintes afirmações: *“Essas duas instituições [Sain e APEDV] são duas instituições muito boas (...) dão apoio (...) são muito pontuais nas horas, no respeito (...) são boas instituições que apoiam bastante. (...) disseram[-me] “se precisar de vir cá alguma vez, se precisar de alguma coisa a porta está aberta”, fiquei muito bem com aquele povo, não tenho queixa nenhuma. [Mas] (...) onde se aprende mais é na Sain e no [CNO do] CNED (...) ainda aprendi bastante lá, aprendeu-se assim umas coisas. C1”; “[Na APEDV] Com a formadora Isabel, que ela era pouco mais velha que eu, para mim era como uma, (...) era tipo uma irmã mais velha que me dava conselhos. (...) quando tinha que me chamar à atenção, chamava e eu ouvia. (...) Os dois profissionais [com quem tirei o Curso de Ligaduras Funcionais] são excelentes (...) [um dos terapeutas] (...) é espectacular. C2”.*

Por sua vez, no que se refere à segunda variante, a evidência de relação entre impacto do Processo RVCC e os projectos futuros profissionais dos adultos certificados, importa referir que apenas foi possível obter dados concretos relativamente a um inquirido.

Ainda que dois dos entrevistados [C1 e C2] tenham manifestado a vontade de exercer uma actividade profissional, não foi possível apurar se a obtenção de qualificação superior pela via do Processo RVCC, teve impacto nesse sentido. A esse propósito, registam-se as seguintes declarações: *“(...) nunca mais fui à procura de emprego nenhum. (...) já fiz muita coisa (...) foi sempre assim (...). [Mas após cegar] (...) não exerci nenhuma actividade (...) só [fiz] coisas no campo, às vezes faço um*

*trabalhinho ou outro, mas a nível profissional não. Não apareceu oportunidade, isto hoje os empregos como a senhora sabe estão muito maus, não apareceu oportunidade. (...) Projectos profissionais estão muito mal, está muito mal, porque não dá para dizer que está bom, porque é geral (...). Olhe aí é que eu não faço mesmo uma ideia, em termos futuros, não sei. Posso às vezes procurar (...) eu aí no futuro, é que eu não sei, não sei, não vale a pena. (...) Pode ser que até de um momento para o outro apareça e eu possa dizer “olha, afinal, já ganhei um trabalhito, uma ocupação, aqui a desempenhar isto ou aquilo”, assim em áreas diferentes como disse o medico “troca a profissão”, porque não há cura para a vista, não quer dizer que um dia não haja. Vou tentar dar o meu melhor. C1”; “Não [nunca tive nenhuma actividade profissional]. (...) Queria já estar a trabalhar mas [não estou] (...) estou só a treinar e ando agora a fazer o 12º. (...) quero arranjar um trabalho (...) não tenho nenhuma [profissão de eleição] (...) qualquer profissão para mim [me deixaria satisfeito], eu não tenho medo de trabalhar, têm é que me dar condições de trabalho. (...) se conseguir entrar (...) num trabalho, a Faculdade depois... vou fazendo os dois ao mesmo tempo (...) [queria fazer] as duas coisas. (...) sim [porque sinto falta de ter uma actividade profissional] C2”.*

Em oposição, relativamente ao caso particular de uma das inquiridas [C3], foi possível apurar que o impacto da realização do Processo RVCC teve uma interferência directa significativa no que são actualmente e futuramente os seus projectos a título profissional. A esse propósito, regista-se a seguinte afirmação (e simultaneamente crítica à falta de acompanhamento ao público invisual, no Ensino Regular e Recorrente):

*“Actualmente não considero que o 9º ano seja valido para encontrar emprego, de forma que é mesmo necessário o 12º (...) por outro lado, o meu posto de trabalho exige e a área em que eu estou inserida, é obrigatório (...) não posso exercer sem o 12º ano (...) tenho alguma urgência para fins profissionais, de entregar a certificação do 12º ano (...) de forma que tenho alguma urgência em acabar o 12º ano. [Optei por Processo RVCC porque] (...) é muito complicado nós encontrarmos nas Escolas, ou seja, há muitas escolas para pessoas normovisuais, mas os cegos, ou pessoas com deficiência, seja qual ela for, necessitam de acompanhamento, de apoio específico e esse apoio específico é escasso, ou seja, o Ministério da Educação fala, mas na pratica não há esses apoios, não há professores especializados e os poucos que há estão muito distribuídos, não têm capacidade de acompanhamento em todas as cidades ou aldeias. E foi muito complicado o processo de encontrar, porque nós [cegos] queremos entrar para a Escola, mas não há as pessoas de apoio para fazer o 12º ano no ensino recorrente, não temos pessoas de apoio, é problemático, é complicado mesmo, na prática não há, as escolas não têm apoio, nós não conseguimos entrar numa escola com facilidade. (...) por isso é que eu também optei pelo Processo RVCC, fiz o 9º ano e agora estou a fazer o 12º e espero terminar em breve (...) é um processo rápido (...) porque uma vez iniciada a Informática, me facilita também (...) rouba-me menos tempo e (...) [porque] não dá para estudar [no ensino regular ou recorrente], é mais complicado, não é impossível (...) mas é mais complicado (...) é mais estafante. (...). Assim juntamos o útil ao agradável, não é? [C3]”*

Importa clarificar que esta relação é entendida como significativa, dado que para a inquirida dar continuidade à realização de actividade profissional na entidade em que está inserida e progredir na

actual carreira (seu projecto futuro profissional), seria necessário concluir o Ensino Secundário, tendo o Processo RVCC tido um impacto positivo nesse sentido, uma vez que optou pelo prosseguimento de estudos novamente por esta via, considerando que a última possui como vantagens o factor celeridade e simultaneamente, o facto de estar adequada às suas necessidades específicas.

#### **6.1.1.5 Sugestões de melhoria face à intervenção da equipa técnico-pedagógica com público invisual**

*- As informações referentes a este subtópico de análise e interpretação de dados, foram obtidas através da realização de entrevistas a 5 profissionais da equipa técnico-pedagógica. -*

Com base nos discursos produzidos, foi possível aferir que desde o início de realização de actividade profissional no CNO do CNED, até à actualidade, nunca foi fornecida qualquer orientação técnica específica e/ou acção de formação às 5 profissionais inquiridas (ou mesmo a algum elemento que compõe a equipa profissional), sobre como trabalhar com público invisual. Nesse sentido, as declarações das profissionais comprovam tal “lacuna”: “Não. Não [nunca me foi transmitida nenhuma indicação técnica ou acção de formação para trabalhar com público invisual] T1”; “Não [não tive nenhuma acção de Formação para trabalhar com candidatos Invisuais antes de realizar Sessões de ADE com este público] T2”; “Não [até à data nunca me foi transmitida nenhuma orientação técnica nem formação para trabalhar com invisuais] P4”; “Por acaso, não [até à data nunca me foi transmitida nenhuma orientação técnica nem formação para trabalhar com invisuais] P5”; “Não [até à data nunca me foi transmitida nenhuma orientação técnica nem formação para trabalhar com invisuais] P3”.

Ainda a esse respeito, foi referido por algumas inquiridas que os conhecimentos gerais sobre como trabalhar com público invisual partiram efectivamente da transmissão de orientações básicas pontuais, por parte de antigas colegas de equipa: [Um dos candidatos] (...) que eu acolhi desde o acolhimento até ao encaminhamento, era um candidato já de outra Profissional [do Básico que eu tinha estado a acompanhar] que já tinha trabalhado com invisuais no âmbito da Licenciatura, como também depois aqui no CNO já tinha trabalhado com vários invisuais e portanto foi ela que no fundo me ajudou a conseguir também integrar-me um bocado e conseguir explorar algumas competências com eles, portanto, porque é diferente estar com outro candidato ou com um candidato invisual. (...) deu-me aquelas instruções todas, orientações, até porque nessa altura, foi quando eu comecei a trabalhar como Técnica, portanto, teve que me dar algumas orientações e mesmo sobre como agir com invisuais. (...) a única coisa que tive (...) foi mesmo as orientações que ela me deu. T2”; Quando entrei para o CNO, tinha conhecimento da diferença] (...) entre amblópe e um cego, sim. Agora, o que eu tive e acho que foi uma mais-valia sem dúvida foi a questão da Beta, a [colega de curso] que me pôs cá dentro, que era uma ajuda e que na altura, (...) [antes dos] quatro meses em casa [baixa de parto] (...) houve um tempinho em que estive eu e ela a trabalhar em conjunto (...) em que eu dava as sessões e ela estava sentada com um barrigão a ler portfólios (...) mas conseguia ir dando as orientações todas, do género, faz assim, faz

*assado e não sei quê e depois quando ela regressou e estava no Secundário, apesar de eu já estar dentro do assunto, quando havia qualquer coisa, também dava para ir falar com ela. Era diferente, ela era uma pessoa que já tinha de CNED uma experiência gigantesca, portanto, era uma mais-valia “muita” grande. F3”.*

No que respeita à identificação de actuais necessidades de formação sobre como trabalhar com público invisual, verificou-se não existir unanimidade face a todas as profissionais entrevistadas.

Nesse sentido, designadamente no que se refere às Técnicas de ADE [T1 e T2], as profissionais atribuem um papel fundamental à aquisição de formação relacionada com esta temática, considerando-a pertinente e ainda uma mais-valia que se repercute na melhoria da prática profissional, como ilustram as suas afirmações: *“A formação é sempre boa e é sempre bem-vinda, o saber não ocupa lugar (...) portanto, nesse sentido (...) se houvesse formação era óptimo (...) são sempre mais-valias úteis que podiam ser usadas não é. Se eu te vou dizer que vai melhorar [a minha prática profissional], é certo que vai melhorar. T1”; “(...) eu pessoalmente gostava muito de ter [tido uma formação sobre como trabalhar com Candidatos Invisuais] e acho que isso ia melhorar completamente a prática profissional. (...) eu acho que sim, que acabava por ajudar a prática profissional”.*

A esse propósito, uma das Técnicas [T1] referiu que gostaria de obter formação sobre *“como interagir, como estar, como propiciar”* a intervenção com o público invisual, ressaltando que a aquisição de formação, a faria despertar *“com mais sensibilidade para certas temáticas”*, bem como contribuir para a *“melhoria da (...) [sua] comunicação com uma pessoa que é invisual”*.

Por sua vez, a segunda Técnica de ADE [T2] recordou que quando realizou inicialmente funções com candidatos cegos, sentiu necessidade de formação específica (o que não sucedeu), considerando que esta teria contribuído para a melhoria da sua prática profissional (*“quando passei por essa experiência, eu pessoalmente gostava muito de ter [tido uma formação sobre como trabalhar com Candidatos Invisuais] e acho que isso ia melhorar completamente a prática profissional”*). Actualmente, no que se refere à necessidade de formação face a este público em especial, a Técnica 2 referiu não ter ideia do tipo de formações e temas que poderiam ser ministrados, uma vez que desconhece as acções/formações existentes. Porém, considerou que seria interessante realizar acções de formação relacionadas com o conhecimento das ofertas formativas disponíveis para o público invisual, dado que defende que o que se pretende, é receber formação que ajude à melhoria da prática profissional e à adaptação a todos os candidatos que recebe (*“[Actualmente] (...) não sei o que é que se poderia dar (...), o que é que se poderia debater que pudesse também melhorar, porque no fundo eu também nunca tive nada (...) mas uma formação mais de diagnóstico, ou de orientação, mais de conhecimento das ofertas, (...) isso poderia ajudar a “adaptarmo-nos” aos candidatos [e] ajudar [à] prática profissional, (...) porque no fundo aquilo que nós queremos é uma formação que nos ajude na nossa prática profissional a adaptarmo-nos a todas as pessoas, sejam invisuais ou não.”*).

Por sua vez e em oposição, as restantes profissionais [P3, P4 e P5] referiram não sentir actualmente qualquer necessidade de formação, face ao público invisual.

Relativamente à profissional de RVC P4, o facto de considerar os candidatos invisuais “iguais aos outros [normovisuais], com dificuldades que acabam por ser dificuldades (...) que as outras pessoas também têm”, resulta na não necessidade de obter formação nesta área.

Por sua vez, a profissional de RVC P5 referiu que não sendo esta uma temática particularmente atractiva para si, o facto de até à data não ter existido um afluxo considerável de candidatos cegos ao CNO, faz com que uma formação nesta área não lhe faça sentido, tendo todavia reconhecido, que caso o afluxo de candidatos aumentasse, estaria “aberta” a receber/fazer formação. A esse respeito, declarou: *“E muito simples, como não é uma área que seja atractiva para mim e como não tenho muitos candidatos, como só tenho 2 candidatos de 400, não me faz sentido fazer formação nessa área (...) [por isso neste momento, melhorar] competências na área de invisuais, não me parece que seja necessário. (...) Volto a repetir que se me aparecerem cá muitos candidatos invisuais e se eu perceber que preciso de melhorar as minhas estratégias, claro que sim, que estou aberta a isso, mas neste momento não considero que seja uma situação necessária, prioritária, é isso, no meu desempenho como Profissional de RVC”.*

Por fim, a formadora de nível Básico P3 corroborou as afirmações anteriores, considerando que a quase não existência de candidatos cegos no Centro, não justifica actualmente para si, a realização de formação nessa área, tendo esclarecido que *“(...) hoje em dia não há praticamente invisuais em Processo [no CNO do CNED], portanto não faz falta em termos de trabalho em si.”*

Já no que se refere ao grau de conhecimento e familiarização das profissionais, relativamente a materiais específicos existentes para o público invisual, foi possível apurar que as inquiridas têm conhecimento da existência da Técnica da Linha de Braille e do Software JAWS, tendo ainda sido feita uma breve referência por ambas as Profissionais de RVC, a um outro leitor de ecrã, com funcionalidades mais avançadas face ao programa JAWS (sem referência à designação do produto comercial). Não obstante, a referência das profissionais face aos materiais/recursos específicos anteriormente mencionados, foi possível verificar que o seu conhecimento se remete somente para a noção da sua existência, não estando as inquiridas familiarizadas com os mesmos e por consequência, não possuindo actualmente conhecimentos técnicos sobre o seu funcionamento, como comprovam as suas declarações:

*“Sim [conheço a Técnica da Linha de Braille] (...) [mas] Não [nunca trabalhei com a Técnica da Linha de Braille]. [Os candidatos cegos que acompanhei] (...) disseram-me que havia o programa [JAWS] e os invisuais nesse sentido são muito pedagógicos, não é, disseram-me que existia o JAWS, que era um leitor de ecrã e que faziam as coisas. (...) Portanto, o conhecimento que eu tenho, surge através de [informações que os candidatos invisuais me contam]. T1”; “Não, não, não conheço nenhum [material e/ou recurso para público invisual] T2”; “[Sei da existência do programa JAWS e] (...) um outro [leitor de ecrã] que lê tabelas, já lê tabelas. Mas fala metade Português, metade Espanhol. (...) há imensos livros que eles lêem que estão em Braille [mas] não [estou familiarizada com a Técnica da Linha de Braille]. P4”; “Não, não, não [não estou familiarizada com a Técnica da Linha de Braille]. (...) Conheço [o JAWS], sei, vi lá instalado no computador [na sala de computadores] (...) mas os meus não querem o JAWS.*

*Porque têm lá um programa qualquer em casa, que é melhor que o JAWS, porque o JAWS (...) [não] lê tabelas... Não sei, sei que eles preferem esse (...) mas não estou familiarizada. P5”; “Só [conheço] o JAWS (...) [mas] não aprendi nada. Não [não conheço nem trabalho com Braille] F3”.*

Relativamente à apresentação às profissionais, de um conjunto de acções de formação específica<sup>16</sup>, dirigidas exclusivamente à temática do público invisual, das considerações produzidas e naturalmente em função dos gostos e interesses particulares das inquiridas, resultaram considerações distintas (constando as apreciações das profissionais em Anexo).

Nesse sentido, constatou-se que as acções preferenciais corresponderam às formações de “Tiflotecnologia” e ainda, de “Software e materiais específicos para público invisual”, o que vai ao encontro do reduzido conhecimento e falta de domínio referido pelas inquiridas face a estes últimos.

No que se refere ao caso concreto da acção de formação em “Tiflotecnologia”, importa mencionar que a totalidade das inquiridas desconhecia o seu significado, porém, após esclarecimento do mesmo, todas as profissionais demonstraram interesse na sua realização, tendo-se registado como a única acção específica (do leque das apresentadas) que reuniu o consenso total face à pertinência e utilidade da sua execução.

Seguidamente, em função do grau de interesse de realização, sucederam-se as acções de formação sobre a “Técnica da linha de Braille” e “Comunicação para linguística”.

Por fim, correspondendo às acções que registaram um menor grau de interesse, foram identificadas as formações sobre “Trabalho de valorização e empowerment” e ainda, “Aptidões e limitações do público invisual”.

Particularmente no que se refere à acção de formação “Aptidões e limitações do público invisual”, importa referir que ambas as Profissionais de RVCC [P4 e P5] consideraram que a sua denominação pressupunha uma lógica “muito redutor[a] [P5]”, “estigmatizante e preconceituos[a] P4”, não se identificando de forma alguma com a mesma.

No que diz respeito a uma política de cooperação entre o CNO do CNED e outros Centros, à excepção da realização e dinamização de encontros InterCNO, o Centro não desenvolve uma política de cooperação que preveja e/ou promova outras actividades para além da referida. Por outro lado, no que se refere à troca e partilha de experiências entre as profissionais inquiridas e elementos das suas redes de relações que igualmente desenvolvam actividade profissional em CNO, apenas a Formadora de nível Básico [P3] possui um contacto num Centro, não tendo até à data ocorrido a transmissão e troca de informações, relativamente à realização de actividade profissional e respectiva intervenção com público invisual.

Sustentando o anteriormente apurado, registam-se as seguintes considerações: “Não [não temos nenhuma política de cooperação com outros CNO, nem conheço ninguém da minha rede de relações que trabalhe num CNO] P4”; “Não [não temos nenhuma política de cooperação com outros CNO, nem conheço ninguém da minha rede de relações que trabalhe num CNO] P5”; “Conheço [uma

---

<sup>16</sup> Acções de Formação Específica apresentadas: “Técnica da Linha de Braille”, “Tiflotecnologia”, “Software e Materiais Específicos para Público Invisual”, “Comunicação Para linguística”, “Aptidões e Limitações do Público Invisual” e “Trabalho de Valorização e Empowerment”.

*pessoa que trabalha num CNO] (...) e é uma pessoa que trabalhou na ACAPO (...) e também trabalhou cá (...) [mas] não [nunca troquei nenhuma experiência em relação ao público invisual] F3”.*

Por fim, no que se refere ao estabelecimento e desenvolvimento de parcerias e/ou acordos informais de cooperação com entidades que trabalham e intervêm com público invisual, actualmente o CNO também não possui nenhum “acordo” estabelecido. Não obstante, ambas as Profissionais de RVC [P4 e P5] reconheceram ter conhecimento de entidades que desenvolvem uma intervenção competente com público invisual, tendo elogiado respectivamente, o Centro de Formação do Restelo e a Casa Pia de Lisboa. A esse propósito, as profissionais referiram: “*[mas tenho conhecimento que] (...) ali no Restelo, apesar de eventualmente não terem um CNO, têm vários técnicos com muita experiência na aprendizagem com invisuais P4*”; “*(...) mas sei que a Casa Pia tem um CNO, vi uma grande reportagem que a Casa Pia deu recentemente na televisão, achei o trabalho interessante, sem dúvida alguma, acho que é uma mais-valia. (...) também é claro que podemos ir beber a outras experiências, não é? P5*”.



## **CAPÍTULO VII – CONCLUSÕES DO ESTUDO**

### **7.1 Conclusões da investigação**

#### **7.1.1.1 Contextualização e móbil da investigação**

Aprovada em Abril de 1976, a Constituição da República Portuguesa vigora até à actualidade como expoente máximo onde estão contemplados os direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos portugueses.

Com vista à “construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno”, fazendo jus aos “princípios basilares da democracia” e à garantia do Estado de Direito democrático, foram definidos no documento (entre outros) direitos e deveres fundamentais, direitos e deveres sociais e ainda, direitos e deveres culturais.

Assim, segundo o artigo 13º, reconhece-se a Igualdade como direito e dever fundamental, sendo instituído que “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei, [pelo que] ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”

Já em matéria de direitos e deveres sociais, o artigo 71º reconhece os direitos e deveres dos cidadãos portadores de deficiência, determinando que estes últimos “gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição”. Como consequência, o Estado Português é responsável pela implementação de “uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, [e por] desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores”.

Por sua vez, reservados ao capítulo dos direitos e deveres culturais, o artigo 73º da Constituição Portuguesa determina que todos os cidadãos “têm direito à Educação e à Cultura”, sendo reconhecido no artigo 74º que “todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”.

Assim, no que respeita designadamente ao acesso à Educação e Formação, incumbe ao Estado Português a promoção da “democratização da educação e as demais condições para que [esta] (...) contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva”.

Nesse sentido, os artigos 74º e 75º são peremptórios, reconhecendo como um dos múltiplos deveres do Estado Português, a criação de “uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra

as necessidades de toda a população”, bem como, promova e apoie o “acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e [ao] ensino especial, quando necessário”.

É em concordância com o exposto, que o “Guia Metodológico para as Pessoas com Deficiências ou Incapacidade ao Processo RVCC – NB” (Sousa et al, 2009:9) destaca que a aposta na qualificação dos cidadãos, configura “uma estratégia fundamental [de] cidadania (...) um desafio e oportunidade para todos, num quadro de desenvolvimento de competências, de aprofundamento da democratização do acesso à qualificação, promovendo oportunidades de reconstrução e reparação de um direito social fundamental, o direito à educação e à formação”.

Concomitantemente, o desafio colocado às áreas da Educação e Formação, veio progressivamente a centrar-se na necessidade de “desenhar sistemas capazes de assegurar a promoção [da capacidade universal de aprendizagem] (...) de forma efectiva, permitindo a todos desenvolver e otimizar os seus potenciais” (Sousa et al, 2009:9).

Do mesmo modo, a mensagem lançada em 2001, pelo documento “Tornar o Espaço Europeu de Aprendizagem ao Longo da Vida” (Comissão das Comunidades Europeias) destacou a inevitabilidade dos sistemas tradicionais de Educação e Formação se tornarem “mais abertos e mais flexíveis, obstando a que as desigualdades existentes se perpetu[ass]em, facultando aos aprendentes o acesso a percursos individuais de aprendizagem à medida das suas necessidades e interesses, em qualquer estágio da sua existência” (Pires, 2005:89).

Nesse sentido, a criação em 1999 de um (novo) sistema de educação/formação, responsável pela concepção e introdução de ofertas dirigidas ao público jovem e adulto<sup>17</sup>, designadamente o Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Português (SRVCC), veio configurar uma proposta de promoção da qualificação e a favor da inclusão, assumindo-se como “uma importante estratégia de implementação das políticas de aprendizagem ao longo da vida, da empregabilidade activa e da equidade social” (Simões e Freire et al, 2008:9).

Primeiramente, a implementação do SRVCC pretendeu dar resposta à necessidade premente de aumento de qualificação escolar e profissional por parte da população portuguesa activa, afirmando que os sistemas de educação/formação deveriam actuar com maior “flexibilidade (...) transparência (...) e transferibilidade” (Pires, 2005:370), de modo a estabelecer uma articulação com o mundo de trabalho e a sociedade, bem como, a garantir o desenvolvimento de processos “cada vez mais simples e transparente[s] (...) de obtenção de diplomas por parte dos adultos portugueses” (Melo e Silva, 1999, cit in Pires, 2005:516).

Centrando a sua intervenção no respeito e valorização do perfil individual de cada sujeito, o SRVCC abria sobretudo perspectivas e percursos de qualificação adequados e viáveis para as franjas mais “discriminadas” da população, nomeadamente, jovens e adultos “pouco escolarizados e pouco qualificados profissionalmente” (Gomes et al, 2006a:11).

Em segundo lugar, o SRVCC propunha-se garantir e perpetuar os direitos dos cidadãos portugueses através do desenvolvimento de mecanismos de inserção mais inclusivos, tendo por base a

---

<sup>17</sup> Maiores de 18 anos.

introdução de ofertas educativas/formativas que visavam promover e reforçar as lógicas de aprendizagem ao longo da vida, as condições de empregabilidade, a cidadania activa e ainda a inclusão social, com vista a uma maior realização pessoal e colectiva.

Como consequência, o fomento e garantia de condições mínimas e significativas de acessibilidade para todos os indivíduos aos sistemas de educação e formação, veio a evidenciar-se como meta urgente e prioritária, tendo-se progressivamente destacado como tónica dos discursos e medidas políticas nacionais, bem como, europeias e internacionais.

A acessibilidade passou assim a ser encarada como critério objectivo e descritivo da qualidade, sendo entendida como atributo essencial e indispensável para “um ambiente construído de forma sustentável e numa abordagem de orientação para as pessoas” (Sousa e al, 2009:20).

A premissa de que um ambiente inclusivo “origina ganhos de funcionalidade, autonomia, maior segurança e consequentemente melhor qualidade de vida para todos os cidadãos, independentemente da sua funcionalidade”, ganhou dimensão e intensidade à escala mundial, passando a ser entendida como factor gerador e promotor do favorecimento de “práticas inclusivas para todos mas principalmente para as pessoas com deficiências e incapacidades” (Sousa e al, 2009:20).

Concomitantemente, uma das medidas implementadas em 2000 pelo SRVCC Português, consistiu na criação e introdução da oferta formativa Processo RVCC, que na sua essência pragmática/funcional, propunha o reconhecimento e a validação dos saberes adquiridos à margem dos sistemas tradicionais, privilegiando as aquisições efectuadas em contextos formais, não formais e informais, ou seja, as competências adquiridas em acção, intimamente relacionadas com os percursos de vida experienciados pelos indivíduos. Simultaneamente, em termos de essência ideológica, o discurso teórico da oferta Processo RVCC (nos seus pressupostos e princípios orientadores), apelava à mobilização de acções e estratégias contributivas para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos, bem como, para um reforço da sua auto-estima e das suas capacidades e competências, entendidas como peças chaves para um desenvolvimento humano pleno.

A necessidade de apurar a sua repercussão no plano prático, designadamente de compreender de que modo o Processo RVCC promove a inclusão, contribuindo efectivamente para a promoção de lógicas de aprendizagem ao longo da vida, redefinição dos projectos futuros dos indivíduos, reforço das condições de empregabilidade activa, mas sobretudo, para a garantia dos direitos dos cidadãos (em especial, dos portadores de deficiência visual), traduziu-se no móbil do presente estudo.

Nesse sentido, com o intuito de compreender o Processo RVCC, surgiu a necessidade de conhecer a oferta formativa em causa, designadamente os processos e estratégias de suporte subjacentes às diferentes etapas de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. A esse propósito, importa somente referir que foi possível compreender que a harmonia entre os objectivos teóricos do dispositivo Processo RVCC e a sua concretização prática, é conseguida através de uma organização exigente e complexa, assente em pressupostos operacionais e metodológicos estandardizados, mas com carácter de relativa abertura e total coerência e articulação entre si. De igual modo, foi possível clarificar a intervenção desenvolvida pela equipa técnico-pedagógica do CNO do

CNED, desde a área de Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento até ao último eixo do Processo RVCC, tendo-se concluído que existe o cumprimento das orientações metodológicas definidas pela Agência Nacional Para a Qualificação.

### 7.1.2 Objectivos da Investigação: conclusões

- ***Adaptação do Processo RVCC ao público invisual vs. promoção da inclusão e direitos dos cidadãos portadores de deficiência***

O primeiro objectivo da investigação consistiu na aferição da adaptação e exequibilidade do Processo RVCC, quando ministrado no contexto particular do CNO do CNED com públicos específicos, designadamente, o público invisual.

Importa clarificar que quando falamos de adaptação de uma oferta formativa a um público específico, nos referimos às condições que permitem que um dispositivo de educação/formação, composto pela sua estrutura curricular, pela metodologia a utilizar, pelos instrumentos disponíveis e simultaneamente pelos recursos humanos envolvidos, esteja ajustado às especificidades e potencialidades de um indivíduo. Por sua vez, quando falamos de uma oferta formativa exequível para um determinado público, o discurso associa-se à capacidade do dispositivo de educação/formação ser executado, experienciado e concluído pelos indivíduos visados.

A análise e reflexão sobre a adaptação do Processo ao público invisual, teve por finalidade contribuir para o conhecimento do “estado de desempenho” dos profissionais da equipa técnico-pedagógica do Centro e para a identificação e interiorização das atitudes desejáveis e adequadas por parte destes últimos. De igual modo, teve como finalidade comprovar se independentemente da diversidade funcional dos sujeitos, o Processo se encontra adaptado ao público portador de deficiência visual, assegurando assim o respeito, cumprimento e promoção dos direitos de todos cidadãos à educação/formação (e dos deveres de cidadania, respectivamente instituídos pela Constituição da República Portuguesa, 1976).

Nesse sentido, o Processo foi avaliado com base em três eixos de aferição, nomeadamente, “requisitos de Sasaki<sup>18</sup>”, “alterações a processar no dispositivo Processo RVCC” e ainda, “opiniões pessoais dos adultos cegos certificados”, tendo as conclusões obtidas permitido dar resposta às “questões de partida” que impulsionaram a presente investigação.

A aferição da adaptação do Processo com base nos requisitos propostos por Sasaki (2003, cit in Sousa et al, 2009:32) permitiu concluir que o Centro e sua respectiva equipa técnico-pedagógica se encontram preparados para a recepção de público invisual, norteando-se a sua intervenção por uma

---

<sup>18</sup> Requisitos básicos de acessibilidade: Acessibilidade Arquitectónica, Acessibilidade Comunicacional, Acessibilidade Metodológica, Acessibilidade Instrumental, Acessibilidade Programática e, Acessibilidade Atitudinal (Sasaki, 2003, cit in Sousa et al, 2009:32).

lógica e princípios de inclusão, abertura e tentativa de resolução de necessidades identificadas. Do mesmo modo, ainda que actualmente os profissionais da equipa não se encontrem pedagogicamente “apetrechadas” para trabalhar com público invisual (dado que nunca receberam qualquer tipo de orientação técnica e/ou acção de formação sobre como trabalhar com este público), concluiu-se que a sua capacidade de intervenção aliada à mobilização de uma série de competências em acção, permite progressivamente dar respostas adequadas e viáveis às necessidades dos candidatos cegos e superar eventuais desafios nesse sentido. Permitiu ainda concluir que os instrumentos e materiais se apresentam como ferramentas fundamentais ao desempenho e progressão dos candidatos cegos (das quais se destacam o instrumento computador e o Programa Jaws) e não obstante ser essa a lacuna mais evidente do CNO do CNED em termos de acessibilidade, porém, ela é superada pelo trabalho desenvolvido conjuntamente entre os profissionais da equipa pedagógica e os candidatos, ao longo de todo o Processo de RVCC.

A esse propósito, julgamos pertinente destacar as boas práticas dos profissionais da equipa do CNO do CNED que já realizaram funções com público invisual e igualmente, dos profissionais que já não exercem funções no Centro (e que acompanharam os adultos cegos entrevistados), devendo tal destaque ser atribuído com especial ênfase às competências de adaptação, comunicação e relação amplamente mobilizadas, as quais resultaram num discurso extremamente positivo por parte dos inquiridos sobre a sua capacidade de acção e intervenção. Esta ressalva apresenta-se tão mais relevante, quando associada ao facto de que anteriormente à entrada no Centro, nenhuma das profissionais referidas, tinha exercido actividade profissional com candidatos cegos, bem como, após a integração no CNO e até à data, não tiveram acesso a qualquer tipo de orientação técnica específica e/ou acção de formação, sobre como trabalhar com público invisual.

Por sua vez, da perspectiva dos principais interessados nas condições de acessibilidade do Processo, os candidatos cegos, concluímos que as suas opiniões positivas não recaem somente sobre a satisfação para com a existência de mais uma via de qualificação ao seu dispor, mas igualmente sobre o facto de esta possibilitar um acompanhamento e apoio mais personalizado e sobretudo (e consequentemente), por se afirmar como uma oferta adequada às necessidades e especificidades do público invisual. Nesse sentido, as diversas evidências apuradas ao longo da investigação, deram conta da promoção de lógicas de acessibilidade e inclusividade, assentes num tratamento idêntico dos candidatos cegos, que passam por processos semelhantes de triagem, acompanhamento e trabalho, realizando o Processo (desde o início ao seu término) de forma análoga a todos os outros candidatos; deram igualmente conta da não discriminação dos candidatos cegos, sendo promovida a sua inclusão em turmas mistas, como medida resultante da política de trabalho e de organização do CNO do CNED; simultaneamente ilustraram a contribuição da equipa técnico-pedagógica para o apoio, acompanhamento e motivação dos candidatos cegos e para a promoção e demonstração das suas potencialidades e capacidades.

Tal como destaca o “Guia Metodológico” (Sousa et al, 2009:25), “as atitudes das pessoas que interagem com as pessoas com deficiências e incapacidades têm um peso muito significativo nos

processos de inclusão social”, tendo a investigação permitido concluir que a equipa profissional actua como factor imprescindível e determinante para a superação de eventuais dificuldades e/ou desafios pedagógicos e consequentemente, para que as condições de adaptação do Processo RVCC sejam asseguradas, tornando a oferta exequível para o público invisual.

Não obstante, registou-se contudo a necessidade de introdução de melhorias em termos de acessibilidade instrumental (do Processo RVCC) e acessibilidade arquitectónica (do CNO do CNED). Nesse sentido, ainda que na opinião das profissionais o grau de exigência do Processo não seja menor devido à inexistência de materiais, instrumentos e/ou suportes de avaliação adaptados às especificidades do público invisual, tal situação associada à impossibilidade dos candidatos cegos realizarem o seu PRA num suporte alternativo ao papel/negro, levou-nos a concluir a existência de lacunas que obstaculizam os direitos de igualdade de oportunidade e acessibilidade para os indivíduos privados do sentido da visão. De igual modo, as dificuldades de acesso nas imediações, mas sobretudo nas instalações do CNO do CNED, corroboram a afirmação anterior.

A esses níveis, identificámos como pontos de melhoria a necessidade de adaptação e actualização dos materiais necessários e indispensáveis à realização do Processo RVCC por parte de candidatos cegos, a introdução de materiais especificamente concebidos em função deste público e ainda, a criação de um repositório de materiais específicos.

Concomitantemente, com base na investigação realizada, sugerimos que o CNO do CNED deveria auscultar entidades diversas, desde entidades locais a outros CNO (nomeadamente os especializados na recepção de público invisual), bem como, estabelecer, desenvolver e dinamizar parcerias com as entidades especializadas e competentes para os efeitos de apoio aos Centros, designadamente, para as situações de prescrição, atribuição e financiamento de ajudas técnicas (centros especializados) e de criação e adaptação de materiais diversos (centros de recursos para a Inclusão).

Julgamos ser possível afirmar que a auscultação e solicitação de intervenção de entidades externas, contribuiria para uma maior qualidade do dispositivo inerente ao Processo RVCC, uma vez que tal como sublinha o “Guia Metodológico” (Sousa et al, 2009:21), “embora os produtos e tecnologias não possam eliminar as deficiências e incapacidades, podem remover eventuais limitações da funcionalidade, bem como favorecer a acessibilidade dos ambientes”, assumindo-se como facilitadores indispensáveis para potenciar as capacidades e desempenho dos indivíduos, assegurando a igualdade de direitos.

Por sua vez, no que se refere à avaliação do Processo com base nas alterações a processar no dispositivo, concluímos que as adaptações processadas dependem das necessidades e especificidades de cada candidato cego, sem porém colocarem em causa e/ou suprimirem qualquer complexidade e exigência implícita à oferta formativa.

Com base nos discursos das profissionais, verificámos que as alterações são pontuais, não se registando dificuldades significativas no contacto com público visual, prendendo-se as exigências mais prementes ao reforço das estratégias de comunicação (com especial incidência para a entoação, velocidade e reformulação do discurso) e ao auxílio aos candidatos que não dominam as Tecnologias de

Informação e Comunicação. No plano prático, as alterações gerais processadas no dispositivo, traduzem-se na necessidade de realizar sessões de trabalho com recurso ao (instrumento) computador, sessões de balanço de competências através de resposta oral e por fim, com a apresentação do tema na sessão de júri de certificação, sem recurso ao programa Power Point. No plano específico, concluímos (de acordo com o que se encontra já formalmente prescrito pelo “Guia Metodológico de Acesso para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade ao Processo RVCC – NB”), que somente no RVCC Básico está prevista a supressão e/ou adaptação de demonstração de determinadas competências do “Referencial”.

Objectivamente, uma vez que a “fronteira entre competências não adquiridas e actividades que não permitem a sua evidenciação é muito ténue” (Sousa et al, 2009:44), as considerações anteriores vão ao encontro desta premissa, evidenciando que “o impacto da adaptação tem apenas a ver com a forma de interacção entre o contexto e a pessoa, sem prejuízo da sua participação” (Sousa. et al, 2009:36), sendo o mais pertinente, compreender se o raciocínio dos candidatos está correcto e adequado às exigências solicitadas pela oferta formativa.

Por fim, a avaliação do Processo com base nas opiniões dos adultos cegos certificados<sup>19</sup> levou-nos a concluir que consideram esta via formativa interessante, por se traduzir numa formação mais pessoal, adequada operacionalmente (conteúdos e actividades) e metodologicamente (metodologia e instrumentos) ao seu público-alvo, evidenciando um grau de exigência e rigor consideráveis, não colocando limitações e/ou constrangimentos aos indivíduos com alterações nas funções da visão. Concluímos igualmente que ainda que o Processo exija bastante disponibilidade, abertura mental e um volume de trabalho significativo, esta via tem como mais-valias o facto de permitir a obtenção de qualificação de forma célere, mas sobretudo, de se encontrar adequada às necessidades e especificidades do público invisual.

Sumariando, a análise dos três eixos de aferição permitiu concluir que o Processo RVCC se encontra adaptado às necessidades do público invisual, encontrando-se asseguradas condições que fomentam os princípios de cidadania activa e equidade social e os direitos dos cidadãos, apresentando-se o dispositivo exequível para os sujeitos privados do sentido da visão<sup>20</sup>.

#### • ***Impacto do Processo RVCC vs. APL e desenvolvimento de projectos futuros educativos/formativos***

Tal como sublinha o “Referencial de Competências-chave para a Educação e Formação de Adultos – NS” (Gomes et al, 2006a:11), “o nível da educação de base condiciona fortemente a apetência e disponibilidade para investir em aprendizagens ulteriores e continuadas”. Simultaneamente, o nível de educação de base, condiciona e amplia a necessidade de (re)definição e (re)construção dos projectos dos indivíduos.

---

<sup>19</sup>A apreciação das condições de adaptação e exequibilidade do Processo RVCC quando administrado com público invisual, não poderia jamais dispensar as opiniões pessoais dos candidatos cegos certificados, tendo-se assumido este eixo de aferição como o mais relevante, uma vez que resultou da análise dos testemunhos de indivíduos que experienciaram desde o início ao seu término, o Processo RVCC.

<sup>20</sup>Registando-se contudo a necessidade de melhorias aos níveis da acessibilidade instrumental e arquitectónica.

Nesse sentido, o segundo objectivo da investigação consistiu em aferir o impacto da realização do Processo RVCC nos contextos de vida dos adultos certificados, tendo para o efeito sido considerados, os planos, pessoal, social e profissional.<sup>21</sup>

O conhecimento e análise dos efeitos desta oferta, teve como finalidades apurar em que medida as lógicas de aprendizagem ao longo da vida se vêm instituídas e fomentadas nos percursos e ambições de vida dos adultos cegos que tiveram oportunidade de aumentar o seu nível de qualificação através do Processo RVCC, bem como, verificar a repercussão do Processo na redefinição de projectos futuros educativos/formativos.

Nesse sentido, primeiramente no que se refere ao impacto do Processo, concluímos que os efeitos a nível pessoal foram extremamente benéficos para os adultos cegos certificados, tendo-se traduzido sobretudo na aquisição de mais conhecimentos (auto enriquecimento pessoal), maior consciência do seu percurso e história de vida (autoconhecimento), reconhecimento efectivo das suas capacidades e competências, muitas vezes desconhecidas e/ou ignoradas (autovalorização) e aumento considerável de auto-estima.

Por sua vez, no plano social, concluímos que os efeitos foram igualmente benéficos, na medida em que promoveram o reconhecimento dos adultos certificados por parte da sociedade, designadamente pelos elementos que compõem as suas redes de relações, originando consequentemente um aumento da sua auto-estima e uma maior valorização (pessoal) das suas capacidades e potencialidades. De igual modo, o facto de o Processo centrar a sua especificidade na autobiografia, com recurso à exploração das múltiplas capacidades do ser humano e à troca e partilha de experiências, permitiu uma mobilização efectiva das capacidades pessoais e interpessoais dos adultos, contribuindo por essa via para um reforço das suas competências relacionais.

Em segundo lugar, no que respeita à implementação e fomento de lógicas de aprendizagem ao longo da vida, foi possível concluir que o impacto do Processo teve influência positiva nas ambições futuras dos adultos cegos certificados, tendo resultado no reconhecimento das mais-valias da aposta em percursos pautados pela aquisição de mais educação/formação, como forma de adquirir e actualizar conhecimentos, capacidades e competências de ordens diversas.

Em terceiro lugar, concluímos que o aumento do nível de educação de base através do Processo RVCC, influencia de forma directa o desenvolvimento e redefinição dos projectos futuros educativos/formativos, fomentando nos certificados as lógicas de APL, as quais se traduzem num investimento em mais educação e formação, quer esta se manifeste pela realização de acções e/ou cursos de formação continua, quer pela procura de qualificação de nível superior à possuída<sup>22</sup>.

Em suma, a investigação permitiu concluir que o impacto do Processo RVCC na vida dos adultos cegos certificados é bastante positivo, na medida em que resulta em mais-valias de ordem pessoal e social, que se traduzem em efeitos benéficos de auto enriquecimento, autoconhecimento pessoal,

<sup>21</sup> As conclusões sobre o impacto do Processo RVCC a nível profissional são posteriormente identificadas e abordadas.

<sup>22</sup> As quais no caso de três dos quatro inquiridos se encontram actualmente a produzir efeitos práticos: dos três inquiridos, dois encontram-se actualmente a frequentar o nível de ensino Secundário, pela via do Processo RVCC, respectivamente no CNO do CNED e no CNO da Casa Pia de Lisboa, enquanto uma das inquiridas se encontra a realizar um Curso de Formação Continua na Fundação Raquel e Martin Sain.



autovalorização, reconhecimento social e reforço das capacidades e competências relacionais. Simultaneamente, permitiu legitimar a oferta formativa Processo RVCC enquanto via promotora de lógicas de APL e de desenvolvimento e redefinição de projectos educativos/formativos, tendo-se concluído que existe uma relação directa entre a tríade aumento da educação de base, reconhecimento da importância da APL e aposta em percursos pautados por mais educação e formação, os quais são efectivamente enfatizados pelos adultos certificados após a conclusão dos seus Processos RVCC.

- ***Repercussão do Processo RVCC vs. desenvolvimento de projectos futuros e melhoria da empregabilidade activa***

O terceiro e último objectivo da investigação, consistiu na aferição das repercussões da realização do Processo RVCC nos contextos de vida profissionais dos adultos cegos certificados.

O seu conhecimento e análise tiveram como finalidades apurar se a realização do Processo tem impacto ao nível profissional, mais precisamente, se fomenta o desenvolvimento e redefinição dos projectos futuros dos adultos cegos a título profissional, bem como, se contribui para a melhoria das condições de empregabilidade activa (e consequentemente, de melhor qualidade de vida).

Primeiramente no que se refere ao impacto do Processo RVCC no plano profissional, registámos duas situações distintas: à excepção de um dos adultos entrevistados (que afirmou que a realização do Processo RVCC não teve ou terá qualquer impacto no plano profissional, uma vez que se encontra em situação de reforma e actualmente desenvolve duas actividades profissionais em regime de *part-time*, como forma de ocupar os seus tempos livres e aplicar os seus múltiplos conhecimentos), os restantes consideraram os efeitos do Processo vantajosos em termos profissionais, podendo eles ser de carácter directo e imediato ou ainda, indirecto e espaçado no tempo.

De acordo com os discursos dos adultos cegos que referiram efeitos positivos da realização do Processo no plano profissional, concluímos que estes se traduzem fundamentalmente na noção de que a obtenção de certificação de “nível superior” actua como garantia de melhores condições de empregabilidade, como factor de acesso a actividades profissionais anteriormente “interditas” (por falta de qualificação), melhor preparação para situações futuras e ainda, por melhorias profissionais significativas, nomeadamente progressão na carreira/requalificação profissional.

Em segundo lugar, no que se refere à repercussão do Processo no desenvolvimento e redefinição de projectos futuros a título profissional, não foi possível apurar dados conclusivos, dado que somente no caso particular de uma das adultas entrevistada foi possível estabelecer uma relação directa entre impacto do Processo e desenvolvimento dos seus projectos profissionais.

Em terceiro lugar, no que respeita à contribuição do Processo (impacto) para a melhoria das condições de empregabilidade activa, registámos ainda duas situações distintas.

Em primeira instância, concluímos a evidência de harmonia entre a finalidade teórica do Processo de fomento das condições de empregabilidade, uma vez que os adultos certificados

consideraram que a aquisição de qualificação superior se traduz na garantia de acesso a actividades profissionais anteriormente interditas e ainda, numa melhor preparação para situações futuras (devido à mobilização e aquisição de competências diversas). Não obstante, em segunda instância, no que respeita efectivamente à concretização de condições de empregabilidade activa, somente foi possível apurar dados concretos face a uma das inquiridas, que alcançou a progressão na carreira.

A esse propósito, julgamos ser possível afirmar que o desenvolvimento de projectos a título profissional, encontram-se condicionados não só pelo aumento de certificação, mas sobretudo, pelas expectativas e ambições de vida dos certificados, sendo que factores como a idade, a etiologia e causas da falta de visão, a estrutura e apoio familiar, a independência e autonomia dos sujeitos, a actual condição socioeconómica, a experiência profissional (ou a sua inexistência), as saídas profissionais, a recepção por parte das entidades patronais, entre outros, são entendidos como “agentes de peso” que determinam as expectativas e ambições de vida dos certificados.

Em suma, é certo que o aumento do nível de qualificação dos certificados se traduz pelas contribuições de aquisição de mais conhecimentos, reforço da auto-estima, conhecimento e valorização pessoal, aposta em percursos pautados por mais educação/formação (APL), bem como, pela conscientização das mais-valias da obtenção de certificação, que configuram melhores oportunidades em termos de empregabilidade; todavia, no caso da amostra em estudo, a investigação realizada permitiu concluir que as repercussões do Processo a nível profissional não são definitivamente satisfatórias, não sendo possível atribuir uma relação directa entre a tríade impacto do Processo, redefinição de projectos futuros profissionais e melhoria efectiva das condições de empregabilidade activa.

Tal “questão” assume especial relevância, se atentarmos no facto de que para além do “objectivo de qualificação escolar/profissional, a rede de Centro Novas Oportunidades tem também como objectivo a integração dos adultos certificados em processos subsequentes de educação, formação e/ou emprego, valorizando uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida e de empregabilidade activa” (Simões e Freire et al, 2008:9).

Nesse sentido, assumindo-se como pista de investigação futura, seria vantajoso compreender se as conclusões anteriormente apuradas, seriam distintas caso a amostra fosse mais expressiva, ou se em oposição, se verificariam resultados relativamente idênticos, evidenciando-se desse modo uma clara lacuna na correspondência no plano prático, com a finalidade teórica de concretização de condições de empregabilidade activa.

### **7.1.3 Argumentações finais**

Finda a exposição das conclusões da investigação, importa salientar que estas não encerram em si verdades absolutas, nem poderão ser assumidas como generalizações efectivas face ao Processo

RVCC, suas condições de adaptação e exequibilidade, impacto e repercussão nas ambições e projectos futuros dos adultos cegos certificados.

Elas assumem-se antes como o cômputo das considerações mais pertinentes, apuradas com base numa amostra particular composta por adultos cegos certificados e profissionais da equipa técnico-pedagógica, ambos actores directamente ligados ao contexto específico do CNO do CNED, que através de um esforço crítico de reflexão, contribuíram para a construção do presente trabalho.

Como tal, resultam da conjugação de uma série de informações subjectivas, mas válidas e pertinentes, que devem ser lidas e entendidas à luz de uma reflexão e problematização sobre os desafios pedagógicos subjacentes à realização do Processo RVCC com público invisual.

Do mesmo modo, devem ser entendidas como uma tentativa de explorar a relação entre a essência ideológica e pragmática da oferta Processo RVCC, enquanto via promotora de lógicas de aprendizagem ao longo da vida, (re)definição de projectos vocacionados, empregabilidade activa e consequentemente, dos direitos fundamentais dos cidadãos portugueses, nomeadamente, os cidadãos portadores de deficiência visual, configurando uma estratégia plena de cidadania.

Não obstante os dados do estudo não poderem ser generalizados à totalidade dos CNO que compõem a actual rede nacional, julgamos ser da responsabilidade destas entidades e respectivas equipas profissionais promover as práticas de inclusão e abertura apuradas nesta investigação, bem como, “conhecer de perto e divulgar por todos os meios as reais potencialidades das pessoas cegas, ao nível das diferentes áreas que permitem a sua plena concretização e desenvolvimento integral” (Guerreiro, 2000:59).

Em suma, indubitavelmente “o contexto e as interacções são (...) factores de relevo fundamentais em todo o processo de formação e consolidação das competências” (Gomes et al, 2006: 35), bem como, para a garantia e promoção dos direitos dos cidadãos, podendo actuar como agentes facilitadores ou obstacularizantes nos percursos de vida dos indivíduos, sendo naturalmente esta premissa válida para todos os sujeitos e situações de vida.

É em concordância com o exposto, que o “Guia Metodológico de acesso para as Pessoas com Deficiência e Incapacidade ao Processo RVCC – NB” destaca que “reconhecer diferentes funcionalidades [e] agir (...) numa lógica de individualização e flexibilidade, constituem condições fundamentais para assegurar a participação de todos os cidadãos, garantindo igualdade de oportunidades, de participação e de condição, numa lógica de “sociedade cidadã”, assegurando a plena inclusão social de todos, independentemente da condição funcional” (Sousa et al, 2009:32), concluindo-se que o Processo RVCC se apresenta como um excelente exemplo.

Em síntese e parafraseando Sá Chaves (2005, cit in Gomes et al, 2006b:28), a importância e influência da “formação ao longo da vida não é nem mito, nem utopia, nem apenas figura de retórica, mas sim uma real possibilidade e um desejável e aliciante desafio”.

## **CAPITULO VIII – Sugestões de melhoria da investigação**

### **8.1 Sugestões de melhoria face à intervenção da equipa técnico-pedagógica com público invisual**

Através da realização do estudo, foi possível concluir que a oferta formativa Processo RVCC (administrada no contexto particular do CNO do CNED) se apresenta como uma via adequada e exequível face ao público invisual, consagrando condições significativas de acessibilidade, bem como, garantindo a promoção da igualdade de oportunidades, participação e condição deste público em especial.

Nesse sentido, é necessário ressaltar que quer a operacionalização, quer a instrumentalização do Processo RVCC, não acontecem no “vazio”, tendo por isso a intervenção da equipa técnico-pedagógica, um papel fundamental na promoção e garantia das condições de acessibilidade e exequibilidade desta oferta formativa.

Como tal, é pertinente destacar as boas práticas quer dos actuais elementos da equipa técnico-pedagógica do CNO do CNED que já realizaram funções com o publico invisual, quer ainda dos profissionais que já não exercem funções no Centro, mas foram lembrados pelos candidatos cegos certificados ao longo das suas entrevistas.

Tal destaque deve ser atribuído com especial ênfase às competências de adaptação, comunicação e relação, amplamente mobilizadas pelos profissionais citados, as quais resultaram num discurso extremamente positivo por parte dos adultos certificados sobre a sua capacidade de acção e intervenção com público invisual e consequentemente, sobre a adequação da oferta formativa Processo RVCC, às suas necessidades e capacidades específicas.

Não obstante, foi passível de identificar um conjunto de sugestões de melhoria, destinadas à intervenção da equipa técnico-pedagógica.

Tal como defende Cardim (1990:11), “o espaço de intervenção (...) deve ser sempre analisado de uma forma sistemática”, sendo que a “pesquisa de necessidades (...) é tarefa de todos (...) e deve fazer parte integrante da sua actividade quotidiana”.

Nesse sentido, a identificação de necessidades latentes, resultou da aplicação de metodologias distintas e do cruzamento de informações diversas, tendo a apreensão e obtenção de dados ocorrido quer de forma directa, quer de forma indirecta.

No que se refere à identificação de necessidades de forma directa, importa referir que esta derivou essencialmente da aplicação da opção metodológica de realização de entrevistas semi-directivas, a (5) elementos da actual equipa técnico-pedagógica do CNO do CNED e consequentemente, da análise e interpretação dos discursos produzidos.

Para esse efeito, foram consideradas as informações das profissionais inquiridas, sobre um conjunto de aspectos pertinentes, sendo eles nomeadamente: orientações recebidas sobre como trabalhar com público invisual, actuais necessidades de formação face a este público, conhecimento de materiais específicos para público invisual, opinião face ao interesse de realização de um conjunto de

acções de formação específica, dirigidas exclusivamente ao público com incapacidade visual e política de cooperação com outros Centros e/ou estabelecimento de parcerias.

Por outro lado, no que se refere à identificação de necessidades de forma indirecta, importa referir que esta derivou essencialmente da realização de observações diversas de carácter naturalista, da participação em (algumas) actividades quotidianas dos CNO e igualmente, da análise e interpretação de dados resultantes de processos de triangulação de fontes.

Para esse efeito, foram consideradas as informações obtidas através da realização de observações de sessões do Processo RVCC, da auscultação de materiais disponíveis e condições existentes no CNO do CNED para o público invisual e ainda, do cruzamento de informações referentes às acções e intervenções prescritas por diversos documentos formais (dos quais se destaca o Guia Metodológico de Acesso para as Pessoas com Deficiências ou Incapacidade ao Processo RVCC) e ao que de facto ocorre na realidade.

A constante necessidade de actualização de conhecimentos, estratégias e intervenções por parte das equipas profissionais dos CNO, assume-se não só como imperativo indispensável ao desenvolvimento de identidades e atitudes profissionais activas e prospectivas (Cardim, 1990:110), mas simultaneamente, à promoção e garantia de (melhores) condições de acessibilidade e exequibilidade do Processo RVCC, face a públicos específicos.

Com base no exposto, pretendeu-se essencialmente identificar sugestões de melhoria úteis e adequadas, que contribuíssem para o aperfeiçoamento dos conhecimentos pedagógicos da equipa profissional do CNO do CNED, mais concretamente sobre a temática do Público Invisual.

Ainda que não tenha sido possível realizar a pesquisa de necessidades face a todos os elementos que compõem actualmente a equipa técnico-pedagógica do CNO do CNED, parece possível afirmar que as sugestões de melhoria apresentadas poderão ser igualmente relevantes para os elementos que não foram inquiridos, dado que estes correspondem aos profissionais do Centro que até à data nunca realizaram funções com candidatos cegos.

Por outras palavras, ainda que a identificação das necessidades apurada neste estudo não esteja completa, as sugestões de melhoria apresentadas afiguram-se relevantes para a totalidade dos elementos que compõem a equipa do Centro, dado que se apresentam como (possíveis) estratégias para uma preparação mais eficaz relativamente ao desenvolvimento de acções e intervenções com público invisual.

- **1ª Sugestão de melhoria**

A primeira sugestão de melhoria passa pela identificação da necessidade de concepção de um pequeno projecto, dirigido à equipa técnico-pedagógica do CNO do CNED e centrado exclusivamente na temática do público invisual. Preferencialmente, o miniprojecto deveria ser composto de forma equitativa por uma componente teórica-prática.

No que se refere à componente teórica, sugere-se a realização de acções de formação de curta duração, predefinidas e dirigidas à temática do Público Invisual, designadamente acções de formação de tiflotecnologia, materiais e software específico para público invisual e ainda, comunicação para linguística (indo estas ao encontro dos interesses e gostos pessoais manifestados pelas profissionais inquiridas).

No que respeita à componente prática, sugere-se a realização de actividades de role-play, actividades de debate, actividades de exploração e ainda uma visita a um CNO, especializado na recepção de público invisual.

Relativamente à actividade proposta de realização de visita a um CNO especializado na recepção de Público Invisual, importa referir que esta deveria ocorrer preferencialmente no CNO da Casa Pia de Lisboa. Tal opção é legitimada pela ampla experiência de intervenção do Centro condição que deriva, do facto de ter sido um dos seis primeiros CNO a ser implementado a nível nacional e igualmente, um dos primeiros Centros reconhecido como especializado na recepção de público invisual. A proximidade geográfica do CNO da Casa Pia de Lisboa, face ao CNO do CNED, uma vez que se encontram situados no mesmo distrito – Lisboa – é igualmente um motivo de sugestão deste Centro para a realização da actividade de visita a um Centro Novas Oportunidades especializado na recepção de público com incapacidade visual.

- **2ª Sugestão de Melhoria**

A segunda sugestão de melhoria está associada à necessidade de estabelecimento e desenvolvimento de parcerias, acordos informais de cooperação, política de cooperação com outros CNO e, igualmente, participação e dinamização de encontros InterCNO, direccionados para a temática do Público Invisual.

Após se concluir que actualmente o CNO do CNED não possui parcerias e/ou acordos informais com entidades relacionadas e/ou que intervêm com público invisual, sugere-se a formalização de contactos nesse sentido, com vista a uma série de vantagens, das quais se destacam:

- informação actualizada de ofertas formativas a decorrer;
- informação actualizada sobre as condições físicas, materiais e relacionais de diversas entidades para onde possam (eventualmente) ser encaminhadas pessoas com incapacidades visuais;
- conhecimento a nível local da distribuição de oferta formativa e consequentes entidades que a promovem;
- vantagens de celeridade relativamente à obtenção de esclarecimentos diversos;
- avaliação das condições de acessibilidade ao Centro para públicos invisuais e identificação de eventuais sugestões de melhoria a adoptar (através da auscultação de entidades parceiras e respectiva solicitação de pareceres);

- obtenção de informações pertinentes relacionadas com a prescrição, aquisição e financiamento de ajudas técnicas/produtos de apoio;
- informações e prestações de serviço relativas à criação e/ou adaptação de materiais;
- e por fim, possibilidade de recurso (de forma célere e confiante) a entidades reconhecidas no desenvolvimento de intervenção com público invisual, através da introdução e participação de técnicos competentes e especializados, no Processo RVCC e em actividades subjacentes a este.

Ainda no que se refere ao estabelecimento e desenvolvimento de parcerias e/ou acordos informais de cooperação, sugere-se especialmente a celebração de acordos quer com os Centros Especializados, quer com os Centros de Recursos para a Inclusão, existentes e disponíveis à escala local.

No que respeita ao estabelecimento de políticas de cooperação com outros CNO e igualmente, à participação e dinamização de encontros InterCNO, direccionados para a temática do público invisual, sugere-se a introdução destas medidas na política estratégica do CNO do CNED, dado permitirem fundamentalmente:

- o conhecimento de outras realidades, distintas das praticadas no contexto do CNO do CNED;
- uma constante actualização de informações e procedimentos diversos;
- a troca e partilha de experiências positivas e construtivas face à intervenção “passível” de realizar com públicos invisuais;
- o reforço do debate sobre eventuais dificuldades sentidas pelos profissionais e/ou sobre o equacionamento de possíveis sugestões de melhoria;
- uma sensibilização para situações, condições e temáticas ainda não equacionadas;
- bem como, uma (maior e melhor) preparação para desafios futuros, implícitos ao desenvolvimento de actividade profissional com públicos com especificidades e necessidades particulares, como é o caso do público com alterações das funções da visão.

Ainda no que se refere ao estabelecimento de políticas de cooperação com outros CNO e à participação e dinamização de encontros InterCNO, sugere-se especialmente a celebração de “contratos” com entidades locais, bem como, o estabelecimento de convites pontuais a entidades e técnicos, que desenvolvam a prestação de serviços diversos ao público invisual.

Em suma, a sugestão de melhoria apresentada, preconiza a necessidade de concepção e promoção de uma rede de trabalho integrada e inclusiva, que com base nos princípios da participação e colaboração, permita uma abertura e recurso aos parceiros locais, servindo-se dos contributos do diálogo, da experiência e dos apoios especializados e contextualizados (provenientes de diversas áreas e actores), para o reforço das condições de acessibilidade e igualdade de oportunidades, por parte do público com incapacidade visual, às áreas da Educação e da Formação.

- **3ª Sugestão de Melhoria**

A terceira sugestão de melhoria diz respeito à necessidade de criação de um repositório de materiais didático-pedagógicos, adaptados ao público invisual.

Esta sugestão de melhoria prevê a criação de um repositório que integre fundamentalmente informação produzida em suporte papel, nomeadamente com caracteres ampliadas, com relevo e em suporte Braille e ainda, em suporte áudio.

No repositório deverá ser incluída documentação formal, actividades diversas do Processo RVCC e referentes a todas as Áreas de Competências, informações dos Referenciais de Competências-chave (NB e NS), informações sobre pistas/critérios de evidência, exemplares de portfólios reflexivos de aprendizagens (disponibilizados através de consentimento de candidatos cegos certificados), podendo ainda ser introduzidos materiais de lazer, tais como cartas em Braille, jogos de damas e xadrez, dominó em relevo, livros em suporte Braille ou áudio, entre outros (Sousa et al, 2009:49).

Numa fase inicial, sugere-se a articulação do CNO do CNED com entidades especializadas no trabalho e intervenção com público invisual, dos quais se destacam os CNO especializados na recepção de público invisual, os Centros Especializados e os Centros de Recursos para a Inclusão, no sentido de identificar os materiais fundamentalmente indispensáveis à criação do repositório.

Sugere-se igualmente o aconselhamento e estabelecimento de contactos com o Centro de Recursos para Educação Especial da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e as Edições Braille do Centro Professor Albuquerque e Castro da Santa Casa da Misericórdia do Porto, para as situações em que seja necessária a criação e adaptação de materiais e/ou a disponibilização de ajudas técnicas/produtos de apoio (Sousa et al, 2009:52).

- **4ª Sugestão de Melhoria**

A quarta e última sugestão de melhoria consiste na identificação da necessidade de concepção e aplicação de inquéritos de satisfação aos futuros candidatos cegos que frequentem e concluem a oferta formativa Processo RVCC, no CNO do CNED.

Com base na construção de um dispositivo composto por questões coerentes, sobre um conjunto de variáveis relevantes e que contribuem para as condições de acessibilidade e exequibilidade da oferta em causa para os públicos com incapacidade visual, a aplicação dos inquéritos de satisfação visaria uma apreciação justa das condições existentes, bem como, a identificação de eventuais sugestões a serem introduzidas e que eventualmente não foram equacionadas.

A apreciação de aspectos relacionados com as condições de operacionalização e instrumentalização do Processo RVCC, condições físicas e de acessibilidade do Centro, importância da intervenção da equipa técnico-pedagógica, necessidade de introdução de ajudas técnicas/produtos de apoio, deverão ser variáveis a considerar, devendo igualmente ser exploradas outras variáveis que



evidenciem relevância para a apreciação do Processo RVCC, da equipa técnico-pedagógica e ainda, do CNO do CNED.

A aplicação dos inquéritos de satisfação, deveria ser disponibilizada em suporte digital, permitindo autonomia aos candidatos no que se refere ao seu autopreenchimento, devendo ainda ser estipulado um prazo máximo para a sua entrega, que respeite o tempo de apreciação dos inquiridos, mas que permita igualmente que as memórias não sejam “esbatidas”.

Os dados obtidos através da aplicação dos inquéritos de satisfação deveriam ser compilados em base de dados própria, sugerindo-se que o seu tratamento produzisse um balanço semestral e/ou anual (mediante o afluxo de candidatos cegos ao Centro).

As conclusões obtidas deveriam ainda ser alvo de debate e reflexão por parte da equipa Técnico-pedagógica, em tempo útil após a sua emissão, bem como, que a sumula dos balanços obtidos deveria ser introduzida na página oficial da Internet (site) do CNO do CNED, permitindo assim o acesso a este tipo de informação e simultaneamente, à actualização da mesma.

## REFLEXÃO CRÍTICA

Sabemos que todas as situações e experiências carregam em si um potencial formativo e consequentemente transformador, mas para que o ser humano reconheça este potencial na sua plenitude, é necessário reflectir sobre o que vivenciou.

Nesse sentido, a realização deste trabalho permitiu-me sem dúvida experienciar momentos formativos e que me transformaram na positiva, bem como me mostraram o quanto ainda tenho e acredito que vou evoluir. A esse propósito, destaco as aprendizagens/reflexões que fiz em três níveis distintos: académico, profissional e pessoal.

Em termos académicos, ainda que este não tenha sido o meu primeiro trabalho (de campo), o mesmo mostrou-me mais uma vez a importância das variáveis organização e planificação, da necessidade de traçar um rumo e a partir do mesmo ir prosseguindo.

Confesso que no início do estágio, o mesmo não foi pautado por estes factores, o que me deixou algo à deriva e que de certa forma entendi como sendo natural. Não entendo que os problemas residam na existência de caos (o qual julgo ter também um potencial formativo), mas sim, nas situações em que não conseguimos superar esse mesmo caos, simplificando-o progressivamente e colocando-o ao serviço do que pretendemos atingir.

Após alguma confusão e indecisão, julgo ter conseguido encontrar o meu rumo. A verdade é que a organização e planificação acabaram por superar o pânico inicial e o recurso a técnicas de recolha e interpretação de dados mostraram-se fundamentais.

Em termos académicos, para além de ter aprendido o que se espera exactamente de um relatório de estágio, julgo que a aprendizagem mais importante que retirei/reforcei é que um dos segredos para o sucesso de um trabalho, reside exactamente nessa relação de caos/equilíbrio que vamos experienciando e superando com o auxílio de métodos de organização e planificação.

Hoje sinto-me satisfeita com o relatório apresentado; não obstante, sei que se o redigisse novamente estaria mais completo e preciso, o que entendo ser fruto da experiência e capacidade que adquirimos e desenvolvemos para nos avaliarmos e aperfeiçoarmos constantemente, na tentativa de fazer sempre melhor.

Por outro lado, em termos profissionais, a realização deste trabalho proporcionou-me ganhar uma maior consciência sobre os fenómenos e processos educativos/formativos e ainda, aumentar os meus horizontes profissionais.

Um dos motivos de ter optado pela realização de um estágio num CNO e pelo estudo da oferta formativa Processo RVCC, foi exactamente o facto de ambas as realidades me serem desconhecidas, o que naturalmente suscitou a minha curiosidade.

Nesse sentido, após conhecer a missão, objectivos e operacionalização do Processo RVCC pude compreender algo que me fazia inicialmente muita confusão, designadamente de que forma a experiência (através dos conhecimentos, capacidades e competências adquiridas e mobilizadas) pode ser convertida na obtenção de uma qualificação/certificação.

Hoje conheço e compreendo toda a lógica subjacente a esta oferta e sinto-me confiante ao afirmar que a sua ideologia é uma fórmula de sucesso. A verdade é que as nossas experiências são de facto formativas, na medida em que nos moldam e nos ensinam a actuar e nos tornam mais capazes de enfrentar situações futuras, de resolver problemas, de nos fazer superar obstáculos; reflectir sobre as mesmas, sobre o efeito que tiveram sobre nós, sobre o que de novo elas nos trouxeram, sobre o que com elas conseguimos alcançar, é condicionante indispensável para o nosso aperfeiçoamento a todos os níveis.

Consequentemente, a validação/avaliação das experiências e competências com base num instrumento de referência construído de forma organizada, metódica e coerente (Referencial de Competências-chave), não resulta em algo subjectivo, mas sim numa realidade objectiva e comprovada, que permite uma maior capacitação do individuo em termos pessoais e sociais (auto-conhecimento, auto-valorização, auto-estima), mas igualmente, lhe proporciona condições para uma melhor qualidade de vida, ao garantir-lhe uma qualificação/certificação legal e formalmente reconhecida pelos sistemas de educação/formação actuais.

Por outro lado, o acesso a actividades profissionais que desconhecia tais como Técnico de Encaminhamento e Diagnóstico, Profissional de RVCC e Formador (do Processo RVCC), permitiu-me não só conhecer de perto as responsabilidades e funções que lhes estão subjacentes, mas igualmente, perceber que são áreas nas quais gostaria de desenvolver a minha intervenção e aplicar os conhecimentos e capacidades que adquiri através da minha área de formação de base.

A esse propósito, destaco três razões aliciantes: para além das três actividades terem uma relação directa com as Ciências da Educação e a Formação de Adultos, percebi que as exigências e responsabilidades que lhe estão implícitas, contribuem para potenciar e estimular diariamente as capacidades (pessoais e relacionais) dos profissionais, exigindo-lhes um esforço e postura constante de cooperação e de trabalho de equipa; por outro lado, não exagero quando afirmo que a actuação destes profissionais privilegia de facto o individuo como “objecto” central do e no processo educativo/formativo, sendo as suas intervenções fundamentais e decisivas para assegurar a motivação e empenho dos candidatos que recebem e orientam. O facto de todos os candidatos serem acompanhados pelos profissionais das áreas anteriores, permite não só um conhecimento real sobre cada individuo, mas acima de tudo um sentimento de que a orientação e auxilio não parte “somente” de um professor e/ou formador, mas sim de uma grande equipa.

A coesão do trabalho desenvolvido por todos e os métodos pedagógicos desenvolvidos num CNO apresentam-se como condições sine qua non quer para o sucesso da sua equipa, quer para a progressão e estímulo dos candidatos que ao Centro acorrem.

Por fim, em termos pessoais aprendi que a pro-actividade e, uma atitude voltada para a resolução de problemas é fundamental. Ao longo do meu estágio deparei-me com algumas dificuldades agora já superadas, mas confesso que se tivesse mantido uma atitude mais proactiva e/ou de maior tentativa de resolução de problemas, algumas situações não teriam ocorrido ou não se teriam manifestado tanto. Por outras palavras, julgo ter sentido os obstáculos que qualquer pessoa que realiza

um trabalho de investigação sente e passa, porém, acredito que uma atitude de “ataque directo” é sempre mais eficaz do que limitarmo-nos a pensar no problema sem actuarmos imediatamente com vista à sua resolução.

Considero que esta foi sem sombra de dúvidas a maior aprendizagem que realizei com a construção deste trabalho.

Por outro lado, apreciei bastante o facto da temática tratada me permitir desenvolver reflexões e raciocínios sobre uma realidade e um público-alvo que considero muito interessante, os cidadãos portadores de deficiência, designadamente neste caso, de deficiência visual.

Ainda que na minha opinião não existam diferenças entre pessoas portadoras de deficiência (termo que considero depreciativo e que utilizei ao longo do trabalho somente por ser actualmente considerado adequado) e não portadoras, a verdade é que considero que as primeiras são sempre sujeitas a uma maior pressão, a um sem número de obstáculos e a uma necessidade maior de provar o que são e valem e é nessa luta que lhes vejo uma riqueza de carácter e de expressão extraordinária, motivadora e formativa para quem os acompanha e com eles priva.

Com a realização deste trabalho tive oportunidade de me relacionar com pessoas com baixa visão e com falta de visão e diariamente me fascinei com a sua força de vontade, bem como, me entristeci com situações que me retrataram e que não deveriam ter experienciado.

Foi para eles também que construí o meu trabalho, numa tentativa de dar voz a quem na maioria das vezes não é ouvido, por alegadamente “dar muito trabalho” e não se “estar preparado para receber”.

Sem me querer alongar muito, os direitos e deveres são e têm de ser iguais para todos e a sociedade nunca será verdadeiramente inclusiva enquanto esta premissa não for inculcada em todos, levando-nos a promover um mundo onde as barreiras sejam as menores possíveis.

A esse propósito, a realização deste trabalho permitiu-me entender que o respeito e garantia dos deveres e direitos de todos os cidadãos, em especial dos portadores de deficiência, têm relação directa com a personalidade e formação de base das pessoas e da sociedade civil, mas sobretudo, com as experiências e a formação que lhes é proporcionada.

Percebi igualmente, por situações retratadas e que infelizmente não pude explorar neste trabalho, que é urgente, necessário, obrigatório, dar um rosto e voz ao conceito de deficiência (ou que a ela está subjacente), desmistificando-o cada vez mais, dando a conhecer as potencialidades e capacidades de todas as pessoas.

A esse respeito percebi ainda que cabe igualmente aos portadores de deficiência evidenciar as suas capacidades e competências, manifestando assim uma atitude positiva e pedagógica face à sociedade civil e suas entidades representativas

É nesse sentido que considero que a temática do estudo me despertou ainda mais para as questões da cidadania e me permitiu dar destaque aos valores que considero estarem implícitos ao campo das Ciências da Educação, mais concretamente, à necessidade de promover a Educação e a Formação, com base em aprendizagens continuas, vocacionadas e holísticas, em prol da afirmação e

reforço dos direitos e deveres fundamentais e de cidadania (tais como o direito à educação, à formação, ao respeito e à igualdade de oportunidades e de participação em todas as dimensões da vida humana).

Realizar este trabalho reforçou em mim a convicção de que é da responsabilidade das Ciências da Educação enquanto campo e área, bem como do seu corpo de Licenciados, Mestrados, Doutorados e profissionais afectos, actuar no sentido de garantir uma maior e melhor qualidade na prestação de serviços ligados directa e indirectamente aos processos educativos, formativos e transformativos da pessoa humana.

Consequentemente, considero que cabe às Ciências da Educação e ao seu corpo de profissionais, utilizar a investigação ao serviço da produção de conhecimento, procurar incessantemente estratégias e medidas criativas e inovadoras que garantam uma configuração justa, adaptada e exequível das ofertas educativas/formativas e das acções de carácter lúdico/didáctico, contribuir para a sensibilização das sociedades, comunidades e sistemas diversos face às mais-valias das lógicas de APL, bem como, promover a perspectiva de que a educação e a formação devem ser entendidas como fenómenos emancipadores e potenciadores das capacidades e competências do ser humano, enquanto pessoa, enquanto ser social e enquanto ser de uma sociedade.

A Educação e a Formação por si só, não resolvem as drásticas transformações a que o mundo está sujeito, os diversos problemas das sociedades, nem a constante necessidade de actualização de conhecimentos e saberes que se exige a todo e qualquer cidadão. Do mesmo modo, a aprendizagem ao longo da vida, não se apresenta como ingrediente único para a superação de todos os “males” anteriormente referidos. Contudo, sendo finalidade máxima da educação “contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade” (Delors et al, 1999:89-102), esta deve ser necessariamente encarada pelas sociedades como ferramenta ao serviço da melhoria das condições e qualidade de vida.

Concomitantemente, tal como defende Reino (1992, cit in Guerreiro, 2000:59), “há que promover uma progressiva mas firme evolução ideológica que torne efectivamente possível uma autêntica mudança de atitudes, no plano social e individual”. Mas a mudança de atitudes pressupõem antes de mais, uma mudança de mentalidades, sendo a interiorização por todos, da necessidade de adopção e promoção do modelo psicossocial, condição *sine qua non* para tal (Sousa et al, 2009:25).

Ainda que esse processo seja lento e gradual, só o saber, o conhecimento, o domínio das áreas sociais, a mobilização de estratégias e capacidades de ordens diversas, o estabelecimento de parcerias e a promoção de uma cultura cívica e inclusiva, tornarão os sujeitos minimamente aptos e competentes para se desenvolverem harmoniosamente, afirmando-se como a única via passível de promover e revitalizar o desenvolvimento e o progresso das tão desejadas sociedades sãs e inclusivas.

A barreira que separa o desempenho desejável do desempenho real, é tão maior, quanto maior for a capacidade de imaginação, inovação, criatividade e “vontade de crescer” e nesse sentido, o desempenho desejável, não se torna uma meta inalcançável, mas sim, uma meta que exige a conciliação de esforços, recursos e actores, no sentido de procurar e promover continuamente a excelência, não só dos produtos, mas em especial, dos processos.

Incontestavelmente, a resposta a este desafio global só poderá ser conseguida através do recurso à educação, com especial incidência para o fomento das quatro aprendizagens fundamentais: “aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as actividades humanas; finalmente, aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas um, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contacto, de relacionamento e de permuta” (Delors et al, 1999:89-102).

Em suma, a realização deste trabalho reforçou a minha convicção de que cabe à Educação e à Formação como máximos agentes promotores do ser humano e da sua capacidade de transformar o mundo, procurar constantemente formas de afirmação destes direitos e valores, de modo a que a satisfação de todas as necessidades seja contemplada e sejam obtidas respostas úteis, coerentes e viáveis à sua superação.

Tal como sustenta Dominicé (1988:140, cit in Canário, 1999:116), “já não se trata de aproximar a educação da vida (...) mas de considerar a vida como o espaço da educação” e nesse sentido “só o ser humano, com compreensão, tolerância e solidariedade, como única, complexa e inteligente «máquina» pensante e actuante, poderá acessibilizar o inexaurível mundo da informação e da cultura, no âmbito de um (...) novo e alargado paradigma comunicacional, a todos os cidadãos” (Guerreiro, 2000:298), independentemente da sua diversidade funcional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação - Um guia prático e crítico*. Porto: Edições ASA (1ª Edição). Coleção Em Foco.

Amorim, M. L. C. (2006). Construção e Adaptação de um Teste de Atenção para Indivíduos com Deficiência Visual. Estudo baseado no Teste de Atenção de Bams. Tese de Mestrado em Ciências do Desporto. Área de Especialização em Actividade Física Adaptada. Faculdade de Desporto. Universidade do Porto.

Bentes, M. J. P. (2005). *O Processo de RVCC em Portugal – Reflexão sobre a sua implementação nos Centros que iniciaram a actividade até 2004. Educar e Formar – Mutações e Convergências de um Campo Profissional*. Tese de Mestrado em Ciências da Educação. Área de Especialização em Formação de Adultos. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Lisboa.

Boterf, G. L. (2005). *Construir as competências e colectivas: Resposta a 80 questões*. Porto: Edições ASA (1ª Edição). Coleção Ficheiros Pedagógicos para Professores.

Canário, R. (1999). *Educação de Adultos: Um Campo e uma Problemática*. Lisboa: Educa e Autor (2ª impressão).

Canelas, A. M. (2007). *Carta de Qualidade dos Centros Novas Oportunidades*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P. (1ª Edição).

Cavaco, C. J. D. (2008). *Adultos Pouco Escolarizados. Diversidade e Interdependência de Lógicas de Formação*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação. Área de Especialização em Formação de Adultos. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Lisboa.

Costa, J. A. P. F. (2005). *Competências Adquiridas ao Longo da Vida – Processos, Trajectos e Efeitos*. Tese de Mestrado em Educação. Área de Especialização em Educação de Adultos. Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho.

Dicionário Universal de Língua Portuguesa (2007). *Novo dicionário da Língua Portuguesa (Conforme acordo ortográfico)*. Lisboa: Texto Editores Lda. 1ª Edição. 1ª Tiragem.

Faure, E. (1972). *Learning to be: The world of education today and tomorrow*. Paris: UNESCO.

Finger, M., ASÚN, J.M. (2003). *A Educação de Adultos numa Encruzilhada – Aprender a nossa saída*. Porto: Porto Editora.

Foody, W. (1996). *Como perguntar. Teoria e Prática da construção de perguntas para entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta.

Gomes, M. C. (2006). *Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos – nível Secundário*. Lisboa: Direcção-Geral de Formação Vocacional (DGFV).

Gomes, M. C. (2006). *Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos – nível Secundário: Guia de Operacionalização*. Lisboa: Direcção-Geral de Formação Vocacional (DGFV).

Guerreiro, A. D. (2000). *Para uma nova comunicação dos sentidos – Contributos da Tecnologização da Tiflografia para a Ampliação dos Processos Comunicacionais*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

INR, IP. (2009). *Pessoas com deficiências ou incapacidade: uma estratégia para a promoção dos direitos e a qualidade de vida*. Lisboa: Instituto Nacional para a Reabilitação. Coleção informar, nº 4.

Meignant, A. (2003). *A Gestão da Formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2ª Edição. Coleção: Gestão e Inovação.

Perrenoud, P. (1993). *Práticas Pedagógicas, Profissão Docente e Formação. Perspectivas Sociológicas*. Lisboa: Dom Quixote/ IIE.

Pires, A. L. O. (2005). *Educação e Formação ao Longo da Vida: Análise Crítica dos Sistemas e Dispositivos de Reconhecimento e Validação de Aprendizagens e de Competências*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Coleção Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas.

Quivy, R.; CAMPENHOUDT, L. V. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Simões et al (2008). *Metodologia de Acolhimento, diagnóstico e encaminhamento de adultos: Centros Novas Oportunidades*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P. (1ª Edição). Coleção Recursos e Dinâmicas.

Sousa et al (2009). *Guia metodológico para o Acesso das Pessoas com Deficiências e Incapacidades ao Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – nível Básico*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P.. 1ª Edição.



## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - LEGISLAÇÃO**

Decreto-lei nº. 387/99, 28 de Setembro de 1999 - Cria a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, como instituto público.

Despacho nº. 9629/2001, 8 de Maio de 2001 - Aprova o Regulamento que estabelece o processo de acreditação das entidades com potencialidades para promoverem os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Portaria Nº. 1082-A/2001, 5 de Setembro de 2001 - Cria a Rede Nacional de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Despacho Nº. 919-A/2001, 8 de Outubro de 2001 - Cria os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, com início de actividade em 2001 e 2002 (6+22+14).

Portaria nº. 286-A/2002, 15 de Março de 2002 - Introduce alterações ao Regulamento do Processo de Acreditação das Entidades Promotoras dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Lei nº. 38/2004, 18 de Agosto de 2004 - Lei de Bases do Regime Jurídico da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência.

Decreto-lei nº. 163/2006, 8 de Agosto de 2006 - Aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, revogando o Decreto-Lei nº. 123/97, de 22 de Maio.

Resolução de Conselho de Ministros nº 120/2006, 21 DE SETEMBRO DE 2006 - Aprova o Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade 2006-2009 (PAIPDI).

Decreto-lei nº. 213/2006, 23 de Outubro de 2006 (artigos 14º e 17º) - Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Educação.

Decreto-lei nº. 211/2006, 27 de Outubro de 2006 (artigos 17º, 21º e 28º) - Aprova a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Portaria nº. 86/2007, 12 de Janeiro de 2007 - Introdução de alterações ao Regulamento do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências nos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Resolução de Conselho de Ministros nº. 9/2007, 17 de Janeiro de 2007 - Aprova o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA).

Despacho nº. 9937/2007, 29 de Maio de 2007 - Aprova a regulação de acções de formação de curta duração para pessoas em Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Despacho nº. 29176/2007, 31 de Outubro de 2007 - Aprova o Regulamento de acesso de Pessoas com deficiências ou incapacidade ao Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Decreto-lei nº. 396/2007, 31 de Dezembro de 2007 - Estabelece o Regime Jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento.

Portaria nº. 370/2008, 21 de Maio de 2008 - Define as competências das Equipas Técnico-pedagógica dos Centros Novas Oportunidades.

Resolução de Conselho de Ministros nº. 88/2008, 29 de Maio de 2008 - Revogação do Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade (PAIPDI).

Decreto-lei nº. 93/2009, 16 de Abril de 2009 - Aprova o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - SITOGRAFIA**

*Constituição da República Portuguesa. VII Revisão Constitucional (2005).*

Consultado [em 2009] em <http://www.ces.es/TRESMED/docum/por-cttn-por.pdf>

*Resolução ResAP (2001)3, DE 2001.*

Estabelecimento do Acordo Parcial no Domínio Social e da Saúde Pública (Conselho da Europa) para a plena cidadania das Pessoas com deficiência através das novas tecnologias inclusivas.

Consultado [em 2009] em <http://www.inr.pt/uploads/docs/Edicoes/Cadernos/Caderno016.rtf>

*Plano Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008. Estratégia de Lisboa - Portugal de Novo.*

Consultado [em Agosto, 2010] em [http://www.estrategiadelisboa.pt/document/PNACE\\_2005-2008.pdf](http://www.estrategiadelisboa.pt/document/PNACE_2005-2008.pdf)

*Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008 (PNAI).*

Consultado [em 2010] em <http://www.mtss.gov.pt/preview-documentos.asp?e=711&m=PDF>

**Guião de Entrevista: Técnica de Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento**

<b>TEMA A – Legitimação da Entrevista</b>			
<b>Blocos Temáticos</b>	<b>Objectivos</b>	<b>Questões</b>	<b>Indicadores</b>
<b>A. 1</b>  <b>Legitimação da Entrevista</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dar a conhecer os objectivos da entrevista;</li> <li>- Pedir a colaboração do(s) entrevistado(s), imprescindível para o êxito deste trabalho;</li> <li>- Assegurar o carácter confidencial das informações prestadas;</li> <li>- Pedir autorização para a gravação da entrevista;</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deixar Entrevistado à vontade.</li> <li>- Criar um clima agradável e informal.</li> </ul>
<b>TEMA B – Experiência Académica e Profissional</b>			
<b>B. 1</b>  <b>Experiência Académica e Profissional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer, mediante informações da Técnica de ADE, o seu percurso experiencial e profissional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fale-me um pouco da sua experiência académica e profissional, até se tornar Profissional de RVC.</li> <li>* Experiência académica;</li> <li>* Interesses e motivações:</li> <li>* Experiência Profissional diversa (dentro e fora do CNO; áreas profissionais);</li> </ul>	Formação: especialização, motivações, pontos positivos / menos positivos, áreas profissionais exploradas (educação / formação, outras), outros.

	<p>- Conhecer, mediante informações da Técnica de ADE, o perfil profissional da função, ao nível das principais responsabilidades e competências inerentes ao exercício da função.</p>	<p>* Antiguidade na função;</p> <p>- O que é para si ser Profissional de RVC? Quais as principais responsabilidades que tem e que competências mobiliza?</p>	<p>Responsabilidades, atribuições, competências requisitos, outros.</p>
<b>TEMA C – Actividade Profissional com Público Invisual</b>			
<p><b>Tema C 1.1</b></p> <p><b>Actividade Profissional vs Candidatos Invisuais</b></p>	<p>- Saber se a Técnica de ADE, já dirigiu sessões com candidatos invisuais.</p> <p>- Perceber, mediante informações da Técnica de ADE, o nível de divulgação / conhecimento do processo RVCC, por parte dos candidatos</p> <p>- Identificar os conhecimentos técnicos específicos, que a profissional de RVCC possui sobre as características do público invisual e meios de trabalho associados.</p>	<p>- Já realizou sessões com candidatos invisuais?</p> <p>- Regra geral, verifica que os candidatos trazem uma opinião formada sobre o processo RVCC, ou desconhecem completamente esta via?</p> <p>- Conhece ou está familiarizado com as aptidões e limitações do público invisual?</p>	<p>- Conhecimento das características e necessidades do público invisual.</p>
<p><b>Tema C 1.2</b></p> <p><b>Metodologia de ADE vs</b></p>	<p>- Compreender a operacionalização do processo RVCC com candidatos invisuais, através dos critérios “Dimensão do Grupo” e “Características dos</p>	<p>- Os candidatos invisuais têm sessões de ADE individuais ou sessões colectivas?</p> <p>* Se individuais – solicitar justificação;</p>	

<b>Candidatos Invisuais</b>	<p>Elementos”.</p> <p>- Compreender a natureza técnica e relacional, subjacente à Etapa de Acolhimento, identificando os meios de operacionalização e o tipo de relação estabelecida com os candidatos.</p> <p>- Compreender a natureza técnica e relacional, subjacente à Etapa de Diagnóstico, identificando os meios de operacionalização e o tipo de relação estabelecida com os candidatos.</p> <p>- Identificar os elementos necessários e indispensáveis às Técnicas de ADE, para a elaboração das propostas de encaminhamento dos candidatos invisuais.</p> <p>- Compreender a natureza técnica e relacional, subjacente à Etapa de Encaminhamento, identificando os meios de operacionalização e o tipo de relação estabelecida com os candidatos.</p>	<p>* Se em grupo – questionar se todos os elementos do grupo, são invisuais ou não;</p> <p>- Identifique objectivamente, o que é explorado com os candidatos invisuais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- na fase de inscrição (Passo1)</li> <li>- na fase de dinamização da sessão de Grande Grupo (Passo 2)</li> <li>- na fase de dinamização da sessão de Pequeno Grupo (Passo 3)</li> <li>- na fase de dinamização da 1ª sessão individual (Passo 4)</li> </ul> <p>- Identifique, quais os dados (mais) pertinentes a explorar, quando efectua a análise da informação individual do candidato e prepara a respectiva proposta de encaminhamento (Passo 5)</p> <p>- Identifique objectivamente, o que é explorado com os candidatos invisuais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- na fase de dinamização da 2ª sessão individual (Passo 6)</li> <li>- na fase de dinamização da 3ª sessão individual (Passo 7)</li> </ul>	<p>- Objectivos, finalidades, informações a apurar, materiais, instrumentos, relação com os candidatos, outros.</p> <p>- Objectivos, finalidades, informações a apurar, materiais, instrumentos, relação com os candidatos, outros.</p> <p>- Objectivos, finalidades, informações a apurar, materiais, instrumentos, relação com os candidatos,</p>
-----------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		- Identifique, que procedimentos são operacionalizados na fase de concretização do Encaminhamento (Passo 8)	outros.
<p><b>Tema C 1.3</b></p> <p><b>Metodologia de Encaminhamento (exterior)</b></p> <p><b>vs</b></p> <p><b>Candidatos Invisuais</b></p>	<p>- Identificar os elementos necessários e indispensáveis às Técnicas de ADE, para a realização das propostas de encaminhamento dos candidatos invisuais.</p> <p>- Compreender se existe continuidade do processo e encaminhamento, realizado pelas Técnicas de ADE e apurar os níveis de aceitação / concordância dos candidatos, face às propostas de encaminhamento.</p> <p>- Identificar a existência (ou não), de vias “privilegiadas” de Encaminhamento e possíveis razões/motivos que o justifiquem.</p> <p>- Conhecer os procedimentos operacionalizados pela Equipa T.P., nomeadamente ao nível da comunicação e articulação do trabalho realizado com os candidatos invisuais.</p>	<p>- Como realiza o processo de auscultação de vias alternativas de educação / formação, para os candidatos invisuais?</p> <p>- Regra geral, uma vez encontrada uma oferta de educação / formação alternativa, os candidatos frequentam essa via ou acabam por desistir?</p> <p>- Existem vias alternativas de educação / formação, para as quais encaminha mais candidatos invisuais?</p> <p>-» Se sim, questionar quais os motivos que pensa justificarem e/ou estarem relacionados com as vias referidas.</p> <p>- Como é feita a comunicação entre a Equipa T.P., a partir do momento em que os candidatos passam a ser acompanhados pela Profissional RVCC.</p>	<p>- Dados indispensáveis, necessidades / especificidades dos candidatos, materiais / instrumentos, fontes, outros.</p> <p>- Aceitação, desistências, dificuldades, continuidade da etapa de encaminhamento, outros.</p> <p>- Ofertas educativas e formativas em destaque, motivos, outros.</p> <p>- Troca de informação, contactos, discussão em sessões, outros.</p>

<p><b>Tema C 1.4</b></p> <p><b>Opinião Profissional vs Candidatos Invisuais</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Generalizar, mediante informações da Profissional, quais os níveis de motivação e envolvimento dos candidatos invisuais, relativamente ao processo RVCC.</li> <li>- Identificar possíveis diferenças ao nível da operacionalização das sessões, em função do critério “Tipo de Candidato”.</li> <li>- Compreender o grau de importância do trabalho realizado em equipa, na operacionalização e sucesso do processo RVCC com Invisuais.</li> <li>- Apurar, mediante as informações e experiência das profissionais, a exequibilidade e adequação das etapas de ADE, face ao público invisual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regra geral, como caracteriza o grau de motivação e envolvimento dos candidatos invisuais, ao longo de todo o processo RVCC?</li> <li>- Na realização das sessões/ processo RVCC, considera existir alguma diferença entre os candidatos invisuais e outros candidatos?</li> <li>- Na sua opinião, que importância possui o trabalho de equipa, no que se refere à realização do Processo RVCC com público invisual?</li> <li>- Considera que o trabalho realizado nas etapas de ADE, está adaptado às necessidades do público invisual, ou apresentam limitações?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Níveis de motivação e envolvimento.</li> <li>- Diferenças sociais, relacionais, motivacionais, profissionais, outras</li> <li>- Acompanhamento, esclarecimento de dúvidas, mediação, pertinência, necessidade, vantagens, desvantagens, outros</li> <li>- Adequação, adaptação, exequibilidade, evolução, outros.</li> </ul>
<p><b>TEMA D – Materiais, Actividades e Estratégias VS Processo RVCC com Invisuais</b></p>			
<p><b>Tema D 1.1</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender a instrumentalização do Processo RVCC, identificando materiais e recursos utilizados e apurando</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Que materiais e recursos, utiliza nas sessões de ADE com o público Invisual?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Materiais e Recursos diversos: registo de informação,</li> </ul>



<b>Materiais Vs Público Invisual</b>	a existência (ou não) de materiais especificamente adaptados e concebidos em função do público invisual.		actividades, pedagógicos, informáticos, especificamente concebidos para o público invisual, outros.
<b>Tema D 1.2  Actividades Vs Público Invisual</b>	- Compreender a operacionalização do Processo RVCC, identificando a metodologia utilizada com o publico invisual e possíveis adaptações desta última (em função deste publico).	- Ao nível da metodologia das sessões de ADE, existe algum tipo de adaptação da mesma, face ao público Invisual?	- Existência ou não de adaptação, em que “critérios”, com que frequência, outros.
<b>Tema D 1.3 Estratégias Vs Público Invisual</b>	- Compreender a operacionalização do Processo RVCC com Invisuais, através da referência a actividades desenvolvidas com este público.	- Em relação ao público Invisual, desenvolve e/ou adapta as suas estratégias de intervenção, em função deste público específico?	
<b>TEMA E – Análise de Necessidades</b>			
<b>Tema E 1 – Actividade Profissional VS Público Invisual</b>			
<b>Tema E 1.1  Actividade Profissional</b>	- Identificar conhecimentos técnicos específicos da Técnica de ADE, sobre o público invisual e recursos existentes, especialmente adaptados em função deste público.	- Foi-lhe transmitida alguma indicação técnica específica e /ou acção de formação para trabalhar com candidatos invisuais?	- Indicações técnicas, conhecimentos específicos, acções de formação realizadas, propostas de formação, outros.

<p><b>VS</b></p> <p><b>Candidatos Invisuais</b></p>	<p>- Apurar (possíveis) dificuldades e/ou pontos a aperfeiçoar no desenvolvimento da actividade profissional, com candidatos invisuais.</p> <p>- Identificar a opinião da Técnica de ADE, face à operacionalização e exequibilidade das sessões de ADE, com candidatos invisuais.</p>	<p>- Conhece ou está familiarizado com alguma Técnica e/ou programa específico para o público Invisual?</p> <p>* Técnica da Linha de Braille;</p> <p>* Programa JAWS;</p> <p>* Software diverso;</p> <p>- Sente ou já sentiu alguma dificuldade no trabalho realizado com este público?</p> <p>- Considera que o trabalho realizado nas sessões de ADE, está adaptado às necessidades do público invisual, ou apresenta limitações?</p>	<p>- Conhecimento da Técnica da LB, Programa JAWS, outros recursos.</p> <p>- Dificuldades, necessidades, pontos a aperfeiçoar, outros.</p> <p>- Adequação, pertinência, suficiência, interligação, outros / Adaptação e exequibilidade do processo face ao público invisual.</p>
<p><b>TEMA E 2 – Materiais, Actividades e Estratégias VS Processo RVCC com Invisuais</b></p>			
<p><b>Tema E 2.1</b></p> <p><b>Adequação de Materiais e</b></p>	<p>- Apurar a opinião da profissional, sobre os materiais e recursos que utiliza nas sessões de ADE com o público Invisual.</p>	<p>- Ao nível dos materiais e recursos utilizados nas sessões de ADE, o que pensa da sua adaptação e exequibilidade, face ao público invisual?</p>	<p>- Adequação, pertinência, objectividade, clareza, facilidade de utilização, interligação, outros.</p>

<b>Recursos</b>	- Apurar a opinião da profissional, sobre as condições físicas e apetrechamento do CNO, face ao público Invisual.	- E qual a sua opinião sobre as condições físicas do CNO e seu apetrechamento, para os candidatos invisuais?	- Espaço físico, mobilidade, recursos disponíveis, quantidade, disponibilidade, outros
<b>TEMA E 3 – Identificação de Necessidades de Formação</b>			
<b>Tema E 2.2</b>  <b>Necessidades de Formação Geral</b>	<p>- Identificar possíveis situações que motivem a participação da Técnica de ADE, em acções de formação.</p> <p>- Identificar (possíveis) necessidades de formação da Técnica de ADE e respectivas áreas ou temas que gostaria de aprender e/ou aperfeiçoar.</p> <p>- Conhecer os interesses (e necessidades) da Técnica de ADE, face a temas e/ou áreas de formação geral.</p>	<p>- Que motivos a levariam a frequentar acções de formação?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Progressão profissional</li> <li>* Adquirir novas competências</li> <li>* Aperfeiçoar competências</li> <li>* Valorização pessoal e profissional</li> <li>* Melhorar desempenho profissional</li> <li>* Outros</li> </ul> <p>- Actualmente, sente alguma necessidade de formação geral? Gostaria de aperfeiçoar e/ou melhorar algo?</p> <p>- Gostaria de frequentar alguma acção de formação, das seguintes?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Dinâmica de grupo;</li> </ul>	<p>- Motivos pessoais, profissionais, internos, externos, motivacionais, outros.</p> <p>- Interesses, motivações, necessidades de formação gerais, outros.</p> <p>- Interesses, motivações, necessidades de formação gerais,</p>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>* Trabalho em Equipa;</li> <li>* Liderança e Comunicação;</li> <li>* Aplicações Informáticas Específicas;</li> <li>* Educação Não formal e Informal;</li> <li>* Necessidades Educativas Especiais.</li> </ul>	outros.
<p><b>Tema E 3.2</b></p> <p><b>Necessidades de Formação Específica</b></p>	<p>- Identificar (possíveis) necessidades de formação da Técnica de ADE, face a temas e/ou áreas relacionadas com o público invisual.</p> <p>- Conhecer os interesses e (possíveis) necessidades de formação específica da Técnica de ADE, face a temas e/ou áreas relacionadas com o público invisual.</p>	<p>- Relativamente ao público invisual, considera que lhe seria útil, adquirir (mais) indicações técnicas específicas e /ou frequentar alguma acção de formação?</p> <p>- Das seguintes acções de formação relacionadas com o público invisual, gostaria de frequentar alguma?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Técnica da Linha de Braille,</li> <li>* Software especializado e materiais adequados;</li> <li>* Aptidões e limitações do público Invisual;</li> <li>* Comunicação Para linguística (tom de voz, pausas, silêncios);</li> <li>* Trabalho de valorização e Empowerment.</li> </ul> <p>(Motivação, Autovalorização, Autonomia, Escuta Activa)</p>	<p>- Pontos a melhorar, novos conhecimentos, interesses, necessidades de formação, motivações, outros.</p> <p>- Interesses, motivações, necessidades de formação específicas, outros.</p>

Tema E 4 – Identificação de Sugestões			
<b>Tema E 4.1</b>  <b>Identificação de Sugestões</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar mediante informações da Profissional, (possíveis) sugestões e/ou pontos de melhoria, face à relação e trabalho desenvolvidos pela equipa técnico pedagógica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gostaria de indicar alguma sugestão e/ou ponto a melhorar, face à sua equipa profissional? (Comunicação, motivação, espírito de equipa, produtividade, criatividade, resolução de problemas, outros)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalho, organização, entreaajuda, tipo de relações, comunicação, outros.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar, mediante informações da Profissional e sua experiência, (possíveis) sugestões e//ou pontos de melhoria, face à operacionalização das sessões de ADE e Processo RVCC.</li> <li>- Identificar, mediante informações da Profissional e sua experiência, quaisquer informações e/ou sugestões que considere útil fazer referência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- E face á operacionalização e instrumentalização das sessões de ADE e/ou processo RVCC?</li> <li>- Gostaria de deixar alguma sugestão e/ ou critica sobre algum tema, assunto e/ou tópico sobre a sua actividade profissional e equipa, que não tenha sido abordado neste inquérito?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Objectivos, finalidades, organização, pertinência, adequação, interligação, vantagens, desvantagens, outros</li> </ul>
Tema F – Final da Entrevista			
<p>Terminar a entrevista, reforçando e agradecendo a importância da colaboração da Profissional e das informações transmitidas.</p> <p>Assegurar novamente a confidencialidade dos dados prestados.</p>			

**Guião de Entrevista: Profissionais de RVC**

<b>TEMA A – Legitimação da Entrevista</b>			
<b>Blocos Temáticos</b>	<b>Objectivos</b>	<b>Questões</b>	<b>Indicadores</b>
<b>A. 1</b>  <b>Legitimação da Entrevista</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dar a conhecer os objectivos da entrevista;</li> <li>- Pedir a colaboração do(s) entrevistado(s), imprescindível para o êxito deste trabalho;</li> <li>- Assegurar o carácter confidencial das informações prestadas;</li> <li>- Pedir autorização para a gravação da entrevista;</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deixar Entrevistado à vontade.</li> <li>- Criar um clima agradável e informal.</li> </ul>
<b>TEMA B – Experiência Académica e Profissional</b>			
<b>B. 1</b>  <b>Experiência Académica e</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer, mediante informações da Profissional de RVC, o seu percurso experiencial e profissional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fale-me um pouco da sua experiência académica e profissional, até se tornar Profissional de RVC.</li> <li>* Experiência académica;</li> <li>* Interesses e motivações:</li> <li>* Experiência Profissional diversa (dentro e fora do CNO;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação: especialização, motivações, pontos positivos / menos positivos, áreas profissionais exploradas</li> </ul>

<b>Profissional</b>	<p>- Conhecer, mediante informações da profissional de RVC, o perfil profissional da função, ao nível das principais responsabilidades e competências inerentes ao exercício da função.</p>	<p>áreas profissionais);</p> <p>* Antiguidade na função;</p> <p>- O que é para si ser Profissional de RVC? Quais as principais responsabilidades que tem e que competências mobiliza?</p>	<p>(educação / formação, outras), outros.</p> <p>Responsabilidades, atribuições, competências requisitos, outros.</p>
<b>TEMA C – Actividade Profissional com Público Invisível</b>			
<p><b>Tema C 1.1</b></p> <p><b>Actividade Profissional</b></p> <p><b>vs</b></p> <p><b>Candidatos Invisíveis</b></p>	<p>- Saber se a Profissional de RVCC, já dirigiu sessões com candidatos invisíveis.</p> <p>- Identificar informações sobre os candidatos, partilhadas pelos elementos da equipa técnico-pedagógica (ADE) e pertinentes ao trabalho da profissional RVCC.</p> <p>- Perceber, mediante informações dos profissionais, o nível de conhecimento do processo RVCC, por parte dos candidatos em geral, bem como a importância das etapas de ADE.</p>	<p>- Já realizou sessões com candidatos invisíveis?</p> <p>- À chegada dos candidatos até si, que informação possui ou deve possuir sobre os mesmos?</p> <p>- Considera que os candidatos vêm esclarecidos das etapas anteriores (ADE), sobre o processo RVCC?</p>	<p>- Natureza das informações, dados (mais) pertinentes, características dos candidatos, outros.</p> <p>- Objectivos, organização do processo, actividades, metodologia, outros.</p>

	<p>- Identificar os conhecimentos técnicos específicos, que a profissional de RVCC possui sobre as características do público invisual e meios de trabalho associados.</p>	<p>- Conhece ou está familiarizado com as aptidões e limitações do público invisual?</p>	<p>- Conhecimento das características e necessidades do público invisual.</p>
<p><b>Tema C 1.2</b></p> <p><b>Metodologia RVCC vs</b></p> <p><b>Candidatos Invisuais</b></p>	<p>- Compreender a operacionalização do processo RVCC com candidatos invisuais, através dos critérios “Dimensão do Grupo” e “Características dos Elementos”.</p> <p>- Compreender a operacionalização do processo RVCC com candidatos invisuais, através da natureza técnica e relacional subjacente às sessões e da referência a pontos positivos e menos positivos.</p> <p>- Conhecer a operacionalização do Processo RVCC, através dos critérios “Tipos e momentos de avaliação” e “Tipos e momentos de feedback”, face aos candidatos.</p>	<p>- Os candidatos invisuais têm sessões individuais ou sessões colectivas?</p> <p>* Se individuais – solicitar justificação;</p> <p>* Se em grupo – questionar se todos os elementos do grupo, são invisuais ou não;</p> <p>- Que trabalho / sessões realiza com os candidatos e o que é explorado nas mesmas? Refira se possível, 1 ou 2 pontos positivos e menos positivos.</p> <p>(Sessões de Metodologia de RVCC, Exploração da História de Vida, Exploração do Referencial, Outros)</p> <p>- Como e quando avalia as actividades produzidas pelos candidatos ao longo das sessões? E como e quando lhes transmite o “feedback” sobre a sua avaliação?</p>	<p>- Dimensão e natureza dos “grupos”.</p> <p>- Sessões de Metodologia de RVCC, Exploração da História de Vida, Exploração do Referencial /Pontos positivos, menos positivos, possíveis necessidades de aperfeiçoamento, outros.</p> <p>- Tipo e momentos de Avaliação, tipo e momentos de feedback, apoio e acompanhamento aos candidatos,</p>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer os procedimentos operacionalizados pela Equipa T.P., nomeadamente ao nível da “Comunicação”.</li> <li>- Compreender a operacionalização do processo RVCC, através da articulação do trabalho realizado pela Profissional de RVCC e pelos Formadores, com os candidatos invisuais.</li> <li>- Conhecer a operacionalização do Processo RVCC, nomeadamente através da experiência da realização de Sessões de Júri de Certificação com candidatos Invisuais.</li> <li>- Compreender o grau de importância do trabalho realizado em equipa, na operacionalização e sucesso do processo RVCC com Invisuais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como é feita a comunicação entre a equipa T.P., sobre a situação / evolução dos candidatos?</li> <li>- Que trabalho realiza com os candidatos, a partir do momento em que estes passam a ser acompanhados pelas Formadoras?</li> <li>- Fale-me também um pouco da sua experiência de realização de sessões de Júri de Certificação, com candidatos invisuais.</li> <li>- Na sua opinião, que importância possui o trabalho de equipa, no que se refere à realização do Processo RVCC com publico invisual?</li> </ul>	<p>outros.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sessões, contactos, feedback, esclarecimento de dúvidas, outros.</li> <li>Acompanhamento, esclarecimento de dúvidas, mediação, outros.</li> <li>- Pontos positivos, menos positivos, outros.</li> <li>- Pertinência, necessidade, vantagens, desvantagens, outros.</li> </ul>
<p><b>Tema C 1.3</b></p> <p><b>Opinião profissional vs Candidatos Invisuais</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Generalizar, mediante informações da Profissional, quais os níveis de motivação e envolvimento dos candidatos invisuais, relativamente ao processo RVCC.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regra geral, como caracteriza o grau de motivação e envolvimento dos candidatos invisuais, ao longo de todo o processo RVCC?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Níveis de motivação e envolvimento.</li> </ul>

	- Identificar possíveis diferenças ao nível da operacionalização das sessões, em função do critério “Tipo de Candidato”.	- Na realização das sessões/ processo RVCC, considera existir alguma diferença entre os candidatos invisuais e outros candidatos?	- Diferenças sociais, relacionais, motivacionais, profissionais, outras
<b>TEMA D – Materiais, Actividades e Estratégias VS Processo RVCC com Invisuais</b>			
<b>Tema D 1.1</b>  <b>Materiais</b>  <b>Vs</b>  <b>Público Invisual</b>	- Compreender a instrumentalização do Processo RVCC, identificando materiais e recursos utilizados e apurando a existência (ou não) de materiais especificamente adaptados e concebidos em função do público invisual.	- Que materiais e recursos, utiliza nas sessões com o público Invisual?  * Narrativa de Vida,  * Fichas de Actividades;  * PRA;  * Materiais audiovisuais;  * Outros.	- Materiais e Recursos diversos: registo de informação, actividades, pedagógicos, informáticos, especificamente concebidos para o público invisual, outros.
<b>Tema D 1.2</b>  <b>Actividades</b>  <b>Vs</b>  <b>Público Invisual</b>	- Compreender a operacionalização do Processo RVCC, identificando actividades desenvolvidas com o publico invisual e possíveis adaptações a estas últimas (em função deste publico).	- Ao nível das actividades, existe algum tipo de adaptação das mesmas face ao público Invisual?        - Gostaria de falar nalguma actividade em particular, desenvolvida com o Público Invisual?	- Existência ou não de adaptação, em que “critérios”, com que frequência, outros.



	- Identificar a opinião da Profissional de RVCC, face à operacionalização e exequibilidade das sessões e do Processo RVCC, com candidatos invisuais.	- Considera que o trabalho realizado nas sessões e ao longo de todo o processo RVCC, está adaptado às necessidades do público invisual, ou apresenta limitações?	<p>- Dificuldades, necessidades, pontos a aperfeiçoar, outros.</p> <p>- Adequação, pertinência, suficiência, interligação, outros / Adaptação e exequibilidade do processo face ao público invisual.</p>
<b>TEMA E 2 – Materiais, Actividades e Estratégias VS Processo RVCC com Invisuais</b>			
<p><b>Tema E 2.1</b></p> <p><b>Adequação de Materiais e Recursos</b></p>	<p>- Apurar a opinião da profissional, sobre os materiais e recursos que utiliza nas sessões com o público Invisual.</p> <p>- Apurar a opinião da profissional, sobre as condições físicas e apetrechamento do CNO, face ao público Invisual.</p>	<p>- Ao nível dos materiais e recursos utilizados nas sessões, o que pensa da sua adaptação e exequibilidade, face ao público invisual?</p> <p>- E qual a sua opinião sobre as condições físicas do CNO e seu apetrechamento, para os candidatos invisuais?</p>	<p>- Adequação, pertinência, objectividade, clareza, facilidade de utilização, interligação, outros.</p> <p>- Espaço físico, mobilidade, recursos disponíveis, quantidade, disponibilidade, outros</p>

**TEMA E 3 – Identificação de Necessidades de Formação**

<p><b>Tema E 2.2</b></p> <p><b>Necessidades de Formação Geral</b></p>	<p>- Identificar possíveis situações que motivem a participação da Profissional de RVCC, em acções de formação.</p> <p>- Identificar (possíveis) necessidades de formação da Profissional de RVCC e respectivas áreas ou temas que gostaria de aprender e/ou aperfeiçoar.</p> <p>- Conhecer os interesses (e necessidades) da Profissional de RVCC, face a temas e/ou áreas de formação específicas.</p>	<p>- Que motivos a levariam a frequentar acções de formação?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Progressão profissional</li> <li>* Adquirir novas competências</li> <li>* Aperfeiçoar competências</li> <li>* Valorização pessoal e profissional</li> <li>* Melhorar desempenho profissional</li> <li>* Outros</li> </ul> <p>- Actualmente, sente alguma necessidade de formação geral? Gostaria de aperfeiçoar e/ou melhorar algo?</p> <p>- Gostaria de frequentar alguma acção de formação, das seguintes?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Dinâmica de grupo;</li> <li>* Trabalho em Equipa;</li> <li>* Liderança e Comunicação;</li> <li>* Aplicações Informáticas Específicas;</li> <li>* Educação Não formal e Informal;</li> <li>* Necessidades Educativas Especiais</li> </ul>	<p>- Motivos pessoais, profissionais, internos, externos, motivacionais, outros.</p> <p>- Interesses, motivações, necessidades de formação gerais, outros.</p> <p>- Interesses, motivações, necessidades de formação gerais, outros.</p>
-----------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>Tema E 3.2</b></p> <p><b>Necessidades de Formação Específica</b></p>	<p>- Identificar (possíveis) necessidades de formação da Profissional de RVCC, face a temas e/ou áreas relacionadas com o público invisual.</p> <p>- Conhecer os interesses e (possíveis) necessidades de formação específica da Profissional, face a temas e/ou áreas relacionadas com o público invisual.</p>	<p>- Relativamente ao público invisual, considera que lhe seria útil, adquirir (mais) indicações técnicas específicas e /ou frequentar alguma acção de formação?</p> <p>- Das seguintes acções de formação relacionadas com o público invisual, gostaria de frequentar alguma?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Técnica da Linha de Braille,</li> <li>* Software especializado e materiais adequados;</li> <li>* Aptidões e limitações do público Invisual;</li> <li>* Comunicação Para linguística (tom de voz, pausas, silêncios);</li> <li>* Trabalho de valorização e Empowerment.</li> </ul> <p>(Motivação, Autovalorização, Autonomia, Escuta Activa)</p>	<p>- Pontos a melhorar, novos conhecimentos, interesses, necessidades de formação, motivações, outros.</p> <p>- Interesses, motivações, necessidades de formação específicas, outros.</p>
<p><b>Tema E 4 – Identificação de Sugestões</b></p>			
<p><b>Tema E 4.1</b></p> <p><b>Identificação de Sugestões</b></p>	<p>- Identificar mediante informações da Profissional, (possíveis) sugestões e/ou pontos de melhoria, face à relação e trabalho desenvolvidos pela equipa técnico pedagógica.</p>	<p>- Gostaria de indicar alguma sugestão e/ou ponto a melhorar, face à sua equipa profissional?</p> <p>(Comunicação, motivação, espírito de equipa, produtividade, criatividade, resolução de problemas, outros)</p>	<p>- Trabalho, organização, entreaajuda, tipo de relações, comunicação, outros.</p>

	<p>- Identificar, mediante informações da Profissional e sua experiência, (possíveis) sugestões e//ou pontos de melhoria, face à operacionalização do Processo RVCC.</p> <p>- Identificar, mediante informações da Profissional e sua experiência, quaisquer informações e/ou sugestões que considere útil fazer referência.</p>	<p>- E face á operacionalização e instrumentalização do processo RVCC?</p> <p>- Gostaria de deixar alguma sugestão e/ ou critica sobre algum tema, assunto e/ou tópico sobre a sua actividade profissional e equipa, que não tenha sido abordado neste inquérito?</p>	<p>- Objectivos, finalidades, organização, pertinência, adequação, interligação, vantagens, desvantagens, outros</p>
<p style="text-align: center;"><b>Tema F – Final da Entrevista</b></p> <p>Terminar a entrevista, reforçando e agradecendo a importância da colaboração da Profissional e das informações transmitidas. Assegurar novamente a confidencialidade dos dados prestados.</p>			

**Guião de Entrevista: Formadora (Nível Básico)**

<b>TEMA A – Legitimação da Entrevista</b>			
<b>Blocos Temáticos</b>	<b>Objectivos</b>	<b>Questões</b>	<b>Indicadores</b>
<b>A. 1</b>  <b>Legitimação da Entrevista</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dar a conhecer os objectivos da entrevista;</li> <li>- Pedir a colaboração do(s) entrevistado(s), imprescindível para o êxito deste trabalho;</li> <li>- Assegurar o carácter confidencial das informações prestadas;</li> <li>- Pedir autorização para a gravação da entrevista;</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deixar Entrevistado à vontade.</li> <li>- Criar um clima agradável e informal.</li> </ul>
<b>TEMA B – Experiência Académica e Profissional</b>			
<b>B. 1</b>  <b>Experiência Académica e Profissional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer, mediante informações da Profissional de RVC, o seu percurso experiencial e profissional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fale-me um pouco da sua experiência académica e profissional, até se tornar Profissional de RVC.</li> <li>* Experiência académica;</li> <li>* Interesses e motivações:</li> <li>* Experiência Profissional diversa (dentro e fora do CNO; áreas profissionais);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação: especialização, motivações, pontos positivos / menos positivos, áreas profissionais exploradas (educação /</li> </ul>



	<p>- Conhecer, mediante informações da profissional de RVC, o perfil profissional da função, ao nível das principais responsabilidades e competências inerentes ao exercício da função.</p>	<p>* Antiguidade na função;</p> <p>- O que é para si ser Profissional de RVC? Quais as principais responsabilidades que tem e que competências mobiliza?</p>	<p>formação, outras), outros.</p> <p>Responsabilidades, atribuições, competências requisitos, outros.</p>
<b>TEMA C – Actividade Profissional com Público Invisível</b>			
<p><b>Tema C 1.1</b></p> <p><b>Actividade Profissional</b></p> <p><b>vs</b></p> <p><b>Candidatos Invisíveis</b></p>	<p>- Saber se a Profissional de RVCC, já dirigiu sessões com candidatos invisíveis.</p> <p>- Identificar informações sobre os candidatos, partilhadas pelos elementos da equipa técnico-pedagógica (ADE) e pertinentes ao trabalho da profissional RVCC.</p> <p>- Perceber, mediante informações dos profissionais, o nível de conhecimento do processo RVCC, por parte dos candidatos em geral, bem como a importância das etapas de ADE.</p>	<p>- Já realizou sessões com candidatos invisíveis?</p> <p>- À chegada dos candidatos até si, que informação possui ou deve possuir sobre os mesmos?</p> <p>- Considera que os candidatos vêm esclarecidos das etapas anteriores (ADE), sobre o processo RVCC?</p>	<p>- Natureza das informações, dados (mais) pertinentes, características dos candidatos, outros.</p> <p>- Objectivos, organização do processo, actividades, metodologia, outros.</p>

	<p>- Identificar os conhecimentos técnicos específicos, que a profissional de RVCC possui sobre as características do público invisual e meios de trabalho associados.</p>	<p>- Conhece ou está familiarizado com as aptidões e limitações do público invisual?</p>	<p>- Conhecimento das características e necessidades do público invisual.</p>
<p><b>Tema C 1.2</b></p> <p><b>Metodologia RVCC vs</b></p> <p><b>Candidatos Invisuais</b></p>	<p>- Compreender a operacionalização do processo RVCC com candidatos invisuais, através dos critérios “Dimensão do Grupo” e “Características dos Elementos”.</p> <p>- Compreender a operacionalização do processo RVCC com candidatos invisuais, através da natureza técnica e relacional subjacente às sessões e da referência a pontos positivos e menos positivos.</p> <p>- Conhecer a operacionalização do Processo RVCC, através dos critérios “Tipos e momentos de avaliação” e “Tipos e momentos de feedback”, face aos candidatos.</p>	<p>- Os candidatos invisuais têm sessões individuais ou sessões colectivas?</p> <p>* Se individuais – solicitar justificação;</p> <p>* Se em grupo – questionar se todos os elementos do grupo, são invisuais ou não;</p> <p>- Que trabalho / sessões realiza com os candidatos e o que é explorado nas mesmas? Refira se possível, 1 ou 2 pontos positivos e menos positivos.</p> <p>(Sessões de Metodologia de RVCC, Exploração da História de Vida, Exploração do Referencial, Outros)</p> <p>- Como e quando avalia as actividades produzidas pelos candidatos ao longo das sessões? E como e quando lhes transmite o “feedback” sobre a sua avaliação?</p>	<p>- Dimensão e natureza dos “grupos”.</p> <p>- Sessões de Metodologia de RVCC, Exploração da História de Vida, Exploração do Referencial /Pontos positivos, menos positivos, possíveis necessidades de aperfeiçoamento, outros.</p> <p>- Tipo e momentos de Avaliação, tipo e momentos de feedback, apoio e acompanhamento aos candidatos, outros.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer os procedimentos operacionalizados pela Equipa T.P., nomeadamente ao nível da “Comunicação”.</li> <li>- Compreender a operacionalização do processo RVCC, através da articulação do trabalho realizado pela Profissional de RVCC e pelos Formadores, com os candidatos invisuais.</li> <li>- Conhecer a operacionalização do Processo RVCC, nomeadamente através da experiência da realização de Sessões de Júri de Certificação com candidatos Invisuais.</li> <li>- Compreender o grau de importância do trabalho realizado em equipa, na operacionalização e sucesso do processo RVCC com Invisuais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como é feita a comunicação entre a equipa T.P., sobre a situação / evolução dos candidatos?</li> <li>- Que trabalho realiza com os candidatos, a partir do momento em que estes passam a ser acompanhados pelas Formadoras?</li> <li>- Fale-me também um pouco da sua experiência de realização de sessões de Júri de Certificação, com candidatos invisuais.</li> <li>- Na sua opinião, que importância possui o trabalho de equipa, no que se refere à realização do Processo RVCC com publico invisual?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sessões, contactos, feedback, esclarecimento de dúvidas, outros.</li> <li>Acompanhamento, esclarecimento de dúvidas, mediação, outros.</li> <li>- Pontos positivos, menos positivos, outros.</li> <li>- Pertinência, necessidade, vantagens, desvantagens, outros.</li> </ul>
<b>Tema C 1.3</b>  <b>Opinião profissional vs Candidatos Invisuais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Generalizar, mediante informações da Profissional, quais os níveis de motivação e envolvimento dos candidatos invisuais, relativamente ao processo RVCC.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regra geral, como caracteriza o grau de motivação e envolvimento dos candidatos invisuais, ao longo de todo o processo RVCC?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Níveis de motivação e envolvimento.</li> </ul>

	- Identificar possíveis diferenças ao nível da operacionalização das sessões, em função do critério “Tipo de Candidato”.	- Na realização das sessões/ processo RVCC, considera existir alguma diferença entre os candidatos invisuais e outros candidatos?	- Diferenças sociais, relacionais, motivacionais, profissionais, outras
<b>TEMA D – Materiais, Actividades e Estratégias VS Processo RVCC com Invisuais</b>			
<b>Tema D 1.1</b>  <b>Materiais</b>  <b>Vs</b>  <b>Público Invisual</b>	- Compreender a instrumentalização do Processo RVCC, identificando materiais e recursos utilizados e apurando a existência (ou não) de materiais especificamente adaptados e concebidos em função do público invisual.	- Que materiais e recursos, utiliza nas sessões com o público Invisual?  * Narrativa de Vida, * Fichas de Actividades; * PRA; * Materiais audiovisuais; * Outros.	- Materiais e Recursos diversos: registo de informação, actividades, pedagógicos, informáticos, especificamente concebidos para o público invisual, outros.
<b>Tema D 1.2</b>  <b>Actividades</b>  <b>Vs</b>  <b>Público Invisual</b>	- Compreender a operacionalização do Processo RVCC, identificando actividades desenvolvidas com o publico invisual e possíveis adaptações a estas últimas (em função deste publico).	- Ao nível das actividades, existe algum tipo de adaptação das mesmas face ao público Invisual?  - Gostaria de falar nalguma actividade em particular, desenvolvida com o Público Invisual?	- Existência ou não de adaptação, em que “critérios”, com que frequência, outros.

<b>Tema D 1.3</b> <b>Estratégias</b> <b>Vs</b> <b>Público Invisual</b>	- Compreender a operacionalização do Processo RVCC com Invisuais, através da referência a actividades desenvolvidas com este público.	- Em relação ao público Invisual, desenvolve e/ou adapta as suas estratégias de intervenção, em função deste público específico?	
<b>TEMA E – Análise de Necessidades</b>			
<b>Tema E 1 – Actividade Profissional VS Público Invisual</b>			
<b>Tema E 1.1</b> <b>Actividade</b> <b>Profissional</b> <b>VS</b> <b>Candidatos Invisuais</b>	- Identificar conhecimentos técnicos específicos da Profissional de RVC, sobre o público invisual e recursos existentes especialmente adaptados em função deste público.  - Apurar (possíveis) dificuldades e/ou pontos a aperfeiçoar no desenvolvimento da actividade profissional, com candidatos invisuais.	- Foi-lhe transmitida alguma indicação técnica específica e /ou acção de formação para trabalhar com candidatos invisuais?  - Conhece ou está familiarizado com alguma Técnica e/ou programa específico para o público Invisual? * Técnica da Linha de Braille; * Programa JAWS; * Software diverso;  - Sente ou já sentiu alguma dificuldade no trabalho realizado com este público?	- Indicações técnicas, conhecimentos específicos, acções de formação realizadas, propostas de formação, outros.  - Conhecimento da Técnica da LB, Programa JAWS, outros recursos.

	<p>- Identificar a opinião da Profissional de RVCC, face à operacionalização e exequibilidade das sessões e do Processo RVCC, com candidatos invisuais.</p>	<p>- Considera que o trabalho realizado nas sessões e ao longo de todo o processo RVCC, está adaptado às necessidades do público invisual, ou apresenta limitações?</p>	<p>- Dificuldades, necessidades, pontos a aperfeiçoar, outros.</p> <p>- Adequação, pertinência, suficiência, interligação, outros / Adaptação e exequibilidade do processo face ao público invisual.</p>
<b>TEMA E 2 – Materiais, Actividades e Estratégias VS Processo RVCC com Invisuais</b>			
<p><b>Tema E 2.1</b></p> <p><b>Adequação de Materiais e Recursos</b></p>	<p>- Apurar a opinião da profissional, sobre os materiais e recursos que utiliza nas sessões com o público Invisual.</p> <p>- Apurar a opinião da profissional, sobre as condições físicas e apetrechamento do CNO, face ao público Invisual.</p>	<p>- Ao nível dos materiais e recursos utilizados nas sessões, o que pensa da sua adaptação e exequibilidade, face ao público invisual?</p> <p>- E qual a sua opinião sobre as condições físicas do CNO e seu apetrechamento, para os candidatos invisuais?</p>	<p>- Adequação, pertinência, objectividade, clareza, facilidade de utilização, interligação, outros.</p> <p>- Espaço físico, mobilidade, recursos disponíveis, quantidade, disponibilidade, outros</p>

**TEMA E 3 – Identificação de Necessidades de Formação**

<p><b>Tema E 2.2</b></p> <p><b>Necessidades de Formação Geral</b></p>	<p>- Identificar possíveis situações que motivem a participação da Profissional de RVCC, em acções de formação.</p> <p>- Identificar (possíveis) necessidades de formação da Profissional de RVCC e respectivas áreas ou temas que gostaria de aprender e/ou aperfeiçoar.</p> <p>- Conhecer os interesses (e necessidades) da Profissional de RVCC, face a temas e/ou áreas de formação específicas.</p>	<p>- Que motivos a levariam a frequentar acções de formação?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Progressão profissional</li> <li>* Adquirir novas competências</li> <li>* Aperfeiçoar competências</li> <li>* Valorização pessoal e profissional</li> <li>* Melhorar desempenho profissional</li> <li>* Outros</li> </ul> <p>- Actualmente, sente alguma necessidade de formação geral? Gostaria de aperfeiçoar e/ou melhorar algo?</p> <p>- Gostaria de frequentar alguma acção de formação, das seguintes?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Dinâmica de grupo;</li> <li>* Trabalho em Equipa;</li> <li>* Liderança e Comunicação;</li> <li>* Aplicações Informáticas Específicas;</li> <li>* Educação Não formal e Informal;</li> <li>* Necessidades Educativas Especiais</li> </ul>	<p>- Motivos pessoais, profissionais, internos, externos, motivacionais, outros.</p> <p>- Interesses, motivações, necessidades de formação gerais, outros.</p> <p>- Interesses, motivações, necessidades de formação gerais, outros.</p>
-----------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>Tema E 3.2</b></p> <p><b>Necessidades de Formação Específica</b></p>	<p>- Identificar (possíveis) necessidades de formação da Profissional de RVCC, face a temas e/ou áreas relacionadas com o público invisual.</p> <p>- Conhecer os interesses e (possíveis) necessidades de formação específica da Profissional, face a temas e/ou áreas relacionadas com o público invisual.</p>	<p>- Relativamente ao público invisual, considera que lhe seria útil, adquirir (mais) indicações técnicas específicas e /ou frequentar alguma acção de formação?</p> <p>- Das seguintes acções de formação relacionadas com o público invisual, gostaria de frequentar alguma?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Técnica da Linha de Braille,</li> <li>* Software especializado e materiais adequados;</li> <li>* Aptidões e limitações do público Invisual;</li> <li>* Comunicação Para linguística (tom de voz, pausas, silêncios);</li> <li>* Trabalho de valorização e Empowerment.</li> </ul> <p>(Motivação, Autovalorização, Autonomia, Escuta Activa)</p>	<p>- Pontos a melhorar, novos conhecimentos, interesses, necessidades de formação, motivações, outros.</p> <p>- Interesses, motivações, necessidades de formação específicas, outros.</p>
<p><b>Tema E 4 – Identificação de Sugestões</b></p>			
<p><b>Tema E 4.1</b></p> <p><b>Identificação de Sugestões</b></p>	<p>- Identificar mediante informações da Profissional, (possíveis) sugestões e/ou pontos de melhoria, face à relação e trabalho desenvolvidos pela equipa técnico pedagógica.</p>	<p>- Gostaria de indicar alguma sugestão e/ou ponto a melhorar, face à sua equipa profissional?</p> <p>(Comunicação, motivação, espírito de equipa, produtividade, criatividade, resolução de problemas, outros)</p>	<p>- Trabalho, organização, entreaajuda, tipo de relações, comunicação, outros.</p>



	<p>- Identificar, mediante informações da Profissional e sua experiência, (possíveis) sugestões e//ou pontos de melhoria, face à operacionalização do Processo RVCC.</p> <p>- Identificar, mediante informações da Profissional e sua experiência, quaisquer informações e/ou sugestões que considere útil fazer referência.</p>	<p>- E face á operacionalização e instrumentalização do processo RVCC?</p> <p>- Gostaria de deixar alguma sugestão e/ ou critica sobre algum tema, assunto e/ou tópico sobre a sua actividade profissional e equipa, que não tenha sido abordado neste inquérito?</p>	<p>- Objectivos, finalidades, organização, pertinência, adequação, interligação, vantagens, desvantagens, outros</p>
<p align="center"><b>Tema F – Final da Entrevista</b></p> <p>Terminar a entrevista, reforçando e agradecendo a importância da colaboração da Profissional e das informações transmitidas. Assegurar novamente a confidencialidade dos dados prestados.</p>			

**Guião de Entrevista: Adultos Cgos Certificados**

<b>BLOCOS TEMÁTICOS</b>		
<b>Objectivos</b>	<b>Questões</b>	<b>Indicadores</b>
<b>TEMA A – HISTÓRIA E PERCURSO DE VIDA</b>		
<b>A 1. Incapacidade Visual</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer, do ponto de vista médico/clinico, o grau de (in)capacidade visual do entrevistado (amblíope, grande amblíope, cego, cego total, outros).</li> <li>- Compreender a natureza subjacente à (in)capacidade visual, sua duração, e ainda, a atitude (passada e actual) do entrevistado perante a sua condição.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Do ponto de vista médico/clinico, qual o seu grau de incapacidade visual?</li> <li>- Se possível, gostaria que me falasse um pouco sobre as causas que conduziram à perda (gradual) de visão e a forma como lidou com a situação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grau de incapacidade visual.</li> <li>- Contextualização do desenvolvimento da incapacidade visual e atitude perante a mesma: grau de aceitação, grau de autonomia, níveis de auto-estima, dificuldades sentidas, tipo de reabilitação realizada, marcos e actores importantes na “superação/aceitação” da incapacidade visual, outros.</li> </ul>

A 2. Percorso Educativo e Formativo		
<p>- Conhecer o percurso escolar do entrevistado e a sua relevância na construção da sua personalidade e percurso de vida.</p> <p>- Identificar possíveis dificuldades sentidas pelo entrevistado ao longo do seu percurso escolar e testar a hipótese de existência (ou não) de (co)relação com a variável “incapacidade visual”.</p> <p>- Conhecer a experiência formativa do entrevistado e a sua relevância na construção da sua personalidade e percurso de vida.</p> <p>- Identificar possíveis dificuldades sentidas pelo entrevistado ao longo do seu percurso formativo e testar a hipótese de existência (ou não) de (co)relação com a variável “incapacidade visual”.</p> <p>- Compreender o papel desempenhado pelas entidades educativas/formativas frequentadas pelo entrevistado e consequentemente, a sua capacidade de resposta face a públicos com incapacidade visual.</p>	<p>- Fale-me um pouco da sua experiência académica. Como decorreu e que importância teve e tem no seu percurso de vida.</p> <p>- Ao longo do seu percurso escolar, sentiu alguma(s) dificuldade(s)? Se sim, que estratégias mobilizou para a(s) ultrapassar?</p> <p>- Que formações já frequentou/ realizou? O que aprendeu e qual a importância destas no seu percurso de vida?</p> <p>- Sentiu alguma(s) dificuldade(s) ao longo do seu percurso formativo? Se sim, que estratégias mobilizou para a(s) ultrapassar?</p> <p>- Como avalia o papel e o apoio das entidades educativas e formativas que frequentou?</p>	<p>- Habilitações académicas, desenvolvimento do percurso escolar, condições de frequência e acesso ao ensino, aprendizagens e experiências realizadas, importância na formação da personalidade e percurso de vida, outros.</p> <p>- Possíveis dificuldades sentidas (materiais, psicológicas, sociais, económicas, de orientação e mobilidade, outras) e estratégias de superação.</p> <p>- Formações realizadas, tipo, duração e diversidade de formações, entidades promotoras, conhecimentos e competências adquiridos e mobilizados, importância no projecto de vida pessoal, outros.</p> <p>- Possíveis dificuldades sentidas (materiais, psicológicas, sociais, económicas, de orientação e</p>

<p>- Identificar a actual procura e/ou frequência do entrevistado, por actividades educativas e formativas.</p>	<p>- Actualmente, encontra-se a estudar e/ou a fazer formação?</p>	<p>mobilidade, outras) e estratégias de superação.</p> <p>- Entidades educativas e formativas frequentadas, acolhimento, apoio e profissionalismo dos diversos actores, capacidade de resposta dos profissionais e instituições à incapacidade visual, tipos de apoios recebidos (materiais, sociais, psicológicos, outros).</p> <p>- Condição actual face à procura e frequência em oferta educativa/formativa.</p>
<p>A 3. Percorso Profissional</p>		
<p>- Identificar a actual situação profissional do entrevistado e consequentemente, o seu grau de satisfação (ou não) perante a mesma.</p> <p>- Conhecer o percurso profissional do entrevistado e compreender a importância das experiências profissionais desenvolvidas na construção da sua personalidade e percurso</p>	<p>- Qual a sua situação profissional actual?</p> <p>- Gostaria que me falasse sobre as suas experiências profissionais, o que aprendeu com elas e a importância que tiveram para si.</p>	<p>- Situação profissional actual.</p> <p>- Condições de acesso ao mercado de trabalho, profissões, actividades e</p>

<p>de vida.</p> <p>- Apurar possíveis dificuldades sentidas pelo entrevistado ao longo do seu percurso profissional e testar a existência (ou não) de hipótese de (co)relação, com a variável “incapacidade visual”.</p> <p>- Apurar o papel desempenhado pelas entidades empregadoras e consequentemente a sua capacidade de criação de oportunidades e experiências profissionais face aos trabalhadores com incapacidade visual.</p>	<p>- Ao longo do seu percurso profissional, sentiu alguma(s) dificuldade(s)? Se sim, que estratégias mobilizou para a(s) ultrapassar?</p> <p>- Como avalia o papel e o apoio das entidades onde desenvolveu a sua actividade profissional?</p>	<p>funções exercidas, vínculos laborais, duração e diversidade das experiências profissionais, outros.</p> <p>- Possíveis dificuldades sentidas e estratégias de superação.</p> <p>- Entidades laborais frequentadas, acolhimento, apoio e profissionalismo dos diversos actores, capacidade de inclusão de profissionais com incapacidade invisual, apoios recebidos (materiais, sociais, psicológicos, outros), outros.</p>
<b>TEMA B – PROCESSO DE RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (P. RVCC)</b>		
B 1. Motivações e expectativas face ao Processo RVCC		
<p>- Perceber de que forma o entrevistado teve conhecimento da oferta educativa/formativa do Processo RVCC.</p>	<p>- Como teve conhecimento do Processo RVCC?</p>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecer as motivações do entrevistado e a sua natureza, face ao ingresso no Processo RVCC.</li> <li>- Identificar as expectativas do entrevistado face ao Processo RVCC e compreender a evolução das mesmas ao longo da realização do Processo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quais foram as suas motivações para realizar este processo?</li> <li>- Que expectativas tinha antes de iniciar o Processo RVCC e de que forma estas foram evoluindo?</li> </ul>	
B 2. Organização e Metodologia		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar a morosidade do processo RVCC do entrevistado.</li> <li>- Perceber a preferência do entrevistado por sessões individuais ou colectivas, face a sua condição.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quanto tempo durou o seu Processo RVCC?</li> <li>- Ao longo do Processo RVCC teve sessões individuais e/ou colectivas? O que considera mais vantajoso face a públicos com incapacidade visual?</li> <li>- Qual a sua opinião sobre a operacionalização do Processo RVCC, isto é, a sua organização, conteúdos e actividades?</li> <li>- O que pensa sobre a instrumentalização do Processo RVCC, isto é, sobre os instrumentos e recursos disponibilizados e necessários para a sua realização?</li> <li>- Que opinião tem sobre a importância da Equipa Técnico-Pedagógica e sobre a actividade que esta desempenha ao longo do Processo RVCC?</li> </ul>	

	- Qual a sua opinião sobre a avaliação dos candidatos ao longo do Processo RVCC (formativa) e a avaliação efectuada na sessão de Júri (“sumativa”)?	
B 3. Impacto do Processo RVCC no Percurso de Vida		
- Compreender a importância atribuída pelo entrevistado à realização do processo RVCC, à obtenção de certificação, mas sobretudo, a dimensão do impacto do processo na sua história e percurso de vida.	<p>- Gostava que me descrevesse o que significou para si concluir o processo RVCC e obter a certificação pretendida. Que impacto teve na sua vida ao nível pessoal e social?</p> <p>Qual o impacto do Processo RVCC na sua vida profissional?</p>	<p>-Auto-estima, conhecimento pessoal, consciência e valorização do potencial pessoal, capacidades e competências adquiridas e mobilizadas, autonomia, reconhecimento social, capacidade empreendedora, outros.</p> <p>- Melhoria das condições profissionais / requalificação profissional, valorização por parte da entidade empregadora, melhoria da empregabilidade, acesso a novas profissões, capacidade empreendedora, outros.</p>
<b>TEMA C – PROJECTO(S) FUTURO(S)</b>		
- Conhecer os projectos futuros de vida do entrevistado e testar a hipótese de existência (ou não) de (co)relação entre estes e a	- Actualmente, qual(is) o(s) seu(s) projecto(s) futuro(s) no campo pessoal e profissional e que estratégias está a mobilizar para o(s)	- Projectos futuros e estratégias a mobilizar.

variável “impacto do Processo RVCC”.	alcançar?	
<b>FINAL DA ENTREVISTA</b>  Terminar a entrevista, reforçando e agradecendo a importância da colaboração do entrevistado e das informações transmitidas.  Assegurar novamente a confidencialidade dos dados prestados.		



## **Protocolo da Entrevista: Técnica de ADE Ana Braz**

Introdução – Antes de começarmos, queria dizer-te que quando construí esta entrevista, estava a pensar fazer sempre questões direccionadas pra candidatos que vissem e para candidatos invisuais...

P1 – Normovisuais e invisuais...

E. Exactamente, mas depois acabei por optar por fazer só sobre candidatos invisuais.

P1 – Invisuais e amblíopes?

E – Sim.

P1 – Já tive quatro entrevistas com invisuais, invisuais ou amblíopes, digo, cinco. Um já encaminhei para maiores de 23, para o Centro de Massagens de Alcoitão, para a Universidade, ele tinha o 9º ano, que é para tu teres isso em apreço, que já tinha tido entrevistas com a Cátia e a Cátia disse que o que ele queria era mesmo nesse sentido e ele estava mesmo vocacionado para esse sentido e levando o papel do Plano Pessoal de Qualificação [PPQ] em termos de encaminhamento, isso ajudava a legitimar e a dar mais força e como ele já tinha bastante prática em termos de massagem, já tinha feito cursos técnico-profissionais, era aquilo que lhe fazia mais sentido e falei-lhe acerca das vantagens e das desvantagens do curso e em termos da resistência à frustração, porque se depois não conseguisse entrar nos maiores de 23, teria de voltar para trás e ele era só essa opção que ele equacionava e face às poucas opções que existem, uma vez que eles lá tinham meios para o receber, fiz esse encaminhamento, que estou à espera ainda da ficha de inscrição...

E – Mas então eu vou-te pedir o seguinte...

P1 – O Carlos Carson, que é aquele que é, eu só te vou dizer isto, que é para depois também quando tu tiveres a pensar nas tuas coisas, como está gravado, depois pode-te fazer sentido de outra maneira. O Carlos Carson, foi aquele que eu encaminhei para o Ensino Recorrente e o Carlos Carson e mais outros dois [candidatos] que tu assististe [à sessão de encaminhamento], são tudo telefonistas em Centros de Saúde na grande Lisboa. O Carlos Carson, está para entrar para o Ensino Recorrente para a [Escola Secundária] Maria Amália, mas ele só vai entrar em Setembro, ele quis esse percurso.

E – Muito bem! Então eu já te vou pedir mais à frente para me falares mais sobre tudo isso...

P1 – Sim, eu depois repito outra vez durante a entrevista, não me importo.

E – Antes de começarmos nessa fase, nessas perguntas, eu ia-te pedir Ana, se tu me falavas um bocadinho da tua experiência, desde a tua Licenciatura...

P1 – Que Licenciatura? Tenho várias (risos).

E – (risos) Desde a 1ª Licenciatura, até vires parar aqui ao CNO como Técnica de ADE. Portanto, assim muito brevemente, como é que tudo surgiu?

P1 – É um bocado difícil, porque eu tenho duas Licenciaturas, uma em Psicopedagogia e outra em Psicologia Clínica, tenho uma pós-graduação em Consulta Psicológica da Criança e do Adolescente, de 2 anos, tenho um curso livre que eu fiz na Faculdade de Medicina Sexual, faço consulta clínica privada em 4 clínicas, [em] duas [clínicas] na óptica da Medicina do Trabalho, apenas para fazer perfis psicológicos, direccionados para terem o cartão do MAI, em termos de segurança privada, nas outras duas que é na 5 de Outubro e a outra que é em Moscavide, faço os sábados à tarde, portanto estou em quatro e perfaz 5, porque pronto, também estou aqui [no CNO]. É muita coisa, tenho que me orientar bastante bem. Eu sempre gostei muito de Psicologia Comunitária, eu já estive a fazer estágios em todo o tipo de populações, que é o mais difícil, por isso é que tu se calhar notaste que eu tinha bastante à vontade a falar com a população em termos de empatia, porque já estive a estagiar por mais do que uma vez com ciganos, em bairros degradados, no Bairro 2 de Maio que é ali na Ajuda, em termos de levantamento das necessidades da população, em termos das queixas dos ciganos, já estive também num pólo, porque também tenho o curso de animadora sociocultural, fiz isso pelo Secretariado dos Ciganos e estive lá a trabalhar para aí um ano e meio, ou seja, com os ciganos, que é uma população muito carenciada, que vive com 2 salários mínimos para 4 pessoas ou mais, que têm muitos apoios sociais na óptica da Informática e no combate à Infoexclusão, pronto, e então aí, eu estive a dar formação a crianças, sobretudo crianças, em que havia uma que não sabia ler nem escrever, portanto era do 1º ciclo, até à 4ª classe e a jovens, para evitar a delinquência em termos dos ciganos. E como estive a fazer estágios, também estive em Sociedades, também já estive na Sociedade Alcoólica Portuguesa a dar consultas, no âmbito dos alcoólicos, já estive também no âmbito da metadona naquelas carrinhas que estão na rua, em que já é “fim de linha!”, em termos da toxicodependência pesada, que já tudo são danos e nesse estágio, também estive na rota da prostituição, tive naquele Centro, onde as pessoas estão a viver, ali em Alcântara também, no Centro de Asilo, que é tipo uma plataforma giratória, os toxicodependentes que estão na rua, ou quem esteja na prostituição, vão para lá para depois ou irem para comunidades terapêuticas, ou para começarem a arranjar trabalho e saírem da prostituição. Na prostituição, era mais redução de danos, troca de metadona por seringas, que passavam todos a ficar em termos de

metadona e perceber os cuidados médicos que deveriam ter para... Portanto, na prostituição, “se o cliente der mais 5 ou 10 euros é para elas fazerem sem preservativo, quando 75% das prostitutas em Lisboa, ou mais, está com Sida, portanto é ótimo para ajudar a trabalhar essa parte. E como em termos de consulta, aparecem-me muitas pessoas desorganizadas, porque eu atendo desde os 2 anos e meio de idade até aos 75 anos, portanto aparece-me de tudo, também faço terapia de casal, portanto, tenho desde vítimas de violência de doméstica até agressores, portanto, há que saber perceber como é que se fala com uma pessoa de maneira a ser eficiente, eficaz é agora, eficiente é ajudá-la a pensar acerca do futuro e perceber o que é que ela pretende em termos de situações, em termos de valores. E também já pertenci a uma associação de dificuldades de audição, tenho amigos que têm dificuldades em termos de audição, também tenho um amigo que é surdo cego e que tem 2 aparelhos cocleares, que é o único em Portugal que tem os aparelhos cocleares, que são uns aparelhos que se põem para substituir, em termos de audição, já é alguma sensibilização que se dá em termos de osso, para o som estar e essa pessoa está a ficar surda cega, está a ficar cada vez mais...

E – E está a aprender Língua Gestual neste momento?

P1 – Não, porque já está a cegar, portanto, é tudo um bocado, um pouco difícil. E por essas populações todas que passei, também percebi que seja qual seja, seja qual for o “handicap” que a pessoa tenha, seja mental, seja físico, é uma pessoa e também pode ter o aproveitamento se for possível, portanto, daí tentar tratar sem pena, mas com o potencial que a pessoa pode dar.

E – Exactamente.

P1 – E já estive a dar consultas só durante 2 anos, só privada, mas é muito puxado estares só a dar consultas, é muito desgastante e precisas de ter uma profissão menos stressante, dita normal, para desanuviar um pouco em termos do stress dos pacientes, porque senão às tantas, só estás com gente desorganizada e torna-se-te difícil ver o sentido normal ou... não se torna difícil, mas é muito desgastante, porque assim ao menos, estás com os teus colegas de trabalho, falam disto, falam daquilo e tu vais desanuviando e vais tendo um sentimento de normalidade não é, e não é tão exasperante, não é tão desorganizado. E depois é preciso ter um bom sentido de organização para conciliar tudo, porque neste momento estou em 5 sítios, incluindo com o CNED e com o estado clínico.

E – E diz-me uma coisa, portanto a tua primeira Licenciatura foi em Psicopedagogia e foi há quanto tempo?

P1 – Acabei... Ah, antes de Psicopedagogia, estive na Católica. Entrei para o Ano Zero na Católica para tirar Economia, mas como não conseguia fazer nada de jeito nas cadeiras ditas tipo Álgebra, tipo não sei quê,

então fiz a mudança de curso para Psicologia e depois estive lá um ano, passei para o 2º ano e apareceu um curso novo que era Psicopedagogia e eu fui tirar Psicopedagogia. E depois como o curso de Psicopedagogia me telefonavam para entrevistas, para perceber o que era o curso, achei por bem tirar Psicologia, para legitimar, para ter mais estofo e mais bagagem e foi muito mais fácil fazer as coisas.

E – E quando é que chegas aqui ao CNO?

P1 – Chego ao CNO após... é certo que tu quando lutas pelo teu sonho e pelas coisas que tu gostas de fazer, tens de fazer trabalhos laterais. Portanto, eu também já trabalhei em Call Center e coisas assim e diziam-me “Como é que uma pessoa que tem uma Licenciatura ou uma pós-graduação, está aqui a atender chamadas como eu, que tenho o 9º ano ou o 12º” e eu dizia “pronto olha, para mim é uma questão de tempo, para ti se calhar não” (risos), para mim era um investimento que eu estava a fazer, porque eu paguei as duas Licenciaturas, por isso é que tive de trabalhar e estudar, porque não dava só para estar a estudar, porque precisava do dinheiro para pagar as contas ao fim do mês. E em termos de estágios, também me sujeitei um bocado aos estágios, quando andava em Psicopedagogia, tive que fazer estágios ao domingo por causa do trabalho e tive que fazer vários tipos de trabalhos que nos enobrecem é certo, mas por vezes era muito stressante para conseguir conciliar tudo. Não é fácil, mas pronto, cá estou, fui sempre investindo.

E – Exactamente. Mas queria perceber, como é que tu acabas por chegar cá, no meio de todas as tuas actividades, de tudo o que fizeste, quando é que vens aqui trabalhar para o CNO?

P1 – Centro Novas Oportunidades. Centro Novas Oportunidades, Educação, é muito giro e tal, já mandei vários pacientes para cá, mas não sei o que é, olha vou mandar [currículo] para ver o que é que dá. Então mandei [currículo] para “n” CNO’s, irritei-me por estar a fazer certas coisas, porque aí estava a dar formação na PT, estava farta do ambiente... e por isso é que eu vendo muito bem ao telefone e hoje em dia em termos de telefone, lá está, sei passar a mensagem, é a mesma coisa que estares a passar a mensagem a um cego, porque ao telefone... uma coisa é toda a linguagem corporal que tu tens em termos do discurso directo e estás a ver a reacção da pessoa, outra coisa é estares ao telefone, em que tu não vês, então tu habituas-te através da voz, é como se eu fosse cega a falar com outra pessoa não é, por sermos uma linha telefónica. Portanto, a empatia na voz, o timbre de voz, a entoação, a motivação, a ausência, a modelação da voz para não ser monocórdica, quando tu estás a tentar motivar uma pessoa seja pelo que for, faz com que esta aprendizagem via telefone te abra outras portas, para tu quando estás a falar com outras pessoas que têm outro tipo de “handicaps”, à medida que te vais apercebendo, é muito mais versátil, para saberes o que é que hás-de dizer e o que é que não hás-de dizer em termos de discurso.

E – Portanto, é o teu único instrumento digamos assim, a comunicação e a forma de comunicar...

P1 – É como se eu fosse cega e estivesse a falar com outra pessoa que pode ser visual ou não, mas neste caso, ambas somos cegas, porque ao telefone a pessoa não vê o que é que eu estou a fazer, nem eu vejo o que é que ela está a fazer. Portanto nesse âmbito, faz-me com que não exista o preconceito do cego, encarando-o eu como normal, sabendo que existem umas certas idiossincrasias como “para um curso é preciso ter um computador adaptado para ele poder estar a acompanhar e portanto precisam de mais acompanhamento, uma vez que não está a perceber todavia tudo”, porque a linguagem corporal diz-nos muitos não é, em termos de mobilidade e em termos de tudo, se as pessoas virem há muitas coisas que estão implícitas em termos de movimento e dizem “aqui e ali” e tu a um cego não podes dizer isso e aí acabas por ler, de uma forma mais pausada do que se fosse com uma pessoa normovisual.

E – Então dizias-me tu que estavas a dar formação na PT...

P1 – Estava a dar formação na PT e já não me lembro como é que surgiram as Novas Oportunidades [entrada no CNO como Técnica de ADE], mas foi uma situação em que eu falei em casa com a minha car metade e ele disse “manda para isso, experimenta” e eu vim para cá [CNO] por causa da Psicologia e então quando vim aqui para o CNO, não conhecia ninguém, não sabia exactamente o que é que ia fazer e mandei apenas em termos de currículo, porque tenho um currículo muito diversificado e nesse âmbito, como sempre gostei muito de Psicologia Comunitária e isso tem a ver um pouco com a população e com o ajudar e com as políticas de proximidade que o Governo está a tentar implementar, não é, eu pensei “epá, vou a isso, vou a isso e vou ver o que é que dá” e cheguei cá e foi uma roda-viva, porque aqui é sempre uma roda viva, tinha que a aprender tudo e foi quando começaram os Militares começaram a ser chamados e não sei quê e havia uma série de coisas que havia para implementar em termos de instrumentos e como eu não sabia, estava “tábua rasa” não é, portanto, disseram-me para ler umas coisas e depois como sou uma pessoa curiosa, não é, fui sempre perguntando no sentido de não meter água, porque toda a gente mete água, por mais que não queira meter, mas no sentido sempre de perceber os erros que ia fazendo para poder aprender e poder dar uma mais valia em termos de CNED e foi assim.

E – E há quanto tempo estás cá Ana?

P1 – Foi desde Janeiro, foi a 4 de Janeiro de 2009, portanto, há uma ano e tal...

E – Portanto, foi mesmo no início do ano. E será que tu me consegues resumir o que é em concreto ser Técnica de Acolhimento, Diagnóstico e Encaminhamento, as tuas principais responsabilidades, que tipo de

competências tu mobilizas e que de certa forma já me tens vindo a dizer até agora...

P1 – Então, em termos de competências o meu trabalho é, o potencial candidato vem aqui ao Centro e o processo normal é inscrever-se na secretaria. É certo que normalmente surgem questões, porque a pessoa está ansiosa, está curiosa e então na medida do possível, para não provocar grande ansiedade e a pessoa não se estar a precipitar em termos do que quer, do que não quer, porque uma pessoa pensa que chega aqui e sabe logo para onde é que vai, mas há 4 passos que têm de ser cumpridos. O que eu faço é o seguinte, explico que há diversas ofertas formativas, seja para o 9º ano, seja para o Secundário e que o melhor a fazer é vir a uma das nossas sessões de acolhimento, que existe uma por mês, uma por mês em termos de período ou o período da noite, ou o período da manhã e na sessão de acolhimento, são explicadas todas as ofertas formativas. A pessoa aí inscreve-se, se não trouxer o B.I. e o contribuinte, os documentos e o certificado de habilitações, depois traz e inscreve-se e depois vem à sessão. Vem à sessão de acolhimento, aquilo tem um Power Point, a situação é feita de acordo, em termos de perceber o que é que as pessoas querem maioritariamente, ou para o Básico, ou para o Secundário, depois passado uma semana, temos outra sessão, em que promovo colocarem dúvidas ou questões, significa que eu posso melhorar o meu trabalho em termos daquilo que foi dito e as pessoas quando estão muito ansiosas, por vezes ficam comprometidas, porque estão agarradas às suas ideias e isso [a sessão de acolhimento] já é mais uma forma de partir pedra entre aspas, no sentido delas ficarem esclarecidas. Focamos mais sobre o Processo RVCC para também perceberem se faz sentido ou não irem para aquele processo, se faz sentido ou não falarem do seu processo de vida, se faz sentido ou não estarem tão “desacompanhados” quando já não estudam há tanto tempo, talvez melhor seria um EFA ou um EFA de Dupla Certificação, em que poderia melhorar portanto, do ponto de vista escolar, como profissional, portanto, ou RVCC, ou Ensino Recorrente, ou... isso [as ofertas formativas] é tudo assim equacionado para eles irem pensando e se irem mentalizando para o processo pedagógico e porventura profissional, para depois nessa 2ª sessão, o que eu costumo fazer para poupar em termos de telefonemas e em termos de dispêndio de tempo e para cativar mais as pessoas em termos da prontidão do encaminhamento, nessa 2ª sessão eu marco a 1ª entrevista [individual], marco para os candidatos todos, o que é giro porque motiva os candidatos entre si, em termos do discurso “ai eu quero, eu quero” e fazem um chinfrim e notam que é um efeito em termos de dominó, portanto isso funciona para motivar as pessoas e depois aí nessa sessão de acolhimento, eu dou vária documentação para eles preencherem em casa, para depois trazerem na próxima sessão ou na outra, porque são adultos, porque se desleixam e dizem sempre isto, aquilo e aqueloutro, portanto é um questionário de onze páginas para preencher, que me ajuda a perceber o perfil e tem também duas questões que é para dizerem numa qual é a melhor oferta formativa para eles e outra para que falem de 2 ou 3 questões da sua vida pessoal ou profissional e também vou explicando questões a avulso, que eles também vão colocando e é uma forma

também de eles se começarem a empenhar no Processo. Nessa fase, portanto eles vêm à primeira entrevista, começa-se a perceber o que é que eles querem ou não para eu começar a procurar ofertas, ou dizer ofertas que já estejam em aberto perto do local de trabalho deles e mesmo motivando dentro das ofertas que estão em aberto, se querem escolher outras ofertas, porque já têm tipificado aquilo que pretendem e nesse sentido também, se deslocarem às instituições onde estão disponíveis essas ofertas, ou para se poderem ir inscrever, ou perceberem se o horário dá para eles, se gostam da instituição, se têm fáceis acessos em termos de autocarro, em termos de estacionamento, em termos se a zona é uma “zona vermelha” entre aspas, se é uma zona que tem muitos assaltos ou não tem, se é mais perto do trabalho, porque eles querem, se é mais perto de casa porque eles querem, portanto todo o tipo de pormenores e detalhes que à partida não parecem importantes, mas depois fazem a diferença. Na 2ª sessão então, é já o legitimar do encaminhamento em si e se tiver sorte, faço já o encaminhamento efectivo, no sentido de dizer assim “então pronto, você vai para este curso, vai começar e o que eu lhe peço depois é que você me traga a ficha de inscrição, para eu poder fechar efectivamente o processo. Caso o encaminhamento [para oferta formativa exterior ao CNO] não comece agora, comece daqui a dois meses ou três, eu fico a aguardar a ficha de inscrição ou dou o meu email para eles enviarem por scanner, ou para virem com carta pessoalmente trazerem, ou então digo que combinamos outra sessão para perceber, uma vez que a pessoa pode começar a ficar baralhada e as coisas não correrem tão bem como à partida em termos de modelo correriam. Pronto e é isto que eu faço em termos de encaminhamento.

E – Portanto, no mínimo são realmente estas 4 sessões e depois há...

P1 – Se é 357 [D.L.] e ainda não trouxeram o certificado de habilitações, têm que o ir buscar, se o certificado de habilitações é antigo e tem mais do que um percurso, tem que se pedir o registo biográfico à escola, porque o 357 [D.L.] tem a ver com planos extintos ou em vias de extinção, que faz com que depois tenhamos aqui uma especialista, que é a Dr.ª Clotilde, que vai analisar o processo e se houver mais do que um processo, ela vai escolher o processo que é mais eficiente para o candidato, em termos de ter o mínimo de cadeiras. E depois em termos do 357 [D.L.] explico as diversas opções, falando também acerca das vantagens e desvantagens, que é muito importante para os adultos que estão um pouco congelados e não se apercebem à partida das vantagens e desvantagens que vão ter. Para simplificar, há um pequeno debate, no sentido de poder clarificar, porque neste momento, já não é o adulto que decide o encaminhamento e isto é um passo muito importante, porque antigamente a pessoa podia não ter perfil absolutamente nenhum e dizia “ah, eu quero o RVCC, porque é mais rápido e não sei quê” e eu dizia “mas você não tem perfil” e a pessoa dizia “não interessa, eu quero RVCC” e tinha que ser e neste momento não, nós só temos que dizer assim “não vou encaminhá-lo para RVCC porque isto não é o correcto para si, você vai andar a perder tempo, a mim, aos técnicos, a si, você vai desistir e vai ser depois um candidato infeliz, frustrado e

depois diz que afinal não queria e que não lhe explicaram bem” e esses passos podem ficar em agenda.

E – Por exemplo, antigamente era dada primazia então à decisão do candidato, neste momento já não.

P1 – Exacto.

E – Mas isso aplica-se a todas as ofertas ou só ao Processo RVCC?

P1 – Todas as ofertas. Eu posso dizer que não. É evidente que ao explicar esta situação, faz com que a pessoa comigo ainda não tivesse tido a ousadia de dizer “é só isto que há? então não quero”, pronto, o que pode acontecer é a ousadia passiva, é deixarem de comparecer às sessões, não vir à 2ª sessão “porque afinal não vale a pena, porque era isto que eu queria, se não é assim já não quero”, é assim.

E – E eu tinha aqui uma pergunta, que não faz sentido porque tu no início já referiste. Ia-te perguntar se já tinhas trabalhado com candidatos invisuais e portanto já trabalhaste e ia-te perguntar se a lógica das 4 sessões, portanto, todo o trabalho é idêntico com candidatos invisuais, as sessões também são uma de grande grupo, uma de pequeno grupo e há 2 individuais, ou o processo é diferente?

P1 – Tudo igual. Eles participam mais. Os que não estão contentes participam, porque uma das características que sinto aqui em termos dos candidatos que não são visuais, quando vêm, são bastante participativos e não se coíbem de dizer aquilo que não gostam, já passaram a fase da vergonha, já passaram a fase da passividade, sentem a justiça, vão directos ao assunto, querem saber, falam acerca das instituições para saber se “eu estou informado ou não”, como esse teste que foi feito “ah, mas na Casa Pia dá e tal, ah mas disseram-me que eu tinha de pedir transferência, pode-me fazer o encaminhamento, veja lá” e há várias perguntas de teste que são feitas, porque são pessoas que para tapar o sol com a peneira, já lhes disseram muita coisa e há já muita coisa que não vende, portanto, são candidatos exigentes, são candidatos que estão muito dentro do meio, porque já passaram por várias experiências falhadas e já aprenderam muito bem “os ossos do ofício” e querem, querem mas muitas vezes só para certo tipo de ofertas.

E - Mas diz-me uma coisa, portanto, desde a fase em que eles se inscrevem até à sessão de grande grupo, eles têm que colocar no questionário que são cegos, que são amblíopes, essa informação tem que te ser passada, é obrigatório, não é obrigatório?

P1 – Se a pessoa é cega, não te vai conseguir preencher o questionário não é?



E – Exacto, é verdade, tens toda a razão.

P1 – Implica um maior investimento. Eu dou o questionário em suporte de papel não é, mas nunca me aconteceu apanhar [um candidato cego] em via de Acolhimento, mas se isso acontecesse, eu teria de perguntar o e-mail do cego, para lhe enviar em suporte digital, porque ele aí já podia converter e fazer as coisas, aí a situação teria de ser adaptada.

E – E há esse material em suporte digital para tu enviases?

P1 – Há, há. Posso enviar via e-mail e depois [o candidato] preenche e envia, porque eu tento sempre de tratá-los no sentido da inclusão, não da exclusão. Nesse sentido, o que me parece e é a política que tem vindo a ser adoptada em termos de Pedagogia, cada vez mais é um processo inclusivo. E eles não gostam de ser tratados como coitadinhos, porque temos aqui duas vertentes, ou se viram contra nós, ou então aproveitam-se disso e das duas maneiras não é passível, podem é tentar açambarcar o tempo em sessão para falar acerca do seu caso, uma vez que têm uma grande ansiedade de ver o seu caso resolvido e sentem-se sem voz. E essa situação por exemplo, manifestou-se com o rapaz de Alcoitão, que já tinha falado várias vezes com a Cátia e também quis vir à sessão de grupo, para ver as ofertas todas e dizer mais uma vez a sua situação e eu disse-lhe que era importante ele vir, para fazer a triagem em termos de ponto da situação, uma vez que ele ainda não tinha sido encaminhado e andava assim e como já se tinha passado algum tempo e os métodos em termos de instrumentos, têm vindo a mudar nos Centros Novas Oportunidades, porque ao teres uma situação com a população em geral, a ANQ já tem vindo a mudar várias coisas, por exemplo o Técnico de Diagnóstico e Encaminhamento até 2008 não havia, foi uma figura nova que foi implementada face às necessidades que houve, face ao volume de trabalho e para poder ajudar a organizar e gerir e isso manifestou uma maior eficiência em termos de distribuição de trabalho, em termos da disponibilidade que o Técnico tem, para não ter que acumular tantas tarefas que lhe tira tempo para fazer outras e o sistema ficava insustentável.

E – Ia-te perguntar Ana, isto já falando para casos de encaminhamento, mas para oferta exterior ao processo RVCC. Essencialmente, que dados é que tu tens que ter, o que é que é importante tu teres sobre o candidato para poderes fazer o teu encaminhamento, esta é uma das perguntas e a outra é, como é o teu processo de procura de outras vias para onde hás-de encaminhar um candidato invisuál?

P1 – Muito bem. Essas vias de procura que eu tenho, para fazer o encaminhamento, os dados que eu necessito, já estão feitos à partida em termos de inscrição, que é o B.I., o contribuinte e os dados em termos

de certificado de habilitações. Depois os outros instrumentos que são usados, que têm a ver com o questionário e têm a ver também com aquelas duas questões que são colocadas, que me ajudam em termos de me ajudar a traçar um perfil adequado e também pedimos o currículo vitae europeu. Depois, com base nestes instrumentos, eu na primeira sessão falo com o candidato, calmamente sobre quais são as expectativas que ele tem, o que é que ele pensa, que livros é que leu, se costuma ler, como é que está a informática, até para perceber assim a situação em termos de “quebra de gelo” e em termos de empatia a pessoa solta-se mais um pouco, sente-se mais à vontade, saber se está desempregada, se não está, quais são as expectativas, porque é que quer terminar, são tudo situações situacionais que me ajudam e o questionário também ajuda em termos de perguntas, se a pessoa fez formação, se não fez, se tem filhos pequenos ou não, o que condiciona a sua privacidade, porque num curso EFA tem que ter 90% de assiduidade, portanto torna a situação difícil em termos do porquê da situação e ao perceber que a pessoa quer fazer o RVCC, vejo se tem perfil ao nível de certas competências, falo ao nível de algumas situações em termos de referencial para ver como é que ele se comporta, se tem dúvidas, como é que age, como é que não age, como é que fala, mesmo em termos do preenchimento do questionário, através das respostas claro tu vês se tem elaboração, se tem capacidade de reflexão, se tem capacidade em termos de frustração, a maneira como o questionário está preenchido, também dá para perceber se a pessoa é organizada ou não, se é uma pessoa disciplinada ou não, o tempo com o qual me entrega o questionário, também dá para apreciar se a pessoa está empenhada ou não, se traz uma capinha ou se não traz (risos), as dúvidas que coloca também reflecte se andou a pensar ou não acerca das coisas, portanto, não é uma, ou duas questões, ou três, que fazem com que eu faça um encaminhamento não é, há toda uma série de situações que caso a caso, vão tendo a sua pertinência de vida, porque aqui as pessoas não são máquinas, cada pessoa tem o seu sentir, tem a sua forma de estar, o porquê que parou de estudar, tudo isso é ventilado com calma, sem juízo de valor, no sentido da pessoa poder falar à vontade e depois o que é que eu vou procurar? Vou procurar quais são as áreas que elas acham que são melhores para elas, tipo “olha vem o génio da lâmpada, o que é que você queria ser quando fosse grande e tal”, gosto muito também de juntar o humor porque ajuda a soltar as pessoas para tirarem “aquele bicho-de-sete-cabeças” e aí depois vou começando a perceber em termos de situações geográfica, ou onde vivem ou onde trabalha, quais são as instituições ou escolas, as quais posso perguntar e telefonar para lá para ver se têm o EFA dito normal, ou o EFA de Dupla certificação, ou se preferem fazer as disciplinas em termos de ensino recorrente e de acordo com a conversa que vou tendo, vou ajudando a canalizar em termos de vantagens e desvantagens, ou para uma situação ou para outra. Se a pessoa realmente já fez imensa certificação, se tem um bom dom em termos de capacidade de reflexão e de oratória e isso em termos de ir falando acerca das competências chave, se a pessoa me vai respondendo como deve de ser, o Processo não põe problemas e isso é uma oferta que nós temos cá. Em termos do [D.L.] 357, se quiserem ir para módulos, também temos cá não é, agora se quiserem ir para as disciplinas, nós temos um lista e eu dou a lista à pessoa para a pessoa ver em termos das escolas, se quiser

acabar o curso por disciplinas e quando é uma situação que já está identificada como [D.L.] 357 e se até à 1ª entrevista [individual] eu consigo verificar isso, a pessoa pode escolher uma bolsa de disciplinas e nós na folha que foi construída para entregar À pessoa, porque é muita informação que nós damos às pessoas em termos de 357, existe um site que diz as matrizes das disciplinas para a pessoa não ter uma ideia de que a disciplina é assim e depois não é, as pessoas da 1ª sessão para a 2ª vai de ver e depois combinamos outra sessão para ela nos indicar o que pretende. Em termos dos cursos técnico-profissionais, o que é que eu posso fazer? Posso ir ver algumas instituições que já conheço e que tenho um certo discurso que a prática nos vai dando, ou vou ao IEFP e vejo se há cursos a começarem, portanto, no sector terciário, na zona de Lisboa e vejo quando é que começa, quais são as características e posso tirar o código para depois a pessoa ver no CNQ de acordo com o código, ver o conteúdo programático para a pessoa perceber o que é que vai fazer. Para verem assim qual é o conteúdo programático, quais são as horas que vão ocupar, quais são as coisas, para eles não fazerem uma fantasia do tipo “ai, agora vou ter que sair mais cedo para estudar em casa” e eu digo “mas isto é um curso para adultos, é um curso eminentemente prático, portanto, é algo que você vai trabalhar tudo na escola, ou no instituto e não tanto em casa”.

E – E ia-te perguntar se há alguma via para a qual encaminhas mais candidatos e quando digo alguma via, pergunto também por alguma entidade?

P1 – Em termos de entidade, o que eu tenho vindo a verificar, é que há algumas entidades de referência como a ACAPO, porque eu tenho uma lista com várias entidades que me foi facilitada, também falei para a DREL e na DREL disseram-me que há lá um sitio de referência que dava as escolas de referência para os cegos poderem fazer o ensino recorrente, mas o ensino recorrente não é a primeira hipótese, porque senão, já muitos deles já tinham ido para isso, no entanto, é preciso ver as escolas de referência para ver o que é o ensino adaptado, o ensino adaptado no sentido também em termos de instalações se são amigáveis para eles e nesse sentido, posso enviar se as pessoas quiserem, à espera de turma, agora também não me posso responsabilizar se a turma vai abrir ou não, posso é ir fazendo uma supervisão percebendo se efectivamente já foram fazer a matrícula e se efectivamente já foram chamados a frequentar, nesse sentido. A Casa Pia, vem como uma boa solução, no sentido de tirar os cegos da Infoexclusão, em termos da parte Tecnológica, para poderem fazer a Informática e poderem crescer naquela linguagem adaptada aos cegos, para eles poderem ser mais independentes no âmbito da Informática e possibilitar uma formação. É algo que vai ajudando, mas em termos de ensino recorrente, há muitas que podem através da DREL, agora resta saber a disponibilidade efectiva que existe depois em termos de começo. Em termos dos outros Centros de Formação, há vários que dizem que sim, há uns que aceitam um por excepção, mas depois já não aceitam os outros, como viste em relação ao CECOA, em que houve um [candidato invisual] que passou e foi aceite e entrou no curso, mas depois quando eu pedi para mais dois candidatos [invisuais] na mesma área, já não era

possível “por causa do trabalho e ia-mos ver e não sei o quê, não sei que mais”. Portanto são situações que em temos de cegos, como já te disse não tenho muitos, tenho poucos, mas também já mandei para Maiores de 23, para a Escola Profissional de Alcoitão, que é ensino superior, que foi a situação de um amblíope.

E – Mas e diz-me uma coisa, corrige-me se estiver enganada, quer dizer então que se for por exemplo para encaminhar [candidatos invisuais] para o Ensino Recorrente, parece-te a ti ser mais fácil entre aspas conseguir encaminhar as pessoas e para as outras ofertas já não tanto, é isso? Por exemplo, se necessitares de encaminhar um candidato [invisual] para o Ensino Recorrente, porque viste que isso era o mais adequado para a pessoa, até tens facilidade em encontrar uma entidade que tenha o curso ou...

P1 – Facilidade em termos estatais, mas não significa que essa eficácia seja eficiência.

E – Ou seja, porque acontece aquilo que tu me dizias há bocado, não quer dizer que depois a turma abra...

P1 – Abra efectivamente e o mesmo acontece nas outras ofertas. Agora, em termos de rigor estatal do governo, sim, é aquela coisa do grávido, do Marcelo Rebelo de Sousa, “pode enviar, pode! Vai entrar, pish” (risos), é aquele paradoxo, não sabemos se a coisa vai ser efectiva ou não, é como em todos, porque em todos os candidatos que encaminhas, existe oferta, existe, mas depois, por exemplo, tu encaminhas para uma oferta que há no Centro de Emprego [IEFP] disponível e essa pessoa vai ter que começar o processo todo de novo, o que é uma idiossincrasia do sistema, portanto ela chega lá e vai ter que se inscrever e vai ser sujeita a testes psicotécnicos outra vez, quando uma técnica já fez o mesmo trabalho e já o encaminhou, portanto, isso vai protelar as coisas e eles são normovisuais...

E – É um bocado chato então porque vocês fazem...

P1 – É chato?! É péssimo, é burocrático, ou seja, o sistema como é estatal, é pesado, compreendo e não perceberam que existe este entrecruzar entre os departamentos, que faz com que a situação fique mais...como são estruturas novas, os protocolos foram avançados, mas não existiram formas de desburocratizar o sistema e ser radical. Se eu mandar [um candidato] para a Casa Pia, vou mandar para a Casa Pia, óptimo, têm que fazer testes, portanto, tem que ter uma pessoa a entrevistar, portanto têm que ter testes a fazer para ver se ficam, como noutras instituições que fazem testes também, faz com que fique uma burocratização...

E – Até porque já houve um trabalho de antemão que justificou o encaminhamento para essa outra entidade.

P1 – Claro.

E - E diz-me uma coisa Ana, já alguma vez nos teus encaminhamentos tiveste alguma situação em que encaminhas a pessoa para tal sítio, porque te dizem que sim, que vai abrir o curso e uma turma e ao final de algum tempo verifica-se que afinal a turma não abriu e...queres-me falar um bocado dessa situação?

P1 – Então, “a turma não abriu, vai abrir, está a aguardar”, até me disseram num sítio que em vez de abrirem uma turma, abriram duas e afinal, a bolsa foi para metade.

E – Para metade dos candidatos?

P1 – Não, para metade do dinheiro da bolsa, o que é mais grave. E outra pessoa que também encaminhei para um Centro de Emprego, para ver se abria e já não teve lugar naquela turma, porque é muito ingrato, nós não temos todas as ofertas na Internet e quando nós vamos aos sites das Instituições, quando lá chegamos aquilo já está cheio e então temos a vantagem de em termos de parcerias, quando eu ligo para uma instituição para saber se eles têm ou não têm [as ofertas formativas], não quer dizer que o site na Internet esteja actualizado, mas a pessoa pode-me dar em termos de ofertas, as informações mais actualizadas, o que é óptimo, ou então enviar-me um e-mail com as ofertas últimas que têm e nós vamos explicando as coisas. E também estamos a trabalhar e também é a minha responsabilidade aqui no CNED, trabalhar as parcerias, ou seja, desenvolver as parcerias, desenvolver também a escrita em termos de imprensa que é para nós podermos arquivar [os documentos] e também estou responsável pelo [D.L.] 357 e portanto, acaba por ser uma responsabilidade digamos extra, porque havia outra técnica que explicava o [D.L.] 357 e eu passei a responsabilizar-me pelo 357 e pelos candidatos que queriam o 357 e nas entrevistas, para não estar a fazer uma entrevista de grupo, para não estar a [aguardar o] acumular [de] um número suficiente de candidatos, 15 ou 20, para fazer só uma entrevista de grupo, em termos operacionais, achei por bem fazer a situação em termos de acolhimento genérico, pergunto quantos deles é que pretendem ir para isto ou para aquilo, dou uma luz em termos genéricos do que é que se trata cada coisa e falo de todas as ofertas e depois caso a caso, explico melhor e dou mais material, que é para não estar a dar tanto material, para a pessoa depois não se perder e perder a percepção do que é essencial e também para poder reflectir, para sentir a falta de algo para perguntar e assim, se poder começar a questionar, para ser mais curioso.

E – Muito bem. Então em relação, vamos voltar novamente à questão do Processo RVCC com Invisuais, relativamente às tuas sessões, que tipo de materiais é que tu utilizas nas sessões?

P1 – Com os invisuais?

E – Sim. Há algum tipo de materiais adaptados? Portanto já me falaste dos questionários...

P1 – Repara, quando nós estamos a fazer o trabalho de formação, o que está escrito nos slides, é um bocado indiferente, tem tudo a ver com a informação e a forma como tu promotes e motivas a ideia e a maneira simples, pratica e objectiva como tu a colocas, tem que ser conciso, tem que ser simples, tem que ser prático, não pode ser dúbio e nesse termo, os slides que podem ajudar aos normovisuais para não entrarem em tédio, toda a motivação que o formador consegue promover face ao público-alvo que tem em sala, daí eu dizer-te que pergunto qual é a escolaridade para ajudar a fazer a triagem e se estão empregados ou não estão, para criar motivação em sala e isso faz com que a pessoa ao estar atenta e ao ir promovendo o questionar “e se tiverem alguma questão, coloquem-na e se tiverem alguma situação que não estiverem a perceber bem, perguntem de novo”, estas paragens que eu vou fazendo ao longo da sessão, em termos de acolhimento, dá às pessoas que estão a trabalhar o dia todo ou não, se sintam mais importantes, se sintam queridas e façam com que se sintam desejadas e que sintam que alguém está ali a preocupar-se com elas e isso, nem o melhor Power Point do mundo consegue fazer. Porque como cada caso é um caso, o facto de eu explicar uma coisa e explicar de várias maneiras a mesma coisa e quando estão a pôr questões, é porque alguém não percebeu ou então traz ali outra questão encapotada, que também pode ser a de mais outras pessoas, faz com que isto desperte a motivação em todos, porque eu posso ser uma pessoa que seja normovisual, que vai para ali e se achar uma situação tipo “Charlie Brown”, porque a pessoa está só “blá blá, blá blá”, tipo enfadonho, é a mesma coisa que a pessoa ser cega, correcto, portanto nesta situação, ser normovisual ou ser invisual é igual, porque se não consegues captar a atenção de uma pessoa, é a mesma coisa que a pessoa ser cega, surda, muda, tudo.

E – Portanto, o principal material aqui, digamos que é a Comunicação, portanto, é a tua mensagem e a forma como tu “a vendes”, digamos assim, não é?

P1 – É a maneira como é promovida a mensagem, é a maneira como se ouve tudo aquilo que eles estão a dizer, por mais que seja uma “betice”, não há nenhum comentário parvo, todos os comentários são válidos e importantes em termos de apreciação, porque assim eu consigo perceber o que é que eles precisam até ai, porque de outra forma, não conseguia ter essa percepção. Portanto, já “matei” essa pergunta, não é?

E – Já, já, muito bem. Eu tinha aqui uma questão em que o que eu te ia perguntar, era se tu achavas que os materiais que existem para o público invisual, relativamente às sessões de Diagnóstico e Encaminhamento, se estavam adequados ao tipo de público. Resumindo e concluindo, já vi que não é uma questão de estarem

adequados ou não, nesta fase [ADE], o essencial é a comunicação.

P1 – Tornam-se adequados a partir do momento em que se a pessoa não é invisual... Eu nunca apanhei nenhum invisual do principio [desde a fase do Acolhimento], por isso é que eu não te posso responder completamente a essa questão, mas caso me ocorresse essa situação, eu pedia o e-mail ao invisual no sentido de lhe enviar essa documentação, porque nós não temos as coisas em Braille, portanto não vamos ser líricos. Do ponto de vista prático, se eles já têm a situação em termos de se têm o computador adaptado, com o sistema com aquela linguagem, excelente, se não têm, é mais difícil, porque nós em termos de Braille, não temos possibilidades [quem traduza]. Agora a pior audiência que tu podes ter quando estás a fazer uma formação, seja ela do que for, seja para o que for, é o silêncio. Se tu fazes uma apresentação, seja boa, seja má e passado vinte minutos ou meia hora ninguém diz nada, tu dizes assim “a sessão acabou”, isto nunca me aconteceu (risos), mas pode acontecer, mas se esta situação se manifesta, é porque está ali alguém forçado, não está minimamente interessado.

E – E a nível de estratégias, eu ia-te perguntar se há alguma estratégia que tu desenvolves com os teus candidatos invisuais. Portanto, tu já me falaste na estratégia da comunicação, mas não é algo que tu usas só especificamente com os candidatos invisuais, tu usas no geral com todos.

P1 – Aí se nota que eu não os trato de forma diferente, não é? Eu tenho uma amiga minha que tem um implante coclear e nós combinamos às vezes aqui [no CNO] ir almoçar, conto isto apenas para tu perceberes, e eu já sei que ela às vezes tem mais tonturas e então pronto digo-lhe “hoje vamos de braço dado, está bem porreiro. Então, qual é o ouvido, é o esquerdo ou o direito?”, para saber qual é o ouvido que está preparado para ela me ouvir, porque ela só houve os sons metálicos, ela só vai ouvir os barulhos metálicos e não em termos das nossas conversas e então pergunto-lhe “e hoje como é que estamos, estamos bem? Vamos então almoçar para um sítio com menos barulho”. O som é muito importante, porque se eu fosse almoçar contigo, não tinha a preocupação que tenho com ela, de já ter percebido qual é o ruído que há mais em termos de restaurantes e ficamos sempre longe da cozinha, por causa dos metais e por ser onde os talheres se manifestam mais. Portanto, há toda uma série de cuidados que a pessoa vai tendo em atenção [com os candidatos invisuais], como o que é que não se diz a um cego, tipo “está a ver, não está?”, não se diz, há palavras que por cortesia se têm de evitar não é, “olhe, venha por aqui”, também não se diz não é, “por aqui por onde, olha vira, vira!”, não é, tem que se agarrar no braço e dizer “então, vamos agora para a direita, olhe tem aí um degrau”, mas tudo com uma naturalidade que é exigível e mesmo em termos de entrevista, o olhar olhos nos olhos não se põe, em termos de entrevista em que se deve ter um olhar sincero e em termos da linguagem cultural, há outras coisas que tem de se usar, a voz torna-se muito mais importante, porque é a imagem do CNO.

E – Até porque vocês são a primeira “cara”, digamos assim, do CNO.

P1 – E reformular, reformular mais vezes, perceber se o candidato está a perceber ou não, o que foi feito aqui na tua presença [numa sessão de encaminhamento] com brincadeira, não é? O humor foi usado, eles falaram acerca das suas injustiças, acerca das instituições, que não os receberam, acerca da ficha de inscrição que não aceitaram, ou aceitaram e depois não os chamaram e por isso é que eu referi “só quando eles estiverem mesmo a frequentar é que me dá o comprovativo para eu poder fechar o seu processo”, para saberem que há um interesse que está a ocorrer.

E – Eu ia-te perguntar Ana, tu notas algum tipo de diferença ao nível da motivação e mesmo da relação com os outros, ao nível dos candidatos invisuais? Por exemplo, nas sessões de grupo, quando eles estão em grupo...

P1 – São mais interventivos.

E – São?

P1 – São mais interventivos, são um pouco mais rígidos em termos de ouvir, porque...

E – Mas isso também se justifica um bocado pelo que tu me disseste à pouco, um pouco mais pelas agruras da vida que já lhes foram acontecendo, se calhar pelas tais “portas fechadas”, não é?

P1 – Dizem-lhes a mesma coisa mais do que uma vez, e como nos normovisuais, há pessoas que também têm ideias muito fixas não é, portanto, também há cegos que recebem melhor a ideia ao princípio do que outros, como tu viste em relação a estes dois [candidatos invisuais, na sessão de acolhimento], este [candidato 1] era muito mais tolerante e o que estava onde tu estavas sentada [candidato 2], é muito mais intransigente, portanto é preciso saber lidar e foi uma entrevista muito mais difícil, não só pelo facto da exigência da voz, não é, como também pela exigência de um ser mais intransigente do que o outro e um estar a tentar apaziguar mais e a conter-se mais que o outro, tipo “não devias ter dito isto”, um a dizer para o outro, não é, se calhar um até ia para um EFA normal e o outro é que queria a outra parte também, [EFA de Dupla Certificação], mas isso depois são para outras núpcias, não é? Apesar de eles quererem vir sempre os dois, é uma construção que foi aqui criada a dois, em termos de espírito de sobrevivência, em termos de espírito de solidariedade, em termos de espírito de companhia, para irem aos sítios para conhecerem e para estarem mais acompanhados, mas que são situações que se têm de tratar. E pronto, temos aqui pessoas



que, estas são invisuais, outras são bipolares, não é e temos outras que são desorganizadas e temos outras que já tiveram um passado de drogas e também a santa casa [a instituição para onde vão encaminhados] não dá abébias, também não dá soluções, se cortam, é logo tudo, começam a ver que a pessoa teve isto, teve aquilo, cortam logo tudo. Na RUMUS, em relação a um caso de um fulano que é bipolar, eu disse “olhe vou encaminhar” e depois passado uma semana, referi, para não haver essa situação de censura, referi “olhe, que o candidato que encaminhei está agora num Centro de Abrigo temporário, ele é bipolar, tem os seus “up and downs” e tal, mas parece-me que agora está a andar” e a senhora [Técnica da RUMUS] sentiu-se à vontade [para aceitar o candidato], ele apareceu-me cá a dizer que tinha sido agredido a sair [da instituição RUMUS], que lhe deviam dinheiro e não sei quê e eu telefonei para ela a dizer-lhe essas coisas e ela disse-me “olhe, mas ele anda esquisito”, e eu respondi “ai, mas ele está-me a dizer isto” e ela “olhe, mas parece-me que ele anda um bocado”... então, ele já tem uma residência fixa para onde pode mudar, já fez o 6º ano, agora vai para o 7º ano, em 3 meses, portanto, são aqueles “up and downs”, já se sente que se é muito bom, que já se conseguiu muita coisa, que já não se precisa de estudar e ela esteve-me a referir “cuidado, porque talvez possa haver aí outra coisa, que é um passado com uma situação de drogas” e eu disse “olhe, eu até o vi mais gordinho, se calhar é cerveja, mas se calhar pode ser outra coisa”, pronto e disse “olhe, agradeço-lhe muito aquilo que me está a dizer, agradeço-lhe também por não ter cortado logo à partida o ingresso deste candidato, mas também a minha responsabilidade aqui já acabou em termos de encaminhamento, agora gostava de estar informada, eu já lhe estive a dizer que o vou chamar a atenção face à situação dele e à postura dele e em termos das oportunidades se irem acabando, para ele saber como aproveitá-las e saber como investir e ver o que é que é importante e agora você diga-lhe, porque ele já não queria ir, porque tem medo que lhe batessem e eu até lhe disse, vai à Polícia e faz a queixa à Polícia, você já se defendeu, já pôs a sua situação e vá lá falar com as duas Técnicas depois da aula terminar, para ver o ponto da situação”, isto porque ele tem vindo a faltar.

E – É complicado, compreendo.

P1 – Aqui temos o lidar com a diferença.

E – Com a diferença, exactamente. Oh Ana, no início da conversa, estavas-me a falar daquele candidato [invisual] que encaminhaste para Alcoitão, contavas-me essa situação?

P1 – Ele já tinha feito formação profissional em termos de massagista, é isso que ele quer e já foi lá ao Centro [de Alcoitão] para se inscrever...

E – Mas essa formação profissional, tinha-lhe dado equivalência, suponho que ao 9º ano, não é?

P1 – Ao 9º ano. Ele tinha o 9º ano e já tinha estado a trabalhar em clínicas e em coisas e ele estava de uma forma muito exigente... Isto foi um processo que começou a ser acompanhado ela Cátia e a Cátia referiu-me também que ele tem muito jeito e era isso que ele quer e se lhe passássemos o papel [da formalização do encaminhamento – PPQ] a coisa ficava legitimada e a probabilidade da coisa ir para a frente era muito maior, em termos de maiores de 23. E face ao facto da Técnica [Cátia] já ter estado com ele, quem sou eu para estar a desautorizar a Cátia não é, muito menos estar a tirar a vontade ao candidato, que já mostrou experiência na área não é? Falei-lhe acerca das vantagens e desvantagens e a partir daí também não posso fazer mais, não posso dizer que ele esteja completamente apto em termos do Ensino Superior, mas também como já teve várias situações em termos de ter competências e prática em termos profissionais, que nem sequer é num regime que seja protegido, portanto, quer tentar, quer tentar. Portanto, também não ia estar a cortar. Agora, também já lhe liguei uma ou duas vezes para perceber o ponto da situação, para saber se ele já tinha feito efectivamente a ficha de inscrição e ele não atendeu.

E – Portanto, ainda não soubeste nada sobre...

P1 – Não.

E – Bem Ana querida, estamos quase a entrar na recta final (risos). Queria-te perguntar, quando tu entraste para cá e trabalhaste a primeira vez com candidatos invisuais, portanto, foi-te transmitida alguma indicação técnica sobre como trabalhares com eles, tiveste alguma acção de formação, tiveste alguma...

P1 – Não.

E – Portanto, não houve nada nesse sentido?

P1 – Não.

E – E sentiste necessidade, na altura, sentiste falta disso, ou também se calhar por ti, pela tua própria personalidade e pela experiência que tu tiveste, a coisa correu sempre bem? Sentiste alguma necessidade na altura?

P1 – Repara, uma pessoa nunca sabe se está a fazer efectivamente bem ou não, é uma situação em que a relação vai-se construindo, há personalidades que são mais fáceis, há personalidades que são mais difíceis. Referiram-me que era invisual, ou era amblíope e a partir desse momento, eu fui tentando lidar o melhor que pude com a situação, não te posso dizer “ai foi um espectáculo” (risos), não sei, fui-me tentando adaptar à situação não é, e como já vivi em termos de população, em situações muito distintas, com vários

tipos de carências e de dificuldades, tentei colocar-me um pouco no lado da pessoa, se estivesse a falar com uma pessoa que não visse ou se eu não visse, como é que eu gostava que me tivessem a tratar a mi, pronto, isso foi o que eu tentei.

E – E pode-se dizer que sentiste alguma vez alguma dificuldade em encaminhar, ou dificuldade com a própria pessoa [invisual], alguma vez tiveste alguma dificuldade?

P1 – Dificuldade em encaminhar, muita, não é, em termos das ofertas disponíveis, também é difícil encaminhar para os outros não é (risos), é difícil encaminhar para todos, até porque as pessoas depois mesmo tendo esta conversa toda, depois a vida prega-lhes umas partidas e depois já não estão disponíveis a fazerem certas coisas que gostavam, ou depois desistem.

E – Pois, há outros factores não é

P1 - Há o factor motivacional, se tens a tua mãe em casa, ou a tua mãe adoece, ou se os teus pais são velhinhos, pronto, têm que interromper o processo, se há uma morte que seja de um ente que te seja muito querido, pronto, acabou-se o processo, a pessoa não tem disponibilidade, a pessoa sente que não faz sentido continuar, há toda uma série de situações que podem ocorrer em termos da pessoa não saber lidar com o stress e esta situação que era tão importante, deixou de ser importante, a pessoa pode ter uma depressão e pronto acabou, uma pessoa pode ser despedida e pronto acabou, afinal isto que fazia sentido, já não faz sentido porque a empresa mudou e já não me interessa e a partir daí como é que é? “Ah, afinal mudei de casa, estava naquela escola e mudei de casa”...

E – Pois, também é uma situação que pode acontecer não é? (risos)

P1 – Ou então, em termos dos militares, vamos encaminhar para EFA, mas depois vai embarcar e pronto acabou-se, encaminha-se para RVCC e acontece por exemplo “não, prefiro ensino à distância, porque eu vou embarcar e às vezes nem sequer tempo tenho e não sei quê”, pronto, lá vamos nós á história das vantagens e desvantagens para ver as coisas. Portanto, há toda uma série de factores, não é, que nós não podemos controlar, nem os candidatos e isso dificulta tudo.

E – Exactamente, exactamente. E ia-te perguntar, a nível de materiais e de programas informáticos, se conheces, relacionados com o público invisual, se conheces alguma coisa? Portanto, a Técnica de Linha de Braille já sei que não têm cá, mas tu conheces...

P1 – Sim [conheço a Técnica da Linha de Braille].

E – E já trabalhaste com isso?

P1 – Não, nada [nunca trabalhei com a Técnica da Linha de Braille].

E – E algum programa, por exemplo o JAWS que é mais conhecido, conheces algum desses programas?

P1 – Não [não conheço programas adaptados para invisuais], não, mas disseram-me que havia o programa e os invisuais nesse sentido são muito pedagógicos, não é, disseram-me que existia o JAWS, que era um leitor de ecrã e que faziam as coisas, não havia problema nenhum, tudo bem e até explicaram, face a uma técnica de uma outra instituição [para onde foram encaminhados] que queria traduzir os manuais em Braille, que eles disseram “não vale a pena, porque é que não pode ser em PDF, em PDF é só transformar para Word e pronto, isso faz-se”, pronto, mas eles [instituição que acolheu os candidatos] manifestaram isso, mas também não deram mais abertura para que na instituição adaptassem as coisas. Portanto, o conhecimento que eu tenho, surge através de...

E – Coisas que eles te contam, digamos assim...

P1 – Sim, sim.

E – E ia-te perguntar se actualmente sentes alguma necessidade de formação em relação a este público?

P1 – Bom, se houvesse formação é óptimo, em termos de como interagir, como estar, como propiciar as coisas. A formação é sempre boa e é sempre bem-vinda, o saber não ocupa lugar, não é, portanto, nesse sentido era óptimo, se eu te vou dizer que vai melhorar, é certo que vai melhorar, não é, em termos da minha comunicação com uma pessoa que é invisual, vai me despertar com mais sensibilidade para certas temáticas, porque tu só perguntas o que sabes, era aquela conversa que a gente estava a ter no outro dia não é, portanto, são sempre mais valias úteis que podiam ser usadas não é?

E – Então agora vamos fazer uma brincadeira. Basta que tu me digas apenas se gostarias ou não. Eu vou-te indicar aqui uma ou duas acções de formação e depois tu dizes-me se achavas interessante faze-las. Não estamos aqui a falar em horas nem nada, é só mesmo a nível da temática, se tu tinhas interesse. Gostavas de fazer alguma acção de formação sobre Técnica da Linha de Braille?

P1 – Técnica da Linha de Braille?

E – Só sobre isso.

P1 – Outra forma de leitura.

E – Gostavas de fazer?

P1 – Sim, era bom, ir à casa de banho com as luzes apagadas e conseguir perceber qual era o medicamento que tinha de tomar, sim, porque a linha de Braille já é usada nos medicamentos.

E – Pois é. E não sei se viste um e-mail aí há uns tempos, andavam a fazer uma petição para se utilizar o Braille nos supermercados, para as pessoas poderem comprar os produtos e saberem o dinheiro que custam...

P1 – Já houve um mestrado de uma rapariga em Portugal que é o Braille mas é nas etiquetas da roupa.

E – Que engraçado, para eles distinguirem as cores e a textura.

P1 – Sim, sim.

E – Sabes que eu sei que uma das actividades da vida diária que trabalham no Centro da ACAPO é ensiná-los [aos invisuais] a diferenciar as cores, não sei como é que eles fazem isso, acho que fazem através de texturas, mas sei que isso se faz, porque uma vez era para ir realizar mesmo ao centro da ACAPO onde eles dão essa formação, das actividades da vida diária e a menina que nos estava a acompanhar falou-nos disso, acabamos por não ir ver, infelizmente, mas ela falou-me nisso. Então Técnica da Linha de Braille, interessava-te?

P1 – Sim.

E – Sim. E uma formação em Tiflotecnologia, não sei se já ouviste falar.

P1 – Não, isso é o quê, é tecnologia de Braille?

E – Não, Tiflotecnologia é uma formação sobre os apoios e ajudas técnicas, essencialmente construídas e adaptadas para o público invisual, por exemplo, agora ocorre-me imagina por exemplo para a área da

Catarina, a Matemática, por exemplo, determinados materiais geométricos, determinadas fitas com Braille, pronto, estou-te a dar este exemplo, mas são ajudas e...

P1 – Eles fazem muita massa, esparguete, os cegos.

E – (risos) não percebi.

P1 – O esparguete... estavas a falar em termos do toque, da maneira como se torna exequível a vida deles e em termos de cozinha, eles cozinham muito o esparguete.

E – É?

P1 – é, porque numa república onde tive um amigo meu a estudar, ele dizia-me que eles só faziam era esparguete...

E – E sabes porquê?

P1 – Torna-se mais fácil, não sei, talvez pela forma, torna-se mais fácil de verificarem a quantidade e depois é só pôr na água, ferver, escorrer a água e é mais fácil para comer, é mais fácil do que ervilhas (risos).

E – (risos) Claro. E aqui em Tiflotecnologia, gostavas de ter alguma formação.

P1 – Sim, em termos de ter percepção do que é que existe.

E – E uma formação em software especializado e materiais, portanto isto já mais para programas JAWS e outros programas que existam?

P1 – Sim, isso era mais importante. Pode-se pôr por ordem de prioridade?

E – Se quiseres. E uma formação só sobre aptidões e limitações sobre o público invisual?

P1 – Também.

E – Também. E uma formação de comunicação para linguística, portanto, um pouco o que tu me falavas à bocado, do tom de voz...

P1 – A maneira de reformular a informação...

E – Exactamente, as pausas que se fazem...

P1 – O esperar por... sim, também.

E – É uma formação sobre trabalho de valorização e empowerment, saberes trabalhar a auto-estima, a motivação...

P1 – É isso que eu faço, não é (risos)

E – (risos) se calhar não precisavas Ana, porque tu já és uma veterana.

P1 – Não, mas é muito bom, sim.

E – Então e queres enumerar destas todas? Por acaso nem tinha pensado nisso, mas sim, queres dizer qual é a tua ordem de prioridades, o que é que tu achas?

P1 – Então, ficava... Talvez a segunda [Tiflotecnologia], em termos da operacionalização dos instrumentos, depois o Software, esta parte da comunicação para linguística, esta aqui [Trabalho de valorização e empowerment] é aquilo que eu faço não é...

E – É esta aqui por exemplo, as aptidões e limitações do público invisual, onde é que punhas?

P1 – Primeiro, a de valorização e empowerment, depois a limitação do público invisual, depois o software especializado...

E – Que seria talvez articulado um bocado com a de Tiflotecnologia...

P1 – Sim, sim, e depois as Técnicas de Braille.

E – Muito bem, é uma sequência muito boa (risos), espectáculo. Pronto, minha querida, agora vamos mesmo terminar. Ia-te só perguntar se tu querias dar alguma, primeiro se querias falar em algo que eu não me tenha lembrado relacionado com o teu trabalho, com o público invisual, com o que se faz, com o que não se faz, com o que se podia fazer, não sei, alguma sugestão sobre alguma coisa que eu não tenha falado, também não abordei aqui a importância do trabalho de equipa, não sei se...

P1 – O trabalho de equipa, eu já abordei não é, porque nós temos de trabalhar em termos de trabalho de equipa, porque nos ajuda no encaminhamento, quando é para RVCC por exemplo, saber quando é que os grupos começam, porque temos de falar com as profissionais, seja do Básico, seja do Secundário, porque se soubermos quando é que começam, então sabemos também as sessões, porque este processo [ADE] é suposto ser de 4 semanas, uma vez por semana cada um e quando é o processo para RVCC, se vejo que a pessoa está mais encaminhada para RVCC, posso cortar a 2ª entrevista...

E – Exactamente, de maneira a que ela se encaixe num grupo não é?

P1 – Não fazer as duas ao mesmo tempo, porque a pessoa tem sempre a necessidade de reflectir e de ir falar para casa, para depois dar a resposta, para não estar a tomar depois decisões erradas, porque há sempre um carácter de reflexão para a pessoa ver como é que é a sua vida...

E – Pensar sempre um pouco na situação, não é?

P1 – É, para fazer a decisão a frio e o trabalho de equipa está em todo o lado, porque depois quando vão, vamos já dizer que é invisual não é e há pessoas que já fizeram aqui RVCC B2 [6º ano], mas que já não conseguem ir para B3 [9º ano] e quando nós propomos o RVCC para o Básico nos invisuais como nos outros, para fazer o RVCC do Básico B3, as profissionais por vezes dizem-nos “olha, ele tem capacidades para fazer isto, mas não tem para fazer aquilo e vai ficar pelo B2, não vai para B3” e então aí tem de ser um processo de encaminhamento para fazer o B3 no sentido de um EFA, ou seja, profissional ou escolar e nesse sentido também é importante estar sempre, até porque temos uma proximidade com as profissionais, pois estão na sala ao lado, porque nos ajuda a discernir e a perceber em termos dos candidatos, o que é que se pretende fazer, ou se o candidato não está a rentabilizar aquilo que deveria, não é e ele pensava também que era uma boa opção, mas depois ouviu falar ou começou a pensar melhor, ou prefere apenas outro projecto de vida, porque os adultos por serem adultos, não significa que tenham uma maturidade à altura da idade que têm, seja lá isso o que for e pode haver aqueles reveses na vida que a pessoa não tinha até aí e realmente estava a trabalhar e depois fica desempregado e pensa que é melhor investir em formação profissional, pronto e é legítimo e em termos de perfil, também se considera adequado. Portanto, o trabalho de equipa aqui é e sempre foi fundamental. Em termos das parcerias, que é aquilo que eu estou a tentar fazer, em termos de dar mais visibilidade à questão, em termos de perceber das instituições se vale a pena ou não...

E – Eu peço desculpa estar-te a interromper, mas é que eu tinha aqui exactamente uma pergunta sobre as parcerias, acabei por me esquecer de te fazer, em que eu te ia perguntar exactamente se havia alguma



parceria com alguma instituição relacionada com público invisual.

P1 – Não há, mas eu estou a trabalhar nisso, estou a trabalhar parcerias coma EUROTEMA, que está muito bem situada em termos de transportes, na zona célebre da cidade, que está ali entre o Marquês de Pombal, fica ali mesmo ao pé do antigo cinema Mondial, portanto, está entre o Marquês de Pombal e o Saldanha, está nessa rua, portanto, estou a trabalhar em termos de parcerias com a EUROTEMA e a Casa Pia e articulo-me também com a Rede de Escolas que existe para o Ensino Recorrente. Em termos de Santa Casa da Misericórdia [Casa Pia], ainda não houve a oportunidade de ver em termos de perfil para essa área, mas, é uma situação que também está em equação, no sentido de ver necessidades neste sentido.

E – Deixa-me fazer-te uma outra pergunta, que entretanto lá está, ficou para trás. Não se se tens algum... por exemplo, eu sei que há alguns encontros InterCNO's, mas por exemplo tu tens algum contacto com outros CNO's que tenhas estabelecido tu, ou porque tens conhecimentos, ou porque... falas-me um bocadinho dessa questão?

P1 – Sim, isso também acaba por acontecer, sim. O CNED nessas coisas é muito bom, porque dá-nos oportunidade de nós irmos percebendo outras realidades, para além da realidade que aqui temos, pois serve um público fundamentalmente militar, apesar de também termos a recepção dos civis e nesse âmbito temos várias acções de formação que vão sendo promovidas nos encontros interCNO's, para percebermos mesmo acerca da metodologia que vai sendo alterada, que vai sendo actualizada e melhorada, acerca das ofertas formativas por exemplo, acerca do [D.L.] 357, acerca do trabalho que tem vindo a ser efectuado noutros CNO's, mas a temática das pessoas com necessidades educativas especiais, ainda não tive oportunidade de ver, porque também é evidente que não podem ir todos, não é, as oportunidades têm que ir rodando por todos os membros da equipa, não é, podem ir dois membros ou três de cada vez, mas ainda não tive acesso a ir. No entanto, também houve uma melhoria que foi proposta, que é o facto de, se temos 16, 15 membros aqui em termos de CNO e se vão 3 pessoas representar o CNO, é bom que seja feito um relatório do que se passou lá [no encontros interCNO] para os outros também poderem “ir beber” desse conhecimento e isso também é bastante agradável.

E – E diz-me uma coisa Ana, tens alguém teu conhecido num outro CNO, em que já tenhas, sei lá, falado sobre alguma experiência, ou tua, ou dela, relativamente ao público invisual e ao trabalho desenvolvido com este público, já aconteceu?

P1 – Não.

E – Não?

P1 – Tenho é experiências do público invisual, que me fala das coisas e das decepções que têm tido e das situações de ficarem em lista de espera e depois não serem chamados e disso acontecer, porque efectivamente em termos de instrumentos [as instituições] não têm e depois por exemplo, a desculpa que a Técnica que me deu quando eu estava ao telefone e que tu assististe, é que “é um público muito exigente, é um público em que podemos ter um, não podemos ter mais, porque exige muito mais da formadora, do que as outras pessoas”, quando os outros também podem exigir muito mais, quando faltam, quando estão distraídos, quando não ligam nenhuma, quando andam ali a fazer tipo o preconceito de “funcionário público”, não é, do tipo “estou aqui presente, mas não estou a trabalhar para a instituição, estou só a receber bolsa” e portanto, são tudo problemas que depois vão haver, em que uns são colocadas as dificuldades na óptima do candidato e outros, na óptica da instituição.

E – Muito bem. Pronto, minha linda, é isto, acho que está tudo.

P1 – 57 minutos.

E – Foi, espectáculo. Bem Ana, obrigada a sério, por tudo.

## **Protocolo da Entrevista: Técnica de ADE Cátia Costa**

Olá Cátia. Vamos tentar fazer a entrevista de modo a não te tomar muito tempo. Inicialmente, esta entrevista ia ser sobre candidatos invisuais e candidatos normovisuais, mas acabei por optar por ser só sobre público invisual, portanto, todas as perguntas que aqui estão, vão ser nesse sentido. Portanto, antes de começarmos, queria agradecer-te pelo teu tempo.

E - A primeira pergunta que te vou fazer é para me falares um bocadinho da tua experiência de Licenciatura, até aqui, isto é, qual a Licenciatura que tu tiraste e desde esse momento até vires parar ao CNO, como é que isso aconteceu, assim muito brevemente?

P2 – Portanto, eu tirei a Licenciatura em Ciências da Educação e depois especializei-me na área da Formação de Adultos. No último ano da Formação de Adultos, ou seja, no 2º ano de mestrado vim realizar um estágio para o CNO, um estágio curricular... pronto, comecei por ajudar no Diagnóstico e Encaminhamento, também um pouco observei a parte do processo RVCC, mas trabalhei mais na área de Diagnóstico e Encaminhamento. E então no final, ou quase no final do estágio, convidaram-me para depois ficar a trabalhar na área do Diagnóstico e Encaminhamento. Portanto, foi assim.

E – Ia-te perguntar, em relação a seres Técnica [de ADE], porque é a primeira vez que estás a ser Técnica (risos), primeiro pergunto-te o que é para ti seres Técnica de ADE e quais são as tuas principais responsabilidades e as principais competências que mobilizas?

P2 – Ok. Então, estar na área de Diagnóstico e Encaminhamento, acho que é uma área mais recente nos CNO, portanto porque esta área nos CNO foi aberta mais para Diagnóstico e Encaminhamento e portanto para que serve esta área? Serve para acolher os adultos, dar-lhes a conhecer todas as ofertas de qualificação que existem, portanto, já não é apenas o processo de RVCC ou o ensino recorrente, portanto, já existem muitas ofertas e o objectivo do Diagnóstico é mesmo esse, portanto, perceber depois onde é que o adulto se posiciona, mediante o seu contexto de vida, as competências adquiridas, portanto, depois recorrendo a várias sessões, sessões de grupo outras individuais e no final propor quais as melhores ofertas para ele seguir e concluir o 9º ano ou o 12º ano, onde o adulto tem sempre a decisão final e depois de percebermos essa parte, o objectivo é então encaminhar. Quando se trata do CNO, quando se trata de RVCC, ele continua cá. Quando se trata de encaminhamento para o CNED, também continua cá, portanto, porque funciona tudo no mesmo edifício. Quando se trata de um encaminhamento para outra oferta, temos então de procurar onde é que ela está, portanto, um curso EFA, o ensino recorrente numa escola mais perto do candidato [área de residência ou local de trabalho], portanto, é um pouco... o Diagnóstico, é um pouco para isto, para perceber o contexto do adulto,

perceber o que é que o move, as suas expectativas, as suas motivações, projectos futuros também e depois encaminhá-lo, consoante essa análise que nós fizemos.

E – Portanto, em função disso, encaminhá-lo para a opção mais adequada face ao que eles querem...

P2 – Exactamente. Antes eles primeiro entravam todos para RVCC, porque era um Centro de RVCC e eram encaminhados todos para essa área e depois no início, ou mais no meio do Processo RVCC, percebia-se que essa não era a melhor área, ou porque eles não tinham as competências ou mesmo porque eles queriam ir para outra coisa, queriam antes ir para uma escola profissional, queriam ter disciplinas como a Filosofia, a Matemática que não oferece o ensino recorrente e não oferece o Processo RVCC. Portanto, era um bocado mal, porque eles tinham que voltar tudo novamente atrás.

E – Exactamente.

P2 – Portanto, foi uma boa área [o Diagnóstico e Encaminhamento], exactamente porque as ofertas também aumentaram e o objectivo dos CNO aumenta.

E – Acaba por ser como um gabinete de orientação, digamos assim. Portanto, vocês estudam um bocado o que diz respeito ao candidato e depois vêm qual é a opção mais adequada, mais viável para os interesses deles...

P2 – é mais ou menos. Portanto, por isso é que as áreas de Ciências da Educação e de Psicologia, se articulam bem nesta área, exactamente porque ok tem um bocado de orientação, porque nós fazemos um bocado de orientação, mas também temos muito trabalho das Ciências da Educação, nomeadamente, na parte das ofertas educativas e de como é que surgiu e que tipo de competências é que vamos explorar para saber se tem perfil para RVCC, na parte portanto dos encaminhamentos.

E – Ia-te perguntar se alguma vez já tinhas realizado sessões com candidatos invisuais?

P2 – Sim, eu já realizei um Diagnóstico do início ao final com um candidato invisual, em que ele foi [encaminhado] para RVCC. Depois, existem candidatos há imenso tempo, à espera de uma resposta para um curso EFA, Porquê? Porque, portanto, isto já vem da outra Técnica de Diagnóstico [que já não se encontra no CNO], já passou por várias Técnicas, em que foi detectado que eles realmente não tinham perfil para RVCC e aquilo que eu apanhei foi exactamente essa fase final, em que se tinha detectado que era para um curso EFA que eles deveriam ir e então foi em termos de encaminhamento [o que fiz]. Falei com os candidatos, para perceber se era o curso EFA que queria, vi ofertas também para eles... Ao nível dos três, quatro candidatos, foi só isso. Acompanhei de início ao final do diagnóstico, apenas com um candidato.

E – Antes de te perguntar como é que aconteceram essas sessões e que trabalho realizaste, se foi individual ou se de grupo, entre outras coisas, perguntava-te, tu já alguma vez tinhas feito algum trabalho ou mesmo voluntariado, alguma coisa relacionada com público invisual?

P2 – Não. Aquilo que eu tinha, portanto, o candidato que eu acolhi desde o acolhimento até ao encaminhamento, era um candidato já de outra profissional que já tinha trabalhado com invisuais no âmbito da Licenciatura, como também depois aqui no CNO já tinha trabalhado com vários invisuais e portanto foi ela que no fundo me ajudou a conseguir também integrar-me um bocado e conseguir explorar algumas competências com eles, portanto, porque é diferente estar com outro candidato ou com um candidato invisual. Portanto, eu não fiz nenhum trabalho sobre isso, nem como voluntariado nem na Licenciatura, a única coisa que tive em atenção, foi mesmo as orientações que ela me deu.

E – Exactamente. Antes de mais, ia-te perguntar como é que acontecem as sessões, fala-me um pouco de todas as sessões que tu fazes.

P2 – O adulto vem cá inscrever-se no CNO, traz o B.I., o NIF., todas aquelas coisas, e entrega-as às Técnicas administrativas. São depois colocados numa sessão de acolhimento, pergunto se quer de manhã, se quer de noite. Todos têm uma sessão de acolhimento e essa sessão de acolhimento serve para quê? Portanto, é uma sessão de mais ou menos hora e meia, duas horas, para nós apresentarmos todas as ofertas de qualificação, para adultos e para jovens, RVCC, cursos EFA, Ensino recorrente, CNED [ensino a distância], D.L. 357/2007, para jovens temos cursos profissionais, cursos de Aprendizagem, Educação e Formação, portanto, têm várias ofertas, para além de que também apresentamos uma perspectiva de futuro, como os Maiores de 23, os cursos de especialização tecnológica...

E – Portanto, também para o candidato saber que há mais do que uma...

P2 – O objectivo é esse, portanto, o objectivo é dar a conhecer todas as ofertas que existem, exactamente para que a pessoa perceba as diferenças entre as ofertas. Portanto, não é já começar a aprofundar muito o Processo RVCC ou os cursos EFA, é mesmo para que eles percebam as diferenças. Portanto, se uma pessoa trabalha, como temos várias pessoas, imensas horas por dia, não tem completamente disponibilidade para fazer um percurso num de regime presencial, portanto ... nós também não lhes podemos “cortar as pernas” por causa disso. Portanto, o Processo de RVCC, se for militar o CNED [ensino recorrente não presencial], portanto depende um pouco de tudo e o objectivo é que a pessoa perceba as diferenças entre as ofertas. É esse o objectivo da sessão [de grande grupo], não estar a apresentar de forma muito intensa aquelas ofertas, pretende-se fazer mais uma dinâmica, saber o percurso que eles tiveram, fazer... às vezes, eu até faço um quadro, para eles perceberem as diferenças, portanto depende um pouco também do público que temos à frente. Depois dessa sessão

[de grande grupo], nomeadamente oito dias depois, temos uma sessão, que é a sessão de pequeno grupo. Nós [técnicas de ADE], temos que dividir os candidatos em dois grupos, só como normalmente eles também faltam, nós nem precisamos de os separar. Eles vão para essa sessão e essa sessão serve para quê? Para ser apresentado novamente o processo RVCC, a primeira parte dessa sessão, é de esclarecimento de dúvidas sobre a sessão anterior e depois começa-se a apresentar o Processo de RVCC, o CNED também, o D.L. 357/2007, aquelas ofertas que eles se posicionam mais, de uma forma mais aprofundada. O Processo de RVCC também porquê? Porque é muito complexo, é muito diferente do modelo escolar e então os adultos normalmente não o percebem logo desde início. Conseguem perceber que é um processo onde têm que demonstrar competências que são adquiridas ao longo da vida, só que não conseguem perceber logo, principalmente na parte do Referencial, ou seja, quais são os temas que temos de falar e é mais ou menos sobre isso que se coloca na 2ª sessão. Portanto, eles da 1ª...

E – Portanto, nessa 2ª sessão, tu falas necessariamente do Referencial?

P2 – Sim.

E – Apresentas o Processo RVCC e ...

P2 – É óbvio que também falo um bocadinho nesses temas do referencial, também para eles perceberem o que é que estamos a falar. “Ok, já percebi que é através da história de vida, mas agora o que é que nós temos de articular, o que é que temos de mostrar?”. Portanto, na 1ª sessão é apresentada assim muito rapidamente quais são as áreas, na 2ª sessão já é trabalhado mais, por exemplo, o tipo de competência que se trabalha naquela área. Portanto, o objectivo também não é decodificar o Referencial, porque isso depois, fazem as Profissionais [de RVCC], é mais dar um ou outro exemplo. Da 1ª sessão para a 2ª sessão, eles levam uns documentos para preencher e entregar na 2ª sessão, levam um questionário, levam actividades que é para...uma delas, é para se posicionarem numa das ofertas para a qual está de acordo com o seu contexto de vida, a outra é para descreverem 2 ou 3 experiências. Portanto, essa actividade, colocámo-la também porque é bom por exemplo, se escolherem o Processo RVCC, vemos também o nível da escrita, que tipos de competências é que têm, e quais consideram mais significativas... portanto, eles entreguem isso na 2ª sessão. Em vez de estarmos a preencher na sessão os documentos, o objectivo é que eles tragam para a 2ª sessão e também se tire dúvidas relativamente ao preenchimento dos documentos, para além do currículo e dos documentos também mais formais. Depois dessa sessão de pequeno grupo o que é que há? Há uma entrevista individual, portanto, na sessão de pequeno grupo marca-se com cada um logo uma entrevista individual. É muito importante que eles tenham logo uma data de uma próxima [entrevista], porque senão as pessoas desmotivam completamente, por isso é muito importante que eles tenham logo a data de uma 2ª sessão. Marca-se então essa 2ª sessão individual. Para a sessão individual, já nós lemos os documentos, por isso é que convém mesmo que eles os tragam na 2ª sessão. Se não trazem na 2ª

sessão, damos o e-mail para que eles possam enviar até à entrevista [individual], portanto, é um pouco por aí. Depois de tentarmos analisar os documentos, percebemos o que é que podemos aprofundar dali e o que é que não e depois na entrevista clarificamos esses assuntos, puxamos também por outros. É uma entrevista que se trabalha também muito, lá está, as expectativas, as motivações que o candidato traz, o porquê de não ter, ou o porquê de só agora estar a retomar os estudos, porque é que não retomou antes, se quer seguir para o ensino superior, porque há ofertas que podem ser mais adequadas para eles depois seguirem para o ensino superior. E depois, o também fundamental dessas questões, é que se pretende ver também a disponibilidade e depois as suas competências, ao nível pessoal, das línguas estrangeiras, competências tecnológicas, todas aquelas que são mais precisas também no processo no processo RVCC, e principalmente vemos o seu percurso de vida, que já nos dá esses documentos que eles preencheram, mas é mais de tirar dúvidas e saber como é que eles interpretam o tipo de aprendizagens, não apenas para ver por exemplo que “Sou da Marinha, estiveste a fazer tal...”, mas sim, é para ver as aprendizagens que retiraram, ou do quotidiano, ou por exemplo, os certificados de formação que eles têm, e que aprendizagens mobilizaram para o seu contexto de trabalho. É um pouco mais para esclarecer essas dúvidas e para começarmos a perceber qual é a oferta que é mais adequada para o candidato. Depois dessa sessão, o que é que há? Há uma nova sessão [2ª entrevista individual] e essa sessão portanto é para... nós colocamos as propostas de encaminhamento e depois, tendo em conta que já analisámos os documentos, e depois analisámos também os dados da 1ª entrevista, portanto, acho que já estamos prontos [para indicar as propostas de encaminhamento].... Claro que há sempre algumas dúvidas, principalmente porque a área de diagnóstico é muito inicial, e há sempre também algumas dúvidas. Portanto, há candidatos que percebe-se logo qual é que é o seu perfil e quais as ofertas [para encaminhar] e então nós na 2ª entrevista, propomos o encaminhamento, propomos a oferta e as vantagens e desvantagens que ela traz para o candidato. Se ele tiver, imagina, se nós apresentarmos o Processo RVCC e o candidato também opta logo, não vale a pena estarmos a fazer outra entrevista [uma 3ª], nós formalizamos logo nesse dia o encaminhamento, “é para Processo RVCC”. Agora, quando às vezes casos mais complicados, por exemplo, quando nós dizemos que talvez seria melhor um Curso EFA, a pessoa tendo em conta que é um curso dado todos os dias, a pessoa tem que ter alguma consciência naquela decisão que vai tomar, de falar também com a família. O que acontece nessas situações, é que vai ter de haver uma 3ª entrevista para que ele formalize o encaminhamento. Normalmente, é só aquela 1ª e a 2ª, mas se houver também esses casos de maior necessidade, nós fazemos uma 3ª.

E – E diz-me uma coisa Cátia, o que é que é supostamente ter perfil para fazer Processo RVCC, isto é, quais serão entre aspas, os requisitos? Um deles, será necessariamente a experiência, ou se calhar, o mais importante será exactamente isso, a experiência não é?

P2 – A experiência de vida, claro, para o Processo RVCC. Para o Processo RVCC Básico, tem de ter 18 anos, para o Secundário, têm que ter no mínimo, 3 anos de experiência profissional, que também

deveriam ter para o Básico, porque no fundo, vais trabalhar é a experiência de vida. Agora como é que nós conseguimos perceber isso? Se o candidato tem um percurso de vida, também diversificado, ou seja, se foi trabalhando em vários departamentos, se desenvolveu funções diferentes. Usando o exemplo dos Militares, eles têm uma especialidade e até ao final da sua carreira militar, continuam com a sua especialidade, mas passaram por diferentes unidades e estiveram em terra, estiveram a bordo e portanto acaba por ser diferente e aquilo que nós vemos, é perceber que funções é que eles tiveram, como é que se adaptaram a novos contextos, por exemplo, se fizeram formação, se eles fizeram missões também, se estiveram em missões humanitárias que são muito ricas... falo mais dos Militares, porque eu agora estou encarregue dos Militares... além de que, perguntamos sempre “fora da Marinha, o que é que faz, se faz actividades especiais, se trabalham em associações?”, portanto, há muitos candidatos que aproveitam por exemplo a parte da Marinha, em termos de ter cursos de Treinador ou da parte da educação Física e vão dar aulas por exemplo, há outros que dão aulas de condução, portanto, muitos têm também diferentes áreas e também foram passando por... um dos requisitos é mesmo esse, ter uma diversidade de vida e para além disso ter também uma boa parte critica, acho que isso é também muito importante, às vezes também brinco um bocado com os candidatos, meto-os a falar sobre a actualidade, sobre o que é que se passa, principalmente porque ao nível dos jovens, falo a partir mais ou menos dos 25 anos, quando eles não têm muita experiência profissional, há jovens que mesmo assim conseguem fazer o processo RVCC, porquê? Porque o Processo RVCC, como sabes, tem 4 contextos para tu validares [domínios de referência]. Se tu adquiriste a competência no contexto pessoal, falas mais no contexto pessoal, se no profissional, falas mais desse... portanto, tens que optar por 2 daquelas 4. Se ele não teve tanta experiência profissional, não pode optar tanto por essa, não pode demonstrar uma competência que não adquiriu nesse contexto e então se ele tiver uma boa capacidade de reflexão consegue trabalhar ao nível do contexto institucional e do contexto macroestrutural e acontece isso um bocado com as pessoas que têm pouca experiência profissional. Portanto, acho que a parte critica também, é importante e a parte do “costuma ler, tem hábitos de leitura, tem hábitos de escrita... a escrita também é muito importante, portanto uma pessoa que pouco saiba escrever, é muito complicado fazer o Processo RVCC, porque ele é à base da escrita...

E – Pois, porque ao fim ao cabo, tens de ter experiências, mas também tens que saber explicá-las e passá-las para o papel, não é?

P2 - Passar as experiências de vida para o papel é um bocado difícil, ou bastante difícil para vários candidatos, portanto, ver também se eles costumam ler. Por exemplo, quando falamos na área da escrita, perguntamos também aos Militares, se fazem relatórios na Marinha, portanto, outras actividades que eles depois lembram-se “ah, afinal até costumo escrever”, é tudo por ai. Por exemplo, língua estrangeira, para o Secundário, tem que haver uma língua estrangeira, que não é algo muito aprofundado, ninguém sai do 12º ano a perceber completamente Inglês ou Francês, portanto não é isso que se pretende... e então, nós perguntamos se aprendeu na escola, se continuou a desenvolver ao



longo da vida, se no trabalho, por exemplo, se nas missões trabalharam com outra língua ou o contacto com outras culturas como é que foi, a importância da língua estrangeira na integração para onde foram, é um pouco por aí. E a parte tecnológica, portanto, se o Processo for todo através do computador, uma pessoa que nunca tenha mexido no computador, também é mais difícil porque uma pessoa que já tenha mexido no computador, mas que não utilize, porque há pessoas que não têm necessidade, mas as pessoas que já utilizaram para alguma coisa, que já alguma vez tiveram necessidade e já utilizaram, conseguiram e fizeram...

E – Acaba por ser mais fácil depois ao longo do processo, quando tiverem que...

P2 – é, para descrever e tudo. Portanto, se eles fazem logo em Word, se não fazem, nós começamos também logo a perceber se eles têm competências nessa área e mesmo até se a pessoa costuma ir à Internet, fazer pagamentos, pesquisar, também acabam por ser áreas que no fundo a pessoa consiga ter outro tipo de “recepção” [do Processo RVCC] e no fundo, lá está, é o perfil para o Processo RVCC, trabalham-se estas áreas todas, portanto, este é o objectivo do diagnóstico, trabalhar estas áreas todas. Claro que também se um candidato chega aqui desempregado e numa situação bastante difícil e nós temos um curso EFA com bolsa, claro que nós não vamos andar a trabalhar as competências que ele adquiriu ao longo da vida, portanto, se a outra oferta é mais indicada para ele, nós encaminhamo-lo para o curso EFA, ou mesmo se ele escolhe outro tipo de oferta. Mas agora, principalmente quando eles escolhem o Processo RVCC, temos que trabalhar muito essas áreas. Se eles não escolhem, trabalhamos também à mesma, mas não tanto, portanto, é diferente.

E – e ia-te perguntar Cátia, nessa situação em que tu acompanhaste o candidato invisual desde a inscrição digamos assim, até ao encaminhamento, ele esteve contigo, ou melhor, passou por este procedimento, sessão de grande grupo, sessão de pequeno grupo e entrevistas individuais, ou tu acompanhaste-o sempre individualmente, isto é, a minha pergunta é, independentemente de ser este candidato, se fosse outro candidato invisual, estas sessões todas acabam por ser sempre assim, ou acabam por ser sempre individuais?

P2 – Eu acompanhei dois candidatos invisuais, do acolhimento ao final. Um dos candidatos, já tinha feito aqui o Processo RVCC Básico e claro está, tinha-me sido passado por outra profissional, para fazer o diagnóstico para o Processo RVCC de nível Secundário, deu-me aquelas instruções todas, orientações, até porque nessa altura, foi quando eu comecei a trabalhar como Técnica, portanto, teve que me dar algumas orientações e mesmo sobre como agir com invisuais e ele, exactamente porque já tinha passado pelo Básico, já nós conhecíamos as competências que ele tinha, que neste caso, ele não tinha o perfil para Processo RVCC Secundário, portanto, já o Básico foi muito difícil de fazer, portanto, ele não tinha o perfil para Processo RVCC de Secundário, já o conhecíamos, portanto o objectivo foi fazer sessões individuais também para falar de “talvez fosse melhor aprender a parte da informática, ir

aprender Inglês, ir aprender uma ou outra área”, portanto, foi mais nessa lógica que foram feitas as sessões individuais, mas também já tive outro candidato que exactamente como os civis e os Militares, se inscreveu na Secretaria e portanto, quando eu fui para a sessão não tinha nenhum apontamento de que estaria lá um candidato Invisual, portanto, fui para a sala, deparei-me lá com o candidato invisual, expliquei tudo exactamente da mesma forma, portanto falei logo que entrei no auditório e vi que estava lá o candidato invisual...

E – Peço desculpa interromper-te Cátia, mas apercebeste que estava um candidato invisual como? Pela postura, por uma bengala, por um outro motivo?

P2 – Não, reparei porque ele tinha os olhos fechados...

E – Portanto, foi isso que te chamou a atenção e por isso...

P2 – E também tinha uma bengala. Portanto, eu entrei e falei logo muito rápido com ele e disse-lhe “Pronto, Sr. Carlos vamos então fazer esta sessão. Esta sessão já vou dizer a toda a gente para o que é que serve e quais são as ofertas que vamos apresentar. Também se tiver alguma questão, no final, nós também falamos melhor nisso”, também para que ele se apercebesse que já sabíamos mais ou menos que ele estava ali presente e que os outros candidatos não eram invisuais e o método ia ser diferente. E depois eu comecei a apresentar, apresentei todas as ofertas, os candidatos tiraram algumas dúvidas, eles trazem sempre algumas dúvidas, fiz aquele quadro das diferenças e depois no final perguntei-lhe, depois dos outros candidatos terem saído e termos marcado a próxima sessão, perguntei-lhe se ele tinha ficado com dúvidas, se tinha entendido o que setinha passado na sessão, se percebeu perfeitamente o que é que se passou, se calhar até mais que outros candidatos que estão lá mas... (risos)... ele percebeu tudo, acompanhou tudo, ficou com aquelas dúvidas que normalmente as pessoas ficam, por exemplo, o “Processo RVCC não tem nada a ver com a Escola, portanto como é que isto é?”, ficou com algumas dúvidas “que eu tirei” e depois no final disse-lhe então que a próxima sessão seria novamente em grupo, portanto, este candidato foi acompanhado exactamente da mesma forma, aliás, falei com ele também por causa disso [ter sessão em grupo], não houve nenhum problema, o que ele queria era mesmo estar integrado numa turma exactamente da mesma forma.

E – mas quando tu falaste com ele, falaste com ele no sentido de perceber se ele...

P2 – [falei com ele] Individualmente.

E – Mas falaste com ele no sentido de perceber se ele queria ser acompanhado individualmente ou em grupo, é isso?

P2 – Sim, sim e no final da sessão. No início da sessão só lhe disse “se tiver alguma dúvida e não conseguir acompanhar, diga-me, que a seguir à sessão nós depois aclaramos isso” e no final da sessão, quando os outros candidatos estavam a sair, eu disse-lhe, aliás, ele ouviu na sessão que a próxima sessão seria em grupo daqui a 8 dias, se ele preferia vir a essa, se preferia ir a individual, entretanto o candidato disse-me “não, venho daqui a 8 dias, venho fazer essa sessão”. Portanto, ele veio passado 8 dias, percebeu logo também exactamente aquilo que nós tínhamos apresentado, ficou com as dúvidas exactamente que os outros têm e...

E – o que eu queria perceber, portanto, é se regra geral, um candidato invisual quando se inscreve, se faz em grupo e a metodologia é exactamente toda a mesma, ou se por norma, ele é acompanhado individualmente.

P2 – O outro candidato [que já tinha feito no CNED, o Processo RVCC Básico] a oportunidade foi porque foi mesmo uma situação excepcional, porque os candidatos quando nós já os atendemos no Básico, nós já conhecemos a experiência de vida da pessoa, portanto, nós não precisamos de estar novamente a fazer tudo exactamente igual como se a pessoa nunca soubesse nada sobre o que é um CNO e estar a explicar a missão do Centro, então aí, nós acompanhamos de forma individual. A pessoa que vai para o Secundário e veio do Básico, até começamos logo a perguntar “que tipo de dificuldades teve no Básico, como é que vamos seguir agora para o Secundário, se é por RVCC se é por outra via”. É diferente, quando já se tem uma pessoa que veio do Básico, acompanhar para o secundário, faz sentido individualmente. Portanto, esse candidato, não por ser invisual, mas porque nós já o conhecíamos, eu não tanto porque não o encaminhei, mas já me tinha sido passada toda a informação e já sabia também mais ou menos o que é que ia explorar. O outro candidato, foi assim exactamente da mesma forma. O que é que aconteceu, portanto, que dificuldade é que houve? As sessões, depois [das sessões de grande e pequeno grupo] foi a uma individual, explicou-se novamente o mesmo, a dificuldade foi mesmo no preenchimento de documentos...

E – até porque tu no início disste que entregas sempre os documentos para eles te trazerem na 2ª sessão para tu poderes também trabalhar essas informações... deixa-me só voltar um pouco atrás... há pouco quando tu falaste naquela tabela que tu costumas por norma fazer, essa tabela és tu que as escreves no quadro ou...?

P2 – Sim. Ou seja, se por exemplo um dos candidatos ainda não percebeu bem a diferença entre duas ofertas, eu faço o esquema, por vezes tabelas, outras vezes faço esquemas com umas setas, mas muitas vezes também não preciso de fazer porque não há questões. Na sessão do candidato invisual, eu lembro-me de uma senhora que fez uma questão que tinha a ver com o facto de, porque normalmente os civis fazem sempre muitas questões, porque os Militares conhecem-se uns aos outros, mas os civis não conhecem ninguém, por isso falam de tudo, portanto, a senhora fez-me uma pergunta por causa

dos cursos EFA, eu já não me lembro bem qual era a pergunta e eu comecei a explicar no quadro. Claro que invisual não percebeu [o que eu escrevi no quadro] e no final, porque eu estava a dar uma sessão para todos, portanto no final quando eu fui falar com o candidato, ele nem sequer me referiu isso, portanto também não houve problema nenhum. Agora, no preenchimento de documentos, depois eu no final disse ao candidato que se quisesse podia preencher em casa porque depois a outra sessão é mais rentável e perguntei “como é que quer fazer? Quer preencher agora comigo agora no final [da sessão], quer levar para casa, se tiver alguém que possa ajudar a preencher?”, portanto, já estávamos mesmo na hora de sair e ele disse que não tinha muita ajuda em casa para preencher os documentos, ele era muito jovem, ele é muito jovem, tem à volta de vinte anos uma coisa assim, não tinha ninguém para preencher, ou tinha, mas não para preencher certos documentos e eu disse...

E – Se calhar sentia-se mais à vontade de os preencher talvez contigo

T – E eu disse para vir então meia hora mais cedo para a 2ª sessão. Portanto, ele veio meia hora mais cedo, nós preenchemos os documentos, eu ia-lhe colocando algumas questões e depois há alturas em que nós não colocamos propriamente a questão, vamos antes falando com o candidato e vai surgindo e depois nós colocamos outras perguntas. É como o caso de fazer uma entrevista, a pessoa vai perguntando e aquilo aparece depois tudo trocado, não aparece exactamente aquela forma de fazer as perguntas e então eu ia perguntando, ele ia respondendo. Aliás, isso ajudou muito também depois à 1ª entrevista porque eu quando fui para a 1ª entrevista, já conhecia muito o percurso do candidato. Mas portanto, na 1ª entrevista [individual], tirámos as dúvidas dele, tanto do questionário, como daquelas coisas que fizemos [nas sessões de grande e pequeno grupo]. Mesmo assim ele levou actividades, aquelas para descrição [de actividades significativas] e foi ele que as fez em casa, foi ao computador, estava com muitos erros...

E – Mas ele trabalhava já com o JAWS era isso? Isto é, ele levou as actividades, mas como é que ele sabia o que é que estava lá escrito?

T – o que estava nas actividades? Eu expliquei-lhe o que é que era para fazer nas actividades. Aliás, eu acho que ele nem fez a 1ª actividade, mas fez a 2ª, que era a descrição das experiências. Portanto, a 2ª actividade que ele fez em casa, tinha muitos erros, exactamente porque ele não conseguia trabalhar bem com o computador. Ele era, é, telefonista penso que é no IEFP e ele também por isso, trabalhava às vezes com o computador, mas mesmo assim ele não percebia muito bem do computador. A actividade vinha cheia de erros, mas dava para perceber mais ou menos a ideia que ele queria transmitir. Isso ele trouxe-me da 1ª para a 2ª sessão. Na 2ª sessão, no início nós fizemos o questionário e ele já trazia as actividades e eu aproveitei logo para tirar dúvidas sobre as actividades porque ele tinha mesmo muitos erros e eram muito pequenas e portanto eu também não conseguia descobrir muita coisa da experiência de vida [sem falar com ele]. Depois lá está, nós começamos a 2ª sessão, foi exactamente

normal como a 1ª, foi para todo o grupo e ele também sentia-se exactamente normal e depois na entrevista [individual] é que eu já conhecia muito do candidato. Na 1ª entrevista [individual], eu já sabia que ele não tinha perfil para o Processo RVCC, portanto, porque era muito novinho, porque ele não tinha experiência profissional, passou só por essa experiência de telefonista, trabalhava penso que há um ano como telefonista, não tinha basicamente mais experiências nenhuma, o computador lá está era muito difícil escrever, a língua estrangeira também não sabia e ele tinha perspectivas de futuro a nível do prosseguimento de estudos e tinha tempo também, que é uma coisa que... a disponibilidade ao final dos dias é muito importante. E então eu achei que o melhor, seria um percurso formativo, ou os cursos EFA ou o ensino recorrente, conforme ele ou quisesse disciplinas digamos mais tradicionais ou disciplinas mais relacionadas com a formação de adultos e com a experiência de vida, que é o caso dos cursos EFA, ver qual é que se adaptava mais a ele. Neste caso, é daquelas coisas, nós não podemos ver [só] o que mais se adapta à pessoa, mas sim, o que existe para aquela pessoa. Porquê? Porque cursos EFA não existiam...

E – era exactamente que eu queria chegar. Portanto, uma coisa é quando vocês conseguem, isto é, neste caso, o candidato tem perfil pelas suas experiências e por uma série de coisas que tu já referiste, tem perfil para seguir para Processo RVCC e aí tudo muito bem. Agora, quando tu tens de o encaminhar para uma oferta exterior, eu ia-te perguntar 2 coisas, portanto, em 1º lugar, para além da experiência, que dados é que tu tens de ter para depois pensares “bem, eu vou encaminha-lo para outro lado” e a 2ª questão era mais, eu suponho, pelo menos, do que tenho ouvido, que realmente é difícil encaminhar estes candidatos [invisuais]. Não sei se é verdade...

T – Todos são difíceis, então estes candidatos [invisuais] é algo impossível. Portanto, primeiro é assim, os cursos EFA, realmente é adaptado a invisuais e portanto o que é que acontece com os cursos e por isso é que é difícil encaminhar sejam invisuais sejam normovisuais? Eles são publicados, mas depois não são financiados e não abrem. Portanto, o que aconteceu é que os invisuais ficaram todos... por isso é que eu disse que há alguns [candidatos invisuais], que só naquela questão do encaminhamento é que eu participei, exactamente porque haviam alguns que já estavam à espera, que já lhes tinha sido negada a oferta porque o curso não abriu e eles estavam e estão há imenso tempo à espera de qualquer coisa...

E – portanto, já se sabia qual era a oferta para que se ia encaminhar,...

T – Que era um EFA na área da Informática, sim. Normalmente, todos é na área da Informática, porque querem muito aprender e esse curso que supostamente era para trabalhar com invisuais, para eles adquirirem supostamente a parte da Informática, era EFA de dupla certificação...

E – E isso é muito importante, portanto a área da Informática.

T – Sim. Depois, no caso deste candidato, ele ainda era muito jovem, ao contrário dos outros [candidatos invisuais] que eu estava a falar dos cursos EFA de Informática, que já têm 30, 40 anos, este ainda é muito jovem, tinha perspectivas de futuro e também achei adequado estudar em termos de ensino recorrente. Então, comecei a trabalhar, a ver que escolas é que apoiavam, aliás, liguei mesmo para a Rede de Apoio às Escolas (RAE), portanto, imensos esforços mesmo para tentar... aliás, se tu vires que em Lisboa não te consegue dar uma Escola para onde tu consigas encaminhar, se nem a Rede de Escolas consegue, então eu a título individual a cada uma, mais negas ia receber. Portanto, eles [a rede de apoio às escolas] a mim não me conseguiram ajudar...

E – mas a Rede de Escolas não te deu nenhum contacto, nenhuma outra alternativa para...

T – deram-me um contacto, mas que também não se podiam integrar [os candidatos invisuais] numa [determinada] Escola. Houve outra escola que eu liguei e aceitou, embora não seja perto da residência do candidato porque isso é outro lado, já se encontra pouquíssimo, quando se encontra se é a não sei quantos quilómetros o candidato também não quer ir e é compreensível. Se os outros não querem ir, muito menos os invisuais, que em termos de mobilidade é diferente.

E – Se calhar aqueles que já têm a parte da mobilidade mais desenvolvida não se importam, mas há outros que ainda não têm essa parte tão desenvolvida e portanto é complicado também eles irem não é?

T – exacto. Ele mesmo assim, aceitou ir para essa escola e então o que é que eu apresentei? Já que tínhamos vários candidatos à espera e que eu finalmente tinha encontrado uma escola para onde eles podiam ir [os candidatos do curso EFA que não chegou a iniciar por falta de verba], ok, não era um curso EFA, era ensino recorrente, então chamei os outros candidatos todos. Os outros eram colegas, porque vinham da ACAPO juntos, já se conheciam, e todos aceitaram seguir para essa escola. Acontece que essa escola passado um tempo, negou, disse que não ia ter o profissional de acompanhamento a invisuais e então eles não podiam entrar. E portanto, o que é que aconteceu? Esses candidatos estão todos, incluindo esse que é o mais jovem e os outros, continuam ainda todos à espera de uma oferta, para que possam seguir. Eles não colocaram também a hipótese de fazer o processo RVCC, porque é assim, enquanto o candidato invisual que eu entrevistei individualmente, que veio do básico, ele no básico foi muito acompanhado, foi muito acompanhado pelos profissionais, tanto um invisual como um normovisual, normalmente são muito acompanhados, é diferente porque no Secundário o processo é completamente autónomo e ele no fundo acabou por conseguir concluir o RVCC do básico, também porque foi muito acompanhado, foi um pouco por aí. E no secundário, nós já sabíamos que isso não ia ser possível dessa forma, porque tudo é desenvolvido de uma forma mais autonomia e ele não ia conseguir fazer. Só que ele era muito teimoso, ele é um invisual mesmo muito teimoso e ele acreditava que conseguia. Eu disse-lhe quais eram as experiências competências que ele teria de trabalhar, no

fundo quis-lhe dizer que não acreditava que ele tivesse o certificado total, mas também é um bocado difícil dizer isso às pessoas quando eles são invisuais, porque estão um bocado desconfiados de tudo o que lhes dizem e então, aquilo que eu disse era que “tem aqui as suas experiências de vida, pode falar sobre elas, mas isto não vai chegar para validar aquelas áreas todas e portanto também depois no decorrer do processo RVCC logo se vê, porque esse candidato também se não fosse para ir para processo RVCC, ele ia desistir completamente, porque ele não queria ir para mais nada [nenhuma outra oferta formativa]. Portanto esse foi mesmo teimoso naquela sua decisão e eu já tinha as informações todas sobre ele, já sabia mais ou menos como é que ele era, como é que podia agir com ele, sabia também que tinha experiências significativas, portanto, ele também era atleta de alta competição, portanto, isso também era significativo, enquanto que os outros invisuais não, portanto eles desde o início que sabiam que o processo RVCC não era o melhor para eles. Aquele que era mais jovem disse logo [que o processo RVCC não era o mais adequado para o seu caso], porque queria seguir para o ensino superior e tudo, o processo RVCC não ia ser o melhor, depois os outros candidatos que queriam os EFA’s de Informática, também tive algumas entrevistas com eles para falarem um pouco, uma das vezes eles vieram todos juntos e foi uma entrevista de grupo, outra vez não, foi individual, aliás foi ao contrário, primeiro foi a individual depois é que foi a de grupo. Eles também estavam com a consciência de que não tinham perfil para fazer processo RVCC e quando eles têm consciência é diferente não é? Eles sabiam perfeitamente que nós estávamos a trabalhar para encontrar uma oferta, mas torna-se muito difícil. Acompanhar os invisuais, para mim foi uma experiência boa porque ok, teve de se mobilizar outro tipo de competências, por exemplo no caso daquele invisual mais desconfiado, mais teimoso, temos que ter mais paciência, temos que lhes dizer as coisas doutra forma, temos mesmo de dizer as coisas de outra forma, como por exemplo aquele invisual mais jovem, que ainda precisa muito de adquirir formação e os outros candidatos, que também já estavam tão desmotivados, que já estavam há tanto tempo à espera que, aliás, só o facto de nós os chamarmos para ter uma entrevista, já os motiva, portanto porque eles já pensam que estão a tirar o 12º ano, quando não estão a fazer nada, estão é na fase de diagnóstico há imenso tempo. Mas eu ao chama-los, já os motivava, eles sabiam que nós estávamos a fazer qualquer coisa por eles, mas realmente “não abria a porta”, não havia mesmo oferta. A Casa Pia é a única que recebe invisuais, só que eles não têm EFA, só têm RVCC, tem percursos formativos, mas neste caso não, porque eram todos para 12º ano. Eles têm cursos de Informática, de Inglês, tinham alguns cursos na altura em que eu pesquisei, só que ...

E – Mas esses cursos de Informática e de inglês...

T - são como unidades modulares, não dão equivalência. Eu por exemplo, ao rapaz que veio para RVCC, eu disse-lhe para ir fazer Informática, porque ele não sabia mesmo na altura e ia ser completamente difícil fazer [processo RVCC], mas se calhar eles às vezes também precisam de passar um pouco pelo Processo [RVCC] para saberem que é um bocado difícil, porque eles não percebem logo no diagnóstico, alguns percebem, outros não percebem muito bem...

E – Achas que há alguma dificuldade em entenderem este processo [RVCC], porque no fundo ele não é igual a uma aula do sistema de ensino normal /regular não é?...

T – sim, lá está, eles também se podem adaptar e conseguir fazer não é? Mas esse candidato, falei-lhe na Informática, mas ele não quis fazer, porque em relação ao sítio em que ele morava, a Casa Pia ficava no lado oposto e não dava mesmo jeito nenhum e é o único sítio que tem. E pronto e para os outros candidatos também disse “se for possível, fazem estas formações”, mas como os cursos EFA já integram essas áreas, enquanto que o processo de RVCC é um processo de demonstração de competências, os cursos EFA são para dar formação e já vão dar formação na informática, já vão dar formação no inglês, portanto, eles não precisavam de andar a fazer unidades se nós encontrássemos um curso EFA adaptado aos invisuais, era genial, porque eles já iam ter tudo ali, portanto, é um bocado nessa lógica que trabalhamos, só que não se encontra nada.

E – eu tinha aqui uma pergunta em que o que eu te ia perguntar era se havia alguma via para a qual vocês técnicas encaminhavam preferencialmente os invisuais. Portanto, podemos dizer que não. Há muita dificuldade...

T – Aquilo que eu achei mais fácil, foi o ensino recorrente, que é da área das escolas, lá está, muitas têm que ter um professor para acompanhamento de invisuais, muitas entre aspas, mas as escolas estão mais flexíveis para isso, porque eles também têm invisuais no ensino diurno, portanto, é diferente em relação aos EFA's, porque os EFA's são aqueles cursos que podem ser dados em escolas, como podem não ser dados em escolas, que portanto são financiados para aquele número de alunos e não há quem vá abrir, ou é muito difícil abrir um curso EFA exactamente adaptado para invisuais. Houve aquele que nem sequer abriu, porque nem sequer foi financiado, mas é difícil estares a propor um curso EFA com 15 formandos em que esses 15 formandos vão ser invisuais...

E – e se for ao contrário Cátia, por exemplo, se for incluir um invisual numa turma de mormovisuais, achas que, nos contactos que tu acabaste eventualmente por fazer, achas que há alguma competência da parte das entidades para...

T – é assim, por isso é que eu estava a dizer que o ensino recorrente, as escolas, acabam por ser mais fáceis, porquê? Porque o ensino recorrente, lá está, a escola está naquela lógica inclusiva não é, o invisual deve ser integrado na turma, o ensino recorrente é a mesma coisa, não há turmas de invisuais, portanto, é um invisual que têm de integrar naquela turma, mas tem o acompanhamento de um professor, há sempre um acompanhamento qualquer. Agora, por exemplo, quando eu falei de cursos EFA, mesmo com entidades que nós trabalhamos, não por parcerias formalizadas, mas através de contactos, portanto, ficamos com esses conhecimentos, mas mesmo com essas entidades, nós não



conseguimos integrar um invisual na turma deles já constituída.

NOTA: a entrevista foi interrompida, pois a Profissional de RVCC do Ensino Secundário entrou na sala e colocou algumas questões á Técnica de ADE.

E – portanto, neste ponto das vias, estavas tu a acabar de me dizer, que há mais facilidade de encaminhamento para o ensino recorrente do que para os curso EFA, não é?

T – Eu fiquei com essa sensação percebes, porquê? Porque EFA's esquece, tu pões-te a ligar e “ah, não dá para integrar, não temos nenhuma capacidade”, porque é assim, eles para integrar um invisual precisam de computador adaptado, eles precisam de ter métodos para o invisual, é diferente e é assim, eles não são financiados para isso, realmente eles não são financiados, agora as escolas, lá está, como têm o ensino diurno, como também têm o ensino nocturno, acabam por ter sempre um Psicólogo, ou um Professor que vá acompanhando o invisual, que neste caso também têm no ensino recorrente, porque no ensino diurno temos conseguindo. Ensino nocturno, houve só uma escola, que lá está, que nos deu imensas expectativas, portanto, eu já tinha os candidatos todos, já os tinha reunido todos e depois passado uns dias tive a resposta a dizer que eles não conseguiram um professor para acompanhamento de invisuais, porque eles [as entidades que têm ofertas formativas] não é só integrá-los, eles precisam de alguém para acompanhá-los e precisam de ter métodos específicos não é, lá está, por exemplo, estão a dar uma sessão que é exactamente pelo Power Point e retroprojector, claro que o candidato invisual pode-se integrar tal como outro candidato se integra na sessão, mas ele também pode não se integrar não é? E eles têm que já ter também isso um bocado à partida, para poderem também trabalhar muito individualmente com eles, mas lá está, isso requer um esforço enorme percebes, é muito difícil Abrir um EFA só para invisuais, que era aquele caso que ia acontecer naquele curso, era um EFA só para invisuais e eles já estavam todos adaptados com os computadores e aquelas coisas todas, era só integrá-los numa turma com outros alunos, mas isso não acontece com os EFA's normais, acontece mais com as escolas, mas mesmo assim as escolas de Lisboa...

E – E portanto, eles continuam ainda a aguardar uma proposta não é?

T – Sim, sim, continuam a aguardar, a não ser o outro candidato que seguiu para RVCC. O que é que aconteceu? Portanto, a profissional de RVCC que está com ele em RVCC, está-lhe a tentar explicar mais ou menos o mesmo que eu, que ele não tem competências para RVCC [Secundário], porque ele ainda não produziu praticamente nada, lá está, nós não lhes podemos “cortar as pernas”, se ele decide seguir para RVCC, a palavra do candidato prevalece, portanto nós não podemos “cortar as pernas”, agora, nós tentamos é dar a nossa opinião e dizer realmente qual é a [oferta] mais adequada. E ele, ele quis seguir para RVCC [Secundário], mas ele realmente não tinha potencial, e ele só vai conseguir validar uma ou outra competência. Portanto, ele agora está em RVCC, já começou há muito tempo, portanto, isto foi na

altura de Abril [2009], foi quando eu comecei a ser Técnica de Diagnóstico, por acaso, o diagnóstico dele foi espaçado, exactamente para que ele fosse para casa reflectir do género, “se calhar, se me está a dizer que o melhor era seguir outro percurso formativo, se calhar devo ir”, mas mesmo assim o candidato continuou sempre com a vontade de seguir para processo RVCC até ao final. Agora, por acaso era algo interessante perguntar à Profissional que está com ele, como é que ele está, porque ele parou, ele nunca mais enviou nada, portanto, era interessante perguntar e saber se ele ou desmotivou porque realmente não tinha competências, portanto, ter um feedback também sobre isso...

E – Portanto, a situação é um bocado complicada, isto é, quando um candidato invisual cumpre determinados critérios vamos dizer assim e tem perfil para fazer RVCC, ele é encaminhado aqui para o CNED e faz o Processo RVCC, assunto resolvido, e fica satisfeitiíssimo. Agora, desde o momento em que ele não tem perfil para RVCC, seja para encontrar uma via quer básico, quer secundário, é muito complicado, é isso?

T – Básico é mais fácil, exactamente porque a Casa Pia tem formações nessa área, agora Secundário não.

E – É muito difícil não é?

T – É. Lá está, eu agora estou com os Militares, não estou com os civis nem com público invisual, mas desde que eu saí do diagnóstico com invisuais e com civis [mudança recente de cerca de 3 meses], nunca mais soube de nenhuma oferta para invisuais e suponho que continua a não haver, exactamente até porque eles ainda não seguiram, a não ser que eles optem por Processo RVCC e continuem...

E – Exacto, ainda estão a aguardar. Cátia, ia-te perguntar, portanto a nível de materiais que tu utilizas, portanto, praticamente os materiais que tu utilizas são as tuas actividades, as tais actividades que me falaste há pouco...

T – Eu ainda não acompanhei muitos invisuais, mas portanto se falarmos desse candidato que acompanhei desde o acolhimento até ao encaminhamento, em que foi exactamente tudo normal [materiais e metodologia idênticos aos utilizados com candidatos normovisuais], eu tive foi exactamente muito cuidado com ele, perguntava tudo, sempre, sempre a trabalhar sobre as áreas e depois os documentos foram explicados, as actividades foi ele que fez em casa no computador.

E – O que eu te queria perguntar é, ao nível dos materiais, tu utilizas as actividades, mas os manterias...

T – Os materiais são exactamente iguais [aos utilizados com candidatos normovisuais], portanto eles têm que fazer um questionário, umas actividades, eles têm que fazer um currículo, depois,

praticamente, são só esses. Depois, nas entrevistas, eu preencho um ou outro documento em conjunto com eles, mas os documentos são exactamente iguais, não há nenhum adaptado...

E – O que eu te ia perguntar é, a única adaptação entre aspas que tu fazes, é a tal em que tu me falaste, naquela sessão em que tu e o candidato se encontraram meia hora antes e preencheram o questionário juntos e em vez de ele escrever, tu...

T – Sim, mas foi um documento normal, não um documento adaptado. É assim, primeiro nós estamos a falar de uma área em que as duas primeiras sessões são em grupo, mas depois elas são individuais e não estamos a falar de um processo RVCC ou de um processo formativo, que é, conseguir com que outra pessoa perceba, ou num processo formativo, conseguir com que a outra pessoa aprenda, é diferente [em termos de materiais], porque é assim, uma coisa é o processo de RVCC em que eles têm de fazer certos exercícios para conseguirem demonstrar que têm competências por exemplo, na área de Matemática para a Vida e aí esses materiais têm de ser adaptados, porque não pode ser a técnica a ler os exercícios e eles têm que escrever, é uma coisa diferente não é, agora, no diagnóstico, isso não se passa. Se formos ver o diagnóstico do início ao final, isso não se passa...

E – Exactamente, não há uma necessidade de ...

T – Eu penso que não há nada que tem de se adaptar, a não ser mesmo a própria Técnica, não é, está com o candidato, tem de adaptar a ele, mas isso acontece tanto com os invisuais, como com os normovisuais.

E – Portanto, não há nenhum tipo de adaptação. Há aqueles materiais, há um tipo de trabalho em função do que se escreve nesses documentos e é por aí.

T – Sim.

E – Cátia, ia-te perguntar, desde o momento, até agora não há assim muitos candidatos porque vocês também não recebem muitos candidatos, não é normal ainda, mas desde o momento em que tu encaminhas esse candidato para Processo RVCC, como é que tu transmites portanto à Equipa, isto é, não sei se...

T – Queres saber se é por reunião, se é algo formal? É assim, existe no final de diagnóstico, nós fazemos assim um género de um relatório a dizer as competências que encontramos entre outras coisas, mas é assim, no único caso que eu encaminhei para RVCC, já toda a gente conhecia, por isso já nem precisava quase de estar a transmitir, mas pronto, estive a dizer o que é eu sabia, mas numa conversa um pouco mais informal, portanto, não foi em nenhuma reunião em que nos juntámos e transmitimos essa

informação, foi algo mais informal do género “este candidato tem de ser assim, ele também tem um feitio um bocado mais teimoso, mais persistente, temos que trabalhar muito no sentido de ver se ele realmente consegue fazer o processo RVCC, porque isso para ele era o que ele queria, mas claro que o processo RVCC [Secundário] é mais autónomo, não tem experiência de vida profissional, não podemos fazer “nada” não é? Se a pessoa não consegue, nós não podemos fazer nada não é, a não ser acompanhá-lo muito para que ele consiga, mas se ele realmente não consegue, que foi o caso, acabamos por não poder fazer nada”.

E – Portanto isso é feito de uma forma mais informal não é?

T – Sim [é feito de forma informal] e é transmitido à profissional de RVCC que vai ficar com ele. Porque depois quando eles entram num grupo... aliás, lá está, é a tal situação, tanto transmites quando é um invisual, como quando é um mormovisual.

E – Mas dizias-me tu à pouco, por norma vocês fazem um relatório, neste caso, com este candidato não houve essa necessidade, mas por norma, vocês fazem um relatório e para além disso...

T – Ou seja, existem aquelas fichas de registo, há uma parte final, que é um parecer que a Técnica [de ADE] tem, é assim, eles depois ficam em “para inserir em grupos”, ficam a aguardar por 30 candidatos para começar grupo, quando começa o grupo, nós já sabemos, eu sei o nome dos meus candidatos, falo com as profissionais de RVCC e digo o que é que achei deles, mas elas também podem ler aquilo [o parecer], mas é mais sobre casos com muito potencial ou menos potencial, quer dizer, os casos que nós...

E – Portanto, quando há alguma coisa mais importante a dizer não é?

T – Sim, portanto, aconteceu com aquele invisual, como por exemplo, com candidatos que têm muito potencial para RVCC e dizemos “ah, este candidato isto, isto e isto, está extremamente motivado, é muito bom, aquelas coisas”, como também quando não tem tanto potencial “ah, temos que ver, se ele não conseguir RVCC se tem disponibilidade para fazer outro percurso”. Portanto, a informação é transmitida [à Equipa Técnico-pedagógica] da mesma forma para todos.

E – Ia-te perguntar, para terminarmos aqui este capítulo dos materiais, a nível das instalações, onde é que tu fazes estas sessões de grande grupo, de pequeno grupo...

T – Faço no auditório.

E – É sempre aqui no auditório?

T – Sim.

E – E portanto, eu ia-te perguntar, a nível de condições físicas e mesmo da própria localização do CNO, tu achas que está adaptado para os candidatos invisuais?

T – É assim, nunca ouvi nenhuma queixa, ou seja, do género “ah, isto para aqui é muito difícil de vir ter”, nunca ouvi assim nenhuma queixa. Também temos que nos lembrar que são os candidatos que se vêm cá inscrever, portanto se eles se vêm cá inscrever, por algum motivo é, portanto, é porque também lhes fica acessível, nós não os mandamos vir cá, eles vêm-se cá inscrever, como podem ir para outro Centro inscreverem-se. É porque eles aqui acharam que era acessível, perto do trabalho, aquelas coisas todas. Agora, por exemplo, temos que ter cuidado quando vêm cá os candidatos, dizer onde é que é a sala, na sessão de grupo que eu tive com aquele candidato invisual, nem precisei porque outro candidato normovisual disponibilizou-se logo para o levar, disponibilizou-se para o trazer para cá (risos) e não houve problema nenhum, portanto, ele para vir para cá, já vínhamos apenas os 3 a falar e tudo, não houve problema e depois foram-se embora, mas eles [os normovisuais] acabam por os saber integrar, depende dos outros candidatos também [normovisuais] e eu só tenho essa experiência em termos de sessão de grupo, mas eu penso que nunca houve problema nenhum. Portanto, eu depois normalmente vou sempre levar ao elevador, eles também já sabem por causa da bengala e identificam, carrego para o zero e aliás, eu coloco-lhes o dedo para eles carregarem e portanto, aquilo [o elevador] tem 4 botões e eu já sei porque uma vez fiz isso para um invisual e fiz com os invisuais que costumam cá chegar e então digo “tem 4 botões, este é o 1º, 2º, 3º e tem que tocar neste, neste 4º” e depois quando eles vêm cá, eles já sabem que é o 4º [andar], porque eles decoram isso tudo e depois quando for para sair “agora você fica aqui de costas, porque nós temos aquela coisa em que entramos de um lado [do elevador] e depois saímos do outro” e depois eles já sabem. Penso que nunca houve problema.

E – Portanto, dás umas instruções, digamos assim e portanto eles...

T – Sim, eu penso que nisso nunca houve problema. Depois, em termos de outros recursos, é só o auditório, a sala das tutorias...

E – E portanto, neste caso, estes 2 [candidatos] que apanhaste, nunca nenhum te falou rigorosamente nada sobre ter dificuldades em se movimentar aqui dentro.

T – Não.

E – Ia-te perguntar, se quando tu trabalhas-te com os invisuais, se tu recebeste alguma indicação, ou

acção de formação para os receber. Tu já me tinhas dito anteriormente que não é que o que aconteceu foi aquela profissional que te deu ajuda e portanto, que te orientou um pouco. Mas à pouco tu disseste, que ela te disse mais ou menos como é que devias lidar e portanto, como é que devias fazer. Portanto, que dicas é que ela te deu?

T – Primeiro, essa profissional era a profissional do Básico, que eu tinha estado a acompanhar, deu-me orientações muito específicas para aquele candidato, não tanto para invisuais no seu geral. Mas ela portanto tinha aquela vantagem, de que para além de trabalhar com invisuais, era um gosto pessoal dela, já trabalhado na Licenciatura e ela gostava até um dia de tirar um Mestrado em Educação Especial, portanto, era mesmo um gosto especial que ela tinha e ela deu-me orientações muito para aquele invisual, que foram, “ele é muito teimoso, ele tem um feitio um bicado difícil, mas tem esta e esta competência que podes tentar explorar, tenta também descodificar os temas e perceber o que é que ele te diz sobre isso, não te esqueças que os invisuais ouvem muita rádio e televisão, porque ele também não trabalhava e era atleta de alta competição, tenta saber também em termos do contacto com outras culturas”, ou seja, ela já sabia não é, mas o que ela queria que eu fizesse, era um bocado que eu articulasse isso com o referencial do Secundário. Portanto, o referencial do secundário fala do contacto com outras culturas, com a língua estrangeira e etc. e eu perguntei-lhe [ao candidato] como era atleta de alta competição, se fazia viagens por causa disso e como é que podia integrar, mas aliás, das coisas que ela mais me disse, foi mesmo para ter paciência com ele, porque ele era muito desconfiado, mas não é que isso fosse uma característica geral dos invisuais percebes, aliás, ele foi o único invisual que eu tive, que era mesmo muito desconfiado e muito teimoso e desde o início ao final, quis o Processo RVCC por mais que lhe fizesse questões umas mais difíceis que as outras portanto para ver se ele conseguia e as indicações foram um bocado sobre ele em específico e não propriamente sobre invisuais no geral, porque lá está, o processo RVCC e o diagnóstico são diferentes não é, porque no processo RVCC, vamos imaginar, se eu fosse profissional de RVCC e tivesse que fazer uma actividade, em vez de ele estar a escrever ao computador porque ele não consegue, trabalhava antes com ele no computador ou sugeria que recorresse a um gravador, porquê, porque lá está, ele tem que demonstrar essas competências, é um processo muito mais complexo e isso sim, é uma adaptação muito diferente, porque ele tem muitas coisas para comprovar, agora no diagnóstico é diferente, é um trabalho adaptado aos invisuais como também acho que é adaptado aos outros.

E – Gira tudo mais um bocadinho à volta da parte da comunicação, não é e não propriamente à volta dos materiais.

T – Sim, porque a 1ª fase de diagnóstico, trabalha muito as experiências individuais e eu quero saber tudo isso para saber se a pessoa tem perfil para processo RVCC, mas a parte de diagnóstico serve muito de motivação, portanto, é o primeiro contacto que o adulto tem com o Centro. Seja com invisuais, seja com os outros, pretende-se que a técnica de diagnóstico seja comunicativa e se a 1ª pessoa que ele

apanha lhe transmite ali uma coisa que ele nem sequer percebe nada... eu acho que a fase de diagnóstico é trabalhar muito com os candidatos em termos de comunicação, das expectativas e motivações que o traz e os projectos futuros e como é que ele pode fazer para se motivar...

E – É muito mais uma conversação, a fase de diagnóstico é muito à base da comunicação, não é?

T – Sim, sim, é dar-lhe a conhecer o seguimento, o que é que ele vai fazer depois, não é e acabar por trabalhar com o candidato mais essas competências do estar e do que é vai ter que demonstrar depois.

E – Cátia, ia-te perguntar se tu conheces algum programa para invisuais, se estás familiarizada com o JAWS ou com a Técnica de Braille, se conheces algum programa específico para invisuais?

T – Não, não, não conheço nenhum.

E – E diz-me uma coisa, tu sentes, agora talvez não porque estás a trabalhar com o público militar, mas na altura quando trabalhaste a 1ª vez com eles [candidatos invisuais], sentiste que tinhas alguma dificuldade, não sei, estou-te a perguntar, sentiste ou não?

T- Se calhar, em termos pessoais sente-se um bocado esse bichinho, do género “ai agora vamos trabalhar com invisuais” e como também vimos da área da Educação, é uma área interessante trabalhar com os invisuais não é? Mas, aliás, por exemplo senti talvez mais necessidade, no geral em todos os candidatos, na parte da orientação, trabalhar aquelas coisinhas todas com eles, o que é que é o mais indicado, do que exactamente na adaptação a invisuais, percebes, porque a adaptação a invisuais lá está, é como eu disse, é individualizada, temos aquelas sessões de grupo tudo bem, mas depois é individualizada e eu precisava de uma formação mais em termos pessoais e porque nessa altura não é, tive curiosidade por isso não é? Portanto, se calhar agora nem sequer me passava isso pela cabeça, mas quando passei por essa experiência, eu pessoalmente gostava muito de ter e acho que isso ia melhorar completamente a prática profissional. Portanto, não sei o que é que se poderia dar não é, o que é que se poderia debater que pudesse também melhorar, porque no fundo eu também nunca tive nada, nunca trabalhei com invisuais, mas eu acho que sim, que acabava por ajudar a prática profissional. É exactamente, lá está, os invisuais ok têm uma especificidade, mas as outras pessoas também têm, percebes, portanto é adaptarmo-nos a todos, e tal como nós, em que uma formação mais de diagnóstico, ou de orientação, mais de conhecimento das ofertas, tal como nós [Técnicas de ADE] em que isso poderia ajudar a adaptarmo-nos aos candidatos, ajudar essa prática profissional, também uma formação na área dos invisuais, também ajudava, percebes? Porque no fundo aquilo que nós queremos é uma formação que nos ajude na nossa prática profissional a adaptarmo-nos a todas as pessoas, sejam invisuais ou não.

E – Eu ia-te dar aqui um exemplo ou dois de formações, não interessa entrar muito em pormenores, apenas precisava que dissesse sim ou não, se gostavas de fazer alguma das indicadas. Basta dizeres sim ou não. Portanto, ia-te perguntar Cátia, gostavas de ter formação em Técnica da Linha de Braille?

T – Sim, eu gostar gostava, é óbvio, acho que era importante e mesmo porque quanto nós apanhamos o gostinho, ainda mais gostamos não é? Quando nós vamos frequentar uma formação dessas, ficamos logo muito mais entusiasmados para trabalhar com invisuais. Sim.

E – E uma formação de Tiflotecnologia? Não sei se já ouviste este “palavrão”, eu também nunca tinha ouvido. Tiflotecnologia é uma formação sobre todos os apoios e as técnicas concebidas para trabalhar com invisuais, por exemplo, programas, objectos, ajudas técnicas...

T – Eu fiz uma pesquisa disso tudo na altura em que tinha que encaminhar os candidatos invisuais. Sim, há muitas coisas, há muito apoio aos invisuais em termos de uma formação continua, ou seja, não para lhes dar a equivalência do 9º ao 12º ano, mas sim para lhes dar o Curso de Telefonista, o curso de Massagista, um ou outro curso adaptado, um curso de Informática, mas sempre cursos de Formação Continua. É a mesma coisa, como tu estares agora a trabalhar e vais tirar um curso em avaliação da formação e isso é um curso de formação contínua, a menos que vás fazer o doutoramento...

E – Portanto, vai-te dar experiência, mas não te vai dar a certificação?

T – Exacto. E os invisuais, têm muito isso. Eu procurei sobre entidades para invisuais e nenhuma oferecia nada que estivesse relacionado com o Programa Novas Oportunidades, ou seja, com o objectivo de ter o 9º ou o 12º ano, mas quase todas ofereciam isso da formação continua.

E – Mas em relação á Formação de Tiflotecnologia, gostavas de ter?

T – Se fosse relacionado com a parte das Novas Oportunidades [e com o processo RVCC] sim. Eu aliás, eu até falei com os candidatos de modo a perceber se por acaso queriam frequentar, já que está tão difícil encontrar [curso para invisuais para fazer] o 12º ano, é um curso que podem frequentar, mas esses cursos às vezes também têm várias listas de espera...

E – Mas então é muito complicado, porque se há esse tipo de cursos, não é, porque é que não se pode fazer a mesma coisa, mas dar-se a certificação a quem os frequenta?

T – Há uma certificação, mas é profissional [não é escolar ou de dupla certificação].



E - Mas porque é que por exemplo há facilidade até de encontrar esse tipo de cursos, de formação continua, mas não há depois por exemplo cursos que possam oferecer as duas certificações?

T – Mas é que eles já são difíceis de encontrar [cursos com equivalência ao 12º ano, que ofereçam certificação escolar], porque eles são financiados por Lisboa, como sabes a parte [distrito] que menos foi financiada de todo o país e então uma turma de 15 invisuais, é difícil, é porque depois também nem todos têm a mesma disponibilidade, o sitio pode não ficar num sitio favorável e eles [entidades que têm a oferta escolar] até podem ter todas as inscrições, mas também não sei exactamente o que é que se passa na parte da selecção mas há outros cursos mais financiados.

E – Muito bem! E voltando às formações, gostavas de ter uma formação em software especializado e materiais adequados?

T – Mas em que contexto, o da formação?

E – Tudo o que seja software adaptado para eles [público invisual], software, programas de computadores, materiais adaptados para eles?

T – Depende, se lá está, ajudasse um bocado à prática profissional, sobretudo se adaptado a... não falo tanto na parte de diagnóstico, mas na parte do Processo de RVCC, por exemplo os materiais e os softwares adaptados ao Processo RVCC que ajudam na prática profissional, isso acho que era muito bom não é?

E – E uma formação sobre aptidões e limitações do público invisual?

T – Sim, se calhar era bom.

E – E uma formação em comunicação para linguística, isto é, como tu deves colocar a voz, as pausas que fazes, o silêncio, a tua dicção...

T – Sim, já estou a perceber mais ou menos o que é que é. Ah... sim, para quem trabalha muito com invisuais, eu acho que sim, porque num processo de aprendizagem e num processo de formação, tem que se conseguir passar a mensagem não é, por isso, qualquer formação que nos vá ajudar a isso, é bom.

E – E uma formação de trabalho de valorização e empowerment, isto é, tu aprenderes a trabalhar a motivação do outro, a auto-estima do outro...

T – Sim, isso até acho que é mais importante, até nesta fase inicial [diagnóstico], lá está, na entrada do CNO a motivação que o candidato tem, o que é que ele pensa fazer depois e o que é que o traz, quer dizer, acho que sim, essa, essa era muito interessante.

E – Bem estamos quase a terminar. Gostaria de te perguntar se tens alguma sugestão, se querias referir alguma sugestão sei lá, sobre o próprio Processo [de RVCC], sobre a tua actividade [como Técnica de ADE], ou mesmo sobre a tua própria equipa, sei lá, alguma coisa que tu aches que não foi falado, ou uma sugestão de melhoria que tu neste tempo de experiência de trabalho, se calhar já te ocorreu?

T – é assim, em termos dos invisuais, a dificuldade que eu senti mesmo foi chegar ao final e manter o encaminhamento, pronto, a dificuldade é mais de articulação entre as entidades, lá está, porque se têm formação contínua, porque não abrir um EFA?

E – Portanto, nunca tiveste propriamente nenhuma dificuldade com o público invisual, mas sim com o encaminhamento...

T – Por acaso, eu sinto que eles sempre nos receberam muito bem [o público invisual], a não ser aquele candidato do Básico, que no fundo também era simpático, mas ele vinha para o Processo de RVCC e ninguém lhe tirava aquilo da cabeça (risos)... mas o outro candidato foi sempre muito simpático e ia pedindo sempre ajuda, ele quando me dava os documentos que passava, falava sempre de uma forma mais calma, não sei se posso dizer assim, mas sempre integrado, eu tinha muito cuidado sempre que lhe dava as folhas, dizer-lhe sempre quantas folhas é que eram, esse candidato foi “não as perca, são três, porque esta aqui é para si, mas esta aqui não interessa, esta depois fica consigo, mas estas três tem de me trazer de volta”, pronto é diferente, é mais esse tipo de coisas, mas eu acho que é mútuo, depois quando estás na prática é que depois percebes, porque eles próprios te sabem transmitir, porque é assim, nós temos os documentos que eles têm que assinar e isso foi uma coisa que não me disseram, lá está, a colega não me disse, claro que ele quando foi para assinar, eu estava assim um bocado, não sei como é que ele podia assinar, fiquei um bocado assim, mas depois os candidatos dizem... uns pedem uma régua para assinar, mas por exemplo nas folhas de encaminhamento, eles pedem-nos uns carimbos, carimbam o dedo e fazem a sua assinatura...

E – Ai que giro

T – Mas eles próprios é que disseram, porque a 1ª vez, eu sabia lá como é que eles assinavam (risos), sabia mais ou menos essa parte da régua, e comecei a pensar “ai agora, como é que eu vou fazer?” e perguntei-lhe e ele “sim, sim, eu fazia isso para o Básico, só que como isso também não me foi dito e então eu fiz exactamente isso. Por exemplo, eles nos documentos que são mais oficiais, como por exemplo os do encaminhamento, eles próprios dizem “ah, se tiver aqui um carimbo, nós assinamos

assim e tal"... eles próprios nos ensinam... vamo-nos adaptando e se calhar até se trabalha mais ou menos , mas como eu agora não trabalho [com público invisual] (risos).

E – Pronto, Cátia, mais uma vez te pergunto, queres deixar alguma sugestão (risos)?

T – (risos)

E – Querida, obrigada pela entrevista e desculpa a hora. Obrigada mais uma vez.

## **Protocolo da Entrevista: Profissionais de RVCC Joana Leão e M<sup>a</sup> João Matos**

**P1 – Dr.<sup>a</sup>. Joana Leão**

**P2 – Dr.<sup>a</sup>. M<sup>a</sup> João Matos**

E - Vamos então dar início à entrevista.

P2 – Primeiro responde-te quem, é tipo à vez?

E – É como vocês quiserem.

P2 – Está bem.

P1 – Ela percebe a nossa voz.

E – Sim, eu percebo a voz. Se depois ficar com alguma dúvida (risos), eu pergunto-vos, combinado? Meninas, antes de mais, obrigada pela vossa colaboração. A minha primeira pergunta, começava por ser, se me contavam um pouco a vossa experiência desde a vossa Licenciatura até chegarem aqui ao CNO, como é que aconteceu?

P1 – Eu trabalhei sempre no ramo da Psicologia Comunitária, trabalhei numa IPSS que era uma Unidade Protegida para Esquizofrénicos, ao mesmo tempo que dava consulta, a primeira vez que eu estou ligada á Formação de Adultos, é aqui no CNO.

E – E como é que vieste cá parar Joana?

P1 – Foi um convite que me foi proposto por uma pessoa que teve oportunidade de conhecer o meu trabalho, que eu desenvolvi nas escolas, porque fiz um projecto de promoção da saúde nas escolas de Marvila, subsidiado pela Segurança Social e essa pessoa conheceu a minha intervenção nesse projecto e achou que eu reunia características e competências para poder vir trabalhar para aqui.

E – Muito bem, que engraçado. E continuas ainda a trabalhar na IPSS ou...

P1 – Não, optei por sair da IPSS, mas eu trabalho ainda em mais 2 sítios.

E – A dar consultas?

P1 – Dou consultas e dou aulas na Faculdade da Cruz Vermelha.

E – E tu João, como é que aconteceu? (risos)

P2 – (risos) Eu, acabei o curso de Psicologia, também estive a trabalhar sempre na área da Psicologia Comunitária, intervenção comunitária, estive a trabalhar 2 anos numa IPSS, que é o Centro Comunitário em Viana do Castelo, que é o Gabinete de Apoio à Família, depois disso, estive a trabalhar numa Santa Casa da Misericórdia, como Coordenadora de Projectos de Intervenção Comunitária, durante 4 anos, entretanto quis mudar de área, porque a intervenção comunitária, acaba por ser muito desgastante e como já fazia Formação de Cursos EFA lá em cima [Viana do Castelo], convidaram-me para vir cá para baixo para o CNED como Profissional de RVCC, foi assim que aconteceu.

E – Que giro. E as meninas estão cá à quanto tempo?

P2 – Vai fazer 2 anos e meio.

P1 – E a mim, faz em Junho.

E – Dois anos também Joana?

P1 – Em Julho.

P2 – Eu estou há mais seis meses que tu, sim. é pouca a diferença.

E – Vocês são ambas Profissionais de RVCC e quando entraram para o CNED, entraram logo como Profissionais [de RVCC]?

P1 – Eu não. Não, eu entrei para Técnica de Diagnóstico, ou seja, foi a primeira vez que abriu o quadro para Técnica de Diagnóstico e Encaminhamento...

E – Pois, porque antes não existia, não era?

P1 e P2 – Não havia.

P1 – Eu fui a primeira [Técnica de ADE no CNO do CNED] da equipa, fui deslocada para aqui [Profissional de RVCC], porque a colega que ia entrar, portanto é mais fácil entrar para Técnica de ADE, do que para Profissional de RVCC, como eu já tinha algum domínio sobre como as coisas funcionavam, eu passei para Profissional e ela [uma colega], entrou para Técnica de Diagnóstico.

E – Então, eu ia-vos perguntar meninas, para vocês o que é que é ser Profissionais de RVCC, quais é que vocês acham que são as vossas principais responsabilidades, competências, como é que vocês definem o ser Profissional de RVCC?

P2 – Acima de tudo é preciso, o nosso trabalho é um bocadinho fazer uma espécie de mediação deste processo, tendo em conta sempre que estamos a trabalhar com adultos e tentando motivá-los ao máximo para este processo, valorizando-o, tentando fazer o acompanhamento e a monitorização de uma forma muito sistemática, isto é, temos que estar em constante, somos quase supervisoras (risos), não, somos mais do que isso, somos alguém que vai acompanhando o processo e que depois também, lhes vai dando algum tipo de orientações que vão ser necessárias para que eles possam desenvolver as suas competências, para que se possam sentir motivados e para que isto seja apenas um degrau que eles conseguem alcançar nos seus projectos pessoais ou profissionais.

E – Até porque por vezes, eles têm competências, que eles próprios desconhecem.

P1 – A maior parte das vezes, exactamente têm competências que desconhecem, por isso é que o Processo RVCC de acordo agora com aquele estudo que saiu, pode não promover emprego, mas promove auto-estima, por isso, até é engraçado nós sermos psicólogas e sabermos que o processo acaba realmente por fazer com que as pessoas se sintam realizadas.

P2 – Sim, no fundo, somos uma referência [as Profissionais de RVCC] desde o início até ao fim, nós iniciamos com eles [o Processo RVCC], é connosco que eles começam a dar os primeiros passos, depois criam uma certa autonomia da “mãe”, entre aspas, e no final voltam na mesma à “mãe” (risos) para acabar o Processo. A maior parte das vezes, corre tudo bem com os Formadores, essa parte da mediação e da gestão de conflitos, não é necessária.

E – Meninas, ia-vos perguntar, à chegada dos candidatos até vós, depois de eles virem das Técnicas [de ADE], qual é o tipo de informação que vocês têm que ter sobre eles? Há assim alguma informação relevante que a Técnica [de ADE] tenha que vos passar, há apenas a constituição das turmas e não há necessidade de se saber nenhuma informação em concreto...

P1 – Neste momento, eu acho que há uma necessidade, que é em termos dos Certificados Profissionais, portanto, a formação que eles já fizeram, se a Técnica [de ADE], isto é a minha opinião, se conseguisse passar isso antes para que se comece logo a fazer a triagem [das competências que o candidato já não necessita de fazer] desde o início, tanto melhor.

P2 - Relativamente a outras informações, há o PPQ, que muitas vezes o que é que elas fazem, o PPQ é o

Plano Pessoal de Qualificação, em que as Técnicas [de ADE] muitas vezes consideram que a pessoa não tem perfil, mas o candidato considera que mesmo assim quer RVCC porque é mais adequado, muitas vezes, há esta passagem de informação, que é no sentido de “olha, este candidato optou por RVCC, é preciso estar atenta porque ele pode não ter perfil para o processo”. Situações às vezes, em que são candidatos mais complicados por alguma razão, situações às vezes que foram um bocadinho mais agressivos, pessoas que estão muito em baixo, ou que estão há muito tempo á espera, às vezes, há situações em que realmente há uma conversa sobre transmitir a informação. Regra geral, nós vamos ao PPQ e vemos o ponto de situação, se é para Processo porque tem perfil, se é porque ele [candidato] insiste, se há alguma informação adicional que a Técnica queira dar, também temos a base interna.

P1 – E também olhamos para o questionário [entregue pela Técnica de ADE aos candidatos da 1ª para a 2ª sessão de diagnóstico] e para o Currículo Vitae.

E – Então queria-vos perguntar meninas, vocês consideram que os candidatos vêm esclarecidos da fase de diagnóstico, se vêm esclarecidos sobre o que é o processo RVCC, vêm com alguma ideia geral sobre o que isso é ou...

P1 – Têm a mesma noção que tu tiveste quando entraste para o teu curso, quando escolheste o teu curso, ou eu ou outra pessoa qualquer, porque as pessoas quando entram numa oferta educativa seja ela qual for, têm as suas próprias concepções, as suas próprias representações sobre o que aquilo é e depois, com a prática é que tu consegues aferir se é mesmo aquilo ou se é outra coisa qualquer, eu acho que isso acontece um bocadinho a todas as pessoas. Acho que o Processo RVCC é um bocadinho mais complexo, criam-se alguns estereótipos e preconceitos nacionais à volta do Processo...

P2 - Até mesmo os spots publicitários, que estão inerentes a esta iniciativa [Programa Novas Oportunidades].

P1 – E muitas das vezes, eles consideram que o Processo depois é muito mais difícil do que aquilo que eles eventualmente pensavam e depois no final, já acham que era mais fácil do que aquilo que pensavam no início das sessões de exploração do referencial e muitos deles ainda vêm com aquela ideia da “audição selectiva”, que é “o processo à medida que eu o vou fazendo, vou desenvolvendo em casa [as “actividades”], eles só ouvem essa parte, o restante eu acho que eles acabam por fazer um “delete”.

E – Portanto, é uma coisa que eles podem até vir com alguma ideia, mas à medida que...

P2 – Exacto, eu acho é que antes de nós termos as Técnicas de Diagnóstico, eles vinham muito mais “crus” do que vêm agora, o diagnóstico tem muito essa função de explicar, eu acho que eles vêm com mais conhecimento do que é o Processo RVCC, daí a isto corresponder, como a Joana estava a dizer, à

realidade, vai uma diferença, mas que também se vão desconstruindo alguns preconceitos, alguns estereótipos que eles têm, à medida que vamos fazendo as sessões com eles.

E – Meninas, ia-vos perguntar se já realizaram sessões com candidatos invisuais?

P1 – Já.

P2 – Já, já.

E – E no teu caso João, com muitos ou poucos [candidatos]?

P2 – Eu tive 3 candidatos invisuais.

E – E tu Joana?

P1 – Eu por alto, assim em sessões, devo ter tido para aí uns 10 [candidatos invisuais].

E – E ia-vos perguntar, se conhecem e estão familiarizadas com as aptidões e com as limitações do público invisual?

P1 – Aquilo que eu senti nas sessões de exploração do referencial nos meus grupos, sendo que eu num grupo até tive 3 [candidatos] invisuais, a única, a grande limitação deles é que nas sessões de exploração do referencial, por norma nós damos pistas ou tornamos mais simples a competência, para que eles possam desenvolver [o que é solicitado. Os invisuais não podem escrever [à mão] e nós não tínhamos salas de computadores até então e eles não podiam registar, portanto era tudo por memória, o que fazia com que eles chegassem a casa e por mais competências que eles tivessem, de leitura, de escrita, de reflexão, eles não conseguiam porque não se recordavam de maior parte das coisas, situação que depois é ultrapassada por quem quer continuar através de e-mails, porque a mensagem é passada através de e-mail. E houve também logo na altura uma estratégia que se adoptou, que foi começar a dar as sessões nos computadores que tinham o JAWS.

E – Pois, na sala dos computadores não é?

P1 – Exactamente.

E – E tu João, já tinhas, quando trabalhaste a primeira vez com candidatos invisuais, tinhas assim alguma consciência das aptidões deles ou de alguma limitação específica deles?



P2 – Digamos que eu tive dois tipos de candidatos, apesar de serem pouquinhos. Tive dois candidatos que ao nível das tecnologias estavam muito bem familiarizados, por isso perguntaram logo se podiam gravar as sessões e também isso depois aconteceu contigo [Joana], certo? Aliás, se bem me lembro, isso passou-se primeiro contigo [Joana] e depois é que eu te dei essa sugestão. [Os candidatos invisuais] gravaram as sessões, perguntaram se era possível gravar e acabaram por o fazer. Havia dois candidatos que estavam muito bem com as TIC, por isso eles gravavam, depois escreviam as orientações e começaram até por desenvolver a narrativa de uma forma interessante. A outra candidata é que foi um bocadinho mais complicado, mas eu acho que acima de tudo tem a ver com outras questões, com dificuldades no que diz respeito às novas tecnologias, que acaba por ser uma condição que acaba por ter implicações no Processo [RVCC], quer seja invisual ou não, não é por ser invisual e esta candidata também me pareceu que estava um bocadinho, se calhar estava numa fase mais complicada, mais depressiva e acabou por desistir do processo.

P1 – Ela entrou mesmo num processo de doença grave.

P2 - Sim, mas estamos a falar de pessoas que depois associado à questão de ser invisual, depois têm outras complicações. E as competências que eles têm, aliás, eles têm vontade de concluir o ensino secundário e eu nunca parti do pressuposto que eles eram diferentes, ou seja o tratamento foi exactamente o mesmo. Às vezes tinha preocupação sei lá, se a sala por exemplo tem espaço para passar ou não, pedia-lhes era sempre para me lembrarem que eu estava a falar muito rápido e eles lembravam-me, porque essa é uma característica que eu tenho e eles diziam e eu voltava a reformular, mas de resto não encontrei assim grandes limitações, mas também foram poucos candidatos.

E – E queria-vos perguntar, em relação às sessões com candidatos invisuais, aliás, esta é uma pergunta que vos devia ter feito à pouco. Quando a Técnica [de ADE] encaminha candidatos invisuais, é necessário elas dizerem-vos?

P2 – Não é necessário, mas elas informam-nos que é invisual.

P1 – Sim [as técnicas comunicam às Profissionais RVCC quando os candidatos são invisuais], mas não se constitui grupos de invisuais, não.

P2 – Não, não [não se constitui grupos só de invisuais].

P1 – Portanto, vêm por ordem de chegada e quando se constituem grupos, portanto tira-se o número que já está há mais tempo...

P2 – Sim, por ordem de...

E – De entrada.

P1 – De entrada. Seja como for, nesse grupo em que eu tive três [candidatos invisuais], eu entrei mais ou menos ao mesmo tempo que a João, eu fiquei com três [candidatos invisuais] e a João não ficou com nenhum.

P2 – Mas isso foi coincidência [a Joana ter ficado com um grupo de três invisuais e a João não], primeiro nós não temos se calhar números [de candidatos que justifiquem um grupo] só de invisuais, ou só com problemas de deficiência motora, ou o que quer que seja e segundo, temos a ideia também de que eles não sejam diferentes.

E – Exacto.

P2 – Exactamente, acaba por estigmatizar.

P1 – Até porque isso estigmatiza imenso [a constituição de grupos composto apenas por candidatos invisuais]. Em relação aos candidatos que nós temos, a única dificuldade deles é conseguirem agarrar numa caneta e escreverem logo.

E – Essa era uma questão que eu vos ia colocar, se as sessões com candidatos invisuais eram feitas individualmente, ou se eles eram incluídos em grupo?

P2 – Não têm nenhuma diferença, pelo menos comigo não tiveram nenhuma diferença. Eu ainda tive candidato invisuais que fizeram entrevista, porque na altura ainda nem sequer havia entrevistas, fiz entrevistas normalmente, tudo normal e as pessoas entravam no grupo e a única diferença é que eu tinha a preocupação realmente de falar mais devagar, para que pudessem pelo menos fazer o raciocínio que eu gostava que eles desenvolvessem, de resto, nós nunca tivemos essa preocupação, aliás eu considero que pelo contrário, nem sequer é uma vontade nossa integrá-los num grupo só de invisuais.

E – E ia-vos perguntar, a nível das sessões, que trabalho é que vocês realizam com eles e se há assim algum tipo de adaptação? Eu pelo que li, mas gostava que vocês me confirmassem, há certos pontos do referencial que com os candidatos invisuais não são tratados, isso acontece aqui?

P1 – Isso é ao nível do Básico.

E – Ao nível do Secundário não?

P1 – No Secundário, eles têm de corresponder aos DR [Domínios de Referência] do referencial...

P2 – As 44 competências.

P1 – Às 44 competências sim, não há adaptação.

P2 - E nem sequer faz sentido.

E – Tens razão, porque o que eu li, estava no Guia Metodológico [para o acesso ao Processo RVCC das pessoas com deficiências e incapacidades] para o Básico, lá está, porque o de Secundário ainda não existe. Portanto, significa que no Secundário não há...

P2 – Eles fazem todas as competências, como se fossem visuais.

P1 – Eu sou sincera, eu subestimava no início as competências, ou as capacidades, por mera ignorância, mas só mesmo por ignorância.

E – Não é ignorância, é desconhecimento não é?

P1 – Há invisuais com potencial para o processo [RVCC] e há outros que não têm potencial para o processo e cada um faz da vida deles aquilo que qualquer um outro adulto faz, ou seja, tem uma vida activa na sociedade, participa, preocupa-se, vê, informa-se, lê, há imensos livros que eles lêem que estão em Braille e conseguem fazer, há outros que nem por isso e que se resignam à condição deles ou utilizam a condição deles como desculpa para não fazerem também muita coisa na vida. Só há um aspecto que é redutor para eles e que me causa alguma confusão, que eu senti principalmente até como Técnica de Diagnóstico, que é, não há formação mais específica profissionalizante para eles, ou seja, cursos com certificação profissional, porque as entidades muitas das vezes não aceitam [invisuais], não têm forma de os aceitar e eles acabam por ter que se resignar ao curso de Telefonistas e mais nada.

E – Pois, pois, isso foi uma questão que a Cátia [Técnica de ADE] também me falou, há alguma dificuldade em encontrar algo nesse sentido.

P2 – Há poucas ofertas formativas, sim.

P1 – Há muito poucas.

E – E portanto, ao nível das actividades e das estratégias, vocês adaptam alguma actividade em função dos candidatos invisuais? Ao nível das estratégias João, já me falaste à pouco numa, que é ter cuidado com a linguagem.

P2 – Exactamente. Nós temos uma espécie de guia de apoio ao candidato, foi um documento que nós elaborámos aqui, que a equipa do CNED elaborou, que é uma espécie de referencial...

P1 – Mas esse guia é um instrumento adaptado a todos os candidatos, não é só para os invisuais.

P2 – Nós a única coisa que fizemos foi uma adaptação, retirámos as grelhas para melhor facilidade de leitura, para eles depois lerem aquilo com o programa.

P1 - E está a decorrer, portanto, a gravação do CD.

E – Já avançou?

P1 – Não, está a decorrer ainda, portanto já temos os exemplos, porque o objectivo será tu agarrares em cada uma das competências e dares exemplos para desenvolver aquelas competências, mas convém que esses exemplos sejam exemplos quanto mais antagónicos possível melhor, para que eles não tenham portfólios todos iguais, para não enviesar os desenvolvimentos, por isso, com as alterações da equipa tem demorado um pouco mais tempo, mas acredito que seja rápido. Eles acabam por ter depois as sete sessões de exploração do referencial gravado em CD com a nossa voz, mas com um som especial, porque será ali [gravado e tratado] no departamento Multimédia.

E – E ficam com essas indicações todas, não é?

P1 – Exactamente.

E – É uma óptima ideia, isso é uma óptima ideia.

P2 – Depois em casa, porque nós muitas vezes nas sessões damos muitos exemplos e às vezes perdemos demasiado tempo com questões que eles levantam e ali [Gravação do CD de apoio ao Candidato invisual sobre o Processo RVCC] eles têm orientações muito precisas de como é que precisam de trabalhar.

E – E podem voltar atrás e ouvir novamente.

P2 – Exactamente.

E – Isso é muito bom. E há assim alguma actividade em especial que vocês desenvolvam com eles que necessite de uma adaptação ou as actividades são feitas....

P2 – Nós não temos actividades [no Processo RVCC Secundário], eles começam a fazer a narrativa e nós damos apoio na construção da narrativa, isto é, vai tentar fazer que tipo de narrativa? Vai começar por onde? D que é que quer falar? Quais são as experiências mais significativas? Isto é tudo para levá-los a reflectir. Depois disso, fazemos as sessões de exploração, as sessões de exploração não são nada mais, nada menos do que simplificar o referencial, com exemplos que nós vamos dando, não há material, nós não fazemos actividades com eles, há esse guia, que cada candidato leva para as sessões e que os invisuais seguindo esses parâmetros fazem a leitura do guia, não é, e depois disso, voltamos à narrativa, eles voltam a introduzir assuntos dentro da narrativa. Depois passam para as formadoras, ou seja, nós não temos actividades, o Básico tem um conjunto de actividades que as pessoas têm que desenvolver e que depois vão-se agregar e vão para o portefólio, mas eles [Secundário] aqui não, aqui é através de pistas que lhes vão sendo dadas, isto é, se aquele candidato nasceu numa determinada zona que nós considerámos que pelo património cultural será interessante e o candidato poderá falar e desenvolver uma competência para uma determinada área, o que nós fazemos é “olhe, vamos então trabalhar sobre isso”, porque isso nós não temos fichas.

P1 – O nosso apoio é um apoio que é individual, é individual e as eventuais pistas e eventuais actividades que nós possamos inventar, a nossa criatividade é independente se ele [o candidato] é invisual, se não é.

E – Portanto, a nível de materiais, podemos dizer que o vosso grande recurso é principalmente a comunicação, não é?

P2 – Sim, a comunicação sim e o facto de a equipa ser multidisciplinar e o guia [guia metodológico para o processo RVCC], de resto, nós não temos mais nada.

P1 – Nem é suposto.

E – Muito bem. Alguma das meninas está agora com algum candidato invisual?

P1 – Estão na fase dos Formadores, neste momento, estão a desenvolver competências, ou os critérios de evidência, como preferires.

P2 – Tenho um [candidato invisual] que está a acabar o processo de RVCC e que também está com os Formadores, só tenho um.

E - Muito bem. A nível dos materiais, uma vez que já falámos disto, ia-vos perguntar agora a nível das instalações, se algum dos vossos candidatos já vos disse alguma coisa em relação às instalações do CNO, se estão adaptadas, se não estão adaptadas, se eles sentem alguma dificuldade de se movimentar cá dentro, ou mesmo de vir até cá...

P2 – Na altura em que estávamos em obras ali é que foi um bocadinho mais complicado, porque quando o Terreiro do Paço esteve em obras obrigava a que ali no parque, tivesse que se andar pela estrada mesmo e isso complicou ou então tinha que se dar uma volta muito grande, principalmente quando as sessões eram à noite e a porta da frente a partir de uma certa hora estava fechada, isso complicava. Agora os meus candidatos sempre tiveram facilidade em subir, portanto, em via ao 2º piso e muitas vezes quando era necessário, havia sempre alguém também que os ajudava a descer, sim, qualquer militar que lá estivesse, ou mesmo os colegas de grupo ajudavam. Mas eles facilmente aprendem e criam estratégias para conseguirem andar

E – Portanto, não há assim grande complicação aqui [CNO], mesmo ao nível do 2º piso e das salas para onde eles vão...

P2 – Não, não.

E – Ia-vos perguntar meninas, mas lá está, se calhar esta pergunta não faz muito sentido, porque eu pensava que vocês realmente tinham actividades, fichas como no básico e ia-vos perguntar como é que avaliavam essas actividades e lhes davam o feedback. Vou mudar um bocado a pergunta e perguntava-vos como é que avaliam as narrativas que eles produzem e como é que vão dando o feedback. Há pouco falaram-me de que vocês também comunicam muito por e-mail...

P1 – Ou seja, imagina que eles começam a fazer a narrativa e querem saber se aquele texto reúne ou se está válido e muitas vezes eles começam e sei lá, passado 2 dias, mandam as coisas e dizem “diga lá se eu estou no bom caminho ou no mau caminho” e nós temos um prazo que é até duas semanas para dar feedback...

P2 – Sim, mas essas condições de Lei, nós acabamos por deixar.

P1 – Mas o que normalmente fazemos é lermos e depois damos o feedback por e-mail, tipo “olhe realmente está bem” ou “olhe, realmente, não está a abordar um assunto que seja..., pode ser importante para si, mas em relação ao referencial não tem substância, ou tem muitos erros ortográficos, ou é preciso...”, são mais este tipo de informações. Ou então se eles vêm cá, sentamo-nos com eles e dizemos exactamente aquilo que...

E – Mas regra geral, preferencialmente fazem-no [feedback] por e-mail, ou mesmo com eles em sessão...

P1 – Eu, com os candidatos que tive, essencialmente, por e-mail, porque por exemplo, o Sérgio [candidato invisual] neste momento está a acabar o processo RVCC e ele vem cá só às sessões de exploração e diz-me claramente que prefere estar em casa a trabalhar, porque trabalha e tem filhos, por isso tem pouca disponibilidade e como tem um excelente domínio das TIC, trabalha todos os dias, vai enviando, “está tudo bem, não está, preciso de algum tipo de ajuda”, às vezes ele pede às formadoras acho que tem a ver com algumas imagens, ou com alguma formatação que eventualmente possa ser mais necessário algum tipo de ajuda delas.

E – Mas não há aqui nenhuma dificuldade nesse sentido?

P1 – não, quando eles têm dúvidas de TIC, eu volto a insistir nisso, porque eu também tive invisuais que não tinham nenhum domínio das TIC, mas aí, eu acho que é um pressuposto que é também para os que não são invisuais e que não conseguem fazer o processo RVCC.

E – E por exemplo meninas, a nível do Portfólio deles, é obrigatório que seja em suporte digital?

P2 – Não, nós não temos obrigatoriedade de nada, pode apresentar o Portfólio como ele bem entender, o candidato tem total liberdade...

P1 – Mas qual seria a outra opção?

E – Era aí que eu ia chegar, se o candidato quisesse por exemplo entregar [o Portfólio] em Braille?

P2 – Por exemplo, pode entregar em Braille, mas depois não tem interesse nenhum porque a avaliadora não vai conseguir ler...

P1 – Mas como é que nós temos capacidade para avaliar? É que o grande problema depois é esse, é que os CNO's têm que obrigatoriamente aceitar, desde que seja oficial, uma 2ª língua.

P2 – Só se for a mesma língua.

P1 – È?

P2 – Estás aqui a fazer raciocínio. Sim...

P1 – Estou a fazer um raciocínio. Nós temos obrigatoriedade se por exemplo o candidato for chinês, só estou a falar porque se acontecer, depois demora muito tempo para nós conseguirmos encontrar uma formadora de Chinês. Agora, alguém entregar alguma coisa em Braille, eu não sei até que ponto, porque aí à partida nem eu tenho capacidade para avaliar o trabalho...

P2 – Agora se tu me disseses que há um candidato e aí por exemplo isso até acho que foi o Sérgio que estava a dizer, que gostava que outros invisuais lessem o seu portfólio, porque não ele depois converter aquilo para Braille, claro que sim, não é? E até se ele nos disser que por exemplo, até se calhar é uma sugestão, mesmo independentemente de se ser invisual, querer deixar cá uma versão em Braille, para nós numa sessão daquelas mostrar, claro que sim, não é descabido, agora, entregar-nos o portfólio só em Braille não, porque nós depois temos que fazer a avaliação, não vamos entregar ao avaliador externo e depois dizer “olhe, [o portfólio] está em Braille” (risos)...

E – (risos) – E nunca nenhum vos pediu, ou...

P2 – Eu só tenho um [candidato invisual] que está a acabar o processo [RVCC], os outros ficaram pelo caminho, por isso...

P1 – Não, mas pelo menos os meus candidatos [invisuais] também, são candidatos que utilizam o Braille sim, mas utilizam perfeitamente o computador e o teclado normal também, portanto, nunca se verificou essa necessidade, não...

P2 – Eu acho que tem a ver com o domínio das novas tecnologias, tem mesmo a ver com isso. Sim, porque pessoas que se calhar estivessem um bocadinho menos à vontade, se calhar essa questão já surgiria, não é?

E – O bom realmente é eles já dominarem as tecnologias e portanto até lhes convém realmente entregarem em suporte digital, que de certa forma vão treinando, não é?

P2 – Isso.

E – Muito bem. Meninas ia-vos perguntar se me falavam um bocadinho da vossa experiência de sessões de preparação de Júri e de sessões de Júri. Se já apanharam...

P2 – Não, eu não.

E – Ainda não?

P2 – Não. Acredito que para aí em Maio ele vai a Júri [candidato invisual Sérgio], até lá... (risos)

E – Tenho que te vir fazer a pergunta em Maio. (risos)



P2 – (risos)

P1 – Mas de qualquer forma, eu acho que a sessão de Júri será, mais uma vez, será exactamente igual a uma outra qualquer.

P2 - Pode não ter o Power Point...

P1 – Pode não ter o Power Point sim...

P2 – Porque não vamos fazer isso [Power Point]...

P1 – Terá eventualmente... sei lá, imagino eu que, posso eu, se for Profissional [de RVCC] dele, lançar aqueles pontos que nós necessitamos para seguir o raciocínio em suporte Power point, como pode ter ele uma folha em Braille com as orientações...

P2 - Pode ele ter gravado por exemplo a sessão, pode eventualmente gravar alguma parte e depois fazer uma coisa qualquer áudio. A única [Sessão de Júri] que eu vi aí, tu [Profissional RVCC Joana] também viste sobre um invisual, foi do Básico, fomos assistir todos, tu assististe [Profissional RVCC Joana]?

P1 – Não.

P2 - E a pessoa realmente não recorreu ao Power Point, fez uma apresentação, não me recordo qual era o tema, não, recordo-me, recordo-me, era o “Dopping na alta competição”, foi o único que vi...

E – Deve ter sido o Firmino [candidato invisual], não é?

P2 – È. E que realmente ele estava assim muito nervoso, mas isso aí eu acho que não é por ser invisual (risos), porque realmente o Firmino é uma pessoa extremamente reservada e estava ali muito desorientado e o que a Técnica fez foi dar-lhe orientações como tu [Profissional de RVCC Joana] estavas a dizer, “então agora vamos lá falar sobre isto, o que é que você tem a dizer sobre esse assunto”, pronto. Mas eu acho também que o melhor é nós darmos a capacidade de autonomia e de liberdade à pessoa, isto é, ele que decida como bem entender. Se a pessoa me disser que até quer fazer um Power Point, faz. Pode não ter muita validade para ele porque ele não está a ver não é, não está, mas ele é que decide.

P1 – Acho que isso depende da pessoa.

P2 – Depende do tipo de candidato e aquilo que ele realmente valoriza não é? Mas eu acho que será uma sessão exactamente igual a outra. E não terá tratamento diferente, nem fará sozinho, nada disso.

Faz a sessão de Júri com os outros candidatos, o objectivo é criar sempre uma mensagem de partilha não é e eventualmente até pode ele contribuir para que os outros possam perceber que não há assim tantas diferenças, não é?

E – Exactamente.

P2 – E assim também trabalha a área de Cidadania, não é?

E – Olha bem trabalhado, bem pensado. Ia-vos pedir se me falavam um bocadinho a nível da motivação destes candidatos e mesmo da relação que eles por norma estabelecem com os grupos e as pessoas do grupo com eles. Querem falar um bocadinho sobre isso? Por exemplo, ao nível da motivação, vocês notam alguns altos e baixos, os processos são...

P1 – Se for comparativo aos restantes [candidatos visuais], não, acho que é idêntico. Nós temos é muito poucos [candidatos invisuais], portanto acabaram por ficar pelo meio alguns, mas não acho que se deva ao facto de serem invisuais, acho que se deve ao facto de as pessoas quando entram em contacto com o processo [RVCC Secundário] e se apercebem do volume de trabalho que tem, muitas das pessoas não têm vida nem pachorra para o fazer, não é, acho que é um pouco por aí.

P2 - Há uma pessoa [invisual] que voltou para a terra, eu por exemplo estou a falar dos meus, mas houve uma pessoa que iniciou o processo de RVCC, entretanto neste momento desistiu, não sei se vai retomar ou não, entretanto voltou às origens, Trás-os-Montes, parou. Uma outra [pessoa invisual], está a colocar a hipótese de ir para um EFA, certo. Outra pessoa [invisual] está com um problema de saúde grave. Entretanto, temos o que está a trabalhar seriamente [candidato invisual Sérgio], por isso acaba por não ter tanta disponibilidade.

E- E se calhar, esta pergunta vem também um pouco no seguimento do que tu dizes Maria João. Ia-vos perguntar se vocês notam alguma diferença entre a realização de sessões com os candidatos invisuais ou com os candidatos, neste caso, normovisuais, há algum tipo de diferença que vocês notem? Pelo que vocês me estão aqui a dizer...

P2 – Eu acho é que há uma preocupação por parte do grupo, tipo, imagina estou-me a lembrar, eu tive uma sessão e eram 30 no grupo, e então eu esqueci-me de dizer, lá está, eu não me lembrei que tinha um candidato invisual e então disse “vai passar a folha, é para assinarem e devolvem” (risos) e ele “eu não posso assinar”, “então mas porque é que você não pode assinar?” (risos) e continuei a insistir porque nem sequer me apercebi (risos), “ah, porque eu sou invisual”, “ah, então isso não é problema, mas qual é o problema” (risos), lá fui e ele acabou por assinar na mesma (risos), mas isso às vezes acontece.

E – Claro (risos).

P1 – Mas de resto, há uma preocupação por parte dos outros candidatos, acho eu, em se precisa alguma coisa...

P2 – Ficam mais suaves, ficam mais sossegados...

P1 – Mais calados, exactamente.

E – Ai é?

P1 – È, sim.

E - Mas no principio das sessões, ou vocês notam isso sempre?

P2 – È o respeito.

P1 – È um respeito muito grande, porque a pessoa como está a servir-se da audição, eles ...

P2 - Sim, isso eu também noto, há um respeito muito maior, tipo as intervenções são mais...

P1 – São mais organizadas [as intervenções do grupo quando existe um candidato invisual]. E eu, o único cuidado especial que eu sou capaz de ter é mesmo isso, é perguntar, “então, isto que nós estamos a trabalhar, dê-me lá um exemplo”, que é para a pessoa [invisual] fazer aquilo que a Maria João tinha dito, para as pessoas elaborarem e para conseguirem compreender melhor o que nós estamos a falar, só isso mais nada, o resto para mim é só...

E – Até é engraçada essa situação de vocês dizerem que eles ficam mais sossegadinhos...

P2 – Acho que tem a ver com o respeito, porque percebem que a pessoa não tem a capacidade visual, não é, e têm que estar mais atentos. São muitos, se falarem todos uns por cima dos outros não se ouvem e assim acabam por estar ali um bocado mais pacatos, é por ai.

E – E ia-vos perguntar se vocês já sentiram alguma dificuldade ou no princípio, ou depois com algum candidato em particular, se sentiram alguma dificuldade em trabalhar com este público [invisual], ou se houve assim alguma grande questão que na altura quando começaram a trabalhar com eles, vos surgiu.

P2 – Para mim, houve uma situação que foi muito difícil, mas eu não considero que esteja relacionada com o ser invisual, considero que está relacionada com outro tipo de patologia associada e que foi difícil, uma pessoa extremamente agressiva, muito violenta, mais? Já passou por todas as Profissionais de RVCC] do CNO e mesmo assim acabava sempre por estar...

P1 – Mas aí nós estamos a falar de outra coisa, isso é uma pessoa que nem sabe muito bem o que quer e que assumiu uma postura de vitimização e que acusa a outra pessoa, portanto, a culpa é sempre externa, é sempre externa a ela...

P2 – É sempre externa.

P1 – Exactamente.

P2 – Mas de resto...

P1 – Epá, eu para te resumir isso tudo, é assim, é-me perfeitamente igual, não sinto qualquer tipo de diferença, a não ser que um candidato que consiga ver e consiga escrever a narrativa dele, de repente leva e o invisual provavelmente manda-lhe um e-mail, mas de resto...

E – E vocês, nesse sentido se calhar vão-me responder que sim (risos), mas consideram então que todo o trabalho que vocês realizam e toda a forma como o fazem e que o processo RVCC está adaptado para os candidatos neste caso que não vêm, para candidatos invisuais, acham que está adaptado, acham que havia de haver mais algum material, algum apoio?

P2 – Sem dúvida, mais material, sem dúvida alguma, acho que devíamos ter sempre salas disponíveis de informática, devíamos ter sempre os computadores sem estarem sempre em baixo de forma...

P1 – Eu acho que noto é que neste CNO tens salas de computadores com JAWS [software disponível para candidatos invisuais e que à data da entrevista tinha a licença caducada]...

P2 – Exactamente...

P1 – Porque há CNO's que nem sequer têm.

P1 – Ou seja, eu acho que é assim, tendo em comparação com outros Centros nós somos excepcionais em relação a esse público [invisual], de qualquer forma, também acho que há sempre melhorias que se podem fazer, não é, agora isso também só será concretizado, digo eu, pelo menos no que diz respeito a

mim, se eu realmente tivesse um boom de invisuais, como é tão residual, tão residual, que acabamos por não estar aqui a reflectir muito sobre essa realidade, quer dizer, se calhar temos outras em que pensamos e que discutimos imenso...

E – Que abordam talvez mais...

P2 – Mais, sim, porque entre mil e tal candidatos, haver dez invisuais, isso não é nada, é uma percentagem que é mesmo muito residual, não há assim essa... mas sim, há sempre melhorias a fazer em todas as áreas, claro que sim, se calhar devíamos ter outras coisas, outro tipo de... esta história do cd é uma excelente iniciativa, o guia já é bom, o nosso guia sem as grelhas também é óptimo para eles...

P1 – Porque o JAWS não lê grelhas, só texto.

P2 – Sim, só texto. Ou seja, há alguns aspectos, mas eu acho que também só podemos melhorar se tivermos candidatos se eles nos explicarem realmente “quais são as nossas limitações”...

P1 – E eu acho que todos eles são permissíveis a isso, porque eu quando estive com eles, quer dizer foi a primeira vez que eu trabalhei com invisuais e disse-lhes a eles que isto para funcionar teria de tentar perceber quais as necessidades para eu contorná-las e eles foram dizendo, claro que depois houve um ou outro que se aproveitou e que solicitava para além das necessidades que eram percebíveis, mas por norma não tive queixas.

E - Mas lembras-te de uma ou outra sugestão que eles nessa altura te tenham dado?

P2 – Foi a sala de Informática.

P1 – A sala de Informática. Porque nós púnhamos os grupos e não estavam ao computador e eles queriam começar a escrever e a verdade é que eles escreveram, as sessões iam decorrendo e eles iam escrevendo. Porque até mesmo a gravação, portanto aquilo estava ao pé de mim, mas eu desloco-me, o gravador deles estava ao pé de mim mas depois eu desloco-me, ou seja...

E – Portanto há partes em que eles não ouvem tanto não é?

P1 – Por acaso foi péssimo.

E – E ia-vos perguntar meninas, actualmente, têm conhecimento se o CNO tem alguma parceria com alguma instituição que represente invisuais ou que trabalhe directamente com eles?

P1 – Não, havia na altura uma [parceria] informal [com a ACAPO], mas depois quer dizer, acabou por não lhe ser dada continuidade.

E – Era com a ACAPO Joana?

P1 – Sim, mas era informal, não era...

E – Mas ela estabelecia o quê em concreto?

P1 – Os protocolos de cooperação basicamente é uma das partes que conta com os serviços da outra e a outra diz que sim senhora presta um bom serviço às pessoas que encaminha, estás a perceber?

E – Sim, sim.

P1 – Eu acho que é isto, este protocolo basicamente era mais ou menos isto.

P2 – Eles recebiam os candidatos e algumas pessoas que precisavam de um CNO e eles encaminhavam preferencialmente para aqui [CNO do CNED].

P1 – E nós garantíamos o melhor apoio que conseguíamos aos candidatos, mas depois acho que houve um CNO que se especializou, que é o CNO da Casa Pia, não sei que tipo de especialização é que eles têm, não sei que instrumentos é que eles têm.

E – E notam que a partir dessa... Quer dizer, vocês também nunca tiveram, pelo que eu estou a perceber, assim nenhum “boom” de invisuais, mas notam que a partir do momento em que esse protocolo de cooperação começou a existir com a Casa Pia, notam que vieram menos candidatos, ou ...

P1 – Não, não, os meus candidatos nunca vieram através da ACAPO.

P2 – Eu também nunca tive nenhum candidato que viesse da ACAPO.

P1 – Os meus candidatos vinham todos zangados com a ACAPO...

P2 – E vinham por iniciativa própria. A maior parte deles era do IEF, trabalhava no IEF e depois....

E – Vinham para cá?

P2 – Sim.

E - Meninas por curiosidade, ia-vos perguntar se vocês têm alguma política de colaboração com outros CNO's, no sentido de, estamos a falar mais para candidatos invisuais, vocês conhecem algum CNO ou alguém da vossa rede de relações que trabalhe num CNO, em que partilhem alguma informação sobre candidatos invisuais, ou que eles vos tenham falado, ou vocês a eles?

P1 – Não.

P2 – Não mas sei que a Casa Pia tem um CNO, vi uma grande reportagem que a Casa Pia, que deu recentemente na televisão, achei o trabalho interessante, sem dúvida alguma, acho que é uma mais-valia, mas mais nada. Mas também lá está, nós não temos candidatos com essa problemática, não é? Certamente que se nos aparecerem cá 100 invisuais e 20 visuais, nós alguma coisa vamos ter que fazer, como não aparecem, não é?

P1 – Sim, mas eu acho que nós temos recursos dentro da equipa, modéstia à parte e temos candidatos também que colaboram para a resolução de problemas, para...

P2 – Sim, mas também é claro que podemos ir beber a outras experiências, não é?

P1 – Ah, claro que sim. Aliás, tens ali no Restelo, apesar de eventualmente não terem um CNO, têm vários técnicos com muita experiência na aprendizagem com invisuais...

E – Estamos quase no fim. Ia-vos perguntar se quando começaram a trabalhar com os candidatos invisuais, se vos foi dada alguma indicação técnica, se tiveram alguma acção de formação, alguma coisa?

P2 – Por acaso, não. Eu só soube que o meu candidato era invisual quando cheguei ali à porta.

E – Portanto, nunca vos foi transmitido nada nesse sentido?

P1 – Não.

P2 – Não.

E – Há pouco, penso que já me responderam a isto, portanto, não estão familiarizadas com a Técnica da Linha de Braille?

P1 – Não.

E – Isto é, sabem o que é, mas não a sabem decodificar, digamos?

P2 – Técnica de quê?

E + P2 – Da Linha de Braille.

P2 – Ah, da Linha de Braille, percebi Técnica nem sei de quê (risos).

E – (Risos)

P2 – Não, não, não.

E – E com o JAWS, vocês conhecem?

P2 – Conheço, sei, vi lá [na sala de computadores] o JAWS instalado no computador e tal, mas os meus não querem o JAWS.

E – Não querem porquê Maria João?

P2 – Porque têm lá um programa qualquer em casa, que é melhor que o JAWS, porque o JAWS...

P1 – È um outro [leitor de ecrã] que lê tabelas, já lê tabelas [e o JAWS não].

P2 – È isso, lê tabelas...

P1 – Mas fala metade Português, metade Espanhol.

P2 – Não sei, sei que eles preferem esse.

E – Pronto, é bom porque treinam a Língua Estrangeira não é? (risos)

P2 – (risos) È, dá jeito por aí, mas não estou familiarizada.

E – E ia-vos perguntar se actualmente sentem alguma necessidade de formação, portanto, nesta área, com público invisual?

P1 – Não, porque se eu os considero candidatos iguais aos outros, com dificuldades que acabam por ser dificuldades que quer dizer, acabam por ser dificuldades que as outras pessoas também têm, não é, e se eu até agora tenho conseguido resolver isso, acho que não.



E – E tu Maria João?

P1 – Achas que eles são diferentes Maria João? Não, pois não?

P2 – Não, eu explico já. É muito simples, como não é uma área que seja atractiva para mim e como não tenho muitos candidatos, como só tenho 2 candidatos de 400, não me faz sentido fazer formação nessa área. Volto a repetir que se me aparecerem cá muitos candidatos invisuais e se eu perceber que preciso de melhorar as minhas estratégias, claro que sim, que estou aberta a isso, mas neste momento não considero que seja uma situação necessária, prioritária, é isso, no meu desempenho como Profissional de RVCC. Se calhar tenho que fazer formações em Gestão de Tempo, em Gestão de Conflitos, isso sim, que são formações essenciais no nosso dia-a-dia.

P1 – Gestão de conflitos dirigida a invisuais por exemplo?

P2 – Não, não, eu, eu preciso fazer, são duas áreas de formação que eu preciso fazer para melhorar as minhas competências como profissional, competências na área de invisuais, não me parece que seja necessário.

P1 – Eu quanto a mim acho que se eu tivesse um grupo inteiro de invisuais, desde que eu tenha os materiais disponíveis, acho que é perfeitamente igual, os materiais disponíveis, ou seja, são computadores equipados sempre a funcionar, com o JAWS instalado, o JAWS ou um programa qualquer que eles também em casa tenham disponível, porque não estamos a falar só... isto é muito bonito, o Centro tem que ter, mas eles também têm que ter em casa...

P2 – Era o que a Joana dizia, porque eles chegam a casa por exemplo e muitas vezes, nem nunca computador tiveram... Lembras-te que houve aí um candidato que também chegou a dizer isso...

P1 – Pois, isso, isso é que é problemático, mas é problemático para os invisuais, como é problemático para outro [candidato] qualquer, embora eles possam trabalhar aqui posteriormente também se quiserem, não é, portanto, eles não precisam de trabalhar [ao computador] só nas sessões, podem ficar aí e podem reservar um computador e ficar aí o tempo inteiro a trabalhar. Portanto, se eu tiver isso a funcionar, eu não consigo perspectivar neste momento, a diferença entre ter um grupo misto, um grupo de invisuais e...

P2 – Aliás, eu até acho que é interessante nós não termos grupos só de invisuais, não ter grupos só de outra problemática, não, não, não acho, eu acho que devemos promover exactamente a diferença, por

isso, é que quer para ele invisual, quer para os restantes, promover o respeito, promover a diversidade, que é isso tudo que o Referencial apela e que nós acabamos por...

P1 – E é o que nós fazemos aqui no Básico, com os candidatos que vêm da AEIPS, que têm doença mental...

P2 – Exactamente, têm doença mental...

P1 – E eles vêm e estão...

P2 – Não há uma turma só para este tipo de público.

E – Vocês não excluem, não criam...

P1 + P2 – Não, não.

E – Não agravam digamos, o estereótipo que já existe.

P2 – Não, não, consideramos que... mas isso tem a ver com a nossa formação de base também, não é, se calhar se fosse uma outra formação, se calhar até acharíamos giro um grupo de invisuais só, mas como somos da área de Psicologia, nós vamos fazer exactamente aquilo pelo que sempre batalhámos...

P1 – Exactamente.

E – Muito bem. Meninas, eu vou enumerar-vos algumas acções de formação e gostava que me dissessem se gostavam eventualmente de as fazer ou não, não é necessário falarmos muito sobre isto, é só saber se gostavam de as frequentar ou não. Então, gostavam de fazer alguma acção de formação de Técnica da Linha de Braille?

P2 – Não.

P1 – Ah, eu gostava.

E – (risos) E em Tiflotecnologia?

P1 – Ah?!?

E – (risos) Bem segundo apurei Tiflotecnologia é uma acção de formação sobre ajudas técnicas e apoios especializados, como programas e materiais que são concebidos para público invisual...

P1 – Eu gostava.

P2 – Por exemplo, esse se calhar já era mais interessante.

P1 – Acho o máximo. Sabes que eu andei em Linguagem Gestual.

E – Era uma coisa que eu gostava muito de fazer.

P2 – ai eu não percebo nada, isso ainda é pior.

P1 – Opá... (risos)

P2 – (risos) Ela não sabe nada, andou lá a passear...

E – E uma acção sobre Software especializado e materiais adequados?

P2 – Sim, por ai, acho que sim, esse tipo de área acaba por ser, mesmo para nós no dia-a-dia se surgir alguém com uma dúvida, podermos ajudar. Eu não sei usar o JAWS realmente, mas também como nunca precisei...

P1 – O JAWS é o mesmo que usares um computador, só que o computador fala (risos).

P2 – O Moodle (risos) eu... (risos)

P1 – E o JAWS é um computador que fala.

P2 – Exacto.

E – E uma acção de formação sobre aptidões e limitações do público invisual?

P1 – Não, não.

P2 – Também não. Aptidões e lim... o que é que é?

P1 – Eu sei lá o que é que é isso. E agora deixa-me perguntar-te uma coisa, quem daria uma formação dessas?

E – Isso teríamos de ver depois (risos).

P2 – Não tens nada a ver com isso (risos).

P1 – Não, é só por curiosidade.

P2 – Esse nome é muito... redutor.

P1 – Redutor, estigmatizante e preconceituoso.

E – Tenho de riscar já isto daqui...

P2 – Mas é mesmo.

E – E uma acção de formação em Comunicação Para linguística, isto é, sobre a maneira de colocar a voz, a entoação, as pausas que...

P2 – Sim, eu tenho de melhorar o meu discurso, porque eu falo muito rápido e tal, mas isso é sempre... essa aí até acho interessante, mas acaba por ser...

E – Necessária no geral, não é?

P1 – Essa aí, eu ia achar uma seca.

E – Era?

P1 – Era. Isso faz-me lembrar o curso de Formação Pedagógica de Formadores, ou que raio lá é, onde nos ensinam e na realidade não ensinam nada, não é, maria João?

P2 – Não tenho essa opinião, mas vamos a outra questão.

E – (risos) E uma acção de formação em Trabalho de Valorização e Empowerment, para trabalharem um bocadinho a motivação...?

P2 – Isso eu não preciso, porque eu...

P1 – Eu também não, porque tenho muitos anos já de Psicologia e de motivação e...

P2 – Empowerment (risos)

P1 – O que não quer dizer que eu saiba motivar muito bem e promover o empowerment, agora é assim, se eu não sei, não é agora que vou aprender.

E – (risos)

P2 – Eu Empowerment, acho que também já tenho alguma formação, por isso, as outras [acções de formação], eventualmente...

P1 – E agora está na moda o Empowerment, porque todas as Ciências andam com o Empowerment, uma vida activa, em que tu não te podes resignar à tua condição, tens que assumir um papel activo na tua vida, só que também e vou dizer uma coisa, sabes que a maior parte dos Técnicos que falam em Empowerment e andam aí pa pa pa com o Empowerment, o Empowerment é muito lindo, mas depois não sabem promover o Empowerment e criam própria dependência, acabam por criar dependência nos próprios Técnicos e os Técnicos acabam por se refugiar no Empowerment, quando na realidade... Desculpa...

P2 – (risos) Tu estás muito entusiasmada a falar do Empowerment (risos), parece que a entrevista é sobre isso.

E – (risos) Mas isso era uma coisa que podíamos continuar a falar... (risos) a cara da Maria João (risos)

P2 – Não, é que ela começou aqui e ia dar ali outra vez (risos).

E – (risos)

P1 – Cala-te. (risos)

E – Meninas é a última pergunta. Queria perguntar-vos se queriam deixar alguma sugestão...

P1 – Foi boa, não foi chata a entrevista.

P2 – Não, pensei que ia ser muito grave, porque estava-te a ver cheia de papéis com perguntas e estava-te a rogar pragas (risos) não, não foi chata.

P1 – Não.

E – Que queridas (risos) Têm então alguma sugestão que queiram deixar, querem falar de alguma coisa que eu não me possa não ter lembrado...

P2 – Acho que no final do teu estudo, deves trazer ao CNED, as conclusões, não é, deves partilhar connosco as conclusões a que tu chegaste, certo, dessas entrevistas, das nossas dificuldades, sei lá...

P1 – E tenta olhar para isso com uma visão prática e pragmática e não teórica, baseada nas teorias bonitas e na XXX social, está bem, que é para não ser um estudo como os outros quaisquer, que estão muito bonitinhos, mas não prestam para nada.

E – Ai, eu espero que não, espero mostrar qualquer coisinha (risos)

P1 – Só depende de ti, a última parte só depende de ti.

P2 – Exactamente.

P1 – E eu acho que isso é que é fundamental.

E – Vamos então lá ver se eu faço alguma coisa de jeito (risos) Meninas muito obrigada, muito obrigada, muito obrigada (risos)

P2 – Ai tão lindas Joana, que nós fomos (risos)

## **Protocolo da Entrevista: Formadora da Área Matemática para a Vida Catarina Gouveia**

OR – Catarina, antes de começar, queria dizer-te que a entrevista toda é sobre... só virada para o público invisual. Portanto, todas as perguntas que vou fazer, é tudo só para esse público. Ela é um pouco extensa e há aqui perguntas que à medida que te vou fazendo uma ou outra, a gente vai tocando nos assuntos e depois mais tarde... já estás a ficar assustada (risos)...

Entretanto, ia-te dizer que... como eu ainda não assisti sessões da Formadora com Invisuais, há aqui perguntas que se calhar até podem não fazer sentido para vocês, porque vocês é que trabalham com os candidatos e podem estar aqui algumas questões que se achares que não estão bem (adequadas), diz-me está bem?

F3 – (risos) está bem.

OR – Então vá, vamos lá então. Eu ia começar por te perguntar, se... ia-te pedir para falares um bocadinho sobre a tua licenciatura, em que é que te licenciaste e desde esse momento até chegares aqui ao CNO e te tornares formadora... assim muito brevemente, como é que aconteceu?

F3 – É assim, a licenciatura foi em Matemática na área do ensino. Em termos de dar aulas, foi só ao longo do estágio, absolutamente mais nada. Depois estive anos a fio a dar explicações, que sendo um ensino muito mais presencial e cara a cara com a pessoa, para mim é muito mais fácil do que teres uma turma à frente... e para já, és uma inimiga, por ser a área que é

OR – Pois...

F3 – É mesmo horrendo pôr ordem numa turma, é mesmo terrível e vejo que o feitio também que tenho não é muito bom para isso. Aqui já é completamente diferente, porque as pessoas vêm por vontade própria. Apesar de ser uma turma para todos os efeitos, é muito mais pequeno, portanto não tens esses problemas e depois também há aquela questão de que tu concorres para dar aulas, e ou não és colocada ou vais parar lá não sei onde... e então estive anos a fio a dar explicações, inclusivamente cheguei a ter um terço de um centro de explicações que era meu e depois acabei por vender, a partir do momento em que fiquei na Marinha.

OR – E como é que isso aconteceu como é que vieste parar aqui à Marinha?

F3 – como é que eu vim cá parar à marinha? Portanto, foi uma colega minha de curso que na altura estava grávida e precisava de alguém para a licença de parto e ligou-me e eu vim cá fazer a substituição dos 4 meses e foi portanto.. ah... Esses 4 meses coincidiram quase com o arranque do secundário [processo RVCC], ou seja, quando ela estava a voltar, estava a arrancar o Secundário, ou seja, eles iam precisar de uma pessoa para fazer a STC [área de Sociedade, Tecnologia e Cultura] do Secundário e de outra pessoa para ficar a fazer MV [área de Matemática para a Vida] do Básico e convidaram-me para ficar cá... e durante esse ano lectivo, ainda fiquei cá a fazer MV e a acabar o ano lectivo das explicações, porque tinha as pessoas a meu cargo e eu não quis deixar os miúdos e depois fiquei cá e ... e às vezes é um engano, do género a gente pensar “ah, trabalhavas para ti e preferiste deixar de ser tu a chefe e a patroa e não sei quê”, mas é completamente..

OR – Não sabia que davas explicações, que engraçado... E... há quanto tempo és Formadora cá Catarina?

F3 – Ah.. desde... (risos)... à 3 anos e qualquer coisa.

OR – Já há algum tempo...

F3 – Ah sim, exactamente...

OR – Eu ia-te perguntar, em relação ao tu seres Formadora, isto porque tu disseste que estiveste só um ano a dar aulas...

F3 – Sim... só o ano de estágio, porque era obrigatório para acabar a Licenciatura...

OR – Exactamente. E já agora só por curiosidade, no teu estágio... quando dás aulas, dás aulas só tu ou tens lá alguém a... a ver ...



F3 – É assim, depende muito de quem é o orientador de estágio, porque eu na altura tinha... e acho que funcionava sempre assim... Tínhamos 2 turmas a nosso cargo, porque normalmente um professor em horário completo tem 4, 5 turmas e então dividem isso... portanto, era eu e outro colega, com a mesma orientadora, que para todos os efeitos eram turmas dela e ela dividia essas turmas por nós, eu tinha 2 turmas e ele tinha outras 2 e ela orientava. É assim, ela devia de fazer as planificações connosco, fazer a elaboração dos testes connosco, ir assistir a algumas aulas e depois fazer uma orientação com críticas e coisas desse género. Sinceramente a mim, só me atazanou a cabeça...

OR – (risos)

F3 – Porque, ela não era capaz de dizer “para a semana vou assistir, para tu te preparares”... e se calhar eu estou a dizer assim “epá, está errado” e o que ela fez é que era certo, porque eu não me preparava especialmente e ela dizia-me um quarto de hora antes tipo “olha, daqui a um bocado vou assistir”, era sempre assim...

OR – (risos) é normal que assim, também ficavas mais nervosa não é?

F3 – Era sempre assim, mas também tive colegas que diziam que as coordenadoras eram terríveis, que iam assistir sistematicamente. Connosco, não era assim. Eu senti-me um ano a dar aulas sozinha, com uma pessoa que de vez em quando lá ia. Portanto, fazia os testes sozinha, entregava os testes e ela de vez em quando lembrava-se de ir ver o que é que se passava lá...portanto, completamente à deriva...

OR – Mas se calhar, sempre te deu para estares um pouco mais à vontade, não é?

F3 – Sim, isso sim.

OR – Muito bem. Catarina, ia-te perguntar... em relação à actividade que desenvolves aqui no CNO, de Formadora.. quais é que tu achas que são...as tuas principais responsabilidades aqui dentro como Formadora e que tipo de competências é que tu achas que como Formadora deves ter e que se calhar como Professora não tinhas ou tinhas e reforças aqui ao seres Formadora?

F3 – Portanto, as principais diferenças entre a Formadora e a Professora em si?

OR – Sim, também...

F3 – é assim, é bem diferente, acho eu. Aqui dão uma margem muito maior às pessoas, é uma margem de trabalho muito diferente... um Professor obriga... ou por outro, não é o Professor que obriga, é o sistema de ensino que obriga a que tu obrigues os alunos a seguirem aquele programa e portanto, é-te imposto a ti e tu tens que lhes impor a eles... ou segues o programa, ou nada feito. Pronto, aqui não. Por exemplo, tu tens pontos do referencial em que o que é exigido é igual ao das escolas, mas eu aqui desde que eles cheguem ao resultado correcto, eu aceito, porque eles realmente conseguem calcular determinada coisa, agora na escola não pode ser assim. Eles têm que saber calcular, mas utilizar aquele método que está estipulado no programa. O que tem sentido, porque são miúdos pequenitos. Se tu disseses de outra maneira, eles não sabem fazer. Aqui, é a tal coisa, pode ser feito assim, porque as pessoas quer dizer, já passaram por muito e às vezes até vão por caminhos que a mim não me passava pela cabeça e acho até interessante isso. Pessoas mais velhas então, às vezes é aqui momentos muito giros, mesmo até com os colegas do grupo há discussões do género “então, mas como é que chegas por aí? E porquê?” e coisas assim, acaba por ser engraçado...

OR – Muito bem. Mas e a nível de competências, tu achas que como Formadora de Processo RVCC... achas que há assim alguma competência que tu tens que ... ter , para desenrolar este teu papel... há assim alguma responsabilidade que tu destagues, algo...

F3 – É assim, acho que é um trabalho mais autónomo do que um Professor, o professor tem que andar também de acordo com o resto dos colegas que também estão a acompanhar a turma, tem que chegar ao fim do ano com aqueles prazos, além de ter que chegar ao 1º período e ter não sei quantos testes feitos, tem que se lançar uma nota, tem que isto e tem que aquilo. Aqui [no processo RVCC] não há prazos estipulados, nem sequer neste CNO porque nós não temos aquela questão de que “inscreveu-se no dia tantos e no dia tantos vai a júri”. Como isto não existe, portanto, não... não há um prazo, apesar de a gente ter as calendarizações e assim as coisas feitas...

OR – Se calhar não é tão rígido...

F3 - Não é tão rígido em termos de tempo, quem faz o tempo de trabalho, no fundo é o candidato, não somos nós. Mas nesse aspecto, na escola não, obriga mesmo a que tu andes ali dentro daquilo [prazos estipulados]. Há reuniões para lançar notas, há conselhos pedagógicos e coisas desse género, há prazos que tu tens de cumprir...

OR – Agora perguntava-te catarina, quando tu recebes os candidatos, já depois deles passarem pelo Diagnóstico, pelas Profissionais de RVCC, quais são as informações que tu tens que ter sobre esses candidatos, ou há algum tipo de informação que tu tenhas que de antemão, antes de ires trabalhar com eles, saber e que tenha de te ser passado pelas colegas? Há assim algum tipo de...

F3 – Não é fundamental que exista.

OR – Por exemplo, em relação aos candidatos invisuais... é necessário, ou é obrigatório, digamos que as colegas te transmitam...

F3 – Normalmente, quando eles são invisuais ou amblíopes, a gente sabe logo se são. Ah...porque é necessário preparares a sala onde vais ter a sessão, só mais por causa destas coisas. Ah... se for em conta mesmo invisuais, tu para a sessão sabes que tens de ter um computador, já com o programa adequado para eles. Se forem amblíopes, sabes que o suporte em papel tem que ser já com determinado tamanho de letra que lhes permita ler e normalmente isso é logo... discutido com eles, porque eles sabem logo qual é o tamanho de letra que conseguem ler, portanto eles também dizem-te logo isso. Agora, mais do que isso não [informação básica/geral sobre o candidato].

OR – Ok. E...aproveitando esta deixa, tu achas que já depois de eles terem passado pelas Técnicas e pela Profissional de RVCC, quando eles chegam a ti, que és a Formadora, tu achas que eles vêm esclarecidos sobre os... a metodologia de RVCC, sobre as actividades que vão fazer, achas que pelo menos eles têm uma ideia minimamente clara de...

F3 – Têm uma ideia, é.

OR – Achas que deviam vir com mais informação ou é bom chegarem assim meio...

F3 – É assim, eu acho que a informação é passada, agora não é por serem invisuais ou não, que se nota isso, depende muito dos candidatos. Isso nota-se tanto neles, como nos outros. Há pessoas que chegam a nós com uma ideia muito clara do que é que vai ser o processo até ao fim e há aqueles que chegam até nós e que vêm a zero, não sabem absolutamente nada do que é que se vai passar (risos).

OR – (risos).

F3 – Tal e qual. Mas tanto em invisuais, como com outros.

OR – Também é com os outros, não é?

F3 – È, é, depende mesmo muito deles, das competências deles, de... não tem nada a ver.

OR – Ok. Ia-te perguntar se já tinhas realizado sessões com candidatos invisuais e isso já vimos que sim (risos)

F3 – (risos) Sim, já...mas foi mesmo ao princípio, o que assustou...

OR – Foi?

F3 – Foi.

OR – Quando... mal entraste para cá?

F3 – ah...quase mesmo ao principio, em 2007 e agora por acaso é engraçado porque, não sei se tiveste a par desta situação agora do... daquela cerimónia que vai existir com a entrega dos certificados... vai existir uma cerimónia, com muita pompa e circunstância para a entrega dos certificados que já andava a

ser planeado há uma data de tempo e nós fomos “obrigadas” pelo Comandante a andar a ver, portanto, quais os candidatos que já tinham os certificados nas mãos e quais é que não tinham. E há um dossier com a Sílvia [administrativa], que tem umas folhinhas de Júri em que eles assinam, portanto já é levantado e fica assinado para nós termos essa certeza... e descobriram um Júri, em que era um grupo, que era o grupo, chama-se mesmo a “ACAPO qualquer coisa” e portanto quando era grupo “ACAPO”, eram mesmo um grupo todos de invisuais ou amblíopes e reparei que era 2007. Portanto, eu lembro-me que era, estava cá há muito tempo e tinha um grupo que era tudo invisuais...

OR – E tu é que eras a Formadora deles todos? (risos)

F3 – sim (risos) e entrei em pânico, do género, “estou com esta gente toda” e eu nunca tinha trabalhado com uma pessoa assim [cega ou amblíope], foi um susto e pronto. E trabalharam “muita” bem. Não é por acaso que mesmo em Júri, e é engraçado até recordar isso, mesmo em Júri, foi com eles todos, praticamente o grupo inteiro conseguiu ir a Júri na mesma altura, o que é uma coisa difícil.

OR – Exactamente. E tu na altura, tinhas...sei lá... na altura, não sei se já te tinha passado alguém nessas circunstâncias “pelas mãos” entre aspas, mas tu tinhas algum tipo de conhecimento sobre ...sei lá... ao nível das limitações deles, das capacidades deles, dessa diferença entre que...entre um amblíope e um cego...

F3 – É assim, entre amblíope e um cego, sim. Agora, o que eu tive e acho que foi uma mais-valia sem dúvida foi a questão da Beta, a [colega de curso] que me pôs cá dentro, que era uma ajuda e que na altura, portanto ela esteve aqueles quatro meses em casa [baixa de parto], mas quando eu entrei houve um tempinho em que estive eu e ela a trabalhar em conjunto, porque ela já estava com uma gravidez muito avançada e quando eu entrei, ela ainda conseguiu cá estar... não quero mentir, mas se calhar, quinze dias, em que eu dava as sessões e ela estava sentada com um barrigão a ler portfólios (risos).

OR – (risos)

F3 – Mas conseguia ir dando as orientações todas, do género, faz assim, faz assado e não sei quê e depois quando ela regressou e estava no Secundário, apesar de eu já estar dentro do assunto, quando

havia qualquer coisa, também dava para ir falar com ela. Era diferente, ela era uma pessoa que já tinha de CNED uma experiência gigantesca, portanto, era uma mais-valia “muita” grande.

OR – Exacto. Eu por acaso ia-te perguntar... se por norma, regra geral, se quando há candidatos invisuais e quando se faz os grupos, se... portanto, se tens sessões com eles individuais ou em grupo. Se é uma coisa que é pré-definido com eles, ou ...

F3 – é assim, na altura, como era tantos, era possível fazer grupos. Assim não é. Se for amblíope, é fácil estar num grupo, se for invisual mesmo, não é fácil [incluir num grupo em que os pares sejam normovisuais].

OR – Não?

F3 – Não. Por causa daquele programa terrível [programa JAWS], portanto aquilo... já tinhas conhecimento?

OR – Já.

F3 – Aquilo a falar, é... é uma chatice muito grande.

OR – (risos). Portanto acabam então por...

F3 – Eles para tirarem apontamentos, aquilo [programa JAWS] fica ali sempre a falar e é um massacre.

OR – E depois se calhar, distrai os outros não é?

F3 – Depois, porque o referencial também é adaptado, há coisas que não se trabalham com eles.

OR – Exacto. Então, regra geral, se não houver um número de invisuais, digamos vá, suficiente, fazes individual...

F3 – Individualmente.

OR – E por exemplo, imaginemos numa situação em que haja assim vários invisuais, até mais ou menos quantos elementos é que o grupo, só de cegos e só de amblíopes...

F3 – Cinco, seis pessoas, no máximo. Não estou a ver serem mais. Era estranho também aparecerem assim um grupo muito grande, isso também acho que não ia acontecer.

OR – Pois... Muito bem. E agora, ia-te pedir Catarina, isto também porque ainda não consegui assistir a nenhuma sessão...

F3 – Pois, também estás com azar...

OR – (risos) Ia-te pedir, se tu me consegues dizer muito brevemente mais ou menos, em que é que consiste todas as sessões que tu dás com eles. Não é necessário dizeres-me uma a uma, mas que tipo de trabalho é que tu realizas com eles, desde o momento em que vêm da Profissional, até supostamente à altura em que vão para a preparação da sessão de júri?

F3 – é assim, não é muito diferente do que aquilo que se faz com os outros. O problema maior é... por exemplo, numa decodificação de Referencial, vamos seguindo ponto por ponto o Referencial e eu vou fazendo exemplos no quadro. Com eles, tem de ser, vai-se lendo também ponto por ponto o Referencial e eles têm de ter o computador à frente e os exemplos, eles escrevem-nos. Agora, se eles dominarem já o JAWS, óptimo. Se não dominam [o programa JAWS], é logo uma atrapalhação completa.

OR – É mais complicado não é?

F3 - É. Porque os cálculos deles, ficam logo com um aspecto completamente diferente. Um portfólio deles, não tem o aspecto que tem o de uma pessoa que vê, não tem o mesmo aspecto. ah... mas no fundo, acaba por ser parecido, por exemplo, aqueles pontos obrigatórios que eu trato com os candidatos e que trato com eles, a descodificação do Referencial, acaba por ser a mesma. Por exemplo, uma situação qualquer de câmbios, eu dou um exemplo qualquer de euros para uma moeda qualquer, com eles, faço exactamente a mesma coisa. Depois qual é que é a sugestão? Integrar na história de vida e pergunto “já fizeram uma viagem? Já existiu uma situação qualquer?”... um invisual pode ter feito isto e eles também conseguem dizer “ah, fiz isto, fiz aquilo”, então pronto “pode aproveitar para”. Há aqueles que têm mesmo a capacidade, até mesmo pela velocidade de escrita que alguns têm espantosa, de escreverem logo, que estão ali a associar ali à viagem que fizeram não sei onde e com um valor qualquer, fazerem o câmbio da moeda, por exemplo do euro para o país onde estiveram de férias ou onde foram fazer uma coisa qualquer. Portanto, a descodificação, até é semelhante. às vezes o problema maior, é a questão de quando dominam o JAWS em texto e depois não dominarem a parte dos símbolos, o dividir e o vezes, coisas assim e fazem em texto na mesma. É preferível, porque o que me interessa é que eles saibam fazer e entendam o que estão a fazer. Se eles em vez de meterem o símbolo da percentagem, para quem não vê, estar lá o símbolo ou estar escrito percentagem...

OR – É exactamente a mesma coisa...

F3 – Exacto, portanto, também não é por aí. Exactamente. Portanto, as coisas são muito semelhantes. O balanço acaba por ser oral, em vez de ser escrito, porque...

OR – Desculpa interromper-te Catarina, há sempre... primeiro tu fazes sempre a descodificação do Referencial com eles não é...

F3 – Exacto.

OR – e à medida que vão fazendo actividades, depois há uma parte em que tu passas para o balanço [balanço de competências] e depois do balanço há mais alguma coisa, ou é quando eles passam para a preparação de júri?



F3 – Faz-se a descodificação. Depois se eles forem bons e conseguirem fazer as actividades todas ou praticamente todas, faz-se logo o balanço e o balanço é uma actividade cada de cada um dos pontos do Referencial, a ver se eles sabem mais de metade das coisas. Quer dizer, não é preciso saber a totalidade, como é óbvio, não é tudo ali um escrutínio e isso tem sentido... ah...se for daqueles que forem fraquinhos, o que é que a gente vai fazer? Vamos fazer sessões de formação complementar, ou seja, a pessoa não domina aquele ponto, então, sessões de formação complementar só para aquele ponto...

OR – Para trabalhar só esse ponto.

F3 – Vamos trabalhar aquele ponto até aquilo estar sabido, pronto, este já está. Outro ponto em que a pessoa também tenha dificuldades trabalhamos aquele ponto, até os pontos estarem direitinhos. Só no fim disso tudo, é que se faz o balanço.

OR – E essa formação complementar, também é sempre dada por ti, não é?

F3 – Exactamente.

OR – E depois terminando o balanço, terminam... pelo menos na tua área estão prontos não é?

F3 – É.

OR – Ia-te perguntar, de certa maneira já falámos, se havia algum tipo de adaptação das actividades ao público invisual, portanto, para além deste exemplos como o da percentagem, há assim mais algo que ....

F3 – é assim, há. Há a questão dos pontos do Referencial que se tira, porque não há hipótese de se fazer... a questão de representações gráficas não se fazem, análises de notícias com representações gráficas também não...

OR – Mas diz-me uma coisa, nesses casos também não dá para fazer com amblíopes, ou só com os cegos?

F3 – Com os amblíopes, dá.

OR – Já dá, não é?

F3 – Já dá, a não ser que sejam assim uns casos muito complicados, mas pode ser difícil, porque por exemplo às vezes há gráficos que ocupam vá lá meia página A4 e se ele for muito amblíope, para tu fazeres uma ampliação e se for muito grande, aquilo vai-se complicar muito e então, acaba por não se fazer. Depois, por exemplo, para pessoas que sejam muito boas, à coisas que se pode fazer e que se adapta, para outras não se adapta. Isto porquê? A base do Teorema de Pitágoras é um triângulo. O triângulo tem que ter um ângulo recto, eles começam logo com dificuldades a perceber o que é que é um triângulo, o que é que é um ângulo recto, depois... os dois lados do ângulo recto são catetos, o outro é hipotenusa... se isto já é uma confusão para quem vê...

OR – (risos)

F3 – (risos) Então imagina para uma pessoa que não vê nada. Portanto, às vezes esse ponto, em 95% dos casos, não se toca. Pronto, é assim, tem de ser mesmo adaptado, o problema dos mapas, em que também se faz um trabalho sobre escalas dos mapas, entre a distância real entre 2 pontos...

OR – Pois, já vi uma actividade vossa com mapas e escalas...

F3 – também não trabalho, quer dizer, pô-los a estudar uma escala, é uma coisa que eles nunca vão fazer na vida. Uma pessoa que é invisual e pores uma planta de uma casa, um mapa, quer dizer, não tem sentido, é um ponto que se salta também. Há assim determinadas coisas que... tens mesmo de saltar, que não tem sentido.

OR – E naquelas em que tu consegues fazer uma adaptação, sentes que é difícil pensar numa ideia de “como é que eu vou adaptar”, ou achas que o que se faz não é nada assim de extraordinário?

F3 – Não! Acho que corre normalmente.

[...]

OR – Ia-te perguntar Catarina, a nível dos materiais que utilizas nas sessões com eles, se são os mesmos materiais que se utilizam normalmente? Se há algum tipo de material adaptado? Por norma, o que é que tu usas a nível de materiais, nas tuas sessões com eles?

F3 – Não uso (risos).

OR – (risos) é mais à base da comunicação?

F3 – se for em amblíopes, uso as actividades dos outros, ampliadas, mais nada. Com os invisuais mesmo, normalmente não tens feitos, é tudo em sessão mesmo, porque é, é mesmo muito a puxar para a história de vida. Depende muito deles, do dia-a-dia deles. Por exemplo, estou-me a lembrar do Firmino [candidato que foi acompanhado pela Formadora Catarina quando realizou o Processo RVCC de Nível Básico], que está connosco no secundário, sabes quem é, não é? Por exemplo, quando foi para se estudar as figuras geométricas, os perímetros e as áreas, os volumes, puxou-se tudo muito para materiais dentro do desporto porque para ele era muito mais fácil e coisas com que ele lidava todos os dias, relacionadas com o pequeno-almoço dele, com a cadela, tudo coisas assim, porque era muito mais fácil do que eu lhe dizer só o que é ser um cilindro, ou o que é que era um paralelepípedo, isso para ele era assim um bocado esquisito. Se a gente associasse a coisas relacionadas com ele...

OR – Era muito mais prático, não é?

F3 – Era muito mais prático e como depois tem que estar... é muito mais prático estar tudo inserido na narrativa, porque acaba por ser uma mais valia quer para eles, quer para o portefólio também, portanto, é mais prático.

OR – Portanto, a nível de materiais que utilizam com os cegos, tens-te a ti, tens-te a eles e o computador...

F3 – e o JAWS (risos). Não, é mesmo.

OR – (risos). E é obrigatório, por exemplo... não sei se é obrigatório eles trazerem computador, ou se... não é obrigatório, pois não?

F3 – Não.

OR – Mas quando tu dás sessões, tens que obrigatoriamente estar na sala dos computadores com eles?

F3 – é assim, de outra forma é muito difícil, acaba por ser trabalho, não vou dizer “trabalhar para o boneco”, porque alguma coisa há-de ficar, não é, mas a pessoa acaba por não levar um apontamento, não... mesmo que eu esteja a falar, também não tenho, aliás não tenho nenhuma capacidade de memória para depois vir para aqui a seguir à sessão fazer um resumo, para lhes enviar...

OR – é mais fácil à medida que estão na sessão irem apontando no computador.

F3 – Exactamente.

OR – la-te perguntar se, por exemplo, eles à medida que vão fazendo as sessões, vão também juntando actividades ao portfólio deles. Há a opção deles fazerem o portfólio, falo mais para os cegos, para os amblíopes suponho que o portfólio é já trabalhado com o tal tamanho de letra que eles conseguem ler e ver bem...

F3 – Sim, sim.

OR – Mas em relação aos cegos, por exemplo, eles podem escolher fazer o portfólio em Braille ou não?

F3 – é assim, a gente não sabe ler, não conseguimos fazer a leitura, por isso é que se “obriga” a fazer em digital [PRA].

OR – E portanto nunca tiveste nenhum candidato que falasse nisso?

F3 – Não.

OR – Ia-te perguntar, se dos materiais que existem, se existe algum adaptado, neste momento já me disseste que não e... tu achas que deveria haver? Achas que da maneira como está, consegue-se perfeitamente chegar ao resultado?

F3 – Acho que não se desce o nível de exigência, nem nada. Acho que está bem.

OR – Sim. A nível de instalações, esta pergunta é um bocadinho mais para os cegos, porque os amblíopes de certa forma, como vêm porque têm sempre algum resíduo de visão, mas para os cegos, tu achas que a nível, não sei se a nível de instalações e mesmo das salas onde estás com eles...

F3 - É assim, normalmente, ali na F1, eram os três primeiros computadores da fila da frente e era mesmo ali que tinham o JAWS e estavam as colunas, portanto era fácil de identificar e na F2 também havia, porque às vezes era mais fácil por ser uma salinha mais pequenina e eles ficavam ali, como aquilo falava [programa JAWS] e tal, para eles realizarem qualquer coisa. O problema maior é que, acontece com os invisuais e acontece com os outros, é o problema dos computadores daqui e em qualquer sítio, aqui passa a vida tudo estragado... (risos)

OR – (risos)

F3 – E para eles [candidatos invisuais], é grave. Enquanto os outros chegam cá e o computador está estragado e tu até dizes “olhe, paciência, aconteceu este problema”... por exemplo “só não há rede, não se pode ir à internet”, mas fazemos logo “não há computador, vamos fazer em papel, ou outra coisa qualquer”, mas a pessoa não perdeu tempo, quando é com eles, não dá. Não dá. É muito chato.

OR – Pois, portanto é mesmo necessário eles terem um computador?

F3 – Exacto.

OR - E por exemplo, mesmo a nível das instalações e da localização do CNO aqui para eles, achas que ... não sei se alguém [candidato invisual] algum dia te disse se era difícil vir até cá, se não... isto mais numa questão de...

F3 – Não sei... não me lembro de me dizerem nada.

OR – Tu vais... por exemplo, quando eles chegam, és tu que os vais buscar aqui à porta ou eles já identificaram as ...

F3 – Eles identificam bem as coisas. Mas lá está, também já à uns tempos que eu não trabalho com eles e também, naquele grupo que era meu, normalmente acho que não. Se calhar...não tenho ideia, mas na altura isto também era muito mais calmo, circulava muito menos gente para trás e para a frente e se calhar para eles, isso também era uma mais-valia... por exemplo, estava-me a lembrar do Firmino [candidato invisual]. O Firmino traz um cão guia...

OR – A Nita, não é? (risos)

F3 – (risos) é. Por exemplo, também é diferente, porque um cão, parecendo que não, nestas coisas ajuda, são bem diferentes. E mesmo assim, à pouco tempo dei com ele [o Firmino] ali ao fundo, já me ia lá para o lado dos Praças e já estavam uns senhores a falar com ele do género “o que é que se está a passar”, porque viram que a cadela não estava a (risos)

OR – Deve ter cheirado alguma coisa, do lado do bar (risos)

F3 – Pronto, mas isto estar no centro de Lisboa, se calhar é bom, mas também há a questão de que eles vivem nos arredores, não sei se era melhor estar ao pé da casa, mas... Se nesses sítios os aceitam ou não, também não sei.

OR – Exacto. O Firmino “foi teu” no Básico, não é?

F3 – Foi.

OR – E quando ele estava no básico, já tinha a Nita?

F3 – Já, já tinha a Nita (risos)

OR – Ia-te perguntar se ela o leva à sala e depois fica lá, ou...

F3 – Sim, fica lá.

OR – Eu por acaso pensava que ela até ia, vá, até à sala e depois ficaria lá sossegadinha, mas não dentro da sala, mas não, ela vai sempre então a acompanhá-lo não é?

F3 – Sim. O que acontece é, é uma forma de ela saber que está em intervalo, digamos. Por exemplo, quando ele está aqui à espera... ele vem cá poucas vezes, para tu te aperceberes disso, mas, quando ela está aqui na sala [de espera], ela ainda não está em intervalo por assim dizer, portanto, ele ainda não tirou, acho que aquilo, chamam-lhe os arreios mesmo... portanto, aquela armação... ele ainda não tirou, tá ali, está assim, porque ela sabe que apesar de estar sentada, ela ainda tem que estar a trabalhar. Aliás, assim que ele chega à sala, mesmo que seja por um quarto de hora, meia hora que seja de sessão, a primeira coisa que ele vai fazer, é tirar aquilo tudo e ela sabe que está deitada e que está em intervalo e ela põe-se a dormir.

OR – (risos)... Portanto, só quando ele coloca os arreios outra vez, é que ela sabe que aí voltou ao trabalho?

F3 – Sim, exactamente, e começa a ter uma postura completamente diferente. e é assim que funciona.

OR – Portanto, neste caso o Firmino desde o momento em que chegou e se calhar percebeu “ah, temos sessão nesta sala ou temos sessão naquela”, a partir daí é sempre orientado pela Nita e chega perfeitamente bem, não é?

F3 – E a Nita conhece as pessoas também, depois começa-se a aperceber de quem são os formadores, por exemplo, a voz e essas coisas todas, eles conhecem...

OR – E o cheiro também, não é?

F3 – Exactamente. O Firmino já de si... nos invisuais, essas coisas funcionam muito bem. Tu conheces um invisual e vês que ao fim de muito pouco tempo, se calhar ele conhece-te muito melhor do que aquilo que tu imaginas. Por exemplo, nessa situação, em que o Firmino me andava ali ao fundo, quando eu disse aos senhores “ah, deixem estar, não há problema” e o Firmino começou-se logo a rir (risos)

OR – (risos)

F3 – E eu disse “Oh Firmino, já sabe quem aqui está, não já?” e ele começou-se logo a rir, do género “a voz”, o que para eles, é automático e eu acho admirável, quer dizer, é espantoso, mesmo. E tanto que agora, aquilo era uma risota, porque eu dizia que era muita fedorenta por causa da cadela lá de casa e as pessoas não notavam e agora, ela [Nita] nota. É verdade que eles têm um reconhecimento das coisas muito diferente, mesmo.

OR – Muito bem. E agora ia-te perguntar Catarina, em relação a... tu de certa forma já me respondeste a esta pergunta. Portanto, ia-te perguntar quando é que tu avaliavas as actividades que eles fazem, portanto é, eu penso que seja sempre ao longo das sessões e como é que tu transmitias esse feedback



sobre a tua avaliação? Isto passa-se sempre tudo em sessão, ou há alguma situação em que eles deixam contigo [as actividades] e depois dás feedback noutra sessão, ou dás feedback por e-mail, como é que é?

F3 – é em sessão.

OR – Sempre em sessão.

F3– Sim.

OR – Ia-te perguntar, portanto, que importância é que tu atribuis ao trabalho de equipa, em relação ao público invisual, isto é, quando tu estás a trabalhar... como é que eu hei-de fazer esta pergunta... é que quando eu fiz esta pergunta, estava mais a pensar, se eles tivessem sessões de grupo e não sessões individuais, portanto eu ia-te perguntar quando eles estão em grupo, como é que era a relação com os pares, portanto, com os outros colegas e com a Formadora, mas como supostamente eles têm sessões individuais, não se justifica muito esta questão, o que é que te parece?

F3 – Sim, acho que sim [não se justifica a questão].

OR – Agora ia-te pedir se me falavas um bocadinho, da tua experiência de realização de sessões de Júri e como é que é a preparação. Por exemplo, eu já assisti com a Júlia a uma preparação de sessão de Júri, portanto, juntas-te com o candidato, debates ali alguns pontos. A preparação para a sessão de Júri para os candidatos invisuais é feita como?

F3 – A preparação?

OR – Para a sessão de Júri. Portanto, vocês [equipa técnico-pedagógica] com os candidatos, têm sempre uma sessão de preparação de júri, não é?

F3 – Sim.

OR – E como é que fazes essa sessão? Portanto, eles trazem tudo já preparado, começam a preparar as coisas nas sessões, fazes mais do que uma sessão de preparação para Júri? Regra geral, como é que acontece Catarina?

F3 – [A Formadora dirigiu-se ao computador de trabalho, afim de encontrar um documento que é entregue aos candidatos, documento esse onde constam em linhas gerais, tópicos para a realização da sessão de Júri. Uma vez que havia já assistido a uma sessão com a profissional RVCC Júlia Bentes, indiquei à Formadora que não era necessário imprimirmos o documento, pois já tinha um na minha posse].

OR – Por exemplo Catarina, há assim alguma sessão de Júri que tu te lembres especialmente, com um candidato invisual? E como é que a sessão é feita? Eles também apresentam um Power Point, ou é mais falado e não tem suporte de Power Point? Por acaso, tenho curiosidade.

F3 – Não é em Power Point. Termos cá alguma coisa deles [para te mostrar], não sei se teremos. Estava a ver se me lembrava. Mas em Power Point não é.

OR – Portanto por norma, eles apresentam na mesma, mas oralmente... para a plateia? (risos)

F3 - (Risos) Oralmente. Sim, só isso [sem suporte em Power Point], mais nada.

OR – E mesmo para o Avaliador Externo, há necessidade de haver por exemplo algum suporte em Power Point que seja feito entre vocês e os candidatos, ou para o Avaliador Externo “serve” também... ai que palavra tão feia, mas pronto... a exposição oral?

F3 – “Serve”, sim.

OR – Por acaso tinha curiosidade, se eles faziam...

F3 – Eu não sei se existirá [alguma documento de sessões de júri com invisuais para te mostrar]...tenho que ver aqui.

OR – Portanto, neste aspecto da sessão de Júri, penso que a única diferença é mesmo essa, não é?

F3 – É.

OR – Por norma o “pessoal” apresenta os slides, não é e no caso dos candidatos invisuais, eles fazem mais uma prova oral digamos assim não é?

F3 – Sim.

OR – Agora, ia-te fazer aqui umas perguntinhas em relação a... por exemplo, à relação que eles estabelecem regra geral, neste caso contigo. Tu achas que eles... por exemplo, no Básico já sei que também o processo de RVCC deve ser “mais próximo”, por norma no secundário é dada mais autonomia...

F3 – Sim, sim.

OR – Mas quanto aos candidatos invisuais, você tentam... tentas estar realmente mais próximos deles, ou tens uma tendência natural para os ajudares entre aspas mais, ou as coisas passam-se exactamente da mesma maneira como com um candidato que vê... ou melhor, isto é, tu tens tendência a dar mais apoio ao candidato invisual, ou...

F3 – Acho que há tendência, mas também depende muito do feitio deles, porque há aqueles também que por serem invisuais, não querem muito mais apoio, porque é aquela questão de que “eu não sou deficiente, eu sei fazer e não aleijado para os outros fazerem tudo por mim”, também há este género de pessoas. É muito relativo, depende mesmo muito da pessoa.

OR – Ia-te perguntar a nível de motivação, como é que tu os caracterizas. Não sei, lá está, se dá para “fazer uma regra geral”...

F3 – Regra geral, acho que também é difícil, não se pode dizer “ah, são todos iguais”, não.

OR – Mas vai havendo se calhar altos e baixos, ao longo do processo [de RVCC]? Não sei, pergunto eu. Há alturas em que há altos e baixos, ou eles por norma costumam levar tudo seguidinho, o que é que te diz a tua experiência?

F3 – É assim, eu acho que para eles é mais fácil quando não é só um ou dois, quando há mais invisuais à volta deles... quando há um invisual e um grupo de 15 pessoas à volta dele, aí não há qualquer tipo de problema, aí é mais complicado... quando é aquele tal grupo em que são cinco ou seis, mas que todos eles são invisuais, ou cegos e amblíopes, aí as coisas correm melhor, porque as dificuldades são sempre as mesmas, as pessoas ligam-se mais umas às outras, é diferente e corre melhor...

OR – Mas já te aconteceu Catarina, teres por exemplo um grupo de 10 pessoas e depois teres um invisual, já te “calhou”?

F3 – Isso é mais complicado.

OR – É? Como é que o grupo se porta? Tem tendência a ajudar ou achas que...

F3 – Às vezes até ajudam, o problema é que... se calhar não ajudam da melhor maneira, se calhar querem ajudar, mas pronto, as pessoas também não estão habituadas não é? E depois as pessoas com 40 anos não estão habituadas a um invisual e agora têm um invisual ao lado...

OR – Pois, se calhar querem ajudar, mas não sabem como...

F3 – Exactamente.

OR – E...portanto, isto é uma pergunta, que eu acho que já surgiu várias vezes ao longo da... que é, há alguma diferença entre os candidatos invisuais e os outros candidatos? Portanto, já me disseste que as diferenças são...mínimas, não é?

F3 – É, é. Eu acho que sim.

OR – Há uma ou outra adaptação, como tu disseste, um ou outro ponto do Referencial que não se trabalha, uma ou outra adaptação, mas também não é nada por ai além, portanto não se pode dizer que é um processo completamente diferente, pois não?

F3 – Não, não.

OR – E ia-te perguntar, já sentiste alguma... se calhar foi no princípio... sentiste alguma dificuldade em trabalhar com invisuais? Não sei, alguma situação em que te tenha acontecido dares contigo a pensar “o que é que eu faço” ou “o que é que eu respondo”? Não sei, alguma vez te aconteceu?

F3 – Ah...foi medo, principalmente. O início foi muito estranho. Principalmente a primeira sessão. É uma sessão em que estou ali com invisuais e começar a pensar “o que é que eu vou fazer”... não sei se eram cinco, se eram seis pessoas à minha frente, eu sabia que alguns deles viam muito mal e os outros nem sequer viam nada e pensar “e agora o que é que eu faço” ...

OR – Pois, é que ainda por cima era o grupo todo não é? (risos)

F3 – (Risos) É. E pensei “e agora vai ser a desgraça”, mas não. Eles estiveram bem, correu bem. Já não me lembro exactamente o que é que fiz ou não, mas eles dominam muito bem as coisas, em termos de teclado e as coisas todas, eles dominam muito bem mesmo.

OR – Portanto, tirando essa experiência, que foi a primeira, é natural...

F3 – Exactamente.

OR – A pessoa não está habituada, é natural, mas tirando essa, nunca te aconteceu assim outra sessão em que tivesses sentido alguma dificuldade concreta com eles?

F3 – Nada assim muito estranho (risos)

OR – (risos) E tu consideras que todo o processo RVCC e todos os materiais e mesmo a maneira como vocês abordam o Referencial, que há coisas que como tu dissesstes, não se fazem, achas que está... pode-se dizer que o processo está adaptado a um invisual ou não?

F3 – Acho que sim.

OR – Não é difícil portanto uma pessoa [invisual] que seja encaminhada para Processo RVCC, não é difícil fazer [o Processo de RVCC]?

F3 – Não, não.

OR – Portanto tem condições perfeitamente adaptadas para ele fazer sem ter grandes problemas?

F3 – Exacto.

OR – Ia-te perguntar se tens conhecimento, se o CNO tem alguma parceria com alguma entidade, agora, com alguma entidade relacionada, que também trabalhe com público invisual... porque eu já sei que tiveram uma parceria, nada formal, com a ACAPO, tirando isso há alguma entidade com quem vocês tenham parceria?

F3 – Ah... não.

OR – Não? E por exemplo, eu sei que no outro dia, foram a um encontro InterCNO's, mas não sei se foi algo mesmo programado [organizado] por vocês, ou se pela ANQ. Vocês têm alguma política por exemplo com outros CNO's para saberem coisas novas, actividades novas, metodologias novas que eles desenvolvam com este público?

F3 – É assim, há muitos encontros, mas não quer dizer que seja só por causa deste público. É, conforme. Por exemplo, tivemos um [encontro InterCNO] em Cacilhas e não tinha exactamente a ver com este público. Depende, depende muito. Mas também já não sei sobre o que é que era.

OR – Portanto nunca houve...

F3 – Sinceramente, agora estava a pensar...

OR – E tu Catarina, conheces alguém que esteja também no CNO, a trabalhar?

F3 – Conheço.

OR – Conheces? E já aconteceu por exemplo, trocares alguma experiência, em relação ao público invisual lá está, trocaste alguma experiência com essa pessoa ou ela contigo? Já calhou?

F3 – Não. E é uma pessoa que trabalhou na ACAPO.

OR – E trabalhou cá?

F3 – E também trabalhou cá.

OR –E quando... portanto, apanhaste-a cá, conheceste-a cá?

F3 – Sim.

OR – Ia-te perguntar, acho que já me respondeste, de qualquer das maneiras pergunto te, quando tu chegaste e tiveste logo em processo esse grupo [grupo de invisuais], tu nunca chegaste a ter assim nenhuma indicação técnica, de como lidar com público invisual, ou não tiveste nenhuma acção de formação assim mais formal sobre invisuais, pois não?

F3 – Não.

OR – E mesmo depois de teres dado essa sessão com eles, portanto, desde 2007 até agora que estás cá, alguma vez fizeste ou houve formação relacionada com...

F3 – Não, não.

OR – E por exemplo, a nível... Já me falaste do JAWS, como é que tu trabalhas com o JAWS? Como é que tu aprendeste a trabalhar com o JAWS? Tiveste alguma...

F3 – Não aprendi nada.

OR – (risos) Portanto, são eles [invisuais] que trabalham (risos)

F3 – É.

OR – E tirando o JAWS, há algum outro programa que tu tenhas conhecimento, ou porque tiveste através deles, ou...

F3 – Só o JAWS.



OR – Mesmo ao nível do Braille, vocês não trabalham cá com “isso” não é?

F3 – Não [não trabalhamos com Braille].

OR – Ia-te perguntar, tinhas algum motivo que te levasse a fazeres alguma acção de formação? Ou melhor, perguntando de outra maneira, achas que tens necessidade neste momento de fazer alguma acção de formação relacionada com o público invisual?

F3 – Eu acho que hoje em dia, é assim, não há praticamente invisuais em Processo [no CNO do CNED], portanto não faz falta em termos de trabalho em si... e depois, há o problema de ter que fazer o ECDL que pelos vistos vai ter que ser o quanto antes...

OR – O que é isso, peço desculpa Catarina?

F3 – ECDL, é a questão da Informática, que eu tenho de fazer o curso todo, são uns sete exames e portanto, agora, outras coisas...

OR – Ia-te perguntar, eu tenho aqui alguns exemplos de algumas formações. Importa só dizeres assim se gostavas ou não de as fazer, mesmo que sejam mínimas [em termos de carga horária] (risos). Gostavas de receber alguma formação em Técnica de Linha de Braille?

F3 – Não.

OR – Não. E em Tiflotecnologia? Não sei se já ouviste falar?

F3 – De quem?

OR – (risos) Não sei se já ouviste falar?

F3 – (risos) Não ouvi falar definitivamente (risos)

OR – (risos) Eu também nunca tinha ouvido falar, mas Tiflotecnologia, é uma formação sobre os apoios especializados que há, ou programas, ou softwares de computadores, ou mesmo material para as actividades, olha, geométrico, para as actividades para a área de MV... todo o tipo de apoios que possa haver para invisuais, neste caso, para fazerem o Processo RVCC.

F3 – Interessante.

OR – Gostavas?

F3 – Era giro.

OR – E softwares especializado e materiais adequados? JAWS e outros programas?

F3 – Pois, isso já é mais interessante.

OR – Também gostavas? É mais interessante do que a de Tiflotecnologia?

F3 – É capaz de ser, é capaz.

OR – E uma acção de formação, só virada para as aptidões e limitações do público invisual, portanto neste caso, só Cegos?

F3 – Não sei se é muito virado para a Medicina, se calhar é muito...

OR – E uma formação em Comunicação Para linguística, isto tem a ver com o tom de voz, com as pausas que dás, com...

F3 – Pois, é virado lá para as outras bandas da... também não... (risos) ela já sabe a resposta.

OR – (risos) Pronto, esta então, acho que vai um bocado mais para a Psicologia, uma acção de formação sobre Valorização e Empowerment das pessoas, isto é, aprenderes a trabalhar a motivação, a auto valorização, a estima das pessoas...

F3 – Pois lá está, Psicologia.

OR – Gostavas?

F3 – Nem por isso.

OR – Portanto resumindo...

F3 – São aqueles dois [duas acções de formação]

OR – Tiflotecnologia, não é, e Software?

F3 – Sim.

OR – Pronto Catarina, já estamos a acabar. Não sei se queres deixar alguma sugestão, falar de alguma coisa que eu não me tenha lembrado, sei lá, falar por exemplo ao nível da comunicação da Equipa [Técnico-pedagógica], ou alguma coisa do processo [de RVCC], alguma coisa sobre materiais, ou alguma sugestão que tu podias indicar para se melhorar o processo [de RVCC com invisuais]? Ou se calhar, até nem é preciso melhorar?

F3 – Eu acho que as coisas até têm corrido bem. Eu acho que com os invisuais as coisas correm bem, mesmo quando é com os amblíopes que estão integrados [em grupos], acho que nunca houve algum problema, acho que as coisas funcionam, nunca houve grandes chatices.

OR – E diz-me uma coisa Catarina, há pouco acabei por não te perguntar. Ah, sobre os invisuais, tu notas por exemplo no caso dos candidatos invisuais, se eles demoram mais tempo a fazer o Processo? Também é assim, nós temos candidatos que demoram muito tempo, arrastam, mas...

F3 – É a tal coisa, vamos outra vez ao mesmo ponto. É do candidato, não é pela dificuldade, ou pela deficiência que vão demorar mais ou menos. É por outros motivos, é pelas competências que efectivamente tenham ou não, é se está desempregado ou se tem tempo ou se não tem tempo...

OR – Portanto, são tudo coisas exteriores ao candidato...

F3 – Que nada tem a ver com a deficiência dele. É completamente à parte [da deficiência que possuem].

OR – Exacto. Sim senhora. Pronto, acho que está no fim.

F3 – Ai é?

OR – Não há assim nenhuma sugestão, pois não?

F3 – Não, mas se eu me lembrar de alguma coisa...

OR – Dás-me um toque? (risos)

F3 – (risos) É verdade.

OR – Olha Catarina, queria-te agradecer por te ter “explorado” (risos). Se houver alguma sugestão diz-me está bem? E queria-te agradecer...

F3 – Não, mas por acaso é porque é verdade. Houve aí uma altura em que havia montes de invisuais aí em Processo e agora não há.

OR – Pois é. Eu por acaso gostava de ver, mas entretanto acho que vou ter oportunidade, digo eu, de ver na Casa Pia de Lisboa, porque eles têm lá mais invisuais, eles também recebem especificamente invisuais e então, já fiz um pedido para ir lá ver.

F3 – Exacto.

OR – Portanto, vou ter oportunidade. Entretanto, também já combinei sessões com a Ana [Técnica de ADE] e umas aqui, umas ali... mas por acaso tenho pena, porque já me tinham dito que houve uma altura em que havia cá mais... mas pronto, minha querida, não te roubo mais tempo. Muito obrigada!

## TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA: CANDIDATO 1

**OR:** Antes mesmo de começarmos mesmo as perguntas sobre o Processo RVCC e sobre a escola e as actividades profissionais, eu gostaria de perguntar ao Joaquim, do ponto de vista medico, qual é o estado da sua visão?

**C1:** Sei que a senhora está com um papel branco na mão, consigo ver essas coisas, mas muito poucas, muito pouco. A visão central, o centro da vista não tenho nada, tenho para as beirinhas um bocadinho, uns bocadinhos poucos. Corro sozinho ainda na pista, mas se puser lá pessoas paradas, ou se puser aquelas barreiras, eu choco contra isso porquê, porque vejo para o chão para a linha e para a frente não vejo e bato. é uma percentagem de vista muito reduzida. Apareceu-me isto há dez anos e dizem que isto era uma doença genética que já cá andava e manifestou-se agora e que até ai não se passou nada.

**OR:** Pois era ai que eu também ia chegar, ia perguntar ao Joaquim como é que tudo começou.

**C1:** Porque aparentemente os meus olhos são como os seus, é ou não é?

**OR:** É pois, aliás até são mais giros que os meus, porque os meus são castanhos.

**C1:** Mas o nervo óptico que é o que leva as imagens ao cérebro, que atrofiou não de vez, não está morto total senão não via nada, mas atrofiou a maior parte e ando assim com esta miséria.

**OR:** Mas o Joaquim orienta-se muito bem.

**C1:** Sim, mas se estiver a conversar um bocadinho, tenho que estar sempre muito atento, muito atento e muito atento também quando vou por ai fora a correr e depende também da hora, porque se estiver o sol a morrer ou a nascer, em que o sol está á mais rasteiro, é pior.

**OR:** Com o sol é mais complicado não é?

C1: é, mas tento trabalhar um pouquinho com o que tenho, para consegui levar a vida.

**OR:** Então e diga-me uma coisa Joaquim, disse-me que foi mais ou menos há coisa de dez anos que perdeu a visão. E foi um processo gradual, acabou por lhe acontecer essa situação do nervo de um dia para o outro, como é que foi, quer-me falar um bocadinho dessa situação?

C1: Posso falar. Eu comecei a não ver no princípio de Janeiro de 2000, lá no princípio de Janeiro baixou-me a visão e fiquei de baixa medica, no dia 18 de Janeiro de 2000 e sei que no dia 30 de Março mais ou menos, tive de encostar a mota, a carrinha encostou antes, porque eu conduzia, porque nós para conduzirmos um carro gastamos mais vista do que para conduzir uma mota, então encostei a mota porque eu já sentia dificuldade na mota. Baixou mais um bocadinho e entretanto parou, foram cerca de três meses e meio sempre a baixar. No dia 7 de Junho de 2001, um ano á frente, fui ao medico, ao Dr. X no Porto e ele disse-me isto é uma doença que dá, manifesta-se e para, estragou-se o que se tinha a estragar, agora troca de profissão e não há nada a fazer, de momento, não há cura em parte nenhuma do mundo, não quer dizer que um dia até nem possa haver, mas de momento “esqueça isso” e foi o que eu tive de fazer, realmente foi trocar de profissão e agora corro, tenho bastantes habilidades e já tive varias artes, um currículo já um bocadinho avançado.

**OR:** Tem de me falar nisso mais á frente.

C1: Muita coisa fiz e no fim, até atleta sou e vamos lá ver, se calhar ainda posso dar mais uns passinhos na vida.

**OR:** E como é que reagiu portanto quando, porque pelo que o Joaquim me disse foi assim uma coisa muito rápida.

C1: Três meses. Isto é um trauma muito grande e é muito mau, revolta muito um homem e só o quem passa por isto é que sabe e na terra onde eu vivo, lá em cima, é pior, porque aqui [em Lisboa] eu quero ir a Lisboa, meto-me no comboio e vou como a senhora vai, mas lá não e acessos a estudar e acessos a estudar e mais coisas, acessos a andar na rua, lá não e até a mentalidade do pessoal é “ai coitadinho agora, ficou assim com a vida dele arruinada, tem que ir para um lar de idosos e não faz mais nada” e afinal as coisas não foram assim durante estes dez anos.

**OR:** E ainda bem. O Joaquim é de onde?

C1: Sou de Santo Tirso, fica entre Porto e Guimarães. Não foi assim, eu faço tudo como muita gente, até subo aos telhados, eu faço muitas coisas, o que é, é com muito mais cuidado e vou-lhe dizer, aleijava-me mais quando via bem do que depois [de cegar], porque tenho muito mais cuidado. Eu vou-lhe contar isto só muito rápido, lá no sitio eu tenho lá um pinheiro, que já estava com uns toros bastante grandes e eu peguei numa escada e fui lá acima corta-los, ao lado tenho um vizinho e depois tenho uma empresa de camiões, eles pararam todos a olhar para mim e a dizer “então o homem é cego e agora vai lá acima cortar os toros lá no alto, vai cair dali abaixo” e eu com muito cuidado, sempre agarrado, subi e fui trabalhar com a serrinha e desci cá abaixo e diz-me assim um vizinho logo “opa, acabei agora de meter o telemóvel ao bolso” e eu disse-lhe “então porquê?”, e ele diz-me “opa, estava á espera que tu caíesses daí abaixo para ligar para a ambulância”. é como afiar a moto serra, também o faço e fica perfeitinho, também faço paredes e o pessoal diz-me por Deus “ele não vê e deixa isto direitinho”. Quer dizer, estas coisinhas vou fazendo sempre mais limitado. Eu muitas vezes faço as coisas e não quero estar a incomodar ninguém porque os outros têm a vida deles e aquela coisa de eu dizer assim “eu consigo”, isso é que eu quero fazer, não me interessa se eu demoro mais tempo.

**OR:** Exactamente também o demorar mais tempo, também é porque está mais concentrado e lá está por isso é que ficam as coisas sempre perfeitinhas, não tem dúvidas de que está bem feito.

C1: Eu trabalhei muito tempo na arte e sei qualquer coisa e só por dizer a visão não esta como estava, era muito melhor ver bem, era muito melhor, até porque era uma coisa mais rápida, mas ninguém me venha dizer que eu que não sou capaz, porque por força de vontade e por saber certas coisas que eu aprendi depois por mim próprio, mais até fora da arte da Carpintaria, muito bonitas e que eu chego lá e faço.



**OR:** Joaquim e diga-me só uma coisa, diz-me que foi há cerca de dez anos, que idade tinha na altura?

C1: Olhe, tinha quase vinte e nove.

**OR:** E na altura estava em Santo Tirso ou estava cá em Lisboa?

C1: Estava em Santo Tirso.

**OR:** E teve que fazer algum programa de reabilitação?

C1: Fiz, fiz, fiz na Areosa, que pertence ao Porto, no Centro de Recuperação.

**OR:** E como é que foi essa experiência para o Joaquim?

C1: Portanto foi o meu primeiro passo depois de me aparecer isto e de estar algum tempo parado e em que tomava conta da minha sobrinha porque eu dizia “olha, eu não posso fazer mais nada, tomo ao menos conta dela” e já era um trabalho está a ver, já era um trabalho.

**OR:** Exactamente.

C1: Ficava com ela e quando a minha irmã chegava do trabalho eu dizia na brincadeira “olha está aqui, está direita, se está suja ou não é que eu não sei, mas não está aleijada”, tinha sempre muito cuidado, foi na fase em que eu perdi a vista mas há ali uma fase em que não da logo para ir para a reabilitação. Quando se perde a vista, a primeira coisa que se faz é medico mais medico, medico mais medico, porque isso é o mais importante e até Barcelona fui, chega-se a um ponto em que vê-se que realmente é para ser, não sou o único do mundo, é para ficar assim e pronto, depois reabilitação. Eu estive na Reabilitação no Centro de

Recuperação da Areosa, lá aprendi a andar com a bengala, aprendi alguma coisa de Braille, aprendi pouco de computador, muito pouco, aqui em Lisboa é que aprendi mais, aprendi a enfiar a linha numa agulha. Eu estava lá durante o dia e estava no lar S. Miguel, na baixa do Porto e depois já comecei a estar lá só dois dias por semana e vinha a casa, que era para me ir adaptando também e depois já ia sozinho para o lar, chegou a um ponto que aquilo acabou, estive uns tempos por casa, como eu disse a fazer uns trabalhos, lá o que eu podia, sempre com muito cuidado, com mais cuidado e mais dificuldade e depois é que vim cá para baixo [Lisboa] no dia 2 de Fevereiro de 2005.

**OR:** Mas o Joaquim decidiu vir cá para baixo para trabalhar, por algum motivo em especial?

C1: Vim para um curso de Artesanato em Chelas, para a APEDV, cheguei aquele curso de Artesanato em que fazia bancos de madeira, aprendia a fazer aquilo tudo perfeitinho, fica muito bonito. Chegou-se á parte de trabalhar com madeira e punha-me lá a lixar numa maquina e entretanto chegou o formador e disse-me “eu ando aqui há alguns anos e não faço tão bem como isso, tão perfeito” e eu disse “pois, eu já tenho algumas horitas disto sabe”. E ali andei, cheguei a li e vim para esta casa, passavam-se aqui os fins-de-semana, ia ali ou aqui e depois arranjei hipótese e aí em Junho meti-me nas corridas, conheci lá pessoal, tive preparação, entretanto foi passando o tempo foi passando e cheguei a um ponto em que estudava lá no CNED, treinava e fazia o curso lá [APEDV].

**OR:** É mesmo hiperactivo o Joaquim.

C1: Acabei isso tudo.

**OR:** Então peço desculpa interrompe-lo Joaquim, vamos fazer assim, vamos falar um bocadinho do seu percurso a nível da Escola, a escola fez sempre em Santo Tirso.

C1: A escola fiz em Santo Tirso. Eu sou de uma família de seis irmãos, o que é que acontece, os meus pais não me puderam por a estudar e para tirar a 4ª classe andei até aos 14 anos e porquê, porque andava na escola e a trabalhar, não dava para aprender muito porque dedicava-me muito ao trabalho. Sai com 14 anos

da Escola, até andava na agricultura já, aos 14 anos fui para carpinteiro, com a 4ª classe.

**OR:** Começou muito novinho na área da carpintaria.

C1: Muito novo. E depois fui tirar o 5º e o 6º ano de noite, numa aldeia vizinha.

**OR:** Portanto trabalhava e estudava a noite.

C1: Exactamente. Trabalhava durante o dia com o meu pai, nisto, madeiras, carpintaria e á noite ia para a escola estudar, até aos 19 anos. E então no fim disso tudo, tirei um curso de electricista, davam essa vantagem, essa facilidade aos alunos, quem quisesse tirar o curso de electricista e eu tirei. Ai fiquei arrumado a nível dos estudos. Depois fui para a tropa, tirei a carta de pesados e depois é que tirei isto a seguir, o 9 ano.

**OR:** Ou seja, quando veio cá para Lisboa é que decidiu, depois de passar para o desporto, fez o 9 ano pelo Processo RVCC no CNO.

C1: Exactamente.

**OR:** E Joaquim ia-lhe perguntar, a nível das formações que fez, disse-me que fez essa formação na APEDV de Artesanato e tirando essa fez mais alguma Joaquim?

C1: Fiz um curso de agricultura, já não via, lá no Norte, naquele intervalo entre o Centro de Recuperação da Areosa e vir cá para baixo [Lisboa] em 2004. Foi um curso que durou dois meses, três, um curso também financiado, era 250 euros a cada um, para incentivar os agricultores e para ter mais conhecimento, apesar de eu já ter algum na área da agricultura, esse de Artesanato e um curso que tirei á pouco de Informática, que também esse puxou por mim, esse foi muito duro, já trabalhava com correio electrónico, com o

messenger, já foi muito bom, foi na Fundação Sain. Os outros tinham computador em casa, já iam muito treinados, eu chegava ali, andava ali, bem me esforçava, não tinha treino e custou-me bem, mas esse foi muito bom, foi muito bom, um computador para pessoas cegas é mais importante que o Braille, foi dos cursos melhorzinhos foi.

**OR:** E por exemplo, como é que o Joaquim lidou com essa situação, como me diz que não tinha computador em casa, sentia mais dificuldade, é natural, não tinha oportunidade de praticar tanto, mas pediu mais ajuda ao formador, como foi?

C1: Aquilo era um curso definido pelo Centro de emprego e não estava muito bem organizado, ou seja, era três meses no curso, depois três meses em casa, tinha essas paragens e nessas fases de paragem já se esquece muita coisa é mau e eu na última parte falei com eles e eles autorizaram-me, fiz uma paragem de nove meses e pior foi. Eu depois quando fui recomeçar, sei que já andava á procura das letras, porque não sabia onde estavam as letras para escrever o meu nome, mas depois comecei a praticar, as coisas foram-se desenvolvendo e sei que a professora no final quando deu as notas de 0 a 5, eu não cheguei aos três e os outros chegaram ao 4.5 e ao 5, porque eles já tinham muito mais pratica. Eu acredito que também não sou muito barra para isso, para o computador, cada um é para o que nasce, mas se se praticar mais um bocadinho, é uma peça muito boa o computador.

**OR:** E onde é que o Joaquim aprendeu o Braille?

C1: Braille aprendi um pouco no Centro de Recuperação da Areosa, mas pouquinho e depois aprendi mais um bocadinho na APEDV, tinha lá um professor que dava Braille, mas sei pouco, sei muito pouco e conta muito a prática, porque eu até aos vinte e nove anos, era sempre o negro.

**OR:** E ia-lhe perguntar Joaquim de todas as instituições por que passou, já incluindo agora também o CNED, qual é que foi a importância e o papel que tiveram na sua vida e se sentiu apoio da parte das entidades, já mais nesta fase em que perdeu a visão.

C1: O Centro de Reabilitação da Areosa é a mesma coisa que ter um braço que está perdo e a pessoa vai para lá para ele começar a movimentar-se, é um primeiro passo, não se aprende assim muito, mas é um primeiro passo e é um animar a pessoa que perdeu a vista, o convívio e para alegrar um bocadinho. Agora onde se aprende mais é na Sain e no CNED. Uma coisa que aprendi lá muito boa no CNED, foi com a Lucinda, comecei-me logo a adaptar muito bem ao Excel, é com linhas e com números, adaptei-me muito bem com aquilo. Ainda aprendi bastante lá, aprendeu-se assim umas coisas, como por exemplo fazer a área de um prato, um prato é redondo, como é que se vai calcular ali uma área, aprendi também a fazer o pi.

**OR:** E isso até tem ligação com a área do Joaquim, com a Carpintaria não é?

C1: Pois tem, pois tem, fazemos essas coisas todas, embora fizesse mais a conta na carpintaria ao metro e ao comprimento, agora por exemplo medir a área de um prato por exemplo é uma coisa diferente, é o raio que se mede, o que é uma hipotenusa, o que é um cateto, isto foram coisas que aprendi lá [CNED] na Matemática.

**OR:** E a Fundação Sain e a APEDV como é que acha que foi a recepção deles e mesmo as pessoas e o ambiente, o apoio que lhe deram?

C1: Essas duas instituições [Sain e APEDV] são duas instituições muito boas, a PEDV foi a primeira em que estive, tem o curso de massagem de telefones, não fiz esses, só o de Artesanato e de Madeiras, é uma fundação que, quer dizer, não é tão rigoroso como na Sain, na Sain o pessoal é mais “miudinho”, mais respeito pelos outros. Mas são as duas boas, dão apoio, mas uma mais na qualidade, soa muito pontuais nas horas, no respeito, que é essa Sain. Mas são boas instituições que apoiam bastante. Também estive muito tempo no Centro de Reabilitação Nossa Senhora dos Anjos, em Santa Apolónia, durante três meses e meio, quatro meses, foi na altura do curso de Artesanato, em 2008 e eu depois fiz lá esse curso de Informática, em que me disseram “se precisar de vir cá alguma vez, se precisar de alguma coisa a porta está aberta”, fiquei muito bem com aquele povo, não tenho queixa nenhuma. Os melhores cursos são os que se sofre mais no estudo, mas chega-se ao fim e dá-se valor.

**OR:** Mas assim é que faz sentido não é?

C1: Então não é? O curso de Braille...

**OR:** O Joaquim não gosta muito do Braille não é?

C1: Não, não gosto muito, custa-me muito a ler o Braille e o Braille tem que se ter muita cabeça para aquilo, o Braille é uma célula de seis picotados e com aqueles seis picotados sabe quantas combinações tem que se fazer?

**OR:** Sei que são muitas, aquela célula representa sempre uma letra, ou um número, ou um símbolo, portanto são imensas combinações que se podem fazer não é?

C1: São muitas mesmo, esses seis símbolos vão formar 64 combinações, o abecedário tem 23 e depois há o sinal de Maiúscula e depois para trabalhar com números é a mesma coisa, do A ao J, são os números, por exemplo o C é o 3 e ali faz contas com aquilo, mas tem de meter o sinal antes a indicar que aquele símbolo é um numero, para saber que não é palavras. O mal disto tudo é que no final isso sai em texto e depois lê-lo, é que tem de ser um tacto, que eu não tenho, conheço pessoas que tem, mas eu não, não posso dar para tudo.

**OR:** Joaquim agora ia-lhe pedir se me falava um bocadinho sobre as suas experiências profissionais? Sei que aos 14 anos começou a trabalhar com o pai e trabalhou sempre com o pai até aos 19 anos?

C1: Não, porque ele faleceu tinha eu 26, mas até aos 26 trabalhei muito com ele e os meus irmãos, outras partes não. Já fiz muita coisa sabe, cheguei a andar no têxtil numa fabrica que ainda funciona lá perto de Santo Tirso, fui pedreiro também, numa obra, a tirar pedra para fazer uma casa, estive na agricultura e depois fui para a carpintaria e foi sempre assim.

**OR:** E desde a perda de visão até agora, que experiências profissionais é que teve Joaquim? Nesse intervalo

de tempo, o Joaquim trabalhou, para além de fazer as suas formações, trabalhou com alguma entidade, ou desenvolveu alguma actividade profissional, ou foi fazendo as formações e acabou por não exercer nenhuma actividade profissional?

C1: Não, não exerci nenhuma actividade, foi só formações, só coisas no campo, às vezes faço um trabalhinho ou outro, mas a nível profissional não. Não apareceu oportunidade, isto hoje os empregos como a senhora sabe estão muito maus, não apareceu oportunidade.

**OR:** Portanto actualmente não desenvolve nenhuma actividade profissional não Joaquim?

C1: Não, actualmente não.

**OR:** Agora sim é que eu lhe vou fazer aqui umas perguntinhas sobre o Processo RVCC. Antes de mais ia perguntar ao Joaquim como é que teve conhecimento do Processo RVCC e do CNO do CNED?

C1: Foi por um formando que estava aqui na casa onde estou e disse-me assim “tu basta teres o 6º ano e tiras o 9º ano, á noite ou de tarde, como tu puderes, vais lá e inscreves-te, vai lá e tal” e eu disse “sim senhor”, lá fui, falar lá com o pessoal e fui para lá sozinho, não é fácil, atravessar ali a estação de comboio e ir para lá não é fácil, é muito confuso ir por ali fora, mas eu fui lá ter, subi lá até ao 2º andar, lá fui ter e foi assim.

**OR:** E quando se inscreveu e o chamaram para ir, o que é que o Joaquim pensava daquilo, porque é que quis ir fazer o Processo?

C1: A primeira coisa foi para ganhar mais conhecimento, como ganhei e fiquei a saber mais coisas, para enriquecer essa parte e depois por causa do documento [certificação] que é importante. Estava lá uma menina que me dizia “até uma medalha que ganhou no atletismo, enriquece o currículo, a sua caderneta militar, etc., este processo tem a ver com a vida das pessoas” e é verdade e eu então fui para lá, porque a

minha vida também já me deu muitas voltas, já me deve dar uma ajuda para fazer isto, vou ver se devo conseguir, então pensei “vou experimentar” e experimentei e pronto, o pessoal é muito porreiro, muito boa gente e chegou-se ao fim, houve uma parte em que eles estavam muito ocupados e atrasaram-me um bocado, mas depois fui lá e disseram-me “isto não está esquecido e tal” e depois arrancou outra vez. Mas tenho um colega meu que andou lá e tirou o 7º, 8º e 9º, em dois meses e meio.

**OR:** Pois lá esta, depende da pessoa, depende da disponibilidade da pessoa, depende da história de vida.

C1: Eu fui mais lento, ia fazendo mais devagar aquilo, quando tinha algumas dúvidas ia perguntando.

**OR:** Exactamente e é assim que se faz. O que é que o Joaquim achou do Processo RVCC, que se baseia nas nossas experiências de vida, o que é que achou de obter uma certificação por essa via, pelo contar as suas experiências, a sua história de vida, a nível dos conteúdos, das áreas que teve, faz-se bem, não se faz bem?

C1: Eu acho interessante, estou como disse o avaliador que me passou o certificado, foi ele que aprovou no final e estou como ele disse, isto é uma ajuda para a pessoa ficar com mais qualificação, para ficar com um currículo mais forte, porque em Portugal há não sei quantos milhões de pessoas que não tem estudos, ou que só têm a 4ª classe e isso é mau, estou como ele disse foi bom nesse sentido, para mim foi bom, para ter mais conhecimentos e acho muito bem.

**OR:** E o que é que achou, por exemplo a nível dos instrumentos e do apoio da equipa técnico pedagógica, o que é que pensa disso?

C1: O pessoal nisso aí eram muito boas pessoas, perguntava-se isto ou aquilo e eles diziam “é assim, ou assim”, ajudavam-nos sempre um bocadinho, diziam-nos por exemplo “tem que vir cá outra vez, não pode, vem cá outro dia”, não tenho nada a apontar. A professora Lucinda era uma delas, a Carina era outra, pronto. Aprendi por exemplo nos computadores como é que se faz a mediana, ainda me lembro, a moda e a média, quer dizer coisas que aprendi, então não foi.



**OR:** E o que é que gostou mais no Processo RVCC e se houve alguma coisa que tenha gostado menos?

C1: Olhe, gostado menos era o percurso para ir para lá, que era muito mau e eu ainda ia a ajudar outro rapaz que não via nada, não via mesmo nada, eu custava-me tanto o percurso, era mau e o autocarro não parava lá ao pé, o que me custou mais foi o percurso. O horário não era mau, saíamos do curso [de Informática] e ia-mos para lá á noite, também não estava mal.

**OR:** E houve assim alguma área mais difícil de trabalhar, ou também não, gostou de todas?

C1: De todas, de todas as áreas, custou-me mais foi encaixar a Matemática.

**OR:** Mas olhe que esta aí muito fino, ainda se lembra de muita coisa.

C1: Ainda me lembro de algumas coisas, dos ângulos, das contas, disto e daquilo, o pi, ficou algumas coisinhas, trabalhar no Excel, é eu gostei muito daquela área, foi muito bom, foi muito bom.

**OR:** E eu perguntava ao Joaquim, porque acabei por não lhe perguntar, ao longo do seu Processo, o Joaquim teve sessões em grupo ou individuais?

C1: Eram de grupo e individuais também.

**OR:** Portanto eram as duas?

C1: Eram, eram, às vezes eu ia com esse colega e éramos eu mais ele com a Professora Lucinda e depois era com outra formadora e também com a Carina às vezes tínhamos sessões sozinho, com a Lucinda, a sessão dela era sempre com dois ou três, nos computadores.

**OR:** E o que é o Joaquim acha, acha que esse sistema de ter sessões individuais é bom, ou acha que devia haver sessões só individuais, ou só colectivas, o que é que acha Joaquim?

C1: Pode haver de uma coisa e outra, o caso de TIC acho que esta muito bem assim, o ser em grupo, porque é que a formadora há-de lá estar só de roda de um? Não, não, acho que está bem assim.

**OR:** E perguntava também ao Joaquim, segundo eu percebi o seu processo durou mais ou menos um ano, entrou em 2006 e a sua certificação foi em 2007, certo?

C1: é provável, agora não lhe sei precisar ao certo, mas é provável.

**OR:** Então agora perguntava-lhe o que é que achou a nível da avaliação, porque eles fazem sempre uma avaliação ao longo do Processo, vão avaliando as vossas actividades, vão-vos dando um feedback, vão dizendo como é que esta e não está e o que é que achou da sessão de Júri, que é digamos, a avaliação final de tudo?

C1: Achei bem, a avaliação final foi quando foi lá o avaliador e estavam lá os formadores ao lado. Ele fez-nos ali umas perguntas, fiz uma apresentação e tive uma preparação antes para o caso de se chegasse ali e [o avaliador externo] me fizesse uma pergunta, eu saber responder.

**OR:** Mas fez uma apresentação de algum tema específico Joaquim, ou foi uma sessão em que lhe foram lançadas perguntas?

C1: Foi só com perguntas e eu respondia e ele escrevia lá se estava bem ou mal, depois passou a outro colega.

**OR:** Então assim a nível geral, o que é que achou da avaliação, se é rigorosa, se não é rigorosa, se esta bem

como está, se devia ser feita de outra forma, o que é que lhe pareceu?

C1: Bom, como é um 9º ano, é mais para dizer assim, [o Processo RVCC Básico] não é um 9º ano que se possa comparar a um curso tirado cá fora [ensino regular / recorrente], penso eu, não é como aquele tirado durante o dia, é um 9º ano mais simples, mas acho que está bem, não interessa estar a exigir mais, acho que está bem agora se fosse um 9º ano para seguir para a Universidade, para aprofundar mais as coisas, aí teria que ser muito mais puxado, fazer perguntas e alguns testesinhos, mas acho que está bem.

**OR:** Então Joaquim pedia-lhe para me descrever o que é que sentiu com a obtenção do seu certificado?

C1: Bom na altura fiquei a saber que passaram todos, o certificado já sabia que o ia receber, o maior valor foi quando disseram ali á frente de toda a gente “passou”. Depois foi entregue um documento provisório, que tem um certo prazo e depois foi entregue o diploma final. O maior valor foi logo esse então [a entrega do certificado], consegui o 9º ano, mais uma pedra para construir a minha casa, mais uma ajuda na vida não é, está feito e agora é ver quando consigo o 12º ano. Ficar com o documento é sempre uma coisa que esta aqui, foi bom, fiquei muito contente, é como lhe digo, não é o 9º ano com certeza como a senhora tirou de dia não é, que aprendeu outras bases que eu não aprendi, de certeza não é?

**OR:** Não se sabe, porque o Joaquim pode ter aprendido com a sua vida, sabe que nos aprendemos com tudo, com a escola, com a vida, etc., há tanta coisa que o Joaquim sabe que eu não conheço, que vem das suas experiências e que eu por exemplo que tirei o 9º ano não conheço.

C1: Pode saber ler e escrever melhor, mas se calhar algumas coisas que eu sei não sabe não é?

**OR:** Pois. E quando eu perguntei ao Joaquim quais eram as suas motivações para frequentar o Processo, o Joaquim disse-me que essencialmente era porque queria saber mais, queria ter mais conhecimentos e queria ter um documento que lhe permitisse ter mais escolaridade, digamos assim, certo?

C1: Um comprovativo, o certificado ou diploma.

**OR:** E eu perguntava-lhe a nível pessoal e social, que impacto é que teve para o Joaquim ter obtido a sua certificação de 9º ano, que era o que se tinha proposto a si próprio.

C1: Foi bom, foi bom, eu achava que ia conseguir e consegui. Foi bom para mim e mesmo a nível de sociedade, houve quem me dissesse “olha, tiveste sorte e tal”, as pessoas lá da terra quando souberam e familiares, não é só sorte, porque eu tive que ir para lá, não é só sorte não é, mas foi bom, foi bom, fiquei muito feliz com isso, foi mais um passo.

**OR:** E a nível profissional por exemplo, o Joaquim quando decidiu fazer o Processo RVCC tinha alguma ideia de que caso tivesse uma maior escolaridade, que também lhe seria mais fácil, digamos assim...

C1: Entrar no mercado de trabalho? Sim, também, também isso, também isso. Eu recordo-me se é que posso fazer esta comparação, quando fiz o serviço militar, eu só tinha o 6º ano e na altura quem quisesse ficar lá, como contratado, se tivesse o 9º ano ia para o Curso de Sargentos, se tivesse o 12º ano ia para o Curso de Oficiais, eu cheguei ali e não tinha 9º nem 12, só tinha o 6º, numa altura dessas, esse documento dava-me muito jeito e eu se quisesse ir para a GNR, para o curso de Militar, também tinha que ser, se tivesse o 9º ano, ia tirar o Curso, assim não tinha o 9º ano, desmotivou-me logo muito o ter que ir para soldado e ter que estudar de noite, desmotivou-me muito. Quer dizer eu penso muitas vezes nisso, se eu tiver o 9º ano e me aparecer uma coisa qualquer que eu precise, para Telefonista, ou para outra coisa qualquer, por exemplo para o Curso de Massagista, é preciso ter o 9º ano se eu os quiser fazer, tem que se ter o 9º ano, se não se tiver, não se tiram os cursos.

**OR:** Portanto esta certificação do 9º ano abre-lhe mais portas digamos assim?

C1: é, é uma ajudinha, é sempre melhor não é, é mais forte.

**OR:** E assim como ultima pergunta Joaquim, assim em termos gerais que mais-valias é que teve para si fazer

o Processo? Portanto o Joaquim já me disse que foi bom, para si, que ficou satisfeito, porque foi mais uma pedra para construir a casa e porque foi uma coisa conseguida por si, pelo seu esforço, não foi só sorte e também já me disse que os seus familiares ficaram muito contentes, mas em relação ao futuro, no mercado de trabalho, houve algum impacto, isto é, depois de obter a certificação, o Joaquim chegou a...

C1: Utilizar esse documento...

**OR:** A utilizar esse documento, a ir procurar um trabalho que antes não poderia por exemplo procurar, mas chegou a procurar trabalho depois da certificação, essa certificação teve algum impacto nesse sentido?

C1: é como o caso da tropa não é, que eu se tivesse na altura da tropa a certificação ia fazer jeito, mas não tinha e agora é a mesma coisa não é, se me aparecesse um emprego qualquer para Telefonista ou assim, era melhor.

**OR:** O Joaquim após a certificação, procurou emprego e pelo facto de ter o 9º ano conseguiu?

C1: Não, nunca mais fui lá procura de emprego nenhum e o 9º ano, tenho o documento em casa, mas ainda não o utilizei para esses fins e ainda não consegui nada com ele, não quer dizer que não venha a fazer jeito não é, nem quer dizer que eu diga assim “ai isto nunca mais me vai fazer jeito”, não, não, de modo algum, não dou aquele documento por qualquer dinheiro, já está a ver o que é, não dou aquele documento por quaisquer trocos, custou-me, custou-me e eu se tivesse que tirar outro, tinha que suar muito, mas é mesmo. Se calhar um dia ainda vou ver se consigo o 12º, tenho quase quarenta anos, mas não interessa, tiro na mesma.

**OR:** E faz muito bem, é mesmo assim, não há nenhuma ideia em que seja inútil aprender, já alguém dizia. Joaquim, então para terminarmos mesmo, perguntava-lhe quais são os seus projectos futuros agora, a nível da escola e a nível profissional. Da escola já vejo que pensa ai por vezes, se deve continuar para a frente, fazer o secundário ou não, mas isso é só um pensamento, ou é uma coisa que vai mesmo arrancar?

C1: Vai mesmo arrancar, agora não sei é quando, não sei se vai ser este ano, ou se será para o outro ano a seguir. Eu continuando aqui por baixo [Lisboa] por mais algum tempo pelas corridas, eu não vou estar aqui só para correr, estar aqui só a correr é bom por um lado porque tenho o tempo muito livre, mas por outro, só faço isto e eu tenho que arranjar uma coisa qualquer e vou, vou, vou arranjar, vou tirar um curso de inglês ou o 12º e Curso de Artesanato não sei se vou fazer, se não, porque aquilo é só para dizer assim “estas aqui” [não atribui certificação] e eu queria ver se um dia “pronto, está aqui o 12º”, é sempre bom, é sempre bom, o documento de 12º, ou mais um diploma, que eu até já tenho vários, Curso de Electricista, de Agricultura, de Artesanato, de Informática e daqui pouco, estou quase um engenheiro.

**OR:** Então essa parte é a nível académico, mas e a nível profissional, quais são os seus projectos futuros? Quando eu pergunto quais são os seus projectos futuros é, o Joaquim gostava de actualmente estar a desempenhar alguma actividade, ou há assim alguma actividade que o Joaquim gostasse mais de ter, se esta por exemplo inscrito no Centro de Emprego e está á espera por exemplo de algum contacto da parte deles, como é que estamos assim a nível profissional, em termos de projectos futuros?

C1: Projectos profissionais está muito mal, está muito mal, porque não dá para dizer que está bom, porque é geral, como a senhora sabe e com o meu problema ainda mais. Para Telefonista hoje em dia, com os telefones a chamada vai directa, os Telefonistas tiram o curso, dez ou doze Telefonistas e às vezes não fica um, vão estagiar e não fica um e têm curso. Olhe aí é que eu não faço mesmo uma ideia, em termos futuros, não sei.

**OR:** Ainda está a encontrar-se não é?

C1: Posso às vezes procurar, ali no Feira Nova, ou em alguma Fabrica de Têxtil, ou de Embalagens, ou assim, mas é muito difícil. Com o tacto ainda desempenhamos muitas coisas, mas é muito difícil e eu aí no futuro, é que eu não sei, não sei, não vale a pena. Eu vou-lhe dizer, estou a pensar num futuro e ele não sair, não sei. Vou tentar dar o meu melhor.

**OR:** E tem dado até agora não é e isso é que interessa?

C1: Tenho, tenho e vou tentar o melhor, mas agora a nível profissional, não sei. Pode ser que até de um momento para o outro apareça e eu possa dizer “olha, afinal, já ganhei um trabalhito, uma ocupação, aqui a desempenhar isto ou aquilo”, assim em áreas diferentes como disse o medico “troca a profissão”, porque não há cura para a vista, não quer dizer que um dia não haja.

**OR:** Exactamente.

C1: Mas agora é trocar de profissão, pronto, não há nada a fazer.

**OR:** Muito bem, muito bem, Joaquim, já acabou a nossa entrevista.

C1: Estive bem?

**OR:** Esteve mais que bem.

C1: Encheu aí a cassete?

**OR:** Encheu bem, uma hora e dez minutos, isto vai dar uma bela história. Muito obrigada Joaquim.

## TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA: CANDIDATO 2

**OR:** Diga lá Olá para o gravador Firmino.

C2: Olá. Não gosto muito da minha voz.

**OR:** Não gosta, então tem uma voz tão gira, o Firmino até tinha voz para cantor.

C2: Por acaso já me disseram isso.

**OR:** Está a ver, então é porque não é mentira.

C2: Mas eu não gosto.

**OR:** Olhe que se calhar até se surpreendia, já foi ai aos Karaoques, experimentar?

C2: Não, não gosto muito de sair á noite. Aquela reacção não é...

**OR:** Não gosta, mas há-de experimentar um dia.

C2: Não, não, nem pensar.

**OR:** Ou então faz em casa, faz Karaoke em casa.



C2: Não, em casa gosto de estar deitado a ver televisão e a escrever ao computador.

**OR:** Ver televisão também eu gosto, e cá dos meus. Firmino, meu caro, então vamos a isto. A minha primeira pergunta era, do ponto de vista médico, clínico, qual o seu grau de incapacidade visual?

C2: Tenho 95% de incapacidade.

**OR:** Muito bem. E se fosse possível Firmino, assim muito brevemente e se concordar, eu gostava que me falasse um pouco sobre como é que aconteceu essa situação, quais foram as causas.

C2: Eu nasci com um problema, com cataratas, depois fiz operações e depois surgiu-me um glaucoma, em 1994.

**OR:** E tinha que idade Firmino?

C2: Foi em 1992, em 1994, tenho 33, fazendo bem as coisas, com vinte e poucos, não vinte não, foi aí pelos dezassete, dezoito, por aí.

**OR:** Então até aos dezassete, dezoito, o Firmino não tinha nenhuma incapacidade a nível da visão?

C2: Não, não, eu já nasci com problemas e a certa idade via, mas via mal. Depois com o avançar da idade, comecei a perder a perder e depois com as operações foi-se abaixo, mas ainda noto sombras, se estiver num quarto com a luz apagada, se me acenderem a luz eu sei que acenderam a luz.

**OR:** Firmino ia-lhe perguntar como é que foi a sua experiência académica a nível da escola portanto, desde o princípio até...

C2: Eu estive num colégio, em que fui até á 4ª classe, depois sai de lá porque disseram á minha mãe que eu não tinha capacidade para estudar mais, depois nessa altura parei de estudar completamente com aquela desmotivação, depois comecei a estudar outra vez com quatorze, treze ou quatorze.

**OR:** E a partir dai, como é que foi Firmino?

C2: Fiz o 5º e o 6º á noite, ali na escola em Alvalade.

**OR:** E correu bem?

C2: Correu, mas depois no meio tive as operações, terminei umas disciplinas, mas depois não acabei outras, tive que voltar a fazer.

**OR:** Também era natural, estava ocupado com a situação medica não é?

C2: Depois fui para Odivelas, para a escola, fiz varias disciplinas, só não terminei Português, Inglês e a Matemática, de resto apanhei todas.

**OR:** Nessa altura estava em que ano Firmino?

C2: Estava a fazer o 7º, 8º e 9º.

**OR:** Aquela situação de fazer os três anos?

C2: Sim, á tarde, só não acabei essas três disciplinas e depois passaram-me para a noite e á noite não tinha o apoio que queria.

**OR:** Mas porquê Firmino, á tarde havia algum tipo de acompanhamento com professores era?

C2: havia e os professores estavam mais disponíveis para se eu tivesse alguma dúvida explicavam-me, davam trabalho aos meus colegas e a professora ia para o pé de mim, para tentar de uma maneira mais directa, explicar-me o trabalho.

**OR:** á noite é mais complicado não é? Também já estudei á noite e às vezes é um bocado, não é deixa andar, mas pronto, não estão tão disponíveis para nos não é?

C2: É um bocado isso.

**OR:** Muito bem. E entretanto Firmino ia-lhe perguntar se já fez algum tipo de formações?

C2: Fiz na APEDV um curso de Cerâmica.

**OR:** Ai que giro. E tem mais alguns ou...

C2: E tenho, nos últimos anos com dois fisioterapeutas, o curso de Ligaduras Funcionais.

**OR:** De?

C2: Ligaduras Funcionais.

**OR:** E o que é isso Firmino?

C2: é quando a pessoa tem aquelas lesões musculares e o fisioterapeuta mete logo uma ligadura aqui assim, ou no ombro, sou a cobaia dos médicos e dos enfermeiros...

**OR:** Então quer dizer, ao seu lado toda a gente se pode magoar, que o Firmino vai lá e arranja logo tudo?

C2: Não, não, arranjar não, sei dizer como é que se faz isso, eu digo “olha, faz-se assim, assim e assim”. Houve um médico que passou nesse curso, porque eu lhe disse como é que devia fazer a ligadura.

**OR:** Ai que giro, o Firmino é que lhe ensinou.

C2: Sim, eu disse-lhe “ponha para aqui, para aqui, para aqui “ e ele fez.

**OR:** Está a ver, está a ver, que espectáculo. Então e a formação de Cerâmica o que é que achou, gostou? Quanto tempo durou?

C2: Gostei, foi dois anos, mas depois a formadora foi-se embora e depois fui fazer um que também tinha a ver com Artesanato, mas não gostei muito, porque aquilo era fazer e desmanchar...

**OR:** Porquê desmanchar Firmino?

C2: Era o que eles queriam, era para aprendermos.

**OR:** Oh, então faziam uma coisa tão gira e depois iam desmanchar...

C2: Ai não gostei muito, não fiquei interessado, foi por isso que eu saí, para ir estudar outra vez.

**OR:** Portanto, a formação de Cerâmica acabou por não terminar?

C2: Desde que a formadora saiu, aquilo era de quatro anos e eu só fiz dois, mas gostei, gostava de estar a fazer aquilo.

**OR:** Muito bem. E por exemplo, a Cerâmica disse-me que foi feita através da APEDV e a formação de Ligaduras funcionais?

C2: Foi com o terapeuta X, que trabalha aqui no Centro de Medicina e outro terapeuta, o X, da Selecção.

**OR:** Olha que bom, muito bem, muito bem. E que tipo de apoio é que o Firmino sentiu da s entidades, neste caso da APEDV e neste caso dos dois profissionais?

C2: Os dois profissionais são excelentes, há um que a nossa amizade já se desfiou um bocadito por coisas que aconteceram, mas o terapeuta X é espectacular.

**OR:** E da parte da APEDV?

C2: Com a formadora Isabel, que ela era pouco mais velha que eu, para mim era como uma...

**OR:** Uma colega?

C2: Não era colega, era tipo uma irmã mais velha que me dava conselhos.

**OR:** Tinham uma boa relação portanto?

C2: Sim, quando tinha que me chamar á atenção, chamava e eu ouvia, com as outras pessoas lá da APEDV não.

**OR:** Mas não teve tanto contacto com elas ou não sentiu tanto apoio?

C2: Tive contacto com elas, mas eu era muito respondão, não fazia o que elas queriam...

**OR:** Era malandrecos.

C2: Eu não gosto de me mandarem fazer as coisas, se me pedirem é uma coisa, exigir, para mim é outra.

**OR:** Isso tem toda a razão.

C2: Se me começarem a pedir para fazer só porque eu sou chefe, esta o caldo entornado.

**OR:** Ah, mas isso eu concordo consigo, sem dúvida. E então e actualmente Firmino, está a fazer alguma formação?

C2: Não.

**OR:** Não.

C2: Estou só a treinar e ando agora a fazer o 12º.

**OR:** Então e não é muito, está a dizer só e esta a fazer muita coisa.

C2: Queria já estar a trabalhar mas...

**OR:** Era aí que eu ia chegar. Oh Firmino, o Firmino adivinha a minha entrevista. Ia-lhe perguntar qual era a sua situação profissional actual.

C2: Não, só estou a treinar, a treinar e a tentar acabar o 12º ano, a tentar não, tenho de acabar mesmo o 12º ano.

**OR:** Muito bem. E eu gostava que o Firmino me falasse um bocadinho das suas experiências profissionais, o Firmino já teve alguma actividade profissional entretanto?

C2: Não.

**OR:** Muito bem. Nesse caso então Firmino, ia passar aqui já para a parte do Processo RVCC. Como o Firmino ainda está a meio do Processo do Secundário, vamos cingir-nos só ao Básico, pode ser Firmino. Então ia-lhe perguntar antes de mais, como é que teve conhecimento do Processo RVCC.

C2: Foi através de um amigo que estive lá a fazer, eu aconselhei-me e fui lá.

**OR:** Foi lá ver o que é que aquilo era. E na altura, quais eram as suas motivações e as suas expectativas?

C2: As motivações era acabar o 9º.

**OR:** E isso era importante para si porquê Firmino?

C2: Era para dar uma chapada sem mão a muita gente.

**OR:** Aos que disseram que o Firmino não tinha capacidade, foi isso?

C2: Não, não, mesmo aqui no Estádio [Universitário – Universidade de Lisboa], há muitas pessoas que dizem “então o Firmino não faz nada, só corre e vai para casa, não sei quê, era para lhes dar uma chapada sem mão.

**OR:** Não ligue a isso Firmino, que essas pessoas...

C2: Não, mas depois mostrei-lhe, dei-lhe assim na palma da mão para ele ler.

**OR:** Foi mesmo uma chapada sem mão, foi, foi, assim é que é. Então e que expectativas é que tinha quando entrou no Processo, quando lhe falaram naquilo, nas primeiras sessões o que é que achou, o que é que pensava que vinha dali?

C2: Achava que aquilo era um bocado chato, mas depois comecei a gostar, senti o apoio dos formadores.

**OR:** E antes mesmo de passar para as profissionais e as formadoras, o Firmino, ficou assim mais ou menos com uma ideia do que é que era o Processo, ou ia assim um bocadinho “ o que é que vem daqui, como é



que isto se faz”?

C2: Não, depois as Catarina por acaso explicaram-me bem, tiveram muita paciência para mim, ajudaram-me muito, até as formadoras me ajudaram muito.

**OR:** Explicaram bem nesse sentido não é? E ia-lhe perguntar Firmino, quanto tempo, recorda-se, durou o seu Processo?

C2: Eu comecei em 2006 com a Carina Alberto, depois na altura ela passou para o Secundário e entretanto não me disseram nada e eu deixo-me estar e depois retomei em 2007 outra vez, depois só acabei em 2008, no final do ano mesmo de 2008.

**OR:** Portanto, um aninho.

C2: Sim, por aí.

**OR:** Muito rápido, muito bem.

C2: Porque as formadoras exigiam de mim e eu “está bem”, mas eu fazia.

**OR:** Isto é bom, quando as pessoas também exigem de nós não é?

C2: A formadora que me exigiu mais, foi a Célia.

**OR:** E ainda bem que o fez. E ao longo do Processo Firmino, teve sessões individuais ou teve sessões colectivas?

C2: Individuais.

**OR:** Sempre? Ao longo de todo o Processo?

C2: Sim.

**OR:** E foi uma escolha do Firmino, ou foi da Equipa?

C2: Deram-me a escolher e eu preferia fazer sessões sozinho, porque para já, por causa do computador a falar e os outros colegas ao lado, eu não gosto que me atrapalhem, nem de atrapalhar os outros.

**OR:** Portanto, o Firmino achava mais vantajoso que fosse...

C2: Trabalhar com uma formadora sozinho.

**OR:** Muito bem. E Firmino ia-lhe perguntar o que é que achou do Processo em si, ao nível dos conteúdos e das actividades, portanto porque é diferente da escola não é?

C2: Sim, sim, é um bocado, é diferente.

**OR:** Para melhor, para pior?

C2: Acho que tem de ser um bocado mais exigente, no Básico, no Básico deviam ser mais exigentes, um bocadinho, em algumas coisas.

**OR:** Compreendo. E por exemplo, em relação ao Processo, este Processo é muito á base de nos falarmos da nossa vida não é e demonstrar as nossas competências, gostou desse método de trabalho Firmino?

C2: Sim.

**OR:** Custou-lhe falar da sua vida, ou não?

C2: Há coisas que falava, mas depois, não falava assim directamente.

**OR:** Pois, pois, era assim misterioso... E a nível dos instrumentos e dos recursos disponíveis lá no CNO, o que é que o Firmino pensa, portanto, eu sei que eles têm lá salas de computadores...

C2: Os computadores podiam estar mais actualizados.

**OR:** É, não é?

C2: Pois, isso é que deviam.

**OR:** Eles às vezes têm ali umas brancazinhas não é?

C2: Sim, sim.

**OR:** E na altura quando o Firmino lá estava, tinha lá algum programa, era o JAWS, era um outro?

C2: Tinha, era o JAWS.

**OR:** Era o JAWS, muito bem. Isto agora por curiosidade, o Firmino gosta mais de trabalhar com o JAWS ou com outro leito de ecrã?

C2: Com o JAWS.

**OR:** Gosta mais do JAWS, muito bem. E agora ia-lhe perguntar, aqui no caso do Firmino, que importância é que teve a equipa pedagógica, portanto as suas formadoras e as provisionais quando esteve a fazer o seu processo de Básico, se teve importância, se não teve, se acha que...

C2: Teve. As que me deram mais apoio directamente foi a Catarina, que trabalhou mais tempo comigo. E depois a Carina, na parte final do Processo foi todo feito com a Carina, Carina Dias.

**OR:** Portanto, teve mais contacto com essas profissionais do que com as outras não é?

C2: Depois tive com a Catarina, tive com a de Informática...

**OR:** A Lucinda?

C2: A Lucinda, mas foi pouco e depois estive com a Célia também.

**OR:** Pois, eu não conheci foi a Célia. E ao nível por exemplo da avaliação, porque o Firmino depois foi á sessão de preparação de Júri não é e foi á sessão de Júri, conte-me lá um bocadinho como é que isso foi?

C2: Na sessão de Júri estava muito, não era nervoso em si, se estivesse só eu, as formadoras e o avaliador, era uma coisa, mas estavam lá na altura outras pessoas e fiquei um bocado assim, um bocado tímido...

**OR:** Pois, isto de falar para muita gente, às vezes mete medo não é?

C2: E eu não gosto.

**OR:** Então, mas eu sei, porque alguém me contou, que o Firmino apresentou um tema muito interessante não foi, que foi o “Dopping na Alta Competição”, não foi?

C2: Sim, foi.

**OR:** Que eu até lhe vou contar aqui uma coisa, isso está numa entrevista realizada com uma das profissionais sabia, que ela falou bem, falou bem do seu trabalho, esta a ver Firmino? E diga-me uma coisa, antes mesmo da sessão de Júri, vocês tiveram uma sessão de preparação, não é? Quem é que fez a sessão de preparação com o Firmino recorda-se?

C2: Acho que foi a Carina.

**OR:** E essa sessão correu bem, mais ou menos, como é que foi?

C2: Na sessão de preparação, eu falei como costumo falar, mas depois cheguei lá [à sessão de júri] e depois...

**OR:** Já foi um bocadinho diferente não é?

C2: Fiz a primeira parte e a Carina ajudou-me no resto, nuns números que eu já não me lembrava.

**OR:** Mas é muito mais difícil quando estamos a falar assim para muitas pessoas não é, às vezes da assim aquele friozinho, aquele medo não é Firmino, ficamos assim um bocadinho nervosos. Mas na sua Sessão depois de Júri, o Firmino fez a sua apresentação oral não é, ou meteu assim algum suporte áudio, ou alguma gravação sua?

C2: Não, foi só oral

**OR:** Foi o Firmino a falar não é?

C2: Sim e a Carina a apresentar lá uns folhetos, porque eu tinha uns folhetos e a Carina apresentava, mostrava isso.

**OR:** Mas antes mesmo da Sessão, teve alguma preparação?

**OR:** Muito bem. E recorda-se dos comentários do Júri?

C2: O Júri não estava á espera que eu fizesse aquele trabalho do Dopping assim tão profundo, sobre tantas modalidades, nunca pensaram que fosse assim.

**OR:** Grande elogio, sim senhora. Então e Firmino, mais uma vez, lá esta, o próprio processo de avaliação do Processo RVCC é diferente da forma como somos avaliados na escola não é, a avaliação final digamos, é essa [através da sessão de júri], há uma avaliação ao longo do processo e há depois uma final que é a da sessão de júri. O que é que o Firmino acha desse método de avaliação, acha que é bom, deu perfeitamente para “julgar” entre aspas que realmente tinha todo o direito de ter a certificação do 9º ano, o que é que achou desse método de avaliação?

C2: O Júri, eu não falei muito com ele. Eu acho que eles já são rigorosos, mas se fossem um bocadinho mais, tem de ser um bocado rigorosos com os trabalhos que as pessoas apresentam, porque muitas vezes são, as pessoas não vão pesquisar, não tiram as coisas da sua cabeça.

**OR:** Percebo. E o seu Portfólio, porque também é alvo de avaliação não é, por parte da equipa e do Júri, como é que foi construir o Portfólio?

C2: Foi com matéria que eu escrevia, com um bocado de tudo.

**OR:** Um bocado de tudo. E gostou de o construir Firmino, gostou de ficar ali com um conjunto de trabalhos só seus?

C2: Está lá em casa, está lá guardado.

**OR:** Claro, de recordação.

C2: Sim, o problema é que eu o de papel está lá, agora não sei onde é que está a pen que está cm esse trabalho.

**OR:** Pois, em suporte digital.

**C2:** Eu sei que está lá em casa, mas onde, agora é que eu não sei.

**OR:** Agora é que não sabe. Mas pode ser, se não encontrar, até pode ser que lá no CNO ainda tenham guardado nas pastas

C2: Eu hei-de ver, eu tenho a certeza que está lá em casa, porque eu não a perdi.

**OR:** Agora tem é de saber onde não é?

C2: devo ter guardado bem nalgum sitio, por causa da minha sobrinha, agora aquilo está tão bem escondido, que agora nem me lembro

**OR:** Então é como a minha mãe, guarda tão bem, tão bem, que depois não sabe onde está

C2: Mas depois quando não preciso, encontro.

**OR:** Pois, isso também me acontece às vezes. Firmino, então e agora perguntava-lhe o que é que significou para si concluir o Processo RVCC, isto é, a nível pessoal e social, que impacto é que isso teve na sua vida, que importância é que teve?

C2: Para mim, é, aprendi varias coisas. Eu já sabia mexer no computador, mas fiquei a aprender mais um bocado, mas gostei, como eu não sou muito de comunicar, fui “obrigado”.

**OR:** E foi portanto importante para si chegar ao final e pensar “bem, eu propus-me a isto e felizmente consegui”?

C2: Sim.



**OR:** Ficou feliz consigo próprio e com os objectivos atingidos ou não?

C2: Fiquei, fiquei e agora o objectivo é fazer o 12º.

**OR:** Pois, pois e vamos conseguir, vamos conseguir. E eu ia perguntar-lhe Firmino, por exemplo, a Nível profissional, o Firmino a mim disse-me que ainda não teve nenhuma experiência profissional, mas acha que o facto de ter agora a certificação de 9º ano, portanto, porque ainda não terminou a do 12º, acha que o capacita mais agora para conseguir encontrar um trabalho?

C2: Mais com o 12º.

**OR:** Mais com o 12º, sim senhora. Pronto, agora vamos para a ultima Firmino, isto não foi um interrogatório muito grande, pois não?

C2: Não.

**OR:** Ia-lhe perguntar, actualmente quais são os projectos futuros do Firmino, tanto a nível pessoal e se tem a nível profissional também?

C2: Profissional é acabar o 12º, depois ir para a Faculdade e depois quero arranjar um trabalho.

**OR:** Muito bem. E o que é que quer tirar na Faculdade Firmino?

C2: Ainda não sei, isso aí ainda é um caso a ser pensado.

**OR:** Muito bem. Isto primeiro é o 12º ano não é?

C2: E a nível pessoal é ser campeão para-olímpico.

**OR:** Está a trabalhar para isso.

C2: Sim, vou em Janeiro á Nova Zelândia.

**OR:** Ai que bom.

C2: Ai que bom, é.

**OR:** Então?

C2: Só a viagem...

**OR:** São muitas horas é isso?

C2: Noutro dia estivemos a pesquisar e são quarenta horas.

**OR:** Está a brincar Firmino, mas de avião?

C2: E já com as escalas todas pelo meio.

**OR:** Ai que horror, meu Deus, vão demorar dois dias a lá chegar, porque isso depois é tudo seguidinho não é?

C2: É.

**OR:** Então depois quando chegar lá e depois quando chegar cá, vai estar aí com um “jet leg” durante um dia ou dois.

C2: Um dia ou dois não, durante uma semana.

**OR:** Pois soa muitas horas, sem dúvida, muito bem. Pronto Firmino, acho que a nível de entrevista acabamos, queria só perguntar-lhe se tinha algo que me queria falar sobre o Processo RVCC, ou sobre o seu trajecto enquanto fez o Processo RVCC, portanto há pouco deu-me uma sugestão, achava que as formadoras [do Básico] tinham que ser um pouco mais exigentes com os trabalhos e com os candidatos não é? E por exemplo, eu tenho uma pergunta que não lhe fiz, que foi a nível das instalações do CNO e dos recursos que eles lá tem, se o Firmino acha que tem bons recursos, se não têm, se por exemplo as instalações estão bem localizadas, se não, se aquilo há alguma dificuldade de acesso?

C2: Não, para mim não, por acaso lá na Marinha as instalações são boas, para mim estava tudo bem.

**OR:** correu tudo bem nesse aspecto não é?

C2: Eu nunca tive, nunca me levantaram nenhum problema, sempre me ajudaram.

**OR:** Muito bem. E então há alguma sugestão que queira dar, ou ficamos com tudo falado.

[...]

C2: A Célia era exigente, mas ao mesmo tempo que era exigente, ao mesmo tempo era amiga.

**OR:** Exacto e isso é sempre uma mais valia não é, até porque nos depois também confiamos mais na pessoa e estamos mais abertos se tivermos alguma duvida ou mesmo se quisermos trocar alguma ideia, é mais fácil quando a pessoa que está connosco é assim um bocadinho mais aberta não é?

C2: A Célia era assim, eu fazia as coisas e depois de vez em quando, num trabalho, de vez em quando trocava as coisas e depois queria meter no meio, e metia ou no fim, ou no principio e a Célia nessas coisas dizia assim “Olhe Firmino, isto esta muito bom, ta assim e assim, temos é que trocar aqui as coisas” e eu “o quê?” e ela depois dizia-me e eu trocava.

**OR:** Oh Firmino, já agora lembrei-me de perguntar, das áreas do Básico quais foram as que o Firmino gostou mais, se houve alguma que o Firmino gostou mais de fazer?

C2: Foi a Matemática, que foi com a Catarina.

**OR:** Mas isso foi por causa de gostar mais da Catarina ou da Matemática?

C2: Não, eu gostava de Matemática e da Catarina, a Catarina gostava muito de mim e de todos. Só não gostei da parte da Informática.

**OR:** Mas por causa do Excel, ou não gostou da Informática mesmo Firmino?

C2: Não gostei do Excel.

**OR:** E teve alguma dificuldade nas áreas, ou a apresentar trabalhos para as áreas?

C2: Só tive no Excel.

**OR:** Ah é a tal história não é, aquilo são só linhas e colunas e não sei quê?

C2: Se eu tivesse uma pessoa ao lado que visse e me explicasse a mim, eu tive de fazer o trabalho todo com a Lucinda, porque aquilo para mim é muita confusão.

**OR:** E é natural, porque aquilo são letras e números, depois são as linhas e principalmente quando nós não conhecemos e quando estamos a aprender é natural que faça confusão. O que é que eu ia perguntar ao Firmino? Quando o Firmino foi fazer o Básico, portanto disse-me que entrou em 2006, depois houve aquela paragem não é, depois regressa em 2007. Quando o Firmino regressa em 2007, já tinha conhecimentos no computador, já dominava o computador ou não?

C2: Já, já.

**OR:** E por exemplo Firmino faço-lhe a pergunta ao contrário, imagine que o Firmino não dominava o computador, acha que era mais difícil fazer o Processo?

C2: Acho que uma das coisas básicas é saber mexer com o computador.

**OR:** E agora por curiosidade, o Firmino agora está a fazer o 12º através Processo RVCC, foi porque o Firmino gostou de fazer o Processo Básico e acha que para ir fazer o 12º ano, a melhor via e a que está mais adequada é o Processo RVCC, ou dito de outra forma, porque é que o Firmino agora foi fazer o 12º pelo Processo RVCC também, porque gostou de fazer no Básico?

C2: Foi porque eu estive com a...

**OR:** Com a Joana?

C2: Não.

**OR:** A Júlia?

C2: Não.

**OR:** Vou dizer assim os nomes que conheço, a Teresa?

C2: Não.

**OR:** A Filomena? Não? Há uma menina também muito querida, a Tânia?

C2: Não, não. Ai já me esqueci o nome, não me recordo.

**OR:** Mas era Profissional ou Formadora?

C2: Ela estava á frente do...

**OR:** Deve ser a Carolina?

C2: Não, não.

**OR:** A Alda, será a Alda?

C2: Não, não.

**OR:** Mas está certo Firmino, o Firmino está a falar de 2008 e eu em 2008 ainda não estava lá, portanto posso não ter conhecido.

C2: Eu fui para fazer o Secundário e acho que era a Cátia...

**OR:** Ah, a Cátia sim, a Cátia é Técnica [de ADE], sim, sim.

C2: Eu fui falar com ela e ela apresentou-me várias soluções, só que eu, aquilo que ela me estava a apresentar, eram aqueles cursos de dois anos ou de três para ter equivalência ao 12º...

**OR:** Era um EFA, seria Firmino?

C2: Sim, sim. Dos que ela me estava a apresentar, nenhum daqueles dava para mim e eu disse pronto “nenhum desses dá para mim” e então ela disse-me outras coisas e eu disse “não, eu quero é fazer o 12º ano assim” [através do Processo RVCC]. Está quieta [Nita].

**OR:** é tão querida, veio aqui pedir festinhas. E na altura o Firmino achou que das opções que lhe apresentaram, o processo RVCC era mais...

C2: Ela disse-me “ah, mas vai ser complicado” e eu disse “não faz mal, se não acabar num ano, acabo no outro”.

**OR:** Exactamente. E o Firmino como já fez o Processo Básico, também já sabe como é que é, não é, sabe que aquilo elas às vezes exigem um bocadinho mais, mas tem que ser não é?

C2: Mas elas avisaram-me logo [que o Processo RVCC Secundário é mais exigente] e eu disse “não há problema”.

**OR:** Pois o Processo do Secundário é mais exigente e é natural. E o Firmino, agora diz-me que está parado, mas está a sentir que a exigência é maior?

C2: Sim, eu quando estive lá, nas sete apresentações, achei.

**OR:** E agora também está a fazer sessões individuais?

C2: Não, era o que ia pedir ``A Joana.

**OR:** E agora quando voltar vai pedir?

C2: Vou, vou. A Joana disse-me assim “levas este X de coisas para fazer e depois vens cá ter comigo” e eu “tudo bem”

**OR:** Oh Firmino e agora não tem nada a ver com o Processo, tem a ver consigo, que profissão é que o Firmino gostava de ter, era atleta para-olímpico, era?

C2: Qualquer profissão para mim, eu não tenho medo de trabalhar, têm é que me dar condições de trabalho.

**OR:** Mas tem assim, tirando ser atleta, tem alguma profissão de eleição? Isto porque quando nos somos assim pequeninos dizemos assim “ai eu queria ser isto, eu queria ser aquilo”?



C2: Não, não, não tenho nenhuma, assim de, nenhuma assim...

**OR:** Preferida não é?

C2: Não.

**OR:** E agora quando acabar o 12º ano quer ir para a Faculdade não é?

C2: Quero entrar na Faculdade. Se não der para entrar na Faculdade, se conseguir entrar lá num trabalho, a Faculdade depois fica... vou fazendo os dois ao mesmo tempo.

**OR:** Mas queria fazer assim, queria fazer a Faculdade e ter trabalho, ou quer, enquanto estiver a estudar, estar só a estudar?

C2: As duas coisas.

**OR:** Mas porquê Firmino, sente falta é?

C2: Sim.

**OR:** Quando eu digo sinto falta é porque eu pessoalmente gosto muito de estudar e o Firmino é engraçado que parou na 4ª classe não é, mas depois quando regressou começou a fazer o 5º e o 6º e a partir daí o Firmino não para não é? Faz depois o 9º ano, agora está a fazer o 12º, diz-me que quer ir para a Faculdade. Se não gosta de estudar, está lá perto. É giro porque hoje em dia, nem todas as pessoas pensam assim, porque o Firmino não parou realmente, desde que reatou com a escola vá, não tem parado.

C2: Não.

**OR:** Acho que sim Firmino, acho que sim, muito bem.

[...]

**OR:** Ah, Firmino diga-me uma coisa, isto porque quando eu, agora os últimos tempos que eu estive lá no CNO, eles tinham perdido a licença do JAWS, não sei se entretanto já...

**C2:** Ah, mas é que eu tenho o meu computador com JAWS.

**OR:** Ah, era isso que eu ia perguntar.

**C2:** Se eles [CNO] não têm a licença [JAWS], a culpa é deles, porque eu consigo por o JAWS no computador de borla.

**OR:** Pois também lhe ia perguntar isso, é porque alguém me falou que se ia á Internet e se conseguia “sacar” assim.

**C2:** Eu não compro o JAWS para o meu computador, não vou estar a dar mil e quinhentos euros para um programa para o computador.

**OR:** São caros não são?

**C2:** Caros é favor.

**OR:** Pois é, eu na altura...

C2: O JAWS ou outro programa aqui em Portugal, é muito caro, não é só para mim, é para todos as deficiências em Portugal.

**OR:** E não deveria nada ser assim, aliás, esse material nem sequer devia ser pago.

C2: é como a bengala, eu não uso bengala, mas também depende da bengala, uma pessoa quando precisa de comprar uma bengala, são logo cinquenta euros pela bengala e mais não sei quantos euros para o computador e isto e aquilo...

**OR:** E a aquisição da Nita, como é que foi?

C2: Foi em 2007.

**OR:** E como é que isso aconteceu Firmino?

C2: Mandeí para lá o processo, depois fui a uma entrevista no início de 2007, em Fevereiro e depois fui seleccionado.

**OR:** E foi o Firmino que escolheu a Nita, ou eles é que lha atribuíram?

C2: Foram eles é que me atribuíram a Nita.

**OR:** E tem sido uma boa relação não é, porque ela está sempre aí ao pé de si, a dar-lhe mimosinhos.

C2: Eles escolheram a Nita para mim, porque a Nita é muito, o que tem de boa, tem de maluqueira, é cinquenta, cinquenta e então escolheram uma pessoa que faça desporto, para a segurar, então escolheram-

me a mim, tive lá uma semana de estágio e depois tive em Lisboa.

**OR:** E quando o Firmino vai correr, a Nita também vai consigo ou fica a ver?

C2: Já a levei para a pita, ela fica lá, fica a ver. Quando vou ao estrangeiro e são viagens curtas, ela vai.

**OR:** Se for comprida não a leva?

C2: Não.

**OR:** Porquê Firmino?

C2: Porque por exemplo, a mais comprida que fui, foi quando fomos para a China.

**OR:** Ui, estou a ver que é muito viajado, esteve na China, bem aquilo deve ser uma loucura.

C2: É uma cultura diferente.

**OR:** É, não é?

C2: Na Europa, já fui a alguns países e este ano estive na Tunísia e não a levei, porque era muito calor. E depois eles lá, fiquei um bocado com medo por causa da água e não sei o quê para ela e eu não quis.

**OR:** Oh Firmino e acabei por não lhe perguntar, como é que o Firmino se iniciou aqui nas corridas?

C2: Foi em 1999, através de um amigo, que me andou a chatear a cabeça durante seis meses.

**OR:** Isso é só amigos “jeitosos”, só lhe dão dicas boas.

C2: E depois experimentei e gostei e no ano a seguir fui, quando houve aqui o Campeonato da Europa, em 1999 foi a minha primeira experiência e depois fui á Austrália no ano a seguir.

**OR:** Muito bem. Mas treina sempre aqui no Estádio Universitário?

C2: Quando está fechado tenho que ir á pista Inês Pereira, ou ao INATEL, ou ao Estádio Nacional.

**OR:** Ah, aquele ali no Jamor, é esse Firmino?

C2: Sim.

**OR:** Sim senhora, que giro, muito bem, é um homem cheio de actividades, acho que sim, muito bem, sim senhora. Pronto Firmino, parece que está tudo. Muito Obrigada.

### TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA: CANDIDATO 3

**OR:** Vamos a isto então Mónica. Se eu for maçadora diz-me assim “acabou-se a entrevista, não respondo a mais nada”.

**C3:** Não, não.

**OR:** Mónica então a primeira pergunta que eu lhe fazia era, do ponto de vista médico, clínico, qual é o seu grau de incapacidade invisual?

**C3:** 95% de incapacidade.

**OR:** Muito bem, muito bem. E eu E perguntava á Mónica, se era possível, falar-me um pouco sobre as causas que levaram a essa situação e como é que a Mónica reagiu, portanto como é que essa situação aconteceu?

**C3:** É assim o meu problema visual tem antecedentes, ou seja, é um problema hereditário, congénito, visto que o meu avo materno e a minha mãe e a minha irmã mais nova também são portadores desta deficiência, ou seja, eu sofro de glaucoma, fui operada às cataratas os 13 anos, portanto há 23 anos e entretanto fiquei com um glaucoma congénito. Esta doença não tem cura, é uma das áreas do glaucoma que não tem cura e ainda ontem estive na consulta de oftalmologia e estamos a estudar a hipótese se há ou não possibilidade de voltar a ser operada, desta vez ao glaucoma, uma vez que já fui operada às cataratas. E pronto, é uma situação que não é estável, pode ou não ser estável ou progressiva, no meu caso é progressiva, esta a agravar-se, daí terem-me dado a incapacidade de 95%, porque estou a perder alguns resíduos de visão, estou com perdas visuais.

**OR:** Portanto a Mónica diz-me que é hereditário e aconteceu quando a Mónica tinha 13 anos...

**C3:** A primeira e única cirurgia que fiz tinha 13 anos, fui operada às cataratas da qual também era portadora e entretanto correu bem, a cirurgia correu bem, fiquei melhor na altura, mas depois passado algum tempo a

vista tornou a diminuir estabilizou durante algum tempo, mas agora estou a perder, gradualmente estou a perder a visão, sinto muito cansaço, alguma dor de cabeça e não sei, neste momento não sei qual a capacidade visual que tenho, porque também não tenho visto a tensão ocular, ou seja, a tensão ocular contribui muito para a perda visual porque esta ligada aos nervos do olho e aí quanto mais alta estiver, mais se vai perdendo a visão, ou seja, maior dificuldade temos para ver. Pronto a situação é esta.

**OR:** Mónica, agora ia-lhe pedir se me falava um bocadinho da sua experiência académica, Do seu percurso escolar, desde o início até ao Processo RVCC.

C3: é assim, eu iniciei o meu processo de formação escolar na Escola, no 1º ciclo na terra de onde sou natural, ou seja, do concelho de Pombal, Vermoil do concelho de Pombal. Iniciei a minha escolaridade aos 6 anos, onde frequentei três anos no ensino recorrente do 1º ciclo e depois após ter percebido que não tinha capacidade visual para concluir, para continuar os estudos, foi-me enviada uma professora de apoio na área Braille, aí aprendi o Braille sendo depois feita a transferência para um Instituto de cegos em Coimbra, que da por nome de Instituto Oliveira Salazar. Aí conclui o 3º e 4º ano, fui muito pequeninha para Coimbra, fui com uma irmã mais nova, porque eu já tinha dez anos na altura e levei a meu cargo a minha irmã mais nova que tinha 4 anos, também ela com incapacidade. Entretanto fiz lá o 1º ciclo, conclui lá a escolaridade obrigatória, na altura fui fazer o exame da 4ª classe para adulto porque eu não queria estudar e sim queria ir trabalhar, tinha algumas dificuldades económicas, os meus pais e eu precisava de ir trabalhar. Entretanto depois terminei a escolaridade aí, comecei a trabalhar e volvidos alguns anos vim trabalhar para Lisboa, onde dei continuidade aos estudos.

**OR:** Mónica, peço desculpa interromper, mas nessa altura, portanto antes de vir para Lisboa fez até que nível de escolaridade?

C3: Fui só até ao 4º ano, ou seja, fiz o exame de adulto para não voltar a estudar, fiz o 1º ciclo. Depois já cá em Lisboa, teria eu na altura, vinte e um, vinte e dois, vinte e dois anos e vim trabalhar para um casal de terceira idade, tomar conta de um casal de idosos e tive a oportunidade de voltar a estudar, iniciei o 2º ciclo e pronto e estou agora a tentar concluir o 12º ano. No 2º ciclo, ainda fiz o 5º e o 6º ano com a escolaridade normal, após terminar o 6º ano, dei início às Novas Oportunidades e fiz o 7º, 8º e 9º ano, ali na Praça do Comercio, no CNO. E do CNO depois dei início, mas aqui já na Casa Pia em Belém, dei início este

ano em Março, às Novas Oportunidades também para fazer o 12º ano, o qual estou a frequentar neste momento.

**OR:** Está com quem já agora lá? Apanhou o Morgado?

C3: Não, não, não estou com o Dr. Morgado, estou com a Raquel qualquer coisa que não me recordo...

**OR:** Também é muito querida. Apanhou a Isabel, Formadora'

C3: Não, não.

**OR:** Não. Ah, deixe-me ver mais. Apanhou a Telma?

C3: Não, não. A Alexandra.

**OR:** Conheço lá mais uma ou outra pessoa, mas olhe que o Morgado é um querido

C3: Não, é a Sandra.

**OR:** Há também uma menina que é a Cláudia se eu não estou em erro.

C3: Pois, a Cláudia também não tenho.

**OR:** Mas eles são todos muito queridos, são.



C3: E então estou a frequentar o 12º ano, estou a terminar o 12º ano, aquilo está um bocadinho atrasado mas vai.

**OR:** Então e agora perguntava-lhe Mónica, portanto na Escola em Vermoíl fez até ao 4º classe e depois na escola cá em Lisboa fez o 5º e o 6º, qual foi para a Mónica a recepção e o apoio por parte dessas entidades?

C3: É assim o 1º ciclo, eu fiz o 1º ciclo com, iniciei a formação a escrever a negro normalmente, mas após a dificuldade de acompanhamento precisei de mudar. Depois eu fiz o Braille lá em Coimbra, aprendi o básico e entretanto depois quando vim para Lisboa ainda frequentei o Braille para o 5º e o 6º ano e entretanto depois iniciei para o 7º, 8º e 9º, já fiz com Informática, ou seja, com o computador. Isto acontece, o computador para nós, é um computador normal que está á nossa frente, simplesmente necessita de um software de voz, porquê, porque como nós não lemos o ecrã, está tudo explícito no ecrã, mas nós não lemos, então é necessário que haja um motor de informação para nós termos acesso a todo o conteúdo que está no computador. Então descobriu-se o software de voz, de nome JAWS., que nos permite, que nos dá toda a informação oral e nos permite trabalhar como qualquer outra pessoa normal.

**OR:** Mas perguntava-lhe Mónica...

C3: O ensino é o mesmo, é a mesma, não tem qualquer alteração, mantém-se igual ao de quaisquer outras pessoas.

**OR:** Claro, claro. Mas na altura em que aprendeu o Braille, portanto foi-lhe fácil essa aprendizagem?

C3: Sim, na altura foi fácil porquê, porque eu também era miúda...

**OR:** E ainda é.

C3: Sou, sou, mas era mais fácil, eu não tinha nada que fazer, era criança, era uma ocupação e não tive dificuldade a aprender o Braille. Entretanto, depois é que se foi complicando porquê, porque eu era muito epiléptica e tomava muita medicação para a epilepsia, para as descargas e entretanto a medicação diminui um pouco as capacidades...

**OR:** Sensitivas?

C3: Não, cerebrais, não é sensitivas, é, afectou o cérebro, afecta um pouco o cérebro porquê, porque são medicamentos para as veias do cérebro, para as descargas eléctricas, as quais são dadas através da epilepsia e isso afecta um pouco os nervos cerebrais e diminui muito as capacidades mentais, mas eu faço tudo normal.

**OR:** E eu ia perguntar á Mónica, que formações, se já frequentou algumas formações.

C3: Eu fiz também enquanto estudava e após ter vindo para Lisboa, iniciei dois cursos de formação, ou seja, fiz no Centro de Formação Profissional, na área de Tiflotecnia, ou seja, Informática para os cegos, este é o nome que se dá, Tiflotecnia porquê, porque é Informática específica para cegos...

**OR:** Tiflotecnia é o mesmo que Tiflotecnologia Mónica?

C3: Basicamente é, eu não sei muito bem explicar qual a diferença, sei que o Curso de Tiflotecnia tem a ver com os aparelhos técnicos, a Tiflotecnia baseia-se no computador, na Informática. Certo, é um aparelho técnico, é uma área técnica, mas não sei explicar quais as diferenças, não sei bem.

**OR:** Então dizia-me a Mónica, foi fazer o Curso de Tiflotecnia...

C3: Depois terminei esse curso de formação e passado algum tempo, eu até estou a dizer ao contrario, porque eu iniciei primeiro o curso de Telefonista. Este cursos de Telefonista, dei inicio logo após ter ficado desempregada quando trabalhava com o casal de idosos, eu fiquei desempregada e quando tomei a opção de ficar em Lisboa, a fazer vida própria em Lisboa, deparei-me com alguns problemas habitacionais, profissionais, etc. e já quando tinha as malas feitas para ir embora, porque não encontrava emprego, após as malas feitas, consegui encontrar em Alvalade uma instituição onde poderia frequentar este curso, ou seja, tínhamos cursos em cerâmica, tínhamos os de Tiflotecnia também, que eles lá dão por nome de Informática e depois tínhamos também o curso de Telefonista. Eu iniciei o curso de Telefonista, o qual não terminei o curso porque quando iniciei, durante um mês e meio não tinha trabalho e entretanto surgiu-me uma proposta para começar a trabalhar no emprego que tenho hoje, ou seja, aqui no Chiado, na Direcção Geral de Veterinária, onde me encontro hoje e ai eu tive de deixar o curso, não conclui o curso. O curso anterior também não conclui porque estava a trabalhar também já na DGV e a estudar ao mesmo tempo, na altura estava a tirar o 9º ano, estava no CNO, de modo que não conclui o curso. E este curso de Tiflotecnia que eu tirei, tirei no verão, quando estava de férias e entretanto começava as aulas [no CNO] em Setembro e eu como trabalhava das nove horas às cinco, o curso era pós-laboral, era das seis às oito e tive de abdicar do curso, não conclui.

**OR:** Ou seja, fecha-se uma porta e abre-se uma janela não é Mónica?

C3: Sim, sim.

**OR:** E já agora por curiosidade, essa entidade onde fez os cursos seria a AEDV Mónica?

C3: Não, não foi. Esta entidade onde eu tirei os cursos era aqui na Gago Coutinho, Areeiro, ao pé do Aeroporto, não é conhecida, até porque a entidade já fechou e dava por nome de CIDEP, era uma entidade própria para pessoas com incapacidade visual que encerrou.

**OR:** Muito bem. E já agora ia-lhe perguntar, se actualmente, aliás nem vale a pena perguntar porque a Mónica já me respondeu, ia-lhe perguntar se actualmente está a fazer alguma formação, portanto a

Mónica já me disse que já deu início agora ao Processo RVCC [de 12º ano]...

C3: Sim, sim.

**OR:** E Mónica, por curiosidade, porque é que escolheu, uma vez que vai continuar até ao 12º ano, porque isto agora não para não é...

C3: Depois paro, só vou até ao 12º.

**OR:** Uma vez que vai continuar, pergunto-lhe porque motivo escolheu de novo o Processo RVCC?

C3: Optei pelo Processo RVCC porque eu tenho alguma urgência em acabar o 12º ano e é muito complicado nós encontrarmos nas Escolas, ou seja, há muitas escolas para pessoas normovisuais, mas os cegos, ou pessoas com deficiência, seja qual ela for, necessitam de acompanhamento, de apoio específico e esse apoio específico é escasso, ou seja, o Ministério da Educação fala, mas na prática não há esses apoios, não há professores especializados e os poucos que há estão muito distribuídos, não têm capacidade de acompanhamento em todas as cidades ou aldeias. Eu então decidi fazer o 12º ano nas Novas Oportunidades, porque isso é um processo rápido e porque uma vez iniciada a Informática, me facilita também e é menos complexo o processo, rouba-me menos tempo e eu tenho alguma urgência para fins profissionais, de entregar a certificação do 12º ano, porquê, porque a área que eu exerço, não posso exercer sem o 12º ano, de forma que tenho alguma urgência. E foi muito complicado o processo de encontrar, porque nós queremos entrar para a Escola, mas não há as pessoas de apoio para fazer o 12º ano no ensino recorrente, não temos pessoas de apoio, é problemático é complicado mesmo, na prática não há, as escolas não têm apoio, nós não conseguimos entrar numa escola com facilidade, por isso é que em também optei pelo Processo RVCC, fiz o 9º ano e agora estou a fazer o 12º e espero terminar em breve.

**OR:** E de toda a maneira, como também trabalha não é Mónica, também tem muito do seu tempo ocupado no seu trabalho...

C3: É, não dá para estudar, é mais complicado, não é impossível, eu fiz o 5º e o 6º ano também [pela via de

ensino regular], mas é mais complicado.

**OR:** é mais estafante.

C3: é mais estafante.

**OR:** E ia-lhe perguntar Mónica, qual era a sua situação profissional actual. A Mónica dizia-me que...

C3: A minha situação profissional actual agora está estável, uma vez que renovei o contrato com a empresa em Abril, dei início a um contrato novo, porque até lá estávamos a recibos verdes, eu e outras colegas. Eu sou Assistente Técnica Administrativa, na Baixa Chiado, na Direcção Geral de Veterinária e agora já estou com um contrato individual de trabalho, ou seja, com contrato sem termo.

**OR:** Mas isso é muito bom.

C3: Penso que será estável, mas agora não há contratos seguros não é?

**OR:** Mas do que se passa agora, é o melhor não é?

C3: Não sei, não lhe posso dizer com todas as certezas, até porque ainda não analisei [o contrato sem termo] na íntegra, mas pronto, pertenço á função publica, e dentro do que eles têm, é o que eles estão agora a fazer, contratos sem termo, qualquer um deles tem prós e contras não é?

**OR:** Mónica e ia-lhe pedir se me falava, portanto, a nível das suas experiências profissionais, portanto desde a primeira até hoje, sendo que a primeira experiência profissional que teve foi quando cuidou do casal idoso não é?

C3: não, essa não foi a primeira. Em Lisboa terá sido a primeira, mas não foi a primeira de todas, porque eu comecei a trabalhar aos 16 anos, a trabalhar como mulher-a-dias na terra, na província, e entretanto depois passado alguns tempos, consegui trabalho num lar de 3ª idade, no Distrito de Leiria, onde exerci durante um ano e meio, entretanto fui despedida, porque eu estava clandestina por razões de uma pensão de invalidez que tinha sido dada à nascença, que me tinha sido atribuída. Passados três meses voltaram a chamar-me e eu voltei de novo, aí com o ordenado ainda mais reduzido, passado pouco tempo, depois também cerca de dois anos voltei a sair e depois fui para outro lar de 3ª idade no concelho de Fátima.

**OR:** É uma área que gosta Mónica?

C3: Gosto, gosto de trabalhar com idosos.

**OR:** São muito queridos, mas não é nada fácil não é?

C3: Não é fácil, mas é compensador porque eles realizam-nos, nós aprendemos muito com eles, são, voltamos a crianças, todo o ser humano volta a criança e aprendemos muito com eles. É muito gratificante e conseguimos ter... é preciso paciência, é necessário alguma coragem, porque há de tudo não é e sobretudo muita calma, mas é compensador. Entretanto depois de estar em Fátima aí eu frequentei também cerca de dois anos, no qual eu pedi para sair por razões pessoais, houve uns problemas com os patrões e eu pedi para sair e foi aí que vim para Lisboa tomar conta desse casal de idosos onde eu estive oito meses. E pronto, foi este o meu percurso.

**OR:** E entretanto quando é que surge, desde a altura em que trabalhou com o casal de idosos até entrar no actual trabalho, como é que surgiu essa proposta do actual trabalho Mónica?

C3: Este actual trabalho foi um conhecimento que me ajudou a entrar para a função pública.

**OR:** A melhor forma de divulgação é sem dúvida a nossa rede de relações, as vezes através dos nossos amigos e conhecidos, etc., temos conhecimento de determinadas coisas e abrem-se-nos portas e isso é

bom.

C3: Fecham-se portas e abrem-se janelas, é verdade.

**OR:** Muito bem. E eu perguntava á Mónica, como é que avaliava, em relação às entidades profissionais onde trabalhou, em termos de recepção da Mónica.

C3: Essa é uma pergunta... vou tentar responder. Eu não posso queixar-me a nível de chefias, até de colegas de trabalho, fui sempre bem aceite, que me acolheram, deram-me algum apoio. É óbvio que não faço neste momento na íntegra a profissão de Técnica auxiliar porque neste momento encontro-me sem computador, dado não ter software de voz, ou seja, tenho acesso aos computadores, mas não tenho um software de voz. Também para nós é um pouco mais difícil trabalhar com o computador, porque há imensas coisas que nós não podemos ter acesso, a nível da Internet, nem em todos os programas que soa precisos o software reconhece, a nível de jogos, o software não responde, há certas áreas que o software não nos faculta. Por outro lado, faço toda uma área de interajuda, de serviços, estou apenas sem computador. Tenho bons amigos, tenho bons colegas, tenho tido muitas ajudas, também dou sempre o que eu posso, quer pessoal, quer profissional e pronto, estou bem integrada.

**OR:** Assim é que é, ainda bem. Vamos então entrar no Processo RVCC. Eu ia perguntar á Mónica, como é que teve conhecimento do Processo RVCC.

C3: O Processo RVCC, foi na altura em que o Processo saiu e foi divulgado a nível jornalístico e televisivo e entretanto tentei saber, porque pretendo estar sempre informada, por pesquisas próprias e conhecimentos próprios e aí deparei-me com o RVCC. Não achei difícil e uma vez que o objectivo é também concluir o mais rápido possível esta formação e a conclusão do 12º ano, eu entrei no RVCC. Gostei muito de estar aqui no CNED, onde fiz até ao 9º ano, tive excelentes profissionais, gostei muito de estar ali, foram muito simpáticos, acolhedores, ajudaram-nos imenso, ali não estou descontente em Belém, na Casa Pia, mas é muito diferente, gostei muito de estar ali [no CNO do CNED] e o facto de não ter continuado ali a fazer o RVCC é porque não havia, perdi um ano e tal e não havia qualquer certeza se iam ter RVCC no 12º ano para pessoas com deficiência, porquê, porque é preciso um acompanhamento, porque o RVCC agora o

12º ano também pode ser dado em Braille e essas áreas não há quem faça, portanto, não dominam o Braille, não há técnicos específicos na área Braille e então Belém [CNO da Casa Pia] teve primeiro técnicos nessa área, embora [o CNO do CNED] fosse mais perto e eu gostasse de estar ali.

**OR:** Então já lhe vou fazer mais algumas perguntas sobre isso Mónica, mas antes de mais, perguntava-lhe quando entrou para o Processo RVCC, quais eram as suas motivações, portanto na altura a sua ideia era concluir o 9º ano, concluir o 12º?

C3: Sim, era [concluir o 12º ano], foi essa a base de começar a frequentar o 9º ano. é porque eu sempre desde miúda tenho na ideia ir até ao 12, simplesmente quando deixei a minha terra natal e fui para o colégio interno em Coimbra, aí só me era dada a formação do 1º ciclo e por dificuldades económicas dos meus pais, eu precisava de ir trabalhar e precisava de ajudar em casa e então...

**OR:** Teve de fazer uma interrupção não é?

C3: Abdiquei dos estudos e fui trabalhar. Fui trabalhar e com a possibilidade de começar a estudar á noite e fazer o 5º e o 6º ano e aí mentalizei-me do querer ir até ao 12º ano, é a meta que eu tenho e após esta meta se houver possibilidade, que não há muitas para nos, é muito difícil encontrarmos cursos de formação, porquê, porque como digo, a nível profissional também não temos muitas saídas, ou seja, a incapacidade visual dificulta-nos um pouco as nossas faculdades e então só temos na área de Telefonista, temos a Informática, mas para pessoas com incapacidades a Informática não tem saída, então o que vai prevalecendo é mesmo a área de Telefonista, que alguns serviços ainda estão a recorrer às pessoas como Telefonistas, mas que também já se fala em ser computadorizado e se for computadorizado, deixará de haver Telefonistas.

**OR:** Pois, pois. E diga-me uma coisa Mónica, há pouco falou-me de que também necessitava dessa qualificação a nível profissional, portanto, pela questão do trabalho não é?

C3: Sim, sim.



**OR:** Mas quando a Mónica entrou inicialmente para o Processo, entrou com aquela vontade lá está de querer concluir o 12º ano, foi só por isso, ou foi por isso e por esta questão também profissional?

C3: Assim juntamos o útil ao agradável, não é? O 12º ano dá-nos mais qualificações, mais oportunidades de trabalho, mas na altura, quando eu fiz o 5º e o 6º ano, não se falava ainda no 12º, ou seja, porque bastava o 9º ano para se conseguir emprego, mas actualmente o 9º ano não é valido para encontrar emprego, de forma que é mesmo necessário o 12, por outro lado, o meu posto de trabalho, exige e a área em que eu estou inserida, é obrigatório o 12º ano. Também era um desejo meu porquê, porque é mais alguma aprendizagem que se tem e mais uma forma de nos facultar para um emprego mais estável e era essa a razão.

**OR:** E agora perguntava-lhe a nível de expectativas Mónica, porque o Processo RVCC é diferente da escola e nós deparamo-nos com uma realidade diferente e portanto, quando entrou a Mónica tinha uma determinada expectativa, julgo eu e agora que conclui o Processo, vê que essa expectativa foi correspondida, não foi correspondida?

C3: Na totalidade não foi correspondida porquê, porque o RVCC não é o que as pessoas comentam, é fácil, sem dúvida que é fácil, mas o RVCC é muito baseado na vida pessoal ou seja toda a vida, desde que se nasce até aos projectos futuros. Há áreas que nós não dominamos, confesso também que encontramos e eu ainda falo no RVCC do 9º ano porquê, porque o RVCC do 9º ano integrava áreas e disciplinas que nós nem sequer tínhamos dado nas escolas, aí é-nos mais difícil porquê, se no 9º ano nos davam pistas, nos davam tópicos, na escola é muito mais fácil porquê, porque dão-nos a matéria, explicam a matéria, no RVCC não é explicado, no RVCC é todo um formulário [Referencial] chamamos-lhe assim, que nós temos de preencher e completar. Nós nas aulas temos mais ajudas sem duvida nenhuma e é-nos explicada a matéria, aqui [no Processo RVCC] é a nível individual e pessoal, é fácil sem duvida nenhuma, mas exige muito trabalho, exige muita escrita, exige muito a capacidade mental para nós podermos falar um pouco de nós e relembrar os prós e contras...

**OR:** Que nem sempre é fácil não é?

C3: Nem sempre é fácil, é preciso ter muita disponibilidade interior porquê, porque depois também há assuntos que nós não queremos falar, mas eles dizem que se a pessoa não quer falar não fala, mas há coisas que temos de desenvolver, temos de argumentar, se temos de argumentar, temos de ir ao fundo das questões, claro que nem tudo, porque se nós não queremos por factos específicos pessoais, temos de encontrar outros e nem sempre é fácil e às vezes após um dia de trabalho, nós os já não estamos com capacidade para pensar em coisas que aconteceram há dez ou vinte anos, mas pronto.

**OR:** é um esforço também a nível de memória não é?

C3: é, que não acontece na escolaridade normal não é?

**OR:** Nada disso, não é?

**OR:** é diferente. E eu perguntava á Mónica quanto tempo durou o seu Processo RVCC Básico, a concluir o 9º ano.

C3: Boa pergunta, já não me lembro, não sei se foram seis meses, foi pouco tempo, não sei, já não me lembro, talvez mais até, não sei, já não me recordo, mas não terá feito um ano com certeza, não fez um ano.

**OR:** E perguntava á Mónica se na altura teve sessões individuais ou colectivas?

C3: Tive, tive sessões individuais, não muitas, mas tive na área da Informática e também na de Matemática, porque o 9º ano tinha as disciplinas de Matemática e Informática, o 12º não tem, no 9º ano tinha.

**OR:** E nas outras áreas?

C3: Eu as outras áreas por acaso não achei difíceis e não necessitei de aulas particulares.

**OR:** Portanto, nas outras duas áreas tinha sessões individuais e nestas tinha sessões colectivas, portanto com o grupo?

C3: Sim, sim.

**OR:** E quais é que acha mais vantajoso Mónica, sessões individuais ou colectivas, no seu caso, o que é que lhe pareceu mais vantajoso?

C3: é assim, isto tem prós e contras, porque se forem só [sessões] individuais nós não podemos querer um formador só para nós, não é, não é possível haver um formador só para um formando não é, por outro lado, temos mais algumas ajudas sem duvida nenhuma e é-nos explicado todas as duvidas, é a parte positiva das aulas individuais, porque ajudam-nos no que nós não dominamos não é e o computador tal como Matemática são coisas difíceis não é e para nós, enquanto que para as pessoas normovisuais olham para o computador e está lá tudo é só clicar, nós não, nós temos que ir com as teclas e nem tudo as teclas lêem, como digo, o ecrã, o software não reconhece todo o tipo de trabalho ou conteúdo que esteja no computador e aí necessitamos mesmo de aulas individuais.

**OR:** Muito bem. E ia perguntar-lhe, voltando um bocadinho atrás, o que é que a Mónica acha do Processo RVCC, relativamente à sua organização e aos seus conteúdos, portanto, já me disse que é necessária muita reflexão, é necessária muita disponibilidade interior não é verdade e que existem certos pontos do Referencial que também não conseguia desenvolver não é, mas de toda a maneira, qual é a opinião da Mónica do Processo RVCC em si, a Mónica acha que é uma boa oferta formativa, acha que é adequada...

C3: Eu acho que é uma boa oferta formativa porquê, porque hoje é exigido a qualquer funcionário que tenha no mínimo a escolaridade obrigatória, se estes não o fizeram e eu falo a nível geral, porque como todos sabemos há muitas crianças e jovens que não concluem a escolaridade obrigatória, também por

outro lado há muitos adultos que nem sequer estudaram ou que só fizeram o 1º ciclo, ou seja, as pessoas tinham as suas vidas, as famílias tinham dificuldades, havia casais que tinham criação de gado, animais e esses animais tinham que ser cuidados, as pessoas vinham da província e eram o ganha-pão e as crianças ficavam a cuidar do gado, iam para as pastorias, de forma que muita gente, muitas pessoas hoje não têm quaisquer habilitações ou têm-nas muito baixas e o RVCC veio-lhes facilitar um pouco a nível profissional porque o estarem integrados no mundo profissional dá-lhes a facilidade, a possibilidade de poderem entrar na escolaridade de novo, com o RVCC que é realmente uma formação mais pessoal e poderem fazer o pós-laboral, que foi muito bom terem feito o pós-laboral, embora seja para adultos, que facilita e eu sei até de casos de pessoas técnicas que não tinham habilitações para os cargos que desempenham hoje, não vou mencionar nomes, mas sei que acontece e andam a frequentar e eu acho muito bem. A própria experiência, eu acho que a experiência profissional é o que conta, mas na prática não querem só experiência, querem também o papel [de certificação].

**OR:** O papel. Mónica já me falou á pouquinho sobre isto, mas eu ia-lhe fazer mais uma pergunta relativamente a isso, ia perguntar á Mónica qual é a importância da equipa técnico-pedagógica, é natural que eles estejam lá para dar algumas pistas, para explicar como é que o próprio processo é, mas acha fundamental a intervenção da equipa técnico-pedagógica, ou no caso por exemplo da Mónica, a equipa não teve muita importância no Processo?

C3: Eu acho que tem, como digo, é uma ajuda, é fundamental para qualquer pessoa, seja ela visual ou não ou com limitações porquê, porque como eu falava á pouco, o Processo RVCC não é tão simples quanto parece, ou seja, às vezes nós pensamos “ah isto é só falar da minha vida pessoal”, mas não é, porque depois, para além das disciplinas que integram... eu na minha opinião pessoal e acho que é toda a gente a dizer o mesmo, o Processo RVCC é fácil, mas não é, é fácil e é complexo, porquê, porque para além das áreas que muitas vezes são desconhecidas, o próprio formulário [Referencial] do RVCC não é específico, é complexo, não está bem explícito, ele não está bem explícito e nós olhamos para o papel e perguntamos “o que é isto, qual o significado, qual o sentido, porquê faze-lo?”, de forma que...

**OR:** Dai as tais sessões de exploração do Referencial que...

C3: é, de exploração do Referencial, para depois... O Referencial está muito pouco explícito, ou seja,

quando ele foi posto no mercado e muito mais este do 12º ano...

**OR:** É muito técnico nos termos, não é?

C3: é muito técnico e as pessoas no geral e este Processo foi feito para pessoas com limitações e com já, com alguma idade e sem bases e este Referencial não está adaptado, não está acessível, é muito complexo.

**OR:** Podia ser realmente mais acessível não é?

C3: Mais acessível, porque não se percebe, olhamos para aquilo e perguntamos “o que é isto, o que é que eles pretendem” e quando vamos a ver na prática, o que nós temos de fazer não é o que está lá, não é, olhamos para aquilo e é um bicho de sete cabeças, quer dizer, a pessoa fica completamente perdida e mesmo até os formadores, muitos deles e eu falo por experiência própria, eles próprios e estou-me a deparar com isto agora no 12º ano, nem eles têm conhecimento da matéria e muitas vezes nem sabem dar o Referencial tal como ele deve ser dado, porque nós vamos ler e depois não é específico como eles nos dizem, ou seja, nós temos que explorar e tentar saber uns pelos outros o que é que integram, porque eu estou a fazer 12º ano e actualmente estou a fazer tudo porquê, porque o que eu fiz não era assim que se integrava, ou seja, tem que ser uma narrativa integrada na nossa vida pessoal, profissional, mas com uma continuação, como que um livro.

**OR:** Sim, há uma diferença entre o Processo Básico e o Secundário, o Processo faz-se de uma maneira diferente, é.

C3: Completamente diferente, é, é.

**OR:** é depois também um pouco mais exigente, nota-se essa diferença.

C3: É, é.

**OR:** Então portanto a importância da equipa técnico-pedagógica, a Mónica atribui-a mais nesse sentido.

C3: Eu atribuo mais nesse sentido e na necessidade de apoio, porque como eu especificuei, as pessoas que frequentam o 12º ano, são pessoas já dos 20 anos para cima e são pessoas com alguma dificuldade, com poucas habilitações, são pessoas que muitas delas vieram da província e outros que já estudaram há imensos anos, as pessoas não estão integradas, é um processo novo que se tem de iniciar e concluir e como digo não é específico, nos olhamos para aquilo e aquilo é um bicho-de-sete-cabeças.

**OR:** Muito bem. E agora Mónica ia-lhe perguntar... Aliás, antes de mais pergunto-lhe como é que foi a sua sessão de preparação e a sua sessão de Júri e depois pergunto-lhe que opinião é que tem sobre essa forma de avaliação.

C3: É assim, eu gostava de responder na íntegra, mas não tenho bem essa resposta, ou seja, a minha sessão... como eu lhe digo, eu gostei muito de fazer o 9º ano, porque havia muito acompanhamento, os formadores eram acessíveis e acompanhavam, davam o seu melhor, não quer dizer que agora [os formadores do CNO da Casa Pia] também não estejam a dar, mas agora o Secundário é mais rigoroso e muitos deles não estão sequer, nem eles estão dentro da matéria para o dar. A sessão de Júri eu, eu não sei muito bem, é como lhe digo, é todo um dossier que se constrói, ou seja, um Portfólio, esse Portfólio é feito durante as sessões todas que vamos estando com os trabalhos que vamos concluindo e portanto esse processo vai ser avaliado por um avaliador externo, que vem ao Centro onde se frequentou o RVCC e que vai dar uma olhadela no processo, vai analisar a nossa ficha técnica. Eu penso que basicamente é mesmo só avaliar por alto e assinar, validar o Processo. A sessão de Júri é um encontro, que se propõe após o término do Portfólio, em que se está numa sala, perante uma plateia que à partida será só dos formandos e dos formadores e onde Est. presente o avaliador externo que nos validou o dossier. Essa sessão é feita basicamente tendo uma reunião em que todos os formandos falam um pouco sobre um tema que desenvolveu, que está explícito na sua história de vida, isto é basicamente a história da nossa vida e ao longo da história da nossa vida nós escolhemos um tema do qual vamos falando um quarto de hora, meia hora e após cada intervenção individual, o avaliador assina e valida o Processo, portanto é isto.

**OR:** E como é que a sua sessão correu Mónica, qual foi o tema?

C3: Eu já não me recordo qual foi o tema, sinceramente não me recordo... ah, já sei, o que eu apresentei foi a minha entrada para esta minha profissão [Técnica Administrativa], a qual eu senti algumas dificuldades, até porque atravessava um momento difícil da vida, o qual não vou falar e tive algumas dificuldade em falar sobre ele, porque passei situações desagradáveis, depois para mim também é um pouco difícil falar sobre, até porque me faz confusão estar a falar para uma plateia, para mim é complicado e não tenho á vontade.

**OR:** Às vezes é difícil falarmos em público não é?

C3: É complicado, mas fez-se bem.

**OR:** Fez-se bem, ainda bem.

C3: Vamos lá ver a próxima, deve ser para breve.

**OR:** Ah, vai correr bem, vai correr melhor ainda. Mas ainda em relação ao Portfólio fazia-lhe uma pergunta, por exemplo Mónica foi-lhe perguntado se queria entregar o Portfólio em Braille ou em suporte papel?

C3: Na altura não, até porque como lhe digo, o Braille agora já posso fazer em Braille, mas eles preferem o Portfólio em Informática.

**OR:** E se por exemplo, se lhe fosse dada essa oportunidade na altura, faria em Braille?

C3: Faria, faria, é mais fácil, é mais fácil porquê, porque como lhe digo eu domino muito bem o Braille e depois tenho muito mais á vontade com o Braille do que com o computador, não necessito de tantas ajudas, mas uma vez não sendo possível, porque não há formadores específicos na área Braille e eles não conseguem ter acesso, não sabem ler não é.

**OR:** São só mais duas Mónica.

C3: Não faz mal, esteja á vontade, eu já ligo para lá [emprego], não faz mal.

**OR:** Ia perguntar á Mónica então, o que é que significou para si concluir o Processo RVCC, estamos agora a falar no Básico não é, portanto o que é que significou para si e que impacto é que teve na sua vida a nível pessoal e social, agora vamos falar só no nível pessoal e social.

C3: A nível pessoal foi uma realização, foi uma meta que eu criei, embora quando pensei concluir a escolaridade obrigatória não pensei no RVCC, não se falava no RVCC, mas pronto, foi uma meta que eu fiz e que gostei e é mesmo assim, quando nós pretendemos uma coisa, vamos até ao fim não é. A nível social é bom, porque após um dia de trabalho, perante o trabalho que nos é exposto, também temos a possibilidade de encontrar novas caras, novos colegas, fazer novas amizades e após um dia de trabalho, muitas vezes cansativo e às vezes estamos arrasados, sem cabeça até, mas é um convívio, tem a parte social que é gratificante. Fiz algumas amizades e pronto, agora a nível informático trocam-se e-mails...

**OR:** Que giro.

C3: Fazem-se amizades, como lhe digo, eu aqui no CNED fiquei com alguns contactos, depois a gente às vezes diz que sim, aliás até tenho um colega que fez [Processo RVCC] no CNED, que trabalha ai no Tribunal Constitucional, o X, um senhor já com alguma idade, que é Telefonista ali no Tribunal Constitucional, ali no Bairro Alto, foi ele e mais outras pessoas que trabalham aqui na Baixa, uma X, uma X que trabalha não sei aonde, a X trabalha aqui, nos serviços também camarários.

**OR:** é muito bom também ficarem essas amizades não é?

C3: É, mas actualmente não tenho falado com ela, aliás depois do Processo RVCC falamos uma vez ou duas



só.

**OR:** E agora fazia-lhe a mesma pergunta em relação ao impacto que teve ao nível profissional, porque a Mónica tinha-me dito que era necessário para por questões profissionais, a sua qualificação e portanto, a obtenção do 9º ano, teve algum impacto a nível profissional, ou só terá agora quando fizer o 12º?

C3: Teve, teve impacto, porque uma vez que eu já na altura quando eu entrei, eu teria de entrar com o 9º ano concluído e isso não aconteceu, entrei com menos e para eu manter o meu posto de trabalho, eu necessitava e necessito, agora mais até, de ter o 9º ano porquê, porque não entrava ninguém para a função pública sem o 9º ano, como digo era o limite exigido. Pronto, depois eu mudei agora, deixei de ser recibo verde e passei a contratada e acredito que se não tivesse o 9º ano, isso não era possível, u seja, tinha que ter a certificação do 9º ano, a qual entreguei com alguma rapidez para poder estar no serviço onde estou hoje, muito embora agora para manter o poso que actualmente tenho, esse sim não é possível um administrativo exercer sem o 12º ano, quando eu entrei era o 9º, pronto e rapidamente tenho de ter o 12º ano, por isso isto das Novas Oportunidades, é uma forma de o fazer mais rápido.

**OR:** Pois, porque a alteração do 12º ano como escolaridade mínima apareceu à relativamente pouco tempo, em 2009, mesmo no final do ano, portanto é muito recente.

C3: Sim, sim e até lá eu só tinha de ter o 9º ano, não era obrigatório o 12º ano. E eu consegui e foi ótimo. Depois também o que me manteve dentro da DGV foi também um pouco o eu ter bases informáticas, ou seja, ter iniciado o curso de Informática há alguns anos atrás, porque sem bases informáticas hoje não se entra em lado nenhum, muito menos para a função pública.

**OR:** Era muito mais complicado não é? Pronto minha querida Mónica tenho só mais uma pergunta e depois dessa já acabamos a entrevista. Ia perguntar á Mónica se havia alguma coisa que me queria dizer que eu não tenha abordado aqui sobre o Processo, quer-me dizer mais alguma coisa?

C3: Sim, eu acho que é valido, este trabalho é valido porquê, porque da acesso a que realmente seja compensador o RVCC, como disse, as pessoas precisam de trabalhar e se precisam de trabalhar, precisam

de ter habilitações, se não tiverem habilitações não conseguem exercer certos cargos, muitas vezes as pessoas já lá estão, assim como eu tive a possibilidade de entrar por conhecimento, também há muita gente, aliás, a maior parte da função publica entrou com conhecimentos, essas pessoas têm direito á vida como todos os outros não é, depois se realmente este Processo RVCC foi posto no mercado, é porque encontraram razão para o ser, é muito difícil para pessoas com 40, 50 e até mesmo 60 anos estarem a fazer agora uma escolaridade normal, é exigente e eles não têm capacidade, perderam o fio á meada digamos assim e aí o RVCC acho que foi muito bem-vindo e dou os meus parabéns a quem inventou o RVCC. E depois acho também que devo deixar aqui uma nota no sentido em que, deve ser melhor explícito o formulário, ou seja o Referencial, quer o do 9º ano, quer o do 12., porquê, porque está mal explícito, não está de acordo com as capacidades sequer das pessoas que dão esse Referencial, por outro lado, os próprios formadores que dão a matéria, nem eles estão habilitados para tal [explicar o Referencial], não há o conhecimento necessário, mas [o Processo] é realmente adequado às idades e às pessoas que o frequentam. Isto há os prós e contras do RVCC, mas dou os parabéns a quem o inventou.

**OR:** Fantástico. Oh Mónica surgiu-me entretanto aqui uma pergunta que na altura não lhe fiz, que foi, quando a Mónica fez o Básico aqui no CNO, o CNO já tinha o software JAWS no computador, já tinha o programa não já?

C3: Já, já, fera a única instituição aqui perto que teve o sistema JAWS, ou seja, o software de voz, o que para nos é óptimo, porque a Casa Pia não tinha ainda, aliás a Casa Pia iniciou também algum tempo depois, o qual está agora a alargar os seus horizontes para as especialidades a nível mental, físico, etc., qualquer incapacidade, para se poder alargar a todo o cidadão, ou seja, todo o ser humano tem direito às habilitações e às mesmas possibilidades de execução no trabalho, etc.

**OR:** O que eu perguntava á Mónica era, por exemplo como é que reage a equipa pedagógica e os colegas, quando por exemplo a Mónica estava com o JAWS, por exemplo, da parte da equipa técnico-pedagógica, elas dominavam o programa, se a Mónica tivesse alguma dúvida...

C3: Sim, eu aqui no CNO, como digo fui muito bem recebida, gostei imenso, tínhamos uma formadora que era a Dr.ª Lucinda, é um amor, aliás já a vi algumas vezes.

**OR:** Já lá não está, saiu há pouco tempo, mas é muito querida.

C3: Não está? Ah.

**OR:** é muito querida, mas é verdade, já não está lá.

C3: Ai, como é que eu agora consigo o contacto dela? E a Célia? A Célia era a que dava também com a Lucinda e quem era a outra pessoa... Ai meu Deus, agora já estou um bocado baralhada, ai está-me a falhar o nome.

**OR:** Eu só conheço as meninas de agora, que lá está era a Lucinda, que saiu há pouco tempo, do Básico, a Catarina.

C3: A Catarina, a Catarina foi minha [formadora], a Catarina era da Matemática não era?

**OR:** é, exactamente. E a Marta.

C3: A Marta, a Marta não foi minha [formadora]. A Célia sim, acho que era a Célia. Mas foi muito bom, voltando um pouco atrás, porque a Lucinda era uma formadora na área da Informática e tinha muito bom conhecimento do JAWS, ou seja, era uma formadora especial para as pessoas com incapacidade. Eu tive o prazer aqui no CNO [do CNED] de estar integrada num grupo todo ele com deficiência visual, onde haviam dois colegas que não tinham a deficiência mas que se adaptaram muito bem porquê, porque eram pessoas com alguma idade também, era a partir dos quarenta, também tive colegas da minha idade e até mais novos, até tínhamos uma colega que era a X, que era uma menina na altura com dezanove anos, que via bem, não via na totalidade, mas era quase, mas de resto, fizemos um grupinho muito bom, foi excelente.

**OR:** Grande grupo mesmo?

C3: Grande grupo e que andamos muito bem, ajudamo-nos uns aos outros, foi muito bom e pronto, havia uma compreensão entre os colegas, porque eram pessoas adultas, eram pessoas maduras, como digo, a mais pequenina era só a X, que também se integrou e que quando, é óbvio que os adolescentes, os jovens querem é sair mais cedo, mas adaptou-se muito bem, foi muito bom. Como lhe digo, não desgostei, aliás não estou descontente onde estou, mas gostei muito de lá estar [no CNO do CNED], foi ótimo.

**OR:** Ainda bem, ainda bem.

C3: Na parte do Ensino Especial fomos muito bem recebidos, fomos muito acompanhados, tivemos algumas sessões, não muitas, individuais, na área da Informática e também na Matemática e também gostei bastante da Catarina e pronto e adaptamo-nos. Tenho pena de ter ido para Belém, porque aqui estava mais perto [do emprego], mas de facto, eles [CNO do CNED] não davam início e eu precisava com urgência, estive um ano e meio á espera, mas depois fui para a Casa Pia, porque estes foram pioneiros no Ensino Especial.

**OR:** Mónica portanto, na altura do seu Básico, quem era a sua Profissional, lembra-se?

C3: Como lhe digo, era a Célia, acho que era a Célia. Tínhamos a Catarina na Matemática, tínhamos a Lucinda na Informática.

**OR:** E na linguagem e Comunicação e na Cidadania lembra-se de quem eram as formadoras?

C3: Cidadania era a Célia, Linguagem e Comunicação, acho que ela dava as duas, salvo erro, agora também já não me recordo.

**OR:** Pois, também já foi há uns dois aninhos.

C3: Pois foi, já foi, mas acho que era ela que dava as duas disciplinas.

**OR:** Pronto Mónica, gostei muito, acho que já não lhe roubo mais tempo, pelo menos de entrevista.

C3: espero que tenha sido útil e que tenha respondido a todas as questões que me expôs.

**OR:** Foi ótimo, foi ótimo.

C3: Foi fácil e espero ter sido o mais ...

**OR:** Objectiva...

C3: Objectiva possível.

**OR:** E foi muito objectiva, sem dúvida. Deu-me aqui muito trabalhinho, muita informação importante, muito obrigada Mónica.

C3: Qualquer coisa, disponha. Agora tem o meu contacto, se se desloca com facilidade á Baixa, eu estou aqui, também ao fim de semana, também há possibilidade de nos encontrarmos, por isso qualquer coisa que seja necessária, disponha.

**OR:** Tão querida. Muito Obrigada Mónica.

## TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA: CANDIDATO 4

**OR:** Ia começar a nossa entrevista perguntando á Ana do ponto de vista médico, clínico qual o seu grau de incapacidade invisual?

C4: Utilizando os termos, tenho mesmo 95%, de incapacidade invisual.

**OR:** Mas consegue distinguir por exemplo sombras?

C4- Consigo aperceber-me dos tons, da claridade e do escuro, se está sol, se está assim mais claro ou mais escuro, eu consigo-me aperceber.

**OR:** E perguntava á Ana, se fosse possível, falar-me um bocadinho dessa situação e como é que a Ana reagiu, portanto...

C4: Esta situação ocorreu-me aos 6 anos, eu tive uma meningite e estava muito bem a brincar, como uma criança normal e de repente começo a apalpar os brinquedos, a não conseguir ver os brinquedos e a uma vizinha chamou a minha mãe e disse á minha mãe que eu que estava a ver mal e a minha mãe começou-se a rir, pensou que aquilo fosse uma brincadeira e disse “h sim, sim, ela está a ver mal, precisa mesmo de óculos”. E nisto, ela tinha que ir á peixaria buscar peixe para o almoço e levou-me com ela, porque ela levava-me sempre com ela, a mim e á minha irmã, ia-mos as duas e a peixaria tinha uns degraus para subir e descer e eu baixei-me, isso lembro-me perfeitamente, baixei-me para baixo para tentar achar os degraus e a minha mãe quando viu aquilo, aquela, aquela ....

**OR:** Aquela reacção não é...

C4: Ficou tão aflita que já nem foi comprar peixe e voltamos logo para trás, viemos para casa, chamou logo

uma vizinha, a vizinha conhecia um médico que trabalhava no Hospital Militar e a minha mãe veio logo para Lisboa e lembro-me de vir para Lisboa, fui logo nesse dia consultada, no outro dia a seguir fui logo internada no Hospital D. Estefânia, aí fiquei....

**OR:** Era muito pequenina não é...

C4: Sim tinha 6 anos. Aí fiquei internada, mas também o internamento também foi assim um bocadinho, naquela altura acho que foi, acho que se eu tivesse tinha sido atendida de maneira diferente eu não tinha ficado com o problema tão agravado, podia ser menos drástico. Estive lá dois meses e entretanto teve que ser a minha mãe um dia chegar lá ao Hospital, pediu para chamar a medica, a responsável e foi mesmo assim, mandou-se a ela com uma vontade de lhe bater porque cada vez que ia lá ao Hospital me via pior. E depois no outro dia fui logo transferida para o Hospital dos Capuchos, fui transferida, aí assim sim, aí sim fui despachada, fui operada á cabeça, porque já se tinha formado um tumor e pronto, depois fiquei com o problema de visão, mas graças a Deus, só afectou mesmo a visão...

**OR:** Exactamente.

C4: E depois a partir daí fiz a minha vida normal, fui para a escola, pronto, não conseguia aprender a ler e a escrever como as outras crianças, depois arranjaram-me uma escola especial que era o Instituto António Feliciano Castilho, que havia antes de 1974 e ainda há mas agora funciona com cursos também...

**OR:** Ana, ainda bem que chega aí, porque era a questão seguinte que lhe ia colocar, como é que tinha sido o seu percurso escolar, portanto, a primeira vez que foi para a Escola, foi para que Escola?

C4: Fui para a Escola normal, porque os meus pais não tinham conhecimento de que havia Escolas para pessoas cegas, mas fui para essa Escola, como foi a minha irmã, portanto, uma Escola normal. Na 1ª classe a professora fazia-me as letras grandes, eu ainda conseguia ver as letras em grande e conseguia ler e ela ia-me explicando a letra, até á 2ª classe, só que eu na 2ª classe eu não conseguia avançar, porque eu não tinha hipótese de avançar, não tinha hipótese de ver e depois a Professora, ser uma Professora só para mim não

conseguia auxiliar as crianças todas e então chamou a minha mãe a atenção e a minha mãe foi ao Delegado de Saúde de Sintra e o Delegado de Saúde de Sintra é que entrevistou os meus pais e a mim e depois aí é que me encaminharam para Lisboa para esse colégio.

**OR:** E como é que foi nesse colégio?

C4: Nesse colégio aí aprendi o Braille, aprendi a ler e a escrever só com o Braille e fiz até à 4ª classe...

**OR:** E a adaptação foi boa?

C4: Foi, foi muito boa, era um colégio muito bom, muito bom, foi pena que agora esta na situação que esta, porque aquilo agora esta tudo degradado, foi uma grande pena, a pessoa vai aquele colégio... eu fui lá há uns anos, fui lá agora em 2008, na reunião dos antigos alunos e fiquei muito triste com aquilo, aquilo esta muito abandonado, mas eu gostei muito daquele colégio, pronto andei até à 4ª classe. Depois da 4ª classe, eu já fui para o colégio já com 12 anos, já tinha 12 anos, porque naquele espaço todo do espera, não espera, entrevistas e não sei quê, só entrei com 12 anos e depois aos 15 anos sai e vim cá para fora estudar com uma professora de apoio para a Escola do Cacem, para a Escola António Sérgio...

**OR:** Portanto, para o ensino regular, de dia não é?

C4: Exacto, só que aí sim eu já tinha o meu jeito, já tinha 16 anos, estava com crianças de 10 e 11 anos, máximo 12 anos, a professora de apoio, também o apoio também era assim muito escasso, aparecia lá de quinze em quinze dias ou então não aparecia e eu sentia-me assim um bocado assim, pronto, desmotivada. Andei até Janeiro, tinha boas notas, em Janeiro disse à minha mãe que já não queria ir para a Escola e o meu pai e a minha mãe ficaram muito tristes, porque gostavam que eu estivesse a estudar...

**OR:** Nessa altura a Ana estava a fazer o 5º ano?



C4: O 5º Ano e os meus pais ficaram assim muito tristes, porque gostavam mesmo que eu acabasse a Escola, eu disse que não queria mais e depois quando chegava a hora de eu fazer os testes, nunca tinha o teste para fazer na hora, fazia sempre depois e eu sentia-me inferior às outras crianças, pronto.

**OR:** Como é que fazia os testes Ana?

C4: Fazia na máquina de escrever, lia a Braille e fazia na máquina de dactilografia. Depois como não queria estudar mais, pronto, não quis mesmo, eu gostava muito de estudar, mas não queria estar na Escola assim com aquelas condições e depois vim para casa, tive muito tempo em casa e depois havia lá uns vizinhos que trabalhavam na messe, onde haviam muitas pessoas cegas a trabalhar e disseram que podiam fazer o pedido para eu ir para lá, mas entretanto a messe foi por água abaixo, as pessoas, os trabalhadores de lá ficaram sem emprego também e foi assim uma situação. Quando eu estava a fazer os 20 anos, recebi um telefonema do colégio onde eu tinha estado, o Instituto António Feliciano Castilho e lá me disseram, a assistente social que era uma querida que era a Joana perguntou-me o que é que eu fazia e eu disse que não estava a fazer nada, estava em casa a tomar conta dos meus irmãos e não estava a fazer nada. Ela lá ficou muito triste e disse-me “ah, mas a Ana não quer fazer uma reabilitação no Centro Nossa Senhora dos Anjos ou na Sain, num lado qualquer, não quer sair de casa?” e eu disse assim “eu quero, eu quero é sair de casa, mas nesta Escola [António Sérgio] não quero estar, com estas condições que eu tinha não quero estar”, então ela arranjou maneira de eu ir para o Centro Nossa Senhora dos Anjos, fui para lá fazer uma reabilitação...

**OR:** Ana, peço imensa desculpa interrompe-la, mas diga-me só uma coisa, fez até à 4ª classe nesse colégio, mas depois porque é que teve de sair?

C4: Porque a partir de 1974 o Colégio deixou de funcionar como interno, portanto, tinha que se vir estudar cá para fora e fazia mesmo parte, fazia-se até à 4ª classe e depois vinha-se cá para fora. Portanto eu ia para casa, ia para casa, estava perto dos meus pais, era muito melhor.

**OR:** Pois, pois, mas...

C4: Mas no entanto eu gostava muito daquele ambiente da Escola, a adaptação foi muito boa.

**OR:** E portanto, dizia-me então a Ana, essa senhora [assistente social] foi muito simpática, falou consigo

C4: E depois eu fui para o Centro Nossa Senhora dos Anjos, isto em 1979, estive a fazer uma pequena reabilitação, mas como já sabia Braille, já sabia dactilografia, em casa não tinha problemas nenhuns de fazer qualquer [tarefa], fosse engomar, fosse lavar, fosse qualquer coisa, porque tive uma mãe graças a Deus que me ensinou a fazer tudo, portanto disseram-me que não valia a pena estar ali a empatar tempo, se eu não queria ir estudar á noite. Então, eu tinha um grupo de amigas, que éramos 4 amigas que nos conhecemos lá no Centro Nossa Senhora dos Anjos e fomos estudar á noite para a antiga Escola São João de Deus, que é hoje a ACAPO e aí sim fomos, fizemos o 5º e o 6º ano nesse ano, depois fomos para a Escola Francisco Arruda e continuamos para fazer o 9º ano...

**OR:** Mas tudo á noite Ana?

C4: Tudo á noite.

**OR:** E como era o acompanhamento nessa altura, já era melhor do que na outra escola?

C4: Este acompanhamento era assim, este eram mesmo pessoas cegas que nos davam as aulas, eram professores mesmo cegos, não sei se sabe Andreia que há professores cegos e então, o Professor X, que era professor de História, o X que era professor de Português, o X que era professor de Matemática, que ainda é professor de Matemática, o X que era Professor de Ciências, portanto os professores todos, pronto, era uma coisa muito bem organizada, é pena que hoje já não haja coisas dessas, mas por acaso devia haver, era bom para mim e para os outros colegas.

**OR:** Portanto nessa altura foram as 4 amigas e fizeram até que escolaridade Ana?

C4: Portanto ficamos mesmo com o ciclo, porque a X era de Porto Covo, foi para Porto Covo, nos ficamos cá, eu, a X, mais a X continuamos a estudar. Só que depois, entretanto o tempo foi passando e começamos por representar uma associação que é a APEDV, portanto fomos nós as iniciantes, eu, a X e a X...

**OR:** É uma associação que ainda existe.

C4: Ainda existe. Foi portanto o Professor que a criou, foi o Dr. X que já faleceu e esse Sr. convidou-nos, convidou-nos e nós fomos iniciar todas essa associação, que era com maquinas de tricotar, ali na zona do Areeiro e então fomos fazer esse curso, portanto fazíamos muita coisa, fazíamos colchas para bebe, para camas de bebe, camisolas, fazíamos muita coisa e depois fomos inscrevendo em varias coisas para nos darem emprego e entretanto consegui entrar para o Banco Nacional Ultramarino [BNU].

**OR:** Mas nessa altura em que a Ana e as amigas começaram a representar a APEDV, que estava a nascer nessa altura, a Ana continuava a estudar?

C4: Sim, continuava a estudar á noite, para fazer o 9º ano, mas depois como eu arranjei emprego, neste caso para o BNU, quando eu entrei para o BNU disseram-me que não era necessário estudar mais porque o ciclo preparatório era o suficiente para ser Telefonista, não era preciso mais, eu ai deixei a Escola. Deixei a Escola, fui trabalhar, depois quis casar, ter a minha casa,...

**OR:** E também a filhota.

C4: Sim, depois comecei a fazer a minha vida. Começou tudo de novo.

**OR:** Eu entretanto perguntava á Ana portanto a nível das experiências profissionais, a sua primeira

experiência profissional foi na messe?

C4: Não, não, não cheguei a entrar.

**OR:** Acabou por não entrar?

C4: Estava inscrita para entrar, mas depois a messe começou a andar tudo muito, foi na altura do 25 de Abril e...

**OR:** Foram umas grandes confusões nessa altura não é?

C4: Era.

**OR:** Então a primeira experiência profissional foi quando a Ana e as amigas foram representar a APEDV e depois o BNU. E depois do BNU Ana? E já agora estive lá quanto tempo?

C4: Eu no BNU estive durante 17 anos a trabalhar como Telefonista. Depois em 2000, como o BNU ia ser integrado na Caixa Geral de Depósitos [CGD], começaram por convidar as Telefonistas a ir para a reforma e eu naquela altura aproveitei. Fui para a reforma, não ficava tão mal e aproveitei, aproveitei, só que eu nunca pensei que ir para a reforma me fosse custar tanto a adaptação de estar outra vez em casa. Então tinha a filha em casa, nessa altura ela tinha dez anos, estava na Escola e esse primeiro ano ainda foi mais ou menos, mas depois quando veio o segundo ano, aí é que foi...

**OR:** Pois, porque a Ana tem assim todo o ar de ser toda “geniquenta”, de ser toda “pra frentex”...

C4: Pois, aí é que foi o pior. Depois comecei a aprender outras coisas, tive conhecimento que na Federação de Desporto estavam a fazer cursos de Técnicos de Desporto para pessoas deficientes, fui lá, consegui

entrar para esse curso...

**OR:** Era um curso que dava Certificação Ana?

C4: Habilitação a Técnico de Desporto. Depois entrei para esse curso, estive lá durante três anos a fazer esse curso, depois ao fim desse curso eu tinha o estágio para fazer, mas é assim, nos é que tínhamos de arranjar o estágio e eu aí chateei-me com o Sr. que lá estava [à frente do curso], porque eu acho que eram eles [entidade] que tinham de ir à procura do estágio...

**OR:** Exacto.

C4: E aí inscrevi-me novamente para ir para a APEDV e fui para a APEDV fazer outro curso de artesanato. Estive lá até 2007 e depois na APEDV tinha outro grupo de amigas que começaram-me a dizer que havia este programa das Novas Oportunidades, onde se podia completar o 9º ano. Eu por mim como tinha a minha vida feita, mais ou menos não é, não estava assim muito “coisa” para fazer, começou mais por uma brincadeira, uma amiga que era a X, que ela precisava, estava numa situação muito mais complicada e ela precisava mesmo de fazer o 9º ano e eu comecei-lhe a dizer para ela ir e ela “ah, se tu fores, também vou, se tu fores também vou”, começou tudo numa brincadeira e eu disse “olha eu vou” e ela “então também vou” ...

**OR:** Começaram a puxar uma pela outra não é?

C4 - E aí fui eu, nós arranjamos um grupinho de amigos e lá fomos nós para a Escola outra vez.

**OR:** Ana e antes de chegarmos a essa parte queria-lhe só fazer uma pergunta.

C4 – Diga.

**OR:** Portanto em relação á sua actividade profissional na APEDV e no BNU, queria só que me falasse um bocadinho a nível de instituição, qual foi o apoio e a recepção dada á Ana.

C4 - No BNU, eu gostei muito de estar no BNU, portanto se hoje estou como estou e recebo a minha reforma, pé graças ao BNU. Foi pena é ter acabado assim como acabou, eu ter acabado a minha profissão assim, foi uma coisa assim muito...

**OR:** Muito rápida, não é? Mas as condições de trabalho eram boas?

C4: Eram muito boas. Quando eu me vim embora eu tinha um aparelho que estava adaptado para mim, ao meu problema, tinha tudo em Braille, tinha um género de um computadorzinho e estava tudo adaptado, o BNU para nos deu-nos todas as condições, tanto que eu precisei de uma maquina de escrever Braille quando fui para o BNU e nesse tempo era a Dr.<sup>a</sup> X que lá estava como Directora do meu serviço e ela fez tudo para que nos tivéssemos a nossa maquina, para nos podermos escrever e para podermos ser independentes, nunca me faltou nada, tudo o que nos pedíamos para o nosso trabalho, tínhamos todo o apoio.

**OR:** Tinham abertura e falavam não é?

C4: O que mais me deixa saudades não é?

**OR:** Claro, claro, mas é bom, porque se tem saudades é porque foi uma coisa boa não é e isso é que interessa. Ana e então a nível das formações que foi fazendo, falou-me que fez uma formação em cerâmica e outra em artesanato.

C4: Em cerâmica não.

**OR:** Em cerâmica não, aí que disparete.

C4: Foi artesanato mesmo, foi em X a fazer cestos, foi em palhinha a fazer fundos para cadeiras e foi em tapeçaria também, para fazer tapetes, floreiras, cestos em fita plástica também e estive lá três anos.

**OR:** E como é que surge a [Fundação Raquel e Martin] Sain entretanto?

C4: A Sain é assim, a pessoa não gosta de estar em casa não é e depois fui-me inscrevendo e depois chamaram-me para a Sain para ir fazer um curso de Informática de nove meses, mas era assim estava três meses a fazer o primeiro nível, depois são três meses em casa e depois ia fazer o segundo nível e depois mais três meses para casa e depois ir fazer o terceiro nível.

**OR:** Era aquilo que nos falávamos, acabava por ser descanso também não é?

C4: E depois á fiz esse curso de Informática, tive mais uns mesinhos em casa, mais cinco meses e agora chamaram-me para este curso de Tapeçaria, Tapeçaria e depois Macramé...

**OR:** Portanto a Ana tem para aí um currículo, que é uma coisa...

C4: é bom. E quando estava também na APEDV, houve uma altura que não tinha nada para me ocupar o tempo, foi uma altura que os cursos estavam assim um bocadinho em baixo também, e temos lá uma parte da APEDV que é a Ocupação de Tempos Livres e eu inscrevi-me também aí, consegui entrar para aí e fiquei aí durante 3 meses mais ou menos, depois através da Ocupação dos Tempos Livres da APEDV, andei a fazer um curso de fotografia...

**OR:** Deve ter sido muito giro.

C4: Foi.

**OR:** Como é que correu esse curso?

C4: Também era giro. Eu até hoje, tudo o que tenho feito, tenho gostado. Eu gosto sempre de coisas novas, de experiências novas, coisas novas...

**OR:** E é engraçado porque esta com uma formação muito diversificada não é?

C4: Aquilo que eu consigo fazer, eu tenho de fazer, dou sempre o meu melhor. Depois quando estava no Curso de Fotografia, tive conhecimento de que havia uma pessoa que queria abrir um restaurante a comer às escuras...

**OR:** Não, não.

C4: é o “Bem-Me-Quer”. Depois convidaram-me para fazer parte desse projecto e então estou lá até hoje, nesse projecto, que é à quinta e à sexta-feira à noite.

**OR:** E é onde?

C4: É ali na Almirante Reis, mesmo junto à Praça do Chile.

**OR:** E a Ana faz o quê lá?

C4: Eu estou a servir às mesas.



**OR:** Que engraçado. Chama-se Bem-Me-Quer não é? Vou espreitar, vou dar um olho na Internet para ver, para ver as imagens, tem á alguma fotografia da Ana ou não?

C4: Sim, acho que sim. Aquilo é assim, é um restaurante de comida vegetariana,

**OR:** Ai que bom.

C4: A X, que pé a dona, iniciou esse projecto. Portanto, tive conhecimento de que havia pessoas cegas a fazer essa experiência, através desse Monitor que nos dava formação, ela era amiga dele, e através desse professor ela conseguiu contactar a Dr.ª X e depois tinha de escolher uma pessoa e escolheu-me a mim.

**OR:** Que engraçado. Sabe que eu tenho agora dois amigos, um casal, que passaram a ser vegetarianos há pouco tempo e eu volta e meia janto com eles lá em casa e então tenho experimentado assim uma ou outra receita vegetariana e eu já lhes tenho dito “olha que eu estou surpreendida, porque pensava que a comida vegetariana não sabia a nada, que não tinha piada nenhuma, que não tinha nada de variedade e fiquei muito surpreendida, realmente é uma comida agradável”. Noutro dia provei uma receita de, em vez de ser bacalhau à Brás, pé alho francês á Brás...

C4: Ah sim, lá também se faz.

**OR:** É uma maravilha, uma maravilha. Fiquei muito surpreendida. Ana e agora ia-lhe pedir se me continuava a contar a história que tinha contado há bocado, que eu depois interrompia, que era do conhecimento do Processo RVCC, portanto, teve conhecimento então através da sua amiga...

C4: Isso foi lá falado na APEDV, nos tínhamos lá colegas que andavam a fazer o Processo no CNO e nos tínhamos conhecimento, para avançar com o 9º ano. Eu tinha andado mais ou menos até ao 8º ano e como tinha também aquela coisa da colega não querer ir sozinha, experimentamos, e pronto fiquei contente e

foi uma mais-valia, não é?

**OR:** Mas agora perguntava á Ana, isto porque o Processo é diferente da Escola, antes mesmo da Ana iniciar o processo, quando lhe explicaram mais ou menos “isto é assim, isto é assado”, o que é que pensou?

C4: Eu pensei que o Processo fosse muito mais difícil. Uma pessoa está habituada ao método da Escola, com aquela matéria toda, com muita coisa para estudar e eu pensei que fosse difícil e há coisas que são mais complicadas...

**OR:** Mas portanto a Ana, antes de iniciar o Processo teve logo ideia de como é que aquilo ia ser feito?

C4: Tive mais ou menos, por causa dos outros colegas que estavam lá e nos deram pistas, foi logo mais fácil.

**OR:** Pois, pois. Então quando a Ana entrou no Processo, a ideia era mesmo terminar o 9º ano não era?

C4: Era. Portanto quando eu entrei disse ao marido que ia fazer o 9º ano e ele “ah, vais fazer o 9º ano para quê se já tens a carreira feita?” e eu disse “então, mas eu não morri”.

**OR:** Claro. E a Ana também já me tinha dito anteriormente que gostava muito de estudar não é?

C4: E eu disse “ah, eu vou fazer”. Depois haviam pessoas que diziam que pensavam que nos íamos chegar a meio e que desistíamos e não.

**OR:** Nada disso, não é?

C4: às vezes a X tinha assim um bocadinho vontade de desistir, por causa dos trabalhos e não sei quê. Eu cheguei a fazer trabalhos em casa até às duas, três da manhã e depois no outro dia tinha que me levantar cedo, porque eu tinha pouca experiência em mexer no computador. E depois eu tenho uma filha, que ela nessa altura tinha 17 anos, ia fazer os 18 e eu pedia-lhe ajuda e ela então como era minha “professora” não é, dizia “não, não, tu vais ali para o computador e fazes e depois eu vou lá ver se precisas de uma ajudinha”, fazia-me aquilo que eu lhe fazia a ela.

**OR:** Muito bem, muito bem. Era a filha a puxar pela mãe.

C4: Sim, sim. Ela dizia-me “ficas aqui a fazer, alguma coisa que não consigas fazer, eu venho dar-te uma ajudinha”.

**OR:** Ai que giro.

C4: E era assim.

**OR:** O apoio da família também é muito importante não é?

C4: O apoio da minha filha foi mesmo, é aquele apoio que uma pessoa precisa. O marido também deu apoio, mas é um apoio diferente. Para o marido eu deitava-me às 2 da manhã, às 3 da manhã, era diferente. Mas eu ficava porque eu gostava e porque...

**OR:** Pois, queria fazer bem os seus trabalhos. E quanto tempo é que durou o seu Processo?

C4: O meu processo parece que foi oito a nove meses.

**OR:** Foi muito rápido.

C4: Oito a nove meses. Portanto, nos entramos ali na altura do Natal e depois em Outubro já fomos fazer o...

**OR:** Já estava feito. Que espectáculo. Ia-lhe perguntar Ana o que é que achou do Processo RVCC, a nível da organização, dos conteúdos, da forma como aquilo é feito, que opinião é que a Ana tem sobre o Processo?

C4: É assim, eu achei bom, mas eu acho que para nós, a nível de Informática, devíamos ter umas aulinhas de Informática, porque para quem não sabe Informática, as pessoas ficavam um bocadinho às escuras vá. Por exemplo, os trabalhos nós fazíamos tudo em casa, eu por acaso não tive problemas desses porque eu tinha computador em casa e não tive problemas de usar, mas eu tive conhecimento de que haviam pessoas que não tinham computador e que não conseguiam fazer os trabalhos.

**OR:** E na altura, por exemplo, eu faço-lhe esta pergunta porque sei que houve uma altura em que ...

C4: E é assim, eu não tinha o computador adaptado para mim, o computador era da filha, por isso é que eu às vezes precisava mesmo de ajuda.

**OR:** E lá no CNED, portanto no CNO do CNED, as salas de Informática, portanto, o computador estava adaptado, tinha algum programa?

C4: Estava, estava, tinha o JAWS

**OR:** Tinham o JAWS. E portanto trabalhavam então nas sessões com o JAWS

C4: Trabalhávamos com o JAWS.

**OR:** Portanto o que a Ana me diz é que lá havia o computador adaptado, mas para pessoas que não estivessem familiarizadas com o computador...

C4: Sim e até para mim, porque eu sabia ir ao Word, mas depois não sabia mais e depois vim aqui para a Sain porque precisava disso mesmo, do complemento de Informática.

**OR:** Ana, então segundo estou a perceber a Ana tinha sessões colectivas, não teve sessões individuais não é?

C4: Não, não, tínhamos colectivas, éramos quatro ou cinco pessoas e tudo ali assim na mesma mesa, na mesa redonda.

**OR:** Exactamente. E o que é que a Ana no caso do Processo RVCC, o que é que considera mais vantajoso, fizerem sessões em grupo ou fazerem sessões individuais?

C4: Para mim, foi mais importante em grupo, podíamos discutir as dificuldades que tínhamos, os problemas que iam surgindo...

**OR:** Havia mais interacção não é?

C4: Mais interacção, eu acho que sim, porque expúnhamos ali todos os problemas, eu para mim, gostei sempre mais de trabalhar em grupo.

**OR:** É cá das minhas, também gosto mais, sem dúvida. E Ana, perguntava-lhe a nível da equipa, a nível dos Formadores e dos Profissionais, o que é que a Ana acha tanto da equipa, como da importância que eles

têm ao longo do processo?

C4: Eu acho que eles são pessoas que estão mesmo organizadas, ainda mais para nos, pessoas cegas. Nos tínhamos lá uma profissional que era a Joana...

**OR:** A Joana Leão?

C4: Nos tínhamos duas Joanas. A primeira Joana ao princípio que era uma pessoa muito querida, mas ela depois teve de começar a fazer o 12º ano...

**OR:** Então essa Joana deve ser a Joana que eu conheço.

C4: Ela teve que nos “abandonar” e depois ficamos com uma Joana que eu penso que ela trabalhou na ACAPO de Braga

**OR:** Eu só conheci a primeira Joana, a segunda que me fala já não conheci.

C4: Portanto a primeira Joana é uma pessoa mais velha, a outra Joana era mais nova e como estive na ACAPO de Braga, já estava muito mais habituada a trabalhar com pessoas cegas, já sabia do que é que eram capazes e quando uma pessoa dizia “ah, mas eu não consigo fazer isto” ela sabia muito bem o que é que a pessoa conseguia fazer e até onde é que podia ir e isso é uma grande valia também para nos, porque às vezes as pessoas por sermos cegos pensam que nos não conseguimos...

**OR:** Exactamente e não é nada disso. E portanto, a Ana esteve com as Joanas e as Formadores, lembra-se de quem foram?

C4: De Informática sei que era a Lucinda.

**OR:** E a Matemática, era a Catarina?

C4: Era a Catarina, era.

**OR:** E lembra-se quem dava a Cidadania e a Linguagem e Comunicação?

C4: Estava a ver se me lembrava.

**OR:** é que neste momento é a Marta, mas eu acho que a Marta não estava lá na altura porque entrou á relativamente pouco tempo.

C4: Não, não era a Marta. Mas eu acho que era a Joana que estava com a gente, porque apenas a Matemática e a Informática ficamos com as formadoras do principio ate ao fim. Não, a professora era a Célia, agora estava a ver se me lembrava, era a Célia.

**OR:** Ah, exactamente, já me falaram da Célia, eu é que não a conheci.

C4: Eu sei que havia outra pessoa, mas agora não me lembro do nome dela.

**OR:** Gostou então da sua equipa, ao nível dos profissionais?

C4: Gostei, gostei.

**OR:** E qual foi a área que gostou mais Ana?

C4: Por acaso, é assim, como tinha aquela vontade de aprender Informática, a parte da Informática gostava muito e como eu gosto muito de Matemática e também gostava da Catarina, gostei muito da Matemática e ela explicava-nos as coisas muito bem, a maneira dela nos explicar as coisas, nós conseguíamos perceber muito bem.

**OR:** E é ótimo, porque temos sempre a ideia de que a Matemática é aquele “bicho-de-sete-cabeças” e não é.

C4: Eu gostei sempre muito de Matemática e a maneira como ela explicava as coisas, só não entendia mesmo quem não conseguisse fazer aquilo

**OR:** Portanto e teve alguma dificuldade ao longo do Processo RVCC ou não Ana?

C4: Não, não, correu tudo bem. Nós também sentávamo-nos à mesa e discutíamos as nossas dificuldades, também discutíamos aí, portanto não tive assim nada...

**OR:** A registar...

C4: Não, não.

**OR:** Ana, agora ia-lhe pedir se me falava um bocadinho da sua Sessão de Preparação de Júri e da sua Sessão de Júri.

C4: A pessoa naquele dia esta sempre mais nervosa não é, mas correu bem.



**OR:** Mas antes mesmo da Sessão, teve alguma preparação?

C4: Não, só nos disseram que tínhamos de apresentar um trabalho, estava a pensar em que é que foi baseado o meu trabalho, acho que foi sobre o Braille, sobre a história do Braille, as outras colegas foi sobre o andar na rua e eu fui a falar mais da parte do Braille e de como o Braille era útil para a pessoa cega não é? E depois foi contar a história da minha vida. E fui logo a primeira.

**OR:** Logo a primeira.

C4: Era eu e a colega X e eu fui logo a primeira.

**OR:** E correu bem não é? Oh Ana queria ainda fazer-lhe uma pergunta. Antes mesmo da Sessão de Júri, portanto a Ana teve de fazer um Portfólio, como é que foi essa tarefa de construir o seu Portfólio, gostou?

C4: Gostei e tenho lá em casa para ver.

**OR:** E perguntava à Ana, portanto, o Portfólio é entregue em suporte papel, portanto chegaram a perguntar-lhe se preferia entregar em papel ou em Braille?

C4: Não.

**OR:** E se lhe tivessem perguntado, preferia entregar como Ana?

C4: Eu, como é que eu preferia entregar? Eu preferia entregar em negro, para todas as pessoas poderem ler não é, assim para as pessoas que queiram ler. Eu ainda tenho lá o meu dossier e tenho em CD também,

para quem quisesse ouvir, ouvia e para as pessoas que queriam ler. Se fosse em Braille, já havia mais limitações.

**OR:** Muito bem, compreendo. Então agora perguntava-lhe, como é que a Ana se sentiu quando chega ao fim e o objectivo foi cumprido.

C4: Foi mais uma etapa das minhas que consegui vencer.

**OR:** E a nível pessoal e social, como é que, que impacto é que teve?

C4: O marido, a filha, a filha ficou muito contente da mãe completar o 9º ano, ficou muito contente e depois a família também ficou, a família até achava muita graça eu ter uma vida mais ou menos estável e ter voltado a estudar.

**OR:** E a Ana também ficou contente não é?

C4: Foi mais uma das coisas em que eu me meti e consegui fazer, foi mais um objectivo.

**OR:** Exacto e em tão pouco tempo. Oito meses foi um instantinho não é verdade? E portanto eu tinha também esta pergunta que lhe ia fazer também a nível profissional, que impacto é que tinha tido a nível profissional o Processo RVCC, mas a Ana diz-me que antes mesmo de começar o Processo já tinha saído do BNU não é?

C4: Já, já. E no BNU se me tivessem dito que eu tinha de continuar a estudar, eu tinha continuado a estudar, mas como na altura não era preciso Secundário, acabou por ser bom por um lado, mas mau por outro.

**OR:** E agora Ana, quais é que são os projectos futuros da Ana, a nível profissional e também não sei se quer

continuar a estudar, se faz ideia de obter mais qualificação, perguntava-lhe que projectos é que tem agora?

C4: Estudar agora, acho que parei mesmo. Agora tenho o curso de formação para fazer, vou aproveitando e como também estou agora no restaurante à noite...

**OR:** Já esta muito ocupada não é?

C4: Já estou muito ocupada. E também estou a fazer parte de um projecto, que um senhor está a fazer. Que tem um cabeleireiro no Chiado que é o Aurélio e eu também vou para lá às vezes às quartas-feiras ou às terças-feiras, fazer a experiência de lavar cabeças às pessoas e também é engraçado porque as pessoas vêm como é que uma pessoa consegue fazer, portanto já lhe cortei o cabelo a ele também com a máquina. Portanto foi um senhor que nos conheceu, conheceu uma colega minha no metro e depois a partir de um momento começamos a conversar na hidroginástica, começamos a conversar e pronto, também fui fazer parte.

**OR:** Bem, a Ana é a mulher das “quinhentas actividades”, está metida em tudo.

C4: Sim, porque há muitas pessoas que pensam que uma pessoa cega, além de ser Telefonista ou Professor, não podem fazer mais nada e eu acho que as pessoas estão erradas, porque há tanta coisa que uma pessoa cega pode fazer, só que não tem é oportunidade para isso.

**OR:** Sem dúvida, concordo plenamente consigo, mas acho que sem dúvida cada vez mais tem que se mostrar isso.

C4: E eu estou, pronto já sei que já sou grande, pronto, já não sou jovem não é, mas é assim, eu gosto de crer que é um exemplo mesmo para outros jovens que vão lá entrar, deixar caminhos abertos para eles fazerem coisas novas.

**OR:** Sem dúvida é um exemplo, faz tudo e mais alguma coisa não é Ana?

C4: é isso, é isso, acho que sim.

**OR:** Minha querida, vamos então á última pergunta. Eu ia perguntar à Ana se me queria dar alguma sugestão sobre o Processo RVCC, ou se me queria falar de alguma coisa que não falamos aqui, de alguma sugestão em relação ao Processo, se há algo a apontar.

C4: Assim que eu me lembro, não tenho nada, acho que está tudo bem. E mesmo dos colegas, pelos colegas que eu tinha, também acho que nunca havia nenhum problema a levantar. Às vezes era um bocadinho complicado chegarmos ali à porta, porque às vezes aquilo era um bocadinho complicado.

**OR:** Então porquê Ana?

C4: Depois é assim, como a Andreia sabe, temos de passar por baixo daquele tunelzinho e depois para dar continuidade até ao CNO temos de passar aqueles arbustos e depois às vezes a porta era um bocadinho complicado entrar ali, mas a gente depois de perguntar, íamos sempre lá chegando, mas ali a entrada está um bocadinho, devia estar um pouco mais acessível...

**OR:** Mais acessível, não tão condicionado não é?

C4: Mas pronto, enquanto não há melhor, olha...

**OR:** Muito bem. As nossas perguntas acabaram. Foi assim um inquérito muito doloroso?

C4: Não senhora.

**OR:** Não? Ainda bem Ana. Mas fico contente que tenha gostado do Processo e da Equipa.

C4: É assim eu gosto muito de participar nessas coisas, que são os jovens a fazer, porque eu acho que serve para dar uma lição para os jovens também fazerem, porque depois como também tenho uma filha jovem... Eu quando estive no curso de Técnica de Desporto, eram tudo jovens e eu adorava estar com eles e nós aprendíamos todos uns com os outros.

**OR:** Exactamente, exactamente., toda a gente aprende com toa a gente. Muito bem minha querida, muito bem.

## Análise de Conteúdo: Entrevista realizada às Técnicas de ADE

### TEMA A – EXPERIÊNCIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Subcat. 1	Categoria 1 – HABILITAÇÕES ACADÊMICAS
<b>Formação ao Longo do Ensino Superior</b>	<p>Entrei para o Ano Zero na Católica para tirar Economia, mas como não conseguia fazer nada de jeito nas cadeiras ditas tipo Álgebra, tipo não sei quê, então fiz a mudança de curso para Psicologia e depois estive lá um ano, passei para o 2º ano e apareceu um curso novo que era Psicopedagogia e eu fui tirar Psicopedagogia. E depois como o curso de Psicopedagogia me telefonavam para entrevistas, para perceber o que era o curso, achei por bem tirar Psicologia, para legitimar, para ter mais estofo e mais bagagem e foi muito mais fácil fazer as coisas. (...) tenho duas Licenciaturas, uma em Psicopedagogia e outra em Psicologia Clínica, tenho uma pós-graduação em Consulta Psicológica da Criança e do Adolescente, de 2 anos, tenho um curso livre que eu fiz na Faculdade de Medicina Sexual (...) [e] também tenho o curso de animadora sociocultural. (T1)</p>
	<p>(...) tirei a Licenciatura em Ciências da Educação e depois especializei-me na área da Formação de Adultos. (T2)</p>
Subcat. 1	Categoria 2 – TRAJETÓRIA PROFISSIONAL
<b>Experiência Profissional</b>	<p>(...) é certo que tu quando lutas pelo teu sonho e pelas coisas que tu gostas de fazer, tens de fazer trabalhos laterais. Portanto, eu também já trabalhei em Call Center e coisas assim e diziam-me “Como é que uma pessoa que tem uma Licenciatura ou uma pós-graduação, está aqui a atender chamadas como eu, que tenho o 9º ano ou o 12º” e eu dizia “pronto olha, para mim é uma questão de tempo, para ti se calhar não” (risos), para mim era um investimento que eu estava a fazer, porque eu paguei as duas Licenciaturas, por isso é que tive de trabalhar e estudar, porque não dava só para estar a estudar, porque precisava do dinheiro para pagar as contas ao fim do mês. (T1)</p> <p>Eu sempre gostei muito de Psicologia Comunitária, eu já estive a fazer estágios em todo o tipo de populações, que é o mais difícil, por isso é que tu se calhar notaste que eu tinha bastante à vontade a falar com a</p>

<p><b>Experiência Profissional</b></p>	<p>população em termos de empatia, porque já estive a estagiar por mais do que uma vez com ciganos, em bairros degradados (...), em termos de levantamento das necessidades da população, em termos das queixas dos ciganos, já estive também num pólo, [como animadora sociocultural] (...) fiz isso pelo Secretariado dos Ciganos e estive lá a trabalhar para aí um ano e meio, ou seja, com os ciganos, que é uma população muito carenciada, que vive com 2 salários mínimos para 4 pessoas ou mais, que têm muitos apoios sociais na óptica da Informática e no combate à Infoexclusão, pronto, e então aí, eu estive a dar formação a crianças, sobretudo crianças, em que havia uma que não sabia ler nem escrever, portanto era do 1º ciclo, até à 4ª classe e a jovens, para evitar a delinquência em termos dos ciganos. E como estive a fazer estágios, também estive em Sociedades, também já estive na Sociedade Alcoólica Portuguesa a dar consultas, no âmbito dos alcoólicos, já estive também no âmbito da metadona naquelas carrinhas que estão na rua, em que já é “fim de linha!”, em termos da toxicodependência pesada, que já tudo são danos e nesse estágio, também estive na rota da prostituição, estive naquele Centro, onde as pessoas estão a viver, ali em Alcântara também, no Centro de Asilo, que é tipo uma plataforma giratória, os toxicodependentes que estão na rua, ou quem esteja na prostituição, vão para lá para depois ou irem para comunidades terapêuticas, ou para começarem a arranjar trabalho e saírem da prostituição. Na prostituição, era mais redução de danos, troca de metadona por seringas, que passavam todos a ficar em termos de metadona e perceber os cuidados médicos que deveriam ter... Portanto, na prostituição, “se o cliente der mais 5 ou 10 euros é para elas fazerem sem preservativo, quando 75% das prostitutas em Lisboa, ou mais, está com Sida, portanto é ótimo para ajudar a trabalhar essa parte. (T1)</p> <p>E em termos de estágios, também me sujeitei um bocado aos estágios, quando andava em Psicopedagogia, tive que fazer estágios ao domingo por causa do trabalho e tive que fazer vários tipos de trabalhos que nos enobrecem é certo, mas por vezes era muito stressante para conseguir conciliar tudo. Não é Fácil, mas pronto, cá estou, fui sempre investindo. (T1)</p>
----------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>Experiência Profissional</b></p>	<p>(...) já estive a dar consultas só durante 2 anos, só privada, mas é muito puxado estares só a dar consultas, é muito desgastante e precisas de ter uma profissão menos stressante, dita normal, para desanuviar um pouco em termos do stress dos pacientes, porque senão às tantas, só estás com gente desorganizada e torna-se-te difícil ver o sentido normal ou...não se torna difícil, mas é muito desgastante, porque assim ao menos, estás com os teus colegas de trabalho, falam disto, falam daquilo e tu vais desanuviando e vais tendo um sentimento de normalidade não é, e não é tão exasperante, não é tão desorganizado. (T1)</p> <p>(...) também já pertenci a uma associação de dificuldades de audição (...). (T1)</p> <p>[Também estive] a dar formação na PT (...). (T1)</p> <p>[Actualmente] (...) faço consulta clínica privada em 4 clínicas, [em] duas [clínicas] na óptica da Medicina do Trabalho, apenas para fazer perfis psicológicos, direccionados para terem o cartão do MAI, em termos de segurança privada (...) também faço terapia de casal, portanto, tenho desde vítimas de violência de doméstica até agressores, portanto (...) aparecem-me muitas pessoas desorganizadas, porque eu atendo desde os 2 anos e meio de idade até aos 75 anos, portanto aparece-me de tudo. (T1)</p> <p>(...) é preciso ter um bom sentido de organização para conciliar tudo, porque neste momento estou em 5 sítios [4clínicas e] (...) também estou aqui [no CNO]. É muita coisa, tenho que me orientar bastante bem. (T1)</p>
<p>Subcat. 2</p>	<p><b>Categoria 2 – TRAJECTÒRIA PROFISSIONAL</b></p>
<p><b>Aprendizagens e competências adquiridas/mobilizadas através da Experiência Profissional</b></p>	<p>E por essas populações todas que passei [ao longo dos meus estágios] também percebi que seja qual seja, seja qual for o “handicap” que a pessoa tenha, seja mental, seja físico, é uma pessoa e também pode ter o aproveitamento se for possível, portanto, daí tentar tratar sem pena, mas com o potencial que a pessoa pode dar. (T1)</p> <p>(...) há que saber perceber como é que se fala com uma pessoa de maneira a ser eficiente, eficaz é agora, eficiente é ajudá-la a pensar</p>



<p><b>Aprendizagens e competências adquiridas/mobilizadas através da Experiência Profissional</b></p>	<p>acerca do futuro e perceber o que é que ela pretende em termos de situações, em termos de valias. (T1)</p> <p>[Devido à experiência profissional na PT] (...) eu vendo muito bem ao telefone e hoje em dia (...) lá está, sei passar a mensagem, é a mesma coisa que estares a passar a mensagem a um cego, porque ao telefone... uma coisa é toda a linguagem corporal que tu tens em termos do discurso directo e estás a ver a reacção da pessoa, outra coisa é estares ao telefone, em que tu não vês, então tu habituas-te através da voz, é como se eu fosse cega a falar com outra pessoa não é, por sermos uma linha telefónica. (...) É como se eu fosse cega e estivesse a falar com outra pessoa que pode ser visual ou não, mas neste caso, ambas somos cegas, porque ao telefone a pessoa não vê o que é que eu estou a fazer, nem eu vejo o que é que ela está a fazer. (...) Portanto, a empatia na voz, o timbre de voz, a entoação, a motivação, a ausência, a modelação da voz para não ser monocórdica, quando tu estás a tentar motivar uma pessoa seja pelo que for, faz com que esta aprendizagem via telefone te abra outras portas, para tu quando estás a falar com outras pessoas que têm outro tipo de “handicaps”, à medida que te vais apercebendo, é muito mais versátil, para saberes o que é que hás-de dizer e o que é que não hás-de dizer em termos de discurso. (T1)</p>
<p>Subcat. 3</p>	<p><b>Categoria 2 – TRAJECTÒRIA PROFISSIONAL</b></p>
<p><b>Entrada no CNO do CNED</b></p>	<p>Foi desde Janeiro, foi a 4 de Janeiro de 2009, portanto, há uma ano e tal... (T1)</p> <p>Chego ao CNO após... [pensar] Centro Novas Oportunidades, Centro Novas Oportunidades, Educação, é muito giro e tal, já mandei vários pacientes para cá, mas não sei o que é, olha vou mandar [currículo] para ver o que é que dá. Então mandei [currículo] para “n” CNO’s, irritei-me por estar a fazer certas coisas, porque aí estava a dar formação na PT, estava farta do ambiente... (...) e já não me lembro como é que surgiram as Novas Oportunidades [entrada no CNO como Técnica de ADE], mas foi uma situação em que eu falei em casa com a minha cara-metade e ele disse “manda para isso, experimenta” e eu vim para cá [CNO] por causa da Psicologia (...) mandei apenas em termos de currículo, porque tenho um currículo muito diversificado e</p>

<p><b>Entrada no CNO do CNED</b></p>	<p>nesse âmbito, como sempre gostei muito de Psicologia Comunitária e isso tem a ver um pouco com a população e com o ajudar e com as políticas de proximidade que o Governo está a tentar implementar, não é, eu pensei “epá, vou a isso, vou a isso e vou ver o que é que dá”. (T1)</p> <p>(...) e então quando vim aqui para o CNO, não conhecia ninguém, não sabia exactamente o que é que ia fazer (...) e cheguei cá e foi uma roda viva, porque aqui é sempre uma roda viva, tinha que a aprender tudo e foi quando começaram os Militares começaram a ser chamados e não sei quê e havia uma série de coisas que havia para implementar em termos de instrumentos e como eu não sabia, estava “tábua rasa” não é, portanto, disseram-me para ler umas coisas e depois como sou uma pessoa curiosa, não é, fui sempre perguntando no sentido de não meter água, porque toda a gente mete água, por mais que não queira meter, mas no sentido sempre de perceber os erros que ia fazendo para poder aprender e poder dar uma mais valia em termos de CNED e foi assim. (T1)</p>
	<p>No último ano da Formação de Adultos, ou seja, no 2º ano de mestrado vim realizar um estágio para o CNO, um estágio curricular (...) comecei por ajudar no Diagnóstico e Encaminhamento, também um pouco observei a parte do processo RVCC, mas trabalhei mais na área de Diagnóstico e Encaminhamento e então no final, ou quase no final do estágio, convidaram-me para depois ficar a trabalhar na área do Diagnóstico e Encaminhamento [no CNO do CNED]. (T2)</p>

**TEMA B – ACTIVIDADE PROFISSIONAL**

Subcat. 1	<b>Categoria 1 – OBJECTIVOS E MISSÃO DO DIAGNÓSTICO E ENCAMINHAMENTO</b>
<b>Pertinência da Área de Diagnóstico e Encaminhamento</b>	<p>(...) o Técnico de Diagnóstico e Encaminhamento até 2008 não havia, foi uma figura nova que foi implementada [pela ANQ] face às necessidades que houve, face ao volume de trabalho (...)e isso manifestou uma maior eficiência em termos de distribuição de trabalho (...) [pois de outra forma] (...) o sistema ficava insustentável. (T1)</p>
	<p>(...) o potencial candidato vem aqui ao Centro e o processo normal é inscrever-se na secretaria. É certo que normalmente surgem questões, porque a pessoa está ansiosa, está curiosa e então na medida do possível, para não provocar grande ansiedade e a pessoa não se estar a precipitar em termos do que quer, do que não quer, porque uma pessoa pensa que chega aqui e sabe logo para onde é que vai, mas há 4 passos que têm de ser cumpridos. (T1)</p>
	<p>(...) a parte de Diagnóstico serve muito de motivação, portanto, é o primeiro contacto que o adulto tem com o Centro (...). (T2)</p> <p>[A área do] Diagnóstico e Encaminhamento (...) serve para acolher os adultos, dar-lhes a conhecer todas as ofertas de qualificação que existem, portanto, já não é apenas o processo de RVCC ou o ensino recorrente, portanto, já existem muitas ofertas e o objectivo do Diagnóstico é mesmo esse (...). (T2)</p>
	<p>(...) a fase de diagnóstico é trabalhar muito com os candidatos em termos de comunicação, das expectativas e motivações que os traz e os projectos futuros e como é que ele pode fazer para se motivar, (...) portanto, este é o objectivo do Diagnóstico, trabalhar estas áreas todas. (T2)</p> <p>Antes eles [candidatos] primeiro entravam todos para RVCC, porque era um Centro de RVCC e eram encaminhados todos para essa área e depois no início, ou mais no meio do Processo RVCC, percebia-se que essa não era a melhor área, ou porque eles não tinham as competências, ou mesmo porque eles queriam ir para outra coisa, queriam antes ir para uma escola profissional, queriam ter disciplinas como a Filosofia, a Matemática que não oferece o ensino recorrente e não oferece o Processo RVCC. Portanto, era um bocado mau, porque eles tinham que</p>

	<p>voltar tudo novamente atrás. (T2)</p> <p>[o surgimento do Diagnóstico e do Encaminhamento] foi uma boa área exactamente porque as ofertas também aumentaram e o objectivo dos CNO's aumentou. (T2)</p>
Subcat. 2	<p><b>Categoria 1 – OBJECTIVOS E MISSÃO DO DIAGNÓSTICO E ENCAMINHAMENTO</b></p>
<p><b>Responsabilidades e Competências da Técnica de ADE</b></p>	<p>(...) poder ajudar a organizar e gerir [quem se inscreve nos Centros e quais as ofertas mais adequadas ao seu perfil]. (T1)</p> <p>Seja com invisuais, seja com os outros, pretende-se que a Técnica de Diagnóstico seja comunicativa [porque o seu trabalho] (...) é muito á base da comunicação, é dar-lhe a conhecer [ao candidato] o seguimento, o que é que ele vai fazer depois, não é, e acabar por trabalhar com o candidato mais essas competências do estar e do que é vai ter que demonstrar depois. (T2)</p> <p>[A Técnica de ADE tem de] (...) perceber depois onde é que o adulto se posiciona, mediante o seu contexto de vida, as competências adquiridas, portanto, depois recorrendo a várias sessões, sessões de grupo, outras individuais e no final, propor quais as melhores ofertas para ele seguir e concluir o 9º ano ou o 12º ano, onde o adulto tem sempre a decisão final e depois de percebermos essa parte, o objectivo é então encaminhar. Quando se trata de um encaminhamento para outra oferta, temos então de procurar onde é que ela está, portanto, um curso EFA, o ensino recorrente numa escola mais perto do candidato [área de residência ou local de trabalho], portanto (...) o Diagnóstico, é um pouco para isto, para perceber o contexto do adulto, perceber o que é que o move, as suas expectativas, as suas motivações, projectos futuros também e depois encaminhá-lo, consoante essa análise que nós fizemos. (T2)</p> <p>Usando o exemplo dos Militares (...) aquilo que nós vemos, é perceber que funções é que eles tiveram, como é que se adaptaram a novos contextos, por exemplo, se fizeram formação, se eles fizeram missões também, se estiveram em missões humanitárias que são muito ricas (...) além de que perguntamos sempre “fora da Marinha, o que é que faz, se faz actividades especiais, se trabalham em associações?”, portanto, há muitos candidatos que aproveitam por exemplo a parte da Marinha, em</p>

<p><b>Responsabilidades</b></p> <p><b>e</b></p> <p><b>Competências</b></p> <p><b>da</b></p> <p><b>Técnica de ADE</b></p>	<p>termos de ter cursos de Treinador ou da parte da Educação Física e vão dar aulas por exemplo, há outros que dão aulas de condução, portanto, muitos têm também diferentes áreas (...). (T2)</p> <p>(...) por isso é que as áreas das Ciências da Educação e da Psicologia, se articulam bem nesta área, exactamente porque ok tem um bocado de orientação, porque nós [Técnicas de ADE] fazemos um bocado de orientação, mas também temos muito trabalho das Ciências da Educação, nomeadamente, na parte das ofertas educativas e de como é que surgiu e que tipo de competências é que vamos explorar para saber se tem perfil para RVCC (...). (T2)</p>
<p>Subcat. 1</p>	<p><b>Categoria 2 – ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DAS SESSÕES DE ADE</b></p>
<p><b>Fase de Acolhimento:</b></p> <p><b>Sessão de</b></p> <p><b>Grande Grupo</b></p>	<p>O que eu faço [na Sessão de Grande Grupo] é o seguinte, explico que há diversas ofertas formativas, seja para o 9º ano, seja para o Secundário e que o melhor a fazer é vir a uma das nossas sessões de acolhimento, que existe uma por mês, uma por mês em termos de período ou o período da noite, ou o período da manhã e na sessão de acolhimento, são explicadas todas as ofertas formativas. (...) aquilo tem um Power Point, a situação é feita de acordo, em termos de perceber o que é que as pessoas querem maioritariamente, ou para o Básico, ou para o Secundário. T1</p> <p>(...) e depois aí nessa sessão de acolhimento, eu dou vária documentação para eles preencherem em casa, para depois trazerem na próxima sessão [de Pequeno Grupo] ou na outra [1ª Entrevista Individual], (...) [da qual se destaca] um questionário de onze páginas para preencher, que me ajuda a perceber o perfil e tem também duas questões que é para dizerem numa qual é a melhor oferta formativa para eles e outra para que falem de 2 ou 3 questões da sua vida pessoal ou profissional (...).T1</p> <p>O adulto vem cá inscrever-se no CNO (...) [e] todos têm uma sessão de acolhimento e essa sessão de acolhimento (...) é uma sessão de mais ou menos hora e meia, duas horas, para nós apresentarmos todas as ofertas de qualificação, para adultos e para jovens, RVCC, cursos EFA, Ensino recorrente, CNED [ensino a distância], D.L. 357/2007, para jovens temos cursos profissionais, cursos de Aprendizagem, Educação e Formação, portanto, têm várias ofertas, para além de que também apresentamos uma perspectiva de futuro, como os Maiores de 23, os cursos de especialização tecnológica. (T2)</p>

<p><b>Fase de Acolhimento:</b></p> <p><b>Sessão de Grande Grupo</b></p>	<p>(...). O objectivo é esse, portanto (...) dar a conhecer todas as ofertas que existem, exactamente para que a pessoa perceba as diferenças (...) não é já começar a aprofundar muito o Processo RVCC ou os cursos EFA, é mesmo para que eles percebam as diferenças. (T2)</p> <p>(...) pretende-se fazer mais uma dinâmica [e] saber o percurso que eles [candidatos] tiveram. (T2)</p> <p>Da 1ª sessão para a 2ª sessão, eles [candidatos] levam uns documentos para preencher e entregar na 2ª sessão, levam um questionário, levam actividades que (...) uma delas, é para se posicionarem numa das ofertas para a qual está de acordo com o seu contexto de vida, a outra é para descreverem 2 ou 3 experiências. (T2)</p>
<p>Subcat. 2</p>	<p><b>Categoria 2 – ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DAS SESSÕES DE ADE</b></p>
<p><b>Fase de Acolhimento:</b></p> <p><b>Sessão de Pequeno Grupo</b></p>	<p>(...) passado uma semana [da Sessão de Grande Grupo], temos outra sessão, em que promovo colocarem dúvidas ou questões, (...) vou explicando questões avulso, que eles também vão colocando (...) significa que eu posso melhorar o meu trabalho em termos daquilo que foi dito e as pessoas quando estão muito ansiosas, por vezes ficam comprometidas, porque estão agarradas às suas ideias e isso [sessão de Pequeno Grupo] já é mais uma forma de partir pedra entre aspas, no sentido delas ficarem esclarecidas (...) e é uma forma também de eles se começarem a empenhar no Processo. (T1)</p> <p>Focamos mais sobre o Processo RVCC para também perceberem se faz sentido ou não irem para aquele processo, se faz sentido ou não falarem do seu processo de vida, se faz sentido ou não estarem tão “desacompanhados” quando já não estudam há tanto tempo, talvez melhor seria um EFA ou um EFA de Dupla Certificação, em que poderia melhorar portanto, do ponto de vista escolar, como profissional, portanto, ou RVCC, ou Ensino Recorrente, ou... isso [as ofertas formativas] é tudo assim equacionado para eles irem pensando e se irem mentalizando para o processo pedagógico e porventura profissional. (T1)</p> <p>(...) nomeadamente oito dias depois [da 1ª sessão de acolhimento], temos uma sessão, que é a sessão de Pequeno Grupo (...) e essa sessão serve (...) para ser apresentado novamente o processo RVCC, a primeira parte dessa</p>

<p><b>Fase de Acolhimento:</b></p> <p><b>Sessão de Pequeno Grupo</b></p>	<p>sessão, é de esclarecimento de dúvidas sobre a sessão anterior e depois começa-se a apresentar o Processo de RVCC, o CNED também, o D.L. 357/2007, aquelas ofertas que eles se posicionam mais, de uma forma mais aprofundada. O Processo de RVCC também porquê? Porque é muito complexo, é muito diferente do modelo escolar e então os adultos normalmente não o percebem logo desde início. Conseguem perceber que é um processo onde têm que demonstrar competências que são adquiridas ao longo da vida, só que não conseguem perceber logo, principalmente na parte do Referencial, ou seja, quais são os temas que temos de falar e é mais ou menos sobre isso que se coloca na 2ª sessão. (...) É óbvio que também falo um bocadinho nesses temas do referencial, também para eles perceberem o que é que estamos a falar. “Ok, já percebi que é através da história de vida, mas agora o que é que nós temos de articular, o que é que temos de mostrar?”. (...) na 2ª sessão já é trabalhado mais, por exemplo, o tipo de competência que se trabalha naquela área. Portanto, o objectivo também não é descodificar o Referencial, porque isso depois, fazem as Profissionais [de RVCC], é mais dar um ou outro exemplo. (T2)</p>
<p>Subcat. 3</p>	<p><b>Categoria 2 – ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DAS SESSÕES DE ADE</b></p>
<p><b>Fase de Diagnóstico:</b></p> <p><b>1ª Entrevista Individual</b></p>	<p>Nessa fase, portanto eles vêm à primeira entrevista, começa-se a perceber o que é que eles querem ou não para eu começar a procurar ofertas, ou dizer ofertas que já estejam em aberto [por exemplo] perto do local de trabalho deles (...). (T1)</p> <p>[Na 1ª Entrevista Individual, vou] mesmo motivando dentro das ofertas que estão em aberto, se querem escolher outras ofertas, porque [à partida] já têm tipificado aquilo que pretendem e nesse sentido também, se deslocarem às instituições onde estão disponíveis essas ofertas, ou para se poderem ir inscrever, ou perceberem se o horário dá para eles, se gostam da instituição, se têm fáceis acessos em termos de autocarro, em termos de estacionamento, em termos se a zona é uma “zona vermelha” entre aspas, se é uma zona que tem muitos assaltos ou não tem, se é mais perto do trabalho, porque eles querem, se é mais perto de casa porque eles querem, portanto todo o tipo de pormenores e detalhes que à partida não parecem importantes, mas depois fazem a diferença. (T1)</p> <p>Se [uma das ofertas formativas mais adequadas ao candidato] é 357 [D.L.] e ainda não trouxeram o certificado de habilitações, têm que o ir buscar,</p>

	<p>se o certificado de habilitações é antigo e tem mais do que um percurso, tem que se pedir o registo biográfico à escola, porque o 357 [D.L.] tem a ver com planos extintos ou em vias de extinção, que faz com que depois tenhamos aqui uma especialista, que é a Dr.ª Clotilde, que vai analisar o processo e se houver mais do que um processo, ela vai escolher o processo que é mais eficiente para o candidato, em termos de ter o mínimo de cadeiras. (T1)</p>
<p><b>Fase de Diagnóstico:</b></p> <p><b>1ª Entrevista Individual</b></p>	<p>Para a sessão individual, já nós lemos os documentos [e] (...) principalmente vemos o seu percurso de vida, que já nos dá esses documentos que eles preencheram (...) por isso é que convém mesmo que eles os tragam na 2ª sessão [Sessão de Pequeno Grupo]. Depois de tentarmos analisar os documentos, percebemos o que é que podemos aprofundar dali e o que é que não e depois na entrevista clarificamos esses assuntos, puxamos também por outros. (T2)</p> <p>É uma entrevista que se trabalha também muito, lá está, as expectativas, as motivações que o candidato traz, o porquê de não ter, ou o porquê de só agora estar a retomar os estudos, porque é que não retomou antes, se quer seguir para o ensino superior, porque há ofertas que podem ser mais adequadas para eles depois seguirem para o ensino superior. (T2)</p> <p>[Pretende-se explorar também] as suas competências, ao nível pessoal, das línguas estrangeiras, competências tecnológicas, todas aquelas que são mais precisas também no processo no processo RVCC (...). (T2)</p> <p>(...) é mais de tirar dúvidas e saber como é que eles interpretam o tipo de aprendizagens, não apenas para ver por exemplo que “Sou da Marinha, estive estes anos a fazer tal...”, mas sim, é para ver as aprendizagens que retiraram, ou do quotidiano, ou por exemplo, os certificados de formação que eles têm, e que aprendizagens mobilizaram para o seu contexto de trabalho. (T2)</p> <p>E depois, o também fundamental dessas questões, é que se pretende ver também a disponibilidade (...). (...) portanto, se uma pessoa trabalha, como temos várias pessoas, imensas horas por dia, não tem completamente disponibilidade para fazer um percurso num regime presencial, portanto, temos de verificar outros [percursos formativos], nós também não lhes podemos “cortar as pernas” por causa disso. (T2)</p>



<p><b>Fase de Diagnóstico:</b></p> <p><b>1ª Entrevista Individual</b></p>	<p>(...) a 1ª fase de diagnóstico, trabalha muito as experiências individuais e eu quero saber tudo isso (...) para saber se a pessoa tem perfil para processo RVCC [ou para outra oferta formativa mais adequada]. (...) principalmente quando eles escolhem o Processo RVCC, temos que trabalhar muito essas áreas. Se eles não escolhem, trabalhamos também à mesma, mas não tanto, portanto, é diferente. (T2)</p> <p>É um pouco mais para esclarecer essas dúvidas e para começarmos a perceber qual é a oferta que é mais adequada para o candidato (...). Claro que também se um candidato chega aqui desempregado e numa situação bastante difícil e nós temos um curso EFA com bolsa, claro que nós não vamos andar a trabalhar as competências que ele adquiriu ao longo da vida, portanto, se a outra oferta é mais indicada para ele, nós encaminhamo-lo para o curso EFA, ou mesmo se ele escolhe outro tipo de oferta. (T2)</p>
<p>Subcat. 4</p>	<p><b>Categoria 2 – ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DAS SESSÕES DE ADE</b></p>
<p><b>Fase de Diagnóstico:</b></p> <p><b>2ª Entrevista Individual</b></p>	<p>E depois em termos [de encaminhamento dos candidatos] (...) explico as diversas opções, falando também acerca das vantagens e desvantagens, que é muito importante para os adultos que estão um pouco congelados e não se apercebem à partida das vantagens e desvantagens que vão ter. (T1)</p> <p>Para simplificar, há um pequeno debate, no sentido de poder clarificar, porque neste momento, já não é o adulto que decide o encaminhamento e isto é um passo muito importante, porque antigamente a pessoa podia não ter perfil absolutamente nenhum e dizia “ah, eu quero o RVCC, porque é mais rápido e não sei quê” e eu dizia “mas você não tem perfil” e a pessoa dizia “não interessa, eu quero RVCC” e tinha que ser e neste momento não, nós só temos que dizer assim “não vou encaminhá-lo para RVCC porque isto não é o correcto para si, você vai andar a perder tempo, a mim, aos técnicos, a si, você vai desistir e vai ser depois um candidato infeliz, frustrado e depois diz que afinal não queria e que não lhe explicaram bem” e esses passos podem ficar em agenda. [Esta é uma medida muito recente, que se aplica a] Todas as ofertas. (...) É evidente que ao explicar esta situação, faz com que a pessoa comigo ainda não tivesse tido a ousadia de dizer “é só isto que há? então não quero”,</p>

	<p>pronto, o que pode acontecer é a ousadia passiva, é deixarem de comparecer às sessões (...) “porque afinal não vale a pena, porque era isto que eu queria, se não é assim já não quero”, é assim. (T1)</p> <p>[A] (...) 2ª sessão [entrevista individual] então é já o legitimar do encaminhamento em si e se tiver sorte, faço já o encaminhamento efectivo, no sentido de dizer assim “então pronto, você vai para este curso, vai começar e o que eu lhe peço depois é que você me traga a ficha de inscrição, para eu poder fechar efectivamente o processo. Caso o encaminhamento [para oferta formativa exterior ao CNO] não comece agora, comece daqui a dois meses ou três, eu fico a aguardar a ficha de inscrição ou dou o meu email para eles enviarem por scanner, ou para virem com carta pessoalmente trazerem (...). (T1)</p> <p>[No caso de Encaminhamento para Ensino Recorrente] é preciso ver as escolas de referência [para candidatos invisuais] para ver o que é o ensino adaptado, o ensino adaptado no sentido também em termos de instalações, se são amigáveis para eles e nesse sentido, posso enviar se as pessoas quiserem, à espera de turma (...). (T1)</p> <p><b>Fase de Diagnóstico:</b></p> <p><b>2ª Entrevista Individual</b></p> <p>Há uma nova sessão [2ª entrevista individual] e essa sessão portanto é para nós colocarmos as propostas de encaminhamento e depois, tendo em conta que já analisámos os documentos, e depois analisámos também os dados da 1ª entrevista [individual], portanto, acho que já estamos prontos [para indicar as propostas de encaminhamento]. Claro que há sempre algumas dúvidas, principalmente porque a área de diagnóstico é muito inicial, há sempre também algumas dúvidas. Portanto, há candidatos que percebe-se logo qual é que é o seu perfil e quais as ofertas [para encaminhar] e então nós na 2ª entrevista, propomos o encaminhamento, propomos a oferta e as vantagens e desvantagens que ela traz para o candidato. Se ele tiver, imagina, se nós apresentarmos o Processo RVCC [como proposta de encaminhamento] e o candidato também opta logo, não vale a pena estarmos a fazer outra entrevista [uma 3ª], nós formalizamos logo nesse dia o encaminhamento, “é para Processo RVCC”. (T2)</p>
Subcat. 5	<b>Categoria 2 – ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DAS SESSÕES DE ADE</b>
	[Quando a oferta para a qual o candidato é encaminhado não começa no momento, por vezes] (...) digo [ao candidato] que combinamos outra

<p><b>Fase de Diagnóstico:</b></p> <p><b>3ª Entrevista Individual</b></p>	<p>sessão para perceber, uma vez que a pessoa pode começar a ficar baralhada e as coisas não correrem tão bem como à partida em termos de modelo correriam. (T1)</p>
	<p>Agora, quando às vezes há casos mais complicados, por exemplo, quando nós dizemos que talvez seria melhor um Curso EFA, a pessoa tendo em conta que é um curso dado todos os dias, a pessoa tem que ter alguma consciência naquela decisão que vai tomar, de falar também com a família. O que acontece nessas situações, é que vai ter de haver uma 3ª entrevista para que ele formalize o encaminhamento. Normalmente, é só aquela 1ª e a 2ª, mas se houver também esses casos de maior necessidade, nós fazemos uma 3ª [entrevista individual]. (T2)</p>
Subcat. 6	<b>Categoria 2 – ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DAS SESSÕES DE ADE</b>
<p><b>Sessões de ADE:</b></p> <p><b>Estratégias ao nível da Organização</b></p>	<p>[Eu] (...) estou responsável pelo [D.L.] 357 e portanto, acaba por ser uma responsabilidade digamos extra, porque havia outra técnica que explicava o [D.L.] 357 e eu passei a responsabilizar-me pelo 357 e pelos candidatos que queriam o 357 e nas entrevistas, para não estar a fazer uma entrevista de grupo, para não estar a [aguardar o] acumular [de] um número suficiente de candidatos, 15 ou 20, para fazer só uma entrevista de grupo, em termos operacionais, achei por bem fazer a situação em termos de acolhimento genérico, pergunto quantos deles é que pretendem ir para isto ou para aquilo, dou uma luz em termos genéricos do que é que se trata cada coisa e falo de todas as ofertas e depois caso a caso, explico melhor e dou mais material, que é para não estar a dar tanto material, para a pessoa depois não se perder e perder a percepção do que é essencial e também para poder reflectir, para sentir a falta de algo para perguntar e assim, se poder começar a questionar, para ser mais curioso. (T1)</p> <p>(...) este processo [ADE] é suposto ser de 4 semanas, uma vez por semana cada um (...), se vejo que a pessoa está mais encaminhada para RVCC [e esse é o encaminhamento mais adequado ao seu perfil], posso cortar a 2ª entrevista [ainda que] (...) a pessoa [tenha] (...) sempre a necessidade de reflectir e de ir falar para casa, para depois dar a resposta, para não estar a tomar depois decisões erradas, porque há sempre um carácter de reflexão para a pessoa ver como é que é a sua vida, para fazer a decisão a frio (...). (T1)</p>

<p><b>Sessões de ADE:</b></p> <p><b>Estratégias ao nível da Organização</b></p>	<p>(...) pergunto se quer [sessão de acolhimento] de manhã, se quer de noite. (T2)</p> <p>(...) eu tinha muito cuidado sempre que lhe dava as folhas [candidato invisual], dizer-lhe sempre quantas folhas é que eram, esse candidato foi “não as perca, são três, porque esta aqui é para si, mas esta aqui não interessa, esta depois fica consigo, mas estas três tem de me trazer de volta”, pronto é diferente (...). (T2)</p> <p>Se não trazem [os documentos e o formulário com as duas questões] na 2ª sessão, damos o e-mail para que eles possam enviar até à entrevista [1ª entrevista individual], portanto, é um pouco por aí. (T2)</p>
<p>Subcat. 7</p>	<p><b>Categoria 2 – ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DAS SESSÕES DE ADE</b></p>
<p><b>Sessões de ADE:</b></p> <p><b>Estratégias ao nível das Actividades</b></p>	<p>(...) às vezes também brinco um bocado com os candidatos, meto-os a falar sobre a actualidade, sobre o que é que se passa, principalmente (...) ao nível dos jovens, falo a partir mais ou menos dos 25 anos (...). (T2)</p> <p>(...) às vezes, eu até faço um quadro [na 1ª sessão de acolhimento], para eles perceberem as diferenças, portanto depende um pouco também do público que temos à frente. (...) Ou seja, se por exemplo um dos candidatos ainda não percebeu bem a diferença entre duas ofertas, eu faço o esquema, por vezes tabelas, outras vezes faço esquemas com umas setas, mas muitas vezes também não preciso de fazer porque não há questões. (T2)</p> <p>Portanto, essa actividade [entrega de formulário com 2 questões, aos candidatos] colocámo-la também porque é bom por exemplo, se escolherem o Processo RVCC, vemos também o nível da escrita, que tipo de competências é que têm, e quais consideram mais significativas. (...) Em vez de estarmos a preencher na sessão os documentos, o objectivo é que eles tragam para a 2ª sessão e também se tire dúvidas relativamente ao preenchimento dos documentos, para além do currículo e dos documentos também mais formais. (T2)</p>
<p>Subcat. 8</p>	<p><b>Categoria 2 – ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DAS SESSÕES DE ADE</b></p>
	<p>(...) toda a motivação que o formador consegue promover face ao público alvo que tem em sala [através de determinadas questões] (...) faz com que a pessoa esteja atenta e ao ir promovendo o questionar “e se tiverem</p>

<p><b>Sessões de ADE:</b></p>	<p>alguma questão, coloquem-na e se tiverem alguma situação que não estiverem a perceber bem, perguntem de novo”, estas paragens que eu vou fazendo ao longo da sessão, em termos de acolhimento, dá às pessoas que estão a trabalhar o dia todo ou não, se sintam mais importantes, se sintam queridas e façam com que se sintam desejadas e que sintam que alguém está ali a preocupar-se com elas e isso, nem o melhor Power Point do mundo consegue fazer. <b>(T1)</b></p> <p>(...) como cada caso é um caso, o facto de eu explicar uma coisa e explicar de várias maneiras a mesma coisa e quando estão a pôr questões, é porque alguém não percebeu ou então traz ali outra questão encapotada, que também pode ser a de mais outras pessoas, faz com que isto desperte a motivação em todos, porque eu posso ser uma pessoa que seja normovisual, que vai para ali e se achar uma situação tipo “Charlie Brown”, porque a pessoa está só “blá blá, blá blá”, tipo enfadonho, é a mesma coisa que a pessoa ser cega, correcto (...). <b>(T1)</b></p>
<p><b>Estratégias ao nível da Metodologia</b></p>	<p>Passar as experiências de vida para o papel é um bocado difícil, ou bastante difícil para vários candidatos, portanto, ver também se eles costumam ler. Por exemplo, quando falamos na área da escrita, perguntamos também aos Militares, se fazem relatórios na Marinha, portanto, outras actividades que eles depois lembram-se “ah, afinal até costumo escrever”, é tudo por aí. Por exemplo, Língua Estrangeira, para o Secundário, tem que haver uma Língua Estrangeira, que não é algo muito aprofundado, ninguém sai do 12º ano a perceber completamente Inglês ou Francês, portanto não é isso que se pretende... e então, nós perguntamos se aprendeu na escola, se continuou a desenvolver ao longo da vida, se no trabalho, por exemplo, se nas missões trabalharam com outra língua ou o contacto com outras culturas como é que foi, a importância da Língua Estrangeira na integração para onde foram, é um pouco por aí. E a parte tecnológica, portanto, se o Processo for todo através do computador, uma pessoa que nunca tenha mexido no computador, também é mais difícil porque uma pessoa que já tenha mexido no computador, mas que não utilize, porque há pessoas que não têm necessidade, mas as pessoas que já utilizaram para alguma coisa, que já alguma vez tiveram necessidade e já utilizaram, conseguiram e fizeram. Portanto, se eles fazem logo em Word, se não fazem, nós começamos também logo a perceber se eles têm competências nessa área e mesmo</p>

<p><b>Sessões de ADE:</b></p> <p><b>Estratégias ao nível da Metodologia</b></p>	<p>até se a pessoa costuma ir à Internet, fazer pagamentos, pesquisar, também acabam por ser áreas que no fundo a pessoa consiga ter outro tipo de “recepção” [do Processo RVCC] (...). (T2)</p> <p>Portanto, ele [candidato invisual] veio meia hora mais cedo, nós preenchemos os documentos, eu ia-lhe colocando algumas questões e depois há alturas em que nós não colocamos propriamente a questão, vamos antes falando com o candidato e vai surgindo e depois nós colocamos outras perguntas. É como o caso de fazer uma entrevista, a pessoa vai perguntando e aquilo aparece depois tudo trocado, não aparece exactamente aquela forma de fazer as perguntas e então eu ia perguntando, ele ia respondendo. Aliás, isso ajudou muito também depois à 1ª entrevista porque eu quando fui para a 1ª entrevista, já conhecia muito o percurso do candidato. (T2)</p> <p>(...) portanto, na sessão de Pequeno Grupo marca-se com cada um logo uma entrevista individual. É muito importante que eles tenham logo uma data de uma próxima [2ª entrevista individual], porque senão as pessoas desmotivam completamente, por isso é muito importante que eles tenham logo a data de uma 2ª sessão. (T2)</p>
<p>Subcat. 9</p>	<p><b>Categoria 2 – ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DAS SESSÕES DE ADE</b></p>
<p><b>Sessões de ADE:</b></p> <p><b>Estratégias utilizadas com Candidatos Invisuais</b></p>	<p>(...) eu tento sempre de tratá-los no sentido da inclusão, não da exclusão. Nesse sentido, o que me parece e é a política que tem vindo a ser adoptada em termos de Pedagogia, cada vez mais é um processo inclusivo. E eles não gostam de ser tratados como coitadinhos, porque temos aqui duas vertentes, ou se viram contra nós, ou então aproveitam-se disso e das duas maneiras não é passível, podem é tentar açambarcar o tempo em sessão para falar acerca do seu caso, uma vez que têm uma grande ansiedade de ver o seu caso resolvido e sentem-se sem voz. E essa situação por exemplo, manifestou-se com o rapaz de Alcoitão, que já tinha falado várias vezes com a Cátia e também quis vir à sessão de grupo, para ver as ofertas todas e dizer mais uma vez a sua situação e eu disse-lhe que era importante ele vir, para fazer a triagem em termos de ponto da situação, uma vez que ele ainda não tinha sido encaminhado e andava assim e como já se tinha passado algum tempo (...). (T1)</p>

<p><b>Sessões de ADE:</b></p> <p><b>Estratégias utilizadas com Candidatos Invisuais</b></p>	<p>Aí se nota que eu não os trato de forma diferente, não é? (...) [ainda que exista] (...) toda uma série de cuidados que a pessoa vai tendo em atenção, como o que é que não se diz a um cego, tipo “está a ver, não está?”, não se diz, há palavras que por cortesia se têm de evitar não é, “olhe, venha por aqui”, também não se diz não é, “por aqui por onde, olha vira, vira!”, não é, tem que se agarrar no braço e dizer “então, vamos agora para a direita, olhe tem aí um degrau”, mas tudo com uma naturalidade que é exigível (...). (T1)</p> <p>(...) e mesmo em termos de entrevista, o olhar olhos nos olhos não se põe, em termos de entrevista em que se deve ter um olhar sincero e em termos da linguagem corporal (...) [que] diz-nos muito não é, em termos de mobilidade e em termos de tudo (...) há outras coisas que tem de se usar, a voz torna-se muito mais importante, porque é a imagem do CNO. (T1)</p> <p>(...) acabas por ler [a informação], de uma forma mais pausada do que se fosse com uma pessoa normovisual. (T1)</p> <p>E reformular, reformular mais vezes, perceber se o candidato está a perceber ou não (...) com brincadeira, não é? O humor [deve ser] (...) usado (...). (T1)</p>
<p>Subcat. 10</p>	<p><b>Categoria 2 – ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DAS SESSÕES DE ADE</b></p>
<p><b>Sessões de ADE:</b></p> <p><b>Estratégias com Candidatos que já realizaram P. RVCC</b></p>	<p>A pessoa que vai para o Secundário e veio do Básico [Processo RVCC], até começamos logo a perguntar “que tipo de dificuldades teve no Básico, como é que vamos seguir agora para o Secundário, se é por RVCC se é por outra via”, (...) o que é que aconteceu, portanto, que dificuldade é que houve. (T2)</p> <p>[No caso de um candidato invisual que acompanhei] (...) exactamente porque já tinha passado pelo Básico, já nós conhecíamos as competências que ele tinha, que neste caso, ele não tinha o perfil para Processo RVCC Secundário, portanto, já o Básico foi muito difícil de fazer, portanto, ele não tinha o perfil para Processo RVCC de Secundário, já o conhecíamos, portanto o objectivo foi fazer sessões individuais também para falar de “talvez fosse melhor aprender a parte da informática, ir aprender Inglês, ir aprender uma ou outra área”, portanto, foi mais nessa lógica que foram</p>

<p><b>Sessões de ADE:</b></p> <p><b>Estratégias com Candidatos que já realizaram P. RVCC</b></p>	<p>feitas as sessões individuais. (...) ele realmente não tinha potencial, e ele só vai conseguir validar uma ou outra competência. Portanto, ele agora está em RVCC, já começou há muito tempo [mas propositadamente] (...) o diagnóstico dele foi espaçado, exactamente para que ele fosse para casa reflectir do género, “se calhar, se me está a dizer que o melhor era seguir outro percurso formativo, se calhar devo ir”, mas mesmo assim o candidato continuou sempre com a vontade de seguir para processo RVCC até ao final. (T2)</p>
<p>Subcat. 11</p>	<p><b>Categoria 2 – ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DAS SESSÕES DE ADE</b></p>
<p><b>Encaminhamento para Processo RVCC:</b></p> <p><b>Requisitos Necessários</b></p>	<p>Para o Processo RVCC Básico, [os candidatos] têm de ter 18 anos, para o Secundário, [os candidatos] têm que ter no mínimo 3 anos de experiência profissional, que também deveriam ter para o Básico (...). (T2)</p> <p>A experiência de vida, claro (...) porque no fundo, vais trabalhar é a experiência de vida (...) um dos requisitos é mesmo esse, ter uma diversidade de vida (...) se foi trabalhando em vários departamentos, se desenvolveu funções diferentes. (T2)</p> <p>(...) para além disso [experiência de vida] ter também uma boa parte critica (...) [porque] quando eles não têm muita experiência profissional, há jovens que mesmo assim conseguem fazer o processo RVCC (...) porque o Processo RVCC, como sabes, tem 4 contextos para tu validares [domínios de referência]. Se tu adquiriste a competência no contexto pessoal, falas mais no contexto pessoal, se no profissional, falas mais desse... portanto, tens que optar por 2 daquelas 4, se ele não teve tanta experiência profissional, não pode optar tanto por essa, não pode demonstrar uma competência que não adquiriu nesse contexto e então se ele tiver uma boa capacidade de reflexão consegue trabalhar ao nível do contexto institucional e do contexto macroestrutural e acontece isso um bocado com as pessoas que têm pouca experiência profissional. (T2)</p> <p>(...) e a parte do “costuma ler, tem hábitos de leitura, tem hábitos de escrita... a escrita também é muito importante, portanto uma pessoa que pouco saiba escrever, é muito complicado fazer o Processo RVCC, porque ele é à base da escrita. (T2)</p>



<p><b>Encaminhamento para</b></p> <p><b>Processo RVCC:</b></p> <p><b>Requisitos Necessários</b></p>	<p>(...) [mas] lá está, nós não lhes podemos “cortar as pernas”, se ele [candidato] decide seguir para RVCC, a palavra do candidato prevalece, portanto nós não podemos “cortar as pernas”, agora, nós tentamos é dar a nossa opinião e dizer realmente qual é a [oferta] mais adequada. (T2)</p>
<p>Subcat. 12</p>	<p><b>Categoria 2 – ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DAS SESSÕES DE ADE</b></p>
<p><b>Encaminhamento para</b></p> <p><b>P. RVCC:</b></p> <p><b>Transmissão de</b></p> <p><b>informação à Equipa</b></p> <p><b>Técnico-pedagógica</b></p>	<p>Queres saber se é por reunião, se é algo formal? É assim, existe no final de diagnóstico, nós fazemos assim um género de um relatório a dizer as competências que encontramos entre outras coisas, (...) existem aquelas fichas de registo, há uma parte final, que é um parecer que a Técnica [de ADE] tem, (...) eles [candidatos] depois ficam em “para inserir em grupos”, ficam a aguardar por 30 candidatos para começar grupo, quando começa o grupo, nós já sabemos, eu sei o nome dos meus candidatos, falo com as Profissionais de RVCC e digo o que é que achei deles, mas elas também podem ler aquilo [o parecer], mas é mais sobre casos com muito potencial ou menos potencial (...). (...) portanto, aconteceu com aquele invisual, como por exemplo, com candidatos que têm muito potencial para RVCC e dizemos “ah, este candidato isto, isto e isto, está extremamente motivado, é muito bom, aquelas coisas”, como também quando não tem tanto potencial “ah, temos que ver, se ele não conseguir RVCC se tem disponibilidade para fazer outro percurso”. (T2)</p> <p>(...) mas é assim, no único caso que eu encaminhei [um candidato invisual] para RVCC, já toda a gente conhecia, por isso já nem precisava quase de estar a transmitir, mas pronto, estive a dizer o que é eu sabia, mas numa conversa um pouco mais informal, portanto, não foi em nenhuma reunião em que nos juntámos e transmitimos essa informação, foi algo mais informal do género “este candidato tem de ser assim, ele também tem um feitio um bocado mais teimoso, mais persistente, temos que trabalhar muito no sentido de ver se ele realmente consegue fazer o processo RVCC, porque isso para ele era o que ele queria, mas claro que o processo RVCC [Secundário] é mais autónomo, não tem experiência de vida profissional, não podemos fazer “nada” não é? Se a pessoa não consegue, nós não podemos fazer nada não é, a não ser acompanhá-lo muito para que ele consiga, mas se ele realmente não consegue, que foi o caso, acabamos por não poder fazer nada”. (T2)</p> <p>[Mas] aliás, lá está, é a tal situação, tanto transmites quando é um</p>

	invisual, como quando é um normovisual. (...) Portanto, a informação é transmitida [à Equipa Técnico-pedagógica] da mesma forma para todos. (T2)
Subcat. 13	<b>Categoria 2 – ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DAS SESSÕES DE ADE</b>
<p><b>Encaminhamento para P.</b></p> <p><b>RVCC:</b></p> <p><b>Importância do Trabalho de Equipa</b></p>	<p>(...) o trabalho de equipa está em todo o lado (...) o trabalho de equipa aqui é e sempre foi fundamental. (T1)</p> <p>(...) nós temos de trabalhar em termos de trabalho de equipa, porque nos ajuda no encaminhamento, quando é para RVCC por exemplo, saber quando é que os grupos começam, porque temos de falar com as profissionais, seja do Básico, seja do Secundário, porque se soubermos quando é que começam [com uma turma nova], então sabemos também as [datas das] sessões (...). (T1)</p> <p>[o trabalho de equipa é importante também, uma vez que] (...) há pessoas que já fizeram aqui RVCC B2 [6º ano], mas que já não conseguem ir para B3 e quando nós [Técnicas de ADE] propomos o RVCC para o Básico, nos invisuais, como nos outros, para fazer o RVCC do Básico B3, as profissionais por vezes dizem-nos “olha, ele tem capacidades para fazer isto, mas não tem para fazer aquilo e vai ficar pelo B2, não vai para B3” e então aí tem de ser um processo de encaminhamento para fazer o B3 no sentido de um EFA, ou seja, profissional ou escolar (...) [ou noutra via mais adequada]. (T1)</p> <p>(...) é importante estar sempre [a trocar informações], até porque temos uma proximidade com as profissionais, pois estão na sala ao lado, porque nos ajuda a discernir e a perceber em termos dos candidatos, o que é que se pretende fazer, ou se o candidato não está a rentabilizar aquilo que deveria, não é e ele pensava também que era uma boa opção, mas depois ouviu falar ou começou a pensar melhor, ou prefere apenas outro projecto de vida, porque os adultos por serem adultos, não significa que tenham uma maturidade à altura da idade que têm, seja lá isso o que for e pode haver aqueles reveses na vida que a pessoa não tinha até aí e realmente estava a trabalhar e depois fica desempregado e pensa que é melhor investir em formação profissional, pronto e é legítimo e em termos de perfil, também se considera adequado. (T1)</p>
Subcat. 14	<b>Categoria 2 – ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DAS SESSÕES DE ADE</b>
	Um já encaminhei para maiores de 23, para o Centro de Massagens [da

<p><b>Encaminhamento p/ Oferta Formativa exterior ao CNO:</b></p> <p><b>Exemplos de Experiencias com Candidatos Invisuais</b></p>	<p>Escola Profissional] de Alcoitão, para a Universidade [Ensino Superior, que] (...) já tinha tido entrevistas com a Cátia e a Cátia disse que o que ele queria era mesmo nesse sentido e ele estava mesmo vocacionado para esse sentido e levando o papel do Plano Pessoal de Qualificação [PPQ] em termos de encaminhamento, isso ajudava a legitimar e a dar mais força (...) e a probabilidade da coisa ir para a frente era muito maior (...) e como ele já tinha bastante prática em termos de massagem, já tinha feito cursos técnico-profissionais [que lhe deram equivalência ao 9º ano] (...) já tinha estado a trabalhar em clínicas (...) era aquilo que lhe fazia mais sentido e falei-lhe acerca das vantagens e das desvantagens do curso e em termos da resistência à frustração, porque se depois não conseguisse entrar nos maiores de 23, teria de voltar para trás e ele era só essa opção que ele equacionava e face às poucas opções que existem, uma vez que eles lá tinham meios para o receber, fiz esse encaminhamento, que estou à espera ainda da ficha de inscrição. (...) não posso dizer que ele esteja completamente apto em termos do Ensino Superior, mas também como já teve várias situações em termos de ter competências e prática em termos profissionais (...) portanto, quer tentar, quer tentar. (T1)</p> <p>O Carlos Carson, foi aquele que eu encaminhei para o Ensino Recorrente (...) para a [Escola Secundária] Maria Amália, mas ele só vai entrar em Setembro, ele quis esse percurso. (T1)</p> <p>Eu expliquei-lhe o que é que era para fazer nas actividades. Aliás, eu acho que ele nem fez a 1ª actividade, mas fez a a 2ª, que era a descrição das experiências (...) em casa, tinha muitos erros, exactamente porque ele não conseguia trabalhar bem com o computador. Ele era, é, telefonista penso que é no IEPF e ele também por isso, trabalhava às vezes com o computador, mas mesmo assim ele não percebia muito bem do computador. A actividade vinha cheia de erros, mas dava para perceber mais ou menos a ideia que ele queria transmitir. Isso ele trouxe-me da 1ª para a 2ª sessão. Na 2ª sessão, no início nós fizemos o questionário e ele já trazia as actividades e eu aproveitei logo para tirar dúvidas sobre as actividades porque ele tinha mesmo muitos erros e eram muito pequenas e portanto eu também não conseguia descobrir muita coisa da experiência de vida [sem falar com ele]. Depois lá está, nós começámos a 2ª sessão, foi exactamente normal como a 1ª, foi para todo o grupo e ele também sentia-se exactamente normal e depois na entrevista [individual]</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>Encaminhamento p/ Oferta Formativa exterior ao CNO:</b></p> <p><b>Exemplos de Experiencias com Candidatos Invisuais</b></p>	<p>é que eu já conhecia muito do candidato. Na 1ª entrevista [individual], eu já sabia que ele não tinha perfil para o Processo RVCC, portanto, porque era muito novinho, porque ele não tinha experiência profissional, passou só por essa experiência de telefonista, trabalhava penso que há um ano como telefonista, não tinha basicamente mais experiências nenhuma, o computador lá está era muito difícil escrever, a língua estrangeira também não sabia e ele tinha perspectivas de futuro a nível do prosseguimento de estudos e tinha tempo também, que é uma coisa que... a disponibilidade ao final dos dias é muito importante. E então eu achei que o melhor, seria um percurso formativo, ou os cursos EFA ou o ensino recorrente, conforme ele ou quisesse disciplinas digamos mais tradicionais ou disciplinas mais relacionadas com a formação de adultos e com a experiência de vida, que é o caso dos cursos EFA, ver qual é que se adaptava mais a ele. Neste caso, é daquelas coisas, nós não podemos ver [só] o que mais se adapta à pessoa, mas sim, o que existe para aquela pessoa. (T2)</p>
<p>Subcat. 15</p>	<p><b>Categoria 2 – ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DAS SESSÕES DE ADE</b></p>
<p><b>Encaminhamento p/ Oferta Formativa exterior ao CNO:</b></p> <p><b>Entidades que recebem Publico Invisual</b></p>	<p>Em termos de entidade (...) tenho uma lista com várias entidades que me foi facilitada (...) [e] o que eu tenho vindo a verificar, é que há algumas entidades de referência como a ACAPO (...). (T1)</p> <p>(...) falei para a DREL e na DREL disseram-me que há lá um sitio de referência que dava as escolas de referência para os cegos poderem fazer o ensino recorrente (...) [e] em termos de ensino recorrente, há muitas [Escolas] que podem [receber candidatos invisuais] (...) agora resta saber a disponibilidade efectiva que existe depois em termos de começo. (T1)</p> <p>A Casa Pia, vem como uma boa solução, no sentido de tirar os cegos da Infoexclusão, em termos da parte Tecnológica, para poderem fazer a Informática e poderem crescer naquela linguagem adaptada aos cegos, para eles poderem ser mais independentes no âmbito da Informática e possibilitar uma formação. (...) É algo que vai ajudando (...).(T1)</p> <p>Em termos dos outros Centros de Formação, há vários que dizem que sim (...). (T1)</p> <p>(...) as escolas, lá está, como têm o ensino diurno, como também têm o</p>

	<p>ensino nocturno, acabam por ter sempre um Psicólogo, ou um Professor que vá acompanhando o invisual, que neste caso também têm no ensino recorrente, porque no ensino diurno temos conseguindo. (T2)</p> <p>Aquilo que eu achei mais fácil [em termos de encaminhamento de candidatos invisuais, para oferta exterior ao CNO do CNED], foi o ensino recorrente, que é da área das escolas, lá está, muitas têm que ter um professor para acompanhamento de invisuais, muitas entre aspas, mas as escolas estão mais flexíveis para isso, porque eles também têm invisuais no ensino diurno, portanto, é diferente em relação aos EFAs. (...) Porque o ensino recorrente, lá está, a escola está naquela lógica inclusiva não é, o invisual deve ser integrado na turma, o ensino recorrente é a mesma coisa, não há turmas de invisuais, portanto, é um invisual que têm de integrar naquela turma, mas tem o acompanhamento de um professor, há sempre um acompanhamento qualquer. (T2)</p>
Subcat. 1	<b>Categoria 3 – ACTIVIDADE POFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b>
<b>Realização de Sessões com Candidatos Cegos</b>	Já tive quatro entrevistas com invisuais, invisuais ou amblíopes, digo, cinco. (T1)
	(...) eu ainda não acompanhei muitos invisuais (...). [Realizei sessões com] (...) três, quatro candidatos, foi só isso. (T2)
	Eu acompanhei 2 candidatos invisuais, do acolhimento ao final. (T2)
Subcat. 2	<b>Categoria 3 – ACTIVIDADE POFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b>
<b>Nível de Conhecimento do Público Invisual</b>	Não [nunca tinha trabalhado com público invisual antes de entrar para o CNO do CNED], (...) [e] não fiz nenhum trabalho sobre isso, nem como voluntariado nem na Licenciatura. (T2)
Subcat. 3	<b>Categoria 3 – ACTIVIDADE POFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b>
<b>Orientações e Formação administrada p/ realização de Sessões de ADE c/ Candidatos Invisuais</b>	Não. Não [nunca me foi transmitida nenhuma indicação técnica ou acção de formação para trabalhar com público invisual]. (T1)
	Não [não tive nenhuma acção de Formação para trabalhar com candidatos Invisuais antes de realizar Sessões de ADE com este público]. (T2)
	[um dos candidatos] (...) que eu acolhi desde o acolhimento até ao encaminhamento, era um candidato já de outra Profissional [do Básico que eu tinha estado a acompanhar] que já tinha trabalhado com invisuais

<p><b>Orientações e Formação administrada p/ realização de Sessões de ADE c/ Candidatos Invisuais</b></p>	<p>no âmbito da Licenciatura, como também depois aqui no CNO já tinha trabalhado com vários invisuais e portanto foi ela que no fundo me ajudou a conseguir também integrar-me um bocado e conseguir explorar algumas competências com eles, portanto, porque é diferente estar com outro candidato ou com um candidato invisual (...). (...) deu-me aquelas instruções todas, orientações, até porque nessa altura, foi quando eu comecei a trabalhar como Técnica, portanto, teve que me dar algumas orientações e mesmo sobre como agir com invisuais (...). (...) a única coisa que tive (...) foi mesmo as orientações que ela me deu. (T2)</p> <p>(...) [A Profissional do Básico] deu-me [também] orientações muito específicas para aquele candidato, não tanto para invisuais no seu geral (...) que foram, “ele é muito teimoso, ele tem um feitio um bocado difícil, mas tem esta e esta competência que podes tentar explorar, tenta também descodificar os temas e perceber o que é que ele te diz sobre isso, não te esqueças que os invisuais ouvem muita rádio e televisão”, porque ele também não trabalhava e era atleta de alta competição, “tenta saber também em termos do contacto com outras culturas”, ou seja, ela já sabia não é, mas o que ela queria que eu fizesse, era um bocado que eu articulasse isso com o referencial do Secundário. Portanto, o referencial do secundário “fala do contacto com outras culturas, com a língua estrangeira e etc”. e eu perguntei-lhe [ao candidato] como era atleta de alta competição, se fazia viagens por causa disso e como é que podia integrar, mas aliás, das coisas que ela mais me disse, foi mesmo para ter paciência com ele, porque ele era muito desconfiado, mas não é que isso fosse uma característica geral dos invisuais percebes (...) [mas essas] indicações foram um bocado sobre ele em específico e não propriamente sobre invisuais no geral (...). (T2)</p>
<p>Subcat. 4</p>	<p><b>Categoria 3 – ACTIVIDADE POFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
<p><b>1º Contacto com Candidatos Invisuais em Sessões de ADE</b></p>	<p>Repara, uma pessoa nunca sabe se está a fazer efectivamente bem ou não, é uma situação em que a relação vai-se construindo, há personalidades que são mais fáceis, há personalidades que são mais difíceis. Referiram-me que era invisual, ou era ambliope e a partir desse momento, eu fui tentando lidar o melhor que pude com a situação, não te posso dizer “ai foi um espectáculo” (risos), não sei, fui-me tentando adaptar à situação não é, e como já vivi em termos de população, em situações muito distintas, com vários tipos de carências e de dificuldades, tentei colocar-me um pouco no lado da pessoa, se estivesse a falar com</p>

<p><b>1º contacto com Candidatos Invisuais em Sessões de ADE</b></p>	<p>uma pessoa que não visse ou se eu não visse, como é que eu gostava que me estivessem a tratar a mim, pronto, isso foi o que eu tentei. (T1)</p>
	<p>(...) quando eu fui para a sessão [de grande grupo] não tinha nenhum apontamento de que estaria lá um candidato Invisual, portanto, fui para a sala, deparei-me lá com o candidato invisual (...) reparei [que era invisual] porque ele tinha os olhos fechados (...) e também tinha uma bengala. Portanto, eu entrei e falei logo muito rápido com ele e disse-lhe “Pronto, Sr. Carlos vamos então fazer esta sessão. Esta sessão já vou dizer a toda a gente para o que é que serve e quais são as ofertas que vamos apresentar. Também se tiver alguma questão, no final, nós também falamos melhor nisso”, também para que ele se apercebesse que já sabíamos mais ou menos que ele estava ali presente e que os outros candidatos não eram invisuais e o método ia ser diferente. E depois eu comecei a apresentar, apresentei todas as ofertas, os candidatos tiraram algumas dúvidas, eles trazem sempre algumas dúvidas, fiz aquele quadro das diferenças e depois no final perguntei-lhe, depois dos outros candidatos terem saído e termos marcado a próxima sessão, perguntei-lhe se ele tinha ficado com dúvidas, se tinha entendido o que se tinha passado na sessão, se percebeu perfeitamente o que é que se passou, se calhar até mais que outros candidatos que estão lá mas... (risos)... ele percebeu tudo, acompanhou tudo, ficou com aquelas dúvidas que normalmente as pessoas ficam, por exemplo, o “Processo RVCC não tem nada a ver com a Escola, portanto como é que isto é?”, ficou com algumas dúvidas que eu tirei e depois no final disse-lhe então que a próxima sessão seria novamente em grupo, portanto, este candidato foi acompanhado exactamente da mesma forma (...). (T2)</p> <p>Na sessão (...) eu lembro-me de uma senhora que fez uma questão (...) por causa dos cursos EFA, eu já não me lembro bem qual era a pergunta e eu comecei a explicar no quadro. Claro que o [candidato] invisual não percebeu [o que eu escrevi no quadro] e no final, porque eu estava a dar uma sessão para todos, portanto no final quando eu fui falar com o candidato, ele nem sequer me referiu isso, portanto também não houve problema nenhum. (T2)</p>
	<p>Subcat. 5</p> <p><b>Categoria 3 – ACTIVIDADE POFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
	<p>No inicio da sessão [de Grande Grupo] só lhe disse [ao candidato invisual] “se tiver alguma dúvida e não conseguir acompanhar, diga-me, que a seguir à sessão nós depois aclaramos isso” e no final da sessão, quando os</p>

<p><b>Sessões de ADE Individuais ou Colectivas vs Candidatos Invisuais</b></p>	<p>outros candidatos estavam a sair, eu disse-lhe, aliás, ele ouviu na sessão que a próxima sessão [de Pequeno Grupo] seria em grupo daqui a 8 dias, se ele preferia vir a essa, se preferia ir a individual, entretanto o candidato disse-me “não, venho daqui a 8 dias, venho fazer essa sessão”. Portanto, ele veio passado 8 dias, percebeu logo também exactamente aquilo que nós tínhamos apresentado, ficou com as dúvidas exactamente que os outros têm (...). (...) não houve nenhum problema, o que ele queria era mesmo estar integrado numa turma exactamente da mesma forma. (T2)</p> <p>O outro candidato [invisual, que já tinha feito no CNED, o Processo RVCC Básico] a oportunidade [de realizar sessões individuais] foi porque foi mesmo uma situação excepcional, porque os candidatos quando nós já os atendemos no Básico, nós já conhecemos a experiência de vida da pessoa, portanto, nós não precisamos de estar novamente a fazer tudo exactamente igual como se a pessoa nunca soubesse nada sobre o que é um CNO e estar a explicar a missão do Centro, então aí, nós acompanhamos de forma individual. (...). É diferente, quando já se tem uma pessoa que veio do Básico, acompanhar para o Secundário, faz sentido individualmente. Portanto, esse candidato, não por ser invisual, mas porque nós já o conhecíamos, eu não tanto porque não o encaminhei, mas já me tinha sido passada toda a informação e já sabia também mais ou menos o que é que ia explorar [fizemos sessões individuais]. (T2)</p>
<p>Subcat. 6</p>	<p><b>Categoria 3 – ACTIVIDADE POFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
<p><b>Espaços destinados à Realização das Sessões de ADE</b></p>	<p>[As sessões de Grande e Pequeno Grupo] faço no Auditório. Depois, em termos de outros recursos, é só o Auditório [e] a sala das tutorias. (T2)</p>
<p>Subcat. 7</p>	<p><b>Categoria 3 – ACTIVIDADE POFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
<p><b>Cuidados especiais a ter nas instalações do CNO c/ Candidatos Invisuais</b></p>	<p>(...) por exemplo, temos que ter cuidado quando vêm cá os candidatos, dizer onde é que é a sala, na sessão de grupo que eu tive com aquele candidato invisual, nem precisei porque outro candidato normovisual disponibilizou-se logo para o levar, disponibilizou-se para o trazer para cá (risos) e não houve problema nenhum, portanto, ele para vir para cá, já vínhamos apenas os 3 a falar e tudo, não houve problema e depois foram-se embora... (T2)</p> <p>Portanto, eu depois normalmente vou sempre levar ao elevador, eles também já sabem por causa da bengala e identificam, carrego para o zero</p>



	<p>e aliás, eu coloco-lhes o dedo para eles carregarem e portanto, aquilo [o elevador] tem 4 botões e eu já sei porque uma vez fiz isso para um invisual e fiz com os invisuais que costumam cá chegar e então digo “tem 4 botões, este é o 1º, 2º, 3º e tem que tocar neste, neste 4º” e depois quando eles vêm cá, eles já sabem que é o 4º [andar], porque eles decoram isso tudo e depois quando for para sair “agora você fica aqui de costas, porque nós temos aquela coisa em que entramos de um lado [do elevador] e depois saímos do outro” e depois eles já sabem. (T2)</p>
Subcat. 8	<b>Categoria 3 – ACTIVIDADE POFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b>
<b>Opinião dos Candidatos sobre a localização do CNO do CNED</b>	<p>(...) é assim, nunca ouvi nenhuma queixa, ou seja, do género “ah, isto para aqui é muito difícil de vir ter”, nunca ouvi assim nenhuma queixa. Também temos que nos lembrar que são os candidatos que se vêm cá inscrever, portanto se eles se vêm cá inscrever, por algum motivo é, portanto, é porque também lhes fica acessível, nós não os mandamos vir cá, eles vêm-se cá inscrever, como podem ir para outro Centro inscreverem-se. é porque eles aqui acharam que era acessível, perto do trabalho, aquelas coisas todas. (...) mas eu penso que nunca houve problema nenhum. (T2)</p>
Subcat. 9	<b>Categoria 3 – ACTIVIDADE POFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b>
<b>Opinião pessoal sobre a Adaptação das Sessões de ADE aos Candidatos Invisuais</b>	<p>[Ao nível da realização das sessões de ADE com os candidatos invisuais, é] Tudo igual. (T1)</p>
	<p>(...) estamos a falar de uma área em que as duas primeiras sessões são em grupo, mas depois elas são individuais e não estamos a falar de um processo RVCC ou de um processo formativo, que é, conseguir com que a outra pessoa perceba, ou num processo formativo, conseguir com que a outra pessoa aprenda. (...) no Diagnóstico é diferente [do Processo RVCC], é um trabalho adaptado aos invisuais como também acho que é adaptado aos outros. (...) [explico] tudo exactamente da mesma forma. (T2)</p> <p>Eu penso que não há nada que tem de se adaptar, a não ser mesmo a própria Técnica, não é, está com o candidato, tem de adaptar a ele, mas isso acontece tanto com os invisuais, como com os normovisuais. (T2)</p>
Subcat. 10	<b>Categoria 3 – ACTIVIDADE POFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b>
	<p>[O principal material nas Sessões de ADE é a comunicação] (...) a maneira como é promovida a mensagem (...) [e] a maneira como se ouve tudo aquilo que eles estão a dizer, por mais que seja uma “betice”, não há</p>

<p><b>Opinião pessoal sobre a Adaptação de Materiais utilizados nas Sessões Vs Candidatos Invisuais</b></p>	<p>nenhum comentário parvo, todos os comentários são válidos e importantes em termos de apreciação, porque assim eu consigo perceber o que é que eles precisam até ai, porque de outra forma, não conseguia ter essa percepção. (T1)</p> <p>Repara, quando nós estamos a fazer o trabalho de formação, o que está escrito nos slides, é um bocado indiferente, tem tudo a ver com a informação e a forma como tu promoves e motivas a ideia e a maneira simples, pratica e objectiva como tu a colocas, tem que ser conciso, tem que ser simples, tem que ser prático, não pode ser dúvida (...). [No caso das Sessões de ADE] (...) ser normovisual ou ser invisual é igual, porque se não consegues captar a atenção de uma pessoa, é a mesma coisa que a pessoa ser cega, surda, muda, tudo. (T1)</p> <p>Eu nunca apanhei nenhum invisual do principio [desde a fase de Acolhimento até a fase de Encaminhamento], por isso é que eu não te posso responder completamente a essa questão, mas caso me ocorresse essa situação, eu pedia o email ao invisual (...) para lhe enviar em suporte digital, porque ele ai já podia converter e fazer as coisas [preenchimento de documentos e questionário sem recurso a outras pessoas] (...) porque nós não temos as coisas em Braille. (...) aí a situação teria de ser adaptada (...) [mas podia] enviar via email e depois [o candidato] preenche e envia (...). (T1)</p> <p>[Mas] (...) portanto não vamos ser líricos. Do ponto de vista prático, se eles [candidatos] já têm a situação em termos de se têm o computador adaptado, com o sistema com aquela linguagem, excelente [porque podemos entregar/enviar documentação em suporte digital], se não têm, é mais difícil, porque nós em termos de Braille, não temos possibilidades [quem elabore e quem traduza]. <b>(T1)</b></p> <p>[Mas] (...) os métodos em termos de instrumentos, têm vindo a mudar nos Centros Novas Oportunidades, porque ao teres uma situação com a população em geral, a ANQ já tem vindo a mudar várias coisas (...). <b>(T1)</b></p> <p>(...) o Processo RVCC e o Diagnóstico são diferentes não é, porque no Processo RVCC, vamos imaginar, se eu fosse Profissional de RVCC e tivesse que fazer uma actividade, em vez de ele [candidato invisual] estar a</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>Opinião pessoal sobre a Adaptação de Materiais utilizados nas Sessões Vs Candidatos Invisuais</b></p>	<p>escrever ao computador porque ele não consegue, trabalhava antes com ele no computador ou sugeria que recorresse a um gravador, porquê, porque lá está, ele tem que demonstrar essas competências, é um processo muito mais complexo e isso sim, é uma adaptação muito diferente, porque ele tem muitas coisas para comprovar. (...) uma coisa é o processo de RVCC em que eles têm de fazer certos exercícios para conseguirem demonstrar que têm competências por exemplo, na área de Matemática para a Vida e aí esses materiais têm de ser adaptados, porque não pode ser a técnica a ler os exercícios e eles têm que escrever, é uma coisa diferente não é, agora, no Diagnóstico, isso [adaptação de materiais] não se passa. Se formos ver o Diagnóstico do início ao final, isso não se passa [não há adaptação de materiais para candidatos invisuais]. Os materiais são exactamente iguais [aos utilizados com candidatos normovisuais], portanto eles têm que fazer um questionário, umas actividades, eles têm que fazer um currículo, depois, praticamente, são só esses. Depois, nas entrevistas, eu preencho um ou outro documento em conjunto com eles, mas os documentos são exactamente iguais, não há nenhum adaptado. (T2)</p> <p>[até à data, a única situação diferente, foi o preenchimento do questionário em conjunto com o candidato invisual] (...) mas foi um documento normal, não um documento adaptado. (...) [esse] candidato que acompanhei desde o acolhimento até ao encaminhamento, (...) foi exactamente tudo normal [materiais e metodologia idênticos aos utilizados com candidatos normovisuais], eu tive foi exactamente muito cuidado com ele, perguntava tudo, sempre, sempre a trabalhar sobre as áreas e depois os documentos foram explicados [e] as actividades foi ele que fez em casa no computador. (T2)</p>
<p>Subcat. 11</p>	<p><b>Categoria 3 – ACTIVIDADE POFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
	<p>(...) faz-me com que não exista o preconceito do cego, encarando-o eu como normal (...). (T1)</p> <p>Eles participam mais [do que os candidatos normovisuais]. (...) São mais interventivos (...). (T1)</p> <p>[E] Os que não estão contentes participam, porque uma das características que sinto aqui em termos dos candidatos que não são visuais, quando vêem, são bastante participativos e não se coíbem de</p>

<p><b>Opinião Geral e Experiências vividas com Candidatos Invisuais</b></p>	<p>dizer aquilo que não gostam, já passaram a fase da vergonha, já passaram a fase da passividade, sentem a justiça, vão directos ao assunto, querem saber, falam acerca das instituições (...) porque são pessoas que para lhes tapar o sol com a peneira, já lhes disseram muita coisa e há já muita coisa que não vende (...). (T1)</p> <p>(...) são um pouco mais rígidos em termos de ouvir (...). (T1)</p> <p>(...) portanto, são candidatos exigentes, são candidatos que estão muito dentro do meio, porque já passaram por várias experiências falhadas e já aprenderam muito bem “os ossos do ofício” e querem [seguir uma oferta formativa, aumentar as suas qualificações], querem mas muitas vezes só para certo tipo de ofertas. (T1)</p> <p>Dizem-lhes a mesma coisa mais do que uma vez (...) [e] portanto, também há cegos que recebem melhor a ideia ao principio do que outros, como tu viste em relação a estes dois [candidatos invisuais, na sessão de encaminhamento], este [candidato 1] era muito mais tolerante e o que estava onde tu estavas sentada [candidato 2], é muito mais intransigente, portanto é preciso saber lidar e foi uma entrevista muito mais difícil, não só pelo facto da exigência da voz, não é, como também pela exigência de um ser mais intransigente do que o outro e um estar a tentar apaziguar mais e a conter-se mais que o outro, tipo “não devias ter dito isto”, um a dizer para o outro, não é, se calhar um até ia para um EFA normal e o outro é que queria a outra parte também, [EFA de Dupla Certificação], mas isso depois são para outras núpcias, não é? Apesar de eles quererem vir sempre os dois, é uma construção que foi aqui [nas Sessões de ADE no CNO] criada a dois, em termos de espírito de sobrevivência, em termos de espírito de solidariedade, em termos de espírito de companhia, para irem aos sítios para conhecerem e para estarem mais acompanhados (...). (T1)</p> <p>Por acaso, eu sinto que eles [o público invisual] sempre nos receberam muito bem, a não ser aquele candidato do Básico, que no fundo também era simpático, mas ele vinha para o Processo de RVCC e ninguém lhe tirava aquilo da cabeça (risos) (...) aliás, ele foi o único invisual que eu tive, que era mesmo muito desconfiado e muito teimoso e desde o início ao final, quis o Processo RVCC por mais que lhe fizesse questões umas mais difíceis que as outras portanto para ver se ele conseguia (...) mas o outro</p>
-----------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>Opinião Geral e Experiências vividas com Candidatos Invisuais</b></p>	<p>candidato foi sempre muito simpático e ia pedindo sempre ajuda, (...) falava sempre de uma forma mais calma, não sei se posso dizer assim, mas sempre integrado (...). (T2)</p> <p>(...) é mais esse tipo de coisas, mas eu acho que é mútuo, depois quando estás na prática é que depois percebes, porque eles próprios te sabem transmitir [como deves agir] (...). (...) eles próprios [candidatos invisuais] nos ensinam (...). (T2)</p> <p>(...) vamo-nos adaptando (...). E exactamente, lá está, os invisuais ok têm uma especificidade, mas as outras pessoas também têm, percebes, portanto é adaptarmo-nos a todos (...). (T2)</p>
<p>Subcat. 12</p>	<p><b>Categoria 3 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
<p><b>Aprendizagens e competências resultantes do trabalho c/ Candidatos Invisuais</b></p>	<p>Acompanhar os invisuais, para mim foi uma experiência boa porque ok, teve de se mobilizar outro tipo de competências, por exemplo no caso daquele invisual mais desconfiado, mais teimoso, temos que ter mais paciência, temos que lhes dizer as coisas doutra forma, temos mesmo de dizer as coisas de outra forma, como por exemplo aquele invisual mais jovem, que ainda precisa muito de adquirir formação e os outros candidatos, que também já estavam tão desmotivados, que já estavam há tanto tempo á espera que, aliás, só o facto de nós os chamarmos para ter uma entrevista, já os motiva, portanto porque eles já pensam que estão a tirar o 12º ano, quando não estão a fazer nada, estão é na fase de diagnóstico há imenso tempo. (T2)</p>
<p>Subcat. 1</p>	<p><b>Categoria 4 – PARCERIAS E ACORDOS INFORMAIS DE COOPERAÇÃO</b></p>
<p><b>Estabelecimento e Desenvolvimento de Parcerias / Acordos Informais de Coop. c/ Entidades relacionadas c/ o Público Invisual</b></p>	<p>(...) também é a minha responsabilidade aqui no CNED, trabalhar as parcerias, ou seja, desenvolver as parcerias (...) que é aquilo que eu estou a tentar fazer, em termos de dar mais visibilidade à questão [dos candidatos invisuais] (...) perceber das instituições se vale a pena ou não... (T1)</p> <p>[Actualmente] (...) não há [nenhuma parceria formal estabelecida entre o CNO e instituições relacionada com o público invisual], mas eu estou a trabalhar nisso (...). (T1)</p> <p>(...) estou a trabalhar parcerias com a EUROTOMA, que está muito bem situada em termos de transportes, na zona célebre da cidade [de Lisboa], que está ali entre o Marquês de Pombal (...) e o Saldanha (...). (T1)</p>

	<p>(...) estou a trabalhar em termos de parcerias com a (...) Casa Pia (...). (T1)</p> <p>(...) articulo-me também com a Rede de Escolas que existe para o Ensino Recorrente. (T1)</p> <p>(...) Em termos de Santa Casa da Misericórdia, ainda não houve a oportunidade de ver em termos de perfil para essa área [público invisual], mas é uma situação que também está em equação, no sentido de ver necessidades neste sentido. (T1)</p>
Subcat. 2	<b>Categoria 4 – PARCERIAS E ACORDOS INFORMAIS DE COOPERAÇÃO</b>
<b>Vantagens das Parcerias / Acordos Informais de Cooperação estabelecidos com Entidades relacionadas com o Público Invisual</b>	<p>(...) temos a vantagem de em termos de parcerias [acordos informais de cooperação já estabelecidos com o CNO do CNED], quando eu ligo para uma instituição para saber se eles têm ou não têm [as ofertas formativas], não quer dizer que o site na Internet esteja actualizado, mas a pessoa pode-me dar em termos de ofertas, as informações mais actualizadas, o que é óptimo, ou então enviar-me um e-mail com as ofertas últimas que têm e nós vamos explicando as coisas. (T1)</p>
Subcat. 3	<b>Categoria 4 – PARCERIAS E ACORDOS INFORMAIS DE COOPERAÇÃO</b>
<b>Encontros InterCNO's</b>	<p>O CNED nessas coisas [desenvolvimento de parcerias, através da presença e participação em encontros InterCNO's] é muito bom, porque dá-nos oportunidade de nós irmos percebendo outras realidades, para além da realidade que aqui temos, pois serve um público fundamentalmente militar, apesar de também termos a recepção dos civis e nesse âmbito temos várias acções de formação que vão sendo promovidas nos encontros interCNO's, para percebermos, mesmo acerca da metodologia que vai sendo alterada, que vai sendo actualizada e melhorada, acerca das ofertas formativas por exemplo, acerca do [D.L.] 357, acerca do trabalho que tem vindo a ser efectuado noutros CNO's (...). (T1)</p> <p>(...) é evidente que não podem ir todos, não é, as oportunidades têm que ir rodando por todos os membros da equipa, não é, podem ir 2 membros ou três de cada vez (...). No entanto, também houve uma melhoria que foi proposta, que é o facto de, se temos 16, 15 membros aqui em termos de CNO e se vão 3 pessoas representar o CNO, é bom que seja feito um relatório do que se passou lá para os outros também poderem “ir beber” desse conhecimento e isso também é bastante agradável. (T1)</p>

<b>Encontros InterCNO's</b>	(...) mas a temática das pessoas com necessidades educativas especiais, ainda não tive oportunidade de ver (...) ainda não tive acesso a ir. (T1)
---------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**TEMA C – IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE NECESSIDADES**

Subcat. 1	<b>Categoria 1 – DIFICULDADES NA REALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE</b> <b>PROFISSIONAL</b> <b>Vs CANDIDATOS INVISUAIS</b>
<p><b>Dificuldades sentidas</b></p> <p><b>no contacto com</b></p> <p><b>Candidatos Cegos</b></p>	<p>(...) a dificuldade foi mesmo no preenchimento de documentos. (...) No final [da Sessão de Grande Grupo] disse ao candidato que se quisesse podia preencher em casa porque depois a outra sessão é mais rentável e perguntei “como é que quer fazer? Quer preencher agora comigo no final [da sessão], quer levar para casa, se tiver alguém que possa ajudar a preencher?”, portanto, já estávamos mesmo na hora de sair e ele disse que não tinha muita ajuda em casa para preencher os documentos, ele era muito jovem (...) tem à volta de vinte anos uma coisa assim, não tinha ninguém para preencher, ou tinha, mas não para preencher certos documentos e eu disse (...) para vir então meia hora mais cedo para a 2ª sessão [Sessão de Pequeno Grupo]. (T2)</p> <p>(...) nós temos os documentos [formais] que eles têm que assinar e isso foi uma coisa que não me disseram, lá está, a colega [que inicialmente me orientou] não me disse, claro que ele quando foi para assinar, eu estava assim um bocado, não sei como é que ele podia assinar, fiquei um bocado assim, mas depois os candidatos dizem... uns pedem uma régua para assinar, mas por exemplo nas folhas de encaminhamento, eles pedem-nos uns carimbos, carimbam o dedo e fazem a sua assinatura. Mas eles próprios é que disseram, porque a 1ª vez, eu sabia lá como é que eles assinavam (risos), sabia mais ou menos essa parte da régua, e comecei a pensar “ai agora, como é que eu vou fazer?” e perguntei-lhe e ele “sim, sim, eu fazia isso para o Básico”, só que como isso também não me foi dito e então eu fiz exactamente isso. Por exemplo, eles nos documentos que são mais oficiais, como por exemplo os do encaminhamento, eles próprios dizem “ah, se tiver aqui um carimbo, nós assinamos assim e tal”... (T2)</p> <p>(...) o candidato invisual que eu entrevistei individualmente, que veio do básico, ele no básico foi muito acompanhado pelos profissionais, tanto um invisual como um normovisual, normalmente são muito acompanhados, mas é diferente porque no Secundário o processo é completamente</p>



<p><b>Dificuldades sentidas no contacto com Candidatos Cegos</b></p>	<p>autónomo e ele no fundo acabou por conseguir concluir o RVCC do Básico, também porque foi muito acompanhado, foi um pouco por aí. E no secundário, nós já sabíamos que isso não ia ser possível dessa forma, porque tudo é desenvolvido de uma forma mais autónoma e ele não ia conseguir fazer. Só que ele era muito teimoso, ele é um invisual mesmo muito teimoso e ele acreditava que conseguia. Eu disse-lhe quais eram as experiências e competências que ele teria de trabalhar, no fundo quis-lhe dizer que não acreditava que ele tivesse o certificado total, mas também é um bocado difícil dizer isso às pessoas quando eles são invisuais, porque estão um bocado desconfiados de tudo o que lhes dizem e então, aquilo que eu disse era que “tem aqui as suas experiências de vida, pode falar sobre elas, mas isto não vai chegar para validar aquelas áreas todas e portanto também depois no decorrer do processo RVCC logo se vê, porque esse candidato também se não fosse para ir para processo RVCC, ele ia desistir completamente, porque ele não queria ir para mais nada [nenhuma outra oferta formativa]. Portanto esse foi mesmo teimoso naquela sua decisão (...). Agora, por acaso era algo interessante perguntar à Profissional que está com ele, como é que ele está, porque ele parou, ele nunca mais enviou nada, portanto, era interessante perguntar e saber se ele ou desmotivou porque realmente não tinha competências, portanto, ter um feedback também sobre isso... (T2)</p> <p>Eu por exemplo, ao rapaz [candidato invisual] que veio para RVCC, eu disse-lhe para ir fazer Informática, porque ele não sabia mesmo na altura e ia ser completamente difícil fazer [processo RVCC], mas se calhar eles às vezes também precisam de passar um pouco pelo Processo [RVCC] para saberem que é um bocado difícil, porque eles não percebem logo no diagnóstico, alguns percebem, outros não percebem muito bem... (T2)</p>
<p>Subcat. 2</p>	<p><b>Categoria 1 – DIFICULDADES NA REALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE PROFISSIONAL Vs CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
	<p>Dificuldade em encaminhar [candidatos invisuais] muita, não é, em termos das ofertas disponíveis, [mas] também é difícil encaminhar para os outros [candidatos normovisuais] (...). (T1)</p> <p>(...) por exemplo, tu encaminhas para uma oferta que há no Centro de Emprego [IEFP] disponível e essa pessoa vai ter que começar o processo todo de novo, o que é uma idiosincrasia do sistema, portanto ela chega lá</p>

<p><b>Dificuldades Gerais</b></p> <p><b>vs</b></p> <p><b>Encaminhamento de</b></p> <p><b>Candidatos Cegos</b></p>	<p>e vai ter que se inscrever e vai ser sujeita a testes psicotécnicos outra vez, quando uma Técnica já fez o mesmo trabalho e já o encaminhou, portanto, isso vai protelar as coisas (...) É péssimo, é burocrático, ou seja, o sistema como é estatal, é pesado, compreendo e não perceberam que existe este entrecruzar entre os departamentos, que faz com que a situação fique mais...como são estruturas novas, os protocolos foram avançados, mas não existiram formas de desburocratizar o sistema e ser radical. Se eu mandar [um candidato por exemplo] para a Casa Pia, vou mandar para a Casa Pia, óptimo, têm que fazer testes, portanto, tem que ter uma pessoa a entrevistar, portanto têm que ter testes a fazer para ver se ficam, como noutras instituições que fazem testes também, faz com que fique uma burocratização... (T1)</p> <p>[Na sessão de Encaminhamento que assististe, por exemplo os candidatos] falaram acerca das suas injustiças, acerca das instituições, que não os receberam, acerca da ficha de inscrição que não aceitaram, ou aceitaram e depois não os chamaram e por isso é que eu referi “só quando eles estiverem mesmo a frequentar é que me dá o comprovativo para eu poder fechar o seu processo”, para saberem que há um interesse que está a ocorrer. (T1)</p> <p>[Nem sempre os cursos abrem e isso] (...) acontece nas outras ofertas (...) porque em todos os candidatos que encaminhas, existe oferta, existe, mas depois (...) “a turma não abriu, vai abrir, está a aguardar”, até me disseram num sítio que em vez de abrirem uma turma, abriram duas e afinal, a bolsa foi para metade (...). (T1)</p> <p>[Também já me aconteceu encaminhar um candidato] (...) para ver se abria [turma] e já não teve lugar naquela turma, porque é muito ingrato, nós não temos todas as ofertas na Internet e quando nós vamos aos sites das Instituições, quando lá chegamos aquilo já está cheio (...). (T1)</p> <p>Tenho é experiências do público invisual, que me fala das coisas e das decepções que têm tido e das situações de ficarem em lista de espera e depois não serem chamados e disso acontecer, porque efectivamente em termos de instrumentos [as instituições] não têm e depois por exemplo, a desculpa que a Técnica que me deu quando eu estava ao telefone e que tu assististe, é que “é um público muito exigente, é um público em que</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>Dificuldades Gerais</b></p> <p><b>vs</b></p> <p><b>Encaminhamento de</b></p> <p><b>Candidatos Cegos</b></p>	<p>podemos ter um, não podemos ter mais, porque exige muito mais da formadora, do que as outras pessoas”, quando os outros também podem exigir muito mais, quando faltam, quando estão distraídos, quando não ligam nenhuma, quando andam ali a fazer tipo o preconceito de “funcionário público”, não é, do tipo “estou aqui presente, mas não estou a trabalhar para a instituição, estou só a receber bolsa” e portanto, são tudo problemas que depois vão haver, em que uns são colocadas as dificuldades na óptima do candidato e outros, na óptica da instituição. (T1)</p> <p>[Sei que existem por parte de algumas entidades] (...) umas certas idiossincrasias como [um candidato invisual para entrar] “para um curso é preciso ter um computador adaptado para ele poder estar a acompanhar e portanto precisam de mais acompanhamento, uma vez que não está a perceber todavia tudo” (...). (T1)</p> <p>Todos [os encaminhamentos] são difíceis, então estes candidatos [invisuais] é algo impossível. (...). Básico é mais fácil, exactamente porque a Casa Pia tem formações nessa área, agora Secundário não. (...) em termos dos invisuais, a dificuldade que eu senti mesmo, foi chegar ao final e manter o encaminhamento, pronto, a dificuldade é mais de articulação entre as entidades (...). Lá está, eu agora estou com os Militares, não estou com os civis, nem com público invisual, mas desde que eu sai do Diagnóstico com invisuais e com civis [mudança recente de cerca de 3 meses], nunca mais soube de nenhuma oferta para invisuais e suponho que continua a não haver, exactamente até porque eles ainda não seguiram, a não ser que eles optem por Processo RVCC e continuem. (T2)</p> <p>Eu fiz uma pesquisa disso tudo [ofertas formativas exteriores ao CNO do CNED] na altura em que tinha que encaminhar os candidatos invisuais. Sim, há muitas coisas, há muito apoio aos invisuais em termos de uma Formação Continua, ou seja, não para lhes dar a equivalência do 9º ao 12º ano, mas sim para lhes dar o Curso de Telefonista, o curso de Massagista, um ou outro curso adaptado, um curso de Informática, mas sempre cursos de Formação Continua. (...). E os invisuais, têm muito isso. Eu procurei sobre entidades para invisuais e nenhuma oferecia nada que estivesse relacionado com o Programa Novas Oportunidades, ou seja, com o objectivo de ter o 9º ou o 12º ano, mas quase todas ofereciam isso da Formação Continua. A Casa Pia é a única que recebe invisuais, só que eles não têm EFA, só têm RVCC, tem percursos formativos (...) têm cursos de</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>Dificuldades Gerais vs Encaminhamento de Candidatos Cegos</b></p>	<p>Informática, de Inglês, tinham alguns cursos na altura em que eu pesquisei, só que (...) são como unidades modulares, não dão equivalência (...) há uma certificação, mas é profissional [não é escolar ou de dupla certificação]. (T2)</p> <p>[Um candidato invisual que acompanhei] falei-lhe na Informática [Curso de Formação Continua], mas ele não quis fazer, porque em relação ao sitio em que ele morava, a Casa Pia ficava no lado oposto e não dava mesmo jeito nenhum e é o único sitio que tem. (T2)</p> <p>Eu aliás, eu até falei com [outros candidatos invisuais que acompanhei] de modo a perceber se por acaso queriam frequentar [o Curso de Tiflotecnologia], já que está tão difícil encontrar [cursos para invisuais concluírem] o 12º ano, é um curso que podem frequentar, mas esses cursos [de Formação Continua] às vezes também têm várias listas de espera.(T2)</p> <p>(...) lá está, porque se [as entidades] têm formação continua, porque não abrir um EFA? (T2)</p>
<p>Subcat. 3</p>	<p><b>Categoria 1 – DIFICULDADES NA REALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE PROFISSIONAL Vs CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
<p><b>Dificuldades no Encaminhamento de Candidatos Cegos para Oferta Formativa no Ensino Recorrente</b></p>	<p>(...) em termos de rigor estatal do governo, sim, é aquela coisa do grávido, do Marcelo Rebelo de Sousa, “pode enviar, pode! Vai entrar, pish” (risos), é aquele paradoxo, não sabemos se a coisa vai ser efectiva ou não. (...) [Há maior] Facilidade [de encaminhamento de candidatos invisuais para o Ensino Recorrente] em termos estatais, mas não significa que essa eficácia seja eficiência (...). (T1)</p> <p>Depois, no caso deste candidato, ele ainda era muito jovem, (...), tinha perspectivas de futuro e também achei adequado estudar em termos de ensino recorrente, então comecei a trabalhar, a ver que escolas que apoiavam [recebiam candidatos invisuais], aliás, liguei mesmo para a Rede de Apoio às Escolas (RAE), portanto imensos esforços mesmo para tentar... aliás, se tu vires que em Lisboa não te conseguem dar uma Escola para onde tu consigas encaminhar [candidatos invisuais], se nem a Rede de Escolas consegue, então eu a titulo individual a cada uma, mais negas ia receber. Portanto, eles [a rede de apoio às escolas] a mim não me conseguiram ajudar (...) deram-me um contacto [de uma Escola] , mas que também não se podiam integrar (...). Houve outra escola que eu liguei e</p>

<p><b>Dificuldades no Encaminhamento de Candidatos Cegos para Oferta Formativa no Ensino Recorrente</b></p>	<p>aceitou, embora não seja perto da residência do candidato porque isso é outro lado, já se encontra pouquíssimo, quando se encontra se é a não sei quantos quilómetros o candidato também não quer ir e é compreensível. Se os outros não querem ir, muito menos os invisuais, que em termos de mobilidade é diferente. (T2)</p> <p>Ensino nocturno, houve só uma escola, que lá está, que nos deu imensas expectativas (...). Já que tínhamos vários candidatos à espera e que eu finalmente tinha encontrado uma escola para onde eles podiam ir [os candidatos do curso EFA que não chegou a iniciar por falta de verba], ok, não era um curso EFA, era ensino recorrente, então chamei os outros candidatos todos. Os outros eram colegas, porque vinham da ACAPO juntos, já se conheciam, e todos aceitaram seguir para essa escola. Acontece que essa escola passado um tempo, negou, disse que não ia ter o profissional de acompanhamento a invisuais e então eles não podiam entrar (...) porque eles [as entidades] não é só integrá-los, eles precisam de alguém para acompanhá-los e precisam de ter métodos específicos não é (...). E portanto, o que é que aconteceu? Esses candidatos estão todos, incluindo esse que é o mais jovem e os outros, continuam ainda todos à espera de uma oferta, para que possam seguir. (T2)</p>
<p>Subcat. 4</p>	<p><b>Categoria 1 – DIFICULDADES NA REALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE PROFISSIONAL Vs CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
	<p>(...) enquanto que o processo de RVCC é um processo de demonstração de competências, os cursos EFA são para dar formação e já vão dar formação na Informática, já vão dar formação no Inglês, portanto eles [candidatos invisuais] não precisavam de andar a fazer unidades [modulares] se nós encontrássemos um curso EFA adaptado aos invisuais, era genial, porque eles já iam ter tudo ali, portanto, é um bocado nessa lógica que trabalhamos, só que não se encontra nada. (T2)</p> <p>(...) os cursos EFA, realmente são adaptados a invisuais e portanto o que é que acontece com os cursos e por isso é que é difícil encaminhar sejam invisuais sejam normovisuais? Eles são publicados, mas depois não são financiados e não abrem. (...) são difíceis de encontrar, porque eles são financiados [por fundos Europeus, distribuídos por distritos, neste caso] por Lisboa, como sabes a parte [distrito] que menos foi financiada de todo o país (...). [Como tal] (...) existem candidatos há imenso tempo, à espera de</p>

<p><b>Dificuldades no Encaminhamento de Candidatos Cegos para Oferta Formativa Cursos EFA</b></p>	<p>uma resposta para um curso EFA (...) [que já passaram] por várias Técnicas, em que foi detectado que eles realmente não tinham perfil para RVCC (...) [mas que lhes foi] negada a oferta porque o curso [EFA] não abriu [por falta de financiamento] e eles estavam e estão há imenso tempo à espera de qualquer coisa. (...) Eles também estavam com a consciência de que não tinham perfil para fazer processo RVCC e quando eles têm consciência é diferente não é? Eles sabiam perfeitamente que nós estávamos a trabalhar para encontrar uma oferta, mas torna-se muito difícil. Mas eu ao chama-los [para sessões de diagnóstico], já os motivava, eles sabiam que nós estávamos a fazer qualquer coisa por eles, mas realmente “não abria a porta”, não havia mesmo oferta. (T2)</p> <p>(...) os EFA’s são aqueles cursos que podem ser dados em escolas, como podem não ser dados em escolas, que portanto são financiados para aquele número de alunos e não há quem vá abrir, ou é muito difícil abrir um curso EFA exactamente adaptado para invisuais. Houve aquele (...) EFA só para invisuais e eles já estavam todos adaptados com os computadores e aquelas coisas todas (...), que nem sequer abriu, porque nem sequer foi financiado, mas é difícil estares a propor um curso EFA com 15 formandos em que esses 15 formandos vão ser invisuais. (...) é difícil, é porque depois também nem todos têm a mesma disponibilidade, o sítio pode não ficar num sitio favorável e eles [entidades que têm a oferta escolar] até podem ter todas as inscrições, mas também não sei exactamente o que é que se passa na parte da selecção, mas há outros cursos mais financiados. (T2)</p> <p>(...) Agora, por exemplo (...) mesmo com entidades que nós trabalhamos, não por parcerias formalizadas, mas através de contactos, portanto, ficamos com esses conhecimentos, mas mesmo com essas entidades, nós não conseguimos integrar um invisual na turma deles já constituída. (...) Porque EFA’s esquece, tu pões-te a ligar e “ah, não dá para integrar, não temos nenhuma capacidade”, porque é assim, eles para integrar um invisual precisam de computador adaptado, eles precisam de ter métodos para o invisual, é diferente e é assim, eles não são financiados para isso, realmente eles não são financiados (...).E eles têm que já ter também isso um bocado à partida [materiais, recursos e métodos], para poderem também trabalhar muito individualmente com eles, mas lá está, isso requer um esforço enorme percebes (...). (...) integrá-los numa turma com outros alunos (...) isso não acontece com os EFAs normais, acontece mais com as</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	escolas, mas mesmo assim as escolas de Lisboa... (T2)
Subcat. 5	<b>Categoria 1 – DIFICULDADES NA REALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE PROFISSIONAL</b> <b>Vs CANDIDATOS INVISUAIS</b>
<b>Dificuldades no Encaminhamento de Candidatos Cegos para Oferta Formativa em Centros de Formação</b>	<p>[Alguns Centros de Formação] aceitam um [candidato invisual] por excepção (...), mas depois já não aceitam os outros, como viste em relação ao CECO, em que houve um [candidato invisual] que passou e foi aceite e entrou no curso, mas depois quando eu pedi para mais dois candidatos [invisuais] na mesma área, já não era possível “por causa do trabalho e ia-mos ver e não sei o quê, não sei que mais”. (T1)</p>
Subcat. 1	<b>Categoria 2 – NECESSIDADES DE FORMAÇÃO</b>
<b>Necessidades de Formação</b>  <b>(passadas e/ou actuais)</b>	<p>Bom, se houvesse formação é óptimo, em termos de como interagir, como estar, como propiciar as coisas (...) vai me despertar com mais sensibilidade para certas temáticas, porque tu só perguntas o que sabes, era aquela conversa que a gente estava a ter no outro dia não é, portanto, são sempre mais-valias úteis que podiam ser usadas não é? (T1)</p> <p>A formação é sempre boa e é sempre bem-vinda, o saber não ocupa lugar, não é, portanto, nesse sentido era óptimo [ter formação relacionada com o público invisual], se eu te vou dizer que vai melhorar [a minha prática profissional], é certo que vai melhorar, não é, em termos da minha comunicação com uma pessoa que é invisual (...). (T1)</p>
	<p>Se calhar, em termos pessoais sente-se um bocado esse bichinho [de ter formação específica], do género “ai agora vamos trabalhar com invisuais” e como também vimos da área da Educação, é uma área interessante trabalhar com os invisuais não é? Mas, aliás, por exemplo senti talvez mais necessidade, no geral em todos os candidatos, na parte da orientação, trabalhar aquelas coisinhas todas com eles, o que é que é o mais indicado, do que exactamente na adaptação a invisuais, percebes, porque a adaptação a invisuais [na área de Diagnóstico] lá está, é como eu disse, é individualizada, temos aquelas sessões de grupo tudo bem, mas depois é individualizada e eu precisava de uma formação mais em termos pessoais e porque nessa altura [quando comecei a trabalhar com candidatos invisuais], tive curiosidade por isso não é? Portanto, se calhar agora nem sequer me passava isso pela cabeça, mas quando passei por essa experiência, eu pessoalmente gostava muito de ter [tido uma formação sobre como trabalhar com Candidatos Invisuais] e acho que isso ia</p>

	<p>melhorar completamente a prática profissional. (T2)</p> <p>Portanto, não sei o que é que se poderia dar não é, o que é que se poderia debater que pudesse também melhorar, porque no fundo eu também nunca tive nada, nunca trabalhei com invisuais, mas eu acho que sim, que acabava por ajudar a prática profissional. (...) uma formação mais de diagnóstico, ou de orientação, mais de conhecimento das ofertas, tal como nós [Técnicas de ADE] em que isso poderia ajudar a adaptarmo-nos aos candidatos, ajudar essa prática profissional, também uma formação na área dos invisuais, também ajudava, percebes? Porque no fundo aquilo que nós queremos é uma formação que nos ajude na nossa prática profissional a adaptarmo-nos a todas as pessoas, sejam invisuais ou não. (T2)</p>
Subcat. 2	<b>Categoria 2 – NECESSIDADES DE FORMAÇÃO</b>
<b>Conhecimento de Materiais e Recursos Específicos p/ Público Invisual</b>	<p>Sim [conheço a Técnica da Linha de Braille] (...) [mas] Não nada [nunca trabalhei com a Técnica da Linha de Braille]. (T1)</p> <p>Não, não [conheço programas adaptados para invisuais]. (T1)</p> <p>(...) disseram-me que havia o programa [JAWS] e os invisuais nesse sentido são muito pedagógicos, não é, disseram-me que existia o JAWS, que era um leitor de ecrã e que faziam as coisas, não havia problema nenhum, tudo bem e até explicaram face a uma técnica de uma outra instituição [para onde foram encaminhados] que queria traduzir os manuais em Braille, e eles disseram “não vale a pena, porque é que não pode ser em PDF, em PDF é só transformar para Word e pronto, isso faz-se”. (...) Portanto, o conhecimento que eu tenho, surge através de... [coisas que os candidatos invisuais me contam]. (T1)</p>
	Não, não, não conheço nenhum [Programa JAWS, Técnica da Linha de Braille e programas específicos para invisuais]. (T2)
Subcat. 1	<b>Categoria 3 – OPINIÃO PESSOAL SOBRE REALIZAÇÃO DE ACÇÕES DE FORMAÇÃO ESPECIFICA</b>
<b>Técnica da Linha de Braille</b>	<p>Outra forma de leitura. Sim [gostava de fazer], era bom (...). (T1)</p> <p>Sim, eu gostar gostava, é óbvio, acho que era importante e mesmo porque quanto nós apanhamos o gostinho, ainda mais gostamos não é, quando nós vamos frequentar uma formação dessas, ficamos logo muito mais entusiasmados para trabalhar com invisuais. Sim [gostava]. (T2)</p>



<b>Tiflotecnologia</b>	Sim [gostava de fazer], em termos de ter percepção do que é que existe. (T1)
	Se fosse relacionado com a parte das Novas Oportunidades [com o processo RVCC] sim [gostava de frequentar]. (T2)
	Sim [gostava de fazer], isso era mais importante. (T2)
<b>Software especializado e Materiais adequados</b>	Mas em que contexto, o da Formação? Depende, se lá está, ajudasse um bocado à prática profissional, sobretudo se adaptado a... não falo tanto na parte de diagnóstico, mas na parte do Processo de RVCC, por exemplo os materiais e os softwares adaptados ao Processo RVCC que ajudam na prática profissional, isso acho que era muito bom, não é? (T2)
<b>Aptidões e Limitações do Público Invisual</b>	Também [gostava de fazer]. (T1)
	Sim, se calhar era bom [realizar uma acção de formação sobre aptidões e limitações do público invisual]. (T2)
<b>Comunicação Para linguística</b>	A maneira de reformular a informação... O esperar por... sim, também [gostava de fazer]. (T1)
	Ah... sim, para quem trabalha muito com invisuais, eu acho que sim, porque num processo de aprendizagem e num processo de formação, tem que se conseguir passar a mensagem não é, por isso, qualquer formação que nos vá ajudar a isso, é bom. (T2)
<b>Trabalho de Valorização e Empowerment</b>	[Trabalho de Valorização e Empowerment] é isso que eu faço, não é (risos) (...) é muito bom, sim [gostava de fazer]. (T1)
	Sim, isso até acho que é mais importante, até nesta fase inicial [na área do Diagnóstico], lá está, na entrada do CNO a motivação que o candidato tem, o que é que ele pensa fazer depois e o que é que o traz, quer dizer, acho que sim, essa, essa era muito interessante. (T2)
<b>Enumeração por Ordem de pertinência das Acções de Formação Específica</b>	Primeiro, a de Valorização e Empowerment (...), depois [as aptidões e] a limitação do público invisual, [que seria talvez articulado um bocado com a de Tiflotecnologia] (...) em termos da operacionalização dos instrumentos, depois o Software e Materiais Específicos, esta parte da Comunicação Para linguística (...) [NOTA: Faltou a referência à Técnica da Linha de Braille]. (T1)

## Análise de Conteúdo: Profissionais de RVCC E Formadora

### TEMA A – EXPERIÊNCIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Subcat. 1	<b>Categoria 1 – HABILITAÇÕES ACADÊMICAS</b>
<b>Formação ao Longo do Ensino Superior</b>	(...) a licenciatura foi em Matemática na área do ensino. (F3)
	[Formada em Psicologia] (P4)
	Eu [tirei] (...) o curso de Psicologia. (P5)
Subcat. 1	<b>Categoria 2 – TRAJETÓRIA PROFISSIONAL</b>
<b>Experiência Profissional</b>	[Dei aulas, mas] (...) foi só ao longo do estágio, absolutamente mais nada (...) porque era obrigatório para acabar a Licenciatura. (...) Depois estive anos a fio a dar explicações, que sendo um ensino muito mais presencial e cara a cara com a pessoa, para mim é muito mais fácil do que teres uma turma à frente... e para já, és uma inimiga, por ser a área que é mesmo horrendo pôr ordem numa turma, é mesmo terrível e vejo que o feitio também que tenho não é muito bom para isso. Aqui já é completamente diferente, porque as pessoas vêm por vontade própria. Apesar de ser uma turma para todos os efeitos, é muito mais pequena, portanto não tens esses problemas e depois também há aquela questão de que tu concorres para dar aulas, e ou não és colocada ou vais parar lá não sei onde... e então estive anos a fio a dar explicações, inclusivamente cheguei a ter um terço de um centro de explicações que era meu e depois acabei por vender, a partir do momento em que fiquei na Marinha. (F3)
	Eu trabalhei sempre no ramo da Psicologia Comunitária, trabalhei numa IPSS que era uma Unidade Protegida para Esquizofrénicos, ao mesmo tempo que dava consultas (...) [e fiz um projecto de promoção da saúde nas escolas de Marvila, subsidiado pela Segurança Social]. (P4)
	[Actualmente] (...) trabalho ainda em mais 2 sítios (...). Dou consultas e dou aulas na Faculdade da Cruz Vermelha. (P4)
	Eu (...) também estive a trabalhar sempre na área da Psicologia Comunitária, intervenção comunitária, estive a trabalhar 2 anos numa IPSS, que é o Centro Comunitário em Viana do Castelo, que é o Gabinete de Apoio à Família, depois disso, estive a trabalhar numa Santa Casa da Misericórdia, como Coordenadora de Projectos de Intervenção Comunitária, durante 4 anos, entretanto quis mudar de área, porque a intervenção comunitária, acaba por ser muito

	desgastante e [fiz Formação de Cursos EFA]. (P5)
Subcat. 2	<b>Categoria 2 – TRAJECTÒRIA PROFISSIONAL</b>
<b>Entrada no CNO do CNED</b>	Portanto, foi uma colega minha de curso que na altura estava grávida e precisava de alguém para a licença de parto e ligou-me e eu vim cá fazer a substituição dos 4 meses e (...) esses 4 meses coincidiram quase com o arranque do Secundário [processo RVCC], ou seja (...) eles [CNO] iam precisar de uma pessoa para fazer a STC [área de Sociedade, Tecnologia e Cultura] do Secundário e de outra pessoa para ficar a fazer MV [área de Matemática para a Vida] do Básico e convidaram-me para ficar cá e durante esse ano lectivo, ainda fiquei cá a fazer MV e a acabar o ano lectivo das explicações, porque tinha as pessoas a meu cargo e eu não quis deixar os miúdos e depois fiquei cá (...). [Estou cá] (...) há 3 anos e qualquer coisa. (F3)
	(...) a primeira vez que eu estou ligada á Formação de Adultos, é aqui no CNO. Foi um convite que me foi proposto por uma pessoa que teve oportunidade de conhecer o meu trabalho, que eu desenvolvi nas escolas, porque fiz um projecto de promoção da saúde nas escolas de Marvila, subsidiado pela Segurança Social e essa pessoa conheceu a minha intervenção nesse projecto e achou que eu reunia características e competências para poder vir trabalhar para aqui. (...) faz em Julho [2 anos que pertenço ao CNO]. (P4)
	[Quando entrei inicialmente para o CNO] (...) entrei para Técnica de Diagnóstico, ou seja, foi a primeira vez que abriu o quadro para Técnica de Diagnóstico e Encaminhamento. Eu fui a primeira [Técnica de ADE no CNO do CNED] da equipa (...). [Posteriormente] (...) fui deslocada para aqui [Profissional de RVCC], porque a colega que ia entrar, portanto é mais fácil entrar para Técnica de ADE, do que para Profissional de RVCC, como eu já tinha algum domínio sobre como as coisas funcionavam, eu passei para Profissional e ela [uma colega], entrou para Técnica de Diagnóstico. (P4)
	(...) como já fazia Formação de Cursos EFA lá em cima [Viana do Castelo], convidaram-me para vir cá para baixo para o CNED como Profissional de RVCC, foi assim que aconteceu. (...) Vai fazer 2 anos e meio [que pertenço ao CNO]. (P4)

**TEMA B – ACTIVIDADE PROFISSIONAL**

Subcat. 1	<b>Categoria 1 – RESPONSABILIDADES E COMPETENCIAS INERENTES A ACT. PROFISSIONAL</b>
<b>Responsabilidades e Competências Profissionais</b>	<p>A maior parte das vezes, exactamente [os candidatos] têm competências que desconhecem [e nos mostramos-lhes que elas estão lá], por isso é que o Processo RVCC de acordo agora com aquele estudo que saiu, pode não promover emprego, mas promove auto-estima, por isso, até é engraçado nós sermos psicólogas e sabermos que o processo acaba realmente por fazer com que as pessoas se sintam realizadas. (P4)</p>
	<p>Acima de tudo é preciso, o nosso trabalho é um bocadinho fazer uma espécie de mediação deste processo (...) valorizando-o, tentando fazer o acompanhamento e a monitorização de uma forma muito sistemática, isto é, temos que estar em constante, somos quase supervisoras (risos), não, somos mais do que isso, somos alguém que vai acompanhando o processo e que depois também, lhes vai dando algum tipo de orientações que vão ser necessárias para que eles possam desenvolver as suas competências (...). (P5)</p>
	<p>[Temos também em] (...) conta sempre que estamos a trabalhar com adultos e tentando motivá-los ao máximo para este processo, (...) para que se possam sentir motivados e para que isto seja apenas um degrau que eles conseguem alcançar nos seus projectos pessoais ou profissionais. (P5)</p>
	<p>(...) no fundo, somos uma referência [as Profissionais de RVCC] desde o início até ao fim, nós iniciamos com eles [o Processo RVCC], é connosco que eles começam a dar os primeiros passos, depois criam uma certa autonomia da “mãe”, entre aspas, e no final voltam na mesma à “mãe” (risos) para acabar o Processo. (P5)</p>

	<p>É assim, é bem diferente, acho eu. Aqui dão uma margem muito maior às pessoas, é uma margem de trabalho muito diferente... um Professor obriga... ou por outro, não é o Professor que obriga, é o sistema de ensino que obriga a que tu obrigues os alunos a seguirem aquele programa e portanto, é-te imposto a ti e tu tens que lhes impor a eles... ou segues o programa, ou nada feito. Pronto, aqui não. Por exemplo, tu tens pontos do referencial em que o que é exigido é igual ao das escolas, mas eu aqui desde que eles cheguem ao resultado correcto, eu aceito, porque eles realmente conseguem calcular determinada coisa, agora na escola não pode ser assim. Eles têm que saber calcular, mas utilizar aquele método que está estipulado no programa. O que tem sentido, porque são miúdos pequenitos. Se tu disseses de outra maneira, eles não sabem fazer. Aqui, é a tal coisa, pode ser feito assim, porque as pessoas quer dizer, já passaram por muito e às vezes até vão por caminhos que a mim não me passava pela cabeça e acho até interessante isso. Pessoas mais velhas então, às vezes é aqui momentos muito giros, mesmo até com os colegas do grupo há discussões do género “então, mas como é que chegas por aí? E porquê?” e coisas assim, acaba por ser engraçado... (F3)</p>
Subcat. 1	<p><b>Categoria 2 – ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA</b></p> <p><b>DAS SESSOES</b></p>
<b>Organização e Metodologia Das Sessões</b>	<p>[Primeiro] (...) Faz-se a descodificação. Depois se eles forem bons e conseguirem fazer as actividades todas ou praticamente todas, faz-se logo o balanço e o balanço é uma actividade cada de cada um dos pontos do Referencial, a ver se eles sabem mais de metade das coisas. Quer dizer, não é preciso saber a totalidade, como é óbvio, não é tudo ali um escrutínio e isso tem sentido (...) se for daqueles que forem fraquinhos (...) vamos fazer sessões de formação complementar [que é sempre dada por mim], ou seja, a pessoa não domina aquele ponto, então, sessões de formação complementar só para aquele ponto, vamos trabalhar aquele ponto até aquilo estar sabido, pronto, este já está. Outro ponto em que a pessoa também tenha dificuldades, trabalhamos aquele ponto, até os pontos estarem direitinhos. Só no fim disso tudo, é que se faz o balanço. [Depois do Balanço estão prontos para ir a Sessão de Júri]. (F3)</p> <p>(...) eles começam a fazer a narrativa e nós damos apoio na construção da narrativa, isto é, “vai tentar fazer que tipo de narrativa? vai começar por onde? do que é que quer falar? quais são as experiências mais</p>

<p><b>Organização e Metodologia Das Sessões</b></p>	<p>significativas?”, isto é tudo para levá-los a reflectir. (P5)</p> <p>Depois disso, fazemos as sessões de exploração, as sessões de exploração não são nada mais nada menos do que simplificar o referencial, com exemplos que nós vamos dando (...) e depois disso, voltamos á narrativa, eles voltam a introduzir assuntos dentro da narrativa. (P5)</p> <p>(...) o Básico tem um conjunto de actividades que as pessoas têm que desenvolver e que depois vão-se agregar e vão para o portfólio, mas [no Processo RVCC Secundário] (...) não temos actividades (...) não fazemos actividades com eles, é através de pistas que lhes vão sendo dadas, isto é, se aquele candidato nasceu numa determinada zona que nós considerámos que pelo património cultural será interessante e o candidato poderá falar e desenvolver uma competência para uma determinada área, o que nós fazemos é “olhe, vamos então trabalhar sobre isso”, porque isso nós não temos fichas. (P5)</p>
<p>Subcat. 2</p>	<p><b>Categoria 2 – ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DAS SESSOES</b></p>
<p><b>Transmissão de informação pelas Técnicas de ADE às Profissionais e sua pertinência</b></p>	<p>Não é fundamental que exista [informação prévia sobre os candidatos, passada pelas Técnicas de ADE]. Normalmente, quando eles são invisuais ou amblíopes [aí as Técnicas de ADE informam-nos] (...) agora, mais do que isso não [informação básica/geral sobre o candidato]. só mais por causa destas coisas. (F3)</p> <p>Sim [as técnicas comunicam às Profissionais RVCC quando os candidatos são invisuais]. (P4)</p> <p>[Para obtermos mais informações sobre os candidatos] (...) olhamos para o questionário [entregue pela Técnica de ADE aos candidatos da 1ª para a 2ª sessão de diagnóstico] e para o Currículo Vitae. (P4)</p> <p>Neste momento, eu acho que há uma necessidade [de recebermos informação prévia sobre os candidatos por parte das Técnicas de ADE], que é em termos dos Certificados Profissionais, portanto, a formação que eles já fizeram, se a Técnica [de ADE], isto é a minha opinião, se conseguisse passar isso antes, para que se comece logo a fazer a triagem [das competências que o candidato já não necessita de fazer] desde o início, tanto melhor. (P4)</p>

<p><b>Transmissão de informação pelas Técnicas de ADE às Profissionais e sua pertinência</b></p>	<p>Não é necessário [que as Técnicas de ADE nos informem que os candidatos são invisuais], mas elas informam-nos que é invisual. (P5)</p> <p>Regra geral, nós vamos ao PPQ (...) o PPQ é o Plano Pessoal de Qualificação, em que as Técnicas [de ADE por exemplo] muitas vezes consideram que a pessoa não tem perfil, mas o candidato considera que mesmo assim quer RVCC porque é mais adequado, muitas vezes, há esta passagem de informação, que é no sentido de “olha, este candidato optou por RVCC, é preciso estar atenta porque ele pode não ter perfil para o processo”, [e nesse documento] (...) vemos o ponto de situação, se é para Processo porque tem perfil, se é porque ele [candidato] insiste (...). (P5)</p> <p>[E] (...) se há alguma informação adicional que a Técnica queira dar [para além daquela que consta no PPQ], também temos a base interna. (P5)</p> <p>Situações às vezes, em que são candidatos mais complicados por alguma razão, situações às vezes que foram um bocadinho mais agressivos, pessoas que estão muito em baixo, ou que estão há muito tempo à espera, às vezes, há situações em que realmente há uma conversa [entre as Técnicas de ADE e as Profissionais de RVCC] sobre transmitir a informação. (P5)</p>
<p>Subcat. 1</p>	<p><b>Categoria 3 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
<p><b>Realização de Sessões com Candidatos Cegos</b></p>	<p>Sim, já...mas foi mesmo ao princípio, o que assustou. [Logo quando entrei] (...) mesmo ao princípio, em 2007 [tive] (...) um grupo, que era o grupo, chamava-se mesmo a “ACAPO qualquer coisa” e portanto quando era grupo “ACAPO”, eram mesmo um grupo todos de invisuais ou amblíopes (...). Portanto, eu lembro-me que estava cá há muito pouco tempo e tinha um grupo que era tudo invisuais. (F3)</p> <p>Já [realizei sessões com candidatos invisuais]. Eu por alto, assim em sessões, devo ter tido para aí uns 10. (P4)</p> <p>[Actualmente, os meus candidatos invisuais] Estão na fase dos Formadores, neste momento, estão a desenvolver competências, ou os critérios de evidência, como preferires. (P4)</p> <p>Já, já [realizei sessões com candidatos invisuais]. Eu tive 3 candidatos</p>

	<p>invisuais. (P5)</p> <p>[Actualmente] Eu só tenho um [candidato invisual] que está a acabar o processo de RVCC e que também está com os Formadores, [actualmente] só tenho um. (P5)</p>
Subcat. 2	<p><b>Categoria 3 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL</b></p> <p><b>vs CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
<p><b>Opinião sobre a realização de Sessões</b></p> <p><b>c. Candidatos Invisuais</b></p>	<p>Houve aí uma altura em que havia montes de invisuais ai em Processo e agora não há. (...) acho que há tendência a dar mais apoio ao candidato invisual], mas também depende muito do feitio deles, porque há aqueles também que por serem invisuais, não querem muito mais apoio, porque é aquela questão de que “eu não sou deficiente, eu sei fazer e não aleijado para os outros fazerem tudo por mim”, também há este género de pessoas. É muito relativo, depende mesmo muito da pessoa. [Mas] É assim, não é muito diferente do que aquilo que se faz com os outros. É [as diferenças são mínimas], é. Eu acho que sim. Portanto, as coisas são muito semelhantes. (...) a descodificação do Referencial, acaba por ser a mesma (...) faço exactamente a mesma coisa. Portanto, a descodificação, até é semelhante. (...) Não, não [não se pode dizer que é um processo completamente diferente]. Eu acho que as coisas até têm corrido bem. Eu acho que com os invisuais as coisas correm bem, mesmo quando é com os amblíopes que estão integrados [em grupos], acho que nunca houve algum problema, acho que as coisas funcionam, nunca houve grandes chatices. [E também trabalhamos bem na presença de cães guia. Temos um candidato que traz um cão guia e] Por exemplo, quando ele está aqui à espera, (...) ela [cão guia] está aqui na sala [de espera], ela ainda não está em intervalo por assim dizer, portanto, ele ainda não tirou, acho que aquilo, chamam-lhe os arreios mesmo, portanto, aquela armação, ele ainda não tirou, está ali, está assim, porque ela sabe que apesar de estar sentada, ela ainda tem que estar a trabalhar. Aliás, assim que ele chega à sala, mesmo que seja por um quarto de hora, meia hora que seja de sessão, a primeira coisa que ele vai fazer, é tirar aquilo tudo e ela sabe que está deitada e que está em intervalo e ela põe-se a dormir. [Só quando ele coloca os arreios outra vez, é que ela sabe que aí voltou ao trabalho] (...) e começa a ter uma postura completamente diferente. E é assim que funciona. E a Nita conhece as pessoas também, depois começa-se a aperceber de quem são os formadores, por exemplo, a voz</p>



<p><b>Opinião sobre a realização de Sessões</b></p> <p><b>c. Candidatos Invisuais</b></p>	<p>e essas coisas todas (...). (T3)</p>
	<p>O nosso apoio é um apoio que é individual, é individual e as eventuais pistas e eventuais actividades que nós possamos inventar, a nossa criatividade é independente se ele [o candidato] é invisual, se não é. (P4)</p>
	<p>Epá, eu para te resumir isso tudo, é assim, é-me perfeitamente igual, não sinto qualquer tipo de diferença, a não ser que um candidato que consiga ver e consiga escrever a narrativa dele, de repente leva e o invisual provavelmente mando-lhe um e-mail, mas de resto... (P4)</p>
	<p>Eu quanto a mim acho que se eu tivesse um grupo inteiro de invisuais, desde que eu tenha os materiais disponíveis, acho que é perfeitamente igual, os materiais disponíveis, ou seja, são computadores equipados sempre a funcionar, com o JAWS instalado, o JAWS ou um programa qualquer que eles também em casa tenham disponível, porque (...) isto é muito bonito, o Centro tem que ter, mas eles também têm que ter em casa (...). (...) Portanto, se eu tiver isso a funcionar, eu não consigo perspectivar neste momento, a diferença entre ter um grupo misto, um grupo de invisuais e... (P4)</p>
<p><b>Orientações-Formação administrada p/ realização de Sessões com Candidatos Cegos</b></p>	<p>(...) não encontrei assim grandes limitações, mas também foram poucos candidatos [invisuais que fizeram Processo RVCC comigo]. (P5)</p>
	<p>Não [até à data nunca me foi transmitida nenhuma orientação técnica nem formação para trabalhar com invisuais. Quando entrei para o CNO, tinha conhecimento da diferença] (...) entre amblíope e um cego, sim. Agora, o que eu tive e acho que foi uma mais-valia sem dúvida foi a questão da Beta, a [colega de curso] que me pôs cá dentro, que era uma ajuda e que na altura, (...) [antes dos] quatro meses em casa [baixa de parto] (...) houve um tempinho em que estive eu e ela a trabalhar em conjunto (...) em que eu dava as sessões e ela estava sentada com um barrigão a ler portfólios (...) mas conseguia ir dando as orientações todas, do género, faz assim, faz assado e não sei quê e depois quando ela regressou e estava no Secundário, apesar de eu já estar dentro do assunto, quando havia qualquer coisa, também dava para ir falar com ela. Era diferente, ela era uma pessoa que já tinha de CNED uma experiência gigantesca, portanto, era uma mais-valia “muita” grande. (T3)</p>

	Não [até à data nunca me foi transmitida nenhuma orientação técnica nem formação para trabalhar com invisuais]. (P4)
	Por acaso, não [até à data nunca me foi transmitida nenhuma orientação técnica nem formação para trabalhar com invisuais]. Eu só soube que o meu candidato era invisual quando cheguei ali à porta. (P5)
<b>Estratégias utilizadas nas Sessões</b>	<p>Por exemplo, uma situação qualquer de câmbios, eu dou um exemplo qualquer de euros para uma moeda qualquer, com eles (...) depois qual é que é a sugestão? Integrar na história de vida e pergunto “já fizeram uma viagem? Já existiu uma situação qualquer?”... um invisual pode ter feito isto e eles também conseguem dizer “ah, fiz isto, fiz aquilo”, então pronto “pode aproveitar para”. Há aqueles que têm mesmo a capacidade, até mesmo pela velocidade de escrita que alguns têm espantosa, de escreverem logo, que estão ali a associar ali à viagem que fizeram não sei onde e com um valor qualquer, fazerem o câmbio da moeda, por exemplo do euro para o país onde estiveram de férias ou onde foram fazer uma coisa qualquer. Por exemplo, estou-me a lembrar do Firmino [candidato que foi acompanhado pela Formadora Catarina quando realizou o Processo RVCC de Nível Básico], que está connosco no secundário (...) quando foi para se estudar as figuras geométricas, os perímetros e as áreas, os volumes, puxou-se tudo muito para materiais dentro do desporto porque para ele era muito mais fácil e coisas com que ele lidava todos os dias, relacionadas com o pequeno-almoço dele, com a cadela, tudo coisas assim, porque era muito mais fácil do que eu lhe dizer só o que é ser um cilindro, ou o que é que era um paralelepípedo, isso para ele era assim um bocado esquisito. Se a gente associasse a coisas relacionadas com ele (...) acaba por ser uma mais-valia quer para eles, quer para o portfólio também, portanto, é mais prático. Depende muito deles, do dia-a-dia deles. (T3)</p>
Subcat. 4	<b>Categoria 3 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b>
	<p>[De início, quando entrei no CNO] (...) na altura, como era tantos, era possível fazer grupos [só de candidatos cegos]. Assim não é. Se for antílope, é fácil estar num grupo, se for invisual mesmo, não é fácil [incluir num grupo em que os pares sejam normovisuais] (...) por causa daquele programa terrível [JAWS] (...) aquilo a falar, é uma chatice muito grande (...) eles para tirarem apontamentos, aquilo [JAWS] fica ali sempre a falar e é um massacre. [Regra geral com candidatos cegos</p>

<p><b>Composição de turmas</b></p> <p><b>vs</b></p> <p><b>Candidatos Invisuais</b></p>	<p>trabalho] Individualmente. [Mas caso seja um grupo só de invisuais, é composto por] (...) cinco, seis pessoas, no máximo. Não estou a ver serem mais. Era estranho também aparecerem assim um grupo muito grande, isso também acho que não ia acontecer. É assim, eu acho que para eles é mais fácil quando não é só um ou dois, quando há mais invisuais à volta deles, [ou quando o grupo é todo composto por candidatos invisuais] (...) ou cegos e amblíopes, aí as coisas correm melhor, porque as dificuldades são sempre as mesmas, as pessoas ligam-se mais umas às outras, é diferente e corre melhor. [Quando num grupo, apenas um candidato é cego] Isso é mais complicado. (F3)</p> <p>[Aqui no CNO] (...) não se constitui grupos [só] de invisuais, não. Até porque isso [a constituição de grupos compostos apenas por candidatos invisuais] estigmatiza imenso. (P4)</p> <p>Não, não [aqui no CNO não constituímos grupos só de invisuais]. Não há uma turma só para este tipo de público. (P5)</p> <p>(...) primeiro nós não temos se calhar números [de candidatos que justifiquem um grupo] só de invisuais, ou só com problemas de deficiência motora, ou o que quer que seja e segundo, temos a ideia também de que eles [candidatos invisuais] não sejam diferentes (...). (P5)</p> <p>(...) nós nunca tivemos essa preocupação, aliás eu considero que pelo contrário, nem sequer é uma vontade nossa integrá-los num grupo só de invisuais. (...) aliás, eu até acho que é interessante nós não termos grupos só de invisuais, não ter grupos só de outra problemática, não, não, não acho, eu acho que devemos promover exactamente a diferença, por isso, é que quer para ele invisual, quer para os restantes, promover o respeito, promover a diversidade, que é isso tudo que o Referencial apela e que nós acabamos por [fazer] (...). (...) mas isso tem a ver com a nossa formação de base também, não é, se calhar se fosse uma outra formação, se calhar até acharíamos giro um grupo de invisuais só, mas como somos da área de Psicologia, nós vamos fazer exactamente aquilo pelo que sempre batalhámos... (P5)</p> <p>(...) acaba[riamos] por estigmatizar [se criássemos turmas só de candidatos invisuais]. (P5)</p>
	<p><b>Categoria 3 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL</b></p>

Subcat. 5	<b>vs CANDIDATOS INVISUAIS</b>
<b>Distribuição de Candidatos Invisuais pelas Prof. De RVCC</b>	[A atribuição de candidatos invisuais às Profissionais de RVCC “é aleatória, os candidatos] (...) vêm por ordem de chegada e quando se constituem grupos, portanto tira-se o número que já está há mais tempo. [Por exemplo] (...) nesse grupo em que eu tive três [candidatos invisuais], eu entrei mais ou menos ao mesmo tempo que a João, eu fiquei com três [candidatos invisuais] e a João não ficou com nenhum. (P4)
Subcat. 6	<b>Categoria 3 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL</b> <b>vs CANDIDATOS INVISUAIS</b>
<b>1º Contacto com Candidatos Invisuais nas Sessões</b>	Ah...foi medo, principalmente. O início foi muito estranho. Principalmente a primeira sessão. [Fiquei logo com um grupo da ACAPO] (...) não sei se eram cinco, se eram seis pessoas à minha frente, eu sabia que alguns deles viam muito mal e os outros nem sequer viam nada. É uma sessão em que estou ali com invisuais e (...) entrei em pânico, do género, “estou com esta gente toda” (...) [e comecei] a pensar “o que é que eu vou fazer” (...) “e agora vai ser a desgraça” (...) e eu nunca tinha trabalhado com uma pessoa assim [cega ou amblíope], foi um susto e pronto. Já não me lembro exactamente o que é que fiz ou não, mas eles dominam muito bem as coisas, em termos de teclado e as coisas todas, eles dominam muito bem mesmo. E trabalharam “muita” bem. Não é por acaso que mesmo em Júri, e é engraçado até recordar isso, mesmo em Júri, foi com eles todos, praticamente o grupo inteiro conseguiu ir a Júri na mesma altura, o que é uma coisa difícil. (T3)
	(...) eu quando estive com eles, quer dizer foi a primeira vez que eu trabalhei com invisuais e disse-lhes a eles que isto para funcionar teria de tentar perceber quais as necessidades para eu contorná-las e eles foram dizendo, claro que depois houve um ou outro que se aproveitou e que solicitava para além das necessidades que eram percebíveis, mas por norma não tive queixas. (P4)
	(...) imagina estou-me a lembrar, eu tive uma sessão e eram 30 no grupo, e então eu esqueci-me de dizer, lá está, eu não me lembrei que tinha um candidato invisual e então disse “vai passar a folha, é para assinarem e devolvem” (risos) e ele [candidato invisual disse] “eu não posso assinar”, “então mas porque é que você não pode assinar?” (risos) e continuei a insistir porque nem sequer me apercebi (risos), “ah, porque eu sou invisual”, “ah, então isso não é problema, mas qual é o

	problema” (risos), lá fui e ele acabou por assinar na mesma (risos), mas isso às vezes acontece. (P5)
Subcat. 7	<b>Categoria 3 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b>
<b>Opinião Pessoal sobre os Candidatos Invisuais</b>	Tu conheces um invisual e vês que ao fim de muito pouco tempo, se calhar ele conhece-te muito melhor do que aquilo que tu imaginas. Por exemplo, nessa situação, em que o Firmino me andava ali ao fundo, quando eu disse aos senhores “ah, deixem estar, não há problema” e o Firmino começou-se logo a rir. E eu disse “Oh Firmino, já sabe quem aqui está, não já?” e ele começou-se logo a rir, do género “a voz”, o que para eles, é automático e eu acho admirável, quer dizer, é espantoso, mesmo. È verdade que eles têm um reconhecimento das coisas muito diferente, mesmo. [Ao nível da motivação] (...) não se pode dizer “ah, são todos iguais”, não. É do candidato, não é pela dificuldade, ou pela deficiência que vão demorar mais ou menos. É por outros motivos, é pelas competências que efectivamente tenham ou não, é se está desempregado ou se tem tempo ou se não tem tempo... (F3)
	Eu sou sincera, eu subestimava no início as competências, ou as capacidades, por mera ignorância, mas só mesmo por ignorância. (P4)
	[Ao nível da motivação dos candidatos invisuais] Se for comparativo aos restantes [candidatos normovisuais], não, acho que é idêntico. (P4)
	(...) eu acho que todos eles são permissíveis a isso [a explicar as suas necessidades]. (P4)
	(...) eu nunca parti do pressuposto que eles [os candidatos invisuais] eram diferentes, ou seja o tratamento foi exactamente o mesmo. Não têm nenhuma diferença, pelo menos comigo não tiveram nenhuma diferença (...) [‘e] tudo normal. (P5)
Subcat. 8	<b>Categoria 3 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b>
<b>Conhecimento do Processo RVCC por parte dos Candidatos Invisuais</b>	Têm uma ideia, é. É assim, eu acho que a informação é passada, agora não é por serem invisuais ou não, que se nota isso, depende muito dos candidatos. Isso nota-se tanto neles, como nos outros. Há pessoas que chegam a nós com uma ideia muito clara do que é que vai ser o processo até ao fim e há aqueles que chegam até nós e que vêm a zero, não sabem absolutamente nada do que é que se vai passar (...) depende mesmo muito deles, das competências deles (...). (F3)

<p><b>Conhecimento do Processo RVCC por parte dos Candidatos Invisuais</b></p>	<p>Têm a mesma noção que tu tiveste quando entraste para o teu curso, quando escolheste o teu curso, ou eu ou outra pessoa qualquer, porque as pessoas quando entram numa oferta educativa seja ela qual for, têm as suas próprias concepções, as suas próprias representações sobre o que aquilo é e depois, com a prática é que tu consegues aferir se é mesmo aquilo ou se é outra coisa qualquer, eu acho que isso acontece um bocadinho a todas as pessoas. (P4)</p> <p>E muitas das vezes, eles consideram que o Processo depois é muito mais difícil do que aquilo que eles eventualmente pensavam e depois no final, já acham que era mais fácil do que aquilo que pensavam no início das sessões de exploração do referencial e muitos deles ainda vêm com aquela ideia da “audição selectiva”, que é “o processo à medida que eu o vou fazendo, vou desenvolvendo em casa [as “actividades”], eles só ouvem essa parte, o restante eu acho que eles acabam por fazer um “delete”. (P4)</p> <p>[Mas] Acho que o Processo RVCC é um bocadinho mais complexo, criam-se alguns estereótipos e preconceitos nacionais à volta do Processo... (P4)</p> <p>Até mesmo os spots publicitários, que estão inerentes a esta iniciativa [Programa Novas Oportunidades ajudam a criar alguns estereótipos e preconceitos]. (...) eu acho é que antes de nós termos as Técnicas de Diagnóstico, eles vinham muito mais “crus” do que vêm agora, o diagnóstico tem muito essa função de explicar, eu acho que eles vêm com mais conhecimento do que é o Processo RVCC, daí a isto corresponder, como a Joana estava a dizer, à realidade, vai uma diferença, mas que também se vão desconstruindo alguns preconceitos, alguns estereótipos que eles têm, à medida que vamos fazendo as sessões com eles. (P5)</p>
<p>Subcat. 9</p>	<p><b>Categoria 3 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
<p><b>Referencial de Competências-Chave Vs Candidatos Invisuais</b></p>	<p>(...) ao nível do Básico [é que há certos pontos do Referencial que não são tratados /exigidos aos candidatos invisuais]. No Secundário, eles têm de corresponder aos DR [Domínios de Referência] do Referencial, ‘as 44 competências (...) [por isso] não há adaptação. (P4)</p> <p>[No Secundário, os candidatos invisuais têm de corresponder] às 44 competências. Eles fazem todas as competências, como se fossem</p>

	visuais. E nem sequer faz sentido [haver pontos do Referencial que não sejam tratados /exigidos aos Candidatos Invisuais]. (P5)
Subcat. 10	<b>Categoria 3 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b>
<b>Candidatos Invisuais e Normovisuais: Relação entre pares</b>	[Os candidatos normovisuais] Às vezes até ajudam, o problema é que se calhar não ajudam da melhor maneira, se calhar querem ajudar, mas pronto, as pessoas também não estão habituadas não é? E depois as pessoas com 40 anos não estão habituadas a um invisual e agora têm um invisual ao lado, [querem ajudar, mas não sabem como]. (F3)
	(...) há uma preocupação por parte dos outros candidatos, acho eu, em se [o candidato invisual] precisa alguma coisa... (P4)
	[Nas turmas com candidatos invisuais, os candidatos normovisuais ficam] Mais calados, exactamente. É um respeito muito grande, porque a pessoa [invisual] (...) está a servir-se da audição (...). (P4)
	[Nas turmas com candidatos invisuais, as intervenções dos candidatos normovisuais].São mais organizadas (...). (P4)
	Eu acho é que há uma preocupação por parte do grupo [com os candidatos invisuais (...). Ficam mais suaves, ficam mais sossegados... É o respeito (...) isso eu também noto, há um respeito muito maior, tipo as intervenções são mais [calmas]... (P5)
	Acho que tem a ver com o respeito, porque percebem que a pessoa não tem a capacidade visual, não é, e têm que estar mais atentos. São muitos, se falarem todos uns por cima dos outros não se ouvem e assim acabam por estar ali um bocado mais pacatos, é por aí. (P5)
Subcat. 11	<b>Categoria 3 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b>
<b>Transmissão de Feedback aos Candidatos Invisuais</b>	É em sessão, (...) sim [sempre em sessão]. (F3)
	(...) imagina que eles começam a fazer a narrativa e querem saber se aquele texto reúne ou se está válido e muitas vezes eles começam e sei lá, passado 2 dias, mandam as coisas e dizem “diga lá se eu estou no bom caminho ou no mau caminho” e nós temos um prazo que é até duas semanas para dar feedback... Mas o que normalmente fazemos é lermos e depois [dizemos] (...) tipo “olhe realmente está bem” ou “olhe,

<p><b>Transmissão de Feedback aos Candidatos Invisuais</b></p>	<p>realmente, não está a abordar um assunto que seja..., pode ser importante para si, mas em relação ao referencial não tem substância, ou tem muitos erros ortográficos, ou é preciso...", são mais este tipo de informações. (P4)</p> <p>Eu, com os candidatos [invisuais] que tive, essencialmente [transmitia o feedback], por e-mail, porque por exemplo, o Sérgio [candidato invisual] neste momento está a acabar o processo RVCC e ele vem cá só às sessões de exploração e diz-me claramente que prefere estar em casa a trabalhar, porque trabalha e tem filhos, por isso tem pouca disponibilidade e como tem um excelente domínio das TIC, trabalha todos os dias, vai enviando, "está tudo bem, não está, preciso de algum tipo de ajuda", às vezes ele pede às formadoras acho que tem a ver com algumas imagens, ou com alguma formatação que eventualmente possa ser mais necessário algum tipo de ajuda delas. (P4)</p> <p>(...) damos o feedback por email (...) ou então se eles vêm cá, sentamo-nos com eles e dizemos exactamente aquilo que [é necessário]. (P4)</p> <p>(...) mas essas condições de Lei [dar feedback aos candidatos no espaço de tempo máximo de duas semanas], nós acabamos por deixar. (P5)</p>
<p>Subcat. 12</p>	<p><b>Categoria 3 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
<p><b>Sessões de Preparação e de Júri de Certificação com Candidatos Invisuais</b></p>	<p>[Os candidatos apresentam] Oralmente. Sim, só isso [sem suporte em Power Point], mais nada. (F3)</p> <p>Nunca [realizei nenhuma sessão de júri de Certificação nem de preparação com candidatos invisuais] Mas de qualquer forma, eu acho que a sessão de Júri será, mais uma vez, será exactamente igual a uma outra qualquer. (P4)</p> <p>Não, eu não [realizei ainda nenhuma sessão de júri de certificação nem sessões de preparação com candidatos invisuais]. Acredito que para ai em Maio ele [Sérgio - candidato invisual] vai a Júri, até lá... (P5)</p> <p>A única [Sessão de Júri de Certificação com Candidato Invisual] que eu vi (...) a pessoa realmente não recorreu ao Power Point, fez uma apresentação [sobre o tema] (...) "Dopping na alta competição", foi o único que vi. E (...) realmente ele estava assim muito nervoso, mas isso</p>



	<p>ai eu acho que não é por ser invisual (risos), [mas sim por se tratar de] (...) uma pessoa extremamente reservada e estava ali muito desorientado e o que a Técnica fez foi dar-lhe orientações como tu [Profissional de RVCC Joana] estavas a dizer, “então agora vamos lá falar sobre isto, o que é que você tem a dizer sobre esse assunto”, pronto. (P5)</p> <p>Mas eu acho que será uma sessão exactamente igual a outra. E não terá tratamento diferente, nem fará sozinho, nada disso. Faz a sessão de Júri com os outros candidatos, o objectivo é criar sempre uma mensagem de partilha não é e eventualmente até pode ele contribuir para que os outros possam perceber que não há assim tantas diferenças, não é? E assim também trabalha a área de Cidadania, não é? (risos) (P5)</p>
Subcat. 13	<p><b>Categoria 3 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
<p><b>Motivos de abandono do Processo RVCC por parte dos Candidatos Invisuais</b></p>	<p>Nós temos (...) muito poucos [candidatos invisuais], portanto acabaram por ficar pelo meio alguns, mas não acho que se deva ao facto de serem invisuais, acho que se deve ao facto de as pessoas quando entram em contacto com o processo [RVCC Secundário] e se apercebem do volume de trabalho que tem, muitas das pessoas não têm vida nem pachorra para o fazer, não é, acho que é um pouco por aí. (P4)</p> <p>[Por exemplo] Há uma pessoa [invisual] que voltou para a terra, eu por exemplo estou a falar dos meus, mas houve uma pessoa que iniciou o processo de RVCC, entretanto neste momento desistiu, não sei se vai retomar ou não, entretanto voltou às origens, Trás-os-Montes, parou. Uma outra [pessoa invisual], está a colocar a hipótese de ir para um EFA, certo. Outra pessoa [invisual] está com um problema de saúde grave. (P5)</p>
Subcat. 1	<p><b>Categoria 4 – ACTIV. PROFISSIONAL vs MATERIAIS E RECURSOS PARA CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
<p><b>Concepção do PRA vs Suporte Apresentado</b></p>	<p>Um portfólio deles, não tem o aspecto que tem o de uma pessoa que vê, não tem o mesmo aspecto (...) mas no fundo, acaba por ser parecido (...). [No caso dos Amblíopes, o portfólio é construído em suporte digital, com o tal tamanho de letra que eles conseguem ler e ver bem] Sim, sim. [No caso dos Invisuais é igualmente construído em suporte digital, porque] (...) a gente não sabe ler, não conseguimos fazer a leitura, por isso é que se “obriga” a fazer em digital. [Mas] Não [nunca tive um candidato que me pedisse para entregar o Portfólio em Braille]. (F3)</p>

<p><b>Concepção do PRA</b></p> <p><b>vs</b></p> <p><b>Suporte Apresentado</b></p>	<p>[Se o candidato invisual entregar o Portfólio em Braille] (...) como é que nós temos capacidade para avaliar? É que o grande problema depois é esse, é que os CNO's têm que obrigatoriamente aceitar, desde que seja oficial, [como] uma 2ª língua. Agora alguém entregar alguma coisa em Braille, eu não sei até que ponto [isso é possível], porque aí à partida nem eu tenho capacidade para avaliar o trabalho... (P4)</p> <p>(...) mas pelo menos os meus candidatos [invisuais] também, são candidatos que utilizam o Braille sim, mas utilizam perfeitamente o computador e o teclado normal também, portanto, nunca se verificou essa necessidade [de solicitar e entregar o Portfólio em Braille]. (P4)</p> <p>[Em relação ao suporte em que é entregue o Portfólio, os Candidatos Invisuais não têm] obrigatoriedade de nada, pode apresentar o Portfólio como ele bem entender, o candidato tem total liberdade [de escolher se entrega em suporte digital ou em suporte papel] (...). (P5)</p> <p>[O candidato invisual] pode entregar [o Portfólio] em Braille, mas depois não tem interesse nenhum (...) porque nós depois temos que fazer a avaliação, não vamos entregar ao avaliador externo e depois dizer “olhe, [o portfólio] está em Braille” (risos) (...) a avaliadora não vai conseguir ler... (P5)</p> <p>Agora se tu me disseres que há um candidato e aí por exemplo isso até acho que foi o Sérgio que estava a dizer, que gostava que outros invisuais lessem o seu portfólio, porque não ele depois converter aquilo para Braille, claro que sim, não é? E até se ele nos disser que por exemplo, até se calhar é uma sugestão, mesmo independentemente de se ser invisual, querer deixar cá uma versão em Braille, para nós numa sessão daquelas mostrar, claro que sim, não é descabido (...). (P5)</p> <p>Eu acho que tem a ver com o domínio das novas tecnologias, tem mesmo a ver com isso. Sim, porque pessoas [candidatos invisuais] que se calhar estivessem um bocadinho menos à vontade [com as Tecnologias], se calhar essa questão [de entregarem o Portfólio em Braille] já surgiria, não é? (P5)</p>
<p>Subcat. 2</p>	<p><b>Categoria 4 – ACTIV. PROFISSIONAL vs MATERIAIS E RECURSOS PARA CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
	<p>[Ao nível dos materiais] Se for em amblíopes, uso as actividades dos</p>

<p><b>Materiais e Recursos</b></p> <p><b>vs</b></p> <p><b>Candidatos Invisuais</b></p>	<p>outros, ampliadas, mais nada. Com os invisuais mesmo, normalmente não tens [materiais] feitos, [utilizamos só o computador] e o JAWS (...) é tudo em sessão mesmo, porque é, é mesmo muito a puxar para a história de vida. [E tenho mesmo de colocar os candidatos cegos ao computador, porque] (...) de outra forma é muito difícil, acaba por ser trabalho, não vou dizer “trabalhar para o boneco”, porque alguma coisa há-de ficar, não é, [até por uma questão de eles tirarem apontamentos porque] (...) também não tenho, aliás não tenho nenhuma capacidade de memória para depois vir para aqui a seguir à sessão fazer um resumo, para lhes enviar [e assim é mais fácil para eles e prático]</p> <p>[Ao nível dos Recursos] (...) normalmente, ali na F1, eram os três primeiros computadores da fila da frente e era mesmo ali que tinham o JAWS e estavam as colunas, portanto era fácil de identificar e na F2 também havia, porque às vezes era mais fácil por ser uma salinha mais pequenina e eles ficavam ali, como aquilo falava [programa JAWS] e tal, para eles realizarem qualquer coisa. (F3)</p> <p>[Temos salas com computadores e] (...) eles [candidatos invisuais podem] (...) trabalhar aqui posteriormente também se quiserem, não é, portanto, eles não precisam de trabalhar [ao computador] só nas sessões, podem ficar aí e podem reservar um computador e ficar aí o tempo inteiro a trabalhar. (P4)</p> <p>(...) está a decorrer, portanto, a gravação do CD [de apoio ao Candidato Invisual em relação ao Processo RVCC]. (...) portanto já temos os exemplos, porque o objectivo será tu agarrares em cada uma das competências e dares exemplos para desenvolver aquelas competências, mas convém que esses exemplos sejam exemplos quanto mais antagónicos possível melhor, para que eles não tenham portfólios todos iguais, para não enviesar os desenvolvimentos, por isso, com as alterações da equipa tem demorado um pouco mais tempo, mas acredito que seja rápido. Eles acabam por ter depois as sete sessões de exploração do referencial gravado em CD com a nossa voz, mas com um som especial, porque será ali [gravado e tratado] no departamento Multimédia. (P4)</p> <p>(...) mas eu acho que nós temos recursos dentro da equipa, modéstia à parte e temos candidatos também que colaboram para a resolução de problemas (...). (P4)</p>
----------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>Materiais e Recursos</b></p> <p><b>vs</b></p> <p><b>Candidatos Invisuais</b></p>	<p>[Ao nível dos materiais temos] (...) a comunicação (...) o facto de a equipa ser multidisciplinar e o guia [de apoio ao Candidato Invisual em relação ao Processo RVCC], de resto, nós não temos mais nada. (P5)</p> <p>Nós temos uma espécie de guia de apoio ao candidato, foi um documento que nós elaborámos aqui, que a equipa do CNED elaborou, que é uma espécie de referencial [e] nós a única coisa que fizemos foi uma adaptação, retirámos as grelhas para melhor facilidade de leitura, para eles [candidatos invisuais] (...) seguindo esses parâmetros faze[re]m a leitura do guia (...) lerem aquilo com o programa. (...) o nosso guia sem as grelhas (...) é óptimo para eles (...) o guia já é bom (...). (P5)</p> <p>[Esta a decorrer também a gravação do CD de apoio ao Candidato Invisual em relação ao Processo RVCC, o que] (...) é uma excelente iniciativa [porque] (...) depois em casa, porque nós muitas vezes nas sessões damos muitos exemplos e às vezes perdemos demasiado tempo com questões que eles levantam e ali eles têm orientações muito precisas de como é que precisam de trabalhar [e podem voltar atrás e ouvir novamente]. (P5)</p>
<p>Subcat. 3</p>	<p><b>Categoria 4 – ACTIV. PROFISSIONAL vs MATERIAIS E RECURSOS PARA CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
<p><b>Opinião sobre</b></p> <p><b>Materiais e Recursos</b></p> <p><b>(existentes ou não)</b></p> <p><b>nas Sessões</b></p>	<p>[Não temos materiais adaptados aos candidatos cegos, mas] Acho que não se desce o nível de exigência, nem nada. Acho que está bem. O problema maior é que, acontece com os invisuais e acontece com os outros, é o problema dos computadores daqui e em qualquer sitio, aqui passa a vida tudo estragado. E para eles [candidatos invisuais], é grave. Enquanto os outros chegam cá e o computador está estragado e tu até dizes “olhe, paciência, aconteceu este problema”... por exemplo “só não há rede, não se pode ir à internet”, mas fazemos logo “não há computador, vamos fazer em papel, ou outra coisa qualquer”, mas a pessoa não perdeu tempo, quando é com eles, não dá. Não dá. É muito chato. (F3)</p> <p>[Ao nível dos materiais] Nem é suposto [ter mais do que a comunicação, a equipa técnico-pedagógica e o guia de apoio ao Candidato Invisual em relação ao Processo RVCC]. (P4)</p> <p>Eu acho que noto é que neste CNO tens salas de computadores com</p>

<p><b>Opinião sobre Materiais e Recursos (existentes ou não) nas Sessões</b></p>	<p>JAWS [software disponível para candidatos invisuais, que à data da entrevista tinha a licença caducada]. Porque há CNO's que nem sequer têm (...). (P4)</p> <p>Ou seja, eu acho que é assim, tendo em comparação com outros Centros nós somos excepcionais em relação a esse público [invisual], de qualquer forma, também acho que há sempre melhorias que se podem fazer, não é, (...) em todas as áreas, claro que sim, se calhar devíamos ter outras coisas (...). (P5)</p> <p>Sem dúvida [acho que devia haver], mais material, sem dúvida alguma, acho que que devíamos ter sempre salas disponíveis de informática, devíamos ter sempre os computadores sem estarem sempre em baixo de forma... (P5)</p> <p>(...) agora isso [melhorias relativas aos materiais e recursos existentes no CNO para Candidatos Invisuais] também só será concretizado, digo eu, pelo menos no que diz respeito a mim, se eu realmente tivesse um boom de invisuais, como é tão residual, tão residual, que acabamos por não estar aqui a reflectir muito sobre essa realidade, quer dizer, se calhar temos outras em que pensamos e que discutimos imenso (...) lá está, nós não temos candidatos com essa problemática, não é? Certamente que se nos aparecerem cá 100 invisuais e 20 visuais, nós alguma coisa vamos ter que fazer, como não aparecem, não é? (...) mas eu acho que também só podemos melhorar se tivermos candidatos se eles nos explicarem realmente “quais são as nossas limitações”... (P5)</p>
<p>Subcat. 4</p>	<p><b>Categoria 4 – ACTIV. PROFISSIONAL vs MATERIAIS E RECURSOS PARA CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
<p><b>Instalações do CNO vs Candidatos Invisuais</b></p>	<p>Eles identificam bem as coisas. Mas lá está, também já há uns tempos que eu não trabalho com eles e também, naquele grupo que era meu, normalmente acho que não. Se calhar não tenho ideia, mas na altura isto também era muito mais calmo, circulava muito menos gente para trás e para a frente e se calhar para eles, isso também era uma mais-valia, por exemplo, estava-me a lembrar do Firmino [candidato invisual]. O Firmino traz um cão guia (...) é diferente, porque um cão, parecendo que não, nestas coisas ajuda, são bem diferentes. E mesmo assim, há pouco tempo dei com ele [o Firmino] ali ao fundo, já me ia lá para o lado dos Praças e já estavam uns senhores a falar com ele do género “o que é que se está a passar” (...). (...) mas isto estar no centro</p>

<p><b>Instalações do CNO</b> <b>vs</b> <b>Candidatos Invisuais</b></p>	<p>de Lisboa, se calhar é bom, mas também há a questão de que eles vivem nos arredores, não sei se era melhor estar ao pé da casa, mas se nesses sítios os aceitam ou não, também não sei. Não sei, não me lembro de me dizerem nada [se era difícil chegarem até ao CNO ou mesmo sobre as nossas instalações]. (F3)</p>
	<p>Não, não [não há grandes complicações no que se refere aos candidatos invisuais subirem para o 2º piso – CNO – nem em relação às salas onde são dadas as sessões]. (P4)</p> <p>Mas eles facilmente aprendem e criam estratégias para conseguirem andar. (P4)</p>
	<p>Na altura em que estávamos em obras ali é que foi um bocadinho mais complicado, porque quando o Terreiro do Paço esteve em obras obrigava a que ali no parque, tivesse que se andar pela estrada mesmo e isso complicou ou então tinha que se dar uma volta muito grande, principalmente quando as sessões eram à noite e a porta da frente a partir de uma certa hora estava fechada, isso complicava. (P5)</p> <p>Agora os meus candidatos sempre tiveram facilidade em subir, portanto, em vir ao 2º piso e muitas vezes quando era necessário, havia sempre alguém também que os ajudava a descer, sim, qualquer militar que lá estivesse, ou mesmo os colegas de grupo ajudavam. (P5)</p>
Subcat. 1	<p><b>Categoria 5 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL vs ADAPTAÇÕES FACE AO PUBLICO INVISUAL</b></p>
<p><b>Cuidados especiais</b> <b>a ter com</b> <b>Candidatos Invisuais</b></p>	<p>(...) é necessário preparares a sala onde vais ter a sessão (...) tu para a sessão sabes que tens de ter um computador, já com o programa adequado para eles. Se forem amblíopes, sabes que o suporte em papel tem que ser já com determinado tamanho de letra que lhes permita ler e normalmente isso é logo... discutido com eles, porque eles sabem logo qual é o tamanho de letra que conseguem ler, portanto eles também dizem-te logo isso. (F3)</p>
	<p>(...) eu, o único cuidado especial que eu sou capaz de ter é mesmo isso, é perguntar, “então, isto que nós estamos a trabalhar, dê-me lá um exemplo”, que é para a pessoa [invisual] fazer aquilo que a Maria João tinha dito, para as pessoas elaborarem e para conseguirem compreender melhor o que nós estamos a falar, só isso mais nada (...). (P4)</p>
	<p>Às vezes tinha preocupação sei lá, se a sala por exemplo tem espaço</p>

	<p>para passar ou não (...). (P5)</p> <p>(...) a única diferença é que eu tinha a preocupação realmente de falar mais devagar, para que pudessem pelo menos fazer o raciocínio que eu gostava que eles desenvolvessem (...) pedia-lhes era sempre para me lembrarem que eu estava a falar muito rápido e eles lembravam-me, porque essa é uma característica que eu tenho e eles diziam e eu voltava a reformular (...). (P5)</p>
Subcat. 2	<b>Categoria 5 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL vs ADAPTAÇÕES FACE AO PUBLICO INVISUAL</b>
<b>Adaptação do Referencial CC</b>	<p>(...) o Referencial também é adaptado, há coisas que não se trabalham com eles [cegos] (...) porque não há hipótese de se fazer (...) [porque por exemplo] a base do Teorema de Pitágoras é um triângulo. O triângulo tem que ter um ângulo recto, eles começam logo com dificuldades a perceber o que é que é um triângulo, o que é que é um ângulo recto, depois... os dois lados do ângulo recto são catetos, o outro é hipotenusa, se isto já é uma confusão para quem vê, então imagina para uma pessoa que não vê nada. Portanto, às vezes esse ponto, em 95% dos casos, não se toca. (...) os mapas, em que também se faz um trabalho sobre escalas dos mapas, entre a distância real entre 2 pontos também não trabalho, quer dizer, pô-los a estudar uma escala, é uma coisa que eles nunca vão fazer na vida. Uma pessoa que é invisual e pões uma planta de uma casa, um mapa, quer dizer, não tem sentido, é um ponto que se salta também. (...) a questão de representações gráficas não se fazem, análises de notícias com representações gráficas também não... Há assim determinadas coisas que tens mesmo de saltar, que não tem sentido (...) pronto, é assim, tem de ser mesmo adaptado. [Com os candidatos amblíopes] Já dá [para trabalhar os pontos todos do Referencial], a não ser que sejam assim uns casos muito complicados, mas pode ser difícil, porque por exemplo às vezes há gráficos que ocupam vá lá meia página A4 e se ele for muito amblíope, para tu fazeres uma ampliação e se for muito grande, aquilo vai-se complicar muito e então, acaba por não se fazer. Depois, por exemplo, para pessoas que sejam muito boas, há coisas que se pode fazer e que se adapta, para outras não se adapta. (F3)</p>
Subcat. 3	<b>Categoria 5 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL vs ADAPTAÇÕES FACE AO PUBLICO INVISUAL</b>
	(...) numa descodificação de Referencial, vamos seguindo ponto por

<b>Adaptações das Sessões de Exploração do Referencial CC aos Candidatos Invisuais</b>	<p>ponto o Referencial e eu vou fazendo exemplos no quadro. Com eles, tem de ser, vai-se lendo também ponto por ponto o Referencial e eles têm de ter o computador à frente e os exemplos, eles escrevem-nos. (F3)</p>
	<p>Aquilo que eu senti nas sessões de exploração do referencial nos meus grupos, sendo que eu num grupo até tive 3 [candidatos] invisuais, a única, a grande limitação deles é que nas sessões de exploração do referencial, por norma nós damos pistas ou tornamos mais simples a competência, para que eles possam desenvolver [o que é solicitado. (P4)</p>
<b>Adaptações nas Actividades</b>	<p>Nada assim muito estranho. (...) Às vezes o problema maior, é a questão de quando dominam o JAWS em texto e depois não dominarem a parte dos símbolos, o dividir e o vezes, coisas assim. Se não dominam [o programa JAWS], é logo uma atrapalhação completa (...) porque os cálculos deles, ficam logo com um aspecto completamente diferente (...) [mas] fazem [as actividades] em texto na mesma. É preferível, porque o que me interessa é que eles saibam fazer e entendam o que estão a fazer. Se eles em vez de meterem o símbolo da percentagem, para quem não vê, estar lá o símbolo ou estar escrito percentagem [é exactamente a mesma coisa] (...) portanto, também não é por aí. [São necessárias algumas adaptações, mas não acho difícil o “como é que vou adaptar”] Não! Acho que corre normalmente. (F3)</p>
<b>Adaptações no Balanço de Competências</b>	<p>O balanço acaba por ser oral, em vez de ser escrito (...). (T3)</p>
Subcat. 3	<b>Categoria 5 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL vs ADAPTAÇÕES FACE AO PÚBLICO INVISUAL</b>
<b>Adaptação dos Candidatos Invisuais ao Processo RVCC</b>	<p>Acho que sim [pode-se dizer que o Processo RVCC está adaptado ao público invisual]. Exacto [tem condições perfeitamente adaptadas para fazer o Processo sem ter grandes problemas]. Não, não [não é difícil um candidato cego fazer o Processo de RVCC]. <b>(F3)</b></p>
	<p>“Há invisuais com potencial para o processo [RVCC] e há outros que não têm potencial para o processo (...) cada um faz da vida deles aquilo que qualquer um outro adulto faz, ou seja, tem uma vida activa na sociedade, participa, preocupa-se, vê, informa-se, lê (...) e conseguem fazer [o Processo RVCC], há outros que nem por isso e que se resignam à condição deles ou utilizam a condição deles como desculpa para não fazerem também muita coisa na vida. [Mas já] tive invisuais que não tinham nenhum domínio das TIC (...) isso é que é problemático para os</p>



	<p>invisuais como é problemático para outro [candidato] qualquer (...) ai, eu acho que é um pressuposto que é também para os que não são invisuais e que não conseguem fazer o processo RVCC”. (P4)</p> <p>Tive dois candidatos que ao nível das tecnologias estavam muito bem familiarizados, por isso perguntaram logo se podiam gravar as sessões (...) e acabaram por o fazer (...) estavam muito bem com as TIC, por isso eles gravavam, depois escreviam as orientações e começaram até por desenvolver a narrativa de uma forma interessante. (P5)</p>
Subcat. 4	<b>Categoria 5 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL vs ADAPTAÇÕES FACE AO PUBLICO INVISUAL</b>
<b>Actividade Profissional Vs Adaptações ao Público Invisual</b>	<p>“Os invisuais não podem escrever [à mão] e nós [quando entrei inicialmente para o CNO] não tínhamos salas de computadores até então e eles não podiam registar, portanto era tudo por memória, o que fazia com que eles chegassem a casa e por mais competências que eles tivessem, de leitura, de escrita, de reflexão, eles não conseguiam porque não se recordavam de maior parte das coisas (...). [Após terem sido equipadas as salas com computadores, mas sem programas / leitores de ecrã] nós púnhamos os grupos, mas [os candidatos cegos] não estavam ao computador (...) o gravador deles estava ao pé de mim mas depois eu desloco-me, ou seja [nem sempre o som era captado pelos seus gravadores]. Por acaso [nessa altura] foi péssimo (...) [mas foi uma] situação que depois foi ultrapassada por quem quis continuar, através de e-mails, porque a mensagem é passada através de e-mail. [Posteriormente à aquisição de licença do Programa JAWS] (...) houve (...) logo na altura uma estratégia que se adoptou, que foi começar a dar as sessões nos computadores que tinham o JAWS. [Foram-me dadas sugestões pelos candidatos invisuais sobre] A sala de Informática.” (P4)</p>
Subcat. 5	<b>Categoria 5 – ACTIVIDADE PROFISSIONAL vs ADAPTAÇÕES FACE AO PUBLICO INVISUAL</b>
<b>Possíveis Adaptações da Sessão de Júri aos Candidatos Invisuais</b>	<p>Pode não ter o Power Point sim. (...) Terá eventualmente... sei lá, imagino eu que, posso eu, se for Profissional [de RVCC] dele, lançar aqueles pontos que nós necessitamos para seguir o raciocínio em suporte Power point, como pode ter ele uma folha em Braille com as orientações. (...) Acho que isso [o tipo de adaptações necessárias a fazer] depende da pessoa. (P4)</p> <p>Pode não ter o Power Point (...) porque não vamos fazer isso. Pode ele ter gravado por exemplo a sessão, pode eventualmente gravar alguma parte e depois fazer uma coisa qualquer áudio (...) [mas] eu acho</p>

	<p>também que o melhor é nós darmos a capacidade de autonomia e de liberdade à pessoa, isto é, ele que decida como bem entender. Se a pessoa me disser que até quer fazer um Power Point, faz. Pode não ter muita validade para ele porque ele não está a ver não é, não está, mas ele é que decide. Depende do tipo de candidato e aquilo que ele realmente valoriza não é? (P5)</p> <p>É [a única adaptação é que o Candidato não faz a sua apresentação com recurso ao Power Point]. (F3)</p>
Subcat. 1	<b>Categoria 6 – PARCERIAS E ACORDOS INFORMAIS DE COOPERAÇÃO</b>
<b>Parceria CNO / ACAPO</b>	<p>Não [tenho conhecimento de nenhuma parceria actual entre o CNO e entidades relacionadas com o público invisual]. (F3)</p> <p>(...) havia na altura uma [parceria] informal, mas depois quer dizer, acabou por não lhe ser dada continuidade. Sim [era com a ACAPO], mas era informal (...). Os protocolos de cooperação basicamente é uma das partes que conta com os serviços da outra e a outra diz que sim senhora presta um bom serviço às pessoas que encaminha, estás a perceber? (...) este protocolo basicamente era mais ou menos isto. E nós garantíamos o melhor apoio que conseguíamos aos candidatos, mas depois acho que houve um CNO que se especializou, que é o CNO da Casa Pia, não sei que tipo de especialização é que eles têm, não sei que instrumentos é que eles têm. (P4)</p> <p>[Mas] os meus candidatos nunca vieram através da ACAPO. Os meus candidatos vinham todos zangados com a ACAPO... (P4)</p> <p>Eles recebiam os candidatos e algumas pessoas que precisavam de um CNO e eles encaminhavam preferencialmente para aqui (...) [mas] também nunca tive nenhum candidato que viesse da ACAPO. (...) vinham por iniciativa própria. (P5)</p>
Subcat. 1	<b>Categoria 6 – PARCERIAS E ACORDOS INFORMAIS DE COOPERAÇÃO</b>
<b>Política de Cooperação com outros CNO'S</b>	<p>Conheço [uma pessoa que trabalha num CNO] (...) e é uma pessoa que trabalhou na ACAPO (...) e também trabalhou cá (...) [mas] não [nunca troquei nenhuma experiência em relação ao público invisual]. (F3)</p> <p>“Não [não temos nenhuma política de cooperação com outros CNO's, nem conheço ninguém da minha rede de relações que trabalhe num CNO]. (...) [mas tenho conhecimento que] (...) ali no Restelo, apesar de eventualmente não terem um CNO, t^em vários técnicos com muita</p>

	<p>experiência na aprendizagem com invisuais. (P4)</p> <p>Não [não temos nenhuma política de cooperação com outros CNO's, nem conheço ninguém da minha rede de relações que trabalhe num CNO] mas sei que a Casa Pia tem um CNO, vi uma grande reportagem que a Casa Pia, que deu recentemente na televisão, achei o trabalho interessante, sem dúvida alguma, acho que é uma mais-valia (...). Sim, mas também é claro que podemos ir beber a outras experiências, não é? (P5)</p>
<p><b>Encontros</b></p> <p><b>InterCNO's</b></p>	<p>É assim, há muitos encontros, mas não quer dizer que seja só por causa deste público [invisual]. É, conforme. Por exemplo, tivemos um em Cacilhas e não tinha exactamente a ver com este público. Depende, depende muito. (F3)</p>

#### TEMA C – IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE NECESSIDADES

Subcat. 1	<p><b>Categoria 1 – DIFICULDADES NA REALIZAÇÃO DA ACTV. PROFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
<p><b>Dificuldades no contacto com Candidatos Cegos</b></p>	<p>[Tive uma] candidata é que foi um bocadinho mais complicado, mas eu acho que acima de tudo tem a ver com outras questões, com dificuldades no que diz respeito às novas tecnologias, que acaba por ser uma condição que acaba por ter implicações no Processo [RVCC], quer seja invisual ou não. (P5)</p>
Subcat. 2	<p><b>Categoria 1 – DIFICULDADES NA REALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE PROFISSIONAL vs CANDIDATOS INVISUAIS</b></p>
	<p>Só há um aspecto que é redutor para eles e que me causa alguma</p>

<b>Encaminhamento para Oferta Formativa exterior ao CNO</b>	<p>confusão, que eu senti principalmente até como Técnica de Diagnóstico, que é, não há formação mais específica profissionalizante para eles, ou seja, cursos com certificação profissional, porque as entidades muitas das vezes não aceitam [invisuais], não têm forma de os aceitar e eles acabam por ter que se resignar ao curso de Telefonistas e mais nada. Há muito poucas [ofertas formativas de cariz profissional]. (P4)</p>
	<p>Há poucas ofertas formativas [de cariz profissionalizante para Candidatos Invisuais], sim. (P5)</p>
Subcat. 1	<b>Categoria 2 – NECESSIDADES DE FORMAÇÃO</b>
<b>Necessidades de Formação (passadas ou actuais)</b>	<p>Se calhar tenho que fazer formações em Gestão de Tempo, em Gestão de Conflitos, isso sim, que são formações essenciais no nosso dia-a-dia (...) são duas áreas de formação que eu preciso fazer para melhorar as minhas competências como profissional (...). (P5)</p>
Subcat. 2	<b>Categoria 2 – NECESSIDADES DE FORMAÇÃO</b>
<b>Necessidades de Formação relacionada com Publico Invisual</b>	<p>Eu acho que hoje em dia, é assim, não há praticamente invisuais em Processo [no CNO do CNED], portanto não faz falta em termos de trabalho em si. (F3)</p>
	<p>Não [actualmente não sinto necessidade de formação com publico invisual], porque se eu os considero candidatos iguais aos outros, com dificuldades que acabam por ser dificuldades que quer dizer, acabam por ser dificuldades que as outras pessoas também têm, não é, e se eu até agora tenho conseguido resolver isso, acho que não [necessito de formação]. (P4)</p>
	<p>É muito simples, como não é uma área que seja atractiva para mim e como não tenho muitos candidatos, como só tenho 2 candidatos de 400, não me faz sentido fazer formação nessa área (...) [por isso neste momento, melhorar] competências na área de invisuais, não me parece que seja necessário. (...) Volto a repetir que se me aparecerem cá muitos candidatos invisuais e se eu perceber que preciso de melhorar as minhas estratégias, claro que sim, que estou aberta a isso, mas neste momento não considero que seja uma situação necessária, prioritária, é isso, no meu desempenho como Profissional de RVCC. (P5)</p>
Subcat. 3	<b>Categoria 2 – NECESSIDADES DE FORMAÇÃO</b>
	<p>Só [conheço] o JAWS (...) [mas] não aprendi nada. Não [não conheço nem trabalho com Braille]. (F3)</p>

<b>Conhecimento de Materiais e Recursos Específicos para Público Invisual</b>	(...) há imensos livros que eles [candidatos invisuais] lêem que estão em Braille. (P4)
	Não [não estou familiarizada com a Técnica da Linha de Braille]. (P4)
	[Sei da existência do programa JAWS] É um outro [leitor de ecrã] que lê tabelas, já lê tabelas [e o JAWS não]. Mas fala metade Português, metade Espanhol. (P4)
	Não, não, não [não estou familiarizada com a Técnica da Linha de Braille]. (P5)
	Conheço, sei, vi lá [na sala de computadores] (...) instalado no computador e tal, mas os meus não querem o JAWS. Porque têm lá um programa qualquer em casa, que é melhor que o JAWS, porque o JAWS (...) 'e isso, [não] lê tabelas... Não sei, sei que eles preferem esse (...) mas não estou familiarizada. (P5)
Subcat. 1	<b>Categoria 3 – OPINIAO PESSOAL SOBRE A REALIZAÇÃO DE ACÇÕES DE FORM. ESPECIFICA</b>
<b>Técnica da Linha de Braille</b>	Não [não gostava de realizar essa acção de formação]. (F3)
	Ah, eu gostava [de realizar essa acção de formação]. (P4)
	Não [não gostava de realizar essa acção de formação]. (P5)
Subcat. 2	<b>Categoria 3 – OPINIAO PESSOAL SOBRE A REALIZAÇÃO DE ACÇÕES DE FORM. ESPECIFICA</b>
<b>Tiflotecnologia</b>	Interessante. Era giro. (F3)
	Eu gostava [de realizar essa acção de formação]. Acho o máximo. (P4)
	Por exemplo, esse se calhar já era mais interessante. (P5)
Subcat. 3	<b>Categoria 3 – OPINIAO PESSOAL SOBRE A REALIZAÇÃO DE ACÇÕES DE FORM. ESPECIFICA</b>
<b>Software especializado e Materiais adequados</b>	Pois, isso já é mais interessante. É capaz de ser [mais interessante até do que a de Tiflotecnologia], é capaz. (F3)
	Sim, por aí, acho que sim, esse tipo de área acaba por ser, mesmo para nós no dia-a-dia se surgir alguém com uma dúvida, podermos ajudar. Eu [por exemplo] não sei usar o JAWS realmente, mas também como nunca precisei... (P5)
Subcat. 4	<b>Categoria 3 – OPINIAO PESSOAL SOBRE A REALIZAÇÃO DE ACÇÕES DE FORM. ESPECIFICA</b>
	Não sei se é muito virado para a Medicina, se calhar é muito...não (F3)

<b>Aptidões e Limitações do Público Invisual</b>	Não, não [não gostava de realizar essa acção de formação]. Eu sei lá o que é que é isso. E agora deixa-me perguntar-te uma coisa, quem daria uma formação dessas? Não, é só por curiosidade. (P4)
	[A designação Aptidões e limitações do Público Invisual é algo] Redutor, estigmatizante e preconceituoso. (P4)
	Também não [não gostava de realizar essa acção de formação]. (P5)  Esse nome [designação da acção de formação Aptidões e Limitações do Publico Invisual] é muito... redutor. (P5)
Subcat. 5	<b>Categoria 3 – OPINIAO PESSOAL SOBRE A REALIZACAO DE ACÇÕES DE FORM. ESPECIFICA</b>
<b>Comunicação Para linguística</b>	(...) também não [gostava de realizar essa acção de formação]. (F3)
	Essa aí, eu ia achar uma seca. (...) Isso faz-me lembrar o curso de Formação Pedagógica de Formadores, ou que raio lá é, onde nos ensinam e na realidade não ensinam nada (...). (P4)
	Sim, eu tenho de melhorar o meu discurso, porque eu falo muito rápido e tal, mas isso é sempre... essa aí até acho interessante, mas acaba por ser [necessário no geral e não especificamente com público invisual]. (P5)
Subcat. 6	<b>Categoria 3 – OPINIAO PESSOAL SOBRE A REALIZACAO DE ACÇÕES DE FORM. ESPECIFICA</b>
<b>Trabalho de Valorização e Empowerment</b>	Pois lá está, Psicologia. Nem por isso. (F3)
	Eu também não, porque tenho muitos anos já de Psicologia e de motivação (...) o que não quer dizer que eu saiba motivar muito bem e promover o empowerment, agora é assim, se eu não sei, não é agora que vou aprender. (P4)
	E agora está na moda o Empowerment, porque todas as Ciências andam com o Empowerment, uma vida activa, em que tu não te podes resignar à tua condição, tens que assumir um papel activo na tua vida, só que também e vou dizer uma coisa, sabes que a maior parte dos Técnicos que falam em Empowerment e andam ai pa pa pa com o Empowerment, o Empowerment é muito lindo, mas depois não sabem promover o Empowerment e criam própria dependência, acabam por criar dependência nos próprios Técnicos e os Técnicos acabam por se refugiar no Empowerment, quando na realidade... (P4)

	Isso eu não preciso, porque eu (...) Empowerment, acho que também já tenho alguma formação (...). (P5)
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------

## Análise de Conteúdo: Adultos Cegos Certificados

### TEMA A – Incapacidade Visual

Subcat. 1	<b>Cat. 1 – INCAPACIDADE VISUAL</b>
<b>Grau de Incapacidade Visual</b>	[Tenho] (...) uma percentagem de vista muito reduzida. (...) Sei que a senhora está com um papel branco na mão, consigo ver essas coisas, mas muito poucas, muito pouco. A visão central, o centro da vista não tenho nada, tenho para as beirinhas um bocadinho, uns bocadinhos poucos. (C1)
	Tenho 95% de incapacidade. (C2)
	[Do ponto de vista médico / clínico tenho] 95% de incapacidade. (C3)
	Utilizando os termos, tenho mesmo 95%, de incapacidade invisual. Consigo aperceber-me dos tons, da claridade e do escuro, se está sol, se está assim mais claro ou mais escuro, eu consigo-me aperceber-me. (C4)
Subcat. 2	<b>Cat. 1 – INCAPACIDADE VISUAL</b>
<b>Causas da Incapacidade Visual</b>	Apareceu-me isto há dez anos (...) tinha quase vinte e nove (...) e dizem que isto era uma doença genética que já cá andava e manifestou-se agora e que até aí não se passou nada. Mas o nervo óptico que é o que leva as imagens ao cérebro, que atrofiou não de vez, não está morto total senão não via nada, mas atrofiou a maior parte e ando assim com esta miséria. (...) Eu comecei a não ver no princípio de Janeiro de 2000, (...) a 18 de Janeiro de 2000 (...) baixou-me a visão e fiquei de baixa médica (...) no dia 30 de Março mais ou menos, tive de encostar a mota, a carrinha encostou antes, (...) porque eu já sentia dificuldade na mota. Baixou mais um bocadinho e entretanto parou, foram cerca de três meses e meio sempre a baixar. No dia 7 de Junho de 2001, um ano á frente, fui ao médico, (...) no Porto e ele disse-me isto é uma doença que dá, manifesta-se e pára, estragou-se o que se tinha a estragar, agora troca de profissão e não há nada a fazer, de momento, não há cura em parte nenhuma do mundo, não quer dizer que um dia até nem possa haver, mas de momento “esqueça isso” e foi o que eu tive de fazer, realmente foi trocar de profissão e agora corro, tenho bastantes habilidades e já tive varias artes, um currículo já um bocadinho avançado. Corro sozinho ainda na pista, mas se



<p><b>Causas da Incapacidade Visual</b></p>	<p>puser lá pessoas paradas, ou se puser aquelas barreiras, eu choco contra isso porquê, porque vejo para o chão para a linha, mas para a frente não vejo e bato. (...) se estiver a conversar um bocadinho, tenho que estar sempre muito atento, muito atento e (...) e depende também da hora, porque se estiver o sol a morrer ou a nascer, em que o sol está á mais rasteiro, é pior. (...) mas tento trabalhar um pouquinho com o que tenho, para consegui levar a vida. Muita coisa fiz e no fim, até atleta sou e vamos lá ver, se calhar ainda posso dar mais uns passinhos na vida. (C1)</p>
	<p>Eu nasci com um problema, com cataratas, depois fiz operações e depois surgiu-me um glaucoma, em 1994 (...) tenho 33 (...) foi aí pelos dezassete, dezoito, por aí. (...) já nasci com problemas e a certa idade via, mas via mal. Depois com o avançar da idade, comecei a perder a perder e depois com as operações foi-se abaixo, mas ainda noto sombras, se estiver num quarto com a luz apagada, se me acenderem a luz eu sei que acenderam a luz. (C2)</p>
	<p>É assim o meu problema visual tem antecedentes, ou seja, é um problema hereditário, congénito, visto que o meu avô materno e a minha mãe e a minha irmã mais nova também são portadores desta deficiência (...) sofro de glaucoma, fui operada às cataratas aos 13 anos, portanto há 23 anos e entretanto fiquei com um glaucoma congénito. Esta doença não tem cura, é uma das áreas do glaucoma que não tem cura e ainda ontem estive na consulta de Oftalmologia e estamos a estudar a hipótese se há ou não possibilidade de voltar a ser operada, desta vez ao glaucoma, uma vez que já fui operada às cataratas. E pronto, é uma situação que não é estável, pode ou não ser estável ou progressiva, no meu caso é progressiva, esta a agravar-se, daí terem-me dado a incapacidade de 95%, porque estou a perder alguns resíduos de visão, estou com perdas visuais. A primeira e única cirurgia que fiz tinha 13 anos, fui operada às cataratas da qual também era portadora e entretanto correu bem, a cirurgia correu bem, fiquei melhor na altura, mas depois passado algum tempo a vista tornou a diminuir estabilizou durante algum tempo, mas agora estou a perder, gradualmente estou a perder a visão, sinto muito cansaço, alguma dor de cabeça e não sei, neste momento não sei qual a capacidade visual que tenho, porque também não tenho visto a tensão ocular, ou seja, a tensão ocular contribui muito para a perda visual porque esta ligada aos nervos do olho e aí quanto mais alta estiver, mais se vai perdendo a visão, ou seja, maior dificuldade temos para ver. Pronto a situação é esta. (C3)</p>
	<p>Esta situação ocorreu-me aos 6 anos, eu tive uma meningite (...) lembro-me de</p>

<p><b>Causas da Incapacidade Visual</b></p>	<p>vir para Lisboa, fui logo nesse dia consultada, no outro dia a seguir fui logo internada no Hospital D. Estefânia (...). Ai fiquei internada, mas também o internamento também foi assim um bocadinho, naquela altura acho que foi, acho que se eu tivesse tinha sido atendida de maneira diferente, eu não tinha ficado com o problema tão agravado, podia ser menos drástico. Estive lá dois meses e entretanto teve que ser a minha mãe um dia chegar lá ao Hospital, pediu para chamar a médica (...) porque cada vez que ia lá ao Hospital me via pior. E depois no outro dia fui logo transferida para o Hospital dos Capuchos, fui transferida, ai assim sim, ai sim fui despachada, fui operada á cabeça, porque já se tinha formado um tumor e pronto, depois fiquei com o problema de visão, mas graças a Deus, só afectou mesmo a visão... (C4)</p>
---------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**TEMA B – Percurso de Vida**

Subcat. 1	Cat. 1 – Experiencia de Reabilitação
<p><b>Experiência</b></p> <p><b>De</b></p> <p><b>Reabilitação</b></p>	<p>Fiz, fiz, fiz na Areosa, que pertence ao Porto, no Centro de Recuperação. Portanto foi o meu primeiro passo depois de me aparecer isto e de estar algum tempo parado e em que tomava conta da minha sobrinha porque eu dizia “olha, eu não posso fazer mais nada, tomo ao menos conta dela” e já era um trabalho está a ver, já era um trabalho (...) [porque] há ali uma fase em que não dá logo para ir para a reabilitação. Quando se perde a vista, a primeira coisa que se faz é medico mais medico, medico mais medico, porque isso é o mais importante e até Barcelona fui, chega-se a um ponto em que vê-se que realmente é para ser, não sou o único do mundo, é para ficar assim e pronto, depois reabilitação. Eu estive na Reabilitação no Centro de Recuperação da Areosa, lá aprendi a andar com a bengala, aprendi alguma coisa de Braille (...) mas pouquinho (...), aprendi pouco de computador, muito pouco (...) aprendi a enfiar a linha numa agulha. Eu estava lá durante o dia e estava no lar S. Miguel, na baixa do Porto e depois já comecei a estar lá só dois dias por semana e vinha a casa, que era para me ir adaptando também e depois já ia sozinho para o lar, chegou a um ponto que aquilo acabou (...). (C1)</p>
	<p>Quando eu estava a fazer os 20 anos, recebi um telefonema do colégio onde eu tinha estado, o Instituto António Feliciano Castilho e lá me disseram, a assistente social que era uma querida que era a Joana perguntou-me o que é que eu fazia e eu disse que não estava a fazer nada, estava em casa a tomar conta dos meus irmãos e não estava a fazer nada. Ela lá ficou muito triste e disse-me “ah, mas a Ana não quer fazer uma reabilitação no Centro Nossa Senhora dos Anjos ou na Sain, num lado qualquer, não quer sair de casa?” e eu disse assim “eu quero, eu quero é sair de casa, mas nesta Escola [António Sérgio] não quero estar, com estas condições que eu tinha não quero estar”, então ela arranjou maneira de eu ir para o Centro Nossa Senhora dos Anjos, fui para lá fazer uma reabilitação (...) isto em 1979, estive a fazer uma pequena reabilitação, mas como já sabia Braille, já sabia dactilografia, em casa não tinha problemas nenhuns de fazer qualquer [tarefa], fosse engomar, fosse lavar, fosse qualquer coisa, porque tive uma mãe graças a Deus que me ensinou a fazer tudo, portanto disseram-me que não valia a</p>

	pena estar ali a empatar tempo, se eu não queria ir estudar á noite. (C4)
Subcat. 1	<b>Cat. 2 – Trajectória Escolar</b>
<b>Trajectória Escolar</b>	A escola fiz em Santo Tirso. Eu sou de uma família de seis irmãos, o que é que acontece, os meus pais não me puderam pôr a estudar e para tirar a 4ª classe andei até aos 14 anos e porquê, porque andava na escola e a trabalhar, não dava para aprender muito porque dedicava-me muito ao trabalho. [Posteriormente] (...) fui tirar o 5º e o 6º ano de noite, numa aldeia vizinha (...) tirei um Curso de Electricista, davam essa vantagem, essa facilidade aos alunos, quem quisesse tirar o Curso de Electricista e eu tirei (...) trabalhava e estudava à noite (...) até aos 19 anos. Aí fiquei arrumado a nível dos estudos. [Passados alguns anos retomei os estudos] (...) [e] tirei isto [Processo RVCC] a seguir, o 9 ano. (C1)
	Eu estive num colégio, em que fui até à 4ª classe, depois sai de lá (...). [Posteriormente] (...) comecei a estudar outra vez com quatorze, treze ou quatorze. Fiz o 5º e o 6º á noite, ali na escola em Alvalade. Correu, mas depois no meio tive as operações, terminei umas disciplinas, mas depois não acabei outras, tive que voltar a fazer. Depois fui para Odivelas, para a escola (...) fazer o 7º, 8º e 9º (...) à tarde (...) fiz várias disciplinas, só não terminei Português, Inglês e a Matemática, de resto apanhei todas (...). Havia [acompanhamento por parte dos Professores] e os professores estavam mais disponíveis para se eu tivesse alguma dúvida explicavam-me, davam trabalho aos meus colegas e a professora ia para o pé de mim, para tentar de uma maneira mais directa, explicar-me o trabalho. (...) e depois passaram-me para a noite e á noite não tinha o apoio que queria. (C2)
	É assim, eu iniciei o meu processo de formação escolar na Escola, no 1º ciclo na terra de onde sou natural, ou seja, do concelho de Pombal, Vermoil do concelho de Pombal. Iniciei a minha escolaridade aos 6 anos, onde frequentei três anos no ensino recorrente do 1º ciclo (...) iniciei a formação a escrever a negro normalmente, mas após a dificuldade de acompanhamento e (...) após ter percebido que não tinha capacidade visual para concluir, para continuar os estudos, foi-me enviada uma Professora de Apoio na área Braille, ai aprendi o Braille, sendo depois feita a transferência para um Instituto de cegos em Coimbra, que dá por nome de Instituto Oliveira Salazar. (...) fui muito pequeninha para Coimbra (...) tinha dez anos na altura e levei a meu cargo a minha irmã mais nova que tinha 4 anos, também

<p><b>Trajectória Escolar</b></p>	<p>ela com incapacidade. Aí (...) fiz o Braille (...) aprendi o básico (...) concluí o 3º e 4º ano (...) a escolaridade obrigatória (...). (...) terminei a escolaridade aí (...) fui só até ao 4º ano, ou seja, fiz o exame de adulto para não voltar a estudar. [Posteriormente, já em Lisboa, aos vinte e dois anos] tive a oportunidade de voltar a estudar, iniciei o 2º ciclo (...) frequentei o Braille para o 5º e o 6º (...) com a escolaridade normal (...). [O Braille] era uma ocupação e não tive dificuldade a aprender o Braille. Entretanto, depois é que se foi complicando porquê, porque eu era muito epiléptica e tomava muita medicação para a epilepsia, para as descargas e entretanto a medicação diminui um pouco as capacidades (...) [do] cérebro, afecta um pouco o cérebro porquê, porque são medicamentos para as veias do cérebro, para as descargas eléctricas, as quais são dadas através da epilepsia e isso afecta um pouco os nervos cerebrais e diminui muito as capacidades mentais, mas eu faço tudo normal. (...) após terminar o 6º ano, dei início às Novas Oportunidades e fiz o 7º, 8º e 9º ano (...) com Informática, ou seja, com o computador (...) no CNO. E do CNO [do CNED] (...) mas aqui já na Casa Pia em Belém, dei início este ano em Março, às Novas Oportunidades também para fazer o 12º ano, o qual estou a frequentar neste momento (...) [para] concluir o 12º ano. (C3)</p>
	<p>(...) E depois a partir daí [cegar aos 6 anos de idade] fiz a minha vida normal, fui para a escola, pronto, não conseguia aprender a ler e a escrever como as outras crianças (...). Fui para a Escola normal, porque os meus pais não tinham conhecimento de que havia Escolas para pessoas cegas, mas fui para essa Escola, como foi a minha irmã, portanto, uma Escola normal. Na 1ª classe a professora fazia-me as letras grandes, eu ainda conseguia ver as letras em grande e conseguia ler e ela ia-me explicando a letra, até à 2ª classe, só que eu na 2ª classe eu não conseguia avançar, porque eu não tinha hipótese de avançar, não tinha hipótese de ver e depois a Professora, ser uma Professora só para mim não conseguia auxiliar as crianças todas e então chamou a minha mãe a atenção e a minha mãe foi ao Delegado de Saúde de Sintra e o Delegado de Saúde de Sintra é que entrevistou os meus pais e a mim e depois aí é que me encaminharam para Lisboa (...) arranjaram-me uma escola especial que era o Instituto António Feliciano Castilho, que havia antes de 1974 (...). Nesse colégio aí aprendi o Braille, aprendi a ler e a escrever só com o Braille e fiz até à 4ª classe. [Após a 4ª classe, tive de sair] Porque a partir de 1974 o Colégio deixou de funcionar como interno, portanto, tinha que se vir estudar cá para fora e fazia mesmo parte, fazia-se até à 4ª classe e depois vinha-se cá para fora. (...) eu já fui para o colégio</p>

<p><b>Trajectória Escolar</b></p>	<p>[Instituto António Feliciano Castilho] já com 12 anos, já tinha 12 anos, porque naquele espaço todo do espera, não espera, entrevistas e não sei quê, só entrei com 12 anos e depois aos 15 anos sai e vim cá para fora estudar com uma Professora de apoio para a Escola do Cacem, para a Escola António Sérgio (...) só que ai sim eu já tinha o meu jeito, já tinha 16 anos, estava com crianças de 10 e 11 anos, maximo 12 anos, [e tinha] (...) professora de apoio . (...) Andei até Janeiro, tinha boas notas, em Janeiro disse á minha mãe que já não queria ir para a Escola e o meu pai e a minha mãe ficaram muito tristes, porque gostavam que eu estivesse a estudar. [Estava na altura a fazer] O 5º Ano e os meus pais ficaram assim muito tristes, porque gostavam mesmo que eu acabasse a Escola, eu disse que não queria mais (...). [Nesta Escola, fazia os testes] (...) na máquina de escrever, lia a Braille e fazia na máquina de dactilografia. (...). [Após alguns anos] eu tinha um grupo de amigas, que éramos 4 amigas que nos conhecemos lá no Centro Nossa Senhora dos Anjos e fomos estudar á noite para a antiga Escola São João de Deus, que é hoje a ACAPO e ai sim fomos, fizemos o 5º e o 6º ano nesse ano, depois fomos para a Escola Francisco Arruda e continuamos para fazer o 9º ano. (C4)</p>
<p>Subcat. 2</p>	<p><b>Cat. 2 – Trajectória Escolar</b></p>
<p><b>Motivos de Interrupção do Percurso Escolar</b></p>	<p>Sai com 14 anos da Escola, [porque tinha de ir trabalhar para ajudar a minha família] (...). (C1)</p> <p>[Deixei de estudar após fazer a 4ª classe] porque disseram á minha mãe que eu não tinha capacidade para estudar mais, depois nessa altura parei de estudar completamente com aquela desmotivação. (C2)</p> <p>[Fiz o exame da 4ª classe para adultos] porque eu não queria estudar e sim queria ir trabalhar, tínhamos algumas dificuldades económicas, os meus pais e eu e precisava de ir trabalhar (...). Abdiquei dos estudos e fui trabalhar (...) volvidos alguns anos vim trabalhar para Lisboa, (...) com a possibilidade de começar a estudar á noite e fazer o 5º e o 6º ano e ai (...) dei continuidade aos estudos. (C3)</p> <p>(...) continuava a estudar á noite, para fazer o 9º ano, mas depois como eu arranjei emprego, neste caso para o BNU, quando eu entrei para o BNU disseram-me que não era necessário estudar mais porque o ciclo preparatório era o suficiente para ser Telefonista, não era preciso mais, eu aí deixei a Escola (...) se me tivessem dito que eu tinha de continuar a estudar,</p>

<b>Motivos de Interrupção do Percorso Escolar</b>	eu tinha continuado a estudar, mas como na altura não era preciso Secundário, acabou por ser bom por um lado, mas mau por outro. Deixei a Escola, fui trabalhar, depois quis casar, ter a minha casa (...) comecei a fazer a minha vida. (C4)
Subcat. 1	<b>Cat. 3 – Formações Frequentadas</b>
<b>Formações Frequentadas</b>	Fiz um curso de agricultura, já não via, lá no Norte, naquele intervalo entre o Centro de Recuperação da Areosa e vir cá para baixo [Lisboa] em 2004. Foi um curso que durou dois meses, três, um curso também financiado, eram 250 euros a cada um, para incentivar os agricultores e para ter mais conhecimento, apesar de eu já ter algum na área da agricultura (...). [Posteriormente e já em Lisboa] Vim para um curso de Artesanato em Chelas, para a APEDV, (...) em que fazia bancos de madeira, aprendia e fazia aquilo tudo perfeito, ficava muito bonito. Chegou-se á parte de trabalhar com madeira e punha-me lá a lixar numa máquina e entretanto chegou o formador e disse-me “eu ando aqui há alguns anos e não faço tão bem como isso, tão perfeito” e eu disse “pois, eu já tenho algumas horitas disto sabe”. [Também] aprendi mais um bocadinho [de Braille] (...) tinha lá um professor que dava Braille, mas sei pouco, sei muito pouco e conta muito a prática, porque eu até aos vinte e nove anos, era sempre o negro. (...) Fiz também um Curso de Informática na Fundação Sain. (...) depois arranji hipótese e aí em Junho meti-me nas corridas, conheci lá pessoal, tive preparação (...). (...) já tenho vários, Curso de Electricista, de Agricultura, de Artesanato, de Informática e daqui pouco, estou quase um engenheiro. (C1)
	Fiz na APEDV um curso de Cerâmica (...). Desde que a formadora saiu, aquilo era de quatro anos e eu só fiz dois, mas gostei, gostava de estar a fazer aquilo (...) e depois fui fazer um que também tinha a ver com Artesanato, mas não gostei muito, porque aquilo era fazer e desmanchar. Era o que eles queriam, era para aprendermos. Aí não gostei muito, não fiquei interessado, foi por isso que eu saí, para ir estudar outra vez. (...) e tenho, nos últimos anos com dois fisioterapeutas, o curso de Ligaduras Funcionais (...) [que serve para] (...) quando a pessoa tem aquelas lesões musculares, o fisioterapeuta mete logo uma ligadura aqui assim, ou no ombro, sou a cobaia dos médicos e dos enfermeiros. (C2)
	[No] (...) Centro de Formação Profissional (...) CIDEP, (...) era uma entidade própria para pessoas com incapacidade visual que encerrou (...) iniciei dois

<p><b>Formações Frequentadas</b></p>	<p>           cursos de formação, ou seja, fiz no na área de Tiflotécnia, ou seja, Informática para os cegos, este é o nome que se dá, Tiflotécnica porquê, porque é Informática especifica para cegos (...) tem a ver com os aparelhos técnicos, a Tiflotécnia baseia-se no computador, na Informática. (...) passado algum tempo (...) iniciei [também] (...) o curso de Telefonista, (...) logo após ter ficado desempregada (...). [Não terminei ambos os cursos de Tiflotécnia e de Telefonista, porque] entretanto surgiu-me uma proposta para começar a trabalhar no emprego que tenho hoje (...) e entretanto começava as aulas em Setembro [no CNO, para concluir o 9ºano] e eu como trabalhava das nove horas às cinco, o curso [no CNO] era pós-laboral, era das seis às oito (...) tive de abdicar (...) não conclui. (...) o que me manteve dentro da DGV foi também um pouco o eu ter bases informáticas, ou seja, ter iniciado o curso de Informática há alguns anos atrás, porque sem bases informáticas hoje não se entra em lado nenhum, muito menos para a função publica. (C3)         </p> <p>           Depois comecei a aprender outras coisas, tive conhecimento que na Federação de Desporto estavam a fazer cursos de Técnicos de Desporto para pessoas deficientes, fui lá, consegui entrar para esse curso (...) [que atribuía] habilitação a Técnico de Desporto. Depois entrei para esse curso, estive lá durante três anos (...). [Posteriormente] (...) inscrevi-me novamente para ir para a APEDV e fui para a APEDV fazer outro curso de Artesanato (...) foi a fazer Cestos, foi em Palhinha a fazer fundos para cadeiras e foi em Tapeçaria também, para fazer tapetes, floreiras, Cestos em fita plástica também e estive lá três anos. (...) quando estava também na APEDV, houve uma altura que não tinha nada para me ocupar o tempo, foi uma altura que os cursos estavam assim um bocadinho em baixo também e temos lá uma parte da APEDV que é a Ocupação de Tempos Livres e eu inscrevi-me também aí, consegui entrar (...) e fiquei aí durante 3 meses mais ou menos, depois através da Ocupação dos Tempos Livres da APEDV , andei a fazer um curso de Fotografia. [Posteriormente fui para a Fundação Raquel e Martin Sain, porque] (...) a pessoa não gosta de estar em casa não é e depois fui-me inscrevendo e depois chamaram-me para a Sain para ir fazer um curso de Informática de nove meses, mas era assim estava três meses a fazer o primeiro nível, depois são três meses em casa e depois ia fazer o segundo nível e depois mais três meses para casa e depois ir fazer o terceiro nível. E depois fiz esse curso de Informática, estive mais uns mesinhos em casa, mais cinco meses e agora chamaram-me para este curso de Tapeçaria, Tapeçaria e depois Macramé. (C4)         </p>
------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Subcat. 2	<b>Cat. 3 – Formações Frequentadas</b>
<b>Opinião sobre a realização de Cursos de Formação</b>	<p>[O] (...) curso que tirei (...) de Informática, (...) puxou por mim, esse foi muito duro, já trabalhava com correio electrónico, com o messenger, já foi muito bom (...) (...) Os outros tinham computador em casa, já iam muito treinados, eu chegava ali, andava ali, bem me esforçava, não tinha treino e custou-me bem, mas esse foi muito bom, foi muito bom (...) foi dos cursos melhorzinhos foi. (...) Os melhores cursos são os que se sofre mais no estudo, mas chega-se ao fim e dá-se valor. (C1)</p>
	<p>[Com o Curso de Ligaduras Funcionais aprendi a] a dizer como é que se faz isso, eu digo “olha, faz-se assim, assim e assim”. Houve um médico que passou nesse curso, porque eu lhe disse como é que devia fazer a ligadura. (C2)</p>
	<p>(...) é bom [realizar formações]. (...) eu quando estive no curso de Técnica de Desporto, eram tudo jovens e eu adorava estar com eles e nós aprendíamos todos uns com os outros. Eu até hoje, tudo o que tenho feito, tenho gostado. Eu gosto sempre de coisas novas, de experiências novas, coisas novas. Aquilo que eu consigo fazer eu tenho de fazer, dou sempre o meu melhor. (C4)</p>
Subcat. 1	<b>Cat. 4 – Trajectória Profissional</b>
<b>Trajectória Profissional</b>	<p>[Desde miúdo e antes de cegar, para ajudar a minha família trabalhei] (...) na agricultura (...) [e] aos 14 anos (...) com a 4ª classe (...) até aos 26 anos (...) fui para Carpinteiro (...) trabalhava durante o dia com o meu pai, nisto, madeiras, carpintaria e à noite ia para a escola estudar. [Posteriormente] (...) cheguei a andar no têxtil numa fábrica que ainda funciona lá perto de Santo Tirso, fui pedreiro também, numa obra, a tirar pedra para fazer uma casa (...) já fiz muita coisa sabe (...) foi sempre assim (...). [Após cegar] (...) não, não exerci nenhuma actividade (...) só [fiz] coisas no campo, às vezes faço um trabalhinho ou outro, mas a nível profissional não. Não apareceu oportunidade, isto hoje os empregos como a senhora sabe estão muito maus, não apareceu oportunidade. (C1)</p>
	<p>Não [nunca tive nenhuma actividade profissional]. (C2)</p>
	<p>(...) eu comecei a trabalhar aos 16 anos, a trabalhar como mulher-a-dias na terra (...) e entretanto depois passado alguns tempos, consegui trabalho num lar de 3ª idade, no Distrito de Leiria, onde exerci durante um ano e meio, entretanto fui despedida, porque eu estava clandestina por razões de uma</p>

	<p> pensão de invalidez que tinha sido dada á nascença, que me tinha sido atribuída. Passados três meses voltaram a chamar-me e eu voltei de novo, ai com o ordenado ainda mais reduzido, passado pouco tempo, depois também cerca de dois anos voltei a sair e depois fui para outro lar de 3ª idade no concelho de Fátima. Gosto, gosto de trabalhar com idosos. Não é fácil, mas é compensador porque eles realizam-nos, nós aprendemos muito com eles, (...) voltamos a crianças, todo o ser humano volta a criança e aprendemos muito com eles. É muito gratificante (...) é preciso paciência, é necessário alguma coragem, porque há de tudo não é e sobretudo muita calma, mas é compensador. Entretanto depois de estar em Fátima (...) cerca de dois anos, (...) pedi para sair por razões pessoais, houve uns problemas com os patrões e eu pedi para sair e foi ai que vim para Lisboa (...) teria eu na altura, vinte e um, vinte e dois, vinte e dois anos e vim trabalhar para um casal de terceira idade, tomar conta de um casal de idosos (...) onde eu estive oito meses. E pronto, foi este o meu percurso. (C3) </p>
<p> <b>Trajectória</b>   <b>Profissional</b> </p>	<p> [A minha primeira experiência profissional era para ter sido através de] (...) uns vizinhos que trabalhavam na messe, onde havia muitas pessoas cegas a trabalhar e disseram que podiam fazer o pedido para eu ir para lá (...).Estava inscrita para entrar, mas depois a messe começou a andar tudo muito, foi na altura do 25 de Abril e (...) entretanto a messe foi por água abaixo, as pessoas, os trabalhadores de lá ficaram sem emprego também e foi assim uma situação. (...) [eu e 4 amigas minhas] começámos por representar uma associação que é a APEDV, portanto fomos nós as iniciantes (...). Foi portanto o Professor X que a criou (...) e esse Sr. convidou-nos, convidou-nos e nós fomos iniciar toda essa associação, que era com máquinas de tricotar, ali na zona do Areeiro e então fomos fazer esse curso, portanto fazíamos muita coisa, fazíamos colchas para bebe, para camas de bebe, camisolas, fazíamos muita coisa e depois fomos inscrevendo em varias coisas para nos darem emprego e entretanto consegui entrar para o Banco Nacional Ultramarino [BNU]. Eu no BNU estive durante 17 anos a trabalhar como Telefonista. Depois em 2000, como o BNU ia ser integrado na Caixa Geral de Depósitos [CGD], começaram por convidar as Telefonistas a ir para a reforma e eu naquela altura aproveitei. Fui para a reforma, não ficava tão mal e aproveitei, aproveitei, só que eu nunca pensei que ir para a reforma me fosse custar tanto a adaptação de estar outra vez em casa. Então tinha a filha em casa, nessa altura ela tinha dez anos, estava na Escola e esse primeiro ano ainda foi mais ou menos, mas depois quando veio o segundo </p>

	<p>ano, aí é que foi. Depois quando estava no Curso de Fotografia, tive conhecimento de que havia uma pessoa que queria abrir um restaurante a comer às escuras (...) (...) tive conhecimento de que havia pessoas cegas a fazer essa experiência, através desse Monitor que nos dava formação, [e a dona do Restaurante] (...) era amiga dele, (...) tinha de escolher uma pessoa e escolheu-me a mim (...) convidaram-me para fazer parte desse projecto (...) o “Bem-Me-Quer” (...). (C4)</p>
Subcat. 2	<b>Cat. 4 – Trajectória Profissional</b>
<b>Situação Profissional Actual</b>	<p>Não, actualmente [e desde que ceguei] não [tenho nenhuma actividade profissional]. (C1)</p>
	<p>Queria já estar a trabalhar mas [não estou] (...) estou só a treinar e ando agora a fazer o 12º. (C2)</p>
	<p>Eu sou Assistente Técnica Administrativa (...) na Direcção Geral de Veterinária (...). É óbvio que não faço neste momento na íntegra a profissão de Técnica auxiliar porque neste momento encontro-me sem computador, dado não ter software de voz, ou seja, tenho acesso aos computadores, mas não tenho um software de voz. (...) Por outro lado, faço toda uma área de interajuda, de serviços, estou apenas sem computador. A minha situação profissional actual agora está estável, uma vez que renovei o contrato com a empresa em Abril, dei início a um contrato novo, porque até lá estávamos a recibos verdes, eu e outras colegas (...) ou seja, [estou] com contrato sem termo. Penso que será estável, mas agora não há contratos seguros não é? Não sei, não lhe posso dizer com todas as certezas, até porque ainda não analisei [o contrato sem termo] na íntegra, mas pronto, pertenço à função pública, e dentro do que eles têm, é o que eles estão agora a fazer, contratos sem termo, qualquer um deles tem prós e contras não é? Este actual trabalho foi um conhecimento que me ajudou a entrar para a função pública. (C3)</p>
	<p>(...) estou lá [no projecto do Restaurante “Bem-Me-Quer”] até hoje, (...) que é á quinta e á sexta feira á noite (...) a servir ás mesas (...) e também estou a fazer parte de um projecto, que um senhor está a fazer, que tem um cabeleireiro no Chiado (...) e eu também vou para lá ás vezes ás quartas feiras ou ás terças feiras, fazer a experiência de lavar cabeças ás pessoas e também é engraçado porque as pessoas vêm como é que uma pessoa consegue fazer, portanto já lhe cortei o cabelo a ele também com a</p>

	<p>maquina. Portanto foi um senhor que nos conheceu, conheceu uma colega minha no metro e depois a partir de um momento começámos a conversar na hidroginástica, começámos a conversar e pronto, também fui fazer parte. (C4)</p>
Subcat. 1	<b>Cat. 5 – Avaliação de Entidades</b>
<b>Entidades de Reabilitação</b>	<p>O Centro de Reabilitação da Areosa é a mesma coisa que ter um braço que está perro e a pessoa vai para lá para ele começar a movimentar-se, é um primeiro passo, não se aprende assim muito, mas é um primeiro passo e é um animar a pessoa que perdeu a vista, o convívio e para alegrar um bocadinho. (C1)</p>
Subcat. 2	<b>Cat. 5 – Avaliação de Entidades</b>
<b>Entidades Escolares</b>	<p>[A minha adaptação ao Instituto António Feliciano Castilho] (...) foi muito boa, era um colégio muito bom, muito bom, foi pena que agora esta na situação que esta, porque aquilo agora esta tudo degradado, foi uma grande pena, a pessoa vai aquele colégio... eu fui lá há uns anos, fui lá agora em 2008, na reunião dos antigos alunos e fiquei muito triste com aquilo, aquilo esta muito abandonado, mas eu gostei muito daquele colégio (...). (...) eu gostava muito daquele ambiente da Escola, a adaptação foi muito boa. [Na Escola António Sérgio] (...) apoio [por parte da Professora de acompanhamento] também era assim muito escasso, aparecia lá de quinze em quinze dias ou então não aparecia e eu sentia-me assim um bocado assim, pronto, desmotivada. (...) e depois quando chegava a hora de eu fazer os testes, nunca tinha o teste para fazer na hora, fazia sempre depois e eu sentia-me inferior ás outras crianças, pronto. Eu gostava muito de estudar, mas não queria estar na Escola assim com aquelas condições e depois vim para casa, estive muito tempo em casa (...). [Na Escola São João de Deus] Este acompanhamento era assim, este eram mesmo pessoas cegas que nos davam as aulas, eram professores mesmo cegos (...) portanto os professores todos, pronto, era uma coisa muito bem organizada, é pena que hoje já não haja coisas dessas, mas por acaso devia haver, era bom para mim e para os outros colegas. (C4)</p>
Subcat. 3	<b>Cat. 5 – Avaliação de Entidades</b>
	<p>[O Curso de Informática na Fundação Sain] (...) era um curso definido pelo Centro de emprego e não estava muito bem organizado, ou seja, eram três</p>

<p><b>Entidades Formativas</b></p>	<p>meses no curso, depois três meses em casa, tinha essas paragens e nessas fases de paragem já se esquece muita coisa, é mau (...) e eu na última parte falei com eles e eles autorizaram-me, fiz uma paragem de nove meses e pior foi. Eu depois quando fui recomeçar, sei que já andava à procura das letras, porque não sabia onde estavam as letras para escrever o meu nome, mas depois comecei a praticar, as coisas foram-se desenvolvendo e sei que a professora no final quando deu as notas de 0 a 5, eu não cheguei aos três e os outros chegaram ao 4.5 e ao 5, porque eles já tinham muito mais pratica. Eu acredito que também não sou muito barra para isso, para o computador, cada um é para o que nasce, mas se se praticar mais um bocadinho (...) [é melhor]. Essas duas instituições [Sain e APEDV] são duas instituições muito boas, a APEDV foi a primeira em que estive [e fiz os cursos] (...) de Artesanato e de Madeiras, é uma fundação que, quer dizer, não é tão rigoroso como na Sain, na Sain o pessoal é mais “miudinho”, mais respeito pelos outros. Mas são as duas boas, dão apoio, mas uma mais na qualidade, são muito pontuais nas horas, no respeito, que é essa Sain. Mas são boas instituições que apoiam bastante. (...) disseram[-me] “se precisar de vir cá alguma vez, se precisar de alguma coisa a porta está aberta”, fiquei muito bem com aquele povo, não tenho queixa nenhuma. [Mas] (...) onde se aprende mais é na Sain e no CNED (...) ainda aprendi bastante lá, aprendeu-se assim umas coisas. (C1)</p>
	<p>[Na APEDV] Com a formadora Isabel, que ela era pouco mais velha que eu, para mim era como uma, (...) era tipo uma irmã mais velha que me dava conselhos. (...) quando tinha que me chamar á atenção, chamava e eu ouvia, com as outras pessoas lá da APEDV não [gostei tanto e não ] (...) tive [tanto] contacto com elas, mas eu era muito respondão, não fazia o que elas queriam. Eu não gosto de me mandarem fazer as coisas, se me pedirem é uma coisa, exigir, para mim é outra. Se me começarem a pedir para fazer só porque eu sou chefe, está o caldo entornado. [Com] Os dois profissionais [com quem tirei o Curso de Ligaduras Funcionais] são excelentes, há um que a nossa amizade já se desfiou um bocadito por coisas que aconteceram, [o outro terapeuta] (...) é espectacular. (C2)</p>
	<p>[Na Federação de Desporto, após fazer o Curso de Técnica de Desporto] (...) eu tinha o estágio para fazer, mas é assim, nos é que tínhamos de arranjar o estágio e eu aí chateei-me com o Sr. que lá estava [á frente do curso], porque eu acho que eram eles [entidade] que tinham de ir á procura do</p>

	estágio. (C4)
Subcat. 4	<b>Cat. 5 – Avaliação de Entidades</b>
<b>Entidades</b>  <b>Profissionais</b>	<p>Essa é uma pergunta... vou tentar responder. [Na Direcção Geral de Veterinária] Eu não posso queixar-me a nível de chefias, até de colegas de trabalho, fui sempre bem aceite, acolheram-me, deram-me algum apoio (...). Tenho bons amigos, tenho bons colegas, tenho tido muitas ajudas, também dou sempre o que eu posso, quer pessoal, quer profissional e pronto, estou bem integrada. (C3)</p>
	<p>No BNU, eu gostei muito de estar no BNU, portanto se hoje estou como estou e recebo a minha reforma, é graças ao BNU. Foi pena é ter acabado assim como acabou, eu ter acabado a minha profissão assim, foi uma coisa assim muito [rápida]. (...) [As condições de trabalho] Eram muito boas. Quando eu me vim embora eu tinha um aparelho que estava adaptado para mim, ao meu problema, tinha tudo em Braille, tinha um género de um computadorzinho e estava tudo adaptado, o BNU para nós [cegos] deu-nos todas as condições, tanto que eu precisei de uma maquina de escrever Braille quando fui para o BNU e nesse tempo era a Dr.ª X que lá estava como Directora do meu serviço e ela fez tudo para que nós tivéssemos a nossa maquina, para nós podermos escrever e para podermos ser independentes, nunca me faltou nada, tudo o que nos pedíamos para o nosso trabalho, tínhamos todo o apoio (...) o que mais me deixa saudades, não é? (C4)</p>

**TEMA C – Processo RVCC**

Subcat. 1	<b>Cat. 1 – Entrada no Processo RVCC</b>
<b>Vias de Conhecimento do Processo RVCC</b>	Foi por um formando que estava aqui na casa onde estou e disse-me assim “tu basta teres o 6º ano e tiras o 9º ano, á noite ou de tarde, como tu puderes, vais lá e inscreves-te, vai lá e tal” e eu disse “sim senhor”, lá fui, falar lá com o pessoal (...) e foi assim. (C1)
	Foi através de um amigo que esteve lá [no CNO do CNED] a fazer [o Processo RVCC], eu aconselhei-me e fui lá. (C2)
	[Tive conhecimento] (...) na altura em que o Processo saiu e foi divulgado a nível jornalístico e televisivo e entretanto tentei saber, porque pretendo estar sempre informada, por pesquisas próprias e conhecimentos próprios e aí deparei-me com o RVCC. (C3)
	(...) na APEDV tinha outro grupo de amigas que começaram-me a dizer que havia este programa das Novas Oportunidades, onde se podia completar o 9º ano (...) [e] tínhamos lá colegas que andavam a fazer o Processo no CNO. Eu por mim como tinha a minha vida feita, mais ou menos não é, não estava assim muito “coisa” para fazer, começou mais por uma brincadeira, uma amiga (...) ela precisava, estava numa situação muito mais complicada e ela precisava mesmo de fazer o 9º ano e eu comecei-lhe a dizer para ela ir e ela “ah, se tu fores, também vou, se tu fores também vou”, começou tudo numa brincadeira e eu disse “olha eu vou” e ela “então também vou”. (...) Eu tinha andado mais ou menos até ao 8º ano e como tinha também aquela coisa da colega não querer ir sozinha, experimentámos (...) arranjámos um grupinho de amigos e lá fomos nós para a “Escola” [CNO] outra vez. (C4)
Subcat. 2	<b>Cat. 1 – Entrada no Processo RVCC</b>
	A primeira coisa foi para ganhar mais conhecimento (...) para enriquecer essa parte e depois por causa do documento [certificação] que é importante. [Na fase de Acolhimento] Estava lá uma menina que me dizia “até uma medalha que ganhou no atletismo, enriquece o currículo, a sua caderneta militar, etc., este processo tem a ver com a

<p><b>Motivações p/ Realização de Processo RVCC</b></p>	<p>vida das pessoas” e é verdade e eu então fui para lá, porque a minha vida também já me deu muitas voltas, já me deve dar uma ajuda para fazer isto, vou ver se devo conseguir, então pensei “vou experimentar” e experimentei e pronto. (C1)</p>
	<p>A motivação era acabar o 9º [ano] (...) [e] para dar uma chapada sem mão a muita gente (...) aqui no Estádio [Universitário – Universidade de Lisboa], há muitas pessoas que dizem “então o Firmino não faz nada, só corre e vai para casa, não sei quê, era para lhes dar uma chapada sem mão (...) mas depois mostrei-lhe, dei-lhe assim na palma da mão para ele ler. (C2)</p>
	<p>(...) eu sempre desde miúda tenho na ideia ir até ao 12º (...) sim, era, foi essa a base de começar a frequentar o 9º ano [pelo Processo RVCC] (...). (...) Também era um desejo meu porquê, porque é mais alguma aprendizagem que se tem e mais uma forma de nos facultar para um emprego mais estável e era essa a razão. O 12º ano dá-nos mais qualificações, mais oportunidades de trabalho, mas na altura, quando eu fiz o 5º e o 6º ano, não se falava ainda no 12º, ou seja, porque bastava o 9º ano para se conseguir emprego (...). C3</p>
	<p>Era [a ideia era mesmo concluir o 9º ano]. Portanto quando eu entrei disse ao marido que ia fazer o 9º ano e ele “ah, vais fazer o 9º ano para quê se já tens a carreira feita?” e eu disse “então, mas eu não morri”. E eu disse “ah, eu vou fazer”. Depois haviam pessoas que diziam que pensavam que nos íamos chegar a meio e que desistíamos e não. (C4)</p>
Subcat. 3	<p><b>Cat. 1 – Entrada no Processo RVCC</b></p>
<p><b>Nível de Conhecimento do Processo RVCC</b></p>	<p>[Percebi logo mais ou menos o que era pretendido no Processo RVCC, porque (...) as Catarinas por acaso explicaram-me bem (...). (C2)</p>
	<p>[De início] Tive mais ou menos [ideia do que é que consistia o Processo RVCC], por causa dos outros colegas que estavam lá e nos deram pistas, foi logo mais fácil. (C4)</p>
Subcat.	<p><b>Cat. 1 – Entrada no Processo RVCC</b></p>
	<p>[Optei por fazer o 12º ano também pela via do Processo RVCC] (...) porque gostei [de fazer o Processo RVCC Básico e porque] (...) estive com a (...) Cátia (...) fui falar com ela e ela apresentou-me várias</p>



	<p>soluções, só que eu, aquilo que ela me estava a apresentar, eram aqueles cursos de dois anos ou de três para ter equivalência ao 12º [via EFA]. Dos que ela me estava a apresentar, nenhum daqueles dava para mim e eu disse pronto “nenhum desses da para mim” e então ela disse-me outras coisas e eu disse “não, eu quero é fazer o 12º ano assim” [através do Processo RVCC]. Ela disse-me “ah, mas vai ser complicado” e eu disse “não faz mal, se não acabar num ano, acabo no outro”. Mas elas avisaram-me logo [que o Processo RVCC Secundário é mais exigente] e eu disse “não há problema”. (C2)</p>
<p><b>Motivos de escolha da Oferta Formativa Processo RVCC</b></p>	<p>(...) actualmente o 9º ano não é valido para encontrar emprego, de forma que é mesmo necessário o 12º [e] por outro lado, o meu posto de trabalho exige e a área em que eu estou inserida, é obrigatório o 12º ano (...) não posso exercer sem o 12º ano (...) tenho alguma urgência para fins profissionais, de entregar a certificação do 12º ano (...) de forma que tenho alguma urgência em acabar o 12º ano. [Optei por Processo RVCC porque] (...) é muito complicado nós encontrarmos nas Escolas, ou seja, há muitas escolas para pessoas normovisuais, mas os cegos, ou pessoas com deficiência, seja qual ela for, necessitam de acompanhamento, de apoio específico e esse apoio específico é escasso, ou seja, o Ministério da Educação fala, mas na prática não há esses apoios, não há professores especializados e os poucos que há estão muito distribuídos, não têm capacidade de acompanhamento em todas as cidades ou aldeias. E foi muito complicado o processo de encontrar, porque nós [cegos] queremos entrar para a Escola, mas não há as pessoas de apoio para fazer o 12º ano no ensino recorrente, não temos pessoas de apoio, é problemático é complicado mesmo, na prática não há, as escolas não têm apoio, nós não conseguimos entrar numa escola com facilidade. (...) por isso é que eu também optei pelo Processo RVCC, fiz o 9º ano e agora estou a fazer o 12º e espero terminar em breve (...) é um processo rápido (...) porque uma vez iniciada a Informática, me facilita também e é menos complexo (...) rouba-me menos tempo e (...) [porque] não dá para estudar [no ensino regular ou recorrente], é mais complicado, não é impossível (...) mas é mais complicado (...) é mais estafante. (...). Assim juntamos o útil ao agradável, não é? (...) o facto de não ter continuado ali [no CNO do CNED] a fazer o RVCC é porque (...) perdi um ano e tal e não havia qualquer certeza se iam ter RVCC no 12º ano para pessoas com</p>

	deficiência, porquê, porque é preciso um acompanhamento, porque o RVCC agora o 12º ano também pode ser dado em Braille e essas áreas não há quem faça, portanto, não dominam o Braille, não há técnicos específicos na área Braille. (...) Tenho pena de ter ido para Belém, porque aqui estava mais perto [do emprego], mas de facto, eles [CNO do CNED] não davam início e eu precisava com urgência, estive um ano e meio à espera, mas depois fui para a Casa Pia, porque estes foram pioneiros no Ensino Especial [e tiveram] primeiro técnicos nessa área, embora [o CNO do CNED] fosse mais perto e eu gostasse de estar ali. (C3)
Subcat. 5	<b>Cat. 1 – Entrada no Processo RVCC</b>
<b>Acesso ao CNO</b>	Não, para mim não [tinha dificuldade de acesso ao CNO], por acaso lá na Marinha as instalações são boas, para mim estava tudo bem (...) eu nunca tive [e] nunca me levantaram nenhum problema, sempre me ajudaram. (C2)
Subcat. 1	<b>Cat. 2 – Realização do Processo RVCC</b>
<b>Duração do Processo RVCC</b>	É provável [que tenha durado cerca de um ano, porque entrei em 2006 e certifiquei-me em 2007], agora não lhe sei precisar ao certo, mas é provável. Eu fui mais lento, ia fazendo mais devagar aquilo, quando tinha algumas dúvidas ia perguntando. (C1)
	Eu comecei [o Processo RVCC] em 2006 com a Carina Alberto, depois na altura ela passou para o Secundário e entretanto não me disseram nada e eu deixei-me estar e depois retomei em 2007 outra vez, depois só acabei em 2008, no final do ano mesmo de 2008. (C2)
	Boa pergunta, já não me lembro, não sei se foram seis meses, foi pouco tempo, não sei, já não me lembro, talvez mais até, não sei, já não me recordo, mas não terá feito um ano com certeza, não fez um ano. (C3)
	O meu processo parece que foi oito a nove meses. (C4)
Subcat. 2	<b>Cat. 2 – Realização do Processo RVCC</b>
	[Ao longo do Processo RVCC, tive sessões] (...) de grupo e individuais também. [A Informática] Com a Lucinda, a sessão dela era sempre com

<b>Sessões Individuais ou Colectivas</b>	dois ou três, nos computadores. (C1)
	[Ao longo do Processo RVCC, tive sempre sessões] Individuais. (C2)
	[Ao longo do Processo RVCC] (...) tive sessões individuais, não muitas, mas tive na área da Informática e também na de Matemática (...) nas outras áreas por acaso não achei difíceis e não necessitei de aulas [sessões] particulares. (C3)
	Não, não, tínhamos colectivas, éramos quatro ou cinco pessoas e tudo ali assim na mesma mesa, na mesa redonda. (C4)
Subcat. 3	<b>Cat. 2 – Realização do Processo RVCCC</b>
<b>Opinião sobre as Sessões Individuais e Colectivas</b>	Pode haver de uma coisa e outra, o caso de TIC acho que está muito bem assim, o ser em grupo, porque é que a formadora há-de lá estar só de roda de um? Não, não, acho que está bem assim. (C1)
	Deram-me a escolher e eu preferia fazer sessões sozinho, porque para já, por causa do computador a falar e os outros colegas ao lado, eu não gosto que me atrapalhem, nem de atrapalhar os outros (...) [e porque achava mais vantajoso] trabalhar com uma formadora sozinho. (C2)
	É assim, isto tem prós e contras, porque se forem só [sessões] individuais nós não podemos querer um formador só para nós, não é, não é possível haver um formador só para um formando não é, por outro lado, temos mais algumas ajudas sem dúvida nenhuma e é-nos explicado todas as dúvidas, é a parte positiva das aulas individuais, porque ajudam-nos no que nós não dominamos não é e o computador tal como Matemática são coisas difíceis não é e para nós, enquanto que para as pessoas normovisuais olham para o computador e está lá tudo é só clicar, nós não, nós temos que ir com as teclas e nem tudo as teclas lêem, como digo, o ecrã, o software não reconhece todo o tipo de trabalho ou conteúdo que esteja no computador e aí necessitamos mesmo de aulas individuais. (C3)
	Para mim, foi mais importante em grupo, podíamos discutir as dificuldades que tínhamos, os problemas que iam surgindo... [Havia] Mais interacção, eu acho que sim, porque expúnhamos ali todos os

	problemas, eu para mim, gostei sempre mais de trabalhar em grupo. (C4)
Subcat.	<b>Cat. 2 – Realização do Processo RVCCC</b>
<b>Profissionais atribuídos no Processo RVCC</b>	(...) estive com a Catarina [a Matemática], estive com a de Informática (...) a Lucinda, mas foi pouco e depois estive com a Célia [na Cidadania e na Linguagem e Comunicação] também. (C2)
	Tínhamos a Catarina na Matemática, tínhamos a Lucinda na Informática. Cidadania era a Célia e Linguagem e Comunicação, acho que ela dava as duas, salvo erro, agora também já não me recordo (...) mas acho que era ela que dava as duas disciplinas. (C3)
	De Informática sei que era a Lucinda (...) [a Matemática] era a Catarina, era (...) [a Cidadania e a Linguagem e Comunicação] eu acho que era a Joana que estava com a gente, porque apenas a Matemática e a Informática ficámos com as formadoras do princípio ate ao fim. Não, a professora era a Célia, agora estava a ver se me lembrava, era a Célia. (C4)
Subcat. 5	<b>Cat. 2 – Realização do Processo RVCCC</b>
<b>Concepção do PRA</b>	[Construi o meu Portfólio] (...) com matéria que eu escrevia, com um bocado de tudo. Está lá em casa, está lá guardado. (C2)
	Gostei [da tarefa de construir um Portfólio] e tenho lá em casa para ver. (C4)
Subcat.	<b>Cat. 2 – Realização do Processo RVCCC</b>
	[Preferia entregar o Portfólio a negro, porque] (...) não gosto muito [de Braille], custa-me muito a ler o Braille e o Braille tem que se ter muita cabeça para aquilo, o Braille é uma célula de seis picotados e com aqueles seis picotados sabe quantas combinações tem que se fazer? São muitas mesmo, esses seis símbolos vão formar 64 combinações, o abecedário tem 23 e depois há o sinal de Maiúscula e depois para trabalhar com números é a mesma coisa, do A ao J, são os números, por exemplo o C é o 3 e ali faz contas com aquilo, mas tem de meter o sinal antes a indicar que aquele símbolo é um número, para saber que não são palavras. O mal disto tudo é que no final isso sai em texto e depois lê-lo, é que tem de ser um tacto, que eu não tenho, conheço

<p><b>Opinião sobre</b></p> <p><b>o tipo de</b></p> <p><b>Suporte do PRA</b></p>	<p>peessoas que tem, mas eu não, não posso dar para tudo. (C1)</p>
	<p>Na altura não [me perguntaram se preferia entregar o Portfólio em Braille], até porque como lhe digo, o Braille agora já posso fazer em Braille, mas eles preferem o Portfólio em Informática. [Se me dessem a escolher fazer em Braille] Faria, faria, é mais fácil, é mais fácil (...) porque como lhe digo eu domino muito bem o Braille e depois tenho muito mais á vontade com o Braille do que com o computador, não necessito de tantas ajudas, mas uma vez não sendo possível, porque não há formadores específicos na área Braille e eles não conseguem ter acesso, não sabem ler não é. (C3)</p>
	<p>Não [nunca me perguntaram se preferia entregar o Portfólio em Braille]. Eu, como é que eu preferia entregar? Eu preferia entregar em negro, para todas as pessoas poderem ler não é, assim para as pessoas que queiram ler. Eu ainda tenho lá o meu dossier e tenho em CD também, para quem quisesse ouvir, ouvia e para as pessoas que queriam ler. Se fosse em Braille, já havia mais limitações. (C4)</p>
Subcat. 7	<p><b>Cat. 2 – Realização do Processo RVCCC</b></p>
<p><b>Importância do</b></p> <p><b>Instrumento</b></p> <p><b>Computador</b></p>	<p>(...) um computador para pessoas cegas é mais importante que o Braille, é uma peça muito boa o computador. (C1)</p>
	<p>(...) acho que uma das coisas básicas é saber mexer com o computador. (C2)</p>
	<p>O computador é muito importante] (...) para nós (...) é um computador normal que esta á nossa frente, simplesmente necessita de um software de voz, porquê, porque como nós não lemos o ecrã, está tudo explícito no ecrã, mas nós não lemos, então é necessário que haja um motor de informação para nós termos acesso a todo o conteúdo que está no computador. Então descobriu-se o software de voz, de nome JAWS (...) que nos dá toda a informação oral e nos permite trabalhar como qualquer outra pessoa normal. (...) [mas] é um pouco mais difícil [para nós cegos] trabalhar com o computador, porque há imensas coisas que nós não podemos ter acesso, a nível da Internet, nem em todos os programas que soa precisos o software reconhece, a nível de jogos, o software não responde, há certas áreas que o software não nos faculta. (C3)</p>

Subcat. 8	<b>Cat. 2 – Realização do Processo RVCCC</b>
<b>Áreas Preferidas do Referencial</b>	[Gostei] De todas, de todas as áreas, custou-me mais foi encaixar a Matemática (...) [mas] gostei muito daquela área, foi muito bom, foi muito bom. (C1)
	Foi a Matemática, que foi com a Catarina (...) eu gostava de Matemática e da Catarina (...) só não gostei da parte da Informática. (C2)
	Por acaso, é assim, como tinha aquela vontade de aprender Informática, a parte da Informática gostava muito e como eu gosto muito de Matemática (...) gostei muito da Matemática. (C4)
Subcat. 9	<b>Cat. 2 – Realização do Processo RVCCC</b>
<b>Opinião sobre a Relação entre Pares</b>	Eu tive o prazer aqui no CNO de estar integrada num grupo todo ele com deficiência visual, onde haviam dois colegas que não tinham a deficiência mas que se adaptaram muito bem porquê, porque eram pessoas com alguma idade também, era a partir dos quarenta, também tive colegas da minha idade e ate mais novos, ate tínhamos uma colega (...) com dezanove anos, que via bem, não via na totalidade, mas era quase, mas de resto, fizemos um grupinho muito bom, foi excelente. [Foi um] Grande grupo e andámos muito bem, ajudámo-nos uns aos outros, foi muito bom e pronto, havia uma compreensão entre os colegas, porque eram pessoas adultas, eram pessoas maduras, como digo, a mais pequenina (...) também adaptou-se muito bem, foi muito bom. (C3)
	E mesmo dos colegas, pelos colegas que eu tinha, também acho que nunca havia nenhum problema a levantar. (C4)
Subcat. 10	<b>Cat. 2 – Realização do Processo RVCCC</b>
<b>Apoio por parte dos Familiares</b>	(...) eu tenho uma filha, que ela nessa altura tinha 17 anos, ia fazer os 18 e eu pedia-lhe ajuda e ela então como era minha “professora” não é, dizia “não, não, tu vais ali para o computador e fazes e depois eu vou lá ver se precisas de uma ajudinha”, fazia-me aquilo que eu lhe fazia a ela. Ela dizia-me “ficas aqui a fazer, alguma coisa que não consigas fazer, eu venho dar-te uma ajudinha”. E era assim. O apoio da minha filha foi mesmo [muito importante], é aquele apoio que uma

	<p>peessoa precisa. O marido também deu apoio, mas é um apoio diferente. Para o marido eu deitava-me às 2 da manhã, às 3 da manhã, era diferente. (C4)</p>
Subcat. 11	<p><b>Cat. 2 – Realização do Processo RVCCC</b></p>
<p><b>Sessão de Preparação de Júri de Certificação</b></p>	<p>(...) tive uma [Sessão de] preparação antes [da Sessão de Júri] para o caso de se chegasse ali e [o avaliador externo] me fizesse uma pergunta, eu saber responder. (C1)</p>
	<p>Acho que foi a Carina [que fez a Sessão de Preparação de Júri comigo]. Na sessão de preparação, eu falei como costume falar, mas depois cheguei lá [à sessão de júri] e depois [saiu diferente]... (C2)</p>
	<p>Não [tive Sessão de preparação de Júri], só nos disseram que tínhamos de apresentar um trabalho (...). (C4)</p>
Subcat. 12	<p><b>Cat. 2 – Realização do Processo RVCCC</b></p>
<p><b>Sessão de Júri de Certificação</b></p>	<p>[Na Sessão de Júri] (...) foi lá o avaliador e estavam lá os formadores ao lado. Ele fez-nos ali umas perguntas (...) e eu respondia e ele escrevia lá se estava bem ou mal (...) fiz uma apresentação e (...) depois passou a outro colega. (C1)</p>
	<p>Na sessão de Júri estava muito, não era nervoso em si, se estivesse só eu, as formadoras e o avaliador, era uma coisa, mas estavam lá na altura outras pessoas e fiquei um bocado assim, um bocado tímido (...) e eu não gosto [de falar em público e para muita gente]. Sim, foi [apresentei o tema do “Dopping na Alta Competição” e a minha apresentação] (...) foi só oral (...) fiz a primeira parte e a Carina ajudou-me no resto, nuns números que eu já não me lembrava [e] a apresentar lá uns folhetos, porque eu tinha uns folhetos (...). O Júri não estava à espera que eu fizesse aquele trabalho do Dopping assim tão profundo, sobre tantas modalidades, nunca pensaram que fosse assim. (C2)</p>
	<p>(...) o que eu apresentei foi a minha entrada para esta minha profissão [Técnica Administrativa], a qual eu senti algumas dificuldades, até porque atravessava um momento difícil da vida (...) e tive algumas dificuldade em falar sobre ele, porque passei situações desagradáveis, depois para mim também é um pouco difícil falar sobre, até porque</p>

<p><b>Sessão de Júri</b></p> <p><b>de Certificação</b></p>	<p>me faz confusão estar a falar para uma plateia, para mim é complicado e não tenho á vontade (...) mas [a Sessão de Júri] fez-se bem. (C3)</p>
	<p>A pessoa naquele dia [da Sessão de Júri] está sempre mais nervosa não é, mas correu bem. (...) o meu trabalho (...) foi sobre o Braille, sobre a história do Braille (...) e de como o Braille era útil para a pessoa cega não é? E depois foi contar a história da minha vida. E fui logo a primeira. (C4)</p>
<p>Subcat. 1</p>	<p><b>Cat. 3 – Opinião Pessoal sobre o Processo RVCCC</b></p>
<p><b>Opinião</b></p> <p><b>Global</b></p>	<p>Eu acho interessante, estou como disse o avaliador que me passou o certificado, foi ele que aprovou no final e estou como ele disse, isto é uma ajuda para a pessoa ficar com mais qualificação, para ficar com um currículo mais forte, porque em Portugal há não sei quantos milhões de pessoas que não tem estudos, ou que só têm a 4ª classe e isso é mau, estou como ele disse [e] acho [que o Processo RVCC está] muito bem. (...) não é um 9º ano que se possa comparar a um curso tirado cá fora [ensino regular / recorrente], penso eu, não é como aquele tirado durante o dia, é um 9º ano mais simples, mas acho que está bem (...).[E] O horário [pós-laboral] não era mau (...) também não estava mal. (C1)</p>
	<p>[O Processo RVCC] (...) é um bocado, é diferente [da Escola]. (...) [No início] Achava que aquilo era um bocado chato, mas depois comecei a gostar. (C2)</p>
	<p>(...) o Processo RVCC é fácil, mas não é, é fácil e é complexo. (...) Eu acho que é uma boa oferta formativa porquê, porque hoje é exigido a qualquer funcionário que tenha no mínimo a escolaridade obrigatória, se estes não o fizeram e eu falo a nível geral, porque como todos sabemos há muitas crianças e jovens que não concluem a escolaridade obrigatória, também por outro lado há muitos adultos que nem sequer estudaram ou que só fizeram o 1º ciclo (...) de forma que muita gente, muitas pessoas hoje não têm quaisquer habilitações ou têm-nas muito baixas e o RVCC veio-lhes facilitar um pouco a nível profissional porque o estarem integrados no mundo profissional dá-lhes a facilidade, a possibilidade de poderem entrar na escolaridade de novo, com o RVCC que é realmente uma formação mais pessoal e poderem fazer o pós-laboral, que foi muito bom terem feito o pós-laboral (...) que facilita e</p>



<p><b>Opinião</b></p> <p><b>Global</b></p>	<p>eu sei até de casos de pessoas técnicas que não tinham habilitações para os cargos que desempenham hoje (...) e andam a frequentar [o Processo RVCC] e eu acho muito bem. A própria experiência, eu acho que a experiência profissional é o que conta, mas na prática não querem só experiência, querem também o papel [de certificação]. (C3)</p>
	<p>(...) acho que está tudo bem. Eu pensei que o Processo fosse muito mais difícil. (C4)</p>
Subcat. 2	<p><b>Cat. 3 – Opinião Pessoal sobre o Processo RVCC</b></p>
<p><b>Conteúdos</b></p> <p><b>e</b></p> <p><b>Actividades</b></p>	<p>Uma coisa que aprendi lá muito boa no CNED, foi com a Lucinda, comecei-me logo a adaptar muito bem ao Excel, é com linhas e com números, adaptei-me muito bem com aquilo. Aprendi [também] por exemplo nos computadores como é que se faz a mediana, ainda me lembro, a moda e a média (...). [Também aprendi muito na Matemática] (...) como por exemplo fazer a área de um prato, um prato é redondo, como é que se vai calcular ali uma área, (...) medir a área de um prato por exemplo é uma coisa diferente, é o raio que se mede, (...) os ângulos (...) o que é uma hipotenusa, (...) o que é um cateto (...) aprendi também a fazer o pi (...) isto foram coisas que aprendi lá na Matemática. (...) quer dizer coisas que aprendi, então não foi? (C1)</p>
	<p>(...) acho que tem de ser um bocado mais exigente, no Básico, no Básico deviam ser mais exigentes, um bocadinho, em algumas coisas. (...) Eu acho que eles já são rigorosos, mas se fossem um bocadinho mais, têm de ser um bocado rigorosos com os trabalhos que as pessoas apresentam, porque muitas vezes (...) as pessoas não vão pesquisar, não tiram as coisas da sua cabeça. (C2)</p>
	<p>(...) o RVCC não é o que as pessoas comentam, é fácil, sem duvida que é fácil, mas o RVCC é muito baseado na vida pessoal ou seja toda a vida, desde que se nasce até aos projectos futuros. Há áreas que nós não dominamos, confesso também que encontramos e eu ainda falo no RVCC do 9º ano porquê, porque o RVCC do 9º ano integrava áreas e disciplinas que nós nem sequer tínhamos dado nas escolas, aí é-nos mais difícil porquê, se no 9º ano nos davam pistas, nos davam tópicos, na escola é muito mais fácil porquê, porque dão-nos a matéria, explicam a matéria, no RVCC não é explicado, no RVCC é todo um formulário [Referencial] chamamos-lhe assim, que nós temos de</p>

<p><b>Conteúdos e</b></p> <p><b>Actividades</b></p>	<p>preencher e completar. Nós nas aulas temos mais ajudas sem dúvida nenhuma e é-nos explicada a matéria, aqui [no Processo RVCC] é a nível individual e pessoal, é fácil sem duvida nenhuma, mas exige muito trabalho, exige muita escrita, exige muito a capacidade mental para nós podermos falar um pouco de nós e relembrar os prós e contras... Nem sempre é fácil, (...) isso não acontece na escolaridade normal não é? (...) é preciso ter muita disponibilidade interior porquê, porque depois também há assuntos que nós não queremos falar, mas eles dizem que se a pessoa não quer falar não fala, mas há coisas que temos de desenvolver, temos de argumentar, se temos de argumentar, temos de ir ao fundo das questões, claro que nem tudo, porque se nós não queremos pôr factos específicos pessoais, temos de encontrar outros e nem sempre é fácil e às vezes após um dia de trabalho, nós já não estamos com capacidade para pensar em coisas que aconteceram há dez ou vinte anos. (...) [Mas no geral] (...) não achei difícil. (C3)</p>
	<p>Uma pessoa está habituada ao método da Escola, com aquela matéria toda, com muita coisa para estudar e eu pensei que fosse difícil e há coisas que são mais complicadas. Eu cheguei a fazer trabalhos em casa ate às duas, três da manha e depois no outro dia tinha que me levantar cedo, porque eu tinha pouca experiência em mexer no computador. Mas eu ficava porque eu gostava e porque [queria os trabalhos bem feitos]. (C4)</p>
<p>Subcat. 3</p>	<p><b>Cat. 3 – Opinião Pessoal sobre o Processo RVCCC</b></p>
<p><b>Metodologia</b></p> <p><b>e</b></p> <p><b>Instrumentos</b></p>	<p>Sim [gostei do método do Processo RVCC em que temos de falar da nossa vida]. [Havia] (...) coisas que falava, mas depois, não falava assim directamente. [Quanto aos instrumentos, a sala de computadores] (...) tinha o JAWS (...) [mas] os computadores podiam estar mais actualizados (...) isso é que deviam. Se eles [actualmente] não têm a licença [JAWS], a culpa é deles, porque eu consigo pôr o JAWS no computador de borla (...). C2</p> <p>[Quando iniciei o Processo RVCC, os computadores já tinham o JAWS] Já, já, era a única instituição aqui perto que teve o sistema JAWS, ou seja, o software de voz, o que para nos é óptimo (...) todo o cidadão, ou seja, todo o ser humano tem direito às habilitações e às mesmas possibilidades de execução (...). (C3)</p>

<p><b>Metodologia</b></p> <p><b>e</b></p> <p><b>Instrumentos</b></p>	<p>É assim, eu achei bom, mas eu acho que para nós, a nível de Informática, devíamos ter umas aulinhas de Informática, porque para quem não sabe Informática, as pessoas ficavam um bocadinho às escuras vá. Por exemplo, os trabalhos, nós fazíamos tudo em casa, eu por acaso não tive problemas desses porque eu tinha computador em casa e não tive problemas de usar, mas eu tive conhecimento de que havia pessoas que não tinham computador e que não conseguiam fazer os trabalhos. Sim e até para mim [era necessário ter umas aulas de Informática], porque eu sabia ir ao Word, mas depois não sabia mais e depois vim aqui para a Sain porque precisava disso mesmo, do complemento de Informática. [Os computadores das salas do CNO] Estavam [adaptados], estavam, tinham o JAWS. Trabalhávamos com o JAWS. (C4)</p>
Subcat.	<b>Cat. 3 – Opinião Pessoal sobre o Processo RVCCC</b>
<p><b>Importância da</b></p> <p><b>Equipa Técnico</b></p> <p><b>Pedagógica</b></p>	<p>(...) o pessoal é muito porreiro, muito boa gente (...) nisso [apoio aos candidatos] aí eram muito boas pessoas, perguntava-se isto ou aquilo e eles diziam “é assim, ou assim”, ajudavam-nos sempre um bocadinho, diziam-nos por exemplo “tem que vir cá outra vez, não pode, vem cá outro dia”, não tenho nada a apontar. A professora Lucinda era uma delas, a Carina era outra, pronto. (C1)</p> <p>[A minha equipa técnico-pedagógica] Teve [importância ao longo do meu Processo RVCC] (...) senti o apoio dos formadores (...) tiveram muita paciência para mim, ajudaram-me muito (...) as que me deram mais apoio directamente foi a Catarina, que trabalhou mais tempo comigo. E depois a Carina, na parte final do Processo foi todo feito com a Carina, Carina Dias. (...) as formadoras exigiam de mim e eu “está bem”, mas eu fazia (...) a formadora que me exigiu mais, foi a Célia (...) era exigente, mas ao mesmo tempo que era exigente, ao mesmo tempo era amiga. A Célia era assim, eu fazia as coisas e depois de vez em quando, num trabalho, de vez em quando trocava as coisas e depois queria meter no meio, e metia ou no fim, ou no princípio e a Célia nessas coisas dizia assim “Olhe Firmino, isto está muito bom, está assim e assim, temos é que trocar aqui as coisas” e eu “o quê?” e ela depois dizia-me e eu trocava. [Eu gostava também da] (...) Catarina, [ela] gostava muito de mim e de todos. (C2)</p>

<p><b>Importância da</b></p>	<p>(...) eu gostei muito de fazer o 9º ano, porque havia muito acompanhamento, os formadores eram acessíveis e acompanhavam, davam o seu melhor (...) tive excelentes profissionais, gostei muito de estar ali, foram muito simpáticos, acolhedores, ajudaram-nos imenso (...) fui muito bem recebida, gostei imenso (...) foi ótimo. A Equipa Técnico-pedagógica tem importância] Eu acho que tem, como digo, é uma ajuda, é fundamental para qualquer pessoa, seja ela visual ou não ou com limitações porquê, porque (...) o Processo RVCC não é tão simples quanto parece, ou seja, às vezes nós pensamos “ah isto é só falar da minha vida pessoal”, mas não é (...). Eu atribuo mais [importância à equipa] nesse sentido [de auxílio na exploração do Referencial] e na necessidade de apoio, porque (...) as pessoas que frequentam [o Processo RVCC] (...) são pessoas já dos 20 anos para cima e são pessoas com alguma dificuldade, com poucas habilitações (...) que já estudaram há imensos anos, as pessoas não estão integradas, é um processo novo que se tem de iniciar e concluir [com o auxílio da Equipa Técnico-pedagógica]. [E] tínhamos uma formadora que era a Dr.ª Lucinda, é um amor (...) era uma formadora na área da Informática e tinha muito bom conhecimento do JAWS, ou seja, era uma formadora especial para as pessoas com incapacidade (...) e também gostei bastante da Catarina [Formadora de MV]. (C3)</p>
<p><b>Equipa Técnico Pedagógica</b></p>	<p>Gostei, gostei [dos profissionais da Equipa Técnico-pedagógica que me atribuíram]. Eu acho que eles são pessoas que estão mesmo organizadas, ainda mais para nós, pessoas cegas. Nos tínhamos lá uma profissional que era a Joana (...) tínhamos duas Joanas. A primeira Joana ao princípio que era uma pessoa muito querida, mas ela depois teve de começar a fazer o 12º ano, ela teve que nos “abandonar” e depois ficámos com uma Joana que (...) como estive na ACAPO de Braga, já estava muito mais habituada a trabalhar com pessoas cegas, já sabia do que é que eram capazes e quando uma pessoa dizia “ah, mas eu não consigo fazer isto” ela sabia muito bem o que é que a pessoa conseguia fazer e até onde é que podia ir e isso é uma grande valia também para nos, porque às vezes as pessoas por serem cegos pensam que nós não conseguimos. (...) também gostava da Catarina (...) ela explicava-nos as coisas muito bem, a maneira dela nos explicar as coisas, nós conseguíamos perceber muito bem (...) a maneira como ela explicava as coisas, só não entendia mesmo quem não conseguisse fazer aquilo. (C4)</p>

Subcat. 5	<b>Cat. 3 – Opinião Pessoal sobre o Processo RVCCC</b>
<b>Avaliação Formativa</b>  <b>e</b>  <b>Avaliação Sumativa</b>	<p>[Em relação à avaliação] (...) não interessa estar a exigir mais, acho que está bem agora se fosse um 9º ano para seguir para a Universidade, para aprofundar mais as coisas, aí teria que ser muito mais puxado, fazer perguntas e alguns testesinhos, mas acho que está bem. Achei bem, a avaliação final. (C1)</p>
	<p>(...) eu gostava de responder na íntegra, mas não tenho bem essa resposta. (...) [A avaliação recai sobre] (...) todo um dossier que se constrói, ou seja, um Portfólio, esse Portfólio é feito durante as sessões todas que vamos estando com os trabalhos que vamos concluindo e portanto esse processo vai ser avaliado por um avaliador externo (...) e que vai dar uma olhadela no processo, vai analisar a nossa ficha técnica. Eu penso que basicamente é mesmo só avaliar por alto e assinar, validar o Processo. A sessão de Júri é um encontro, que se propõe após o término do Portfólio, em que se está numa sala, perante uma plateia que à partida será só dos formandos e dos formadores e onde está presente o avaliador externo que nos validou o dossier. Essa sessão é feita basicamente tendo uma reunião em que todos os formandos falam um pouco sobre um tema que desenvolveu, que está explícito na sua história de vida, isto é basicamente a história da nossa vida e ao longo da história da nossa vida nós escolhemos um tema do qual vamos falando um quarto de hora, meia hora e após cada intervenção individual, o avaliador assina e valida o Processo, portanto [para mim] é isto. (C3)</p>

**TEMA D – Dificuldades ao Longo do Processo RVCC**

Subcat. 1	<b>Cat. 1 – Dificuldades ao longo do Processo RVCC</b>
<b>Dificuldades Gerais</b>	Não, não [não tive nenhuma dificuldade de maior], correu tudo bem. Nós também sentávamo-nos á mesa e discutíamos as nossas dificuldades, também discutíamos ai, portanto não tive assim nada [a registar] (...) não, não. (C4)
Subcat. 2	<b>Cat. 1 – Dificuldades ao longo do Processo RVCC</b>
<b>Referencial de Competências Chave</b>	(...) eu na minha opinião pessoal e acho que é toda a gente a dizer o mesmo (...) para além das áreas que muitas vezes são desconhecidas, o próprio formulário [Referencial do Básico] do RVCC não é específico, é complexo, não está bem explícito, ele não esta bem explícito e nós olhamos para o papel e perguntamos “o que é isto, qual o significado, qual o sentido, porquê faze-lo?” (...) porque não se percebe, olhamos para aquilo e perguntamos “o que é isto, o que é que eles pretendem” e quando vamos a ver na pratica, o que nós temos de fazer não é o que está lá, não é, olhamos para aquilo e é um bicho de sete cabeças, quer dizer, a pessoa fica completamente perdida (...). (...) é muito técnico e (...) no geral este Processo foi feito para pessoas com limitações e já com alguma idade e sem bases e este Referencial não está adaptado, não está acessível, é muito complexo (...) [devia ser] mais acessível. (C3)
Subcat. 3	<b>Cat. 1 – Dificuldades ao longo do Processo RVCC</b>
<b>Áreas do Referencial</b>	Não gostei do Excel (...) só tive [dificuldades] no Excel. Se eu tivesse uma pessoa ao lado que visse e me explicasse a mim, eu tive de fazer o trabalho todo com a Lucinda, porque aquilo para mim é muita confusão. (C2)
Subcat.	<b>Cat. 1 – Dificuldades ao longo do Processo RVCC</b>
<b>Constrangimentos</b>	(...) chegou-se ao fim, houve uma parte em que eles estavam muito ocupados e atrasaram-me um bocado, mas depois fui lá e disseram-me “isto não esta esquecido e tal” e depois arrancou outra vez.
Subcat. 5	<b>Cat. 1 – Dificuldades ao longo do Processo RVCC</b>
	[O que gostei] (...) menos era o percurso para ir para lá, que era muito mau e eu ainda ia a ajudar outro rapaz que não via nada, não via mesmo nada,

	<p>(...) não é fácil, atravessar ali a estação de comboio e ir para lá não é fácil, é muito confuso ir por ali fora (...) eu custava-me tanto o percurso, era mau e o autocarro não parava lá ao pé, o que me custou mais foi o percurso (...) mas eu fui lá ter, subi lá até ao 2º andar, lá fui ter (...).</p>
<p><b>Dificuldades de Acesso ao Cno</b></p>	<p>Às vezes era um bocadinho complicado chegarmos ali á porta, porque às vezes aquilo era um bocadinho complicado (...) [porque] temos de passar por baixo daquele tunelzinho e depois para dar continuidade até ao CNO temos de passar aqueles arbustos e depois às vezes a porta era um bocadinho complicado entrar ali, mas a gente depois de perguntar, íamos sempre lá chegando, mas ali a entrada está um bocadinho, devia estar um pouco mais acessível. Mas pronto, enquanto não há melhor, olha... (C4)</p>

**Tema E – Impacto da Obtenção de Qualificação Superior pela Via do Processo RVCC**

Subcat. 1	<b>Cat. 1 – Impacto da Obtenção de Qualificação Superior pela Via do Processo RVCC</b>
<b>Nível Pessoal e Social</b>	<p>[De início] (...) o maior valor foi quando disseram ali á frente de toda a gente “passou”. Depois foi entregue um documento provisório, que tem um certo prazo e depois foi entregue o diploma final. O maior valor foi logo esse então [a entrega do certificado], consegui o 9º ano, mais uma pedra para construir a minha casa, mais uma ajuda na vida não é (...). Foi bom, foi bom, eu achava que ia conseguir e consegui (...) para mim foi bom, para ter mais conhecimentos (...) fiquei a saber mais coisas (...) e acho muito bem. (...) e mesmo a nível de sociedade, houve quem me dissesse “olha, tiveste sorte e tal”, as pessoas lá da terra quando souberam e familiares, não é só sorte, porque eu tive que ir para lá, não é só sorte não é? Ficar com o documento é sempre uma coisa que está aqui, foi bom, fiquei muito contente (...) fiquei muito feliz com isso, foi mais um passo. <b>(C1)</b></p>
	<p>Para mim, é, aprendi várias coisas. Eu já sabia mexer no computador, mas fiquei a aprender mais um bocado, mas gostei, como eu não sou muito de comunicar, fui “obrigado”. Sim [foi importante para mim chegar ao final e ter conseguido] (...) fiquei [feliz], fiquei e agora o objectivo é fazer o 12º. <b>(C2)</b></p>
	<p>A nível pessoal foi uma realização, foi uma meta que eu criei, embora quando pensei concluir a escolaridade obrigatória não pensei no RVCC, não se falava no RVCC, mas pronto, foi uma meta que eu fiz e que gostei e é mesmo assim, quando nós pretendemos uma coisa, vamos até ao fim não é. A nível social é bom, porque após um dia de trabalho, perante o trabalho que nos é exposto, também temos a possibilidade de encontrar novas caras, novos colegas, fazer novas amizades e após um dia de trabalho, muitas vezes cansativo e às vezes estamos arrasados, sem cabeça até, mas é um convívio, tem a parte social que é gratificante. Fiz algumas amizades e pronto, agora a nível informático trocam-se e-mails... <b>(C3)</b></p>
	<p>(...) fiquei contente e foi uma mais valia, não é? O marido, a filha, a filha ficou muito contente da mãe completar o 9º ano, ficou muito contente e depois a família também ficou, a família até achava muita graça eu ter uma vida mais ou menos estável e ter voltado a estudar. Foi mais uma etapa das minhas que consegui vencer. Foi mais uma das coisas em que eu me meti e consegui fazer,</p>



	foi mais um objectivo. (C4)
Subcat. 2	<b>Cat. 1 – Impacto da Obtenção de Qualificação Superior pela Via do Processo RVCC</b>
<b>Nível Profissional</b>	<p>Eu recordo-me se é que posso fazer esta comparação, quando fiz o serviço militar, eu só tinha o 6º ano e na altura quem quisesse ficar lá, como contratado, se tivesse o 9º ano ia para o Curso de Sargentos, se tivesse o 12º ano ia para o Curso de Oficiais, eu cheguei ali e não tinha 9º nem 12, só tinha o 6º, numa altura dessas, esse documento dava-me muito jeito e eu se quisesse ir para a GNR, para o curso de Militar, também tinha que ser, se tivesse o 9º ano, ia tirar o Curso, assim não tinha o 9º ano, desmotivou-me logo muito o ter que ir para soldado e ter que estudar de noite, desmotivou-me muito. Quer dizer eu penso muitas vezes nisso, se eu tiver o 9º ano e me aparecer uma coisa qualquer que eu precise, para Telefonista, ou para outra coisa qualquer, por exemplo para o Curso de Massagista, é preciso ter o 9º ano se eu os quiser fazer, tem que se ter o 9º ano, se não se tiver, não se tiram os cursos. [A nível profissional, a certificação irá ter impacto] (...) é uma ajudinha, é sempre melhor não é, é mais forte. [Após terminar o Processo RVCC Básico] (...) nunca mais fui à procura de emprego nenhum e o 9º ano, tenho o documento em casa, mas ainda não o utilizei para esses fins e ainda não consegui nada com ele, não quer dizer que não venha a fazer jeito não é, nem quer dizer que eu diga assim “ai isto nunca mais me vai fazer jeito”, não, não, de modo algum, não dou aquele documento por qualquer dinheiro, já está a ver o que é, não dou aquele documento por quaisquer trocos, custou-me, custou-me e eu se tivesse que tirar outro, tinha que suar muito, mas é mesmo. (C1)</p> <p>Teve, teve impacto, porque uma vez que eu já na altura quando eu entrei [para o meu actual trabalho], eu teria de entrar com o 9º ano concluído e isso não aconteceu, entrei com menos e para eu manter o meu posto de trabalho, eu necessitava e necessito, agora mais até, de ter o 9º ano (...) porque não entrava ninguém para a função publica sem o 9º ano, como digo era o limite exigido. Pronto, depois eu mudei agora, deixei de ser recibo verde e passei a contratada e acredito que se não tivesse o 9º ano, isso não era possível, ou seja, tinha que ter a certificação do 9º ano, a qual entreguei com alguma rapidez para poder estar no serviço onde estou hoje (...). E eu consegui e foi óptimo. (C3)</p>

## Tema F – Projectos Futuros

Subcat. 1	<b>Cat. 1 – Projectos Futuros</b>
<b>Nível Escolar</b>	(...) agora é ver quando consigo o 12º ano (...) tenho quase quarenta anos, mas não interessa, tiro na mesma. Vai mesmo arrancar, agora não sei é quando, não sei se vai ser este ano, ou se será para o outro ano a seguir. Eu continuando aqui por baixo [Lisboa] por mais algum tempo pelas corridas, eu não vou estar aqui só para correr, estar aqui só a correr é bom por um lado porque tenho o tempo muito livre, mas por outro, só faço isto e eu tenho que arranjar uma coisa qualquer e vou, vou, vou arranjar, vou tirar um curso de inglês ou o 12º e Curso de Artesanato não sei se vou fazer, se não, porque aquilo é só para dizer assim “estas aqui” [não atribui certificação] e eu queria ver se um dia “pronto, está aqui o 12º”, é sempre bom, é sempre bom. <b>(C1)</b>
	(...) acabar o 12º, depois ir para a Faculdade (...) ainda não sei [o que quero seguir], isso aí ainda é um caso a ser pensado (...).
	(...) mentalizei-me do querer ir até ao 12º ano, é a meta que eu tenho e após esta meta [ainda não sei] se [há] (...) possibilidades [de continuar, porque] (...) não há muitas para nós, é muito difícil encontrarmos cursos de formação. <b>(C3)</b>
	Estudar agora, acho que parei mesmo. Agora tenho o curso de formação para fazer, vou aproveitando (...) já estou muito ocupada. <b>(C4)</b>
Subcat. 2	<b>Cat. 1 – Projectos Futuros</b>
<b>Nível Profissional</b>	Projectos profissionais estão muito mal, está muito mal, porque não dá para dizer que está bom, porque é geral (...). Olhe aí é que eu não faço mesmo uma ideia, em termos futuros, não sei. Posso às vezes procurar, ali no Feira Nova, ou em alguma Fábrica de Têxtil, ou de Embalagens, ou assim,. e eu aí no futuro, é que eu não sei, não sei, não vale a pena. (...) Pode ser que até de um momento para o outro apareça e eu possa dizer “olha, afinal, já ganhei um trabalhito, uma ocupação, aqui a desempenhar isto ou aquilo”, assim em áreas diferentes como disse o medico “troca a profissão”, porque não há cura para a vista, não quer dizer que um dia não haja. Vou tentar dar o meu melhor. <b>(C1)</b>
	(...) quero arranjar um trabalho (...) não tenho nenhuma [profissão de eleição] (... qualquer profissão para mim [me deixaria satisfeito], eu não tenho medo de trabalhar, têm é que me dar condições de trabalho. (...) se conseguir entrar

	(...) num trabalho, a Faculdade depois fica... vou fazendo os dois ao mesmo tempo (...) [queria fazer] as duas coisas (...) sim [porque sinto falta de ter uma actividade profissional] (...) e ser campeão para-olímpico. (C2)
	[Continuar] (...) no restaurante á noite (...) [e no Cabeleireiro, ás terças ou quartas feiras]. (C4)

**TEMA G – Considerações dos Entrevistados sobre Temas Diversos**

Subcat. 1	<b>Cat. 1 – Capacidades do Público Invisual</b>
<b>Capacidades do Público Invisual</b>	(...) eu faço tudo como muita gente, até subo aos telhados, eu faço muitas coisas, o que é, é com muito mais cuidado e vou-lhe dizer, aleijava-me mais quando via bem do que depois [de cegar], porque tenho muito mais cuidado. Eu vou-lhe contar isto só muito rápido, lá no sitio eu tenho lá um pinheiro, que já estava com uns toros bastante grandes e eu peguei numa escada e fui lá acima cortá-los, ao lado tenho um vizinho e depois tenho uma empresa de camiões, eles pararam todos a olhar para mim e a dizer “então o homem é cego e agora vai lá acima cortar os toros lá no alto, vai cair dali abaixo” e eu com muito cuidado, sempre agarrado, subi e fui trabalhar com a serrinha e desci cá abaixo e diz-me assim um vizinho logo “opa, acabei agora de meter o telemóvel ao bolso” e eu disse-lhe “então porquê?”, e ele diz-me “opa, estava á espera que tu cáisses daí abaixo para ligar para a ambulância”. é como afiar a moto serra, também o faço e fica perfeito, também faço paredes e o pessoal diz-me por Deus “ele não vê e deixa isto direitinho”. Quer dizer, estas coisinhas vou fazendo sempre mais limitado. Eu muitas vezes faço as coisas e não quero estar a incomodar ninguém porque os outros têm a vida deles e aquela coisa de eu dizer assim “eu consigo”, isso é que eu quero fazer, não me interessa se eu demoro mais tempo. Eu trabalhei muito tempo na arte e sei qualquer coisa e só por dizer (...) a visão não está como estava, era muito melhor ver bem, era muito melhor, até porque era uma coisa mais rápida, mas ninguém me venha dizer que eu que não sou capaz, porque por força de vontade e por saber certas coisas que eu aprendi depois por mim próprio (...) eu chego lá e faço. (C1)
Subcat. 1	<b>Cat. 2 – Opiniões Pessoais</b>
<b>Método de Ensino p/ Público Invisual</b>	O ensino [para pessoas cegas] é o mesmo (...) não tem qualquer alteração, mantém-se igual ao de quaisquer outras pessoas [normovisuais]. (C3)
Subcat. 2	<b>Cat. 2 – Opiniões Pessoais</b>
	(...) é muito difícil [encontrar emprego] (...) e com o meu problema ainda mais. Para Telefonista hoje em dia, com os telefones a chamada vai directa, os Telefonistas tiram o curso, dez ou doze Telefonistas e às vezes

<p><b>(Re)inserção</b></p> <p><b>Profissional do</b></p> <p><b>Público Invisual</b></p>	<p>não fica um, vão estagiar e não fica um e têm curso. (...) Com o tacto ainda desempenhamos muitas coisas, mas é muito difícil (...). <b>(C1)</b></p>
	<p>(...) a nível profissional também não temos muitas saídas, ou seja, a incapacidade visual dificulta-nos um pouco as nossas faculdades e então só temos na área de Telefonista, temos a Informática, mas para pessoas com incapacidades a Informática não tem saída, então o que vai prevalecendo é mesmo a área de Telefonista, que alguns serviços ainda estão a recorrer às pessoas como Telefonistas, mas que também já se fala em ser computadorizado e se for computadorizado, deixará de haver Telefonistas. <b>(C3)</b></p>
	<p>(...) há muitas pessoas que pensam que uma pessoa cega, além de ser Telefonista ou Professor, não podem fazer mais nada e eu acho que as pessoas estão erradas, porque há tanta coisa que uma pessoa cega pode fazer, só que não tem é oportunidade para isso. E eu (...) já sei que já sou grande, pronto, já não sou jovem não é, mas é assim, eu gosto de crer que [fazer muitas actividades] é um exemplo mesmo para outros jovens [cegos] (...) deixar caminhos abertos para eles fazerem coisas novas (...) [e] gosto muito de participar nessas coisas, que são os jovens a fazer, porque eu acho que serve para dar uma lição para os jovens também fazerem (...). <b>(C4)</b></p>
Subcat. 3	<b>Cat. 2 – Opiniões Pessoais</b>
<p><b>Aquisição de</b></p> <p><b>Ajudas Técnicas</b></p>	<p>(...) eu tenho o meu computador com JAWS (...) [mas] não compro o JAWS para o meu computador, não vou estar a dar mil e quinhentos euros para um programa para o computador. (...) O JAWS ou outro programa aqui em Portugal, é muito caro, não é só para mim, é para todos as deficiências em Portugal. (...) Caro é favor. (...) É como a bengala, eu não uso bengala, mas também depende da bengala, uma pessoa quando precisa de comprar uma bengala, são logo cinquenta euros pela bengala e mais não sei quantos euros para o computador e isto e aquilo... <b>(C2)</b></p>

## **Análise e Interpretação de Dados**

### **OPERACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO RVCC**

#### **Pertinência da Área de ADE**

Ao nível da Pertinência da Área de Diagnostico e Encaminhamento, a Técnica 1 referiu que a introdução da figura de Técnico de ADE, que até 2008 não existia, foi “implementada [pela ANQ] face às necessidades [e] ao volume de trabalho” evidenciado nos Centros Novas Oportunidades, tendo contribuído para “uma maior eficiência em termos de distribuição de trabalho (...) [pois de outra forma] (...) o sistema ficava insustentável”.

Nesse sentido, associa a pertinência da criação desta “figura” profissional, ao facto de permitir aos “potenciais candidatos” que se inscrevem no Centro, uma não “precipitação” face às decisões que pretendem tomar em relação ao seu percurso escolar, o que se evidencia através da sua afirmação: “para não provocar grande ansiedade e a pessoa não se estar a precipitar em termos do que quer, do que não quer, porque (...) pensa que chega [ao CNO] e sabe logo para onde é que vai, [existem] (...) 4 passos que têm de ser cumpridos.”

Por sua vez, para a Técnica 2, a pertinência da implementação da área de Diagnostico e Encaminhamento, derivou da falta de sucesso da metodologia anteriormente em vigor, uma vez que os candidatos “primeiro entravam todos para RVCC, porque era um Centro de RVCC e eram encaminhados todos para essa área e depois no inicio (...) ou no meio do Processo RVCC, percebia-se que essa não era a melhor área, ou porque (...) não tinham as competências, ou mesmo porque (...) queriam ir para outra coisa (...) e tinham que voltar tudo novamente atrás”. Nesse sentido, considera que a área de Diagnostico e Encaminhamento se assume actualmente como uma fase de acolhimento dos “adultos” sendo “o primeiro contacto que [estes] têm com o Centro”, atribuindo-lhe duas funções: “dar a conhecer todas as ofertas de qualificação que existem”, uma vez que as ofertas formativas “também aumentaram”; e “trabalhar muito com os candidatos em termos de comunicação, das expectativas e motivações que os traz e os projectos futuros e como é que ele pode fazer para se motivar”.

#### **Responsabilidades e competências das Técnicas de ADE**

Ao nível das responsabilidades e competências das Técnicas de ADE, a Técnica 1 resumiu numa frase o que considera ser a sua responsabilidade e competência máxima enquanto Técnica de ADE: “poder ajudar a organizar e gerir [quem se inscreve nos Centros através da exploração da oferta mais adequadas ao seu perfil]”.

Por sua vez, a Técnica 2, considera como sua responsabilidade (...) perceber (...) onde é que o adulto se posiciona, mediante o seu contexto de vida”, sendo para tal necessário identificar (...) as competências adquiridas (...) que funções é que eles tiveram, como é que se adaptaram a novos contextos, por exemplo, se fizeram formação (...) se faz actividades especiais, se trabalham em

associações (...) [saber] o que é que o move, as suas expectativas, as suas motivações, projectos futuros também (...) e no final, propor quais as melhores ofertas para ele seguir”.

Nos casos em que se verifica um encaminhamento efectivo para Processo RVCC, a Técnica afirmou ser sua responsabilidade, dar “a conhecer [ao “adulto”] o seguimento, o que é que (...) vai fazer depois (...) e acabar por trabalhar com [ele] mais essas competências do estar e do que é vai ter que demonstrar depois”. Nas situações em que se verifica que o Processo RVCC não corresponde à oferta formativa mais adequada ao perfil do “adulto”, é ainda da responsabilidade da técnica a procura de instituição onde o candidato possa frequentar a oferta formativa mais apropriada ao seu caso específico.

Em suma, considera que ao nível das responsabilidades da actividade profissional, o seu trabalho passa fundamentalmente pela orientação dos “adultos”, pela identificação do “tipo de competências [a] explorar para saber se tem perfil para RVCC” e igualmente pela procura de ofertas educativas adequadas ao seu perfil, considerando que “as áreas das Ciências da Educação e da Psicologia, se articulam bem” no que se refere ao trabalho subjacente à área de Diagnostico e Acolhimento,

Ao nível das competências a mobilizar enquanto Técnica de ADE, referiu que sendo o seu trabalho “muito á base da comunicação (...) seja com invisuais, seja com [candidatos normovisuais] (...) pretende-se que a Técnica de Diagnóstico seja comunicativa”.

### **Organização e metodologia das Sessões de ADE**

Relativamente à organização e metodologia das Sessões de ADE, ambas as Técnicas esclareceram as fases inerentes aos processos de Acolhimento, Diagnostico e Encaminhamento.

Assim, a **1ª fase de ADE**, consiste numa Sessão se Grande Grupo, realizada mensalmente, quer em horário diurno, quer em horário pós-laboral, tendo uma duração aproximada de “hora e meia”.

Ambas as Técnicas referiram que a sua pertinência está associada quer à apresentação de “todas as ofertas de qualificação para adultos e para jovens, [nomeadamente, o Processo] RVCC, cursos EFA, Ensino recorrente, CNED [ensino a distância], D.L. 357/2007 [e ainda, apenas] para jovens (...) [nomeadamente] cursos profissionais, cursos de Aprendizagem, Educação e Formação, (...) uma perspectiva de futuro, como os Maiores de 23 [e] os cursos de especialização tecnológica (...) exactamente para que a pessoa perceba as diferenças” entre as diversas ofertas formativas. Pretende-se ainda com esta sessão, através da criação de uma “dinâmica”, conhecer o percurso de vida dos “adultos” identificar as ofertas de qualificação em que maioritariamente se posicionam.

Ambas as Técnicas referiram que a Sessão de Grande Grupo termina com a entrega de documentação aos “adultos”, da qual se destaca um questionário “de onze páginas (...) que [inclui] também duas questões” (T1), para “se posicionarem numa das ofertas para a qual está de acordo com o seu contexto de vida [e] (...) descreve[ndo] 2 ou 3 experiências” (T2), “instrumento” que auxilia as técnicas a traçarem o perfil do adulto.

Correspondendo à **2ª fase do ADE**, uma semana após a Sessão de Grande Grupo, tem lugar a Sessão de Pequeno Grupo.

Ambas as Técnicas referiram que os seus objectivos consistem no esclarecimento de dúvidas dos “adultos” face à sessão anterior e numa apresentação “mais aprofundada” do Processo RVCC. Como refere a Técnica 2, o Processo “é muito complexo, é muito diferente do modelo escolar e (...) os adultos normalmente não o percebem logo desde início. Conseguem perceber que é um processo onde têm que demonstrar competências que são adquiridas ao longo da vida, só que não conseguem perceber logo, principalmente a parte do Referencial, ou seja, quais são os temas que [têm] de falar (...). Portanto, o objectivo também não é decodificar o Referencial, porque isso depois, fazem as Profissionais [de RVCC], é mais dar um ou outro exemplo” (T2). Na Sessão de Pequeno Grupo são ainda abordadas as ofertas formativas em que os “adultos se posicionam mais”.

Por outro lado, tal como refere a Técnica 1, a Sessão de Pequeno Grupo actua como “mais uma forma de partir pedra entre aspas”, sendo reforçada a apresentação do Processo RVCC igualmente com o intuito de perceber “se faz sentido ou não [os adultos] irem para aquele processo, se faz sentido ou não falarem do seu processo de vida, se faz sentido ou não estarem tão “desacompanhados” quando já não estudam há tanto tempo, talvez melhor seria um EFA ou um EFA de Dupla Certificação, em que poderia melhorar portanto, do ponto de vista escolar, como profissional, portanto (...) é tudo assim equacionado para eles irem pensando e se irem mentalizando para o processo pedagógico e porventura profissional.”

A **3ª fase de ADE**, corresponde à realização da 1ª entrevista individual, que tem por objectivo a clarificação de informação e a (possível) identificação e exploração das vias formativas mais adequadas ao perfil do “adulto”.

Como referem ambas as Técnicas, após a análise da documentação entregue aos candidatos na 1ª Sessão (Grande Grupo), é possível conhecer o “percurso de vida” do “adulto” e as ofertas formativas com as quais se identificam mais”, servindo a 1ª entrevista individual para “clarifica[r] esses assuntos [e] puxa[r] também por outros” (T2).

Para a Técnica de ADE 1, o objectivo da 1ª entrevista individual consiste em tentar “perceber o que é que [os “adultos”] querem ou não para (...) começar a procurar ofertas, ou dizer ofertas que já estejam em aberto”. Referiu ainda que nas situações em que os adultos “já têm tipificado aquilo que pretendem”, os motiva a deslocarem-se “às instituições onde estão disponíveis essas ofertas, ou para se poderem ir inscrever, ou para perceberem se o horário dá para eles, se gostam da instituição, se têm fáceis acessos em termos de autocarro, em termos de estacionamento, em termos se a zona é uma “zona vermelha” entre aspas, se é uma zona que tem muitos assaltos ou não tem, se é mais perto do trabalho, porque eles querem, se é mais perto de casa, porque eles querem, portanto todo o tipo de pormenores e detalhes que à partida não parecem importantes, mas depois fazem a diferença”.

Por sua vez, a Técnica de ADE 2 referiu que a 1ª entrevista individual “é uma entrevista que se trabalha também muito (...) as expectativas, as motivações que o candidato traz, (...) o porquê de só agora estar a retomar os estudos, porque é que não retomou antes, se quer seguir para o ensino



superior (...) as suas competências, ao nível pessoal, das línguas estrangeiras, competências tecnológicas, todas aquelas que são mais precisas também no processo no processo RVCC. (...) é mais de tirar dúvidas e saber como é que eles interpretam o tipo de aprendizagens (...) para ver as aprendizagens que retiraram (...) e que aprendizagens mobilizaram para o seu contexto de trabalho. E depois, o também fundamental dessas questões, é que se pretende ver também a disponibilidade (...) portanto, se uma pessoa trabalha (...) não tem completamente disponibilidade para fazer um percurso num regime presencial (...) se um candidato chega aqui desempregado e numa situação bastante difícil e nós temos um curso EFA com bolsa, claro que nós não vamos andar a trabalhar as competências que ele adquiriu ao longo da vida, portanto, se a outra oferta é mais indicada (...) ou mesmo se ele escolhe outro tipo de oferta (...) temos de verificar outros [percursos formativos]. (...) principalmente quando eles escolhem o Processo RVCC, temos que trabalhar muito essas áreas. Se eles não escolhem, trabalhamos também à mesma, mas não tanto, portanto, é diferente”

Após a análise dos dados recolhidos nas fases anteriores, a **4ª fase do ADE**, consiste na realização da 2ª entrevista Individual, podendo ocorrer diferentes cenários, com algumas variantes: ou o encaminhamento efectivo, ou a legitimação da proposta de encaminhamento. Em ambos os casos são identificadas pelas técnicas, as vantagens e desvantagens da oferta formativa em causa, processo que tal como referiu a Técnica 1, “é muito importante para os adultos que estão um pouco congelados e não se apercebem à partida das vantagens e desvantagens que vão ter”.

O primeiro cenário ocorre quando é comunicada ao candidato a proposta de encaminhamento e é obtida a concordância por parte do mesmo. Em certos casos o encaminhamento é efectivo, porém a oferta formativa não tem início imediato, sendo necessário, tal como refere a Técnica 1, o envio (via e-mail ou carta) / entrega por parte dos “adultos”, do documento que formaliza o encaminhamento, mais concretamente, a ficha de inscrição na entidade educativa /formativa na qual se vai inserir.

No que se refere ao encaminhamento efectivo de “adultos” cegos para oferta exterior ao CNO do CNED, mais concretamente para Ensino Recorrente, tal como refere a Técnica 1, é necessário um trabalho “prévio” mais aprofundado, no sentido de apurar quais “as escolas de referência (...) ver o que é o ensino adaptado (...) no sentido também em termos de instalações, se são amigáveis para eles e nesse sentido, (...) enviar se as pessoas quiserem, à espera de turma”.

O segundo cenário pode ocorrer em função de duas variantes: quando é comunicada a proposta de encaminhamento e não é obtida a concordância imediata por parte do “adulto”, por dúvidas referentes à possibilidade de aceitar e frequentar a oferta, ou, quando é comunicada a proposta de encaminhamento e se verifica uma total discordância por parte do “adulto” face à mesma.

Relativamente a esta última variante, as Técnicas evidenciaram uma opinião diferente, quando o “adulto” pretende seguir para a oferta formativa Processo RVCC, ainda que o seu perfil não corresponda a essa via.

Enquanto a Técnica 2 referiu que “se ele [“adulto”] decide seguir para RVCC, a palavra do candidato prevalece (...) o adulto tem sempre a decisão final (...), portanto nós não podemos “cortar as pernas”, agora, nós tentamos é dar a nossa opinião e dizer realmente qual é a [oferta] mais adequada”,

a Técnica 1 mencionou que “neste momento, já não é o adulto que decide o encaminhamento e isto é um passo muito importante [aplicado a todas as ofertas formativas], porque antigamente a pessoa podia não ter perfil absolutamente nenhum [para a oferta formativa Processo RVCC (...)] e tinha que ser e neste momento não, nós só temos que dizer assim “não vou encaminhá-lo para RVCC porque isto não é o correcto para si, você vai andar a perder tempo, a mim, aos técnicos, a si, você vai desistir e vai ser depois um candidato infeliz, frustrado e depois diz que afinal não queria e que não lhe explicaram bem”. A divergência de opinião, pode ser explicada, pelo facto de à data da entrevista, a ANQ estar a implementar uma nova metodologia relativa à fase de encaminhamento, que retira ao candidato o poder de escolha face ao ingresso no Processo RVCC ou em outras ofertas formativas, quando não evidencia perfil para as mesmas.

A **5ª fase do ADE**, corresponde à realização de 3ª entrevista individual. Esta fase ocorre em situações em que a proposta de encaminhamento não foi legitimada na sessão anterior (2ª entrevista individual), devido ao facto do candidato necessitar de tempo para pensar na possibilidade de aceitar ou não a oferta formativa indicada, ou ainda, em situações em que o encaminhamento já foi legitimado, mas a oferta formativa ainda não teve início, “uma vez que a pessoa pode começar a ficar baralhada e as coisas não correrem tão bem como à partida em termos de modelo correriam.” (T1).

### **Estratégias das Técnicas de ADE**

No que se refere às estratégias utilizadas na actividade profissional de ADE, nomeadamente ao nível da organização, foram identificadas estratégias referentes à: selecção de horários de sessões (“pergunto se quer [sessão de acolhimento] de manhã, se quer de noite” – T2); entrega de documentação por parte dos candidatos (“Se não trazem [a documentação] na 2ª sessão, damos o e-mail para que eles possam enviar até à entrevista” – T2); e ainda, organização das Sessões de Pequeno Grupo em função das ofertas formativas em que os “adultos” mais se posicionam (“para não estar a fazer uma entrevista de grupo (...) a [aguardar o] acumular [de] um número suficiente de candidatos, 15 ou 20, para fazer só uma entrevista de grupo, em termos operacionais, achei por bem fazer a situação em termos de acolhimento genérico, pergunto quantos deles é que pretendem ir para isto ou para aquilo, dou uma luz em termos genéricos do que é que se trata cada coisa e falo de todas as ofertas e depois caso a caso, explico melhor e dou mais material, que é para não estar a dar tanto material, para a pessoa depois não se perder e perder a percepção do que é essencial e também para poder reflectir, para sentir a falta de algo para perguntar e assim, se poder começar a questionar, para ser mais curioso” – T1).

Relativamente às estratégias, ao nível das Actividades realizadas nas sessões de ADE (1ª e 2ª fase), foram identificadas pela Técnica 2, estratégias que promovem: a dinâmica de grupo através da análise de temas da actualidade (“principalmente (...) ao nível dos jovens, falo a partir mais ou menos dos 25 anos”); a compreensão dos candidatos face à diversidade de ofertas formativas (“se por exemplo um dos candidatos ainda não percebeu bem a diferença entre duas ofertas, eu às vezes (...) faço um

quadro, faço o esquema (...) outras vezes faço esquemas com umas setas”); uma identificação mais eficaz do perfil do “adulto” (“essa actividade [introdução de duas questões de resposta aberta no questionário] colocámo-la também porque é bom por exemplo, se escolherem o Processo RVCC, vemos também o nível da escrita, que tipos de competências é que têm, e quais consideram mais significativas. (...) Em vez de estarmos a preencher na sessão os documentos, o objectivo é que eles tragam para a 2ª sessão e também se tire dúvidas relativamente ao preenchimento dos documentos, para além do currículo e dos documentos também mais formais”).

Igualmente ao nível da metodologia, foram referidas por ambas as técnicas, algumas estratégias que colocam em prática. Por um lado, a Técnica 1 destaca que nas suas sessões, através da explicitação repetida de informação e do questionamento dos adultos, “despert[a] a motivação em todos”, estratégia perceptível através da sua afirmação: “se tiverem alguma questão, coloquem-na e se tiverem alguma situação que não estiverem a perceber bem, perguntem de novo”, estas paragens que eu vou fazendo ao longo da sessão, em termos de acolhimento, dá às pessoas que estão a trabalhar o dia todo ou não, se sintam mais importantes, se sintam queridas e façam com que se sintam desejadas e que sintam que alguém está ali a preocupar-se com elas e isso, nem o melhor Power Point do mundo consegue fazer”.

Por outro lado, a Técnica 2 destaca duas estratégias ao nível da metodologia: a primeira relacionada com a marcação de 1ª entrevista individual do “adulto”, considerando essencial que na Sessão de Pequeno Grupo seja agendada “uma data de uma próxima [sessão, correspondente à 1ª entrevista individual], porque senão as pessoas desmotivam completamente, por isso é muito importante que eles tenham logo a data [da] 3ª sessão”; a segunda, relacionada com a forma como “entrevista” os “adultos” a fim de obter informações pertinentes que tracem um perfil adequado, afirmando que coloca “algumas questões e depois há alturas em que (...) não colocamos propriamente a questão, vamos antes falando com o candidato e vai surgindo e depois (...) colocamos outras perguntas.”

Foi ainda apurada uma estratégia de ADE, relativamente aos “adultos” que já frequentaram o CNO do CNED para obtenção de certificação de nível Básico e que recorrem novamente à oferta formativa Processo RVCC, para obtenção de certificação de nível Secundário. Nesses casos, tal como afirma a Técnica 2, o primeiro passo do ADE passa necessariamente por questionar ao “adulto”, “que tipo de dificuldades sentiu no [Processo RVCC] Básico, como é que vamos seguir agora para o Secundário (...) o que é que aconteceu, portanto, que dificuldades é que houve”.

### **Requisitos de Entrada para Processo RVCC**

Correspondendo a última fase do ADE, ao encaminhamento dos “adultos” para a oferta formativa mais adequada ao seu perfil, o encaminhamento pode ser efectuado quer para Processo RVCC, administrado no CNO do CNED, quer para ofertas formativas exteriores ao Centro. Assim, foram

abordadas primeiramente com as Técnicas de ADE, informações referentes ao Encaminhamento para Processo RVCC e posteriormente, ao encaminhamento para outras ofertas formativas.

Como refere a Técnica 2, são necessários outros requisitos para além de o (possível) candidato “ter 18 anos [para o Processo RVCC Básico e Secundário e] para o Secundário, (...) ter no mínimo 3 anos de experiência profissional, que também deveriam ter para o Básico”, para que se considere que o “adulto” tem perfil adequado para a oferta formativa Processo RVCC. Segundo a Técnica 2, o primeiro e principal requisito, consiste na “experiência de vida (...) ter uma diversidade de vida claro (...) porque no fundo, [o que se] vai trabalhar é a experiência de vida”. Um segundo requisito está relacionado quer com a experiência de vida, quer ainda com a capacidade crítica e reflexiva do “adulto”, considerando a Técnica 2 ser muito importante “ter também uma boa parte crítica (...) [porque] quando não têm muita experiência profissional, há jovens que mesmo assim conseguem fazer o processo RVCC (...) porque o Processo RVCC, (...) tem 4 contextos para (...) validar [domínios de referência]. Se tu adquiriste a competência no contexto pessoal, falas mais no contexto pessoal, se no profissional, falas mais desse... portanto (...) se ele não teve tanta experiência profissional, não pode optar tanto por essa, não pode demonstrar uma competência que não adquiriu nesse contexto e então se ele tiver uma boa capacidade de reflexão consegue trabalhar ao nível do contexto institucional e do contexto macroestrutural e acontece isso um bocado com as pessoas que têm pouca experiência profissional”. Um terceiro requisito e igualmente “muito importante”, corresponde aos “hábitos de leitura” e aos “hábitos de escrita”, uma vez que como refere a Técnica 2, “é muito complicado fazer o Processo RVCC [sem ter estes hábitos], porque ele é à base da escrita.”

### **Transmissão de informação entre a Equipa Técnico-pedagógica e Técnicas de ADE**

Nas situações em que se verifica um encaminhamento para o Processo RVCC administrado no CNO do CNED, existe a necessidade quer de transmitir informação aos restantes elementos da Equipa Técnico-pedagógica (Profissionais e Formadores), bem como, a necessidade de trabalhar em equipa.

No que se refere à transmissão de informação à Equipa por parte das Técnicas de ADE, foi possível apurar que ela ocorre por duas vias: a via formal e a via informal. A transmissão de informação à equipa pela via formal, ocorre sobre a forma de documento, o PPQ [Plano Pessoal de Qualificação], onde consta o parecer final da Técnica de ADE, face ao “adulto”, tendo acesso a este registo todos os elementos da Equipa Técnico-pedagógica. A transmissão de informação à equipa pela via informal ocorre, quando o “adulto” é inserido numa turma e as Técnicas transmitem às Profissionais de RVCC o seu parecer, situação que se manifesta essencialmente, quando os candidatos “têm muito potencial para RVCC e dizemos “ah, este candidato isto, isto e isto, está extremamente motivado, é muito bom, aquelas coisas”, como também, quando não tem tanto potencial “ah, temos que ver, se ele não conseguir RVCC se tem disponibilidade para fazer outro percurso”.

Por sua vez, no que se refere à transmissão de informação pelas Técnicas de ADE aos restantes elementos da Equipa Técnico-pedagógica, ambas as Profissionais de RVCC referiram a existência de transmissão pela via documento PPQ, onde consta o parecer das Técnicas de ADE sobre os candidatos,

ressalvando a Profissional de RVC 5 que caso as Técnicas de ADE pretendam dar informação adicional, utilizam a base interna.

No que se refere a transmissão de informação pela via da comunicação, a Profissional de RVC 5 referiu existir por vezes “realmente” uma necessidade de troca de informações directas entre todas as profissionais, dando como exemplos, os casos de situações mais complicadas com os candidatos, seja de desmotivação, agressividade, ou ainda falta de perfil para processo RVCC. Por fim, a Profissional 4 identificou uma sugestão, considerando ser pertinente e existir actualmente necessidade, de que as Técnicas de ADE transmitam informação às profissionais sobre os certificados que os candidatos possuem, de modo a permitir “que se comece logo a fazer a triagem” das competências que já não são necessárias de fazer.

### **Importância do trabalho de equipa**

Relativamente à importância do trabalho de Equipa, a Técnica 1 mencionou ser “importante estar sempre [a trocar informações], até porque temos uma proximidade com as profissionais, pois estão na sala ao lado”. Afirmou ainda que “o trabalho de equipa aqui é e sempre foi fundamental (...) está em todo o lado”, atribuindo-lhe relevância fundamentalmente devido a dois factores: auxílio na percepção das constituições de turmas e datas de início das sessões (“nós temos de trabalhar em termos de trabalho de equipa, porque nos ajuda no encaminhamento, quando é para RVCC por exemplo, saber quando é que os grupos começam, porque temos de falar com as profissionais, seja do Básico, seja do Secundário, porque se soubermos quando é que começam [com uma turma nova], então sabemos também as [datas das] sessões”); e ainda, identificação das vias de encaminhamento mais adequadas para candidatos que já frequentaram anteriormente o Processo RVCC (“[uma vez que] (...) há pessoas que já fizeram aqui RVCC B2 [6º ano], mas que já não conseguem ir para B3 e quando nós [Técnicas de ADE] propomos o RVCC para o Básico, nos invisuais, como nos outros, para fazer o RVCC do Básico B3, as profissionais por vezes dizem-nos “olha, ele tem capacidades para fazer isto, mas não tem para fazer aquilo”); e ainda, em termos de reavaliação de oferta formativa para candidatos que já iniciaram o Processo RVCC ““porque nos ajuda a discernir e a perceber em termos dos candidatos, o que é que se pretende fazer [quando] (...) o candidato não está a rentabilizar aquilo que deveria [e quando ele] (...) pensava também que era uma boa opção, mas depois ouviu falar ou começou a pensar melhor [e] prefere apenas outro projecto de vida, porque os adultos por serem adultos, não significa que tenham uma maturidade à altura da idade que têm, seja lá isso o que for e pode haver aqueles reveses na vida que a pessoa não tinha até aí (...) e é legítimo”).

### **Responsabilidades e competências das Profissionais de RVCC**

No que se refere às responsabilidades e competências das Profissionais de RVC, considerando que o Processo RVCC “pode não promover emprego, mas promove auto-estima”, a Profissional de RVC 4

referiu que a sua responsabilidade e competência principal é dar a conhecer aos candidatos as suas competências, uma vez que na “maior parte das vezes [as] desconhecem”. Por sua vez, considerando que as Profissionais de RVC são uma “referência desde o início até ao fim” para os candidatos, refere que as suas principais responsabilidades são a “mediação” do Processo RVCC, “tentando fazer o acompanhamento e monitorização de uma forma sistemática”, que exige a constante transmissão de orientações aos candidatos, para que possam demonstrar as suas competências e ainda, a motivação dos candidatos, de modo a que sintam que se trata de mais um “degrau” que conseguiram “alcançar nos seus projectos pessoais ou profissionais”.

### **Responsabilidades e competências das Formadoras**

Por sua vez, no que se refere às responsabilidades e competências profissionais das Formadoras, a Formadora 3 concluiu que como responsabilidade máxima tem a exploração e o trabalho do Referencial de Competências Chave com os seus candidatos. Como competência profissional principal, a Formadora 3 referiu a capacidade de reconhecer que existem diversas “soluções” para a produção de um raciocínio lógico, o que não só destaca como sendo “interessante”, mas igualmente como factor gerador de troca e partilha de ideias entre os candidatos. Tais considerações vêm-se expressas na sua afirmação, que igualmente estabelece um paralelismo entre Ensino Regular / Processo RVCC e Actividade de Docente / Actividade de Formador: “Aqui dão uma margem muito maior às pessoas, é uma margem de trabalho muito diferente... um Professor obriga... ou por outro, não é o Professor que obriga, é o sistema de ensino que “obriga” a que tu “obrigues” os alunos a seguirem aquele programa e portanto, é-te imposto a ti e tu tens que lhes impor a eles... ou segues o programa, ou nada feito. Pronto, aqui não. Por exemplo, tu tens pontos do referencial em que o que é exigido é igual ao das escolas, mas eu aqui desde que eles cheguem ao resultado correcto, eu aceito, porque eles realmente conseguem calcular determinada coisa, agora na escola não pode ser assim. Eles têm que saber calcular, mas utilizar aquele método que está estipulado no programa. O que tem sentido, porque são miúdos pequenitos. Se tu disseses de outra maneira, eles não sabem fazer. Aqui, é a tal coisa, pode ser feito assim, porque as pessoas quer dizer, já passaram por muito e às vezes até vão por caminhos que a mim não me passava pela cabeça e acho até interessante isso. Pessoas mais velhas então, às vezes há aqui momentos muito giros, mesmo até com os colegas do grupo há discussões do género “então, mas como é que chegas por aí? E porquê?” e coisas assim, acaba por ser engraçado...”

### **Organização e metodologia das Sessões com Profissionais de RVC – NS**

No que se refere à organização e metodologia das sessões realizadas com as Profissionais de RVCC (Nível Secundário), foi possível apurar que a lógica sequencial adoptada se caracteriza pela realização de: Sessões de Concepção da Narrativa de Vida, passando a intervenção das profissionais pela identificação de pistas que promovam processos de reflexão nos candidatos; Sessões de Exploração do

Referencial de CC, que tal como descreve a Profissional de RVC 5 “não são nada mais, nada menos do que simplificar o Referencial, com exemplos”; e posteriormente, a realização de Sessões onde novamente se trabalham as narrativas de vida dos candidatos, sendo nelas introduzidas os pontos do Referencial que se pretendem ver abordados.

### **Organização e metodologia das Sessões com Formadores - NB**

No que diz respeito à organização e metodologia das sessões realizadas pelas Formadoras, a Formadora 3, identificou a seguinte lógica sequencial: primeiramente, ocorre a Descodificação do Referencial, sendo realizadas com os candidatos algumas actividades relacionadas com os pontos / temas deste “instrumento orientador”; seguidamente podem ocorrer duas situações em função das competências demonstradas pelos candidatos nas sessões de exploração: caso o desempenho do candidato seja favorável, o mesmo é encaminhado para Balanço de Competências, o que segundo a Formadora 3 corresponde a “uma actividade que toca cada um dos pontos do Referencial, [de modo a identificar] (...) se eles sabem mais de metade das coisas (...) não é preciso saber a totalidade, como é óbvio”; caso o desempenho dos candidatos não esteja ainda favorável, estes são encaminhados para Sessões de Formação Complementar (administradas pelos Formadores da respectiva área), tendo a Formadora 3 esclarecido que é trabalhado “aquele ponto até aquilo estar sabido (...) até os pontos estarem direitinhos”. Após a frequência nas Sessões de Formação Complementar necessárias (um máximo de 50 horas), caso o nível de desempenho do candidato tenha evoluído consideravelmente, este é encaminhado para a realização de Sessão de Balanço de Competências.

Como referiu a Formadora 3, “só no fim disso tudo, é que (...) estão prontos para ir [a Sessão de Júri] ”.

### **Diferenças de metodologia no Processo RVCC, face aos níveis de escolaridade**

No que se refere à distinção da metodologia adoptada na realização do Processo RVCC Básico e do Processo RVCC Secundário, a Profissional 5 esclareceu que enquanto no Processo RVCC Básico existe um “um conjunto de actividades que as pessoas têm que desenvolver e que depois [se] vão agregar e vão para o portefólio”, o mesmo não acontece no Processo RVCC Secundário, sendo antes solicitada a concepção de uma narrativa, que englobe a experiência de vida dos candidatos e por conseguinte as suas competências, estando tais considerações articuladas com os pontos / áreas do Referencial de CC.

### **Importância do estabelecimento de Parcerias**

No que se refere ao estabelecimento de parcerias e / ou acordos informais de cooperação, entre o CNO do CNED e outras entidades, no que se refere à actividade profissional de Técnica de ADE, a Técnica 1 ressaltou que estas se assumem como uma mais-valia / vantagem, ao permitirem a obtenção

de informação actualizada sobre as (ultimas) ofertas formativas que se encontram a decorrer, podendo as informações serem obtidas via telefone ou via e-mail.

Relativamente ao estabelecimento de parcerias entre o CNO e outros CNO's, pela via da realização de Encontros InterCNO's, a Técnica 1 considerou ainda que o CNO do CNED é "muito bom (...) nessas coisas", quer pelo facto de promover "várias acções de formação em encontros InterCNO's", quer ainda por ter adoptado uma nova metodologia, que estipula que os elementos da Equipa Técnico-pedagógica que presenciem os encontros, devem redigir um relatório, para que os profissionais que não estiveram presentes "possam ir beber desse conhecimento", medida que considera "bastante agradável". Defendendo que os encontros InterCNO's dão aos profissionais a "oportunidade de (...) percebe[rem] outras realidades, para além da realidade" dos seus Centros, permitindo-lhes conhecer "a metodologia que vai sendo alterada (...) actualizada e melhorada", a Técnica 1 concluiu, afirmando não tido até à data oportunidade de assistir a um encontro InterCNO sobre a "temática das pessoas com necessidades educativas especiais", onde inclui o publico invisual.



## EXEQUIBILIDADE E ADAPTAÇÃO DO PROCESSO RVCC AO PÚBLICO INVISUAL

### Realização de Sessões com Público Invisual

Relativamente à Realização de Sessões com público invisual, todas as profissionais já realizaram sessões com este público. Assim, T1 referiu ter realizado sessões de ADE com 5 “adultos” cegos e T2 com 3 “adultos”, dos quais dois, teve possibilidade de acompanhar desde a fase de acolhimento, à fase final de diagnóstico. Por sua vez, P4 referiu ter já realizado sessões com cerca de 10 candidatos, tendo actualmente candidatos cegos em processo RVCC, a “desenvolver competências com os Formadores”. P5 referiu ter realizado sessões com 3 candidatos cegos, tendo actualmente um candidato a “acabar o processo de RVCC e que também está com os Formadores”. Por fim, F3 referiu ter já trabalhado com candidatos cegos (sem referência ao numero de candidatos), recordando que quando iniciou actividade profissional no CNO do CNED, acompanhou um grupo composto exclusivamente por candidatos cegos e amblíopes, o “Grupo ACAPO”.

### 1º Contacto com Público Invisual

No que se refere à realização de sessões de ADE com público invisual, não tendo nenhuma das profissionais trabalhado com pessoas com incapacidade visual, anteriormente à sua entrada no CNO do CNED, todas retrataram as suas experiencias, recordando como se sentiram e as estratégias utilizaram.

*“Referiram-me que era invisual, ou era amblíope e a partir desse momento, eu fui tentando lidar o melhor que pude com a situação, não (...) posso dizer “ai foi um espectáculo”, não sei, fui-me tentando adaptar à situação não é, e como já vivi em termos de população, em situações muito distintas, com vários tipos de carências e de dificuldades, tentei colocar-me um pouco no lado da pessoa, se estivesse a falar com uma pessoa que não visse ou se eu não visse, como é que eu gostava que me estivessem a tratar a mim (...) uma pessoa nunca sabe se está a fazer efectivamente bem ou não, é uma situação em que a relação vai-se construindo [porque] há personalidades que são mais fáceis, há personalidades que são mais difíceis (...) [mas] isso foi o que eu tentei”. – T1*

*“(...) quando eu fui para a sessão [de Grande Grupo] não tinha nenhum apontamento de que estaria lá um candidato Invisual, portanto, fui para a sala, deparei-me lá com o candidato invisual (...) reparei [que era invisual] porque ele tinha os olhos fechados (...) e também tinha uma bengala. Portanto, eu entrei e falei logo muito rápido com ele e disse-lhe “Pronto, Sr. Carlos vamos então fazer esta sessão. Esta sessão já vou dizer a toda a gente para o que é que serve e quais são as ofertas que vamos apresentar. Também se tiver alguma questão, no final, nós também falamos melhor nisso”, também para que ele se apercebesse que já sabíamos mais ou menos que ele estava ali presente e que os outros candidatos não eram invisuais e o método ia ser diferente. (...) apresentei todas as ofertas, os candidatos tiraram algumas dúvidas (...) e depois no final perguntei-lhe, depois dos outros candidatos terem saído e*

*termos marcado a próxima sessão, perguntei-lhe se ele tinha ficado com dúvidas, se tinha entendido o que se tinha passado na sessão, se percebeu perfeitamente o que é que se passou, (...) ele percebeu tudo, acompanhou tudo, ficou com aquelas dúvidas que normalmente as pessoas ficam (...) e depois no final disse-lhe então que a próxima sessão seria novamente em grupo, portanto, este candidato foi acompanhado exactamente da mesma forma (...). não houve problema nenhum”. – T2*

*“foi a primeira vez que eu trabalhei com invisuais e disse-lhes a eles que isto para funcionar teria de tentar perceber quais as necessidades para eu contorná-las e eles foram dizendo, claro que depois houve um ou outro que se aproveitou e que solicitava para além das necessidades que eram percebíveis, mas por norma não tive queixas”. – P4*

*“eram 30 no grupo, e então eu esqueci-me (...) não me lembrei que tinha um candidato invisual e então disse “vai passar a folha, é para assinarem e devolvem” e ele [disse] “eu não posso assinar”, “então mas porque é que você não pode assinar?” e continuei a insistir porque nem sequer me apercebi, “ah, porque eu sou invisual”, “ah, então isso não é problema, mas qual é o problema”, lá fui e ele acabou por assinar na mesma”. – P5*

*“foi medo, principalmente. O início foi muito estranho. Principalmente a primeira sessão (...) não sei se eram cinco, se eram seis pessoas à minha frente, eu sabia que alguns deles viam muito mal e os outros nem sequer viam nada. É uma sessão em que estou ali com invisuais e (...) entrei em pânico, do género, “estou com esta gente toda” (...) [e comecei] a pensar “o que é que eu vou fazer” (...) “e agora vai ser a desgraça” (...) e eu nunca tinha trabalhado com uma pessoa assim [cega ou ambliope], foi um susto e pronto. Já não me lembro exactamente o que é que fiz ou não, mas eles dominam muito bem as coisas, em termos de teclado e as coisas todas, eles dominam muito bem mesmo. E trabalharam “muita” bem. Não é por acaso que mesmo em Júri, e é engraçado até recordar isso, mesmo em Júri, foi com eles todos, praticamente o grupo inteiro conseguiu ir a Júri na mesma altura, o que é uma coisa difícil.” – F3*

### **Nível de conhecimento do Processo RVCC, por parte dos Candidatos Cegos**

No que se refere ao nível do conhecimento do Processo RVCC, por parte dos candidatos invisuais, (após passarem pelas Técnicas de ADE e “chegarem” às Profissionais de RVCC e Formadoras,) quer as profissionais, quer os “candidatos” cegos certificados, teceram as suas considerações.

As profissionais P4, P5 e F3, referiram existir algum nível de conhecimento do Processo RVCC, ainda que ocorram por vezes excepções. A P5 concluiu, ressaltando a importância das funções das Técnicas de ADE, considerando que contribuem para que haja (um) maior conhecimento do Processo RVCC por parte dos candidatos.

Por sua vez, os candidatos C2 e C4 afirmaram ter tido uma percepção geral do Processo RVCC e do que este “exigia” enquanto oferta formativa. No caso de C2, o candidato referiu que o conhecimento

que detinha sobre o Processo RVCC adveio das informações transmitidas pelas Técnicas de ADE, enquanto no caso de C4, as informações foram transmitidas por colegas seus, que à data se encontravam a realizar o Processo.

*“(...) as pessoas quando entram numa oferta educativa seja ela qual for, têm as suas próprias concepções, as suas próprias representações sobre o que aquilo é e depois, com a prática é que tu consegues aferir se é mesmo aquilo ou se é outra coisa qualquer, eu acho que isso acontece um bocadinho a todas as pessoas. Acho que o Processo RVCC é um bocadinho mais complexo, criam-se alguns estereótipos e preconceitos nacionais à volta do Processo (...) e muitas das vezes, eles consideram que o Processo depois é muito mais difícil do que aquilo que eles eventualmente pensavam e depois no final, já acham que era mais fácil do que aquilo que pensavam no início das sessões de exploração do referencial e muitos deles ainda vêm com aquela ideia da “audição selectiva”, que é “o processo à medida que eu o vou fazendo, vou desenvolvendo em casa [as “actividades”], eles só ouvem essa parte, o restante eu acho que eles acabam por fazer um “delete”. – P4*

*“eu acho é que antes de nós termos as Técnicas de Diagnóstico, eles vinham muito mais “crus” do que vêm agora, o diagnóstico tem muito essa função de explicar, eu acho que eles vêm com mais conhecimento do que é o Processo RVCC (...) [mas daí] à realidade, vai uma diferença, mas também se vão desconstruindo alguns preconceitos, alguns estereótipos que eles têm, à medida que vamos fazendo as sessões com eles” – P5*

*“Têm uma ideia, é. (...) Há pessoas que chegam a nós com uma ideia muito clara do que é que vai ser o processo até ao fim e há aqueles que chegam até nós e que vêm a zero, não sabem absolutamente nada do que é que se vai passar (...) depende mesmo muito deles, das competências deles (...). (...) eu acho que a informação é passada, agora não é por serem invisuais ou não, que se nota isso, depende muito dos candidatos. Isso nota-se tanto neles, como nos outros.” – F3*

*“[Percebi logo mais ou menos o que era pretendido no Processo RVCC, porque (...) as Catarina por acaso explicaram-me bem (...).” – C2*

*“[De início] Tive mais ou menos [ideia do que é que consistia o Processo RVCC], por causa dos outros colegas que estavam lá e nos deram pistas, foi logo mais fácil.” - C4*

### **Relação entre pares**

No que se refere à relação entre pares, estabelecida entre candidatos invisuais e normovisuais, as profissionais P4 e P5 sublinharam verificar claramente um comportamento mais sereno, preocupado e respeitoso por parte dos candidatos normovisuais, quando têm um candidato cego na sua turma.

Porem, F3 referiu que muitas vezes os candidatos normovisuais não estão familiarizados com este público, o que se revela por nem sempre saberem como (o) auxiliar.

Do ponto de vista dos candidatos, quer C3, quer C4 se pronunciaram, tecendo considerações positivas. C3 avaliou de forma bastante positiva a relação estabelecida com os seus pares, recordando que o seu grupo era quase exclusivamente composto por candidatos cegos, à excepção de dois elementos, destacando o apoio e a compreensão por parte de todos os seus colegas. Por sua vez, C4 elogiou a relação estabelecida entre os seus pares, referindo não ter havido qualquer problema.

*“há uma preocupação por parte dos outros candidatos, acho eu, em se precisa alguma coisa (...) [ficam] mais calados, exactamente. É um respeito muito grande, porque a pessoa [invisual] (...) está a servir-se da audição (...) [as intervenções dos candidatos normovisuais] são mais organizadas” – P4*

*“Eu acho é que há uma preocupação por parte do grupo [com os candidatos invisuais (...)]. Ficam mais suaves, ficam mais sossegados... É o respeito (...) isso eu também noto, há um respeito muito maior, tipo as intervenções são mais [calmas]. Acho que tem a ver com o respeito, porque percebem que a pessoa não tem a capacidade visual, não é, e têm que estar mais atentos. São muitos, se falarem todos uns por cima dos outros não se ouvem e assim acabam por estar ali um bocado mais pacatos, é por aí.” – P5*

*“Às vezes até ajudam, o problema é que se calhar não ajudam da melhor maneira, se calhar querem ajudar, mas pronto, as pessoas também não estão habituadas não é? E depois as pessoas com 40 anos não estão habituadas a um invisual e agora têm um invisual ao lado, [querem ajudar, mas não sabem como]” – F3*

*“Eu tive o prazer aqui no CNO de estar integrada num grupo todo ele com deficiência visual, onde haviam dois colegas que não tinham a deficiência mas que se adaptaram muito bem porquê, porque eram pessoas com alguma idade também, era a partir dos quarenta, também tive colegas da minha idade e ate mais novos, ate tínhamos uma colega (...) com dezanove anos, que via bem, não via na totalidade, mas era quase, mas de resto, fizemos um grupinho muito bom, foi excelente. [Foi um] Grande grupo e andámos muito bem, ajudámo-nos uns aos outros, foi muito bom e pronto, havia uma compreensão entre os colegas, porque eram pessoas adultas, eram pessoas maduras, como digo, a mais pequenina (...) também adaptou-se muito bem, foi muito bom.” – C3*

*“E mesmo dos colegas, pelos colegas que eu tinha, também acho que nunca havia nenhum problema a levantar.” – C4*

## Opinião sobre a realização de Sessões com Público Invisual

Relativamente à opinião sobre a realização de sessões de ADE com este público invisual, T1 afirmou que desenvolve a sua actividade com este público específico, com base numa lógica de inclusão e não de exclusão. Concluiu, referindo que existem situações em que os candidatos cegos “açambarcam” tempo de sessão para expor o seu caso, o que na opinião da Técnica sucede porque têm “uma grande ansiedade” em ver a sua situação resolvida e “sentem-se sem voz”. No que se refere a P4, a profissional referiu não sentir qualquer tipo de diferença entre candidatos normovisuais e invisuais, ressaltando que desde que lhe sejam providenciados os materiais e recursos necessários para trabalhar com público invisual, não perspectiva nenhum tipo de dificuldade. Por sua vez, ressaltando que até à data não realizou sessões com muitos candidatos cegos, P5 afirmou não ter encontrado “grandes limitações” no que se refere a este público. Por fim, recordando que em tempos o CNO já trabalhou com bastantes candidatos cegos, porém actualmente, tal já não acontece, F3 afirmou que o trabalho realizado com este público, não é “muito diferente” do realizado com outros candidatos, sendo as diferenças mínimas, ainda que tenha confessado existir uma certa tendência para os apoiar mais, face aos candidatos normovisuais.

*“eu tento sempre de tratá-los no sentido da inclusão, não da exclusão. Nesse sentido, o que me parece e é a política que tem vindo a ser adoptada em termos de Pedagogia, cada vez mais é um processo inclusivo. E eles não gostam de ser tratados como coitadinhos, porque temos aqui duas vertentes, ou se viram contra nós, ou então aproveitam-se disso e das duas maneiras não é passível, podem é tentar açambarcar o tempo em sessão para falar acerca do seu caso, uma vez que têm uma grande ansiedade de ver o seu caso resolvido e sentem-se sem voz.” – T1*

*“para (...) resumir (...) é-me perfeitamente igual, não sinto qualquer tipo de diferença, a não ser que um candidato que consiga ver e consiga escrever a narrativa dele, de repente leva-a e o invisual provavelmente mando-lhe um email, mas de resto... Eu quanto a mim acho que se (...) tivesse um grupo inteiro de invisuais, desde que eu tenha os materiais disponíveis, acho que é perfeitamente igual, os materiais disponíveis, ou seja, são computadores equipados sempre a funcionar, com o JAWS instalado, o JAWS ou um programa qualquer que eles também em casa tenham disponível. (...) Portanto, se eu tiver isso a funcionar, eu não consigo perspectivar neste momento, a diferença entre ter um grupo misto, um grupo de invisuais. O nosso apoio é um apoio que é individual, é individual e as eventuais pistas e eventuais actividades que nós possamos inventar, a nossa criatividade é independente se ele [o candidato] é invisual, se não é.” – P4*

*“(...) não encontrei assim grandes limitações, mas também foram poucos [os] candidatos [cegos que fizeram Processo RVCC comigo].” – P5*

*“Houve aí uma altura em que havia montes de invisuais aí em Processo e agora não há. (...) É assim, não é muito diferente do que aquilo que se faz com os outros. É [as diferenças são mínimas], é. Eu acho que sim. Portanto, as coisas são muito semelhantes. (...) a descodificação do Referencial, acaba por ser a mesma (...) faço exactamente a mesma coisa. Portanto, a descodificação, até é semelhante. (...) Não, não [não se pode dizer que é um processo completamente diferente]. Eu acho que as coisas até têm corrido bem. Eu acho que com os invisuais as coisas correm bem, mesmo quando é com os amblíopes que estão integrados [em grupos], acho que nunca houve algum problema, acho que as coisas funcionam, nunca houve grandes chatices. (...) [Mas] acho que há tendência a dar mais apoio ao candidato invisual], mas também depende muito do feitio deles, porque há aqueles também que por serem invisuais, não querem muito mais apoio, porque é aquela questão de que “eu não sou deficiente, eu sei fazer e não aleijado para os outros fazerem tudo por mim”, também há este género de pessoas. É muito relativo, depende mesmo muito da pessoa.” – F3*

### **Opinião e experiências vividas com Candidatos Cegos**

Relativamente à opinião e experiências vividas com público invisual, referindo não possuir qualquer preconceito face a este público específico, considerando-o “normal”, T1 enumerou algumas das características que considera descreverem estes candidatos. Assim, referiu que face aos candidatos normovisuais, os candidatos cegos são “mais interventivos”, “mais exigentes” e “mais rígidos em termos de ouvir”. Por sua vez, T2 mencionou que à semelhança dos candidatos invisuais, todas as pessoas possuem uma especificidade, considerando portanto que os processos de adaptação são necessários face a qualquer pessoa, sendo na prática apreendidas as adaptações necessárias. Considerando que a equipa Técnico-pedagógica foi “sempre muito bem” recebida pelos candidatos cegos, referiu apenas uma situação em que acompanhou um candidato “simpático”, mas “muito desconfiado e teimoso”, referindo ter sido o único que manifestou tais características. Concluiu, afirmando que no seu caso, o acompanhamento de candidatos se revelou uma “boa” experiência, ao exigir a mobilização de competências, das quais destaca as competências de relação e as competências de comunicação. No que se refere a P4, a profissional afirmou ter subestimado inicialmente as competências e capacidades do público invisual, por “ignorância” [desconhecimento este publico específico]. Porém, actualmente considera que a única dificuldade que possuem, passa por não poderem escrever, destacando que o público invisual é “permissível” no que se refere à identificação e explicação das suas necessidades. Relativamente á motivação, considera não existirem diferenças face ao público normovisual. Por sua vez, P5 afirmou que não considera o público invisual diferente do público normovisual, o que refere reflectir-se no tratamento idêntico de todos os seus candidatos, independentemente da sua condição. Por fim, destacando o facto dos candidatos invisuais terem um “reconhecimento das coisas” e da realidade “muito diferente”, o que lhes permite conhecer e apreender a realidade à sua volta, F3 referiu ainda que em termos de motivação dos candidatos, não é possível generalizar, uma vez que as dificuldades ao longo do Processo RVCC estão associadas não à sua condição, mas a outros motivos.

*“uma das características que sinto aqui em termos dos candidatos que não são visuais, quando vêm, são bastante participativos e não se coíbem de dizer aquilo que não gostam, já passaram a fase da vergonha, já passaram a fase da passividade, sentem a justiça, vão directos ao assunto, querem saber. (...) são candidatos que estão muito dentro do meio (...) porque já passaram por várias experiências falhadas, (...) são pessoas que para lhes tapar o sol com a peneira, já lhes disseram muita coisa e há já muita coisa que não vende, (...) [portanto] já aprenderam muito bem “os ossos do ofício”. – T1*

*“os invisuais (...) têm uma especificidade, mas as outras pessoas também têm (...) portanto é adaptarmo-nos a todos [sendo que] quando estás na prática é que depois percebes, porque eles próprios te sabem transmitir, eles próprios nos ensinam. (...) Por acaso, eu sinto que eles sempre nos receberam muito bem, a não ser aquele candidato do Básico, que no fundo também era simpático, mas (...) era mesmo muito desconfiado e muito teimoso e desde o início ao final, quis o Processo RVCC por mais que lhe fizesse questões umas mais difíceis que as outras (...) para ver se ele conseguia. (...) Acompanhar os invisuais, para mim foi uma experiência boa porque (...) teve de se mobilizar outro tipo de competências (...) temos que ter mais paciência. – T2*

*“Eu sou sincera, eu subestimava no início as competências, ou as capacidades, por mera ignorância, mas só mesmo por ignorância. (...) eu acho que todos eles são permissíveis a [explicar as suas necessidades] (...) [e ao nível da motivação dos candidatos] se for comparativo aos restantes, acho que é idêntico. Em relação aos candidatos que nós temos, a única dificuldade deles é conseguirem agarrar numa caneta e escreverem logo.” – P4*

*(...) eu nunca parti do pressuposto que eles [os candidatos invisuais] eram diferentes, ou seja o tratamento foi exactamente o mesmo. Não têm nenhuma diferença, pelo menos comigo não tiveram nenhuma diferença (...) [é] tudo normal.” – P5*

*“É verdade que eles têm um reconhecimento das coisas muito diferente, mesmo. (...) Tu conheces um invisual e vês que ao fim de muito pouco tempo, se calhar ele conhece-te muito melhor do que aquilo que tu imaginas. [Ao nível da motivação] (...) não se pode dizer “ah, são todos iguais”, não. – F3*

### **Dificuldades sentidas no contacto com Candidatos Cegos**

Relativamente às dificuldades sentidas no contacto com candidatos cegos no decorrer do Processo RVCC, apenas T1, T2 e P5 identificaram dificuldades. No que se refere a T1, a profissional referiu-se somente a uma situação, recordando que a transmissão de proposta de encaminhamento a dois candidatos cegos, não foi total e imediatamente aceite, tendo a sessão de encaminhamento

realizada, exigido “mais de si”. Por sua vez, T2 identificou apenas duas dificuldades sentidas. A primeira, referente ao preenchimento de documentos (sendo que no caso dos candidatos cegos é necessário que assinem com recurso a uma régua, ou à sua impressão digital após utilizarem um carimbo), confessando que tal dificuldade foi superada com a ajuda dos próprios candidatos, tendo sido estes a indicar como procediam nessas situações. A segunda, referente à “teimosia” dos candidatos quando pretendem seguir para oferta formativa Processo RVCC, após a Técnica afirmar e justificar que o seu perfil não se adequa a tal oferta, considerando a esse propósito, que por vezes, existem candidatos que necessitam de experienciar o Processo RVCC, para identificarem a lógica que lhe está subjacente. Por fim, P5 referiu igualmente uma dificuldade sentida no contacto com uma candidata cega, referindo que a mesma não se prendeu com a condição da candidata, mas sim, com o reduzido domínio que possuía das TIC.

*“foi uma entrevista muito mais difícil, não só pelo facto da exigência da voz (...) como também pela exigência de um [candidato] ser mais intransigente do que o outro e um estar a tentar apaziguar mais e a conter-se mais que o outro”. – T1*

*“(...) a dificuldade foi mesmo no preenchimento de documentos. (...) nós temos os documentos [formais] que eles têm que assinar e isso foi uma coisa que não me disseram, lá está, a colega [que inicialmente me orientou] não me disse, claro que ele quando foi para assinar, eu estava assim um bocado, não sei como é que ele podia assinar, fiquei um bocado assim, mas depois os candidatos dizem... uns pedem uma régua para assinar, mas por exemplo nas folhas de encaminhamento, eles pedem-nos uns carimbos, carimbam o dedo e fazem a sua assinatura. Mas eles próprios é que disseram, porque a 1ª vez, eu sabia lá como é que eles assinavam (risos), sabia mais ou menos essa parte da régua, e comecei a pensar “ai agora, como é que eu vou fazer?” e perguntei-lhe e ele “sim, sim, eu fazia isso para o Básico”, só que como isso também não me foi dito e então eu fiz exactamente isso. Por exemplo, eles nos documentos que são mais oficiais, como por exemplo os do encaminhamento, eles próprios dizem “ah, se tiver aqui um carimbo, nós assinamos assim e tal”. [Acompanhei um candidato que] (...) era muito teimoso, ele é um invisual mesmo muito teimoso e ele acreditava que conseguia. Eu disse-lhe quais eram as experiências e competências que ele teria de trabalhar, no fundo quis-lhe dizer que não acreditava que ele tivesse o certificado total [caso seguisse para Processo RVCC Secundário], mas também é um bocado difícil dizer isso às pessoas quando eles são invisuais, porque estão um bocado desconfiados de tudo o que lhes dizem e então, aquilo que eu disse era que “tem aqui as suas experiências de vida, pode falar sobre elas, mas isto não vai chegar para validar aquelas áreas todas e portanto também depois no decorrer do processo RVCC logo se vê, porque esse candidato também se não fosse para ir para processo RVCC, ele ia desistir completamente, porque ele não queria ir para mais nada [nenhuma outra oferta formativa]. Portanto esse foi mesmo teimoso naquela sua decisão. (...) mas se calhar eles às vezes também precisam de passar um pouco pelo Processo [RVCC] para saberem que é um bocado difícil, porque eles não percebem logo no diagnóstico, alguns percebem, outros não percebem muito bem. (...) [e] temos que lhes dizer as coisas doutra forma, temos mesmo de dizer as coisas de outra forma.” – T2*



*“[Tive uma] candidata é que foi um bocadinho mais complicado, mas eu acho que acima de tudo tem a ver com outras questões, com dificuldades no que diz respeito às novas tecnologias, que acaba por ser uma condição que acaba por ter implicações no Processo [RVCC], quer seja invisual ou não.” – P5*

#### **Transmissão de informação sobre a condição dos Candidatos à Equipa Técnico-pedagógica**

No que se refere à transmissão de informação à Equipa, sobre a condição dos candidatos, todas as profissionais teceram considerações à excepção de T1, tendo afirmado não ser necessário a transmissão sobre a condição dos candidatos aos elementos da equipa, ainda que ela ocorra.

*“tanto [se] transmite quando é um invisual, como quando é um normovisual (...) a informação é transmitida da mesma forma para todos.” – T2*

*“Sim [as técnicas comunicam às Profissionais RVCC quando os candidatos são invisuais].” – P4*

*“Não é necessário [que as Técnicas de ADE nos informem que os candidatos são invisuais], mas elas informam-nos que é invisual.*

*“Não é fundamental que exista [informação prévia sobre os candidatos, passada pelas Técnicas de ADE]. Normalmente, quando eles são invisuais ou amblíopes [aí as Técnicas de ADE informam-nos] (...) agora, mais do que isso não [informação básica/geral sobre o candidato].” – F3*

#### **Constituição de turmas**

No que se refere à constituição de turmas, as profissionais P4, P5 e F3 teceram as suas considerações, manifestando opiniões distintas. Nesse sentido, ambas as profissionais de RVCC (P4 e P5) referiram não existir no CNO do CNED uma política de constituição de turmas exclusivamente de candidatos cegos e/ou amblíopes. Mencionaram ainda, que para além de não existir número suficiente de candidatos cegos e amblíopes para a constituição de turmas exclusivas, tal opção não é considerada, pois seria “estigmatizante”, uma vez que não consideram o público invisual diferente, face a outros públicos. Concluíram destacando que adoptam uma lógica de composição de turmas “mistas”, como forma de potenciar e promover uma série de valores, valores esses que referem estar igualmente incluídos no Referencial de Competências-chave (documento orientador do Processo RVCC). Por sua vez, F3 referiu que no seu caso preferencialmente trabalha de forma individual com os candidatos cegos, considerando-o vantajoso quer para si, quer para os próprios candidatos. Afirmou ainda que no caso de existir um número reduzido de candidatos cegos (5 ou 6), constitui uma turma exclusiva,

justificando o recurso a esta “metodologia” pelo facto de considerar que nas turmas “mistas”, a utilização do Programa JAWS causa algumas dificuldades.

*“Não há uma turma só para este tipo de público (...) até porque isso estigmatiza imenso.” – P4*

*“nós nunca tivemos essa preocupação (...) nem sequer é uma vontade nossa integrá-los num grupo só de invisuais. (...) eu até acho que é interessante nós não termos grupos só de invisuais, não ter grupos só de outra problemática (...) devemos promover exactamente a diferença (...) promover o respeito, promover a diversidade, que é isso tudo que o Referencial apela e que nós acabamos por [fazer]” – P5*

*“É assim, eu acho que para eles é mais fácil quando não é só um ou dois, quando há mais invisuais à volta deles, [ou quando o grupo é todo composto por candidatos invisuais] (...) ou cegos e amblíopes, aí as coisas correm melhor, porque as dificuldades são sempre as mesmas, as pessoas ligam-se mais umas às outras, é diferente e corre melhor. Se for amblíope, é fácil estar num grupo, se for invisual mesmo, não é fácil por causa daquele programa terrível [JAWS] (...) aquilo a falar, é uma chatice muito grande (...) eles para tirarem apontamentos, aquilo [JAWS] fica ali sempre a falar e é um massacre. [Regra geral com candidatos cegos trabalho] Individualmente. [Mas caso seja um grupo só de invisuais, é composto por] (...) cinco, seis pessoas, no máximo. Não estou a ver serem mais. Era estranho também aparecerem assim um grupo muito grande, isso também acho que não ia acontecer.” – F3*

### **Distribuição de Candidatos Cegos pelas Profissionais**

No que se refere à distribuição de candidatos cegos pelas profissionais, P4 referiu não existir nenhum critério de atribuição pré definido, sendo os candidatos distribuídos em função da “ordem de chegada”.

Quando questionados sobre os elementos profissionais da Equipa Técnico-pedagógica pelos quais foram acompanhados, C2, C3 e C4 identificaram os elementos com quem trabalharam, à excepção de C1 que não se recordou dos seus profissionais. Assim, quer C2, C3 e C4 foram acompanhados pelas Formadoras Catarina Gouveia (MV), Lucinda Cordeiro (TIC) e ainda a Formadora Célia Farinha (LC e CE). C4 referiu ainda ter trabalhado com as Profissionais de RVCC Joana Leão e Joana X. De referir que das profissionais mencionadas, actualmente Lucinda, Célia e Joana X., já não se encontram a exercer funções no CNO do CNED.

*“vêm por ordem de chegada e quando se constituem grupos, portanto tira-se o número que já está há mais tempo. [Por exemplo] (...) nesse grupo em que eu tive três [candidatos invisuais], eu entrei mais ou menos ao mesmo tempo que a João, eu fiquei com três [candidatos invisuais] e a João não ficou com nenhum.” – P4*

*“(...) estive com a Catarina [a Matemática], estive com a de Informática (...) a Lucinda, mas foi pouco e depois estive com a Célia [na Cidadania e na Linguagem e Comunicação] também. (...) E (...) a Carina.” - C2*

*“Tínhamos a Catarina na Matemática, tínhamos a Lucinda na Informática. Cidadania era a Célia e Linguagem e Comunicação, acho que ela dava as duas, salvo erro, agora também já não me recordo (...) mas acho que era ela que dava as duas disciplinas.” – C3*

*“De Informática sei que era a Lucinda (...) [a Matemática] era a Catarina, (...) [a Cidadania e a Linguagem e Comunicação] (...) a professora era a Célia, agora estava a ver se me lembrava, era a Célia [e] tínhamos também duas Joanas [como Profissionais de RVCC]” - C4*

### **Vias de conhecimento do Processo RVCC, por parte dos Candidatos Cegos**

Quando questionados sobre a via de conhecimento do Processo RVCC, à excepção de C3, todos os candidatos referiram ter tido conhecimento através da sua rede de relações. No caso de C1, o candidato teve conhecimento da oferta formativa, através de um colega de residência que se encontrava a realizar o Processo no CNO do CNED. Numa situação idêntica, C2 teve conhecimento do Processo RVCC, através de um amigo. Por sua vez, C4 teve conhecimento do Processo RVCC através do seu grupo de amigas da APEDV (associação que frequentava na altura), referindo que a sua entrada no Processo RVCC teve início com uma brincadeira entre si e uma das colegas referidas. Por fim, C3 referiu ter tido conhecimento da oferta formativa através de divulgação jornalística e televisiva, tendo obtido mais informação através de pesquisas próprias.

*“Foi por um formando que estava aqui na casa onde estou e disse-me assim “tu basta teres o 6º ano e tiras o 9º ano, á noite ou de tarde, como tu puderes, vais lá e inscreves-te, vai lá e tal” e eu disse “sim senhor”, lá fui, falar lá com o pessoal (...) e foi assim.” – C1*

*“Foi através de um amigo que estive lá [no CNO do CNED] a fazer [o Processo RVCC], eu aconselhei-me e fui lá.” - C2*

*“[Tive conhecimento] (...) na altura em que o Processo saiu e foi divulgado a nível jornalístico e televisivo e entretanto tentei saber, porque pretendo estar sempre informada, por pesquisas próprias e conhecimentos próprios e aí deparei-me com o RVCC.” - C3*

*“(...) na APEDV tinha outro grupo de amigas que começaram-me a dizer que havia este programa das Novas Oportunidades, onde se podia completar o 9º ano (...) [e] tínhamos lá colegas que andavam a fazer o Processo no CNO. Eu por mim como tinha a minha vida feita, mais ou menos não é,*

*não estava assim muito “coisa” para fazer, começou mais por uma brincadeira, uma amiga (...) ela precisava, estava numa situação muito mais complicada e ela precisava mesmo de fazer o 9º ano e eu comecei-lhe a dizer para ela ir e ela “ah, se tu fores, também vou, se tu fores também vou” (...) e eu disse “olha eu vou” e ela “então também vou”. (...) Eu tinha andado mais ou menos até ao 8º ano e como tinha também aquela coisa da colega não querer ir sozinha, experimentámos (...) arranjámos um grupinho de amigos e lá fomos nos para a “Escola” [CNO] outra vez.” - C4*

### **Sessões individuais e/ou colectivas**

Relativamente à realização de sessões individuais e/ou colectivas com o público invisual, foram inquiridas quer as profissionais, quer os próprios “candidatos” já certificados. No caso das profissionais, apenas T2 produziu considerações, tendo todos os candidatos emitido a sua opinião.

Nesse sentido, T2 esclareceu que regra geral, as sessões de ADE são realizadas em grupo, porém, no seu caso, questiona os candidatos face à sua preferência por sessões individuais ou colectivas.

Relativamente às experiências dos “candidatos” cegos já certificados, sobre a realização das suas sessões, foi possível apurar a ocorrência de situações distintas. No caso de C1 e de C3, ambos realizaram sessões individuais e colectivas ao longo do Processo RVCC. Por sua vez, C2 referiu que realizou sempre sessões individuais ao longo de todo o Processo. Por fim, C4 afirmou que todas as sessões que realizou ao longo do Processo, foram colectivas.

Face às opiniões sobre a realização de sessões individuais e/ou colectivas, igualmente se registaram opiniões distintas. No caso de C1, o candidato avaliou positivamente o facto de existirem sessões quer individuais, quer colectivas, destacando que no caso da área de TIC concorda com a realização de sessões colectivas. Por sua vez, C2 referiu ter sido questionado sobre o tipo de sessões que pretendia, ressaltando que no seu caso particular, considerou e considera mais vantajoso trabalhar individualmente, justificando-o pelo facto de trabalhar com o programa JAWS e como tal, não gostar de ser “atrapalhado”, nem de “atrapalhar” os seus colegas. No que se refere a C3, a candidata considerou que ambos os tipos de sessões evidenciam “prós e contras”. Referiu ainda que a realização de sessões individuais, é mais vantajosas em termos de apoio e esclarecimento de dúvidas, porém, não é viável que um formador acompanhe de forma individual os seus candidatos, em todas as áreas. Por fim, C4 considerou mais vantajoso a realização de sessões colectivas, considerando que gostou “muito” dessa forma de organização, devido ao facto de possibilitar mais “interacção” no que se refere ao esclarecimento de dúvidas e à identificação de problemas.

*“[Questionei] se ele preferia vir a essa, se preferia ir a individual, entretanto o candidato disse-me “não, venho daqui a 8 dias, venho fazer essa sessão”. Portanto, ele veio passado 8 dias (...) [e] não houve nenhum problema, o que ele queria era mesmo estar integrado numa turma exactamente da mesma forma”. – T2*

*“[Ao longo do Processo RVCC, tive sessões] (...) de grupo e individuais também. [A Informática] Com a Lucinda, a sessão dela era sempre com dois ou três, nos computadores. Pode haver de uma coisa e outra, o caso de TIC acho que está muito bem assim, o ser em grupo, porque é que a formadora há-de lá estar só de roda de um? Não, não, acho que está bem assim.” - C1*

*“[Ao longo do Processo RVCC, tive sempre sessões] Individuais. Deram-me a escolher e eu preferia fazer sessões sozinho, porque para já, por causa do computador a falar e os outros colegas ao lado, eu não gosto que me atrapalhem, nem de atrapalhar os outros (...) [e porque achava mais vantajoso] trabalhar com uma formadora sozinho.” - C2*

*“[Ao longo do Processo RVCC] (...) tive sessões individuais, não muitas, mas tive na área da Informática e também na de Matemática (...) nas outras áreas por acaso não achei difíceis e não necessitei de aulas [sessões] particulares. É assim, isto tem prós e contras, porque se forem só [sessões] individuais nós não podemos querer um formador só para nós, não é, não é possível haver um formador só para um formando não é, por outro lado, temos mais algumas ajudas sem dúvida nenhuma e é-nos explicado todas as dúvidas, é a parte positiva das aulas individuais, porque ajudam-nos no que nós não dominamos não é e o computador tal como Matemática são coisas difíceis não é e para nós, enquanto que para as pessoas normovisuais olham para o computador e está lá tudo é só clicar, nós não, nós temos que ir com as teclas e nem tudo as teclas lêem, como digo, o ecrã, o software não reconhece todo o tipo de trabalho ou conteúdo que esteja no computador e aí necessitamos mesmo de aulas individuais.” - C3*

*“Não, não, tínhamos colectivas, éramos quatro ou cinco pessoas e tudo ali assim na mesma mesa, na mesa redonda. Para mim, foi mais importante em grupo, podíamos discutir as dificuldades que tínhamos, os problemas que iam surgindo... [Havia] Mais interacção, eu acho que sim, porque expúnhamos ali todos os problemas, eu para mim, gostei sempre mais de trabalhar em grupo.” - C4*

### **Estratégias das Técnicas de ADE, na realização de sessões com Público Invisual**

Relativamente às estratégias utilizadas nas sessões de ADE, em especial com o público invisual, T1 mencionou que recorre essencialmente à comunicação e ao estabelecimento de uma relação de empatia com os “adultos”, ressaltando que ainda que não utilize um tratamento diferente face aos candidatos, existem certos “cuidados” que devem ser tidos em atenção. Concluiu referindo que ao nível

das estratégias de relação, a interacção deve decorrer com naturalidade, devendo o “humor” ser utilizado.

Por sua vez, T2 enumerou as estratégias que desenvolve com o público invisual, tendo referido a preocupação com a identificação de todo o material que entrega aos candidatos, o preenchimento de documentação em conjunto com estes, caso necessitem e ainda, o recurso a um Diagnóstico mais espaçado, para que os candidatos reflectam sobre as suas opções, quando pretendem seguir para oferta formativa Processo RVCC, não tendo perfil adequado para essa via.

*“há toda uma série de cuidados que a pessoa vai tendo em atenção”, identificando um conjunto de exemplos, tais como: “o que é que não se diz a um cego, tipo “está a ver, não está?”, não se diz, há palavras que por cortesia se têm de evitar, (...) “olhe, venha por aqui”, também não se diz não é, “por aqui por onde?”, “olha vira, vira!”, não é, tem que se agarrar no braço e dizer “então, vamos agora para a direita, olhe tem aí um degrau (...) e mesmo em termos de entrevista, o olhar olhos nos olhos (...) [a] linguagem corporal (...) não se põe (...) há outras coisas que tem de se usar, a voz torna-se muito mais importante, porque é a imagem do CNO (...) [e quanto a comunicação] (...) acabas por ler [a informação], de uma forma mais pausada do que se fosse com uma pessoa normovisual. E reformular, reformular mais vezes, perceber se o candidato está a perceber ou não (...) com brincadeira, não é? O humor [deve ser] (...) usado (...).” – T1*

*“eu tinha muito cuidado sempre que lhe dava as folhas [candidato invisual], dizer-lhe sempre quantas folhas é que eram, esse candidato foi “não as perca, são três, porque esta aqui é para si, mas esta aqui não interessa, esta depois fica consigo, mas estas três tem de me trazer de volta”, pronto é diferente (...).” – T2*

### **Estratégias da Formadora (NB), na realização de actividades com Público Invisual**

No que se refere a estratégias utilizadas com candidatos cegos na realização de actividades, F3 referiu somente uma estratégia, tendo afirmado para a área de Matemática para a Vida, que associa as pistas das actividades, aos aspectos relacionados com o quotidiano de vida dos candidatos, considerando-o mais vantajoso e prático.

*“Se a gente associa[r] a coisas relacionadas com eles (...) acaba por ser uma mais-valia, quer para eles, quer para o portefólio também, portanto, é mais prático. Depende muito deles, do dia-a-dia deles” – F3*

### **Exploração do Referencial de Competências-chave, com Público Invisual**

No que diz respeito à Exploração do Referencial de Competências-chave com o público invisual, ambas as Profissionais de RVCC de nível Secundário (P4 e P5) referiram não existir qualquer tipo de adaptação, em oposição ao que acontece no Processo RVCC Básico, tendo os candidatos de corresponder aos domínios de referência do Referencial, ou seja a 44 competências. P5 sublinhou ainda que no seu entender, uma adaptação do Referencial, não faria sentido.

*“No Secundário, eles têm de corresponder aos DR’s do Referencial, às 44 competências (...) [por isso] não há adaptação.” – P4*

*“Eles fazem todas as competências, como se fossem visuais. E nem sequer faz sentido [haver pontos do Referencial que não sejam tratados /exigidos aos Candidatos Invisuais]” – P5*

### **Áreas do Referencial de Competências-chave vs candidatos Cegos Certificados**

Quando questionados sobre as áreas do Referencial que mais apreciaram, C1 e C2 referiram a área de Matemática para a Vida. Por sua vez, C3 referiu igualmente a área de Matemática para a Vida (MV) e ainda a área das Tecnologias da Informação e Comunicação.

*“[Gostei] De todas, de todas as áreas, custou-me mais foi encaixar a Matemática (...) [mas] gostei muito daquela área, foi muito bom, foi muito bom.” - C1*

*“Foi a Matemática, que foi com a Catarina (...) eu gostava de Matemática e da Catarina (...).” – C2*

*“Por acaso, é assim, como tinha aquela vontade de aprender Informática, a parte da Informática gostava muito e como eu gosto muito de Matemática (...) gostei muito da Matemática.” - C4*

### **Transmissão de feedback ao Público Invisual**

No que se refere à transmissão de feedback aos candidatos cegos, P4 referiu que essencialmente transmite feedback via e-mail, ressaltando que esta via é mais vantajosa face aos candidatos possuem pouca disponibilidade para se deslocar ao Centro e que dominam as TIC. No entanto, caso seja necessário, ou preferível pelo candidato, fá-lo pessoalmente, ainda que não tenha referido se a transmissão ocorre em sessões tutoriais, ou nas sessões de grupo. Por sua vez, F3 referiu que transmite sempre o seu feedback aos candidatos, nas sessões que realiza.

*“[Regra geral] (...) por email (...) ou então se eles vêm cá, sentamo-nos com eles e dizemos exactamente aquilo que [é necessário]”. Eu, com os candidatos que tive, essencialmente por e-mail, porque por exemplo, o Sérgio [candidato invisual] neste momento está a acabar o processo RVCC e ele vem cá só às sessões de exploração e diz-me claramente que prefere estar em casa a trabalhar, porque trabalha e tem filhos, por isso tem pouca disponibilidade e como tem um excelente domínio das TIC, trabalha todos os dias, vai enviando, “está tudo bem, não está, preciso de algum tipo de ajuda”, às vezes ele pede às formadoras acho que tem a ver com algumas imagens, ou com alguma formatação que eventualmente possa ser mais necessário algum tipo de ajuda delas.” – P4*

*“é em sessão, (...) sim [sempre em sessão]” – F3*

### **Concepção de Portfólio Reflexivo de Aprendizagens (PRA)**

Relativamente à concepção do PRA dos candidatos cegos, as profissionais P4, P5 e F3 mencionaram que a sua apresentação é feita em suporte digital. Segundo P5, ainda que os candidatos possam entregar o PRA no suporte que entenderem, a profissional referiu, sendo corroborada por P4 e F3, que a equipa técnico-pedagógica não tem actualmente possibilidade de avaliação, caso a entrega seja feita em suporte Braille. Ainda sobre esta questão, P5 concluiu, concordando com a sugestão que lhe foi transmitida por um candidato cego, sobre a existência no Centro de uma cópia de um PRA, em suporte Braille, considerando que a ideia não seria “descabida”.

Quando questionadas sobre o facto de algum candidato cego, ter já solicitado a entrega de PRA em suporte Braille, ambas as profissionais P4 e F3 referiram nunca terem recebido tal solicitação, tendo P4 referido que os seus candidatos “utilizam perfeitamente” o Braille e igualmente o computador, pelo que considera nunca se ter verificado a necessidade de entrega em suporte Braille. A esse respeito, P5 afirmou que para os candidatos que não dominam as TIC, a entrega de PRA em suporte Braille talvez possa ser uma hipótese.

Ainda no que se refere à concepção do PRA, foram igualmente questionados os “candidatos” cegos já certificados, sobre a eventual possibilidade de lhes ter sido dado a escolher o tipo de suporte para entrega. Foram ainda interrogados sobre a sua opinião face à entrega deste “objecto” de avaliação em suporte Braille. Apenas C1, C3 e C4 teceram considerações. Todos os candidatos referiram não terem sido questionados sobre o tipo de suporte a apresentar, estando “predefinida” a entrega em suporte papel. No que se refere à opinião sobre a concepção de PRA em suporte Braille, C3 evidenciou preferência por este tipo de suporte, alegando que lhe iria permitir maior autonomia e menor recurso às “ajudas” de outrem. Em oposição, C1 e C4 referiram ter preferência pela entrega do PRA em suporte Braille. C1 justificou tal opção, alegando ter um domínio reduzido da Técnica da Linha de Braille, enquanto C4 referiu que a concepção em suporte papel, não limita a possibilidade de leitura, permite que qualquer pessoa o faça.



*“como é que nós temos capacidade para avaliar? (...) alguém entregar alguma coisa em Braille, eu não sei até que ponto [isso é possível], porque aí à partida nem eu tenho capacidade para avaliar o trabalho. (...) mas pelo menos os meus candidatos [invisuais] também, são candidatos que utilizam o Braille sim, mas utilizam perfeitamente o computador e o teclado normal também, portanto, nunca se verificou essa necessidade [de solicitar e entregar o Portfólio em Braille]”. – P4*

*“[a nível de suporte, não há] obrigatoriedade de nada, pode apresentar o Portfólio como ele bem entender, o candidato tem total liberdade (...) pode entregar em Braille, mas depois não tem interesse nenhum (...) porque nós depois temos que fazer a avaliação, não vamos entregar ao avaliador externo e depois dizer “olhe, [o portfólio] está em Braille” (risos) (...) a avaliadora não vai conseguir ler. Agora se tu me disseres e há um candidato (...) até acho que foi o Sérgio (...) que gostava que outros invisuais lessem o seu portfólio, porque não ele depois converter aquilo para Braille, claro que sim, não é? E até se ele nos disser que por exemplo, até se calhar é uma sugestão, mesmo independentemente de se ser invisual, querer deixar cá uma versão em Braille, para nós numa sessão daquelas mostrar, claro que sim, não é descabido. [Mas] Eu acho que tem a ver com o domínio das novas tecnologias, tem mesmo a ver com isso. Sim, porque pessoas [candidatos invisuais] que se calhar estivessem um bocadinho menos à vontade [com as Tecnologias], se calhar essa questão [de entregarem o Portfólio em Braille] já surgiria, não é?” – P5*

*“Um portfólio deles, não tem o aspecto que tem o de uma pessoa que vê, não tem o mesmo aspecto (...) mas no fundo, acaba por ser parecido. (...) [No caso dos Amblíopes, o PRA é construído em suporte digital, com o tamanho de letra que eles conseguem ler e ver e no caso dos Invisuais é igualmente construído em suporte digital, porque] (...) a gente não sabe ler, não conseguimos fazer a leitura, por isso é que se “obriga” a fazer em digital. [Mas] Não [nunca tive um candidato que me pedisse para entregar o Portfólio em Braille].” – F3*

*“[Preferia entregar o Portfólio a negro, porque] (...) não gosto muito [de Braille], custa-me muito a ler o Braille e o Braille tem que se ter muita cabeça para aquilo, o Braille é uma célula de seis picotados e com aqueles seis picotados sabe quantas combinações tem que se fazer? São muitas mesmo, esses seis símbolos vão formar 64 combinações, o abecedário tem 23 e depois há o sinal de Maiúscula e depois para trabalhar com números é a mesma coisa, do A ao J, são os números, por exemplo o C é o 3 e ali faz contas com aquilo, mas tem de meter o sinal antes a indicar que aquele símbolo é um número, para saber que não são palavras. O mal disto tudo é que no final isso sai em texto e depois lê-lo, é que tem de ser um tacto, que eu não tenho, conheço pessoas que tem, mas eu não, não posso dar para tudo.” – C1*

*“Na altura não [me perguntaram se preferia entregar o Portfólio em Braille], até porque como lhe digo, o Braille agora já posso fazer em Braille, mas eles preferem o Portfólio em Informática. [Se me dessem a escolher fazer em Braille] Faria, faria, é mais fácil, é mais fácil (...) porque como lhe digo eu*

*domino muito bem o Braille e depois tenho muito mais á vontade com o Braille do que com o computador, não necessito de tantas ajudas, mas uma vez não sendo possível, porque não há formadores específicos na área Braille e eles não conseguem ter acesso, não sabem ler não é.” - C3*

*“Não [nunca me perguntaram se preferia entregar o Portfólio em Braille]. Eu, como é que eu preferia entregar? Eu preferia entregar em negro, para todas as pessoas poderem ler não é, assim para as pessoas que queiram ler. Eu ainda tenho lá o meu dossier e tenho em CD também, para quem quisesse ouvir, ouvia e para as pessoas que queriam ler. Se fosse em Braille, já havia mais limitações.” - C4*

### **Materiais e recursos existentes no CNO para Público Invisual**

No que se refere aos materiais e recursos existentes no CNO, adequados ao público invisual, ao nível dos materiais, P4 referiu a existência de salas de computadores onde os candidatos podem trabalhar autonomamente, tendo identificado a própria Equipa T.P. e os próprios candidatos, como os recursos existentes. Por sua vez, face aos materiais e recursos existentes, P5 referiu o factor comunicação, a própria equipa T.P. e ainda um documento orientador da acção, constituído pelos profissionais do CNO, ressaltando a importância deste último. Ambas as Profissionais de RVC (P4 e P5) se referiram igualmente à concepção de um CD de apoio para os candidatos invisuais e à sua importância para o público invisual, indicando que este se encontra actualmente em fase de gravações. Por fim, ao nível dos materiais, F3 referiu que no caso dos candidatos amblíopes, utiliza as actividades entregues aos candidatos normovisuais, sendo a única diferença, o tamanho de letra utilizado. No que diz respeito aos materiais para candidatos cegos, referiu não existir no Centro materiais próprios, concebidos em função deste publico específico. Concluiu, mencionando que os recursos existentes correspondem aos instrumentos computador e Programa JAWS, ressaltando a importância do computador, na progressão e desempenho dos candidatos ao longo do Processo RVCC.

*“[Quanto aos materiais, temos salas com computadores e] (...) eles podem trabalhar aqui posteriormente (...) podem ficar ai e podem reservar um computador e ficar ai o tempo inteiro a trabalhar. (...) [E] está a decorrer (...) a gravação do CD [de apoio ao Candidato Invisual em relação ao Processo RVCC], portanto já temos os exemplos, porque o objectivo será tu agarrares em cada uma das competências e dares exemplos para desenvolver aquelas competências, mas convém que esses exemplos sejam exemplos quanto mais antagónicos possível melhor, para que eles não tenham portfólios todos iguais, para não enviesar os desenvolvimentos, por isso, com as alterações da equipa tem demorado um pouco mais tempo, mas acredito que seja rápido. Eles acabam por ter depois as sete sessões de exploração do referencial gravado em CD com a nossa voz, mas com um som especial, porque será ali [gravado e tratado] no departamento Multimédia. [Quanto aos recursos] (...) eu acho que nós*

*temos recursos dentro da equipa, modéstia à parte e temos candidatos também que colaboram para a resolução de problemas (...).” – P4*

*“[Ao nível dos recursos e materiais temos] (...) a comunicação (...) o facto da equipa ser multidisciplinar e o guia de apoio ao candidato [Invisual em relação ao Processo RVCC, que é] um documento que nós elaborámos aqui, que a equipa do CNED elaborou, que é uma espécie de referencial [e] nós a única coisa que fizemos foi uma adaptação, retirámos as grelhas para melhor facilidade de leitura, para eles (...) seguindo esses parâmetros faze[re]m a leitura do guia (...) lerem aquilo com o programa [JAWS]. (...) o nosso guia sem as grelhas (...) é óptimo para eles (...) o guia já é bom (...) de resto, nós não temos mais nada. [Quanto ao CD] (...) é uma excelente iniciativa (...) porque nós muitas vezes nas sessões damos muitos exemplos e às vezes perdemos demasiado tempo com questões que eles levantam e ali eles têm orientações muito precisas de como é que precisam de trabalhar [e podem voltar atrás e ouvir novamente].” – P5*

*“Se for em amblíopes, uso as actividades dos outros, ampliadas, mais nada. Com os invisuais mesmo, normalmente não tens [materiais] feitos, [utilizamos só o computador] e o JAWS (...) é tudo em sessão. (...) ali na F1, eram os três primeiros computadores da fila da frente e era mesmo ali que tinham o JAWS e estavam as colunas, portanto era fácil de identificar e na F2 também havia [e] às vezes era mais fácil por ser uma salinha mais pequenina e eles ficavam ali, como aquilo falava [programa JAWS] e tal, para eles realizarem qualquer coisa. (...) [E tenho mesmo de colocar os candidatos cegos ao computador, porque] (...) de outra forma é muito difícil, acaba por ser trabalho, não vou dizer “trabalhar para o boneco”, porque alguma coisa há-de ficar, não é, [mas até por uma questão de eles tirarem apontamentos porque] (...) não tenho nenhuma capacidade de memória para depois vir para aqui a seguir à sessão fazer um resumo, para lhes enviar” – F3*

### **Opinião sobre os materiais e recursos existentes no CNO, para Público Invisual**

No que se refere à opinião das profissionais sobre os materiais e recursos existentes no CNO, P4 valorizou o facto de o CNO ter salas de computadores, ressaltando que outros Centros não têm esses recursos. Concluiu, considerando não serem necessários mais materiais e recursos, face aos que actualmente existem. Por sua vez, P5 referiu o CNO do CNED como sendo “excepcional” face a outros Centros, ao nível dos materiais e recursos existentes para o público invisual. Porém, defendeu que existe uma necessidade constante de melhorias, devendo o Centro adquirir “sem dúvida” ainda mais material. Por fim, F3 afirmou que ainda que não exista no CNO do CNED, material concebido especificamente para o público invisual, o grau de exigência não é menor. Concluiu, ressaltando a necessidade de melhorias, ao nível dos recursos actualmente existentes.

*“Eu acho que noto é que este CNO tens salas de computadores com JAWS (...) porque há CNO’s que nem sequer têm (...). [Ao nível dos materiais e recursos] Nem é suposto [ter mais do que a*

*comunicação, a equipa técnico-pedagógica e o guia de apoio ao Candidato Invisual em relação ao Processo RVCC].” – P4*

*“Sem dúvida [acho que devia haver], mais material, sem dúvida alguma, acho que devíamos ter sempre salas disponíveis de informática, devíamos ter sempre os computadores sem estarem sempre em baixo de forma. [Mas] (...) eu acho que é assim, tendo em comparação com outros Centros nós somos excepcionais em relação a esse público, de qualquer forma, também acho que há sempre melhorias que se podem fazer, não é, (...) em todas as áreas, claro que sim, se calhar devíamos ter outras coisas. (...) agora isso também só será concretizado, digo eu, pelo menos no que diz respeito a mim, se eu realmente tivesse um boom de invisuais, como é tão residual, tão residual, que acabamos por não estar aqui a reflectir muito sobre essa realidade, quer dizer, se calhar temos outras em que pensamos e que discutimos imenso (...) Certamente que se nos aparecerem cá 100 invisuais e 20 visuais, nós alguma coisa vamos ter que fazer, como não aparecem, não é? (...) mas eu acho que também só podemos melhorar se tivermos candidatos se eles nos explicarem realmente “quais são as nossas limitações”. – P5”*

*“[Não temos materiais adaptados aos candidatos cegos, mas] Acho que não se desce o nível de exigência, nem nada. Acho que está bem. O problema maior é que, acontece com os invisuais e acontece com os outros, é o problema dos computadores daqui e em qualquer sitio, aqui passa a vida tudo estragado. E para eles [candidatos invisuais], é grave. Enquanto os outros chegam cá e o computador está estragado e tu até dizes “olhe, paciência, aconteceu este problema”... por exemplo “só não há rede, não se pode ir à internet” (...) vamos fazer em papel, ou outra coisa qualquer”, mas a pessoa não perdeu tempo, quando é com eles, não dá. Não dá. É muito chato.” – F3*

### **Importância do instrumento / recurso computador, para o Público Invisual**

No que diz respeito à importância atribuída pelos “candidatos” cegos ao instrumento / recurso computador, à excepção da candidata C4, C1, C2 e C3 teceram as suas considerações, tendo ressaltado a importância deste “instrumento”. No que se refere a C1, o “candidato” considerou que para pessoas cegas, o computador é um recurso “ainda mais importante” do que a Técnica da Linha de Braille. Por sua vez, C2 referiu-se à importância do computador, considerando que trabalhar com este instrumento “é uma das coisas básicas” e necessárias para pessoas com incapacidade visual. Por fim, C3 reconheceu o computador como instrumento fundamental para pessoas com incapacidade visual, bem como, o leitor de ecrã JAWS, tendo referido que ainda que este último não permita a leitura de todos os conteúdos, se assume como “motor de informação”, indispensável para o conhecimento e apreensão de dados.

*“(...) um computador para pessoas cegas é mais importante que o Braille, é uma peça muito boa o computador.” – C1*

*“(...) acho que uma das coisas básicas para uma pessoa cega] é saber mexer com o computador.” – C2*

*“O computador é muito importante] (...) para nós (...) é um computador normal que esta á nossa frente, simplesmente necessita de um software de voz (...) porque como nós não lemos o ecrã, [e] está tudo explícito no ecrã, então é necessário que haja um motor de informação para nós termos acesso a todo o conteúdo que está no computador. Então descobriu-se o software de voz, de nome JAWS (...) que nos dá toda a informação oral e nos permite trabalhar como qualquer outra pessoa normal. (...) [mas mesmo assim] é um pouco mais difícil [para nós cegos] trabalhar com o computador, porque há imensas coisas que nós não podemos ter acesso, a nível da Internet, nem em todos os programas que soa precisos o software reconhece, a nível de jogos, o software não responde, há certas áreas que o software não nos faculta.” – C3*

### **Instalações e imediações do CNO**

No que diz respeito às instalações e imediações do CNO do CNED, foram apuradas as opiniões quer das profissionais, quer dos “candidatos” cegos certificados. Apenas T1 e C3 não se manifestaram face a esta questão. No que se refere às instalações do CNO, todas as profissionais referiram nunca terem recebido nenhuma queixa, por parte dos candidatos cegos. Relativamente a T2, a profissional considerou que o facto dos próprios candidatos se inscreverem no Centro, é um indicador de que o mesmo é acessível. Por sua vez, P4 afirmou que facilmente os candidatos cegos desenvolvem estratégias em termos de mobilidade. No caso de P5, a profissional referiu que os seus candidatos “sempre” tiveram facilidade em dirigir-se ao Centro, tendo ressalvado somente uma situação menos positiva, referente a um período de obras perto das instalações do CNO, afirmado que nessa altura, o acesso ao Centro por parte dos candidatos cegos, era “complicado”. Por fim, F3 referiu que o facto de o CNO estar situado no centro de Lisboa poderia ser considerado um indicador positivo, ainda que na sua opinião, quando este não era tão movimentado, talvez fosse mais fácil a orientação e mobilidade dos candidatos cegos. Concluiu, considerando que o acompanhamento dos candidatos cegos por um cão guia, se assume como uma mais-valia, ainda que esporadicamente possam ocorrer situações em que a orientação correcta não é seguida.

No que diz respeito à opinião dos “candidatos” cegos, sobre as instalações e imediações do CNO do CNED, foram apuradas opiniões distintas. No que se refere a C1, considerando o que menos gostou no Processo RVCC, o candidato referiu-se de forma negativa às imediações do Centro, alegando ter sentido dificuldades de orientação / mobilidade relativamente ao percurso até ao CNO. Por sua vez, C4 mencionou ter sentido igualmente dificuldades de orientação /mobilidade nas instalações do CNO,

destacando que o percurso desde a porta de entrada das instalações da Marinha, até à porta de acesso ao edifício do CNO, deveria ser mais acessível. Por fim, C2 avaliou positivamente as instalações do Centro, afirmando que nunca sentiu qualquer problema em termos de orientação / mobilidade.

*“nunca houve problema nenhum (...) nunca ouvi nenhuma queixa (...) do género “ah, isto para aqui é muito difícil de vir ter”, nunca ouvi assim nenhuma queixa. Também temos que nos lembrar que são os candidatos que se vêm cá inscrever, portanto se eles se vêm cá inscrever (...) [quando] podem ir para outro Centro, (...) por algum motivo é (...) é porque eles aqui acharam que era acessível, perto do trabalho, aquelas coisas todas.” – T2*

*“Não, não [nunca recebi nenhuma queixa] (...) mas eles facilmente aprendem e criam estratégias para conseguirem andar.” – P4*

*“Na altura em que estávamos em obras (...) é que foi um bocadinho mais complicado, porque (...) obrigava a que ali no parque, tivesse que se andar pela estrada mesmo e isso complicou ou então tinha que se dar uma volta muito grande, principalmente quando as sessões eram à noite e a porta da frente a partir de uma certa hora estava fechada, isso complicava. Agora os meus candidatos sempre tiveram facilidade em subir, portanto, em vir ao 2º piso e muitas vezes quando era necessário, havia sempre alguém também que os ajudava a descer, sim, qualquer militar que lá estivesse, ou mesmo os colegas de grupo ajudavam.” – P5*

*“Eles identificam bem as coisas (...) mas lá está, também já há uns tempos que eu não trabalho com eles e também, naquele grupo que era meu, normalmente acho que não. Se calhar não tenho ideia, mas na altura isto também era muito mais calmo, circulava muito menos gente para trás e para a frente e se calhar para eles, isso também era uma mais-valia, por exemplo, estava-me a lembrar do Firmino [candidato invisual]. O Firmino traz um cão guia (...) é diferente, porque um cão, parecendo que não, nestas coisas ajuda, são bem diferentes. E mesmo assim, há pouco tempo dei com ele [o Firmino] ali ao fundo, já me ia lá para o lado dos Praças. (...) mas isto estar no centro de Lisboa, se calhar é bom, mas também há a questão de que eles vivem nos arredores, não sei se era melhor estar ao pé da casa, mas se nesses sítios os aceitam ou não, também não sei. Não sei, não me lembro de me dizerem nada [se era difícil chegarem até ao CNO ou mesmo sobre as nossas instalações].” – F3*

*“[O que gostei menos no Processo RVCC foi] (...) o percurso para ir para lá, que era muito mau e eu ainda ia a ajudar outro rapaz que não via nada, não via mesmo nada, (...) não é fácil, atravessar ali a estação de comboio e ir para lá não é fácil, é muito confuso ir por ali fora (...) eu custava-me tanto o percurso, era mau e o autocarro não parava lá ao pé, o que me custou mais foi o percurso (...) mas eu fui lá ter, subi lá até ao 2º andar, lá fui ter (...).” – C1*

*“Não, para mim não [tinha dificuldade de acesso ao CNO], por acaso lá na Marinha as instalações são boas, para mim estava tudo bem (...) eu nunca tive [e] nunca me levantaram nenhum problema, sempre me ajudaram.” – C2*

*“Às vezes era um bocadinho complicado chegarmos ali á porta, porque às vezes aquilo era um bocadinho complicado (...) [porque] temos de passar por baixo daquele tunelzinho e depois para dar continuidade até ao CNO temos de passar aqueles arbustos e depois às vezes a porta era um bocadinho complicado entrar ali, mas a gente depois de perguntar, íamos sempre lá chegando, mas ali a entrada está um bocadinho, devia estar um pouco mais acessível. Mas pronto, enquanto não há melhor, olha...”*  
- C4

### **Sessões de Preparação de Júri de Certificação, com Público Invisual**

Relativamente à realização de Sessões de Preparação de Júri e Sessões de Júri de Certificação, foram questionadas quer as profissionais, quer os “candidatos” cegos já certificados.

No que se refere às considerações das profissionais, ainda que as Profissionais de RVCC P4 e P5 já tenham realizado sessões com público invisual, ambas referiram nunca ter realizado Sessões de Preparação de Júri.

Questionados sobre a Sessão de Preparação para Júri de Certificação, C1, C2 e C3 teceram considerações. C1 referiu ter realizado esta sessão com o objectivo de se preparar para a eventual possibilidade de ter de responder a questões na Sessão de Júri. Por sua vez, C2 referiu ter realizado Sessão de Preparação de Júri com a formadora Catarina, recordando que a sua prestação foi mais positiva nesta sessão, do que propriamente na Sessão de Júri. Por fim, C4 referiu não ter realizado qualquer sessão de Preparação de Júri, tendo apenas sido informada de que para a Sessão de Júri, teria de realizar e apresentar um “trabalho”.

*“Nunca [realizei nenhuma sessão de júri de Certificação nem de preparação com candidatos invisuais].” – P4*

*“Não, eu não [realizei ainda nenhuma sessão de júri de certificação nem sessões de preparação com candidatos invisuais]. Acredito que para ai em Maio ele [Sérgio - candidato invisual] vai a Júri, até lá (...) o único que vi (...) a pessoa realmente não recorreu ao Power Point, fez uma apresentação [oral] (...) estava assim muito nervoso, mas isso ai eu acho que não é por ser invisual (...) [mas por se tratar de] uma pessoa extremamente reservada e estava ali muito desorientado e o que a Técnica fez foi dar-lhe orientações.” – P5*

*“ [Os candidatos apresentam] Oralmente. Sim, só isso [sem suporte em Power Point], mais nada”. – T3*

### **Sessões de Júri de Certificação, com Público Invisual**

No que se refere à realização de Sessões de Júri de Certificação, ainda que as Profissionais de RVCC P4 e P5 já tenham realizado sessões com público invisual, ambas referiram nunca ter realizado Sessões de Júri de Certificação. A esse propósito, P5 referiu ainda que apenas teve oportunidade de assistir a uma Sessão de Júri com um candidato cego, tendo recordado que o candidato apresentou oralmente, sem recurso ao Power Point e que a Profissional de RVC lhe foi transmitindo algumas orientações ao longo da sessão. Relativamente à opinião sobre como decorre uma Sessão de Júri de Certificação, ambas as Profissionais de RVC (P4 e P5) mencionaram que a Sessão deve ocorrer de forma idêntica à realizada com candidatos normovisuais. P5 acrescentou ainda que o tratamento não será diferente em função da condição dos candidatos, podendo a sessão servir inclusivamente para mostrar que não existem diferenças entre uma pessoa normovisuais e invisuais. Por sua vez, tendo já realizado Sessões de Júri de Certificação com candidatos cegos, F3 referiu que os candidatos apresentam os seus trabalhos oralmente, não sendo feito recurso ao Power Point.

Face às suas experiências de realização de Sessão de Júri, todos os candidatos recordaram o momento, tecendo considerações positivas acerca da Sessão.

*“Mas de qualquer forma, eu acho que a sessão de Júri será, mais uma vez, será exactamente igual a uma outra qualquer.” – P4*

*“Mas eu acho que será uma sessão exactamente igual a outra. E não terá tratamento diferente, nem fará sozinho, nada disso. Faz a sessão de Júri com os outros candidatos, o objectivo é criar sempre uma mensagem de partilha não é e eventualmente até pode ele contribuir para que os outros possam perceber que não há assim tantas diferenças, não é? E assim também trabalha a área de Cidadania, não é?” – P5*

*“(…) tive uma [Sessão de] preparação antes [da Sessão de Júri] para o caso de se chegasse ali e [o avaliador externo] me fizesse uma pergunta, eu saber responder. [Na Sessão de Júri] (...) foi lá o avaliador e estavam lá os formadores ao lado. Ele fez-nos ali umas perguntas (...) e eu respondia e ele escrevia lá se estava bem ou mal (...) fiz uma apresentação e (...) depois passou a outro colega.” - C1*

*“Acho que foi a Carina [que fez a Sessão de Preparação de Júri comigo]. Na sessão de preparação, eu falei como costumo falar, mas depois cheguei lá [à sessão de júri] e depois [saiu diferente]. Na sessão de Júri estava muito, não era nervoso em si, se estivesse só eu, as formadoras e o avaliador, era uma coisa, mas estavam lá na altura outras pessoas e fiquei um bocado assim, um bocado tímido (...) e eu não gosto [de falar em público e para muita gente]. Sim, foi [apresentei o tema do “Dopping na Alta Competição” e a minha apresentação] (...) foi só oral (...) fiz a primeira parte e a Carina ajudou-me no resto, nuns números que eu já não me lembrava [e] a apresentar lá uns folhetos, porque*



*eu tinha uns folhetos (...). O Júri não estava à espera que eu fizesse aquele trabalho do Dopping assim tão profundo, sobre tantas modalidades, nunca pensaram que fosse assim.” - C2*

*“(…) o que eu apresentei foi a minha entrada para esta minha profissão [Técnica Administrativa], a qual eu senti algumas dificuldades, até porque atravessava um momento difícil da vida (...) e tive algumas dificuldade em falar sobre ele, porque passei situações desagradáveis, depois para mim também é um pouco difícil falar (...) porque me faz confusão estar a falar para uma plateia, para mim é complicado e não tenho á vontade (...) mas [a Sessão de Júri] fez-se bem.” - C3*

*“Não [tive Sessão de preparação de Júri], só nos disseram que tínhamos de apresentar um trabalho (...). A pessoa naquele dia [da Sessão de Júri] está sempre mais nervosa não é, mas correu bem. (...) o meu trabalho (...) foi sobre o Braille, sobre a história do Braille (...) e de como o Braille era útil para a pessoa cega não é? E depois foi contar a história da minha vida. E fui logo a primeira.” - C4*

#### **Adaptação das Sessões de ADE ao Público Invisual**

Relativamente à Adaptação das Sessões de ADE ao Público Invisual, ambas as Técnicas consideraram que as sessões estão adaptadas a este público específico.

*“é tudo igual” – T1*

*“o Diagnóstico é diferente [do Processo RVCC], é um trabalho adaptado aos invisuais como também acho que é adaptado aos outros. (...) estamos a falar de uma área em que as duas primeiras sessões são em grupo, mas depois elas são individuais e não estamos a falar de um processo RVCC ou de um processo formativo, que é, conseguir com que a outra pessoa perceba (...) com que a outra pessoa aprenda, (...) [portanto explico] tudo exactamente da mesma forma (...) [não] há nada que tem de se adaptar, a não ser mesmo a própria Técnica, não é, está com o candidato, tem de adaptar a ele”.*

#### **Adaptação de materiais e recursos nas Sessões de ADE, face ao Público Invisual**

Relativamente à Adaptação de Materiais e Recursos utilizados nas Sessões de ADE com o público invisual, ambas as Técnicas teceram considerações. Ao nível das adaptações de materiais, T1 referiu não existir no Centro material em suporte Braille, nem nenhum elemento da equipa técnico-pedagógica ter “possibilidade” de interpretar tal suporte. Nesse sentido, referiu que a única adaptação de materiais, se verifica ao nível do envio de documentos em suporte digital para o e-mail dos candidatos [quando assim é solicitado] (em oposição ao procedimento normal de entrega dos mesmos em sessão), o que considera vantajoso, pois permite autonomia quanto ao preenchimento de documentação, sem necessidade de recurso a outras pessoas. Ao nível dos recursos nas sessões de ADE,

a T1 afirmou que a comunicação se assume como recurso principal, ressalvando que quando não se consegue captar a atenção de uma pessoa, é o mesmo que ela ser “cega, surda, muda, tudo”. Por sua vez, T2 afirmou não existir nenhum tipo de adaptação, face aos materiais utilizados nas sessões de ADE, com candidatos cegos, referindo apenas que caso seja necessário e/ou solicitado, auxilia os candidatos no preenchimento de documentação.

*“os métodos em termos de instrumentos, têm vindo a mudar nos Centros Novas Oportunidades, porque ao teres uma situação com a população em geral, a ANQ já tem vindo a mudar várias coisas, (...) [mas] portanto não vamos ser líricos. Do ponto de vista prático, se eles [candidatos] já têm a situação em termos de se têm o computador adaptado, com o sistema com aquela linguagem, excelente [porque podemos entregar/enviar documentação em suporte digital], se não têm, é mais difícil, porque nós em termos de Braille, não temos possibilidades [quem elabore e quem traduza]. [Ao nível dos materiais, o principal material é a comunicação] (...) a maneira como é promovida a mensagem (...) [porque] quando (...) estamos a fazer o trabalho de formação, o que está escrito nos slides, é um bocado indiferente, tem tudo a ver com a informação e a forma como tu promotes e motivas a ideia e a maneira simples, pratica e objectiva como tu a colocas, tem que ser conciso, tem que ser simples, tem que ser prático, não pode ser dúbio (...) [e] a maneira como se ouve tudo aquilo que eles estão a dizer, (...) [porque] não há nenhum comentário parvo, todos os comentários são válidos e importantes em termos de apreciação, (...) [o que me permite] perceber o que é que eles precisam até aí, porque de outra forma, não conseguia ter essa percepção”. – T1*

*“os materiais são exactamente iguais [aos utilizados com candidatos normovisuais], portanto eles têm que fazer um questionário, umas actividades [e] um currículo”, justificando que “o Processo RVCC e o Diagnóstico são diferentes não é, porque no Processo RVCC, vamos imaginar, se eu fosse Profissional de RVCC e tivesse que fazer uma actividade, em vez de ele estar a escrever ao computador porque ele não consegue, trabalhava antes com ele no computador ou sugeria que recorresse a um gravador (...) porque eles têm de fazer certos exercícios para conseguirem demonstrar que têm competências (...) e aí esses materiais têm de ser adaptados (...) é um processo muito mais complexo e isso sim, é uma adaptação muito diferente, (...) é uma coisa diferente (...) agora (...) se formos ver o Diagnóstico do início ao final, isso não se passa [não há adaptação de materiais para candidatos invisuais]. [até à data, a única situação diferente, foi o preenchimento do questionário em conjunto com o candidato] (...) mas foi um documento normal, não um documento adaptado.” – T2*

#### **Adaptações das actividades realizadas pela Formadora (NB), com Público Invisual**

No que se refere às adaptações das actividades, face ao público invisuai, F3 referiu que nas situações em que os candidatos cegos evidenciam o domínio do programa JAWS, mas apenas ao nível do texto (e não dos símbolos), dispensa a introdução de símbolos nos cálculos e solicita que a

informação seja discriminada por escrito, ressalvando que o importante é perceber se o raciocínio dos candidatos está correcto e é adequado face às actividades em causa. Concluiu mencionando não ter dificuldades no que se refere a pensar e conceber adaptações necessárias a este publico em específico.

*“[Quando dominam o JAWS em texto, mas não dominam em símbolos] (...) fazem em texto na mesma. É preferível, porque o que me interessa é que eles saibam fazer e entendam o que estão a fazer. Se eles em vez de meterem o símbolo da percentagem, para quem não vê, estar lá o símbolo ou estar escrito percentagem [é exactamente a mesma coisa] (...) portanto, também não é por aí.” – F3*

### **Adaptações do Referencial de Competências-chave ao Público Invisual**

No que se refere às adaptações das sessões de exploração do Referencial de Competências-chave com candidatos cegos, P4 referiu que identifica as pistas sobre as competências a demonstrar de forma “mais simples”, para que os candidatos possam desenvolver o seu trabalho. Por sua vez, a F3 referiu seguir ponto a ponto o referencial, identificando exemplos, fazendo os candidatos cegos sempre recurso ao computador, a fim de os anotar. Por sua vez, F3 referiu existirem algumas adaptações, considerando que tal medida faz “sentido” – o que se coaduna com a lógica do Guia de Acesso das Pessoas com Deficiências ou incapacidades ao Processo RVCC, da responsabilidade da ANQ – tendo identificado exemplos de pontos do Referencial que não trabalha na área que lecciona, MV (Teorema de Pitágoras, Ângulos, Mapas, Representações Gráficas). Concluiu referindo que segue “ponto a ponto” o Referencial, identificando sempre exemplos e considerando fundamental, que nas sessões de exploração do Referencial, os candidatos cegos estejam a o computador.

Ainda no que se refere ao Referencial de CC e às suas adaptações face ao público invisual, a candidata C3 produziu uma crítica, que considera expressar a sua opinião e a de outros colegas. A candidata referiu que para além deste “instrumento” integrar áreas “desconhecidas” (sem as identificar), ele apresenta igualmente uma linguagem demasiado técnica, sendo pouco “explícito” e não permitindo uma clara e fácil interpretação do que é pretendido, não estando por isso “adaptado” face ao público-alvo a que se destina.

*“Aquilo que eu senti nas sessões de exploração do referencial nos meus grupos, sendo que eu num grupo até tive 3 [candidatos] invisuais, a única, a grande limitação deles é que nas sessões de exploração do referencial, por norma nós damos pistas ou tornamos mais simples a competência, para que eles possam desenvolver [o que é solicitado].” – P4*

*“o Referencial também é adaptado (...) tem de ser mesmo adaptado. (...) [Com candidatos amblíopes] Já dá [para trabalhar os pontos todos do Referencial], a não ser que sejam assim uns casos muito complicados, mas pode ser difícil, porque por exemplo às vezes há gráficos que ocupam vá lá meia página A4 e se ele for muito amblíope, para tu fazeres uma ampliação e se for muito grande, aquilo vai-*

*se complicar muito e então, acaba por não se fazer. Depois, por exemplo, para pessoas que sejam muito boas, há coisas que se pode fazer e que se adapta, para outras não se adapta. [Com os candidatos cegos] há coisas que não se trabalham com eles, porque não há hipótese de se fazer (...) [por exemplo] a base do Teorema de Pitágoras é um triângulo. O triângulo tem que ter um ângulo recto, eles começam logo com dificuldades a perceber o que é que é um triângulo, o que é que é um ângulo recto, depois... os dois lados do ângulo recto são catetos, o outro é hipotenusa, se isto já é uma confusão para quem vê, então imagina para uma pessoa que não vê nada. Portanto, às vezes esse ponto, em 95% dos casos, não se toca. (...) os mapas, em que também se faz um trabalho sobre escalas dos mapas, entre a distância real entre 2 pontos também não trabalho, quer dizer, pô-los a estudar uma escala, é uma coisa que eles nunca vão fazer na vida. Uma pessoa que é invisual e pores uma planta de uma casa, um mapa, quer dizer, não tem sentido, é um ponto que se salta também. (...) a questão de representações gráficas não se fazem, análises de notícias com representações gráficas também não... Há assim determinadas coisas que tens mesmo de saltar, que não tem sentido. (...) numa descodificação de Referencial, vamos seguindo ponto por ponto o Referencial e eu vou fazendo exemplos no quadro. Com eles, tem de ser, vai-se lendo também ponto por ponto o Referencial e eles têm de ter o computador à frente e os exemplos, eles escrevem-nos.” – F3*

*“(...) eu na minha opinião pessoal e acho que é toda a gente a dizer o mesmo (...) para além das áreas que muitas vezes são desconhecidas, o próprio formulário [Referencial do Básico] do RVCC não é específico, é complexo, não está bem explícito, ele não está bem explícito e nós olhamos para o papel e perguntamos “o que é isto, qual o significado, qual o sentido, porquê faze-lo?” (...) porque não se percebe, olhamos para aquilo e perguntamos “o que é isto, o que é que eles pretendem” e quando vamos a ver na prática, o que nós temos de fazer não é o que está lá, não é, olhamos para aquilo e é um bicho de sete cabeças, quer dizer, a pessoa fica completamente perdida (...). (...) é muito técnico e (...) no geral este Processo foi feito para pessoas com limitações e já com alguma idade e sem bases e este Referencial não está adaptado, não está acessível, é muito complexo (...) [devia ser] mais acessível.” - C3*

### **Adaptações do Balanço de Competências ao Público Invisual**

No que se refere à realização da sessão de Balanço de Competências com candidatos cegos, F3 referiu que a única adaptação se prende com o facto de o Balanço ser realizado oralmente e não por escrito.

*“O balanço acaba por ser oral, em vez de ser escrito.” – F3*

### **Adaptações da Sessão de Júri de Certificação ao Público Invisual**

Relativamente às adaptações das Sessões de Júri de Certificação face aos candidatos cegos, F3 referiu que a única adaptação colocada em prática, se prende com a apresentação oral por parte dos candidatos, sem recurso ao Power Point.

Uma vez que as Profissionais de RVCC P4 e P5 não tinham, até à data, realizado Sessões de Júri de Certificação, ambas emitiram considerações face às possíveis adaptações que prevêem ser colocadas em prática, tendo referido que não deverá ser feito recurso ao Power Point, a menos que, como referiu P5, essa seja uma vontade do candidato. As profissionais referiram ainda que os candidatos cegos poderão fazer recurso a uma folha Braille com as suas próprias indicações (P4), ou mesmo gravar anteriormente o seu trabalho e apresentá-lo na Sessão de Júri através de suporte áudio. Por fim, ambas referiram que quaisquer adaptações, dependerão sempre dos próprios candidatos e do que estes valorizem.

“É [a única adaptação é que o Candidato não faz a sua apresentação com recurso ao Power Point].” – F3

*“Pode não ter o Power Point sim. (...) Terá eventualmente... sei lá, imagino eu que, posso eu, se for Profissional [de RVCC] dele, lançar aqueles pontos que nós necessitamos para seguir o raciocínio em suporte Power point, como pode ter ele uma folha em Braille com as orientações. (...) Acho que isso [o tipo de adaptações necessárias a fazer] depende da pessoa.” – P4*

*“Pode não ter o Power Point (...) porque não vamos fazer isso. Pode ele ter gravado por exemplo a sessão, pode eventualmente gravar alguma parte e depois fazer uma coisa qualquer áudio (...) [mas] eu acho também que o melhor é nós darmos a capacidade de autonomia e de liberdade à pessoa, isto é, ele que decida como bem entender. Se a pessoa me disser que até quer fazer um Power Point, faz. Pode não ter muita validade para ele porque ele não está a ver não é, não está, mas ele é que decide. Depende do tipo de candidato e aquilo que ele realmente valoriza não é?” – P5*

### **Necessidades de adaptação de materiais (passadas e/ou futuras)**

No que se refere às necessidades de adaptação dos materiais (passadas e/ou actuais) existentes e utilizados no CNO do CNED, face ao público invisual, P4 recordou que inicialmente o CNO não tinha salas de computadores, recorrendo os candidatos apenas à memorização, o que tornava a realização do Processo RVCC mais custosa. Tendo posteriormente sido criadas as salas de computadores, referiu que não estavam instalados programas /leitores de ecrã, pelo que os candidatos recorriam a gravadores, o que não permitia que toda a informação fosse registada. Só posteriormente foi adquirida pelo CNO, a licença do Programa JAWS, tendo desde logo sido adoptada a estratégia de realizar sessões com os candidatos cegos, nos computadores que suportavam este programa. Face às necessidades de adaptação actuais, P4 afirmou ter recebido sugestões por parte dos candidatos cegos relativamente à sala de Informática, mas não especificou as indicações que lhe foram transmitidas.

*“Os invisuais não podem escrever [à mão] e nós [quando entrei inicialmente para o CNO] não tínhamos salas de computadores até então e eles não podiam registar, portanto era tudo por memória, o que fazia com que eles chegassem a casa e por mais competências que eles tivessem, de leitura, de escrita, de reflexão, eles não conseguiam porque não se recordavam de maior parte das coisas (...). [Após terem sido equipadas as salas com computadores, mas sem programas / leitores de ecrã] nós púnhamos os grupos, mas [os candidatos cegos] não estavam ao computador (...) o gravador deles estava ao pé de mim mas depois eu desloco-me, ou seja [nem sempre o som era captado pelos seus gravadores]. Por acaso [nessa altura] foi péssimo (...) [mas foi uma] situação que depois foi ultrapassada por quem quis continuar, através de e-mails, porque a mensagem é passada através de e-mail. [Posteriormente à aquisição de licença do Programa JAWS] (...) houve (...) logo na altura uma estratégia que se adoptou, que foi começar a dar as sessões nos computadores que tinham o JAWS. [Foram-me dadas sugestões pelos candidatos invisuais sobre] A sala de Informática.” – P4*

### **Cuidados especiais face ao Público Invisual**

Tendo sido abordada a possibilidade de existirem alguns cuidados especiais a ter com o público invisual, T2 afirmou ser necessário auxiliar os candidatos em termos de orientação e mobilidade nas instalações do CNO do CNED, mais concretamente no que se refere à identificação do trajecto que corresponde à entrada e saída do CNO do CNED (dado que as instalações do Centro são no 2º piso). No que se refere a P4, a profissional referiu que o “único” cuidado que por vezes tem, está relacionado com a comunicação. Por sua vez, P5 referiu ter igualmente cuidados ao nível da comunicação e ter tido anteriormente preocupações referentes às salas e ao seu espaço disponível para os candidatos cegos circularem. Por fim, no que se refere aos candidatos amblíopes, F3 mencionou a necessidade de entrega de documentos sempre com o tamanho de letra que cada candidato pode ver e ler. No caso dos candidatos cegos, referiu ser necessário preparar as salas onde são realizadas as sessões, de modo a que tenham computadores e que estes estejam equipados com o Programa JAWS.

*“temos que ter cuidado quando vêm cá os candidatos, dizer onde é que é a sala (...) [e] depois normalmente vou sempre levar ao elevador. (...) [o elevador] tem 4 botões (...) e então digo “tem 4 botões, este é o 1º, 2º, 3º e tem que tocar neste, neste 4º (...) [e] coloco-lhes o dedo [no botão correspondente ao piso] para eles carregarem [e que] depois quando for para sair, (...) porque nós temos aquela coisa em que entramos de um lado [do elevador] e depois saímos do outro, (...) [indico] agora você fica aqui de costas” (...) e depois eles já sabem (...) porque (...) decoram isso tudo.” – T2*

*“(...) eu, o único cuidado especial que eu sou capaz de ter é mesmo isso, é perguntar, “então, isto que nós estamos a trabalhar, dê-me lá um exemplo”, que é para a pessoa [invisual] fazer aquilo que a Maria João tinha dito, para as pessoas elaborarem e para conseguirem compreender melhor o que nós estamos a falar, só isso mais nada (...).” – P4*

*“(...) a única diferença é que eu tinha a preocupação realmente de falar mais devagar, para que pudessem pelo menos fazer o raciocínio que eu gostava que eles desenvolvessem (...) pedia-lhes era sempre para me lembrarem que eu estava a falar muito rápido e eles lembravam-me, porque essa é uma característica que eu tenho e eles diziam e eu voltava a reformular. (...) Às vezes tinha a preocupação (...) se a sala por exemplo t[inha] espaço para passar ou não.” – P5*

*“(...) é necessário preparares a sala onde vais ter a sessão (...) tu para a sessão sabes que tens de ter um computador, já com o programa adequado para eles. Se forem amblíopes, sabes que o suporte em papel tem que ser já com determinado tamanho de letra que lhes permita ler e normalmente isso é logo... discutido com eles, porque eles sabem logo qual é o tamanho de letra que conseguem ler, portanto eles também dizem-te logo isso.” – F3*

#### **Motivos de abandono do Processo RVCC, por parte do Público Invisual**

Relativamente aos motivos de abandono do Processo RVCC por parte dos candidatos cegos, ambas as Profissionais de RVC (P4 e P5) consideraram que os motivos não estão associados à condição dos candidatos, mas sim, a factores relacionados com o volume de trabalho do processo RVCC, problemas de saúde, mudanças de residência, ou ainda, mudanças de oferta formativa.

*“(...) não acho que se deva ao facto de serem invisuais, acho que se deve ao facto de as pessoas quando entram em contacto com o processo [RVCC Secundário] e se apercebem do volume de trabalho que tem, muitas das pessoas não têm vida, nem pachorra para o fazer, não é, acho que é um pouco por aí.” – P4*

*“eu por exemplo estou a falar dos meus (...) há uma pessoa que voltou para a terra (...) houve uma pessoa que iniciou o processo de RVCC, entretanto neste momento desistiu, não sei se vai retomar ou não, entretanto voltou às origens, Trás os Montes, parou. Uma outra está a colocar a hipótese de ir para um EFA (...) [e] outra pessoa está com um problema de saúde grave”. – P5*

#### **Motivações subjacentes ao ingresso no Processo RVCC, por parte do Público Invisual**

Relativamente às motivações subjacentes ao ingresso no Processo RVCC, todos os candidatos referiram a vontade de obter um nível de qualificação superior. No que se refere a C1, o candidato referiu ainda que o motivo inicial se prendeu com a vontade de obter mais conhecimentos. Por sua vez, C2 mencionou que a vontade de “dar uma chapada sem mão” a determinadas pessoas também contou a favor do seu ingresso no Processo. Por fim, C3 destacou que concluir o 12º ano é um desejo seu “desde criança”, sendo que a aquisição de mais aprendizagens e a garantia de maior estabilidade na

situação profissional, foram as suas motivações para ingressar no Processo RVCC, juntando assim “o útil ao agradável”.

Por fim, C4 referiu que a sua motivação, era a obtenção de qualificação superior, através da obtenção do 9º ano de escolaridade.

*“A primeira coisa foi para ganhar mais conhecimento (...) para enriquecer essa parte e depois por causa do documento [certificação] que é importante. [Na fase de Acolhimento] Estava lá uma menina que me dizia “até uma medalha que ganhou no atletismo, enriquece o currículo, a sua caderneta militar, etc, este processo tem a ver com a vida das pessoas” e é verdade e eu então fui para lá, porque a minha vida também já me deu muitas voltas, já me deve dar uma ajuda para fazer isto, vou ver se devo conseguir, então pensei “vou experimentar” e experimentei e pronto.” - C1*

*“A motivação era acabar o 9º [ano] (...) [e] para dar uma chapada sem mão a muita gente (...) aqui no Estádio [Universitário – Universidade de Lisboa], há muitas pessoas que dizem “então o Firmino não faz nada, só corre e vai para casa, não sei quê, era para lhes dar uma chapada sem mão (...) mas depois mostrei-lhe, dei-lhe assim na palma da mão para ele ler.” – C2*

*“(...) eu sempre desde miúda tenho na ideia ir até ao 12º (...) sim, era, foi essa a base de começar a frequentar o 9º ano [pelo Processo RVCC] (...). (...) Também era um desejo meu porquê, porque é mais alguma aprendizagem que se tem e mais uma forma de nos facultar para um emprego mais estável e era essa a razão. O 12º ano dá-nos mais qualificações, mais oportunidades de trabalho, mas na altura, quando eu fiz o 5º e o 6º ano, não se falava ainda no 12º, ou seja, porque bastava o 9º ano para se conseguir emprego (...).” – C3*

*“Era [a ideia era mesmo concluir o 9º ano]. Portanto quando eu entrei disse ao marido que ia fazer o 9º ano e ele “ah, vais fazer o 9º ano para quê se já tens a carreira feita?” e eu disse “então, mas eu não morri”. E eu disse “ah, eu vou fazer”. Depois haviam pessoas que diziam que pensavam que nos íamos chegar a meio e que desistíamos e não.” - C4*

### **Motivos de (re)ingresso no Processo RVCC, por parte do Público Invisível**

Relativamente aos motivos que conduziram ao reingresso no Processo RVCC, apenas C2 e C3 se pronunciaram, uma vez que após realizarem o Processo RVCC de Nível Básico, optaram novamente por esta oferta formativa para conclusão do 12º ano. Assim, C2 referiu que os motivos de escolha se prenderam essencialmente com o facto de ter “gostado” de realizar o Processo e ainda, porque dentro das propostas de encaminhamento apresentadas pela Técnica de ADE do CNO do CNED que acompanhou o seu caso, considerou que nenhuma delas se adequava às suas necessidades. Por sua vez,



C3 referiu que para além de considerar que actualmente o 9º ano não é “válido” para efeitos profissionais, necessitava obrigatoriamente de qualificação superior para exercer o cargo que actualmente desempenha. Nesse sentido, para atingir os seus objectivos, mencionou ter optado por concluir quer o Nível Básico, quer o Nível Secundário, pela via Processo RVCC, pelo facto de não existir capacidade de acompanhamento de candidatos invisuais nas escolas regulares e no ensino recorrente, atribuindo culpas ao Ministério da Educação. Por fim, tendo destacado positivamente a intervenção e apoio dos profissionais do CNO do CNED, afirmou estar actualmente a realizar Processo RVCC Secundário no CNO da Casa Pia de Lisboa, pelo facto deste Centro ser especializado na recepção de público invisual, destacando que aguardou mais de um ano pela abertura de turma no CNO do CNED, sem tal se ter verificado.

*“[Optei por fazer o 12º ano também pela via do Processo RVCC] (...) porque gostei [de fazer o Processo RVCC Básico e porque] (...) estive com a (...) Cátia (...) fui falar com ela e ela apresentou-me várias soluções, só que eu, aquilo que ela me estava a apresentar, eram aqueles cursos de dois anos ou de três para ter equivalência ao 12º [via EFA]. Dos que ela me estava a apresentar, nenhum daqueles dava para mim e eu disse pronto “nenhum desses da para mim” e então ela disse-me outras coisas e eu disse “não, eu quero é fazer o 12º ano assim” [através do Processo RVCC]. Ela disse-me “ah, mas vai ser complicado” e eu disse “não faz mal, se não acabar num ano, acabo no outro”. Mas elas avisaram-me logo [que o Processo RVCC Secundário é mais exigente] e eu disse “não há problema”.” - C2*

*“(...) actualmente, não considero que o 9º ano seja valido para encontrar emprego, de forma que é mesmo necessário o 12º (...) por outro lado, o meu posto de trabalho exige e a área em que eu estou inserida, é obrigatório (...) não posso exercer sem o 12º ano (...) tenho alguma urgência para fins profissionais, de entregar a certificação do 12º ano (...) de forma que tenho alguma urgência em acabar o 12º ano. [Optei por Processo RVCC porque] (...) é muito complicado nós encontrarmos nas Escolas, ou seja, há muitas escolas para pessoas normovisuais, mas os cegos, ou pessoas com deficiência, seja qual ela for, necessitam de acompanhamento, de apoio específico e esse apoio específico é escasso, ou seja, o Ministério da Educação fala, mas na pratica não há esses apoios, não há professores especializados e os poucos que há estão muito distribuídos, não têm capacidade de acompanhamento em todas as cidades ou aldeias. E foi muito complicado o processo de encontrar, porque nós [cegos] queremos entrar para a Escola, mas não há as pessoas de apoio para fazer o 12º ano no ensino recorrente, não temos pessoas de apoio, é problemático é complicado mesmo, na prática não há, as escolas não têm apoio, nós não conseguimos entrar numa escola com facilidade. (...) por isso é que eu também optei pelo Processo RVCC, fiz o 9º ano e agora estou a fazer o 12º e espero terminar em breve (...) é um processo rápido (...) porque uma vez iniciada a Informática, me facilita também (...) rouba-me menos tempo e (...) [porque] não dá para estudar [no ensino regular ou recorrente], é mais complicado, não é impossível (...) mas é mais complicado (...) é mais estafante. (...). Assim juntamos o útil ao agradável, não é? (...) o facto de não ter continuado ali [no CNO do CNED] a fazer o RVCC é porque (...) perdi um ano e tal e não havia*

*qualquer certeza se iam ter RVCC no 12º ano para pessoas com deficiência, porque, porque é preciso um acompanhamento, porque o RVCC agora o 12º ano também pode ser dado em Braille e essas áreas não há quem faça, portanto, não dominam o Braille, não há técnicos específicos na área Braille. (...) Tenho pena de ter ido para Belém, porque aqui estava mais perto [do emprego], mas de facto, eles [CNO do CNED] não davam início e eu precisava com urgência, estive um ano e meio à espera, mas depois fui para a Casa Pia, porque estes foram pioneiros no Ensino Especial [e tiveram] primeiro técnicos nessa área, embora [o CNO do CNED] fosse mais perto e eu gostasse de estar ali.” - C3*

### **Adaptação do Público Invisível ao Processo RVCC**

Relativamente à opinião das profissionais sobre a adaptação dos candidatos cegos ao Processo RVCC, P4 referiu que a adaptação está associada ao potencial de cada candidato, considerando que independentemente da sua condição, é problemático quando não dominam as TIC. Por sua vez P5 recordou a adaptação ao Processo RVCC por parte de 2 candidatos (dos três com quem realizou actividade profissional), afirmando que solicitaram a gravação das sessões e devido ao seu domínio das TIC, realizaram um trabalho “interessante”. Por fim, F3 considerou que o Processo RVCC está adaptado a este público específico, não sendo difícil para um candidato cego, realizá-lo e concluí-lo.

Quando questionados sobre a apreciação global do Processo RVCC, todos os candidatos avaliaram positivamente esta oferta formativa. C1 referiu essencialmente que considera o Processo RVCC uma oferta formativa “interessante”, que permite a aquisição de qualificação superior, considerando-a mais fácil comparativamente ao que é exigido em nível equivalente, no ensino regular, factor com o qual concorda, uma vez que identifica como público alvo desta oferta, adultos pouco escolarizados. Por sua vez C2, referiu que sendo o Processo RVCC uma oferta distinta da que ocorre no ensino regular, inicialmente a considerou “aborrecida”, sentimento que se alterou ao longo do Processo, passando a apreciar o mesmo. No caso de C3, a candidata considerou que a oferta Processo RVCC é igualmente fácil e complexa, sendo uma “boa” via para que o público adulto pouco escolarizado ou para os jovens que não concluíram a escolaridade obrigatória, terminem o seu percurso. Referiu ainda positivamente o facto de ser uma formação “mais pessoal” e de possibilitar uma melhoria em termos profissionais. Por fim, C4 considerou estar “tudo bem” no Processo, recordando que pensou que fosse mais difícil a sua realização.

*“Há invisíveis com potencial para o processo [RVCC] e há outros que não têm potencial para o processo (...) cada um faz da vida deles aquilo que qualquer um outro adulto faz, ou seja, tem uma vida activa na sociedade, participa, preocupa-se, vê, informa-se, lê (...) e conseguem fazer [o Processo RVCC], há outros que nem por isso e que se resignam à condição deles ou utilizam a condição deles como desculpa para não fazerem também muita coisa na vida. [Mas já] tive invisíveis que não tinham nenhum domínio das TIC (...) isso é que é problemático para os invisíveis como é problemático para outro*

*[candidato] qualquer (...) ai, eu acho que é um pressuposto que é também para os que não são invisuais e que não conseguem fazer o processo RVCC". – P4*

*"Tive dois candidatos que ao nível das tecnologias estavam muito bem familiarizados, por isso perguntaram logo se podiam gravar as sessões (...) e acabaram por o fazer (...) estavam muito bem com as TIC, por isso eles gravavam, depois escreviam as orientações e começaram até por desenvolver a narrativa de uma forma interessante." – P5*

*"Acho que sim [pode-se dizer que o Processo RVCC está adaptado ao público invisual]. Exacto [tem condições perfeitamente adaptadas para fazer o Processo sem ter grandes problemas]. Não, não [não é difícil um candidato cego fazer o Processo de RVCC]. (...) É do candidato, não é pela dificuldade, ou pela deficiência que vão demorar mais ou menos. É por outros motivos, é pelas competências que efectivamente tenham ou não, é se está desempregado ou se tem tempo ou se não tem tempo." – F3*

*"Eu acho interessante, estou como disse o avaliador que me passou o certificado, foi ele que aprovou no final e estou como ele disse, isto é uma ajuda para a pessoa ficar com mais qualificação, para ficar com um currículo mais forte, porque em Portugal há não sei quantos milhões de pessoas que não tem estudos, ou que só têm a 4ª classe e isso é mau, estou como ele disse [e] acho [que o Processo RVCC está] muito bem. (...) não é um 9º ano que se possa comparar a um curso tirado cá fora [ensino regular / recorrente], penso eu, não é como aquele tirado durante o dia, é um 9º ano mais simples, mas acho que está bem (...).[E] O horário [pós-laboral] não era mau (...) também não estava mal." – C1*

*"[O Processo RVCC] (...) é um bocado, é diferente [da Escola]. (...) [No início] Achava que aquilo era um bocado chato, mas depois comecei a gostar." – C2*

*"(...) o Processo RVCC é fácil, mas não é, é fácil e é complexo. (...) Eu acho que é uma boa oferta formativa porquê, porque hoje é exigido a qualquer funcionário que tenha no mínimo a escolaridade obrigatória, se estes não o fizeram e eu falo a nível geral, porque como todos sabemos há muitas crianças e jovens que não concluem a escolaridade obrigatória, também por outro lado há muitos adultos que nem sequer estudaram ou que só fizeram o 1º ciclo (...) de forma que muita gente, muitas pessoas hoje não têm quaisquer habilitações ou têm-nas muito baixas e o RVCC veio-lhes facilitar um pouco a nível profissional porque o estarem integrados no mundo profissional dá-lhes a facilidade, a possibilidade de poderem entrar na escolaridade de novo, com o RVCC que é realmente uma formação mais pessoal e poderem fazer o pós-laboral, que foi muito bom terem feito o pós-laboral (...) que facilita e eu sei até de casos de pessoas técnicas que não tinham habilitações para os cargos que desempenham hoje (...) e andam a frequentar [o Processo RVCC] e eu acho muito bem. A própria experiência, eu acho que a experiência profissional é o que conta, mas na prática não querem só experiência, querem também o papel [de certificação]." – C3*

*“(…) acho que está tudo bem. Eu pensei que o Processo fosse muito mais difícil.” – C4*

### **Duração do Processo RVCC dos Candidatos Cegos Certificados**

Relativamente à duração do Processo RVCC, ainda que não tenha sido possível apurar a duração concreta dos Processos dos candidatos, foi possível aferir que as conclusões variaram entre os 8/9 meses e um ano e meio.

*“É provável [que tenha durado cerca de um ano, porque entrei em 2006 e certifiquei-me em 2007], agora não (...) sei precisar ao certo, mas é provável. Eu fui mais lento, ia fazendo mais devagar aquilo, quando tinha algumas dúvidas ia perguntando.” - C1*

*“Eu comecei [o Processo RVCC] em 2006 com a Carina Alberto, depois na altura ela passou para o Secundário e entretanto não me disseram nada e eu deixo-me estar e depois retomei em 2007 outra vez, depois só acabei em 2008, no final do ano mesmo de 2008.” - C2*

*“Boa pergunta, já não me lembro, não sei se foram seis meses, foi pouco tempo, não sei, já não me lembro, talvez mais até, não sei, já não me recordo, mas não terá feito um ano com certeza, não fez um ano.”- C3*

*“O meu processo parece que foi oito a nove meses.” - C4*

### **Apreciação dos conteúdos e actividades do Processo RVCC, por parte dos Candidatos Cegos Certificados**

Quando questionados sobre a opinião do Processo RVCC, ao nível dos seus conteúdos e actividades, todos os candidatos teceram considerações positivas, ressaltando alguns pontos. C1 avaliou positivamente os conteúdos e actividades do Processo, tendo destacado em particular, os referentes às áreas de TIC e MV, bem como, as aprendizagens que delas extraiu. Por sua vez, ao nível das actividades, C2 afirmou que ainda que os profissionais sejam rigorosos, deviam ser mais exigentes, ressaltando o facto de que certos candidatos não pesquisam, ou não “tiram as coisas da sua cabeça”. No que se refere a C3, numa opinião global a candidata referiu que os conteúdos e actividades do Processo RVCC não são difíceis, porém, estabeleceu um paralelismo entre o Ensino regular e o Processo RVCC. No que se refere aos conteúdos, afirmou que enquanto nas “Escolas”, a “matéria” é explicada, sendo uma oferta formativa mais “fácil” a esse nível, no Processo RVCC, é necessário corresponder ao Referencial de Competências-Chave, que na sua opinião integra áreas / disciplinas que não são leccionadas no ensino regular e que desconhecia. Relativamente às actividades, considerou que baseando-se o Processo RVCC na experiência de vida dos candidatos, o trabalho a realizar é individual e pessoal, o que exige “muito

trabalho”, “escrita”, “capacidade mental” e ainda, “disponibilidade interior” para abordar os temas/assuntos necessários. Por fim, C4 destacou essencialmente que ainda que o volume de trabalho fosse elevado e realizasse trabalhos até de madrugada, julgou que os conteúdos e actividades do Processo RVCC fossem mais difíceis.

*“Uma coisa que aprendi lá muito boa no CNED, foi com a Lucinda, comecei-me logo a adaptar muito bem ao Excel, é com linhas e com números, adaptei-me muito bem com aquilo. Aprendi [também] por exemplo nos computadores como é que se faz a mediana, ainda me lembro, a moda e a média (...). [Também aprendi muito na Matemática] (...) como por exemplo fazer a área de um prato, um prato é redondo, como é que se vai calcular ali uma área, (...) medir a área de um prato por exemplo é uma coisa diferente, é o raio que se mede, (...) os ângulos (...) o que é uma hipotenusa, (...) o que é um cateto (...) aprendi também a fazer o pi (...) isto foram coisas que aprendi lá na Matemática. (...) quer dizer coisas que aprendi, então não foi?” - C1*

*“(...) acho que tem de ser um bocado mais exigente, no Básico, no Básico deviam ser mais exigentes, um bocadinho, em algumas coisas. (...) Eu acho que eles já são rigorosos, mas se fossem um bocadinho mais, têm de ser um bocado rigorosos com os trabalhos que as pessoas apresentam, porque muitas vezes (...) as pessoas não vão pesquisar, não tiram as coisas da sua cabeça.” - C2*

*“(...) o RVCC não é o que as pessoas comentam, é fácil, sem duvida que é fácil, mas o RVCC é muito baseado na vida pessoal ou seja toda a vida, desde que se nasce até aos projectos futuros. Há áreas que nós não dominamos, confesso também que (...) integrava áreas e disciplinas que nós nem sequer tínhamos dado nas escolas, aí é-nos mais difícil porquê, se no 9º ano nos davam pistas, nos davam tópicos, na escola é muito mais fácil porquê, porque dão-nos a matéria, explicam a matéria, no RVCC não é explicado, no RVCC é todo um formulário [Referencial] chamamos-lhe assim, que nós temos de preencher e completar. Nós nas aulas temos mais ajudas sem dúvida nenhuma e é-nos explicada a matéria, aqui [no Processo RVCC] é a nível individual e pessoal, é fácil sem duvida nenhuma, mas exige muito trabalho, exige muita escrita, exige muito a capacidade mental para nós podermos falar um pouco de nós e relembrar os prós e contras... Nem sempre é fácil, (...) isso não acontece na escolaridade normal não é? (...) é preciso ter muita disponibilidade interior porquê, porque depois também há assuntos que nós não queremos falar, mas eles dizem que se a pessoa não quer falar não fala, mas há coisas que temos de desenvolver, temos de argumentar, se temos de argumentar, temos de ir ao fundo das questões, claro que nem tudo, porque se nós não queremos pôr factos específicos pessoais, temos de encontrar outros e nem sempre é fácil e às vezes após um dia de trabalho, nós já não estamos com capacidade para pensar em coisas que aconteceram há dez ou vinte anos. (...) [Mas no geral] (...) não achei difícil.” - C3*

*“Uma pessoa está habituada ao método da Escola, com aquela matéria toda, com muita coisa para estudar e eu pensei que fosse difícil e há coisas que são mais complicadas. Eu cheguei a fazer trabalhos em casa até às duas, três da manhã e depois no outro dia tinha que me levantar cedo, porque eu tinha pouca experiência em mexer no computador. Mas eu ficava porque eu gostava e porque queria [os trabalhos bem feitos].” - C4*

### **Apreciação da metodologia e instrumentos do Processo RVCC, por parte dos Candidatos Cegos**

#### **Certificados**

No que se refere à avaliação do Processo RVCC, ao nível da metodologia e instrumentos, no computo geral, as considerações produzidas foram positivas, tendo os candidatos manifestado algumas sugestões e/ou críticas. Relativamente à metodologia, C2 referiu ter apreciado o método da autobiografia. Face aos instrumentos, avaliou positivamente o CNO do CNED, afirmando que quando iniciou Processo, existia no Centro uma sala de computadores, estando estes já equipados com o programa JAWS. Como sugestão, C2 mencionou que os computadores deveriam estar mais actualizados e como crítica, referiu a posterior perda de licença do programa JAWS, por parte do Centro. No que se refere a C3, referindo-se apenas aos instrumentos, a candidata avaliou de forma muito positiva o CNO do CNED, afirmando que foi a “única” instituição de que teve conhecimento na data, que já trabalhava com o Programa JAWS, o que para o público invisual é “ótimo”. Por fim, C4 avaliou positivamente a metodologia adoptada, bem como, os instrumentos do CNO do CNED, afirmando que os computadores estavam equipados com o Programa JAWS. Como sugestões, no que se refere ao público invisual, a candidata considerou ser pertinente a administração de (mais) aulas de Informática, tendo especialmente destacado o facto de que para certos candidatos que não possuíam (sequer) computador em casa, este complemento seria fundamental.

*“Sim [gostei do método do Processo RVCC em que temos de falar da nossa vida]. [Havia] (...) coisas que falava, mas depois, não falava assim directamente. [Quanto aos instrumentos, a sala de computadores] (...) tinha o JAWS (...) [mas] os computadores podiam estar mais actualizados (...) isso é que deviam. Se eles [actualmente] não têm a licença [JAWS], a culpa é deles, porque eu consigo pôr o JAWS no computador de borla (...).” - C2*

*“[Quando iniciei o Processo RVCC, os computadores já tinham o JAWS] Já, já, era a única instituição aqui perto que teve o sistema JAWS, ou seja, o software de voz, o que para nos é ótimo (...) todo o cidadão, ou seja, todo o ser humano tem direito às habilitações e às mesmas possibilidades de execução (...).” - C3*

*“É assim, eu achei bom, mas eu acho que para nós, a nível de Informática, devíamos ter umas aulinhas de Informática, porque para quem não sabe Informática, as pessoas ficavam um bocadinho às*

*escuras vá. Por exemplo, os trabalhos, nós fazíamos tudo em casa, eu por acaso não tive problemas desses porque eu tinha computador em casa e não tive problemas de usar, mas eu tive conhecimento de que havia pessoas que não tinham computador e que não conseguiam fazer os trabalhos. Sim e até para mim [era necessário ter umas aulas de Informática], porque eu sabia ir ao Word, mas depois não sabia mais e depois vim aqui para a Sain porque precisava disso mesmo, do complemento de Informática. [Os computadores das salas do CNO] Estavam [adaptados], estavam, tinham o JAWS. Trabalhávamos com o JAWS.” - C4*

#### **Apreciação da avaliação formativa e sumativa do Processo RVCC, por parte dos Candidatos Cegos Certificados**

No que se refere à opinião sobre o Processo RVCC, ao nível da Avaliação Formativa e Sumativa que é realizada, C1 e C3 teceram as suas considerações. No computo geral, C1 considerou que os processos de avaliação (formativa e sumativa) são adequados, afirmando não “interessa[r] estar a exigir mais”, porem ressalvou que a avaliação deveria ser mais rigorosa, no caso dos candidatos que pretendam posteriormente “seguir para a Universidade”. Por sua vez, afirmando que gostaria “de responder na integra, mas não [tinha] bem essa resposta”, C3 identificou claramente o que esta na base da avaliação formativa – o PRA – e, na base da avaliação sumativa – a Sessão de Júri –, referindo apenas que a avaliação é realizada por um avaliador externo, que tem por função emitir (ou não) parecer de certificação.

*“[Em relação à avaliação] (...) não interessa estar a exigir mais, acho que está bem agora se fosse um 9º ano para seguir para a Universidade, para aprofundar mais as coisas, aí teria que ser muito mais puxado, fazer perguntas e alguns testesinhos, mas acho que está bem. Achei bem, a avaliação final.” - C1*

*“(...) eu gostava de responder na integra, mas não tenho bem essa resposta. (...) [A avaliação recai sobre] (...) todo um dossier que se constrói, ou seja, um Portfólio, esse Portfólio é feito durante as sessões todas que vamos estando com os trabalhos que vamos concluindo e portanto esse processo vai ser avaliado por um avaliador externo (...) e que vai dar uma olhadela no processo, vai analisar a nossa ficha técnica. Eu penso que basicamente é mesmo só avaliar por alto e assinar, validar o Processo. A sessão de Júri é um encontro, que se propõe após o término do Portfólio, em que se está numa sala, perante uma plateia que á partida será só dos formandos e dos formadores e onde está presente o avaliador externo que nos validou o dossier. Essa sessão é feita basicamente tendo uma reunião em que todos os formandos falam um pouco sobre um tema que desenvolveu, que está explícito na sua história de vida, isto é basicamente a história da nossa vida e ao longo da história da nossa vida nós escolhemos um tema do qual vamos falando um quarto de hora, meia hora e após cada intervenção individual, o avaliador assina e valida o Processo, portanto [para mim] é isto e está bem.” - C3*

### **Apreciação da Equipa Técnico-pedagógica (pela qual foram acompanhados), por parte dos Candidatos Cegos Certificados**

Quando questionados sobre a importância da Equipa técnico-pedagógica ao longo da realização do Processo RVCC, bem como, o apoio prestado, todos os candidatos teceram críticas bastante positivas. No que se refere a C1, o candidato avaliou de forma bastante positiva o apoio prestado pela equipa, destacando em especial, o apoio das formadoras Lucinda (TIC) e Catarina (MV). Por sua vez, C2 referiu que a Equipa teve importância na realização do seu Processo RVCC, ao exigir mais de si, destacando a Formadora Célia como tendo sido a formadora mais exigente, mas igualmente “amiga”. Face ao apoio prestado pela Equipa, afirmou ter sentido “muito” o auxílio e paciência por parte dos profissionais, destacando em particular a Formadora Catarina (MV) e igualmente a profissional de RVC Carina Dias. Considerando que a Equipa técnico-pedagógica é “fundamental” ao longo da realização do Processo RVCC, C3 justificou tal pertinência pelo apoio que concedem aos candidatos na realização de um “processo novo” como o é o Processo RVCC e igualmente, pelo auxílio na compreensão do que é exigido pelo Referencial de Competências-Chave. Face ao apoio prestado pela Equipa, C3 teve considerações extremamente positivas, ao ressaltar que lhe foi prestado “muito acompanhamento”, tendo trabalhado com “excelentes profissionais”, “acessíveis”, “simpáticos”, “acolhedores”, que a auxiliaram “bastante” e deram “o seu melhor”. Concluiu destacando, a Formadora Lucinda, como sendo uma “formadora especial para as pessoas com incapacidades” e igualmente, a Formadora Catarina (MV), pela forma como “explica[va] a matéria”. Por fim, C4 referiu-se à importância da Equipa, elogiando a sua organização, em especial para com o público invisual. Destacou em particular, a Profissional de RVCC Joana Leão, considerando-a “muito querida”, a Profissional de RVCC Joana X, elogiando a sua capacidade para trabalhar com público invisual e identificar as suas capacidades e ainda, a Formadora Catarina e sua forma de “leccionar”.

*“(...) o pessoal é muito porreiro, muito boa gente (...) nisso [apoio aos candidatos] aí eram muito boas pessoas, perguntava-se isto ou aquilo e eles diziam “é assim, ou assim”, ajudavam-nos sempre um bocadinho, diziam-nos por exemplo “tem que vir cá outra vez, não pode, vem cá outro dia”, não tenho nada a apontar. A professora Lucinda era uma delas, a Carina era outra, pronto.” - C1*

*“[A minha equipa técnico-pedagógica] Teve [importância ao longo do meu Processo RVCC, porque] (...) as formadoras exigiam de mim e eu “está bem”, (...) fazia. (...) a formadora que me exigiu mais, foi a Célia (...) era exigente, mas ao mesmo tempo que era exigente, ao mesmo tempo era amiga. A Célia era assim, eu fazia as coisas e depois de vez em quando, num trabalho, (...) trocava as coisas e depois queria meter no meio, e metia ou no fim, ou no princípio e a Célia nessas coisas dizia assim “Olhe Firmino, isto está muito bom, está assim e assim, temos é que trocar aqui as coisas” e eu “o quê?” e ela depois dizia-me e eu trocava. (...) senti o apoio dos formadores (...) tiveram muita paciência para mim, ajudaram-me muito (...) as que me deram mais apoio directamente foi a Catarina, que trabalhou mais*



*tempo comigo (...) gostava muito de mim e de todos. E depois a Carina, na parte final do Processo foi todo feito com a Carina, Carina Dias.” – C2*

*“[A Equipa Técnico-pedagógica tem importância] Eu acho que tem, como digo, é uma ajuda, é fundamental para qualquer pessoa, seja ela visual ou não ou com limitações porquê, porque (...) o Processo RVCC não é tão simples quanto parece, ou seja, às vezes nós pensamos “ah isto é só falar da minha vida pessoal”, mas não é (...). Eu atribuo mais [importância à equipa] nesse sentido [de auxílio na exploração do Referencial] e na necessidade de apoio, porque (...) as pessoas que frequentam [o Processo RVCC] (...) são pessoas já dos 20 anos para cima e são pessoas com alguma dificuldade, com poucas habilitações (...) que já estudaram há imensos anos, as pessoas não estão integradas, é um processo novo que se tem de iniciar e concluir [com o auxílio da Equipa Técnico-pedagógica]. (...) eu gostei muito de fazer o 9º ano, porque havia muito acompanhamento, os formadores eram acessíveis e acompanhavam, davam o seu melhor (...) tive excelentes profissionais, gostei muito de estar ali, foram muito simpáticos, acolhedores, ajudaram-nos imenso (...) fui muito bem recebida, gostei imenso (...) foi ótimo. [E] tínhamos uma formadora que era a Dr.ª Lucinda, é um amor (...) era uma formadora na área da Informática e tinha muito bom conhecimento do JAWS, ou seja, era uma formadora especial para as pessoas com incapacidade (...) e também gostei bastante da Catarina [Formadora de MV].” – C3*

*“Gostei, gostei [dos profissionais da Equipa Técnico-pedagógica que me atribuíram]. Eu acho que eles são pessoas que estão mesmo organizadas, ainda mais para nós, pessoas cegas. Nos tínhamos lá uma profissional que era a Joana (...) tínhamos duas Joanas. A primeira Joana ao princípio que era uma pessoa muito querida, mas ela depois teve de começar a fazer o 12º ano, ela teve que nos “abandonar” e depois ficámos com uma Joana que (...) como estive na ACAPO de Braga, já estava muito mais habituada a trabalhar com pessoas cegas, já sabia do que é que eram capazes e quando uma pessoa dizia “ah, mas eu não consigo fazer isto” ela sabia muito bem o que é que a pessoa conseguia fazer e até onde é que podia ir e isso é uma grande valia também para nos, porque às vezes as pessoas por serem cegos pensam que nós não conseguimos. (...) também gostava da Catarina (...) ela explicava-nos as coisas muito bem, a maneira dela nos explicar as coisas, nós conseguíamos perceber muito bem (...) a maneira como ela explicava as coisas, só não entendia mesmo quem não conseguisse fazer aquilo.” – C4*

### **Parcerias e acordos informais de cooperação, com entidades relacionadas com o Público Invisual**

Ao nível das parcerias e acordos informais de cooperação com entidades relacionadas com o público invisual, T1 afirmou ser igualmente da sua responsabilidade, o estabelecimento e desenvolvimento de parcerias, sendo os seus objectivos “dar mais visibilidade à questão” do público invisual e igualmente perceber quais as instituições com que “vale a pena ou não” estabelecer parcerias. Tendo afirmado que ainda que actualmente não exista nenhuma parceria entre o CNO do CNED e

entidades que representem e/ou trabalhem com público invisual, T1 referiu estar “a trabalhar nisso”, identificando alguns dos contactos já realizados e possíveis contactos a estabelecer. Por sua vez, ambas as Profissionais de RVC (P4 e P5) recordaram a parceria informal anteriormente criada com a ACAPO, actualmente extinta, tendo P4 referido o facto do CNO da Casa Pia de Lisboa se ter especializado na recepção de público com incapacidade visual. Porém, ambas as profissionais ressaltaram que nenhum dos candidatos que acompanharam veio encaminhado da ACAPO para o CNO do CNED, referindo inclusivamente P5, que muitos estavam desgostosos com a intervenção desta entidade. Por fim, F3 afirmou não ter conhecimento de nenhuma parceria estabelecida actualmente entre o CNO do CNED e outras entidades.

*“também é a minha responsabilidade aqui no CNED, trabalhar as parcerias, ou seja, desenvolver as parcerias (...) que é aquilo que eu estou a tentar fazer, em termos de dar mais visibilidade à questão [dos candidatos invisuais] (...) perceber das instituições se vale a pena ou não. (...) [Actualmente] (...) não há [nenhuma parceria formal estabelecida entre o CNO e instituições relacionada com o público invisual], mas eu estou a trabalhar nisso (...) estou a trabalhar parcerias com a EUROTEMA, que está muito bem situada em termos de transportes, na zona célebre da cidade [de Lisboa] (...) com a (...) Casa Pia [e] articulo-me também com a Rede de Escolas que existe para o Ensino Recorrente. (...) Em termos de Santa Casa da Misericórdia, ainda não houve a oportunidade de ver em termos de perfil para essa área [público invisual], mas é uma situação que também está em equação, no sentido de ver necessidades neste sentido”. – T1*

*“(...) havia na altura uma informal, mas depois quer dizer, acabou por não lhe ser dada continuidade. Sim [era com a ACAPO], mas era informal (...). Os protocolos de cooperação basicamente é uma das partes que conta com os serviços da outra e a outra diz que sim senhora presta um bom serviço às pessoas que encaminha, estás a perceber? (...) este protocolo basicamente era mais ou menos isto. E nós garantíamos o melhor apoio que conseguíamos aos candidatos, mas depois acho que houve um CNO que se especializou, que é o CNO da Casa Pia, não sei que tipo de especialização é que eles têm, não sei que instrumentos é que eles têm. (...) [Mas] os meus candidatos nunca vieram através da ACAPO. Os meus candidatos vinham todos zangados com a ACAPO.” – P4*

*“Eles recebiam os candidatos e algumas pessoas que precisavam de um CNO e eles encaminhavam preferencialmente para aqui (...) [mas] também nunca tive nenhum candidato que viesse da ACAPO. (...) vinham por iniciativa própria.” – P5*

## **DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DOS “CANDIDATOS” CEGOS**

No que diz respeito á caracterização dos “candidatos” cegos certificados, foi pertinente identificar três variáveis distintas, sendo elas: o grau de incapacidade visual, sendo que todos os entrevistados têm uma incapacidade visual declarada em 95%; a aquisição de incapacidade visual, sendo que à excepção de um candidatos que adquiriu a incapacidade visual já na fase adulta, os restantes (três) adquiriram a incapacidade na fase da infância e/ou adolescência; e ainda, os motivos de interrupção do percurso escolar, sendo de registar que todos os elementos frequentaram inicialmente escolas do ensino regular, prendendo-se os seus motivos com a necessidade de auxiliar as suas famílias, a falta de condições dos sistemas educativos e ainda, o facto de não ser necessária qualificação superior para exercer um determinado cargo (informação transmitida por uma entidade profissional específica, sendo de referir que tal situação ocorreu há mais de 20 anos).

### **Grau de incapacidade visual**

Relativamente ao grau de incapacidade visual, os candidatos C2, C3 e C4 referiram ter actualmente 95% de incapacidade, tendo o candidato C1 referido ter uma percentagem de vista muito reduzida, sem identificar o grau de incapacidade actual.

### **Aquisição da incapacidade visual**

No que se refere aos candidatos C2, C3 e C5, a incapacidade visual foi adquirida no período correspondente à infância, ao contrário do candidato C1 que desenvolveu a incapacidade já na fase adulta (entre os 28 e 29 anos). Relativamente ao candidato C1, a causa da incapacidade visual derivou de um problema genético, responsável pelo atrofio do nervo óptico. Por sua vez, C2 nasceu com cataratas, tendo aos 18 anos de idade sido diagnosticado um glaucoma. No caso de C3, a candidata referiu que a causa da sua incapacidade é hereditária, congénita, tendo sido operada em adolescente as cataratas e posteriormente sido diagnosticado um glaucoma congénito, com carácter progressivo. Por fim, a candidata C4 referiu ter sofrido uma meningite aos seis anos de idade, o que resultou no desenvolvimento de um tumor na cabeça e consequentemente provocou a perda de visão.

*“Apareceu-me isto há dez anos (...) tinha quase vinte e nove (...) e dizem que isto era uma doença genética que já cá andava e manifestou-se agora e que até aí não se passou nada. Mas o nervo óptico que é o que leva as imagens ao cérebro, que atrofiou não de vez, não está morto total senão não via nada, mas atrofiou a maior parte e ando assim com esta miséria.” – C1*

*“Eu nasci com um problema, com cataratas, depois fiz operações e depois surgiu-me um glaucoma, em 1994 (...) tenho 33 (...) foi aí pelos dezassete, dezoito, por aí.” – C2*

*“É assim o meu problema visual tem antecedentes, ou seja, é um problema hereditário, congénito, visto que o meu avô materno e a minha mãe e a minha irmã mais nova também são portadores desta deficiência (...) sofro de glaucoma, fui operada às cataratas aos 13 anos, portanto há 23 anos e entretanto fiquei com um glaucoma congénito. Esta doença não tem cura, é uma das áreas do glaucoma que não tem cura e (...) é uma situação que não é estável (...) no meu caso é progressiva, esta a agravar-se, daí terem-me dado a incapacidade de 95%, porque estou a perder alguns resíduos de visão, estou com perdas visuais.” – C3*

*“Esta situação ocorreu-me aos 6 anos, eu tive uma meningite (...) lembro-me de vir para Lisboa, fui logo nesse dia consultada, no outro dia a seguir fui logo internada no Hospital D. Estefânia (...). Ai fiquei internada, mas também o internamento também foi assim um bocadinho, naquela altura acho que foi, acho que se eu tivesse tinha sido atendida de maneira diferente, eu não tinha ficado com o problema tão agravado, podia ser menos drástico. Estive lá dois meses e entretanto (...) fui logo transferida para o Hospital dos Capuchos, fui transferida, ai assim sim, ai sim fui despachada, fui operada á cabeça, porque já se tinha formado um tumor e pronto, depois fiquei com o problema de visão, mas graças a Deus, só afectou mesmo a visão...” - C4*

#### **Motivos de interrupção do percurso escolar**

No que se refere aos motivos de interrupção do percurso escolar, C1 referiu ter abandonado os estudos com 14 anos, por necessidade de trabalhar para auxiliar a sua família. Por sua vez, C2 abandonou os estudos após concluir a 4ª classe e se sentir desmotivado pelo facto de ter sido transmitido à sua mãe que não tinha “capacidade” de estudar mais. No que se refere a C3, a candidata abandonou os estudos após ter concluído a 4ª classe, pela via de exame para adultos, por necessidade de trabalhar para auxiliara a sua família. Por fim, a candidata C4 abandonou os estudos antes de terminar o 9º ano, uma vez que iniciou actividade profissional e foi informada pela entidade patronal, que para exercer o cargo de Telefonista apenas era exigido o ciclo preparatório.

*“Sai com 14 anos da Escola, [porque tinha de ir trabalhar para ajudar a minha família]”. – C1*

*“[Deixei de estudar após fazer a 4ª classe] porque disseram á minha mãe que eu não tinha capacidade para estudar mais, depois nessa altura parei de estudar completamente com aquela desmotivação.” – C2*

*“[Fiz o exame da 4ª classe para adultos] porque eu não queria estudar e sim queria ir trabalhar, tínhamos algumas dificuldades económicas, os meus pais e eu e precisava de ir trabalhar (...).” – C3*

*“(...) continuava a estudar á noite, para fazer o 9º ano, mas depois como eu arranjei emprego, neste caso para o BNU, quando eu entrei para o BNU disseram-me que não era necessário estudar mais porque o ciclo preparatório era o suficiente para ser Telefonista, não era preciso mais, eu aí deixei a Escola (...) se me tivessem dito que eu tinha de continuar a estudar, eu tinha continuado a estudar, mas como na altura não era preciso Secundário, acabou por ser bom por um lado, mas mau por outro.” - C4*

## **IMPACTO DO PROCESSO RVCC NO PERCURSO DE VIDA DOS “CANDIDATOS” CEGOS CERTIFICADOS**

### **Impacto do Processo RVCC – Nível Pessoal e Social**

No que se refere à avaliação do Processo RVCC, mais concretamente, dos efeitos da obtenção de qualificação superior por meio desta via formativa, no percurso de vida dos candidatos certificados, foram abordados o “Impacto do Processo RVCC a nível Pessoal e Social” e ainda, o Impacto do Processo RVCC a nível Profissional.

Assim, no que se refere ao impacto do Processo RVCC ao nível pessoal e social, todos os candidatos referiram uma repercussão positiva nestas dimensões.

No que se refere a C1, ao nível pessoal, foi possível apurar que o Processo RVCC se repercutiu numa maior valorização de si próprio e por conseguinte, aumento de auto-estima, tendo afirmado que ficou “muito contente [e] feliz”, por ter alcançado mais um dos seus objectivos, bem como, adquirido “mais conhecimentos”. Ao nível social, o Processo RVCC repercutiu-se numa maior valorização de si próprio e por conseguinte, aumento de auto-estima, pelo facto de ter sido reconhecido por elementos da sua rede de relações. Conclui referindo que os momentos mais marcantes para si, corresponderam à comunicação de obtenção de certificação pretendida, emitida pelo Avaliador Externo na Sessão de Júri de Certificação e igualmente, a entrega do Diploma de conclusão. No que se refere a C2, o candidato referiu que o impacto do Processo RVCC se repercutiu ao nível pessoal, numa maior valorização de si próprio e consequentemente, um aumento de auto-estima, ao ter-lhe permitido aprender “varias coisas”, das quais destaca um maior domínio do “instrumento” computador, desenvolver as suas competências comunicativas e, alcançar um objectivo por si delineado, a conclusão do Processo RVCC. Por sua vez, ao nível pessoal, C3 referiu que o impacto do Processo RVCC se repercutiu numa valorização de si própria, ao ter representado uma “realização” e igualmente, uma “meta” por si traçada e alcançada. Ao nível social, tendo ressaltado que a “parte social [foi] gratificante”, a candidata referiu uma repercussão no aumento da sua auto-estima, uma vez que o Processo lhe contribui para o desenvolvimento das suas competências de comunicação e sociabilização, mobilizadas na convivência com outras pessoas (colegas) e que por conseguinte, resultaram na criação de novas amizades. Finalmente, ao nível pessoal, C4 referiu que o impacto do Processo RVCC se repercutiu numa maior valorização de si própria e consequentemente, num aumento de auto-estima, considerando a obtenção de qualificação superior e a conquista de mais um objectivo, como “mais-valias” para si. Ao nível social, o impacto do Processo repercutiu-se igualmente numa maior valorização de si própria, tendo a candidata referido o reconhecimento por parte dos elementos da sua rede de relações, nomeadamente marido, filha e familiares, o que consequentemente contribuiu para o aumento da sua auto-estima, uma vez que “achavam graça” o facto da candidata ter uma vida estável, mas ainda assim, ter decidido terminar os seus estudos.

*“[De início] (...) o maior valor foi quando disseram ali á frente de toda a gente “passou”. Depois foi entregue um documento provisório, que tem um certo prazo e depois foi entregue o diploma final. O maior valor foi logo esse então [a entrega do certificado], consegui o 9º ano, mais uma pedra para construir a minha casa, mais uma ajuda na vida não é (...). Foi bom, foi bom, eu achava que ia conseguir e consegui (...) para mim foi bom, para ter mais conhecimentos (...) fiquei a saber mais coisas (...) e acho muito bem. (...) e mesmo a nível de sociedade, houve quem me dissesse “olha, tiveste sorte e tal”, as pessoas lá da terra quando souberam e familiares, não é só sorte, porque eu tive que ir para lá, não é só sorte não é? Ficar com o documento é sempre uma coisa que está aqui, foi bom, fiquei muito contente (...) fiquei muito feliz com isso, foi mais um passo.” – C1*

*“Para mim, é, aprendi várias coisas. Eu já sabia mexer no computador, mas fiquei a aprender mais um bocado, mas gostei, como eu não sou muito de comunicar, fui “obrigado”. Sim [foi importante para mim chegar ao final e ter conseguido] (...) fiquei [feliz], fiquei.” – C2*

*“A nível pessoal foi uma realização, foi uma meta que eu criei, embora quando pensei concluir a escolaridade obrigatória não pensei no RVCC, não se falava no RVCC, mas pronto, foi uma meta que eu fiz e que gostei e é mesmo assim, quando nós pretendemos uma coisa, vamos até ao fim não é. A nível social é bom, porque após um dia de trabalho, perante o trabalho que nos é exposto, também temos a possibilidade de encontrar novas caras, novos colegas, fazer novas amizades e após um dia de trabalho, muitas vezes cansativo e às vezes estamos arrasados, sem cabeça até, mas é um convívio, tem a parte social que é gratificante. Fiz algumas amizades e pronto, agora a nível informático trocam-se e-mails...” - C3*

*“(...) fiquei contente e foi uma mais valia, não é? O marido, a filha, a filha ficou muito contente da mãe completar o 9º ano, ficou muito contente e depois a família também ficou, a família até achava muita graça eu ter uma vida mais ou menos estável e ter voltado a estudar. Foi mais uma etapa das minhas que consegui vencer. Foi mais uma das coisas em que eu me meti e consegui fazer, foi mais um objectivo.” - C4*

### **Impacto do Processo RVCC – Nível Profissional**

Relativamente ao impacto do Processo RVCC, a nível profissional, afirmando que no seu caso, o Processo RVCC “ainda” não teve impacto para fins profissionais, uma vez que após cegar, “nunca mais” procurou emprego, C1 ressaltou que não significa “de modo algum (...) que não venha” a ter. Recorrendo a um exemplo, mencionou que possuir o 9º ano se assume como fundamental caso futuramente lhe surja a hipótese de exercer uma actividade profissional. Concluiu referindo que a obtenção de qualificação superior foi uma tarefa árdua, pelo que não “vende” o seu diploma por “quaisquer trocos”. Por sua vez, C3 referiu que o impacto do Processo RVCC teve repercussão

relativamente à melhoria da sua situação profissional, tendo destacado o facto de que a passagem aos quadros da entidade patronal, não teria sido possível caso não tivesse concluído o 9º ano. Por essa razão e pela conquista de dois objectivos por si delineados – a obtenção de qualificação superior e a célere aquisição da mesma -, evidenciou-se igualmente uma repercussão numa maior valorização de si própria.

*“Eu recordo-me se é que posso fazer esta comparação, quando fiz o serviço militar, eu só tinha o 6º ano e na altura quem quisesse ficar lá, como contratado, se tivesse o 9º ano ia para o Curso de Sargentos, se tivesse o 12º ano ia para o Curso de Oficiais, eu cheguei ali e não tinha 9º nem 12, só tinha o 6º, numa altura dessas, esse documento dava-me muito jeito e eu se quisesse ir para a GNR, para o curso de Militar, também tinha que ser, se tivesse o 9º ano, ia tirar o Curso, assim não tinha o 9º ano, desmotivou-me logo muito o ter que ir para soldado e ter que estudar de noite, desmotivou-me muito. Quer dizer eu penso muitas vezes nisso, se eu tiver o 9º ano e me aparecer uma coisa qualquer que eu precise, para Telefonista, ou para outra coisa qualquer, por exemplo para o Curso de Massagista, é preciso ter o 9º ano se eu os quiser fazer, tem que se ter o 9º ano, se não se tiver, não se tiram os cursos. [A nível profissional, a certificação irá ter impacto] (...) é uma ajudinha, é sempre melhor não é, é mais forte. [Após terminar o Processo RVCC Básico] (...) nunca mais fui à procura de emprego nenhum e o 9º ano, tenho o documento em casa, mas ainda não o utilizei para esses fins e ainda não consegui nada com ele, não quer dizer que não venha a fazer jeito não é, nem quer dizer que eu diga assim “ai isto nunca mais me vai fazer jeito”, não, não, de modo algum, não dou aquele documento por qualquer dinheiro, já está a ver o que é, não dou aquele documento por quaisquer trocos, custou-me, custou-me e eu se tivesse que tirar outro, tinha que suar muito, mas é mesmo.” - C1*

*“Sim [tenho mais possibilidades de encontrar trabalho com o 9ºano], mas mais ainda com o 12º.” – C2*

*“Teve, teve impacto, porque uma vez que eu já na altura quando eu entrei [para o meu actual trabalho], eu teria de entrar com o 9º ano concluído e isso não aconteceu, entrei com menos e para eu manter o meu posto de trabalho, eu necessitava e necessito, agora mais até, de ter o 9º ano (...) porque não entrava ninguém para a função pública sem o 9º ano, como digo era o limite exigido. Pronto, depois eu mudei agora, deixei de ser recibo verde e passei a contratada e acredito que se não tivesse o 9º ano, isso não era possível, ou seja, tinha que ter a certificação do 9º ano, a qual entreguei com alguma rapidez para poder estar no serviço onde estou hoje (...). E eu consegui e foi ótimo.” - C3*



## RELAÇÃO ENTRE IMPACTO DO PROCESSO RVCC E PROJECTOS FUTUROS DOS CANDIDATOS CEGOS CERTIFICADOS

No sentido de apurar a existência (ou não) de uma relação entre a obtenção de qualificação superior - impacto do Processo RVCC – e os projectos de vida futuros dos candidatos cegos já certificados, foram abordadas as suas ambições futuras, quer ao nível escolar / formativo, quer ao nível profissional.

Nesse sentido, antes mesmo de identificar os projectos em causa e a possível existência de relação com o impacto do Processo RVCC, foi necessário contextualizar as ambições produzidas e as suas “causas”, recorrendo ao conhecimento das trajectórias formativas e profissionais dos entrevistados e ainda, à avaliação que fazem das entidades que frequentaram e onde estiveram inseridos.

### Acções / Cursos de formação frequentados

No que se refere ao cômputo de todas as acções/ cursos de formação frequentados pelos candidatos, após aquisição da incapacidade visual, C1 realizou e concluiu os Cursos de Formação de Agricultura, Artesanato (APEDV), Braille (APEDV) e Informática (Fundação Raquel Martin e Sain). Por sua vez, C2 realizou e concluiu os Cursos de Formação de Cerâmica (APEDV), Artesanato (APEDV) e Ligaduras Funcionais. Relativamente a C3, a candidata iniciou o Curso de Tiflotécnia (CIDEP) e o Curso de Telefonista, não tendo porém concluído ambos os cursos, dado que iniciou actividade profissional e retomou os estudos. Por fim, C4 realizou e concluiu os Cursos de Técnico de Desporto (Federação de Desporto), Artesanato (APEDV), Ocupação de Tempos Livres (APEDV), Fotografia (APEDV) e Informática (Fundação Raquel Martin e Sain), estando actualmente a concluir o curso de Tapeçaria e já inscrita para iniciar o Curso de Macramé.

*“Fiz um curso de agricultura (...) no Norte (...) em 2004. Foi um curso que durou dois meses, três, um curso também financiado, eram 250 euros a cada um, para incentivar os agricultores e para ter mais conhecimento, apesar de eu já ter algum na área da agricultura (...). [Já em Lisboa] Vim para um curso de Artesanato em Chelas, para a APEDV, (...) em que fazia bancos de madeira (...) [e onde também] aprendi [Braille] (...) tinha lá um professor que dava Braille, mas sei pouco, sei muito pouco e conta muito a prática, porque eu até aos vinte e nove anos, era sempre o negro. (...) Fiz também um Curso de Informática na Fundação Sain. (...) já tenho vários, Curso (...) de Agricultura, de Artesanato, de Informática e daqui a pouco, estou quase um engenheiro.” – C1*

*“Fiz na APEDV um curso de Cerâmica (...). Desde que a formadora saiu, aquilo era de quatro anos e eu só fiz dois, mas gostei, gostava de estar a fazer aquilo (...) e depois fui fazer um que também tinha a ver com Artesanato, mas não gostei muito, porque aquilo era fazer e desmanchar. Era o que eles queriam, era para aprendermos. Aí não gostei muito, não fiquei interessado, foi por isso que eu sai, para*

*ir estudar outra vez. (...) e tenho, nos últimos anos com dois fisioterapeutas, o curso de Ligaduras Funcionais (...) [que serve para] (...) quando a pessoa tem aquelas lesões musculares, o fisioterapeuta mete logo uma ligadura aqui assim, ou no ombro, sou a cobaia dos médicos e dos enfermeiros.” – C2*

*“[No] (...) Centro de Formação Profissional (...) CIDEF, (...) era uma entidade própria para pessoas com incapacidade visual que encerrou (...) iniciei dois cursos de formação, ou seja, fiz no na área de Tiflotécnia, ou seja, (...) Informática específica para cegos (...) passado algum tempo (...) iniciei [também] (...) o curso de Telefonista, (...) logo após ter ficado desempregada (...). [Não terminei ambos os cursos de Tiflotécnia e de Telefonista, porque] entretanto surgiu-me uma proposta para começar a trabalhar no emprego que tenho hoje (...) e entretanto começava as aulas em Setembro [no CNO, para concluir o 9ºano] e eu como trabalhava das nove horas às cinco, o curso [no CNO] era pós-laboral, era das seis às oito (...) tive de abdicar (...) não conclui. (...) o que me manteve dentro da DGV foi também um pouco o eu ter bases informáticas, ou seja, ter iniciado o curso de Informática há alguns anos atrás, porque sem bases informáticas hoje não se entra em lado nenhum, muito menos para a função pública.”*

*- C3*

*“Depois comecei a aprender outras coisas, tive conhecimento que na Federação de Desporto estavam a fazer cursos de Técnicos de Desporto para pessoas deficientes, fui lá, consegui entrar para esse curso (...) [que atribuí] habilitação a Técnico de Desporto (...) estive lá durante três anos (...). [Realizei um curso de Tricô, na APEDV] (...) com máquinas de tricotar, fazíamos muita coisa, fazíamos colchas para bebe, para camas de bebe, camisolas, fazíamos muita coisa. [Posteriormente] (...) inscrevi-me novamente para ir para a APEDV e fui (...) fazer o curso de Artesanato (...) foi a fazer Cestos, foi em Palhinha a fazer fundos para cadeiras e foi em Tapeçaria também, para fazer tapetes, floreiras, Cestos em fita plástica também e estive lá três anos. (...) quando estava também na APEDV, houve uma altura que não tinha nada para me ocupar o tempo, foi uma altura que os cursos estavam assim um bocadinho em baixo também e temos lá uma parte da APEDV que é a Ocupação de Tempos Livres e eu inscrevi-me também aí, consegui entrar (...) e fiquei aí durante 3 meses mais ou menos, depois através da Ocupação dos Tempos Livres da APEDV, andei a fazer um curso de Fotografia. [Posteriormente fui para a Fundação Raquel e Martin Sain, porque] (...) a pessoa não gosta de estar em casa não é e depois fui-me inscrevendo e depois chamaram-me para a Sain para ir fazer um curso de Informática de nove meses, mas era assim estava três meses a fazer o primeiro nível, depois são três meses em casa e depois ia fazer o segundo nível e depois mais três meses para casa e depois ir fazer o terceiro nível. E depois fiz esse curso de Informática, estive mais uns mesinhos em casa, mais cinco meses e agora chamaram-me para este curso de Tapeçaria, Tapeçaria e depois Macramé.”- C4*

### **Opinião sobre as Acções / Cursos de Formação frequentados**

No que se refere à opinião sobre as Acções / Cursos de Formação já realizadas, C1, C2 e C4 pronunciaram-se positivamente a favor das suas experiências.

Relativamente a C1, o candidato ressaltou que os melhores cursos, são os que exigem mais trabalho/estudo, tendo referido o Curso de Informática como sendo aquele que mais apreciou e mais exigiu de si. Por sua vez, C2 referiu-se exclusivamente à realização e conclusão do Curso de Ligaduras Funcionais, tendo ressaltado o facto de actualmente possuir conhecimentos técnicos sobre essa área / método. Por fim, C3 mencionou particularmente a realização e conclusão do curso de Técnico de Desporto, tendo destacado em particular, a oportunidade de conviver e aprender com os seus colegas. Concluiu ressaltando que tem especial interesse por “coisas” novas, dando sempre o seu melhor em tudo o que pode fazer.

*“[O] (...) curso que tirei (...) de Informática, (...) puxou por mim, esse foi muito duro, já trabalhava com correio electrónico, com o messenger, já foi muito bom (...) (...) Os outros tinham computador em casa, já iam muito treinados, eu chegava ali, andava ali, bem me esforçava, não tinha treino e custou-me bem, mas esse foi muito bom, foi muito bom (...) foi dos cursos melhorzinhos foi. (...) Os melhores cursos são os que se sofre mais no estudo, mas chega-se ao fim e dá-se valor.” - C1*

*“[Com o Curso de Ligaduras Funcionais aprendi a] a dizer como é que se faz isso, eu digo “olha, faz-se assim, assim e assim”. Houve um médico que passou nesse curso, porque eu lhe disse como é que devia fazer a ligadura.” – C2*

*“(...) é bom [realizar formações]. (...) eu quando estive no curso de Técnica de Desporto, eram tudo jovens e eu adorava estar com eles e nós aprendíamos todos uns com os outros. Eu éhoje, tudo o que tenho feito, tenho gostado. Eu gosto sempre de coisas novas, de experiências novas, coisas novas. Aquilo que eu consigo fazer eu tenho de fazer, dou sempre o meu melhor.” - C4*

### **Avaliação das entidades formativas frequentadas**

No que se refere à avaliação das entidades formativas onde já realizaram Acções / Cursos de Formação, apenas os candidatos C2, C3 e C4 teceram as suas considerações. Relativamente a C1, o candidato avaliou positivamente quer a APEDV, quer a Fundação Raquel Martin e Sain, destacando esta última pelo seu rigor e pontualidade e ainda, pelo respeito e apoio prestado ao público invisual. Referiu igualmente de forma positiva o CNO do CNED, destacando-o conjuntamente com a Fundação Raquel Martin e Sain, como as entidades onde aprendeu mais. Produziu ainda uma crítica a uma das suas entidades de “eleição”, a Fundação Raquel Martin e Sain, mais concretamente ao nível da organização faseada do Curso de Informática que frequentou. Por sua vez, C2 produziu avaliações positivas face à intervenção profissional e relacional de uma Formadora da APEDV e não, à própria instituição em

concreto. Manifestou-se ainda de forma bastante positiva face aos dois profissionais com quem realizou o Curso de Ligaduras Funcionais. Por fim, C4 referiu-se apenas a uma entidade formativa, a Federação de Desporto, onde concluiu o curso de Técnica de Desporto, tendo produzido uma crítica face a uma medida organizacional da entidade, que exigia aos formandos a procura de local próprio para realização de estágio, não assumindo tal como uma responsabilidade da entidade.

*“[O Curso de Informática na Fundação Sain] (...) era um curso definido pelo Centro de emprego e não estava muito bem organizado, ou seja, eram três meses no curso, depois três meses em casa, tinha essas paragens e nessas fases de paragem já se esquece muita coisa, é mau (...) e eu na última parte falei com eles e eles autorizaram-me, fiz uma paragem de nove meses e pior foi. Eu depois quando fui recomençar, sei que já andava à procura das letras, porque não sabia onde estavam (...) para escrever o meu nome (...). Essas duas instituições [Sain e APEDV] são duas instituições muito boas, a APEDV foi a primeira em que estive [e fiz os cursos] (...) de Artesanato e de Madeiras, é uma fundação que, quer dizer, não é tão rigoroso como na Sain, na Sain o pessoal é mais “miudinho”, mais respeito pelos outros. Mas são as duas boas, dão apoio, mas uma mais na qualidade, são muito pontuais nas horas, no respeito, que é essa Sain. Mas são boas instituições que apoiam bastante. (...) disseram[-me] “se precisar de vir cá alguma vez, se precisar de alguma coisa a porta está aberta”, fiquei muito bem com aquele povo, não tenho queixa nenhuma. [Mas] (...) onde se aprende mais é na Sain e no [CNO do] CNED (...) ainda aprendi bastante lá, aprendeu-se assim umas coisas.” - C1*

*“[Na APEDV] Com a formadora Isabel, que ela era pouco mais velha que eu, para mim era como uma, (...) era tipo uma irmã mais velha que me dava conselhos. (...) quando tinha que me chamar à atenção, chamava e eu ouvia, com as outras pessoas lá da APEDV não [gostei tanto e não ] (...) tive [tanto] contacto com elas, mas eu era muito respondão, não fazia o que elas queriam. Eu não gosto de me mandarem fazer as coisas, se me pedirem é uma coisa, exigir, para mim é outra. Se me começarem a pedir para fazer só porque eu sou chefe, está o caldo entornado. [Com] Os dois profissionais [com quem tirei o Curso de Ligaduras Funcionais] são excelentes, há um que a nossa amizade já se desfiou um bocadito por coisas que aconteceram, [o outro terapeuta] (...) é espectacular.” - C2*

*“[Na Federação de Desporto, após fazer o Curso de Técnica de Desporto] (...) eu tinha o estágio para fazer, mas é assim, nos é que tínhamos de arranjar o estágio e eu aí chateei-me com o Sr. que lá estava [à frente do curso], porque eu acho que eram eles [entidade] que tinham de ir à procura do estágio.” - C4*

#### **Projectos futuros – Nível escolar / formativo**

Todos os candidatos teceram considerações face àqueles que actualmente são os seus projectos futuros a nível escolar, identificando assim as suas ambições. No que se refere a C1, ao nível

escolar, os seus projectos futuros não se encontram totalmente definidos, uma vez que referiu a vontade de “arrancar” com o 12º ano ou um curso de Inglês, não tendo ainda decidido, se terão início no ano em vigor, ou no ano seguinte. Concluiu, afirmando não ter igualmente decidido ainda se opta pela realização de um Curso de Artesanato, dado que essa oferta formativa não atribui certificação escolar e no seu caso, consideraria “bom” obtê-la. Por sua vez, ao nível escolar, C2 tem como projectos futuros a conclusão do 12º ano e igualmente, o ingresso na Faculdade, ainda que não tenha decidido qual a opção académica a seguir. No que se refere a C3, o seu projecto futuro a nível escolar, prende-se com a conclusão do 12º ano, o qual se encontra actualmente a realizar, novamente pela via do Processo RVCC. Após esta meta, considera não saber se existem “possibilidades” de prosseguir nos estudos, justificando-o pela dificuldade de “encontrar” Cursos de Formação para público invisual. Por fim, C4 referiu que a nível escolar, considera ter “parado” pelo 9º ano, tendo neste momento como projecto futuro a nível formativo, a conclusão do Curso de Tapeçaria que se encontra actualmente a realizar.

*“(…) agora é ver quando consigo o 12º ano (...) tenho quase quarenta anos, mas não interessa, tiro na mesma. Vai mesmo arrancar, agora não sei é quando, não sei se vai ser este ano, ou se será para o outro ano a seguir. Eu continuando aqui por baixo [Lisboa] por mais algum tempo pelas corridas, eu não vou estar aqui só para correr, estar aqui só a correr é bom por um lado porque tenho o tempo muito livre, mas por outro, só faço isto e eu tenho que arranjar uma coisa qualquer e vou, vou, vou arranjar, vou tirar um curso de inglês e o 12º e Curso de Artesanato não sei se vou fazer, se não, porque aquilo é só para dizer assim “estas aqui” [não atribui certificação] e eu queria ver se um dia “pronto, está aqui o 12º”, é sempre bom, é sempre bom.” – C1*

*“(…) agora o objectivo é fazer o 12º (...) acabar o 12º, depois ir para a Faculdade (...) ainda não sei [o que quero seguir], isso aí ainda é um caso a ser pensado (...).” - C2*

*“(…) mentalizei-me do querer ir até ao 12º ano, é a meta que eu tenho e após esta meta [ainda não sei] se [há] (...) possibilidades [de continuar, porque] (...) não há muitas para nós, é muito difícil encontrarmos cursos de formação.” - C3*

*“Estudar agora, acho que parei mesmo. Agora tenho o curso de formação para fazer, vou aproveitando (...) já estou muito ocupada.” - C4*

### **Trajectória profissional**

No que se refere à Trajectória Profissional, foram passíveis de identificar diferentes situações. Destacando-se do leque de entrevistados, como sendo o único que adquiriu a incapacidade visual já na fase adulta, foi possível apurar que C1 teve uma experiência profissional considerável, face aos restantes entrevistados. No caso de C1, o candidato recordou que aos 14 anos e com a 4ª classe, iniciou actividade

profissional na área da Agricultura, com o intuito de auxiliar a sua família. Posteriormente desenvolveu a actividade de Carpinteiro até aos 26 anos, seguindo-se o desenvolvimento de funções numa fábrica têxtil e ainda, a actividade de Pedreiro. Após cegar, C1 não desenvolveu nenhuma actividade profissional. No que se refere a C2, o candidato referiu nunca ter exercido actividade profissional. Por sua vez, C3 iniciou o seu percurso profissional com 16 anos, exercendo actividade como Domestica. Posteriormente, trabalhou em dois períodos distintos num Lar de 3ª idade em Leiria (um ano e meio e dois anos respectivamente), seguindo-se um Lar de 3ª Idade em Fátima (2 anos), tendo ressaltado o seu gosto particular pelo trabalho com idosos, considerando-o “muito gratificante”. Por fim, estabeleceu residência em Lisboa, onde o seu primeiro emprego foi ter a seu cargo um casal de idosos (8 meses). Por fim, C4 referiu que para 1ª experiência profissional realizou inscrição numa Messe perto da sua área de residência, tendo tido conhecimento de que aceitavam “pessoas cegas” para trabalhar, porém, o negócio faliu, não tendo tido oportunidade de exercer. Posteriormente e já estabelecida em Lisboa, a sua primeira actividade profissional foi ao serviço da APEDV, tendo sido convidada pelo fundador da Associação, para representar a mesma. Após esta experiência, iniciou actividade no BNU, onde exerceu o cargo de Telefonista durante 17 anos, tendo sido “convidada” para a reforma, após a integração deste Banco na CGD, ressaltando o quão custoso foi para si a adaptação à reforma. Já reformada, referiu ter tido conhecimento através de um Monitor da APEDV (onde realizava o Curso de Fotografia), do restaurante “Bem-me-quer”, que recrutava pessoas cegas, encontrando-se actualmente neste projecto.

*“[Desde miúdo e antes de cegar, para ajudar a minha família trabalhei] (...) na agricultura (...) [e] aos 14 anos (...) com a 4ª classe (...) até aos 26 anos (...) fui para Carpinteiro (...) trabalhava durante o dia com o meu pai, nisto, madeiras, carpintaria e à noite ia para a escola estudar. [Posteriormente] (...) cheguei a andar no têxtil numa fábrica que ainda funciona lá perto de Santo Tirso, fui pedreiro também, numa obra, a tirar pedra para fazer uma casa (...) já fiz muita coisa (...) foi sempre assim (...). [Após cegar] (...) não, não exerci nenhuma actividade (...) só [fiz] coisas no campo, às vezes faço um trabalhinho ou outro, mas a nível profissional não. Não apareceu oportunidade, isto hoje os empregos como a senhora sabe estão muito maus, não apareceu oportunidade.” - C1*

*“Não [nunca tive nenhuma actividade profissional].” - C2*

*“(...) eu comecei a trabalhar aos 16 anos (...) como mulher-a-dias na terra (...) e entretanto depois passado alguns tempos, consegui trabalho num lar de 3ª idade, no Distrito de Leiria, onde exerci durante um ano e meio, entretanto fui despedida, porque eu estava clandestina por razões de uma pensão de invalidez que tinha sido dada á nascença, que me tinha sido atribuída. Passados três meses voltaram a chamar-me e eu voltei de novo, aí com o ordenado ainda mais reduzido, passado pouco tempo, depois também cerca de dois anos voltei a sair e depois fui para outro lar de 3ª idade no concelho de Fátima. Gosto, gosto de trabalhar com idosos. Não é fácil, mas é compensador porque eles realizam-nos, nós aprendemos muito com eles, (...) voltamos a crianças, todo o ser humano volta a*

*criança e aprendemos muito com eles. É muito gratificante (...) é preciso paciência, é necessário alguma coragem, porque há de tudo não é e sobretudo muita calma, mas é compensador. Entretanto depois de estar em Fátima (...) cerca de dois anos, (...) pedi para sair por razões pessoais, houve uns problemas com os patrões e eu pedi para sair e foi aí que vim para Lisboa (...) teria eu na altura, vinte e um, vinte e dois, vinte e dois anos e vim trabalhar para um casal de terceira idade, tomar conta de um casal de idosos (...) onde eu estive oito meses. E pronto, foi este o meu percurso.” - C3*

*“[A minha primeira experiência profissional era para ter sido através de] (...) uns vizinhos que trabalhavam na messe, onde havia muitas pessoas cegas a trabalhar e disseram que podiam fazer o pedido para eu ir para lá (...). Estava inscrita para entrar (...) foi na altura do 25 de Abril (...) mas depois a messe (...) foi por água abaixo, as pessoas, os trabalhadores de lá ficaram sem emprego também e foi assim uma situação. [Posteriormente e já em Lisboa, eu e 4 amigas minhas] começámos por representar uma associação que é a APEDV, portanto fomos nós as iniciantes (...). Foi portanto o Professor X que a criou (...) e esse Sr. convidou-nos, convidou-nos e nós fomos iniciar toda essa associação (...) e depois fomos inscrevendo em várias coisas para nos darem emprego e entretanto consegui entrar para o Banco Nacional Ultramarino [BNU]. Eu no BNU estive durante 17 anos a trabalhar como Telefonista. Depois em 2000, como o BNU ia ser integrado na Caixa Geral de Depósitos [CGD], começaram por convidar as Telefonistas a ir para a reforma e eu naquela altura aproveitei. Fui para a reforma, não ficava tão mal e aproveitei, aproveitei, só que eu nunca pensei que ir para a reforma me fosse custar tanto a adaptação de estar outra vez em casa. Então tinha a filha em casa, nessa altura ela tinha dez anos, estava na Escola e esse primeiro ano ainda foi mais ou menos, mas depois quando veio o segundo ano, aí é que foi. Depois quando estava no Curso de Fotografia, tive conhecimento de que havia uma pessoa que queria abrir um restaurante a comer às escuras (...) (...) tive conhecimento de que havia pessoas cegas a fazer essa experiência, através desse Monitor que nos dava formação, [e a dona do Restaurante] (...) era amiga dele, (...) tinha de escolher uma pessoa e escolheu-me a mim (...) convidaram-me para fazer parte desse projecto (...) o “Bem-Me-Quer” (...).” - C4*

### **Situação profissional actual**

Relativamente à situação profissional actual dos entrevistados, C1 e C2 encontram-se desempregados, manifestando C2 a vontade de querer já estar a exercer uma actividade profissional. Por sua vez, C3 exerce o cargo de Assistente Técnica Administrativa, na Direcção Geral de Veterinária, tendo referido a passagem aos Quadros (com contrato) em Abril do ano em vigor e, identificado as suas funções. Por fim, C4 encontra-se actualmente a trabalhar a tempo parcial no Restaurante Bem-Me-Quer e num Cabeleireiro, na zona de Lisboa.

*“Não, actualmente [e desde que ceguei] não [tenho nenhuma actividade profissional].” - C1*

*“Queria já estar a trabalhar mas [não estou] (...) estou só a treinar e ando agora a fazer o 12º.” - C2*

*“Eu sou Assistente Técnica Administrativa (...) na Direcção Geral de Veterinária (...). É óbvio que não faço neste momento na íntegra a profissão de Técnica auxiliar porque neste momento encontro-me sem computador, dado não ter software de voz, ou seja, tenho acesso aos computadores, mas não tenho um software de voz. (...) Por outro lado, faço toda uma área de interajuda, de serviços, estou apenas sem computador. A minha situação profissional actual agora está estável, uma vez que renovei o contrato com a empresa em Abril, dei inicio a um contrato novo, porque até lá estávamos a recibos verdes, eu e outras colegas (...) ou seja, [estou] com contrato sem termo. Penso que será estável, mas agora não há contratos seguros não é? Não sei, não lhe posso dizer com todas as certezas, até porque ainda não analisei [o contrato sem termo] na íntegra, mas pronto, pertença à função pública, e dentro do que eles têm, é o que eles estão agora a fazer, contratos sem termo, qualquer um deles tem prós e contras não é? Este actual trabalho foi um conhecimento que me ajudou a entrar para a função pública.” - C3*

*“(...) estou lá [no projecto do Restaurante “Bem-Me-Quer”] até hoje, (...) que é á quinta e á sexta feira á noite (...) a servir ás mesas (...) e também estou a fazer parte de um projecto, que um senhor está a fazer, que tem um cabeleireiro no Chiado (...) e eu também vou para lá ás vezes ás quartas feiras ou ás terças feiras, fazer a experiência de lavar cabeças ás pessoas e também é engraçado porque as pessoas vêm como é que uma pessoa consegue fazer, portanto já lhe cortei o cabelo a ele também com a maquina. Portanto foi um senhor que nos conheceu, conheceu uma colega minha no metro e depois a partir de um momento começámos a conversar na hidroginástica, começámos a conversar e pronto, também fui fazer parte.” - C4*

#### **Avaliação das entidades profissionais (em que estiveram inseridos)**

No que se refere à avaliação das entidades profissionais onde estiveram inseridos, apenas C3 e C4 se manifestaram, uma vez que C1 não exerceu nenhuma actividade profissional após cegar e C2 ainda nunca exerceu funções profissionais até à data. Nesse sentido, C3 avaliou positivamente a Direcção Geral de Veterinária, mais concretamente, ao nível da recepção, integração e apoio que recebeu por parte das chefias e dos colegas de trabalho, referindo retribuir dando “sempre o seu melhor”. Por sua vez, C4 avaliou de forma bastante positiva e nostálgica o BNU, destacando as boas condições de trabalho, a total adaptação de materiais face à função desempenhada e ainda o apoio excepcional por parte da Directora do seu (antigo) serviço.



*“[Na Direcção Geral de Veterinária] Eu não posso queixar-me a nível de chefias, até de colegas de trabalho, fui sempre bem aceite, acolheram-me, deram-me algum apoio (...). Tenho bons amigos, tenho bons colegas, tenho tido muitas ajudas, também dou sempre o que eu posso, quer pessoal, quer profissional e pronto, estou bem integrada.” – C3*

*“No BNU, eu gostei muito de estar no BNU, portanto se hoje estou como estou e recebo a minha reforma, é graças ao BNU. Foi pena é ter acabado assim como acabou, eu ter acabado a minha profissão assim, foi uma coisa assim muito [rápida]. (...) [As condições de trabalho] Eram muito boas. Quando eu me vim embora eu tinha um aparelho que estava adaptado para mim, ao meu problema, tinha tudo em Braille, tinha um género de um computadorzinho e estava tudo adaptado, o BNU para nós [cegos] deu-nos todas as condições, tanto que eu precisei de uma maquina de escrever Braille quando fui para o BNU e nesse tempo era a Dr.<sup>a</sup> X que lá estava como Directora do meu serviço e ela fez tudo para que nós tivéssemos a nossa maquina, para nós podermos escrever e para podermos ser independentes, nunca me faltou nada, tudo o que nos pedíamos para o nosso trabalho, tínhamos todo o apoio (...) o que mais me deixa saudades, não é?” - C4*

#### **Projectos futuros – Nível profissional**

Relativamente aos projectos futuros, a nível profissional, apenas C1, C2 e C4 teceram as suas considerações. No que se refere a projectos futuros profissionais, C1 referiu não ter actualmente “delineado” nenhum projecto, afirmando não fazer “mesmo (...) ideia” do que pretende ou vai acontecer nesse plano. Ressalvando que a dificuldade em “encontrar” emprego é “geral”, colocou a hipótese de procurar eventualmente emprego nos Hipermercados Feira Nova e/ou numa fabrica de têxtil, referindo que caso seja integrado profissionalmente, tentará “dar o [s]eu melhor”. Por sua vez, referindo não ter preferência por nenhuma actividade profissional em específico e não “ter medo de trabalhar”, C2 assumiu como projecto futuro a nível profissional, o desejo de “encontrar um trabalho” em que lhe sejam atribuídas “condições” para exercer autonomamente funções e se possível, conciliá-lo com o seu projecto futuro escolar, o ingresso no Ensino Superior. Concluiu, referindo que ser campeão para-olímpico, passa igualmente pelos seus actuais projectos futuros a nível profissional. Por fim, C4 referiu que os seus projectos futuros a nível profissional, se prendem com a continuação de realização de actividade profissional no Restaurante e Cabeleireiro, onde actualmente se encontra.

*“Projectos profissionais estão muito mal, está muito mal, porque não dá para dizer que está bom, porque é geral (...). Olhe aí é que eu não faço mesmo uma ideia, em termos futuros, não sei. Posso às vezes procurar, ali no Feira Nova, ou em alguma Fábrica de Têxtil, ou de Embalagens, ou assim. (...) eu aí no futuro, é que eu não sei, não sei, não vale a pena. (...) Pode ser que até de um momento para o outro apareça e eu possa dizer “olha, afinal, já ganhei um trabalhito, uma ocupação, aqui a desempenhar isto ou aquilo”, assim em áreas diferentes como disse o medico “troca a profissão”,*

*porque não há cura para a vista, não quer dizer que um dia não haja. Vou tentar dar o meu melhor.” -*  
C1

*“(…) quero arranjar um trabalho (…) não tenho nenhuma [profissão de eleição] (…) qualquer profissão para mim [me deixaria satisfeito], eu não tenho medo de trabalhar, têm é que me dar condições de trabalho. (…) se conseguir entrar (…) num trabalho, a Faculdade depois fica... vou fazendo os dois ao mesmo tempo (…) [queria fazer] as duas coisas (…) sim [porque sinto falta de ter uma actividade profissional] (…) e ser campeão para-olímpico.” - C2*

*“[Continuar] (…) no restaurante á noite (…) [e no Cabeleireiro, ás terças ou quartas feiras].” -*  
C4

## SUGESTÕES DE MELHORIA FACE À INTERVENÇÃO DA EQUIPA TÉCNICO-PEDAGÓGICA, COM PÚBLICO INVISUAL

### **Recepção de orientações técnicas específicas e/ou acções de formação, dirigidas a Público Invisual**

Quando questionadas sobre o facto de terem recebido orientações técnicas específicas e /ou acções de formação sobre como trabalhar com o público invisual, desde a sua entrada no CNO do CNED, até à actualidade, todas as profissionais referiram não ter tido qualquer orientação técnica específica, ou realizado alguma acção de formação dirigida a este público em especial. Porém, quer T2, quer F3 referiram ter recebido orientações /instruções básicas, sobre como trabalhar com este público em especial, por parte de antigas colegas da sua equipa técnico-pedagógica, tendo ambas ressaltado a importância do apoio concedido. Assim, T2 recordou a importância do apoio concedido pela sua colega, referindo que foi fundamental para a sua intervenção com público invisual e para trabalhar as suas competências, tendo sido o “único apoio” recebido nesse sentido. Por fim, F3 considerou o apoio recebido por parte da sua colega como uma “mais-valia muito grande”, destacando que mesmo quando já estava “dentro do assunto”, sempre que necessário, solicitava as suas orientações.

*“Não. Não [nunca me foi transmitida nenhuma indicação técnica ou acção de formação para trabalhar com público invisual].” – T1*

*“Não [não tive nenhuma acção de Formação para trabalhar com candidatos Invisuais antes de realizar Sessões de ADE com este público]. [Um dos candidatos] (...) que eu acolhi desde o acolhimento até ao encaminhamento, era um candidato já de outra Profissional [do Básico que eu tinha estado a acompanhar] que já tinha trabalhado com invisuais no âmbito da Licenciatura, como também depois aqui no CNO já tinha trabalhado com vários invisuais e portanto foi ela que no fundo me ajudou a conseguir também integrar-me um bocado e conseguir explorar algumas competências com eles, portanto, porque é diferente estar com outro candidato ou com um candidato invisual. (...) deu-me aquelas instruções todas, orientações, até porque nessa altura, foi quando eu comecei a trabalhar como Técnica, portanto, teve que me dar algumas orientações e mesmo sobre como agir com invisuais. (...) a única coisa que tive (...) foi mesmo as orientações que ela me deu.” – T2*

*“Não [até à data nunca me foi transmitida nenhuma orientação técnica nem formação para trabalhar com invisuais].” – P4*

*“Por acaso, não [até à data nunca me foi transmitida nenhuma orientação técnica nem formação para trabalhar com invisuais]. Eu só soube que o meu candidato era invisual quando cheguei ali à porta.” – P5*

*“Não [até à data nunca me foi transmitida nenhuma orientação técnica nem formação para trabalhar com invisuais. Quando entrei para o CNO, tinha conhecimento da diferença] (...) entre ambliope e um cego, sim. Agora, o que eu tive e acho que foi uma mais-valia sem dúvida foi a questão da Beta, a [colega de curso] que me pôs cá dentro, que era uma ajuda e que na altura, (...) [antes dos] quatro meses em casa [baixa de parto] (...) houve um tempinho em que estive eu e ela a trabalhar em conjunto (...) em que eu dava as sessões e ela estava sentada com um barrigão a ler portfólios (...) mas conseguia ir dando as orientações todas, do género, faz assim, faz assado e não sei quê e depois quando ela regressou e estava no Secundário, apesar de eu já estar dentro do assunto, quando havia qualquer coisa, também dava para ir falar com ela. Era diferente, ela era uma pessoa que já tinha de CNED uma experiência gigantesca, portanto, era uma mais-valia “muita” grande.” – F3*

### **Identificação de necessidades de formação face ao Público Invisual**

No que se refere à identificação de necessidades de formação face ao público invisual, ambas as Técnicas de ADE referiram pontos a aperfeiçoar e igualmente, que a formação seria uma boa “ferramenta” para melhorar a actividade profissional. Atribuindo um papel fundamental à formação, defendendo que esta é “óptima (...) é sempre boa e é sempre bem-vinda [uma vez que] o saber não ocupa lugar”, T1 referiu que gostaria de ter formação sobre “como interagir, como estar, como propiciar as coisas” com o público invisual. Na sua opinião, a formação não só a faria “despertar com mais sensibilidade para certas temáticas, porque (...) só perguntas o que sabes”, como seria uma mais-valia que contribuiria para melhorar a sua prática profissional, em especial, ao nível da “comunicação”. Por sua vez, T2, recordou que quando iniciou funções com o público invisual, sentiu necessidade de formação específica e teria “gostado muito” de ter realizado algo nesse sentido, considerando que teria contribuído “para melhorar a [sua] prática profissional”. No que se refere à formação propriamente dita, a Técnica afirmou não ter ideia do tipo de formações e temas que poderiam ser administrados, uma vez que desconhece acções técnicas sobre este público em especial. Porém, referiu que no que se refere à sua actividade profissional – o ADE –, seria interessante realizar acções de formação relacionadas com o conhecimento das ofertas formativas disponíveis para este público em especial, alegando que fundamentalmente o que se pretende é “uma formação que (...) ajude na nossa prática profissional a adaptarmo-nos a todas as pessoas, sejam invisuais ou não.” No que se refere à necessidade de formação relacionada com público invisual, as profissionais P4, P5 e F3 referiram não sentir actualmente qualquer necessidade de formação dirigida a este público específico. Nesse sentido, P4 alegou que por não considerar este público diferente, não sente necessidade de complemento nessa área. Por sua vez, P5 alegou que não sendo esta uma área particularmente atractiva para si, o facto de até à data não ter existido um afluxo considerável de candidatos cegos ao CNO, faz com que uma formação nesta área não lhe faça sentido, reconhecendo porem, que caso esse afluxo aumentasse, estaria “aberta” a receber / fazer formação. Por fim, F3 corroborou P5, tendo afirmando que a quase não existência de candidatos cegos no Centro, não justifica para si actualmente, a realização de formação nessa área.

*“A formação é sempre boa e é sempre bem-vinda, o saber não ocupa lugar (...) portanto, nesse sentido (...) se houvesse formação era ótimo, em termos de como interagir, como estar, como propiciar as coisas (...) vai-me despertar com mais sensibilidade para certas temáticas, porque tu só perguntas o que sabes (...) são sempre mais-valias úteis que podiam ser usadas não é? (...) se eu te vou dizer que vai melhorar [a minha prática profissional], é certo que vai melhorar (...) em termos da minha comunicação com uma pessoa que é invisual (...).” – T1*

*“Se calhar, em termos pessoais sente-se um bocado esse bichinho [de ter formação específica], do género “ai agora vamos trabalhar com invisuais” e como também vimos da área da Educação, é uma área interessante trabalhar com os invisuais não é? Mas, aliás, por exemplo senti talvez mais necessidade, no geral em todos os candidatos [cegos], na parte da orientação, trabalhar aquelas coisinhas todas com eles, o que é que é o mais indicado, do que exactamente na adaptação a invisuais, percebes, porque a adaptação a invisuais [na área de Diagnóstico] lá está, é como eu disse, é individualizada, temos aquelas sessões de grupo tudo bem, mas depois é individualizada e eu precisava de uma formação mais em termos pessoais e porque nessa altura [quando comecei a trabalhar com candidatos invisuais], tive curiosidade por isso não é? Portanto, se calhar agora nem sequer me passava isso pela cabeça, mas quando passei por essa experiência, eu pessoalmente gostava muito de ter [tido uma formação sobre como trabalhar com Candidatos Invisuais] e acho que isso ia melhorar completamente a prática profissional. [Actualmente] (...) não sei o que é que se poderia dar (...), o que é que se poderia debater que pudesse também melhorar, porque no fundo eu também nunca tive nada, nunca trabalhei com invisuais, mas eu acho que sim, que acabava por ajudar a prática profissional (...) uma formação mais de diagnóstico, ou de orientação, mais de conhecimento das ofertas, (...) isso poderia ajudar a “adaptarmo-nos” aos candidatos [e] ajudar [à] prática profissional, (...) porque no fundo aquilo que nós queremos é uma formação que nos ajude na nossa prática profissional a adaptarmo-nos a todas as pessoas, sejam invisuais ou não.” – T2*

*“Não, porque se eu os considero candidatos iguais aos outros, com dificuldades que acabam por ser dificuldades que quer dizer, acabam por ser dificuldades que as outras pessoas também têm, não é, e se eu até agora tenho conseguido resolver isso, acho que não [necessito de formação]”. – P4*

*“E muito simples, como não é uma área que seja atractiva para mim e como não tenho muitos candidatos, como só tenho 2 candidatos de 400, não me faz sentido fazer formação nessa área (...) [por isso neste momento, melhorar] competências na área de invisuais, não me parece que seja necessário. (...) Volto a repetir que se me aparecerem cá muitos candidatos invisuais e se eu perceber que preciso de melhorar as minhas estratégias, claro que sim, que estou aberta a isso, mas neste momento não considero que seja uma situação necessária, prioritária, é isso, no meu desempenho como Profissional de RVCC.” – P5*

*“Eu acho que hoje em dia, é assim, não há praticamente invisuais em Processo [no CNO do CNED], portanto não faz falta em termos de trabalho em si.” – F3*

### **Conhecimento de materiais e recursos específicos para Público Invisual**

Quando questionadas sobre o conhecimento de materiais e recursos específicos para público invisual e ainda, sobre o facto de estarem ou não familiarizadas com estes últimos, todas as profissionais referiram saber da existência do Programa JAWS (leitor de ecrã). Foi igualmente feita referência ao conhecimento da existência de um outro leitor de ecrã, correspondendo a uma versão com mais funcionalidades face ao Programa JAWS e ainda, referência a uma forma de leitura específica para público invisual, a Técnica da Linha de Braille. Porém, todas as profissionais referiram não estar familiarizadas com os materiais e recursos que conhecem e identificaram e por conseguinte, não terem actualmente conhecimentos técnicos sobre o seu funcionamento. Relativamente a T1, a profissional referiu ter apenas conhecimento da existência da Técnica da Linha de Braille e do Programa JAWS, não estando familiarizada com os mesmos. Ainda relativamente ao programa JAWS, esclareceu que o conhecimento que possui (saber que se trata de um leitor de ecrã e que permite a tradução de texto em suporte digital para suporte Braille) se deve a informações obtidas através de conversas informais com candidatos cegos. No que se refere a T2, a profissional referiu não ter conhecimento de materiais ou recursos específicos para este público. Por sua vez, P4 referiu ter conhecimento da Técnica da Linha de Braille - destacando que existem já vários livros em suporte Braille -, do Programa JAWS e ainda, de um outro leitor de ecrã (não tendo identificado a designação do produto), com funcionalidades mais avançadas relativamente ao programa JAWS. No entanto, referiu não estar familiarizada com nenhum dos materiais e recursos identificados. Por fim, F3 referiu ter apenas conhecimento do Programa JAWS, não estando actualmente familiarizada com este recurso.

*“Sim [conheço a Técnica da Linha de Braille] (...) [mas] Não [nunca trabalhei com a Técnica da Linha de Braille]. [Os candidatos cegos que acompanhei] (...) disseram-me que havia o programa [JAWS] e os invisuais nesse sentido são muito pedagógicos, não é, disseram-me que existia o JAWS, que era um leitor de ecrã e que faziam as coisas, não havia problema nenhum, tudo bem e até explicaram face a uma técnica de uma outra instituição [para onde foram encaminhados] que queria traduzir os manuais em Braille, e eles disseram “não vale a pena, porque é que não pode ser em PDF, em PDF é só transformar para Word” e pronto, isso faz-se. (...) Portanto, o conhecimento que eu tenho, surge através de [informações que os candidatos invisuais me contam].” – T1*

*“Não, não, não conheço nenhum [material e/ou recurso para público invisual].” – T2*

*“[Sei da existência do programa JAWS e] (...) um outro [leitor de ecrã] que lê tabelas, já lê tabelas. Mas fala metade Português, metade Espanhol. (...) há imensos livros que eles lêem que estão em Braille [mas] não [estou familiarizada com a Técnica da Linha de Braille].” – P4*

*“Não, não, não [não estou familiarizada com a Técnica da Linha de Braille]. (...) Conheço [o JAWS], sei, vi lá instalado no computador [na sala de computadores] (...) mas os meus não querem o JAWS. Porque têm lá um programa qualquer em casa, que é melhor que o JAWS, porque o JAWS (...) [não] lê tabelas... Não sei, sei que eles preferem esse (...) mas não estou familiarizada.” – P5*

*“Só [conheço] o JAWS (...) [mas] não aprendi nada. Não [não conheço nem trabalho com Braille].” – F3*

#### **Realização de Acções de formação específica, relacionada com a temática do Público Invisual**

Tendo sido apresentadas sugestões de acções de formação específica relacionada com o público invisual, todas as profissionais foram inquiridas face ao seu grau de interesse de realização das mesmas.

#### **Acção de Formação “Técnica da Linha de Braille”:**

Assim, no que se refere à realização de uma acção de formação sobre Técnica da Linha de Braille, as profissionais T1, T2 e P4 demonstraram interesse pela realização da mesma, em oposição às profissionais F5 e F3.

*“Outra forma de leitura. Sim [gostava de fazer], era bom (...).” – T1*

*“Sim, eu gostar gostava, é óbvio, acho que era importante e mesmo porque quanto nós apanhamos o gostinho, ainda mais gostamos não é, quando nós vamos frequentar uma formação dessas, ficamos logo muito mais entusiasmados para trabalhar com invisuais. Sim [gostava].” – T2*

*“Ah, eu gostava [de realizar essa acção de formação].” – P4*

*“Não [não gostava de realizar essa acção de formação].” – P5*

*“Não [não gostava de realizar essa acção de formação].” – F3*

#### **Acção de Formação “Tiflotecnologia”:**

No que se refere à realização de uma acção de formação sobre Tiflotecnologia, desconhecendo o seu significado, após explicação do mesmo, todas as profissionais demonstraram interesse pela

realização desta formação. No que se refere a T1, a profissional referiu que gostaria de realizar esta acção para “ter percepção do que (...) existe”. Por sua vez, T2 referiu que gostaria de a realizar, caso fosse relacionada com as Novas Oportunidade / Processo RVCC. P4 demonstrou grande interesse por esta acção de formação, afirmando “acho o máximo”. Por fim, as profissionais P5 e F3 mencionaram ambas que a realização desta formação seria “interessante”.

*“Sim [gostava de fazer], em termos de ter percepção do que é que existe.” - T1*

*“Se fosse relacionado com a parte das Novas Oportunidades [com o processo RVCC] sim [gostava de frequentar].” - T2*

*“Eu gostava [de realizar essa acção de formação]. Acho o máximo.” – P4*

*“Por exemplo, esse se calhar já era mais interessante.” – P5*

*“Interessante. Era giro.” – F3*

#### **Ação de Formação “Software e Materiais específicos para Público Invisual”:**

Relativamente à realização de uma acção de formação sobre Software e Materiais específicos para público invisual, à excepção de P4 que não emitiu considerações, as restantes profissionais demonstraram interesse pela realização desta formação. No que se refere a T1, a profissional referiu que gostaria de realizar esta formação, sendo a mesma “mais importante” até, do que as referidas anteriormente (Braille e Tiflotecnologia). Por sua vez, T2 referiu novamente que se a formação fosse dirigida aos materiais e recursos disponíveis e passíveis de serem utilizados no âmbito do Processo RVCC, seria “muito bom”, pois “ajudaria na prática profissional. No caso de P5, a profissional considerou importante esta acção de formação, alegando que o facto de poder adquirir conhecimentos técnicos, lhe permitiria auxiliar os candidatos cegos que acompanha, caso estes tivessem alguma dúvida. Por fim, F3 considerou esta formação “interessante”, concluindo que seria até mais interessante do que a Formação de Tiflotecnologia.

*“Sim [gostava de fazer], isso era mais importante.” - T1*

*“Mas em que contexto, o da Formação? Depende, se lá está, ajudasse um bocado à prática profissional, sobretudo se adaptado a... não falo tanto na parte de diagnóstico, mas na parte do Processo de RVCC, por exemplo os materiais e os softwares adaptados ao Processo RVCC que ajudam na prática profissional, isso acho que era muito bom, não é?” - T2*



*“Sim, por aí, acho que sim, esse tipo de área acaba por ser, mesmo para nós no dia-a-dia se surgir alguém com uma dúvida, podermos ajudar. Eu [por exemplo] não sei usar o JAWS realmente, mas também como nunca precisei...” – P5*

*“Pois, isso já é mais interessante. É capaz de ser [mais interessante até do que a de Tiflotecnologia], é capaz.” – F3*

#### **Acção de Formação “Aptidões e Limitações do Público Invisual”:**

No que se refere à realização de uma acção de formação sobre Aptidões e Limitações do Público Invisual, enquanto T1 e T2 consideraram que gostariam de realizar esta formação, em oposição, P4, P5 e F3 referiram não ter qualquer interesse pela mesma. No que se refere a T1, a profissional apenas referiu que gostaria de realizar esta formação e T2 afirmou que seria “bom”. Discordando desta opinião, P4 referiu não saber ao certo o que seria esta formação, concluindo que a sua designação é redutora, estigmatizante e preconceituosa. Por sua vez P5 corroborou P4 ao afirmar que a designação desta acção de formação era redutora, não tendo demonstrado interesse na realização da mesma. Por fim, F3 referiu não ter interesse nesta formação, afirmando que não saberia se seria “muito virada para a medicina”.

*“Também [gostava de fazer].” - T1*

*“Sim, se calhar era bom [realizar uma acção de formação sobre aptidões e limitações do público invisual].” - T2*

*“Não, não [não gostava de realizar essa acção de formação]. Eu sei lá o que é que é isso. E agora deixa-me perguntar-te uma coisa, quem daria uma formação dessas? Não, é só por curiosidade (...) [esse nome é] Redutor, estigmatizante e preconceituoso.” – P4*

*“Também não [não gostava de realizar essa acção de formação]. Esse nome [designação da acção de formação Aptidões e Limitações do Público Invisual] é muito... redutor.” – P5*

*“Não sei se é muito virado para a Medicina, se calhar é muito...não”. – F3*

#### **Acção de Formação “Comunicação Para linguística”:**

No que se refere à realização de uma acção de formação sobre Comunicação Para linguística, as profissionais T1, T2 e P5 demonstraram interesse na realização da mesma, em oposição a P4 e F3. No que se refere a T1, a profissional referiu que gostaria de realizar esta formação, destacando o facto desta poder servir para aprender a “reformular informação” e a “esperar por”. No que se refere a T2, a

profissional demonstrou grande interesse na realização desta formação, alegando que quem trabalha com público invisual, tem necessariamente de saber passar a mensagem, concluindo que uma formação nesta área seria “bom”. Por sua vez, P5 referiu que esta formação seria “interessante” e que lhe iria permitir aperfeiçoar as suas capacidades e competências comunicacionais, ainda que considere que esta formação é dirigida a todos os tipos de públicos e não exclusivamente, ao público invisual. Em oposição, P4 referiu que não gostaria de realizar esta formação, pois no fundo não retiraria conhecimentos da mesma. Por fim, F3 referiu igualmente não ter interesse na realização desta acção de formação, não tendo identificado os motivos de desinteresse.

*“A maneira de reformular a informação... O esperar por... sim, também [gostava de fazer].” - T1*

*“Ah... sim, para quem trabalha muito com invisuais, eu acho que sim, porque num processo de aprendizagem e num processo de formação, tem que se conseguir passar a mensagem não é, por isso, qualquer formação que nos vá ajudar a isso, é bom.” - T2*

*“Essa aí, eu ia achar uma seca. (...) Isso faz-me lembrar o curso de Formação Pedagógica de Formadores, ou que raio lá é, onde nos ensinam e na realidade não ensinam nada” – P4*

*“Sim, eu tenho de melhorar o meu discurso, porque eu falo muito rápido e tal, mas isso é sempre... essa aí até acho interessante, mas acaba por ser [necessário no geral e não especificamente com público invisual].” – P5*

*“também não [gostava de realizar essa acção de formação]” – F3*

#### **Acção de Formação “Trabalho de Valorização e Empowerment”:**

Por fim, no que se refere à realização de uma acção de formação sobre Trabalho de Valorização e Empowerment, as profissionais T1 e T2 demonstraram o seu interesse, em oposição às restantes profissionais. No caso de T1, a profissional referiu que ainda que já ponha em prática esta “área” (uma vez que é Psicóloga e faz parte da sua actividade enquanto tal), considera que uma formação nesta área seria “muito bom”. Por sua vez, T2 referiu que esta seria uma formação área “mais importante” do que as anteriormente sugeridas e “mais importante” para a área do ADE, uma vez que permitiria aperfeiçoar as competências sobre como trabalhar a motivação dos candidatos e levá-los a reflectir sobre as suas vontades e ambições. Em oposição, P4 referiu ter já “muitos anos” de “Psicologia” e de “motivação”, alegando que tal não significa que “saiba motivar muito bem e promover o empowerment”, considerando que no seu caso, se não sabe, “não é agora que v[ai] aprender”. Por sua vez, P5 referiu igualmente ter já “alguma formação” nesta área, considerando que no seu caso não seria necessário nem gostaria de realizar uma formação sobre esta temática. Por fim, considerando que esta formação

está ligada à área de Psicologia, F3 referiu não ter interesse na sua realização.

*“[Trabalho de Valorização e Empowerment] é isso que eu faço, não é (risos) (...) é muito bom, sim [gostava de fazer].” - T1*

*“Sim, isso até acho que é mais importante, até nesta fase inicial [na área do Diagnóstico], lá está, na entrada do CNO a motivação que o candidato tem, o que é que ele pensa fazer depois e o que é que o traz, quer dizer, acho que sim, essa, essa era muito interessante.” - T2*

*“(...) também não [gostava de realizar essa acção de formação], porque tenho muitos anos já de Psicologia e de motivação (...) o que não quer dizer que eu saiba motivar muito bem e promover o empowerment, agora é assim, se eu não sei, não é agora que vou aprender. E agora está na moda o Empowerment, porque todas as Ciências andam com o Empowerment, uma vida activa, em que tu não te podes resignar à tua condição, tens que assumir um papel activo na tua vida, só que também (...) a maior parte dos Técnicos que falam em Empowerment e andam aí (...) com o Empowerment, (...) depois não sabem promover o Empowerment e criam própria dependência, acabam por criar dependência nos próprios Técnicos e os Técnicos acabam por se refugiar no Empowerment (...).” – P4*

*“Isso eu não preciso, porque eu (...) Empowerment, acho que também já tenho alguma formação” – P5*

*“Pois lá está, Psicologia. Nem por isso.” – F3*

#### **Ordem de Preferência e Pertinência das Acções de Formação Específica sugeridas:**

Relativamente às acções de formação específica sugeridas às profissionais, T1 identificou a ordem de preferência e pertinência que lhes atribui, não tendo feito referência à acção de formação da Técnica da Linha de Braille, ainda que a tenha considerado pertinente. Nesse sentido indicou: “Primeiro, a de [Trabalho de] Valorização e Empowerment (...), depois [as aptidões e] a limitação do público invisual, [que seria talvez articulado um bocado com a de Tiflotecnologia] (...) em termos da operacionalização dos instrumentos, depois o Software e Materiais Específicos, [e por fim] esta parte da Comunicação Para linguística (...)”.

*“Primeiro, a de Valorização e Empowerment (...), depois [as aptidões e] a limitação do público invisual, [que seria talvez articulado um bocado com a de Tiflotecnologia] (...) em termos da operacionalização dos instrumentos, depois o Software e Materiais Específicos, esta parte da Comunicação Para linguística (...) [NOTA: Faltou a referência à Técnica da Linha de Braille].” – T1 [Nota: não foi referida a Acção de Formação Específica Braille, ainda que a Técnica a tenha considerado*

*pertinente].*

### **Política de cooperação com outros CNO's**

No que se refere a uma política de cooperação com outros CNO's, ou ainda à troca e partilha de experiências sobre candidatos cegos, com profissionais de Centros que pertençam às suas redes de relações, as profissionais P4 e P5 referiram não existir uma política de cooperação e não conhecerem nenhum profissional de outros Centros. Porém, ambas elogiaram a intervenção de duas entidades que trabalham com este público em especial (Centro de Formação no Restelo e Casa Pia de Lisboa, respectivamente). Por fim, F3 referiu conhecer uma profissional de um CNO (que inclusivamente já exerceu funções na ACAPO e no CNO do CNED, mas afirmou nunca terem trocado informações e/ou partilhado experiências, relacionadas com o público invisual.

*“Não [não temos nenhuma política de cooperação com outros CNO's, nem conheço ninguém da minha rede de relações que trabalhe num CNO]. (...) [mas tenho conhecimento que] (...) ali no Restelo, apesar de eventualmente não terem um CNO, têm vários técnicos com muita experiência na aprendizagem com invisuais.” – P4*

*“Não [não temos nenhuma política de cooperação com outros CNO's, nem conheço ninguém da minha rede de relações que trabalhe num CNO], mas sei que a Casa Pia tem um CNO, vi uma grande reportagem que a Casa Pia deu recentemente na televisão, achei o trabalho interessante, sem dúvida alguma, acho que é uma mais-valia. (...) Sim, mas também é claro que podemos ir beber a outras experiências, não é?” – P5*

*“Conheço [uma pessoa que trabalha num CNO] (...) e é uma pessoa que trabalhou na ACAPO (...) e também trabalhou cá (...) [mas] não [nunca troquei nenhuma experiência em relação ao público invisual].” – F3*

### **PISTAS PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS**

#### **Exemplos de encaminhamentos de candidatos cegos, para oferta formativa exterior ao CNO**

No que se refere ao encaminhamento de “adultos” cegos para oferta formativa exterior ao CNO, ambas as Técnicas abordaram exemplos de encaminhamentos realizados com público invisual, bem como as variáveis que legitimaram a opção pela proposta de encaminhamento. Das experiências retratadas pelas profissionais, seleccionaram-se as seguintes: “ [encaminhei um “adulto” cego] para maiores de 23, para o Centro de Massagens [da Escola Profissional] de Alcoitão, para a Universidade. (...) o que ele queria era mesmo nesse sentido e ele estava mesmo vocacionado (...) e como ele já tinha

bastante prática em termos de massagem, já tinha feito cursos técnico-profissionais [que lhe deram equivalência ao 9º ano] (...) já tinha estado a trabalhar em clínicas (...) era aquilo que lhe fazia mais sentido e falei-lhe acerca das vantagens e das desvantagens do curso e em termos da resistência à frustração, porque se depois não conseguisse entrar nos maiores de 23, teria de voltar para trás e (...) era só essa opção que ele equacionava e face às poucas opções que existem [para público invisual], uma vez que eles lá tinham meios para o receber, fiz esse encaminhamento, que estou à espera ainda da ficha de inscrição. (...) não posso dizer que ele esteja completamente apto em termos do Ensino Superior, mas também como já teve várias situações em termos de ter competências e prática em termos profissionais (...) portanto, quer tentar, quer tentar (...) e levando o papel do Plano Pessoal de Qualificação [PPQ] em termos de encaminhamento, isso ajudava a legitimar e a dar mais força (...) e a probabilidade da coisa ir para a frente era muito maior” (T1); “Na 1ª entrevista [individual], eu já sabia que ele não tinha perfil para o Processo RVCC, portanto, porque era muito novinho, porque ele não tinha experiência profissional, passou só por essa experiência de telefonista, trabalhava penso que há um ano como telefonista, não tinha basicamente mais experiências nenhuma, o computador lá está era muito difícil escrever, a língua estrangeira também não sabia e ele tinha perspectivas de futuro a nível do prosseguimento de estudos e tinha tempo também, que é uma coisa que... a disponibilidade ao final dos dias é muito importante. E então eu achei que o melhor, seria um percurso formativo, ou os cursos EFA ou o ensino recorrente, conforme ele ou quisesse disciplinas digamos mais tradicionais ou disciplinas mais relacionadas com a formação de adultos e com a experiência de vida, que é o caso dos cursos EFA, ver qual é que se adaptava mais a ele.” (T2).

### **Opinião sobre as entidades que recebem e/ou trabalham com Público Invisual**

Como referiu a Técnica 2, no que se refere ao encaminhamento de público invisual para oferta formativa exterior ao CNO “não podemos ver [só] o que mais se adapta à pessoa, mas sim, o que existe para aquela pessoa” (T2). Nesse sentido, ambas as Técnicas referiram opiniões face às entidades educativas/formativas que recebem público invisual.

A Técnica 1 referiu que para o encaminhamento de público invisual, utiliza como fontes “uma lista com várias entidades” que lhe foi facilitada”, na qual consta a entidade ACAPO, que na sua opinião se assume como “entidade de referência”. Recorre igualmente aos serviços da [Rede de Apoio às Escolas – RAE, Departamento da] DREL, quando necessita de verificar quais “as escolas de referência para os cegos”, quando se pretende o encaminhamento para oferta no Ensino Recorrente. Mencionou ainda que determinados Centros de Formação recebem este público específico e destacou a Casa Pia de Lisboa, como uma boa solução, no sentido de tirar os cegos da Infoexclusão, em termos da parte Tecnológica, para poderem fazer a Informática e poderem crescer naquela linguagem adaptada aos cegos, para (...) poderem ser mais independentes no âmbito da Informática”.

Por sua vez, a Técnica 2 referiu o apoio e recepção deste público em específico, por parte das Escolas, considerando que estas são “mais flexíveis” e que se evidenciam menos dificuldades, quando os

encaminhamentos são para o Ensino Recorrente. Justifica tal consideração, afirmando que para além das Escolas promoverem “uma lógica inclusiva”, ao receberem o público invisual e ao realizarem a sua integração em turmas de normovisuais, têm igualmente acompanhamento disponível, providenciado quer por Professores, quer por Psicólogos. Concluiu referindo que a oferta formativa disponível a este público em especial, é vasta e “muito” somente no que se refere a formação continua (formação que não atribui certificação de carácter escolar).

#### **Dificuldades de encaminhamento de Público Invisual para Oferta formativa exterior ao CNO**

No que se refere às dificuldades sentidas pelas Técnicas de ADE em termos de encaminhamento de candidatos invisuais para oferta formativa exterior ao CNO, importa referir que esta temática foi fortemente abordada pelas profissionais, sendo seleccionados os factores mais relevantes e identificadas as informações produzidas mais pertinentes. Igualmente se pronunciaram a este respeito as Profissionais de RVCC (NS) P4 e P5.

#### Falta de oferta disponível para este público:

*“Dificuldade em encaminhar muita (...) em termos das ofertas disponíveis.” - T1*

*“Todos [os encaminhamentos] são difíceis, então estes candidatos [invisuais] é algo impossível (...) Básico é mais fácil (...) agora Secundário não. (...) Eu procurei sobre entidades para invisuais e nenhuma oferecia nada que estivesse relacionado com o Programa Novas Oportunidades, ou seja, com o objectivo de ter o 9º ou o 12º ano, mas quase todas ofereciam isso da Formação Continua. A Casa Pia é a única que recebe invisuais, só que eles não têm EFA, só têm RVCC, tem percursos formativos (...) têm cursos de Informática, de Inglês, tinham alguns cursos na altura em que eu pesquisei, só que (...) são como unidades modulares, não dão equivalência (...) há uma certificação, mas é profissional [não é escolar ou de dupla certificação]. (...) [mas] se [as entidades] têm formação contínua, porque não abrir um EFA? (...) desde que estou a fazer sessões de ADE apenas com publico militar] nunca mais soube de nenhuma oferta para invisuais e suponho que continua a não haver, exactamente até porque eles ainda não seguiram”. - T2*

*“Só há um aspecto que é redutor para eles e que me causa alguma confusão, que eu senti principalmente até como Técnica de Diagnóstico, que é, não há formação mais específica profissionalizante para eles, ou seja, cursos com certificação profissional, porque as entidades muitas das vezes não aceitam [invisuais], não têm forma de os aceitar e eles acabam por ter que se resignar ao curso de Telefonistas e mais nada. Há muito poucas [ofertas formativas de cariz profissional].” – P4*

*“Há poucas ofertas formativas [de cariz profissionalizante para Candidatos Invisuais], sim.” - P5*

Falta de articulação entre entidades:

*“tu encaminhas para uma oferta (...) [e a] pessoa vai ter que começar o processo todo de novo (...) quando uma Técnica já fez o mesmo trabalho e já o encaminhou (...) o que é uma idiossincrasia do sistema (...) [e] vai protelar as coisas. (...) É péssimo, é burocrático, ou seja, o sistema como é estatal, é pesado (...) não perceberam que existe este entrecruzar entre os departamentos. (...) como são estruturas novas, os protocolos foram avançados, mas não existiram formas de desburocratizar o sistema e ser radical”. – T1*

*“em termos dos invisuais, a dificuldade que eu senti mesmo, foi chegar ao final e manter o encaminhamento, pronto, a dificuldade é mais de articulação entre as entidades”. – T2*

Entidades que não recebem candidatos com esta especificidade alegando que não tem material nem apoios disponíveis:

*“[Sei que existem por parte de algumas entidades] (...) umas certas idiossincrasias como [um candidato invisual para entrar] “para um curso é preciso ter um computador adaptado para ele poder estar a acompanhar e portanto precisam de mais acompanhamento, uma vez que não está a perceber todavia tudo. Tenho experiências do público invisual, que me fala das coisas e das decepções que têm tido e das situações de ficarem em lista de espera e depois não serem chamados e disso acontecer, porque efectivamente em termos de instrumentos [as instituições] não têm e depois por exemplo, a desculpa que a Técnica que me deu quando eu estava ao telefone e que tu assististe, é que “é um público muito exigente, é um público em que podemos ter um, não podemos ter mais, porque exige muito mais da formadora, do que as outras pessoas”, quando os outros também podem exigir muito mais, quando faltam, quando estão distraídos, quando não ligam nenhuma, quando andam ali a fazer tipo o preconceito de “funcionário público”, não é, do tipo “estou aqui presente, mas não estou a trabalhar para a instituição, estou só a receber bolsa” e portanto, são tudo problemas que depois vão haver, em que uns são colocadas as dificuldades na óptima do candidato e outros, na óptica da instituição” – T1*

Entidades que recebem este público, mas posteriormente à sua recepção, não iniciam às ofertas formativas/ cursos:

*“[os candidatos falam-me] acerca das suas injustiças, acerca das instituições (...) acerca da ficha de inscrição que não aceitaram, ou aceitaram e depois não os chamaram” – T1*

Entidades que não possuem informação actualizada das ofertas formativas e após encaminhamento de candidatos, evidenciam turmas já preenchidas:

*“[o candidato que encaminhei] já não teve lugar naquela turma, porque é muito ingrato, nós não temos todas as ofertas na Internet”. – T1*

Entidades que recebem público invisual, mas por falta de financiamento, não iniciam as ofertas divulgadas:

*“até me disseram num sítio que em vez de abrirem uma turma, abriram duas e afinal, a bolsa foi para metade”. – T1*

Entidades com listas de espera demasiado demoradas:

*“às vezes também têm várias listas de espera” – T2*

Localização das Entidades Educativas / Formativas:

*“quando se encontra [oferta] se é a não sei quantos quilómetros o candidato também não quer ir e é compreensível. Se os outros não querem ir, muito menos os invisuais, que em termos de mobilidade é diferente. (...) [tive um candidato que] não quis fazer, porque em relação ao sítio em que ele morava, a [entidade] ficava no lado oposto e não dava mesmo jeito nenhum e [era] o único sítio que [tinha essa oferta]”. – T2*

### **Dificuldades de encaminhamento de Público Invisual, para oferta formativa no Ensino Recorrente**

Facilidade estatal vs Relativa Eficiência da Oferta Formativa:

*“(...) em termos de rigor estatal do governo, sim, é aquela coisa do grávido, do Marcelo Rebelo de Sousa, “pode enviar, pode! Vai entrar, pish” (risos), é aquele paradoxo, não sabemos se a coisa vai ser efectiva ou não. (...) [Há maior] Facilidade [de encaminhamento de candidatos invisuais para o Ensino Recorrente] em termos estatais, mas não significa que essa eficácia seja eficiência (...).” – T1*

Falta de informação viável por parte da Rede de Apoio às Escolas (Departamento da DREL), sobre oferta formativa disponível para público invisual:

*“liquei mesmo para a Rede de Apoio às Escolas (RAE), (...) [e] deram-me um contacto [de uma Escola] , mas [o candidato invisual] (...) não se podia integrar, (...) portanto eles a mim não me conseguiram ajudar. (...) se tu vires que em Lisboa [a RAE] não te consegue dar uma Escola para onde tu*



*consigas encaminhar [candidatos invisuais], se nem a Rede de Escolas consegue, então eu a título individual a cada uma, mais negas ia receber”. – T2*

Falta de acompanhamento e de materiais de recurso e apoio ao público invisual:

“chamei os (...) candidatos todos [que estavam a aguardar oferta] (...) e todos aceitaram seguir para essa escola. Acontece que essa escola passado um tempo, negou, disse que não ia ter o profissional de acompanhamento a invisuais e então eles não podiam entrar (...) porque (...) não é só integrá-los, eles precisam de alguém para acompanhá-los e precisam de ter métodos específicos. E portanto (...) esses candidatos (...) continuam ainda todos à espera de uma oferta, para que possam seguir”. – T2

**Dificuldades de encaminhamento de Público Invisual, para oferta formativa Cursos EFA**

Falta de oferta formativa:

“enquanto que o processo RVCC é um processo de demonstração de competências, os cursos EFA são para dar formação (...) portanto eles não precisavam de andar a fazer unidades [modulares] se nós encontrássemos um curso EFA adaptado aos invisuais, era genial, porque (...) já iam ter tudo ali (...) é um bocado nessa lógica que trabalhamos, só que não se encontra nada (...) não [se] abre a porta”, não há mesmo oferta”. – T2

Falta de Financiamento (publicação de cursos, mas sem abertura dos mesmos):

“é difícil encaminhar sejam invisuais sejam normovisuais (...) [porque os cursos EFA] são publicados, (...) [mas] são financiados [por fundos Europeus, distribuídos por distritos, neste caso] por Lisboa (...) a parte que menos foi financiada de todo o país (...) [e] depois não são financiados e não abrem. (...) Houve [um curso] (...) EFA só para invisuais e eles já estavam todos adaptados com os computadores e aquelas coisas todas, (...) [mas] nem sequer abriu, porque nem sequer foi financiado (...) e eles estavam e [ainda] estão há imenso tempo à espera de qualquer coisa.” – T2

Falta de articulação entre entidades:

“mesmo com entidades que nós trabalhamos, não por parcerias formalizadas, mas através de contactos, portanto, ficamos com esses conhecimentos, mas mesmo com essas entidades, nós não conseguimos integrar um invisual na turma deles já constituída (...) integrá-los numa turma com outros alunos (...) isso não acontece com os EFA’s normais”. – T2

#### Não abertura de cursos EFA com turmas compostas exclusivamente por público invisual:

“não há quem vá abrir, ou é muito difícil abrir um curso EFA exactamente adaptado para invisuais. (...) é difícil estares a propor um curso EFA com 15 formandos em que esses 15 formandos vão ser invisuais (...) porque depois também nem todos têm a mesma disponibilidade, o sítio pode não ficar num sítio favorável e eles [entidades] até podem ter todas as inscrições, mas também não sei exactamente o que é que se passa na parte da selecção.” – T2

#### Falta de acompanhamento e de materiais de recurso e apoio ao público invisual:

“Porque EFA’s esquece, tu pões-te a ligar e “ah, não dá para integrar, não temos nenhuma capacidade”, porque é assim, eles para integrar um invisual precisam de computador adaptado, eles precisam de ter métodos para o invisual (...) e têm que já ter também isso um bocado à partida para poderem também trabalhar muito individualmente com eles, mas lá está, isso requer um esforço enorme (...) é diferente e (...) eles não são financiados para isso, realmente (...) não são.” – T2

#### **Dificuldades de encaminhamento de Público Invisual, para oferta formativa em Centros de Formação**

##### Recepção de um “candidato / formando” invisual por excepção:

“[Alguns Centros de Formação] aceitam um [candidato invisual] por excepção (...), mas depois já não aceitam os outros, como viste em relação ao CECO, em que houve um [candidato invisual] que passou e foi aceite e entrou no curso, mas depois quando eu pedi para mais dois candidatos [invisuais] na mesma área, já não era possível “por causa do trabalho e ia-mos ver e não sei o quê, não sei que mais”.

#### **(Re)inserção profissional de Público Invisual**

No que se refere à (re)inserção profissional do público invisual, C1, C3 e C4 teceram considerações face a esta problemática, identificando através das suas experiências, pontos negativos. Relativamente a C1, o entrevistado destacou a dificuldade do público invisual em conseguir emprego, ressaltando ainda que muitos são os que concluem o “Curso de Telefonista - área profissional onde maioritariamente se inserem as pessoas com incapacidade visual – mas não são integrados profissionalmente. Por sua vez, C3 referiu igualmente a falta de saídas profissionais para o público invisual, afirmando que (regra geral) as pessoas com incapacidade visual apenas são inseridas nas áreas de Telefonia e Informática. Concluiu, ressaltando ainda que a problemática da reduzida inserção profissional de público invisual está a agravar-se, dado que a tendência das entidades profissionais recorrerem a sistemas computorizados, dispensando assim os seus telefonistas, é cada vez mais frequente. Por fim, corroborando C3, a candidata C4 referiu a falta de saídas profissionais para o

público invisual, como consequência do “preconceito” que (ainda) existe face às capacidades do público invisual. Ressalvou que para além das áreas da Telefonia e da Docência, as pessoas com incapacidade visual poderiam desenvolver diversas actividades profissionais, o que na sua opinião não sucede, dado que as oportunidades não lhes são dadas. Concluiu referindo que gosta de acreditar que o facto de desenvolver uma série de actividades, possa eventualmente servir de exemplo a outras pessoas com incapacidade visual, nomeadamente jovens, e ainda, “deixar caminhos abertos” para outras possibilidades.

*“(...) é muito difícil [encontrar emprego] (...) e com o meu problema ainda mais. Para Telefonista hoje em dia, com os telefones a chamada vai directa, os Telefonistas tiram o curso, dez ou doze Telefonistas e às vezes não fica um, vão estagiar e não fica um e têm curso. (...) Com o tacto ainda desempenhamos muitas coisas, mas é muito difícil (...)” – C1*

*“(...) a nível profissional também não temos muitas saídas, ou seja, a incapacidade visual dificulta-nos um pouco as nossas faculdades e então só temos na área de Telefonista, temos a Informática, mas para pessoas com incapacidades a Informática não tem saída, então o que vai prevalecendo é mesmo a área de Telefonista, que alguns serviços ainda estão a recorrer às pessoas como Telefonistas, mas que também já se fala em ser computadorizado e se for computadorizado, deixará de haver Telefonistas.” - C3*

*“(...) há muitas pessoas que pensam que uma pessoa cega, além de ser Telefonista ou Professor, não podem fazer mais nada e eu acho que as pessoas estão erradas, porque há tanta coisa que uma pessoa cega pode fazer, só que não tem é oportunidade para isso. E eu (...) já sei que já sou grande, pronto, já não sou jovem não é, mas é assim, eu gosto de crer que [fazer muitas actividades] é um exemplo mesmo para outros jovens [cegos] (...) deixar caminhos abertos para eles fazerem coisas novas (...) [e] gosto muito de participar nessas coisas, que são os jovens a fazer, porque eu acho que serve para dar uma lição para os jovens também fazerem (...)” – C4*

#### **Aquisição de ajudas técnicas / produtos de apoio**

No que diz respeito à aquisição de ajudas técnicas, apenas o candidato C2 abordou esta problemática, tendo dirigido (de forma indirecta) as suas críticas à política social portuguesa, afirmando que independentemente da deficiência ou incapacidade, a aquisição de ajudas técnicas necessárias, bem como de ajudas técnicas disponíveis, é extremamente dispendiosa.

*“(...) eu tenho o meu computador com JAWS (...) [mas] não compro o JAWS para o meu computador, não vou estar a dar mil e quinhentos euros para um programa para o computador. (...) O*

*JAWS ou outro programa aqui em Portugal, é muito caro, não é só para mim, é para todos as deficiências em Portugal. (...) Caro é favor. (...) É como a bengala, eu não uso bengala, mas também depende da bengala, uma pessoa quando precisa de comprar uma bengala, são logo cinquenta euros pela bengala e mais não sei quantos euros para o computador e isto e aquilo...” – C2*

## ACÇÕES DE FORMAÇÃO ESPECIFICA: Opiniões das Profissionais inquiridas

TIFLOTECNOLOGIA	
<b>T1</b>	“Sim [gostava de fazer], em termos de ter percepção do que é que existe.”
<b>T2</b>	“Se fosse relacionado com a parte das Novas Oportunidades [com o processo RVCC] sim [gostava de frequentar].”
<b>P4</b>	“Eu gostava [de realizar essa acção de formação]. Acho o máximo.”
<b>P5</b>	“Por exemplo, esse se calhar já era mais interessante.”
<b>F3</b>	“Interessante. Era giro.”

SOFTWARE E MATERIAIS ADPTADOS PARA INVISUAIS	
<b>T1</b>	“Sim [gostava de fazer], isso era mais importante.”
<b>T2</b>	“Mas em que contexto, o da Formação? Depende, se lá está, ajudasse um bocado à prática profissional, sobretudo se adaptado a... não falo tanto na parte de diagnóstico, mas na parte do Processo de RVCC, por exemplo os materiais e os softwares adaptados ao Processo RVCC que ajudam na prática profissional, isso acho que era muito bom, não é?”
<b>P4</b>	
<b>P5</b>	“Sim, por ai, acho que sim, esse tipo de área acaba por ser, mesmo para nós no dia-a-dia se surgir alguém com uma dúvida, podermos ajudar. Eu [por exemplo] não sei usar o JAWS realmente, mas também como nunca precisei...”
<b>F3</b>	“Pois, isso já é mais interessante. É capaz de ser [mais interessante até do que a de Tiflotecnologia], é capaz.”

## ACÇÕES DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA: Opiniões das Profissionais inquiridas

TÉCNICA DA LINHA DE BRAILLE	
<b>T1</b>	“Outra forma de leitura. Sim [gostava de fazer], era bom (...).”
<b>T2</b>	“Sim, eu gostar gostava, é óbvio, acho que era importante e mesmo porque quanto nós apanhamos o gostinho, ainda mais gostamos não é, quando nós vamos frequentar uma formação dessas, ficamos logo muito mais entusiasmados para trabalhar com invisuais. Sim [gostava].”
<b>P4</b>	“Ah, eu gostava [de realizar essa acção de formação].”
<b>P5</b>	“Não [não gostava de realizar essa acção de formação].”
<b>F3</b>	“Não [não gostava de realizar essa acção de formação].”

COMUNICAÇÃO PARA LINGUITICA	
<b>T1</b>	“A maneira de reformular a informação... O esperar por... sim, também [gostava de fazer].”
<b>T2</b>	“Ah... sim, para quem trabalha muito com invisuais, eu acho que sim, porque num processo de aprendizagem e num processo de formação, tem que se conseguir passar a mensagem não é, por isso, qualquer formação que nos vá ajudar a isso, é bom.”
<b>P4</b>	““Essa aí, eu ia achar uma seca. (...) Isso faz-me lembrar o curso de Formação Pedagógica de Formadores, ou que raio lá é, onde nos ensinam e na realidade não ensinam nada.”
<b>P5</b>	“Sim, eu tenho de melhorar o meu discurso, porque eu falo muito rápido e tal, mas isso é sempre... essa aí até acho interessante, mas acaba por ser [necessário no geral e não especificamente com público invisual].”
<b>F3</b>	“também não [gostava de realizar essa acção de formação].”

## ACÇÕES DE FORMAÇÃO ESPECIFICA: Opiniões das Profissionais inquiridas

TRABALHO DE VALORIZAÇÃO E EMPOWERMENT	
<b>T1</b>	“[Trabalho de Valorização e Empowerment] é isso que eu faço, não é (risos) (...) é muito bom, sim [gostava de fazer].”
<b>T2</b>	“Sim, isso até acho que é mais importante, até nesta fase inicial [na área do Diagnóstico], lá está, na entrada do CNO a motivação que o candidato tem, o que é que ele pensa fazer depois e o que é que o traz, quer dizer, acho que sim, essa, essa era muito interessante.”
<b>P4</b>	“(...) também não [gostava de realizar essa acção de formação], porque tenho muitos anos já de Psicologia e de motivação (...) o que não quer dizer que eu saiba motivar muito bem e promover o Empowerment, agora é assim, se eu não sei, não é agora que vou aprender. E agora está na moda o Empowerment, porque todas as Ciências andam com o Empowerment, uma vida activa, em que tu não te podes resignar à tua condição, tens que assumir um papel activo na tua vida, só que também (...) a maior parte dos Técnicos que falam em Empowerment e andam aí (...) com o Empowerment, (...) depois não sabem promover o Empowerment e criam própria dependência, acabam por criar dependência nos próprios Técnicos e os Técnicos acabam por se refugiar no Empowerment (...).”
<b>P5</b>	“Isso eu não preciso, porque eu (...) Empowerment, acho que também já tenho alguma formação.”
<b>F3</b>	“Pois lá está, Psicologia. Nem por isso.”

## ACÇÕES DE FORMAÇÃO ESPECIFICA: Opiniões das Profissionais inquiridas

APTIDOES E LIMITAÇÕES DO PUBLICO INVISUAL	
<b>T1</b>	“Também [gostava de fazer].”
<b>T2</b>	“Sim, se calhar era bom [realizar uma acção de formação sobre aptidões e limitações do público invisual].”
<b>P4</b>	“Não, não [não gostava de realizar essa acção de formação]. Eu sei lá o que é que é isso. E agora deixa-me perguntar-te uma coisa, quem daria uma formação dessas? Não, é só por curiosidade (...) [esse nome ‘e] Redutor, estigmatizante e preconceituoso.”
<b>P5</b>	“Também não [não gostava de realizar essa acção de formação]. Esse nome [designação da acção de formação Aptidões e Limitações do Público Invisual] é muito... redutor.”
<b>F3</b>	“Não sei se é muito virado para a Medicina, se calhar é muito...não.”



ANO E DATA		LEGISLAÇÃO	ENQUADRAMENTO
2001		CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadro de referência universal para descrever, analisar e medir a saúde e a incapacidade das Pessoas, lançado pela Organização Mundial de Saúde (OMS)</li> <li>• Sistema de Conceção e Avaliação das Deficiências ou Incapacidade, através de um Modelo Biopsicossocial da funcionalidade e incapacidade humana, numa visão coerente das diferentes perspectivas da saúde (biológica, individual e social)</li> </ul>
2004		D.L. nº 38/2004	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regime Jurídico da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Pessoa com Deficiência</li> </ul>
2005		PNE 2005-2008	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano Nacional de Emprego – Definição das Políticas de Emprego (regido pelas recomendações definidas para Portugal pela Estratégia Europeia para o Emprego)</li> <li>• Integra o Programa de Formação Profissional e Emprego para Pessoas com Deficiências – Promoção da Empregabilidade das Pessoas com Deficiências ou incapacidade com Dificuldades Acrescidas</li> </ul>
2006	27 Fevereiro	Lei nº 6/2006	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novo Regime de Arrendamento Urbano</li> </ul>
	3 Maio	Portaria nº 432/2006	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regulamentação do Exercício das Actividades Socialmente Úteis</li> <li>• Regulamentação das Condições de Atribuição aos utentes dos Centros de Actividades Ocupacionais</li> </ul>

			das Compensações Monetárias
	<b>3 Maio</b>	Desp. Normativo nº28/2006	<ul style="list-style-type: none"> <li>Regulamentação da Organização, Instalação e Funcionamento das Estruturas Residenciais para Pessoas com Deficiências ou Incapacidade</li> </ul>
	<b>8 Agosto</b>	D.L. nº 158/2006	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acesso ao Subsidio de Renda (por parte de pessoas mais carenciadas e agregados familiares com pessoas com deficiência, com um grau comprovado de incapacidade igual ou superior a 60%)</li> </ul>
	<b>8 Agosto</b>	D.L. nº 163/2006	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição das Condições de Acessibilidade (a satisfazer no projecto e na construção de espaços públicos, equipamentos colectivos e edifícios públicos e habitacionais + aprovação das normas técnicas dos edifícios)</li> </ul>
	<b>28 Agosto</b>	D.L. 46/2006	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei Anti-discriminação</li> </ul>
	<b>21 Setembro</b>	PAIPDI 2006-2009 R.M. nº120/2006	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de Acção para a Integração de Pessoas com Deficiências ou Incapacidades - Política da Deficiência para 2006-2009 (nas áreas Educação, Emprego, Acção Social, Desporto, Acessibilidades e Diversos)</li> </ul>
	PNAI 2006-2008		<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano Nacional de Acção para a Inclusão – Estratégia Nacional de Inclusão</li> </ul>
<b>2007</b>	<b>16 Janeiro</b>	Lei nº 5/2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto</li> </ul>

	<b>17 Janeiro</b>	PNPA R.C.M nº9/2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade - Promoção de autonomia, igualdade de oportunidades e participação social das pessoas com mobilidade condicionada ou dificuldades sensoriais</li> </ul>
	<b>27 Março</b>	D.L. nº 74/2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>Revisão do Regime aplicável aos Cães-guia</li> </ul>
	<b>30 Março</b>	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	<ul style="list-style-type: none"> <li>Organização das Nações Unidas (Protocolo Adicional e Protocolo Facultativo)</li> </ul>
	<b>2 Outubro</b>	R.C.M. nº155/2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acessibilidade aos sítios da Internet do Governo e dos Serviços e Organismos Públicos da Administração Central</li> </ul>
	<b>21 Dezembro</b>	Desp. nº 29176/2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>Regulação do Acesso das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade ao Processo RVCC e a outras ofertas de Educação e Formação de Adultos (Habilitação escolar) Suportadas pelos Referenciais de Competências-chave para a Educação e Formação de Adultos</li> </ul>
	R.C.M nº173/2007		<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforma da Formação Profissional</li> </ul>
	QREN 2007-2013		<ul style="list-style-type: none"> <li>Quadro de Referência Estratégico Nacional – Enquadramento para aplicação da Política Comunitária de Coesão Económica e Social em Portugal (programação da aplicação e administração dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão)</li> </ul>

			<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa Operacional do Potencial Humano (inserido pelos Programas Operacionais Temáticos), com tipologia diversa de Intervenção para Pessoas com D/I:</li> </ul>
2008	7 Janeiro	D.L. nº3/2008	<ul style="list-style-type: none"> <li>Enquadramento Legislativo de Escola Inclusiva</li> <li>Regime de Apoio aos Alunos com Necessidades Educativas Especiais (define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos Básico e Secundário, dos sectores Público, Particular e Cooperativo)</li> </ul>
	26 Março	D.L. nº 58/2008	<ul style="list-style-type: none"> <li>Revisão do Regime aplicável aos Cães-guia</li> </ul>
	16 Abril	D.L nº 72/2008	<ul style="list-style-type: none"> <li>Regime Jurídico do Contrato de Seguro</li> </ul>
	12 Maio	Lei 21/2008	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alterações ao Enquadramento Legislativo de Escola Inclusiva</li> <li>Alterações ao Regime de Apoio aos Alunos com Necessidades Educativas Especiais</li> </ul>
	28 de Maio	PAIPDI R.C.M 88/2008	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alterações ao Plano de Acção para a Integração de Pessoas com Deficiências ou Incapacidades</li> </ul>

2009	16 Abril	SAPA D.L. nº 93/2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio - Enquadramento do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA)</li> </ul>
------	----------	-------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Fonte:** Pessoas com Deficiências ou Incapacidade: uma Estratégia para a Promoção dos Direitos e a Qualidade de Vida (INR, IP, 2009)

<b><i>Serviços Disponíveis para Pessoas com DV (nomeadamente c/ IV)</i></b>	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>Espaços e Equipamentos (Transportes)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Introdução do Serviço Regular de Áudio-descrição (RTP1) – 21 Outubro de 2007</li> <li>• Aplicação das Regras de Acessibilidade aos Sítios da Internet, particularmente aos da Administração Pública</li> <li>• Reconhecimento e Validação do Material Signo gráfico-codificável – Braille</li> <li>• Modelos de Sinalética, de Informação e Bilhética (Instalações do Metro, Ferroviárias e Fluviais)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviços de Apoio nas Infra-estruturas dos Meios de Transportes Públicos</li> <li>• Tarifa “Dois por Um” (para viagens gratuitas dos acompanhantes de Pessoas com Deficiências com grau de incapacidade igual ou superior a 80% - CP)</li> <li>• Redução de 25% nas tarifas da CP (para Pessoas com Deficiências com grau de incapacidade superior a 60%, excepto nos percursos suburbanos de Lisboa e Porto)</li> <li>• Aumento da cota de Autocarros Acessíveis e Afectação a Carreiras Específicas</li> </ul>
<b>Divulgação</b>	<b>Serviços</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Guia de Acessibilidade e Mobilidade para Todos</li> <li>• Programa Praia Acessível – Praia para Todos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiências (SIM-PD) – Projecto em Parceria com Câmaras Municipais</li> <li>• Serviço de Atendimento Especializado às Pessoas com Deficiências ou Incapacidade da Segurança Social</li> <li>• Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)</li> </ul>
<b>Políticas Redistributivas</b>	<b>Produtos de Apoio / Ajudas Técnicas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Isenção do imposto Único de Circulação</li> <li>• Benefícios no Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (atribuição gratuita e universal de produtos de apoio, financiamento simplificado dos produtos de apoio e gestão eficaz da atribuição de produtos de apoio)</li> </ul>

**Fonte:** Pessoas com Deficiências ou Incapacidade: uma Estratégia para a Promoção dos Direitos e a Qualidade de Vida (INR, IP, 2009)

## ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS – ITENS AVALIADOS

OPERACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO RVCC	
1	Pertinência da área de ADE
2	Responsabilidades e competências das Técnicas de ADE
3	Desenvolvimento e Dinamização de Parcerias
4	Organização e Metodologia das Sessões de ADE
5	Estratégias das Técnicas de ADE
6	Requisitos de Acesso ao P. RVCC
7	Transmissão de Informação à Equipa T.P.
8	Importância do Trabalho de Equipa
9	Responsabilidades e competências dos Profissionais de RVC
10	Responsabilidades e competências dos Formadores
11	Metodologia das Profissionais de RVC de Nível Secundário
12	Metodologia da Formadora de Nível Básico

<b>ADAPTAÇÃO E EXEQUIBILIDADE DO PROCESSO RVCC FAC AO PÚBLICO INVISUAL</b>	
<b>1</b>	Transmissão de informação à Equipa Técnico-pedagógica sobre a condição dos Candidatos
<b>2</b>	Distribuição dos Candidatos Cegos pelas Profissionais
<b>3</b>	Constituição de Turmas
<b>4</b>	Vias de conhecimento do Processo RVC, por parte dos Candidatos Cegos Entrevistados
<b>5</b>	Motivações de ingresso no Processo RVC, por parte dos Candidatos Cegos Entrevistados
<b>6</b>	1º contacto com Candidatos cegos
<b>7</b>	Nível de conhecimento do Processo RVCC por parte do Público Invisual
<b>8</b>	Realização de Sessões Individuais e/ou Colectivas
<b>9</b>	Relação entre pares - Público Normovisual e Público Invisual
<b>10</b>	Concepção de Portfólio Reflexivo de Aprendizagens (PRA)
<b>11</b>	Adaptação do Referencial de Competências-chave face ao Público Invisual
<b>12</b>	Adaptação das Actividades do Processo RVCC ao Público Invisual
<b>13</b>	Adaptação das Sessões de Balanço de Competências ao Público Invisual
<b>14</b>	Identificação de Estratégias das Profissionais
<b>15</b>	Transmissão de feedback ao Público Invisual
<b>16</b>	Cuidados especiais a ter com o Público Invisual
<b>17</b>	Materiais e recursos existentes no CNO para Público Invisual
<b>18</b>	Opinião sobre os materiais disponíveis no CNO ao Público Invisual
<b>19</b>	Importância do instrumento Computador
<b>20</b>	Adaptação das instalações do CNO face ao Público Invisual
<b>21</b>	Sessões de Preparação de Júri de Certificação



<b>22</b>	Sessões de Júri de Certificação
<b>23</b>	Opinião das Profissionais sobre o Público Invisual
<b>24</b>	Opinião das Profissionais sobre a realização de Sessões com Público Invisual
<b>25</b>	Adaptação das Sessões de ADE e seus materiais ao Público Invisual
<b>26</b>	Adaptação do Público Invisual ao Processo RVCC
<b>27</b>	Apreciação geral dos Candidatos Cegos Certificados sobre o Processo RVCC
<b>28</b>	Apreciação específica dos Candidatos Cegos Certificados sobre o Processo RVCC – Conteúdos e Actividades
<b>29</b>	Apreciação específica dos Candidatos Cegos Certificados sobre o Processo RVCC – Metodologia e Instrumentos
<b>30</b>	Adaptações das Sessões de Júri de Certificação ao Público Invisual
<b>31</b>	Apreciação dos Candidatos Cegos Certificados sobre o Processo RVCC – Avaliação Formativa e Sumativa
<b>32</b>	Apreciação dos Candidatos Cegos Certificados sobre a Equipa Técnico-pedagógica
<b>33</b>	Opinião das Profissionais face ao abandono do Processo RVCC por parte do Público Invisual
<b>34</b>	Motivos de (Re)ingresso no Processo RVCC por parte dos Candidatos Cegos
<b>35</b>	Parcerias

<b>IMPACTO DO P. RVCC NO PERCURSO DE VIDA DOS CANDIDATOS CEGOS</b>	
<b>1</b>	Impacto do Processo RVCC no percurso de vida dos Adultos Cegos - Nível Pessoal e Social
<b>2</b>	Impacto do Processo RVCC no percurso de vida dos Adultos Cegos – Nível Profissional

<b>RELAÇÃO ENTRE IMPACTO DO PROCESSO RVCC E PROJECTOS FUTUROS</b>	
<b>1</b>	Acções/ Cursos de Formação Frequentados e Concluídos
<b>2</b>	Opinião sobre a Realização de Acções/Cursos de Formação
<b>3</b>	Avaliação das Entidades Formativas
<b>4</b>	Projectos Futuros Actuais - Nível Escolar
<b>5</b>	Trajectória Profissional
<b>6</b>	Situação Profissional Actual
<b>7</b>	Avaliação das Entidades Profissionais
<b>8</b>	Projectos Futuros Actuais - Nível Profissional

<b>SUGESTÕES DE MELHORIA</b>	
<b>1</b>	Orientações Técnicas Específicas e/ou Acções de Formação específica sobre como trabalhar com Público Invisual
<b>2</b>	Necessidades actuais de Formação face ao Público Invisual
<b>3</b>	Grau de Interesse de Realização de Acções de Formação específica, dirigidas ao Público Invisual
<b>4</b>	Conhecimento de Materiais e Recursos disponíveis para Público Invisual
<b>5</b>	Parcerias e/ou Acordos Informais de cooperação com Entidades que trabalham e/ou representam o Público Invisual

## OBJECTIVOS E FINALIDADES DA INVESTIGAÇÃO

OBJECTIVO 1 - Conhecer e Analisar as Condições de Adaptação e Exequibilidade do P. RVCC para Público Invisual	
Finalidades	<ul style="list-style-type: none"><li>• Conhecimento do “estado de desempenho” dos profissionais</li><li>• Identificação e interiorização das atitudes desejáveis e adequadas</li><li>• Aperfeiçoamento da prática profissional</li><li>• Avaliação da correspondência do dispositivo Processo RVCC face ao respeito e promoção dos direitos dos cidadãos portadores de deficiência visual e dos deveres de cidadania</li></ul>
OBJECTIVO 2 - Identificar o Impacto do P. RVCC nos percursos de vida dos Candidatos Cegos Certificados	
Finalidades	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apurar a legitimidade do Processo RVCC enquanto via formativa promotora de uma Aprendizagem ao Longo da Vida</li><li>• Apurar a legitimidade do Processo RVCC enquanto via formativa promotora de re)dedinição e desenvolvimento de projectos futuros educativos/formativos</li></ul>
OBJECTIVO 3 - Identificar a existência de (uma eventual) relação entre Impacto do P. RVCC e Projectos futuros dos Candidatos Cegos	
Finalidades	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apurar a legitimidade do Processo RVCC enquanto via formativa promotora de (re)dedinição e desenvolvimento de projectos futuros profissionais</li><li>• Apurar a legitimidade do Processo RVCC enquanto via formativa promotora de condições de empregabilidade activa</li></ul>

### IMPACTO E REPERCUSSÕES DO PROCESSO RVCC

Dimensão	Impacto do Processo RVCC	Repercussões do Proc. RVCC
<b>Plano Pessoal</b>	Auto-enriquecimento pessoal (aquisição de mais conhecimentos)	Investimento em percursos educativos/formativos (APL)  (Re)definição e desenvolvimento de projectos educativos/formativos
	Autoconhecimento (maior consciência do percurso e história de vida)	
	Autovalorização (reconhecimento efectivo das capacidades e competências)	
	Aumento de auto-estima	
	Reconhecimento das mais valias e vantagens da aposta em percursos de educação/formação (APL)	
<b>Plano Social</b>	Reconhecimento social	(Re)definição e desenvolvimento de projectos educativos/formativos
	Aumento de auto-estima	
	Valorização pessoal (capacidades e potencialidades)	
<b>Plano Profissional</b>	Garantia de melhores condições de empregabilidade	(Re)definição e desenvolvimento de projectos profissionais
	Acesso a actividades profissionais anteriormente “interditas” (por falta de qualificação)	
	Melhorias profissionais significativas (progressão na carreira/requalificação profissional)	